



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS**  
**TESE DE DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**  
**DO TRÓPICO ÚMIDO**

**MÁRCIA ELOISA LASMAR BIERI**

**POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO, INFRAESTRUTURA E**  
**TERRITORIALIDADES: ANÁLISE DOS PROJETOS DE**  
**DESENVOLVIMENTO NA PAN-AMAZÔNIA E OS IMPACTOS PARA AS**  
**POPULAÇÕES INDÍGENAS DOS RIOS TAPAJÓS (BR) E PUTUMAYO (CO)**

**BELÉM/PA**

**2020**

**MÁRCIA ELOISA LASMAR BIERI**

**POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO, INFRAESTRUTURA E  
TERRITORIALIDADES: ANÁLISE DOS PROJETOS DE  
DESENVOLVIMENTO NA PAN-AMAZÔNIA E OS IMPACTOS PARA AS  
POPULAÇÕES INDÍGENAS DOS RIOS TAPAJÓS (BR) E PUTUMAYO (CO)**

Tese de Doutorado apresentada ao Curso de Doutorado Internacional em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para a obtenção de titulação de Doutora.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ligia T. L. Simonian.

**BELÉM/PA**

**2020**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Biblioteca do NAEA/UFPA)

---

Bieri, Márcia Eloisa Lasmar

título; Márcia Eloisa Lasmar Bieri; Orientadora: Ligia T. L. Simonian. – 2020.  
213 p., capa.

– Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos,  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico  
Úmido, Belém, 2020.

1. Povos indígenas – Pará. 2. Índios Munduruku - Sionas  
Desenvolvimento. 3. etnicidade. 4. - Política governamental. I. Simonian, Ligia  
T. L., orientadora. II. Título.

CDD 21.ed. 980.5

---

**MÁRCIA ELOISA LASMAR BIERI**

**Políticas de Integração, Infraestrutura e territorialidades: análise dos projetos de desenvolvimento na Pan-Amazônia e os impactos para as populações indígenas dos rios Tapajós (BR) e Putumayo (CO)**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado Internacional em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para a obtenção do Título de Doutora em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido.

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/ 2020.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ligia T. L. Simonian  
Orientadora - NAEA/UFPA

---

Profa. Dra. Marcela Velchionne - NAEA/UFPA

---

- Prof. Dr. Flavio Bezerra Barros Examinador Externo –INEAF/UFPA

---

Profa. Dra Rosa Acevedo Marin Examinadora Interna – NAEA / UFPA

---

Profa. Dra Denise Machado Cardoso Examinadora Externa – PPGSA/UFPA

## **DEDICATÓRIA**

Aos meus familiares – Harold Bieri, Yohanna Lasmar Bieri e Davi Lasmar Bieri – que contribuíram, e muito, com amor, cumplicidade e apoio para que eu pudesse realizar este trabalho e permanecer por longo tempo na pesquisa de campo nas aldeias indígenas.

Aos meus queridos pais, Manoel Amoedo Lasmar e Odete Melo Lasmar, pelo carinho, apoio e compreensão.

Aos povos indígenas Munduruku e Siona.

## AGRADECIMENTOS

Antes de tudo quero agradecer a meus pais que sempre primaram pela minha Educação. Obrigada Sr. Manoel de Jesus Amoedo Lasmar e Sra. Odete Melo Lasmar por me oferecerem a oportunidade de estudar e especialmente minha mãe por estar sempre presentes em minha vida.

Agradeço ao meu grande exemplo, a professora Dra. Ligia Terezinha Lopes Simonian pela orientação, sensibilidade e compreensão, que proporcionaram as condições necessárias para escrever este trabalho. Para mim é uma imensa honra tê-la como orientadora desde o Mestrado.

Aos professores Flavio Barros e Marcela Vechione Gonçalves pelas recomendações valiosas durante o exame de qualificação.

A todos as/os professoras/es do NAEA por todas as suas valiosas contribuições durante a realização do curso com seus ensinamentos, especialmente os professores Edna Castro, Rosa Acevedo, Francisco de Assis Costa e Hisakhana Pahoona Corbin.

Ao meu esposo Harold Bieri pela grande sensibilidade, apoio e compreensão em todos momentos que foram fundamentais para a continuidade da pesquisa de campo.

Aos amigos e familiares residentes na Suíça: Elisabeth Beer Bieri, Antoinette Gass e Hans Ueli Bieri pelo grande apoio e incentivo, às vezes até material, para a conclusão da pesquisa de campo.

Aos amigos residentes em Itaituba e Jacareacanga: Regina Lucirene Macedo, Ivania Maria e Liz Carmem Pereira.

Às amigas Denise Machado Cardoso e Soeli Lemoine pelo incentivo em continuar esse trabalho num momento crucial e pela orientação durante a confecção desta tese.

Aos amigos Valéria Picanço e Tiese Teixeira Junior pela amizade e paciência nos momentos de discussões e de leitura ao longo desta tese.

Ao colega Anderson Ortiz Lopez pela colaboração na pesquisa de campo, com transporte e companhia em alguns locais da pesquisa, Puerto Asis – CO, ao Padre Orlando da Igreja de São Francisco de Asis e à equipe do escritório da OEA/Puerto Asis: Leydy Martinez, Ivãn Jose Melenge e Franciscus Ruijs muito grata, por toda a atenção dispensada.

Aos amigos Arnaldo Kabá Munduruku, Zenildo Saw Munduruku, Elinaldo Kirixi Munduruku, Vicente Saw Munduruku, Maria Akay, Graça Dace, Hileia Poxo, Francisco Iporu Munduruku, Domingas Kaba, Elisiario Kirixi Munduruku, Misael Kaba, Dionisio

Kirixi, Candido Muduruku, Silvério Iori, Honório Dace, Antonieta Munduruku, Waldemar Poxo, Aroldo Saw, Silmara Iori e tantos outros que deram apoio neste trabalho com hospedagem, transporte e até alimentação. Sou muito grata ao povo Munduruku do alto rio Tapajós por toda a atenção e paciência em responder a perguntas e pela oportunidade de estar com eles e aprender muitas coisas, grandes coisas para além do conhecimento formal.

Um agradecimento muito especial a todos os indígenas do povo Siona, especialmente a Senhora Nancy Madroñero Yaiguaje, governadora do Cabildo MAME ÑATA UMUGUSE em Puerto Asís, distrito de Putumayo, que contribuíram muito com esta pesquisa de tese de doutoramento. Entrar na realidade do povo Siona é uma das grandes experiências que marca a vida de qualquer pessoa. O contato com a história de vida do povo Siona tem a capacidade de nos despertar, de nos sensibilizar e nos questionar sobre: que tipo de mundo vivemos? E que tipo de civilização é essa capaz de ocasionar tanta dor e sofrimento? E com isso voltarmos um olhar diferenciado e humano para o outro.

Aos colegas da turma de 2015 do PPGDSTU/NAEA pela disposição e persistência nos vários embates que a turma enfrentou ao longo do curso e os laços fortes de amizade criados ao longo do período.

## RESUMO

Este trabalho apresenta uma contribuição no debate sobre a implementação das políticas públicas de desenvolvimento com base nas ações do governo brasileiro e colombiano, num cenário onde os desdobramentos dessas ações afetam o destino dos povos indígenas, e a ideologia do desenvolvimento regional proposta pelo Estado favorece apenas aos interesses econômicos e políticos nacionais e internacionais. Uma política de desenvolvimento adversa às populações indígenas, que não têm oportunidade de participar das discussões para fazerem frente às propostas de governo, apesar de terem seus direitos garantidos pela legislação vigente tanto no Brasil quanto na Colômbia. No âmbito dessas políticas de desenvolvimento surge o aparato estatal e o exercício do poder para a construção de megaprojetos que movimentam um grande montante de capital e afetam as populações de modo irreversível, o que, como veremos, ocorreu e ocorre com as populações Munduruku e Sionas, forçados à remoção de seus territórios tradicionais, deixando para trás suas fontes históricas, seus lugares sagrados e de sobrevivência.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento. Políticas públicas. Povos indígenas. Ambiente.

## **ABSTRACT**

This study contributes to the debate on the public policies implementation of development based on the Brazilian and Colombian government actions, in a scenario where the consequences of these actions affect the destiny of indigenous people, and the regional development ideology proposed by the State favors only the national and international economic and political interests. A development policy that is adverse to indigenous people, who do not have the opportunity to participate in the discussions to face government proposals, even though their rights are guaranteed by the legislation in force both in Brazil and Colombia. Within the scope of these development policies, emerge the state apparatus and the power exercise for the construction of megaprojects that move a large amount of capital and affect populations in an irreversibly way, which, as well as will be seen, occurred and occurs with the Munduruku and Sionas people, forced to the remotion of their traditional territories, leaving behind their historical sources, their sacred and surviving places.

**Keywords:** Development. Public policy. Indigenous people. Environment.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Campo de Pesquisa: Fase inicial.....	31
Figura 2: Construção do Projeto interdisciplinar.....	31
Figura 3: Interfaces interdisciplinares dentro do projeto.....	32
Figura 4: a poluição do rio Cabitutu já numa das nascentes .....	36
Figura 5: Rio Cabitutu .....	37
Figura 6: O cortejo de acompanhamento do corpo do Campesino em Puerto Asís.....	38
Figura 7: Operação do Exército Colombiano .....	38
Figura 8: Mapa: Terra indígena Munduruku .....	42
Figura 9: Mapa da região do povo Siona, no rio Putumayo .....	43
Figura 10: Eixo Amazônico da hidrovia Putumayo entre Puerto Asís e Santo Antônio do Içá/AM.....	58
Figura 11: Eixo Amazônico da hidrovia Putumayo .....	59
Figura 12: Queimada ao longo da Transamazônica (próximo a Jacareacanga) .....	76
Figura 13: Colheita do Açaí na aldeia Munduruku, Janeiro/2016.....	88
Figura 14: Moradores mostram artefatos usados pelos agentes federais na Operação Eldorado.....	93
Figura 15: Aldeia Buena Vista .....	96
Figura 16: Imagem de satélite mostrando incêndios florestais na América do Sul.....	113
Figura 17: Rios de fumaça atingem São Paulo e o céu escureceu na tarde de 19 de agosto de 2019 devido às queimadas na Amazônia.....	113
Figura 18: Imagens do Teles Pires Essa região a área era conservada até 2013 .....	115
Figura 19: Alterações na vegetação com a construção da Usina em 2017.....	116
Figura 20: Garimpo ilegal na terra indígena Munduruku.....	140
Figura 21: O Ministro do Meio ambiente em reunião com os garimpeiros em Jacareacanga .....	140
Figura 22: Garimpo na terra indígena Munduruku.....	141
Figura 23: Capa do documento RIMA – UHE Teles Pires .....	152
Figura 24: Área ocupada pela construção da UHE Teles Pires.....	153
Figura 25: Líderes indígenas Siona da aldeia Buenavista em reunião com a Defensoría del Pueblo .....	156
Figura 26: Mapa da localização das missões religiosas na Amazônia no século XVII	160

Figura 27: Mapa da área de estudo na região do Tapajós .....	163
Figura 28: Indígenas Munduruku da aldeia Katô chegando em Jacareacanga.....	164
Figura 29: Aldeia Katô jovens em frente a uma habitação tradicional .....	167
Figura 30: cerimonia de dança – Aldeia Katô .....	167
Figura 31: Cacique geral Biboy Kabá Munduruku (in memorian) .....	168
Figura 32: Cocar de penas tradicional Munduruku usado pelos guerreiros .....	168
Figura 33: Paneiro <i>Itiu</i> utilizado pelas mulheres .....	169
Figura 34: Colar Munduruku feito com caroço de tucumã .....	169
Figura 35: Cacique Vicente Saw Munduruku ( <i>in memorian</i> ) .....	173
Figura 36: casa ritual na aldeia Kabrua onde se encontram as flutas sagradas .....	178
Figura 37: Guerreiro Munduruku com uma cabeça mumificada .....	179
Figura 38: Igarapé Massaranduba contaminado por resíduos de garimpo .....	191
Figura 39: Vista aérea do rio Crepori desaguando no rio Tapajós .....	192
Figura 40: Atual cor do rio Cabitutu, completamente poluído com resíduos de garimpos .....	193
Figura 41: Veículos de tração para locomoção nos garimpos dentro da terra indígena Munduruku, no rio Cabitutu .....	193
Figura 42: Placa no rio Cabitutu: os indígenas cobram pedágio aos garimpeiros para subirem o rio.....	194
Figura 43: Reunião na Câmara Municipal de Jacareacanga/PA para tratar da mineração em terras indígenas .....	195
Figura 44: Movimento contra a garimpagem em terras indígenas solicitando a presença do Ministério Público Federal .....	196
Figura 45: Indígena Munduruku com cartaz solicitando a presença do Ministério Público Federal .....	196
Figura 46: Buracos cavados por retroescavadeiras hidráulicas no Megagarimpo no Rio das Tropas dentro do território Munduruku .....	197
Figura 47: Toneladas de terra jogadas na água ocasionam o assoreamento dos rios no Megagarimpo no rio das Tropas, dentro do território Munduruku.....	198
Figura 48: Visita à casa de duas indígenas que ficaram cegas e moram na aldeia Sai Cinza .....	199
Figura 49: Visita a uma família em que dois jovens apresentaram paralisia dos membros inferiores.....	199
Figura 50: Assembleia Geral do Munduruku na Aldeia Sai Cinza, em 1994 .....	203

Figura 51: Assembleia Geral Munduruku na Aldeia Sai cinza, em 1994 .....	203
Figura 52: Gravuras em duas pedras na região próxima de onde se localizava o Karobixexe.....	207
Figura 53: Mais duas gravuras em pedras na região próxima de onde se localizava o Karobixexe.....	208
Figura 54: Local onde estava localizado o Karobixexe, hoje totalmente alagado .....	209
Figura 55: Audiência Pública em Itaituba (2016) .....	213
Figura 56: Reunião do Ministério Público Estadual, em 2016, com destaque ao protagonismo da Cacica Munduruku Maria .....	214
Figura 57: Protagonismo feminino de guerreiras Munduruku (2016).....	215
Figura 58: Vista aérea das cachoeiras do rio Tapajós .....	217
Figura 59: Rodovia Transamazônica km 30, sentido Jacareacanga .....	218
Figura 60: Parada obrigatória dos viajantes no km 180 da rodovia Transamazônica ..	218
Figura 61: Ponte quebrada devido à má conservação da estrada, logo após o Km 180	219
Figura 62: Aldeia Assembleia Geral do povo Munduruku - Aldeia Apombo, km 47 da rodovia Transamazônica.....	220
Figura 63: Comunidade Vila Rayol na rodovia Transamazônica, próxima ao rio Tapajós .....	220
Figura 64: Aldeia Biriba – Da direita à esquerda: Arlindo Kirixi Munduruku, Cacique Vicente Saw Munduruku, Cacique-geral Arnaldo Kaba Munduruku e esposa.....	225
Figura 65: Aldeia Biriba - Cacique Dionísio Krixixi Munduruku na convocação para a criação da Associação Indígena Waru Orebu do Alto Rio Kabitutu .....	225
Figura 66: Aldeia Biriba – Café da manhã comunitário.....	226
Figura 67: Caminho da floresta para chegar na aldeia Kabrua, num percurso de 9 km	226
Figura 68: Chegada na aldeia Kabrua depois do percurso pela floresta.....	227
Figura 69: Reunião na escola municipal da aldeia Kabruá .....	227
Figura 70: Aspectos da aldeia Kabrua - Crianças brincando.....	228
Figura 71: Reunião na aldeia Kabruá com as lideranças e caciques de aldeias próximas para criação da Associação Indígena ARO da aldeia Kabrua .....	228
Figura 72: Café da manhã comunitário na aldeia Kabruá .....	229
Figura 73: Almoço comunitário na aldeia Kabruá .....	229
Figura 74: Região do garimpo Porto Rico no rio Cuiu-Cuiu .....	241
Figura 75: Região do garimpo São José no meio da floresta próximo ao rio Cuiu-Cuiu .....	242

Figura 76: Atividade ilegal de mineração em terras indígenas no rio das Tropas afluente do rio Tapajós .....	244
Figura 77: Igarapé Massaranduba, contaminado por resíduos de garimpos, deságua no rio das Tropas.....	246
Figura 78: Garimpo no Rio das Tropas operação de fiscalização indígenas e Policia Federal. ....	246
Figura 79: Essa Placa foi colocada no Rio das Tropas pelo Movimento Ipereg Ayu ..	247
Figura 80: Buracos cavados por retroescavadeiras hidráulicas nas margens dos rios destroem as matas ciliares. Megagarimpo no Rio das Tropas (2018).....	247
Figura 81: Rio das tropas contaminado por resíduos da garimpagem e o mercúrio. Não há vida aquática, apenas lama .....	248
Figura 82: Ausência tratamento adequando: o lixo produzido nos garimpos é despejado diretamente no solo da floresta.....	249
Figura 83: Pista de pouso em regiões de garimpo no meio da floresta .....	257
Figura 84: Estradas clandestinas que cortam a floresta para alcançar regiões distantes e retirar madeira de modo ilegal.....	258
Figura 85: Lâmina do Codice Florentino .....	262
Figura 86: Localização do distrito de Putumayo .....	264
Figura 87: Localização do distrito de Putumayo .....	265
Figura 88: Embarcação Yaquirana .....	276
Figura 89: Produção agrícola em Puerto Asís .....	277
Figura 90: Taita Maurício.....	281
Figura 91: Padre Estanislau de La Corts com os indígenas.....	282
Figura 92: Missionário junto ao povo Siona .....	282
Figura 93: Napoleón Yaiguajé, Curaca Siona, 1935 .....	283
Figura 94: Habitação indígena tradicional.....	284
Figura 95: Abertura da estrada Mocoa - Puerto Asís .....	284
Figura 96: Curvas sinuosas e abismos na estrada mal conservada.....	303
Figura 97: Mureta construída recentemente, segundo um motorista, devido a um acidente em que morreram várias pessoas .....	304
Figura 98: Foto (capturada da internet) do acidente que aconteceu em junho/2019 na estrada Bogotá – Puerto Asís.....	304

Figura 99: O Rio Pipinito sempre transborda na época de muita chuva na região (em 13 ago. chovia bastante).....	305
Figura 100: Carretera Bogotá – Puerto Asís (Agosto/2019) - Deslizamentos de terra e árvores são muito frequentes quando chove na região .....	306
Figura 101: Interior da Biblioteca Municipal de Puerto Asís.....	309
Figura 102: Fachada da Biblioteca Municipal de Puerto Asís .....	309
Figura 103: Vistas da Paróquia de São Francisco em Puerto Asís .....	312
Figura 104: Equipe técnica da MAPP/OEA em Puerto Asís.....	314
Figura 105: Visão geral do centro da aldeia com a escola ao fundo, o barracão e a casa de rituais .....	316
Figura 106: Governadora do Cabildo, Sra. Nancy Mandroñero.....	317
Figura 107: Povo Siona e artesanato de colares e pulseiras .....	317
Figura 108: Aspecto das casas na aldeia Siona .....	318
Figura 109: Placa de fundação da escola com financiamento do Fundo Europeu para a Paz .....	319
Figura 110: Vista da fachada da escola - Na porta a Governadora e o Sr. Anderson ..	319
Figura 111: Vista interna da escola .....	320
Figura 112: Há necessidade de se construir um refeitório para atender às crianças da escola .....	320
Figura 113: Casa ritual e no centro esse objeto relacionado ao ritual do Yagé.....	321
Figura 114: Porto no Rio Putumayo em Puerto Asís.....	324
Figura 115: Rio Putumayo, fenômeno das terras caídas .....	324
Figura 116: Assoreamento nas margens do rio Putumayo .....	325
Figura 117: Vista aérea da cidade de Puerto Asís .....	326
Figura 118: Vista aérea do rio Putumayo .....	327
Figura 119: Novo integrante das FARC treina o uso de rifle, em 2018, dois anos após a realização do acordo de paz.....	342
Figura 120: Guerrilheiros das FARC.....	342
Figura 121: Menores guerrilheiros recrutados pelas FARC .....	346
Figura 122: Livro saúde e alimentação Munduruku.....	360

## LISTA DE SIGLAS

ABA - Associação Brasileira de Antropologia  
ABRANLIN - Associação Brasileira de Antropologia e Linguística  
ANAC - Agência Nacional de aviação  
ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica  
ANM - Agência Nacional de Mineração  
APA - Área de Proteção Ambiental  
CEB - Centro de Ensino Básico  
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe  
CICR - Comitê Internacional de la Cruz Roja  
CHS - Comissão Hemisférica de Segurança  
CIMAT - Conselho Indígena do Tapajós  
CIMI - Conselho Indigenista Missionário  
CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente  
CONSED - Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação.  
CVRD – Companhia Vale do Rio Doce  
DEMEC - Delegacia do Ministério da Educação  
DENF - Departamento de Ensino fundamental  
DST - Doenças Sexualmente Transmissíveis  
DMPM - Departamento Nacional de Pesquisa Mineral  
EPE - Empresa de Pesquisa Energética  
EIA - Estudo de Impacto Ambiental  
FARC - Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia  
FLONA - Floresta Nacional  
FUNAI - Fundação Nacional do Índio  
GTZ - Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit  
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.  
ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.  
IFPA - Instituto Federal do Pará  
IIRSA - Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana.  
INPA - Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia.  
IPND – Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento

LA - Licença Ambiental  
LAENA - Laboratório de Análises Espaciais do NAEA/UFPA  
LDB - Lei de Diretrizes Básicas  
MAPP - Missión de Apoyo al Proceso de Paz  
MEC - Ministério da Educação  
MMA - Ministério do Meio Ambiente  
OEA - Organização dos Estados Americanos  
OIT - Organização Internacional do Trabalho  
ONG - Organização Não Governamental  
ONU - Organização das Nações Unidas  
ONUDD - Organização das Nações Unidas contra Drogas e Delito  
PEC - Proposta de Emenda Constitucional  
PLG - Permissão da Lavra Garimpeira  
PPTAL - Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras indígenas da Amazônia  
Legal  
PNIS - Programa Nacional Integral de Substituição de Cultivos Ilícitos.  
RIMA - Relatório de Impacto Ambiental  
RCID - Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação  
SEDUC - Secretaria de Estado de Educação  
SEMMA - Secretaria Estadual de Meio Ambiente  
SIVAM – Sistema de Vigilancia da Amazônia  
TI - Terra Indígena  
TIAR - Tratado de Assistência Recíproca  
UEPA - Universidade Estadual do Pará  
UNB - Universidade de Brasília  
UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância  
UHE - Usina Hidroelétrica

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>20</b>
<b>1.1 Contextualização da problemática.....</b>	<b>20</b>
<b>CAPÍTULO 2 – METODOLOGIA.....</b>	<b>27</b>
<b>2.1 Uma investigação qualitativa sobre a dimensão social, cultural e o desenvolvimento.....</b>	<b>27</b>
<b>2.2 Esboço da problemática central - Elementos fundamentais.....</b>	<b>44</b>
<b>CAPÍTULO 3 – APROPRIAÇÃO TERRITORIAL.....</b>	<b>46</b>
<b>3.1 Colonização passado e presente.....</b>	<b>46</b>
<b>3.2 Colonialidades e a descolonização epistemológica na América latina .....</b>	<b>49</b>
<b>3.3 Neocolonialismo da expansão do capitalismo e mecanismos de desterritorialidades: as Políticas de Integração – IIRSA na Pan-Amazônia .....</b>	<b>54</b>
<b>3.4 Fricção Interétnica .....</b>	<b>60</b>
<b>3.5 Grupos étnicos, territorialização e fricção interétnica.....</b>	<b>64</b>
<b>3.6 As fronteiras e os territórios indígenas novos .....</b>	<b>67</b>
<b>3.7 A decomposição dos espaços com o avanço da fronteira capitalista.....</b>	<b>73</b>
<b>3.8 Entendendo o caso da UHE São Luiz do Tapajós .....</b>	<b>80</b>
<b>3.9 Entendendo o caso da UHE Teles Pires.....</b>	<b>82</b>
<b>3.10 As estratégias de integração da infraestrutura da Amazônia - IIRSA.....</b>	<b>88</b>
<b>3.11 A integração e o desenvolvimento: a negação das dinâmicas sociais e ambientais .....</b>	<b>92</b>
<b>3.12 O discurso oficial de território estratégico geográfico e geopolítico e políticas públicas para a Pan-Amazônia.....</b>	<b>97</b>
<b>CAPÍTULO 4 – PROVÍNCIA BIOGEOGRÁFICA DA AMAZÔNIA.....</b>	<b>101</b>
<b>4.1 Descoberta do rio das Amazonas: breves relatos de viajantes .....</b>	<b>101</b>
<b>4.2 Fragmentos da descoberta do novo mundo: relatos dos viajantes.....</b>	<b>102</b>
<b>4.3 A Amazônia enquanto espaço biogeográfico e central para o planeta .....</b>	<b>109</b>
<b>4.4 A região do vale do rio Tapajós.....</b>	<b>110</b>
<b>4.4.1 Dos indicadores de (In) sustentabilidade da UHE Teles Pires .....</b>	<b>114</b>
<b>CAPÍTULO 5 – POLÍTICAS PÚBLICAS X MEIO AMBIENTE NA PAN-AMAZÔNIA.....</b>	<b>121</b>
<b>5.1 A teoria do Desenvolvimento, subdesenvolvimento, periferia e dependência.</b>	<b>121</b>

5.2 “Integrar para não entregar”: a política de desenvolvimento da Amazônia durante o período militar.....	127
5.3 Novas questões ou velhos problemas? Políticas públicas e meio ambiente .....	132
5.4 Territorialidades: alteridade e reconhecimento de direitos sociais .....	144
5.5 As subjetividades no processo de licenciamento ambiental.....	148
<b>CAPÍTULO 6 – ALDEAMENTOS E MISSÕES NO RIO TAPAJÓS.....</b>	<b>158</b>
6.1 Período pré-colonial aldeamentos e missões no rio Tapajós.....	158
6.2 Os Munduruku do Tapajós .....	162
6.2.1 Alguns adereços usados tradicionalmente pelo povo indígena Munduruku .....	166
6.3 Aspectos da vida religiosa do povo Munduruku.....	170
6.4 O Bem Viver e os povos indígenas .....	181
6.5 A Queda da produção da borracha – Início da garimpagem no Tapajós .....	190
6.6 Terra indígena Munduruku – A aldeia Teles Pires.....	201
<b>CAPÍTULO 7 – O TRABALHO DE CAMPO .....</b>	<b>212</b>
7.1 O trabalho de campo na Terra Indígena Munduruku.....	212
7.2 O percurso .....	216
7.3 As aldeias Munduruku .....	221
7.4 A cronologia da transformação da região do rio Tapajós .....	237
7.5 A lógica reprodutiva e sua dinâmica de articulação do sistema político econômico global.....	245
7.6 A legislação Mineral <i>versus</i> a legislação ambiental: qual o papel do Estado brasileiro?.....	252
7.7 O desmonte da FUNAI e os reflexos do aumento da mineração nas terras indígenas .....	254
<b>CAPÍTULO 8 – O RISCO DE EXTERMINIO DO POVO SIONA (ZION BAIN) DAS FLORESTAS DO RIO PUTUMAYO (COLÔMBIA) .....</b>	<b>261</b>
8.1 Introdução: Território, colonização e diversidade cultural na região do alto rio Putumayo.....	261
8.2 Putumayo: missões, povos indígenas e economia extrativista .....	263
8.2.1 A integração do território colombiano no século XIX e a hegemonia conservadora .....	267
8.2.2 Definição da fronteira no trapézio amazônico.....	273
8.2.3 As caucherias na Amazônia Oriental.....	278
<b>CAPÍTULO 9 – O POVO SIONA DO RIO PUTUMAYO.....</b>	<b>285</b>

9.1 O ritual do Yagé e as práticas terapêuticas do povo Siona.....	291
<b>CAPÍTULO 10 – TRABALHO DE CAMPO NO DEPARTAMENTO DE PUTUMAYO – COLÔMBIA .....</b>	<b>298</b>
10.1 Cronograma de viagem: Belém – Bogotá – Puerto Asís .....	299
10.2 A estrada.....	302
10.3 A coleta dos dados.....	308
10.4 Visita ao Cabildo Indígena Mame Ñata Umuguse: Pueblo Zion Bain (Sionas), Aldeia Nuevo Amanecer.....	315
10.5 O Porto e o Rio Putumayo .....	323
<b>CAPÍTULO 11 – DESTERRITORIALIZAÇÃO DO POVO SIONA DO RIO PUTUMAYO.....</b>	<b>329</b>
11.1 Os recursos ambientais para o fortalecimento do território Siona .....	329
<b>CAPÍTULO 12 – DIREITOS ÉTNICOS NO BRASIL E NA COLÔMBIA.....</b>	<b>337</b>
12.1 Colômbia: o artigo 55 da Constituição Política da Colômbia .....	338
12.2 Putumayo: uma zona histórica de conflito .....	341
12.3 O longo processo de paz na Colômbia .....	346
<b>CAPÍTULO 13 – A ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL: A CONSTITUIÇÃO CIDADÃ DE 1988 .....</b>	<b>349</b>
<b>CAPÍTULO 14 – SOBRE A ALTERIDADES DOS POVOS INDÍGENAS .....</b>	<b>356</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>363</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>368</b>

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 Contextualização da problemática

As pesquisas que resultaram neste trabalho foram iniciadas em 2015, mas a sua história remonta a 1994, ano em que trabalhei na Secretaria de Estado de Educação do Pará – SEDUC e fui convidada a assumir a recém-criada Sessão de Educação Escolar Indígena do Departamento de Primeiro Grau, ligada à Diretoria de Ensino.

A criação de uma Sessão de Educação escolar indígena dentro da SEDUC é o resultado de um longo processo de luta dos povos indígenas brasileiros e da comunidade acadêmica para a incorporação dos direitos sociais na Constituição Federal de 1988. Desse modo, com base no artigo 210 do texto constitucional, que trata sobre a Educação Escolar Indígena, e nos atos dos Dispositivos Gerais no texto constitucional contidos nos artigos 78 e 79, que preconizam como dever do Estado o oferecimento de uma educação escolar indígena, esta deve ser bilíngue e intercultural, para que fortaleça as práticas socioculturais e o uso da língua materna de cada comunidade indígena.

Posteriormente, esses direitos foram assegurados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996). Entretanto, foi a partir da incorporação dessa modalidade de educação indígena ao sistema nacional de educação que houve a transferência da responsabilidade sobre a educação escolar indígena da Fundação Nacional do Índio – FUNAI para o Ministério da Educação – MEC, em 1991, a partir do Decreto Presidencial n. 26/1991. Por esse Decreto o MEC recebeu a incumbência de coordenar as ações referentes à educação escolar indígena no Brasil e repassou essa incumbência às Secretarias de Estado de Educação, as quais passaram a trabalhar com essa nova modalidade educacional.

E de fato, tratava-se de uma nova modalidade completamente diferente, e as Secretarias de Educação de todo o Brasil não tinham preparo e nem pessoal técnico especializado para a realização desse trabalho nas aldeias. Havia necessidade de parcerias com as Universidades para pesquisas, formação de professores para trabalhar nas aldeias e, principalmente, formação de professores indígenas para a alfabetização em língua materna respeitando os preceitos constitucionais.

A minha chegada para trabalhar na Sessão de Educação Escolar Indígena na Seduc – Pará foi *sui generis* e um desafio no primeiro momento, que depois se transformou num

motivo de grande satisfação, ao poder entender o que é a educação escolar indígena de fato e trabalhar no decorrer da minha formação acadêmica e profissional para que essa modalidade de educação diferenciada seja implantada nas aldeias do estado do Pará. Entretanto, na década de 1990, nesse período de implantação da educação escolar indígena dentro da Secretaria de Estado de Educação, tratava-se de uma nova modalidade de ensino específica, que era muito diferenciada, inclusive, da educação rural.

Por outro lado, o repasse de recursos federais que antes eram recebidos pela FUNAI para atender às aldeias com educação, agora estava sendo feito aos estados para que assumissem essa responsabilidade. E conseqüentemente, já havia a pressão tanto da Fundação para que o Estado exercesse seu papel de gestor como a justa cobrança dos indígenas com relação ao Estado assumir de fato a educação indígena.

De todo modo, em 1994 existiam nos Estados as Delegacias do MEC – DEMEC que trabalhavam o planejamento e a fiscalização dos recursos nos Estados. E a DEMEC Belém promoveu naquele ano o I Encontro de Educação Escolar Indígena do Estado do Pará, no mês de agosto, para definir, junto com as diversas instituições e povos indígenas, os caminhos da Educação indígena. Esse evento foi coordenado pelo Comitê de Educação Escolar Indígena, criado de modo interinstitucional e interdisciplinar através do Decreto n. 60, de 06 de julho de 1992, com o objetivo de subsidiar as ações e proporcionar o apoio técnico-científico às decisões que envolviam as normas e os procedimentos relacionados ao Programa Nacional de Educação Escolar Indígena.

Fui convidada para participar do evento pelo Departamento de Primeiro Grau, atualmente Departamento de Ensino fundamental – DENF /SEDUC, através do projeto do Centro de Ensino Básico – CEB, no qual trabalhava como técnica de educação. O Projeto de aceleração da Aprendizagem – CEBS tinha como objetivo a implantação de classes em módulo primeiro e segundo. Desse modo, o módulo 1º correspondia a 1º e 2º série, e o módulo 2º correspondia a 3º e 4º série. Tinham por base o método de educação construtivista de Paulo Freire para conter índices de repetência, evasão e reprovação.

No evento tive literalmente o primeiro contato com os povos indígenas, e através das discussões pude compreender, um pouco, o que era a educação escolar indígena.

Como memória registro aqui a participação de todos os membros do Comitê Nacional de Educação Indígena que estiveram presentes no evento, o qual foi coordenado pela Profa. Marineuza Gazzetta, representante do MEC. Os representantes das instituições eram, respectivamente: da FUNAI - Jaime Mattos/Nelmo Scher; das Universidades - Ruth Monserrat/Bruna Franchetto; do Centro de Trabalho Indigenista -

CTI – Marina Kahn; Jussara Gruber – Centro de Documentação e Pesquisa do Alto Solimões/ membro fundadora do Museu Maguita; da Associação Brasileira de Antropologia – ABA - Aracy Lopes da Silva/Luiz Donizete Grupioni; da Associação Brasileira de Antropologia e Linguística - ABRALIN - Raquel Teixeira; do Conselho Nacional de Secretário de Educação - CONSED – Ruy Rodrigues; dos Povos Indígenas do Centro Oeste - Daniel Cabixi/Domingos Verissimo; dos indígenas do Norte - Euclides Pereira Macuxi/Nino Fernandes; dos povos indígenas do Sul - Juvêncio Kaingang.

O evento foi histórico, rico em debates e propostas, e foi o primeiro para discutir a educação escolar indígena no estado do Pará com a participação das instituições federais, estaduais, as ONG e povos indígenas. Ressalte-se que foi o primeiro evento num estado que possui uma diversidade grande de etnias e indivíduos falantes de diversas línguas dos vários troncos linguísticos.

No término do encontro, quando a autora retornou para o Departamento de Ensino Fundamental/Projeto CEBS, ela teve a surpresa de não fazer mais parte do projeto, pois havia sido transferida para a Educação Escolar Indígena, assim começando uma jornada grande, literalmente, inclusive para ter ao menos uma sala dentro do Departamento de Ensino Fundamental que ela pudesse abrigar essa nova modalidade, desconhecida de toda a Secretaria de Estado de Educação.

Outro desafio foi a formação da equipe, pois nenhum(a) técnico(a) em educação tinha interesse em vir trabalhar na educação escolar indígena por desconhecimento, preconceito e até por medo. De fato, até por medo, como relatou não uma pessoa, mas diversas, quando a pesquisadora saiu de sala em sala convidando quem tivesse interesse em trabalhar na educação escolar indígena.

Por esse motivo, como sugestão o Departamento de Linguística da Universidade Federal do Pará, por meio das Professoras Leopoldina Araújo e Risoleta Julião, recomendou à SEDUC que convidasse o grupo de professores que trabalhavam de modo multidisciplinar num projeto na aldeia Mãe Maria, da etnia Parkatejê, no município de Marabá.

Esses professores estavam saindo da aldeia por decisão interna dos Parkatejê, que não tinham nesse momento mais interesse na escola, pois tinham outras prioridades, principalmente a volta às atividades ancestrais pelos jovens. Desse modo, a primeira equipe de educação escolar indígena da SEDUC Pará foi composta pelos professores Marcia Eloisa Lasmar Bieri (Pedagoga - Coordenação), Regina Julião (Socióloga),

Moises David das Neves (Biólogo), João da Costa Filho (Engenheiro Civil/Matemático), Edilene Furtado (Letras e Artes) e André Alvarez (Historiador).

Com a formação da equipe firmamos outras parcerias com a Universidade, com a FUNAI, com o Conselho Indigenista Missionário - CIMI NORTE II, e com os povos indígenas para podermos realizar, primeiramente, um levantamento da situação sociolinguística do estado do Pará indo nas aldeias das diversas regiões para saber a real situação das escolas e como começar o trabalho.

Com o tempo a autora recebeu propostas de trabalho novas e saiu da SEDUC em 1998, decepcionada pelo descaso do Governo do estado com relação aos compromissos assumidos nas aldeias, geralmente nas assembleias gerais, e que não eram por ele executados, muitas vezes até pela cansativa e inflexível burocracia interna não somente da Secretaria de Educação, mas das demais Secretarias do Estado do Pará, que não conseguiam se adaptar às necessidades urgentes do atendimento diferenciado às aldeias.

Destaca-se que a demanda por educação escolar indígena no estado do Pará é grande, e as exigências são de acordo com as necessidades. Os povos indígenas exigiam - e ainda exigem - a melhorias das condições nas escolas que funcionavam de modo muito precário nas antigas unidades da FUNAI, a contratação de professores indígenas e a produção de material próprio. Por esse motivo, como consequência a SEDUC estava sempre sendo chamada para reuniões no Ministério Público Federal – MPF, o qual tem a tutela dos interesses das populações indígenas assegurado na Constituição Federal por redação expressa do artigo 129, inciso V, portanto, responsável pela defesa em juízo dos interesses dos povos indígenas.

A autora costuma dizer que saiu da SEDUC, mas nunca da educação escolar indígena. Ela guarda na lembrança que foi nesta Secretaria que teve contatos com povos indígenas, numa relação que transformou completamente a sua perspectiva como educadora. Afinal, não há como permanecer com a mesma abordagem quando se trabalha com grupos étnicos que têm visões de mundo diferenciadas. De fato, ainda hoje se trata de um desafio grande da educação brasileira: a busca de um trabalho específico inter e transdisciplinar que represente os anseios reais de cada comunidade indígena.

Belém foi a cidade onde ela nasceu, cresceu e realizou sua formação acadêmica, inicialmente em Pedagogia, na Universidade Federal do Pará – UFPA. O curso de Mestrado foi iniciado em 2004, no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA, e o tema da sua dissertação: *Educação Diferenciada, Políticas Públicas e Cidadania na Terra Indígena Munduruku no Estado do Pará*, constituiu uma reflexão sobre alguns

aspectos do processo de escolarização na TI Munduruku, cujo contexto interétnico é marcado pela história de disputa pela terra e luta pela demarcação do território.

Diante disso, ao pensar em um projeto de pesquisa para o curso de doutorado, a autora resolveu realizar um trabalho interdisciplinar que envolveria principalmente a antropologia e a etnografia. O objetivo inicial era pesquisar, sob uma perspectiva antropológica e etnográfica, as políticas públicas de desenvolvimento a partir dos projetos de infraestrutura instalados em países da Pan-Amazônia, especificamente no Brasil e na Colômbia, cujas obras afetam as TI do povo Munduruku no estado do Pará e do povo Siona em Puerto Assis, município do departamento de Putumayo, na Colômbia.

Trata-se, portanto, de uma pesquisa sobre as estratégias de desenvolvimento e de uso do espaço territorial dos povos indígenas Siona e Munduruku nas circunstâncias atuais de territorialização dessas populações. Sob essa perspectiva, iniciaram-se os trabalhos de campo, mas logo percebeu-se que tanto o povo Munduruku quanto o povo Siona estavam envolvidos na resistência e na luta pela preservação da terra e conservação da biodiversidade em face da fronteira econômica nova e na defesa de seus territórios ancestrais, numa batalha entre conseguir direitos e perder direitos adquiridos.

Por um lado, o povo Munduruku estava envolvido em três dilemas grandes envolvendo a preservação do território: a demarcação da TI Sawré Muybu no médio rio Tapajós, por causa da ameaça constante de construção da Usina Hidroelétrica – UHE São Luiz do Tapajós; no alto rio Tapajós, a luta para a preservação do território e do seu patrimônio cultural com a construção da hidrelétrica de Teles Pires; e, ainda, a exploração mineral do território ancestral.

Apesar de a terra indígena estar demarcada, foram construídas duas usinas hidrelétricas, Teles Pires e São Manuel, com desdobramentos diversos na terra Munduruku. Ainda, havia a exploração do território por atividades ilegais de mineração em toda a região do Tapajós, inclusive na terra indígena Munduruku.

Com relação, ao povo Siona do rio Putumayo, na Colômbia, historicamente enfrentam situações de alta complexidade. O padrão de civilização capitalista adotado no século XIX entrou no território travestido de modernidade, baseado na proposta de integração do Estado Nacional Colombiano.

Desse modo, trata-se de um território onde os conflitos territoriais ocorrem desde a colonização. As áreas de Putumayo e Caquetá foram colonizadas pelos padres Jesuítas, Franciscanos e Catalães Capuchinhos. O trabalho de evangelização se deu a partir da aculturação baseada em acordos Estado – Igreja, fundamentados no discurso civilizatório

que se consolidou via elites sobre a mestiçagem colombiana. Posteriormente, no início do século XX, ocorreram conflitos com os caucheiros peruanos da Casa Arana, que escravizaram boa parte dos povos indígenas da região.

Atualmente, com a construção de obras de infraestrutura por meio da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana – IIRSA no rio Putumayo, a exploração de petróleo feita via corporações internacionais de porte grande, que agem dentro dos territórios indígenas, ocorre a expulsão dessas populações de suas aldeias para as periferias de cidades como Puerto Asís, Oritos, Villagazón, San Francisco, Mocoa dentre outras.

Nesse cenário complexo, ainda existem outras tramas com diversos atores com os mais diversos interesses, principalmente a guerrilha e o conflito armado. As ações e conflitos entre as milícias armadas e a luta constante pela posse do território entre as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – As FARC (os narcotraficantes) e o exército colombiano deixam essas populações numa trágica situação de confinamento em seu território.

De modo geral, em 2001, a autora passou a integrar o quadro funcional da Associação Suíço Brasileira de Apoio na Amazônia, uma organização não governamental que trabalha com a promoção de projetos de desenvolvimento sustentável na Terra Indígena – TI Munduruku, onde permanece até hoje. Isso não só mudou a sua perspectiva de trabalho, mas a permanência no cotidiano das aldeias mudou a relação estabelecida entre ela e os indígenas.

Nesse sentido, o trabalho que a autora apresenta não se distancia completamente dos objetivos iniciais, pois permanece a discussão sobre territorialidades, soberania e bem viver dos povos indígenas Munduruku e Siona; e abrange também os temas do colonialismo, da luta indígena e, especificamente, as políticas públicas de desenvolvimento e seus desdobramentos socioambientais.

Até o momento, nenhum trabalho acadêmico abordou, não de modo comparativo, mas por meio de uma análise multissituada dos sistema-mundo nessas regiões, principalmente, o choque entre interesses econômicos globais e conservação do meio ambiente. Pretende-se nessa análise dar uma dimensão étnica do estado de tensão que, segundo Ramos (2018, p. 13), se dá entre as forças centrípetas das etnias e a força centrífuga do Estado, o que afeta a integridade dos povos indígenas, e que Roberto Cardoso de Oliveira chama de “fricção interétnica”.

Este conceito implica em transformações no território e no modo de vida dessas populações geradas pelo processo histórico de submissão à lógica de atuação dos governos – com quem os indígenas convivem há mais de 500 anos com imposições abusivas da sociedade majoritária. Num tempo em que a Amazônia, a partir de sua importância central no debate político – ambiental global, encontra-se ameaçada de destruição com a redefinição de projetos de governos baseados no extrativismo de matéria-prima, combustíveis fósseis, e ainda construção da infraestrutura física de integração sul-americana, faz-se necessária a avaliação local e dos desdobramentos sociais, culturais e ambientais nas populações tradicionais e indígenas das duas regiões.

Desse modo, definiu-se o rio Tapajós (Brasil) e o rio Putumayo (Colômbia) como áreas onde o processo de destruição do ecossistema está bastante acelerado e tem afetado diretamente as populações indígenas e tradicionais. Trata-se de uma proposta de trabalho múltiplo comparativa, que tem como objetivo o estudo interdisciplinar dos desdobramentos sociais, culturais relacionados à identidade simbólica, à territorialidade indígena e à luta pela preservação da terra, com conservação da biodiversidade, face à nova fronteira econômica.

Uma história sobre o modo de planejamento das políticas públicas de desenvolvimento do Estado colonialista, em parceria com grandes empresários, usando todo o seu aparato para implantar projetos de porte grande em regiões que afetam populações indígenas tradicionais e o ambiente; sobre as estratégias de luta e resistência dos povos atingidos que resistiram e resistem a esse processo; e ainda, sobre o modo como as forças do Estado atuam na política nacional para manter a dominação.

## **CAPÍTULO 2 – METODOLOGIA**

### **2.1 Uma investigação qualitativa sobre a dimensão social, cultural e o desenvolvimento**

A noção de complexidade está por trás dos problemas científicos. Nesta pesquisa buscou-se analisar problemas com grandes complexidades. Um dos maiores desafios da ciência contemporânea é tentar entender as complexidades das mudanças para antecipar possibilidades de transformação. Mas será possível criar mecanismos de previsão? Para isso, é fundamental entender os elementos que estão por trás dos coadjuvantes que contracenam com os principais atores das propostas de desenvolvimento multidimensionais para a Pan-Amazônia.

A compreensão do que é progresso, desenvolvimento, natureza e descontinuidades torna-se algo importante, já que perpassa a vida dos povos indígenas e das populações tradicionais. A cada “reinvenção da Amazônia”, por meio de projetos e programas de desenvolvimento com as investidas, seja de grupos empresariais ou outros grupos e governos com os mais diversos tipos de interesses, quem sofre as consequências são sempre aqueles que não tiveram oportunidade de participar do planejamento desses empreendimentos ou ações, sejam quais forem.

Deste modo, para transformar essa situação é necessária outra postura, como o rompimento desse paradigma de desenvolvimento instalado em países Amazônicos como o Brasil e a Colômbia, baseado, principalmente, nos princípios universalistas da Constituição Federal brasileira de 1988 e na Constituição Política da Colômbia de 1996.

Para compor a ideia de políticas públicas de desenvolvimento e infraestrutura nos rios Tapajós e Putumayo, optou-se por uma abordagem analítica e comparativa que está fundamentada num apanhado dos conceitos históricos e das análises das políticas públicas de integração destas regiões da Pan-Amazônia. Nessa perspectiva, o referencial teórico que se tomou como base foi o conceito de Oliveira (1962), de fricção interétnica, que se traduz pela criação da interdependência entre índios e não índios, nesse caso, lançando-se um olhar diferenciado no modo como esse contato se estabelece, e como esses grupos indígenas lidam com a permanência e a mudança cultural a partir das transformações socioeconômicas, culturais e ambientais.

Para Oliveira (1964), essa fricção interétnica é caracterizada, muitas vezes, pelo conflito; e pode apresentar as mais variadas configurações. No caso específico,

populações dialeticamente unificadas através de interesses opostos, ainda que interdependentes, por mais paradoxal que pareça.

Desse modo, fez-se necessária uma análise histórica transnacional das regiões, o que produziu, por sua vez, uma experiência única, privilegiando-se um estudo do acervo documental para lançar um olhar sobre a estrutura de fricção interétnica que se verifica no diálogo dos invisíveis dessas regiões.

De todo modo, historicamente, o planejamento do desenvolvimento da Amazônia, de acordo com Castro (2001), sempre esteve pautado em ações de fora para dentro desde a colonização, e mais recentemente na implementação de megaprojetos de integração regional, aos moldes dos anos 1970 e 1980. Segundo a autora, foi nesse período que houve uma intensificação na construção de grandes projetos na Amazônia, como os eixos rodoviários, projetos industriais como o Projeto Ferro Carajás e hidrelétricos como as Usinas de Tucuruí (PA) e Balbina (AM).

Observou-se a promoção dessas políticas de desenvolvimento regional sob a lógica da integração e do incremento da infraestrutura, entretanto sem abrir o diálogo com as comunidades do entorno desses projetos e sem uma preocupação baseada em métodos de estudos científicos sérios, multidisciplinares dos efeitos dessas ações no ambiente.

A ciência, de modo geral, é construída sobre um corpo de conhecimentos aceitos e cumulativos, logo não se trata de uma entidade abstrata. Descartes (1637), em *Discurso do Método*, esclarece que o conhecimento externo das coisas deve ser conseguido através do trabalho lógico da mente, o que rejeita qualquer conhecimento seguro a partir da sensível. Assim, a fundamentação do racional contribuirá para os avanços científicos.

Numa outra abordagem mais contemporânea, Rosen (1991) atribui significados àquilo que se observa no mundo que nos rodeia, numa relação de causalidade diante do fenômeno e das relações por ele estabelecidas, que decodificam a lógica das relações e suas implicações. Com efeito, pode ser argumentado que compreender as complexidades sociais, políticas, econômicas ambientais e culturais da Amazônia exige do pesquisador uma postura mais eclética diante dos fenômenos. Nesta perspectiva, a interdisciplinaridade pode levar à revisão de ideias fundamentais e à quebra das teorias dogmáticas (KUHN, 2011) com a formulação de hipóteses e questionamentos para a quebra de paradigmas.

Estas considerações refletiram na disposição das disciplinas de acordo com as suas normas e padrões científicos que fazem parte das ciências sociais (Desenvolvimento Socioambiental) e do domínio das ciências humanas (Antropologia e Etnografia). Desta

maneira, a metodologia de trabalho e a trajetória da pesquisa realizada com as populações indígenas da Pan-Amazônia poderão servir no futuro como referência para outros pesquisadores sobre o mesmo tema.

Nesta perspectiva, a própria definição de Tese, segundo a norma NBR 14724, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, deixa bem claro que: “Tese é o documento que representa o resultado de um trabalho ou exposição de um estudo científico de tema único e bem delimitado. Deve ser elaborado com base em investigação original, constituindo-se na real contribuição para a especialidade em questão [...]”.

Numa outra abordagem, a revista *Sobrevivendo da Ciência* (2010) define tese como “[...] filosoficamente, uma nova hipótese que foi testada pelo proponente e que ele não pode refutar, por isso ela é aceita provisoriamente como a resposta da pergunta de trabalho”. A trajetória percorrida pelo pesquisador é parte intrínseca, e se constitui na parte verdadeiramente interdisciplinar, uma vez que esse todo não somente será trazido para a pesquisa como servirá de base na construção de novas referências. Esta pesquisa é qualitativa em meio a uma investigação narrativa que se construiu a partir da experiência de campo junto às comunidades onde são expressados os relatos vividos, contados pelos indígenas e pelas lideranças locais.

Os registros trazidos para esta pesquisa, com base no contexto, no qual eu, como pesquisadora, estou inserida, revelam minhas reflexões, o modo como vejo o mundo, sendo reflexo do que aprendi na minha trajetória profissional como pedagoga com mestrado em planejamento do desenvolvimento, e de como venho trabalhando com as questões dos conflitos e dessas territorialidades com as populações indígenas e tradicionais tanto do rio Tapajós quanto do rio Putumayo. Desse modo, o objeto de estudo foi tratado de modo interdisciplinar, cujas temáticas dialogaram entre si no cenário desta pesquisa.

No geral, estando a natureza profundamente marcada por ações antrópicas, muitas delas de caráter predatório, especialmente na Amazônia, é necessário encontrar meios de reduzir, ou pelo menos minimizar os impactos negativos de seus meios de produção no ambiente e nas sociedades. Conseqüentemente, para que o desenvolvimento seja trabalhado de modo sustentável é necessário que as bases dos trabalhos científicos sejam alteradas.

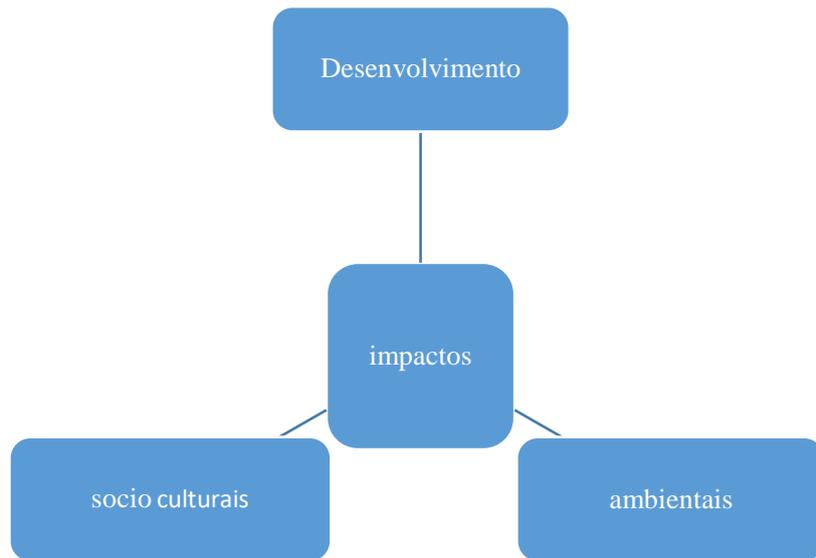
Nesta perspectiva, com base nas complexidades que o objeto de estudo apresenta, o formato da pesquisa científica em Desenvolvimento Sustentável baseada na disciplinaridade não causa tantos efeitos, principalmente, quando se trata de equacionar

as variáveis e os impactos de projetos de desenvolvimento, conflitos e deslocamentos forçados em TI e comunidades tradicionais. Desse modo, é essencial levar em consideração os estudos dos impactos sociais, culturais, ambientais, econômicos, a etnoarqueologia, dentre outros aspectos. Há necessidade do avanço epistemológico na integração das diferentes interfaces e da interdisciplinaridade com a Antropologia, Etnografia e Desenvolvimento Sustentável, com as quais se apresentam questões de ordem ambiental.

Considerando-se tal necessidade, o objetivo desta pesquisa consiste na realização de um conjunto de estudos interdisciplinares em torno de uma estrutura analítica comparativa - através do estudo de caso e da etnografia com as minúcias dos locais e as subjetividades na construção das territorialidades - que identificou os entraves dos programas de desenvolvimento relativos às transformações socioculturais e ambientais junto às populações indígenas do rio Tapajós e do rio Putumayo, a partir da construção de projetos de desenvolvimento multidimensionais de infraestrutura do Estado em parceria com a IIRSA e de grupos empresariais e outros atores que têm influência nas dinâmicas territoriais desses povos.

Para a consecução desse objetivo foram estipuladas algumas etapas iniciais como: a definição da temática do desenvolvimento, os impactos socioculturais e ambientais, a escolha da zona a ser estudada e os instrumentos para a construção da problemática. Identificaram-se as disciplinas articuladas, cujos resultados da confrontação disciplinar permitiram o diálogo interdisciplinar (Figura 1 a 3).

Figura 1: Campo de Pesquisa: Fase inicial



Fonte: Elaborada pela autora

Instrumentos:

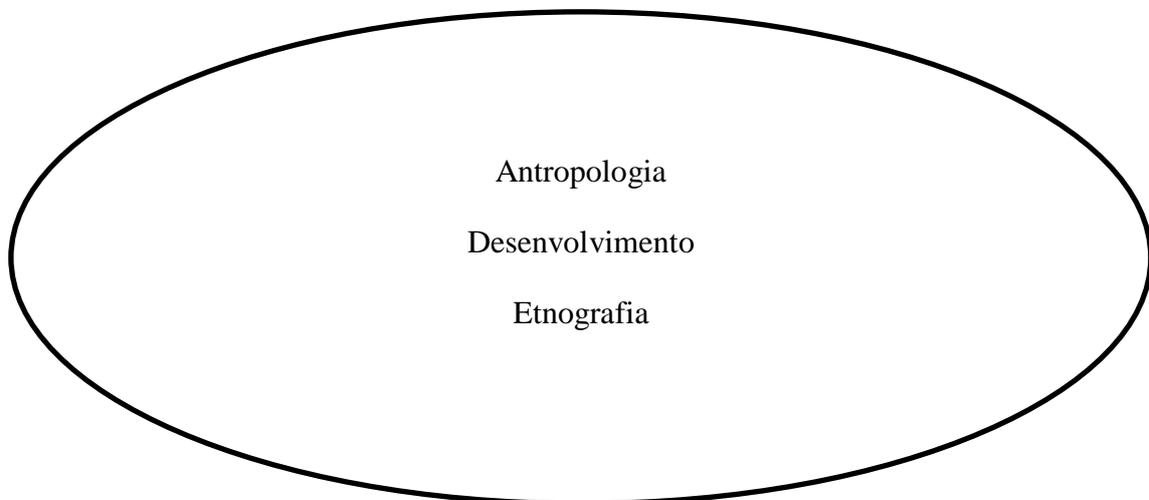
Definição de área;

1- Coleta de dados;

2- Distribuição espacial dos indicadores;

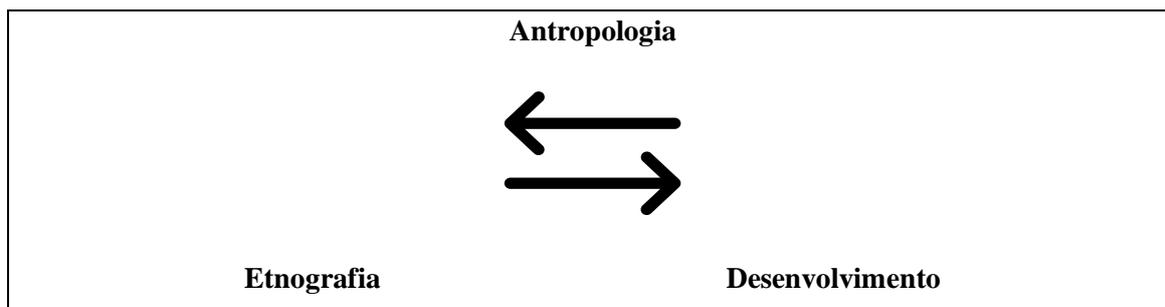
3- Hipótese.

Figura 2: Construção do Projeto interdisciplinar



Fonte: Elaborada pela autora.

Figura 3: Interfaces interdisciplinares dentro do projeto



Fonte: Elaborada pela autora.

Verificou-se que até o momento nenhum trabalho acadêmico abordou a questão do choque de mundos, do global e local, não de modo comparativo, mas uma análise multissituada do sistema-mundo nessas regiões e o papel das fricções interétnicas nessas duas regiões, principalmente mediante o jogo entre interesses econômicos globais e conservação do meio ambiente. Especialmente, a partir da construção da infraestrutura física de integração sul-americana, e outros interesses, em TI Munduruku no rio Tapajós e Sionas no rio Putumayo, avaliando localmente os impactos sociais, culturais e ambientais.

Trata-se de uma proposta de trabalho multissituada, que teve como objetivo o estudo interdisciplinar dos desdobramentos sociais e culturais relacionados à identidade simbólica, à territorialidade indígena e à luta pela preservação da terra com a conservação da biodiversidade face à nova fronteira econômica. Portanto, esta é uma pesquisa qualitativa interdisciplinar, a qual abrange várias possibilidades de estudar os fenômenos que incluem estas populações, suas relações sociais estabelecidas ou as conexões nos diversos ambientes.

De acordo com Yin (2001), esta é uma maneira de se fazer a pesquisa empírica, que estuda os fenômenos contemporâneos dentro de seu contexto de vida real, em situações em que as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não estão muito bem definidas; e então se utilizam múltiplas fontes de evidência.

O objetivo foi de aprofundar a descrição do fenômeno com o estudo de situações típicas e similares nas diferentes regiões da pesquisa, e da multiplicidade de dimensões presentes nesta situação vivenciada por essas populações. A cosmologia dos povos em contraposição aos projetos revela realidades complexas, tanto culturais como ambientais, econômicas, sociais, etnoarqueológicas, o contexto em si.

De modo geral, o Desenvolvimento Sustentável e a Antropologia possuem aspectos comuns. A aproximação entre esses saberes pode trazer resultados positivos para a compreensão e a explicação dos fenômenos estudados tanto pelo Desenvolvimento Sustentável como pela Antropologia. Nesta perspectiva, Costa (2014) esclarece que a Antropologia é marcada pelo estranhamento e pela comparação, sendo esse estranhamento uma capacidade do antropólogo de se surpreender com questões vistas como naturais e comuns aos olhos dos demais pesquisadores, o que lhe permite a relativização das categorias com a desconstrução das verdades.

Essas características da Antropologia, aliadas a uma proposta de Desenvolvimento Sustentável, podem auxiliar na compreensão das situações reais, entender e produzir conhecimentos, legitimando as questões cruciais do desenvolvimento no Brasil, especificamente, o afastamento e o distanciamento da sociedade local no momento do planejamento das políticas públicas de desenvolvimento para uma determinada região.

Trata-se ainda de uma pesquisa empírica na qual a coleta de dados foi primordial para o entendimento da identidade cultural das comunidades do mundo novo que vai chegando e a resistência no momento de contraponto (GEERTZ, 1978). O exercício etnográfico do cotidiano destas populações foi o destaque neste trabalho com o objetivo de inserir estas questões na construção de um planejamento melhor de projetos de desenvolvimento na Pan-Amazônia.

Nessa perspectiva, a Etnografia é uma ferramenta primordial para estudar o “com-viver” devido à permanência e a observação *in situ* do pesquisador. De todo modo, Santos (2013, p. 96) esclarece que não existe entre os antropólogos uma ideia coesa quanto aos meios concretos para a realização da pesquisa etnográfica ou a fórmula da qual derive o seu melhor resultado — seja na questão da pesquisa de campo ou na finalização desta quando da realização do texto final, apesar de a Antropologia contemporânea estar a se debruçar criticamente acerca de tal prática.

Assim, acredita-se ser possível a construção de uma análise etnográfica que dê conta das necessidades e dinâmicas pelas quais determinados traços da investigação e elaboração dos textos antropológicos anseiam, citando de passagem: os tipos de sociedades complexas com as quais se lida na atualidade. Há de levar-se em consideração tanto as obras clássicas quanto o contexto dos posicionamentos políticos da pesquisadora e ou do pesquisador e da sociedade.

E uma das técnicas etnográficas adotadas foi o uso do caderno de campo, que foi imprescindível enquanto exercício etnográfico, em parte baseado no conceito de diário de campo, de Malinowski ([1884-1942] (1997, p. 20) principalmente com a percepção “[...] entusiástica das relações de um antropólogo de campo e uma sociedade estranha. Nela ele deve viver como aquele que registra e analisa [...]”, ou seja, deslocar-se junto ao povo escolhido para o estudo, permanecer com o povo por um período e participar da vida coletiva desse povo.

Desse modo, a pesquisa de campo e os dilemas do método etnográfico enfatizarão os caminhos pelos quais as problemáticas se deslocaram na busca pela objetividade científica, entretanto, com uma preocupação de fazer do relato etnográfico uma possibilidade de as sociedades estudadas se pronunciarem, dando voz aos excluídos. Assim, o método de pesquisa de campo de Malinowski remete a uma ruptura com o método tradicional que a Antropologia trabalhava. Antes de Malinowski, os antropólogos positivistas e evolucionistas não realizavam o trabalho de campo.

Salvo exceções, alguns pesquisadores realizaram pesquisa de campo trinta anos antes de Malinowski, como Franz Boas (1858-1942), considerado como pioneiro na Antropologia moderna. Boas ficou junto com o povo esquimó e publicou, em 1888, no Sexto Relatório Anual do Departamento Norte Americano de Etnologia o material etnográfico chamado “*Os esquimós centrais*”.

E Radcliff Bronw (1881 – 1955), que permaneceu de 1906 a 1908 em pesquisa de campo nas ilhas Andaman no Golfo de Bengala, à leste da Índia e publicou em 1922 “*The Andaman Islanders: a study in social anthropology*” e ainda na Austrália, publicando em 1931 “*The social organization of Australian Tribes*”, com o objetivo de estudar o parentesco e a organização familiar dos povos aborígenes.

Nessa perspectiva, o texto introdutório que abre o livro *Argonautas do Pacífico Ocidental*, de Malinowski, é assim: “[...] Imagine o leitor sozinho, rodeado apenas do seu equipamento numa praia tropical próxima a uma aldeia nativa, vendo a lancha ou o barco que o trouxe afastar-se no mar até desaparecer de vista [...]”. Trata-se, portanto, de um marco da etnografia pela utilização de instrumentos científicos metodológicos definidos como a “observação participante”, que busca compreender, descrever e dar sentido ao mundo do ponto de vista dos nativos.

Utilizou-se aqui, especificamente, do método de bricolagem, que se baseia na produção do conhecimento científico a partir de fragmentos da realidade, conforme proposto por Lévi-Strauss (1976). Portanto, essa pesquisa oportunizou principalmente o

diálogo entre a Etnografia e a Antropologia. Foi necessária uma análise histórica transnacional das regiões, o que produzirá, por sua vez, uma experiência única, privilegiando um estudo do acervo documental para lançar um olhar sobre a estrutura de fricção interétnica que se verifica no diálogo dos invisíveis dessas regiões estudadas.

Nesta direção, a permanência de, no mínimo, seis a oito meses entre idas e vindas aos locais de campo, muitas vezes ao território Munduruku e quase um mês na Colômbia pesquisando fontes de referências, ouvindo as pessoas, observando a região, as pessoas e a paisagem exigiu a utilização de muitas habilidades como pesquisadora, principalmente a sensibilidade etnográfica ao olhar, ouvir e escrever (OLIVEIRA, 1996), assim como perguntar, sentir e fotografar (SIMONIAN, 2000), além da pesquisa contida nas fontes documentais e bibliográficas, uma vez que todos os dados foram confrontados.

A utilização do método de bricolagem nesta pesquisa foi fundamental. Tal método se baseia na produção de conhecimento científico a partir de fragmentos da realidade. Conforme proposto por Lévi-Strauss (1976), trata-se de um tipo de criação de textos através de diferentes textos colados como uma bricolagem, e neste estudo se mostrou comprovadamente um excelente instrumento teórico na formação de algo novo sem qualquer planejamento, conforme seus entendimentos no curso das ideias.

De fato, a importância da valorização do conhecimento e das tecnologias das populações tradicionais, ressaltada por Strauss, destaca-se em especial no trabalho com as populações indígenas. Neste trabalho, o uso da bricolagem trouxe para o contemporâneo o passado remoto, o antigo, as tradições, o diferente e exótico, a materialidade das cosmologias. O objetivo foi dismantelar o colonialismo dando vozes aos esquecidos.

De todo modo, destaca-se o caderno de campo e a máquina fotográfica como de suma importância para se enfrentar a bricolagem do dia a dia entre os povos do rio Tapajós e do rio Putumayo. A utilização do diário de campo ainda é, sem dúvida, o elemento mais importante, uma vez que nele poderão ser registradas as impressões de todas as situações observadas (OLIVEIRA, 1996), assim como, em algumas circunstâncias, a utilização da máquina fotográfica, com o cuidado de que todos os registros de imagem fiquem na aldeia e nas comunidades para arquivo.

Entretanto, cabe o registro nesta pesquisa de que, especialmente na Colômbia, muitas pessoas não quiseram se identificar por temor, inclusive funcionários públicos, representantes indígenas, especialmente da aldeia Buenavista, que é um lugar de ações diretas dos grupos de guerrilha, os quais fazem confinamento da população, que sofre em

meio ao conflito armado e à violência. E em determinados lugares nem a máquina fotográfica se pôde utilizar, e quando utilizada foi com cautela.

Registram-se aqui dois episódios, um deles na rodovia Transamazônica, que deixaram a autora bastante alerta para essa situação. Estava ela numa pista clandestina de garimpo em plena Transamazônica e fotografava o movimento das aeronaves que estavam partindo com muitas mercadorias, peças, motores para os garimpos da região, e logo apareceu um cidadão, aparentemente do sul do Brasil, que veio me perguntar se ela era do CIMI (Conselho Indigenista Missionário), e que ela respondera que não, que era professora. Mesmo desconfiado, ele foi embora e a deixou prosseguir viagem.

Essas pessoas que trabalham de modo irregular com exploração de ouro e madeira não querem na região as pessoas do CIMI, nem das ONG e nem repórteres por causa das denúncias de destruição que têm ampla repercussão nacional e internacional. De todo modo, não impediu a mesma de fazer os registros sobre a destruição do garimpo no rio Cabitutu, localizado dentro do território indígena, afluente do rio Tapajós (Figuras 4 e 5).

Figura 4: A poluição do rio Cabitutu já numa das nascentes



Fonte: Arquivo Pessoal (nov. /2019).

Figura 5: Rio Cabitutu



Fonte: Arquivo Pessoal (nov. /2019).

O outro episódio foram as ações militares em Putumayo, em que a pesquisadora fora advertida para ter muito cuidado ao tirar fotos para não levantar suspeitas, até por que estava tendo um trabalho dos exércitos colombiano e equatoriano fazendo ações em Puerto Asís. Na verdade, por se tratar de uma região de conflitos, por questão de segurança, ela recebeu inúmeras recomendações para evitar levantar suspeitas sobre seu trabalho. Entretanto, quando ela esteve na região houve a intensificação dos conflitos com o assassinato de um camponês no conflito armado, e por esse motivo estava tendo uma operação conjunta dos dois exércitos, com muita movimentação de helicópteros em Puerto Asís e em direção ao rio Putumayo, como mostram os registros (Figuras 6 e 7).

Figura 6: O cortejo de acompanhamento do corpo do Campesino em Puerto Asís



Fonte: Arquivo Pessoal (ago. 2019).

Figura 7: Operação do Exército Colombiano



Fonte: arquivo Pessoal (ago. 2019).

A metodologia para a realização de entrevistas focalizadas constitui-se de um “roteiro de tópicos” (LAKATOS; MARCONI, 2003), menos formal que a entrevista estruturada, a qual permite que entrevistado e entrevistador estabeleçam uma relação mais

aberta (CARDOSO, 1996), o que possibilitou o registro dos relatos orais dos informantes. A opção pela utilização deste tipo de recurso foi fundamental, devido à inibição de alguns entrevistados.

Neste contexto, fez-se necessária a definição da questão da pesquisa com base nos trabalhos de Yin (2001), que afirma que é fundamental para a investigação dos eventos da vida real a extensão do controle que o pesquisador tem sobre os eventos comportamentais efetivos, sendo necessárias estratégias para o levantamento de perguntas como: “de onde” e “quem” irá ser entrevistado.

Nesse sentido, esclarece-se que, uma das duas áreas analisadas neste trabalho corresponde ao território indígena Munduruku, no oeste do Pará, no qual foram visitadas as aldeias à margem do rio Tapajós até o rio Teles Pires, com destaque para a aldeia Sai Cinza, que foi selecionada como base para o início da pesquisa; as aldeias do rio Cabitutu (Kaburuá, Katõ, Biribá); e a aldeia Teles Pires, no rio Teles Pires.

No contexto, as terras Munduruku não constituem áreas contínuas no sentido de vizinhos em um dado espaço geográfico, no alto Tapajós. Por esse motivo a aldeia Sawré Muybu ficou de fora, já que a ocupação pelo povo Munduruku ocorreu depois do ano 2000 e ela está localizada no médio Tapajós. E das comunidades tradicionais do rio Tapajós, a Vila Rayol, devido à localização geográfica bem em frente do local onde o governo pretende ou pretendia construir a UHE São Luiz do Tapajós.

Quando a autora saiu do Brasil para realizar o trabalho de campo na Colômbia, na região do rio Putumayo – a outra área analisada neste trabalho-, o objetivo foi apresentar uma “amostra” contendo as características detalhadas sobre os conflitos, deslocamentos forçados e os demais problemas que afligem a população dos Sionas. Para tanto, o propósito era ir pelo rio Putumayo até a aldeia Buena Vista, localizada na fronteira com o Equador, e depois visitar os indígenas que estão aldeados na periferia de Puerto Asís (como refugiados dos conflitos).

Essa foi a rota inicialmente traçada: ir na aldeia Buenavista para o exercício etnográfico, e no retorno visitar as aldeias da periferia de Puerto Asís. Entretanto, devido à situação de confinamento que esse povo estava vivendo, em face do toque de recolher no rio Putumayo, onde são estipulados horários para a navegação, e ainda devido às ações do exército colombiano na região, atuando em parceria com o exército equatoriano em operações de combate à guerrilha, foi impossível, por questões de segurança, o deslocamento para Buenavista.

Porém, consegui um informante que mora em Buenavista e que estava em Puerto Asís nesse período (agosto de 2019), o qual me forneceu muitas informações úteis sobre os elementos da espiritualidade Siona com relação ao ritual Yagé; e sobre os impactos dos projetos e da exploração de petróleo em seu território, com as constantes ameaças que sofre a população Siona.

A coleta de informações no setor público deu-se, como se vê no Quadro 01 entre os indivíduos vinculados à:

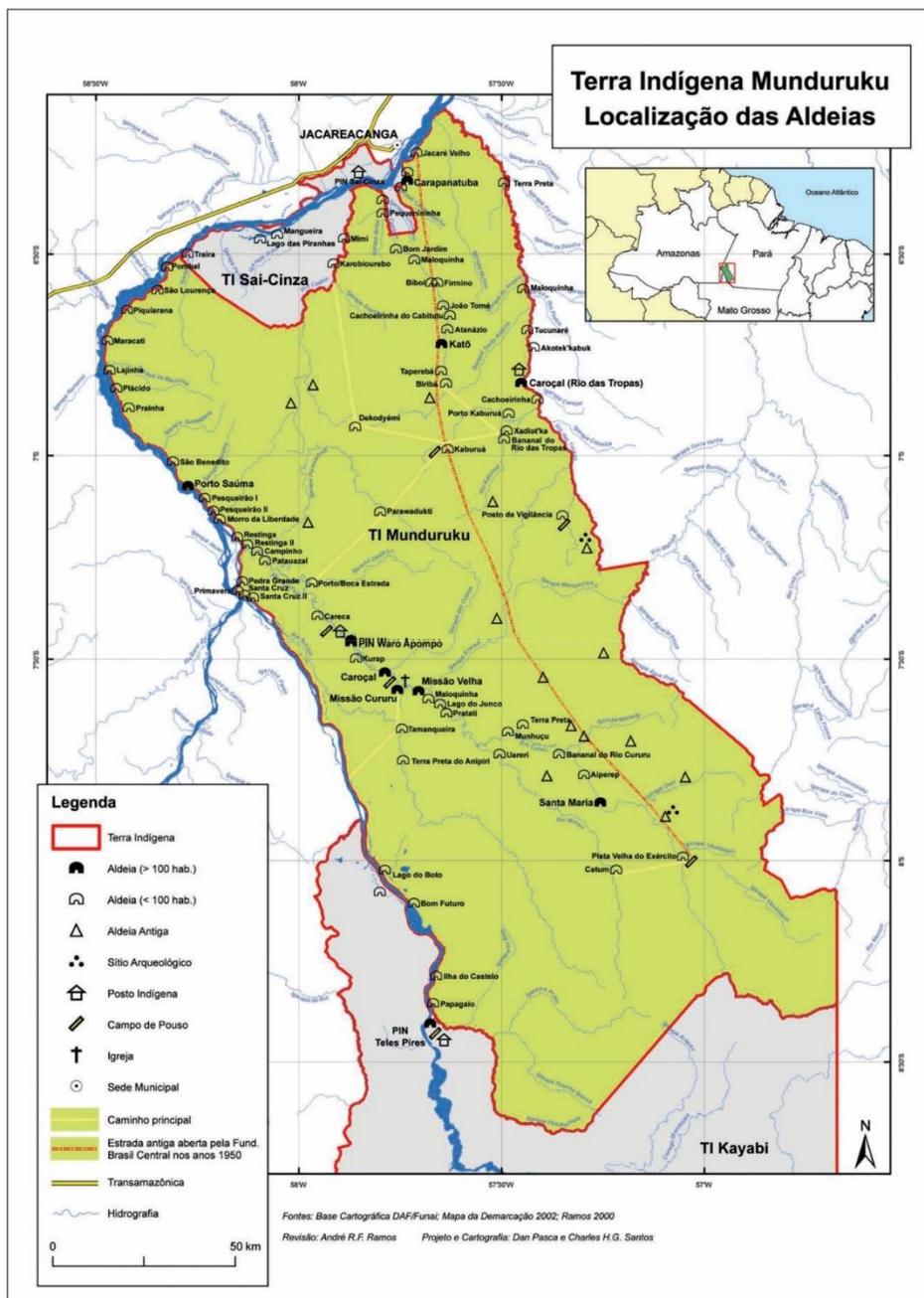
Instituições governamentais	Não governamentais
Fundação Nacional do Índio – FUNAI	Asociación Del Cabildos del Pueblo indígena Siona da Aldeia Mame Ñata Umuguse (Nuevo Amanecer) – Puerto Asís – Putumayo – Colômbia
Procuradoria da República de Santarém – Brasil	Associação Indígena Munduruku Pusuru – Jacareacanga – Pará – Brasil
Ministério do Meio Ambiente – Brasil	Associação Indígena Munduruku ARO – aldeia Kabruá – Jacareacanga – Pará – Brasil
Ministério do Planejamento – Brasil	Associação Indígena Munduruku da aldeia Biriba do rio Cabetutu – Jacareacanga – Pará – Brasil
Departamento Nacional de Planeación (Colômbia)	Associação Indígena Munduruku da Aldeia Sai Cinza
Alcaldia de Puerto Asís (Colômbia)	
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO – Brasil	
Secretaria de Estado de Meio Ambiente – Pará – Brasil	
Prefeitura municipal de Itaituba – Pará-Brasil	
Prefeitura municipal de Jacareacanga – Pará- Brasil	

Prefeitura de Puerto Asís – Putumayo – Colômbia	
Organização das Nações Unidas – OEA / Puerto Asís – Putumayo – Colômbia	
Museu Nacional da Colômbia - Bogotá Biblioteca Nacional da Colômbia – Bogotá	

Com este conjunto de entrevistas, foi possível produzir uma configuração para o entendimento dos problemas dos impactos socioambientais e culturais aos quais aquelas populações estão sujeitas.

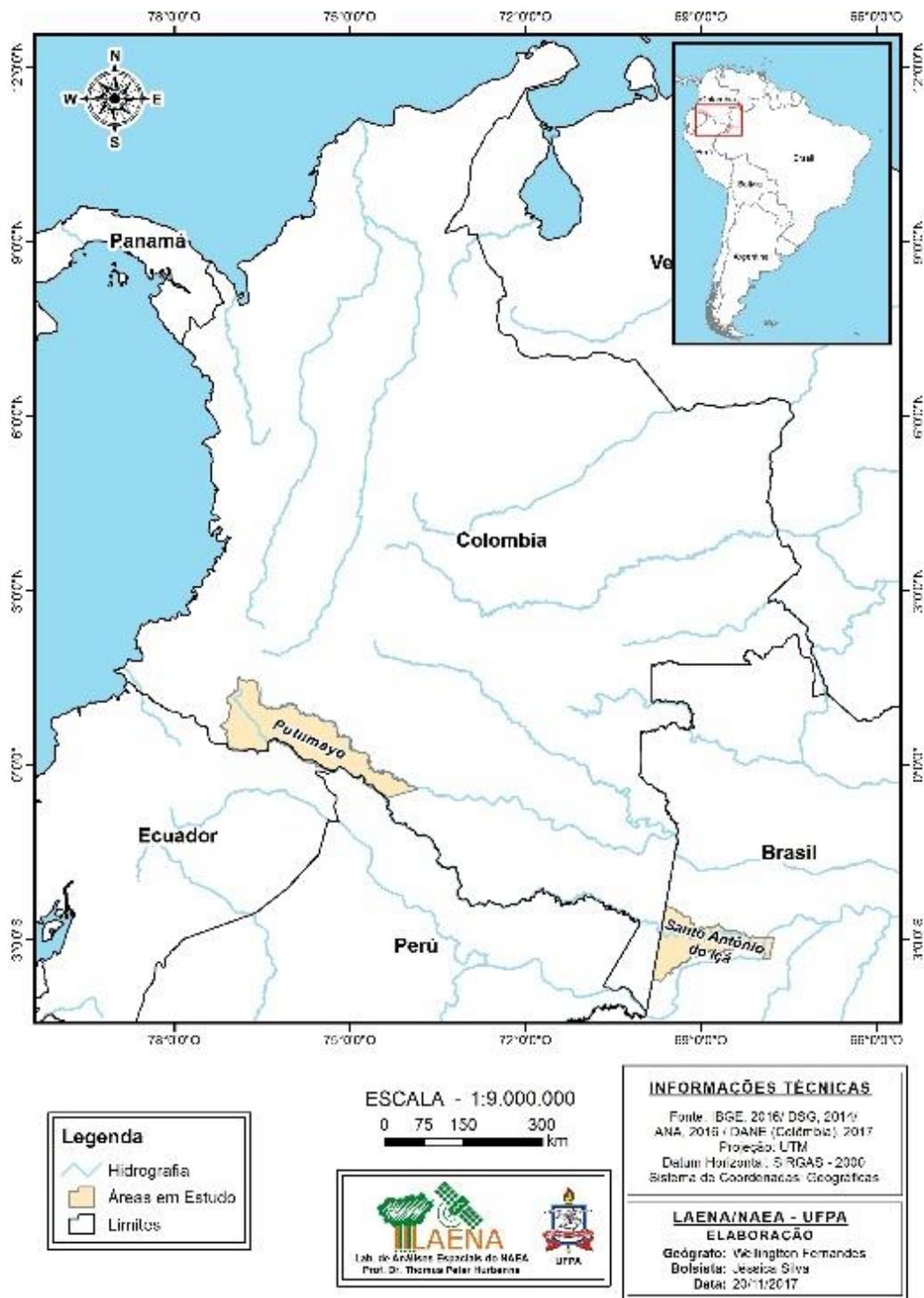
A documentação bibliográfica reunida para análise constituiu-se de diversas fontes, como por exemplo, livros, artigos de publicações científicas, documentos institucionais, matérias de jornais locais, nacionais e internacionais, revistas e textos capturados na internet. O referencial teórico adquirido por meio do levantamento bibliográfico, mais as entrevistas e as notas recolhidas em campo foram imprescindíveis para a produção de conhecimento sobre a etnia (OLIVEIRA, 1996; MALINOWSKI, 1989), pois permitiram a produção da bricolagem (LEVI-STRAUSS, 1976) acerca da realidade vivida pelos índios na Terra Indígena (Figuras 8 e 9).

Figura 8: Mapa: Terra indígena Munduruku



Fonte: FUNAI/PPTAL/GTZ (2008).

Figura 9: Mapa da região do povo Siona, no rio Putumayo



Fonte: LAENA/NAEA/UFPA (2017).

Na coleta de dados, o método de trabalho de campo utilizado possibilitou evidenciar os contextos de dominação, opressão e exploração em que vivem as camadas

mais pobres da população (LÉVI-STRAUSS, 1976; OLIVEIRA, 1996; SIMONIAN, 2005). A importância do trabalho etnográfico nesse contexto, principalmente no final do século XX, com a interseção desses profissionais nas “comunidades” e nelas permanecendo por longo período, tem oportunizado a criação de espaços para chamar a atenção quanto às intervenções econômicas dos países desenvolvidos e os impactos de suas políticas no terceiro mundo.

## **2.2 Esboço da problemática central - Elementos fundamentais**

Este trabalho trata das políticas públicas de desenvolvimento que ocorrem em diferentes espaços em municípios brasileiros e colombianos, num momento em que a Amazônia está no centro dos debates políticos e ambientais, globalmente. Buscou-se construir uma etnografia na qual a história recente é narrada localmente, e para a qual não existe uma única versão, mas sim, memórias (individuais ou coletivas), como se verá, nas áreas do rio Tapajós e do rio Putumayo.

Narrativas de percepções que se combinam numa série de possibilidades. Analisar os acontecimentos políticos, sociais e ambientais recentes no rio Tapajós e no rio Putumayo não é tarefa fácil, nem conclusiva, pois estão em processo. Em se tratando de políticas públicas, alguns fatos ocorridos nessas regiões serão objeto deste trabalho de pesquisa, pois aparecem na versão dos discursos dos povos indígenas e das populações tradicionais como verdadeiras tragédias, tanto do ponto de vista ambiental como social.

Para compor a ideia de políticas públicas de desenvolvimento e infraestrutura nos rios Tapajós e Putumayo, optou-se por uma abordagem analítica e comparativa, que está fundamentada num apanhado dos conceitos históricos, e pela análise das políticas públicas de integração destas regiões da Pan-Amazônia. Nessa perspectiva, o referencial teórico que se tomou como base é o conceito de Oliveira (1962), de “fricção interétnica”, que se traduz pela criação da interdependência entre índios e não índios, nesse caso, lançando um olhar diferenciado no modo como esse contato se estabelece e como esses grupos indígenas lidam com a permanência e a mudança cultural a partir das transformações socioeconômicas, culturais e ambientais.

Para Oliveira (1964), essa fricção interétnica é caracterizada, muitas vezes, pelo conflito; e pode apresentar as mais variadas configurações. No caso específico, populações dialeticamente unificadas por meio de interesses opostos, ainda que interdependentes, por mais paradoxal que pareça.

A principal perspectiva metodológica adotada nesse trabalho foi a da Etnografia. Apesar de não ter a formação acadêmica em Antropologia, a autora recorreu ao trabalho etnográfico para o avanço dos estudos e considerando o que esclarece Restrepo (2016, p. 15): “[...] Algunos trabajadores sociales, sociólogos, economistas y politólogos, entre otros, suelen adelantar sus investigaciones recurriendo a la etnografía”. Nessa perspectiva, a Etnografia é uma ferramenta primordial para estudar o “com-viver” devido à permanência e a observação *in situ* do pesquisador. Para Ingold (2017, p.143), a Etnografia visa a descrever a vida tal como ela é vivida e experimentada pelas pessoas em alguns lugares, em algum momento.

Utilizou-se no estudo, especificamente, o método de bricolagem, que se baseia na produção do conhecimento científico a partir de fragmentos da realidade, conforme proposto por Lévi-Strauss (1976). Portanto, a pesquisa oportunizou, principalmente, o diálogo entre a etnografia e a antropologia. Foi necessária uma análise histórica transnacional das regiões, o que produzirá, por sua vez, uma experiência única, privilegiando um estudo do acervo documental para lançar um olhar sobre a estrutura de fricção interétnica que se verifica no diálogo dos invisíveis destas regiões.

Consideraram-se, principalmente, as fontes antropológicas e etnográficas como essenciais para a pesquisa com as populações indígenas e para a delimitação do objeto de estudos. Isso porque as fontes orais, produzidas com as entrevistas, nem sempre são adequadas para a captação das principais impressões transmitidas pelos interlocutores em seu dia a dia. Nesse sentido, observações etnográficas produzidas por meio da chamada observação participante, sintetizada por Oliveira nos procedimentos de *olhar, ouvir e escrever* (1998) e fotografar (SIMONIAN, 2007b) são fundamentais para o exercício da bricolagem do dia a dia do trabalho de campo.

Nesse sentido, as fontes utilizadas para a produção desta tese são de naturezas diversas, com destaque para as oficiais, dentre as quais estão: a) Fundação Nacional do Índio – FUNAI, procedimentos e inquéritos civis do Ministério Público Federal – MPF e peças de processos judiciais, Ministério do Meio Ambiente, IIRSA, Ministério das Minas e Energias, Ministério da Educação, Ministério dos Transportes, Câmara dos Deputados, Ministério Del Interior – Colômbia; b) fontes orais; c) fontes jornalísticas; d) pronunciamentos de autoridades; e) relatos de viajantes e missionários; f) fontes antropológicas; e g) fontes etnográficas.

## **CAPÍTULO 3 – APROPRIAÇÃO TERRITORIAL**

### **3.1 Colonização passado e presente**

Houve importantes avanços no reconhecimento dos direitos indígenas tanto na Colômbia, onde a Constituição Política de 1991, no seu artigo 7º, reconhece o país como multicultural e pluriétnico, quanto no Brasil, cuja Constituição Federal de 1988, e principalmente seu artigo 231, trata sobre o direito originário dos povos indígenas, com o processo de demarcação de áreas disciplinado pelo Decreto n. 1.775/96.

Desse modo, o povo Munduruku tem suas terras demarcadas desde 2001 e homologadas em fevereiro de 2004, numa trajetória que durou 10 anos, iniciada na FUNAI em julho de 1994. E o povo Siona tem suas terras demarcadas desde 1973 pelo Instituto Nacional de Colonização de la Reforma Agraria (INCORA), as quais compreendem uma área de cinco mil hectares: a Reserva Indígena do Povo Siona.

Entretanto, nessas regiões existe sempre o risco iminente da construção de obras de infraestrutura de porte grande que afetam ou afetarão o território indígena, muitas vezes sem consultas prévias, numa complexa e traumática relação entre o Estado e os povos indígenas, sob um discurso colonialista de desenvolvimento. E ainda, há os sérios impactos ambientais ocasionados pela desenfreada exploração ilegal de garimpos em suas terras.

Em termos gerais, será aqui elaborado um breve histórico, desde a colonização até os dias atuais, o qual procura caracterizar as mudanças e as continuidades no que diz respeito às territorialidades Munduruku e Siona. Nesse sentido, a diversidade temporal das fontes analisadas foi fundamental para a concretização dos objetivos da análise.

Com relação à delimitação do objeto, a pesquisa circunscreve, no caso do povo Munduruku, desde os contatos com as missões religiosas a partir da descida do rio Tapajós até um período recente, no que se refere à análise mais densa sobre a política indigenista brasileira, avançando, no entanto, em alguns momentos até o período atual.

No que diz respeito ao povo Siona ou *Zion Bain*, desde a chegada dos colonizadores espanhóis, baseados no pensamento civilizatório ocidental, através das missões religiosas, quando se deu início aos ciclos econômicos de exploração no território até o tempo atual, onde está o território de ocupação tradicional desse povo.

O trabalho tem como objetivo compreender na atualidade a utilização do discurso oficial das políticas públicas de desenvolvimento e as consequências da falta de integração dessas políticas com a sociedade e com o ambiente num momento em que intensas discussões são travadas em âmbito local, regional, nacional e internacional, e que colocam sob concreta ameaça não somente os direitos territoriais dos povos indígenas reafirmados pelas constituições federais brasileira e colombiana e as convenções internacionais, como também o meio ambiente e a luta pela sobrevivência e a resistência desses povos, tanto no Brasil quanto na Colômbia.

A pesquisa é realizada no Brasil e na Colômbia, países que compõem a Pan-Amazônia, em regiões que possuem florestas que correspondem a milhões de árvores que são responsáveis por absorver dióxido de carbono, um gás de efeito estufa, e produzir oxigênio em quantidades significativas. Além disso, é um ecossistema completo que abriga milhares de espécies, algumas das quais ainda nem foram pesquisadas. Desse modo, o ato de cortar até minimamente uma pequena porção dessa floresta tropical pode ter efeitos catastróficos no planeta.

É mister acrescentar que no pano de fundo dessas discussões sempre está presente o interesse da reprodução do capital e a apropriação dos bens regionais pela iniciativa privada, descartando os interesses e necessidades dos atores locais e a capacidade endógena de um desenvolvimento comprometido com o equilíbrio socioambiental, onde se possa ter equidade com as questões territoriais econômicas, sociais e ambientais.

No geral, as teorias que tratam do tema Desenvolvimento Regional convergem para a concepção de desenvolvimento econômico, por meio do crescimento da atividade produtiva via industrialização, da necessidade de planejamento estatal e da concessão de estímulos à atividade produtiva. Entretanto, no Brasil, em função do padrão de ocupação do território e dos diferentes povos colonizadores, as regiões são muito desiguais, e se constata que a Norte e a Nordeste ainda estão muito aquém quanto à produção de riqueza e da apropriação desta em qualidade de vida, em relação às regiões Sul e Sudeste.

A heterogeneidade regional brasileira é marcante e persistente ao longo de décadas. Essas disparidades regionais ficam evidentes nas análises dos produtos Internos Brutos (PIBs) *per capita* regionais. No geral, os números da desigualdade social no Brasil são alarmantes. Segundo a pesquisa realizada pelo Observatório do Terceiro Setor em 2018 sobre a desigualdade mundial, mostra que 1% da população detém quase 30% da renda do país. Outros dados da pesquisa apontam que os 5% mais ricos da população recebem por mês o mesmo que os demais 95% juntos.

Deste modo, é interessante questionar: o que move a economia é a lógica do mercado livre sem limites, mesmo com o esgotamento de recursos planetários, indispensáveis à vida? Como uma das possibilidades tem-se uma economia que, ao gerar mais e mais bens e serviços, acaba promovendo exclusão social, miséria, genocídios, fome, e a destruição da integridade dos sistemas ecológicos indispensáveis para todas as formas de vida.

Entretanto, as políticas públicas de desenvolvimento pensadas pelo governo normalmente são realizadas na modalidade de parcerias público-privadas com empresas e grupos de empresas de capital internacional. No geral, essas empresas estão mais interessadas no lucro do que na preservação do ambiente. Esses empreendimentos vêm destruindo quantidades crescentes da Amazônia com aval do Estado, através das parcerias para a implantação de obras de infraestrutura como usinas hidrelétricas, portos e exploração de petróleo, dentre outros, devido à incrível quantidade de recursos que esses aglomerados econômicos podem fornecer.

Nesse sentido, o Governo federal divulgou dados de que, no ano de 2019, a Amazônia perdeu 9.700 quilômetros quadrados em um ano, o que representa o maior desmatamento desde 2008, problema provocado principalmente pelas mineradoras, obras de infraestrutura, fazendeiros, madeireiros e grilagem de terra.

Essas ações são completamente incompatíveis e “desintegradas”, parafraseando Coelho (2005), com os recursos naturais e com parâmetros de sustentabilidade contidos nos tratados internacionais sobre as mudanças climáticas e a biodiversidade – assinados desde a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento Rio-92, considerando-se que essa conferência é um marco reflexivo para uma economia ambientalmente menos danosa – e contidos na Agenda 21, que se constitui num extenso plano de ações para a sustentabilidade.

Do ponto de vista da resistência e resiliência dos povos indígenas é preciso reconhecer a sua participação – necessária e importante –, bem como o seu direito de acesso à informação baseado nos preceitos da Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho – OIT, que apresenta importantes avanços no reconhecimento dos direitos indígenas coletivos e a oportunidade de envolvê-los na tomada de decisão, para que seja estabelecida uma relação mais equitativa entre governo e sociedade, em um real processo de mútua cooperação na busca por uma integridade ambiental e social.

De todo modo, no decorrer das observações da pesquisa no campo ficou claro que a participação do governo através das políticas públicas de desenvolvimento não está sendo exercida visando ao bem-estar social, pelo contrário, a presença do Estado está relacionada ao atendimento dos interesses de determinados segmentos. Isso ocasiona situações de conflito devido a essa atuação governamental que ignora os direitos dos povos indígenas assegurados nas cartas constitucionais brasileira e colombiana.

Nessa perspectiva, cabe definir o que se entende por política pública de desenvolvimento, e nesse caso específico, por políticas públicas de desenvolvimento sustentável, por se tratar de Amazônia e de povos indígenas. As políticas públicas devem refletir a vontade coletiva dos cidadãos, pelo menos nos governos democráticos. Para Simonian (2005, p. 17), nessa relação entre Estado e os interesses da população, “[...] também se incluiu a perspectiva das populações tradicionais, que em muito se volta para o uso conservacionista da biodiversidade”. No entanto, neste trabalho, observou-se as relações utilitaristas pautadas na apropriação dos bens naturais e relações de poder que permeiam a apropriação dos bens ambientais.

As relações de colonialidades estão muito presentes nas subjetividades das relações econômicas nos países pesquisados. Dessa forma, vinculados principalmente, por meio da racionalidade ocidental que nega os saberes tradicionais e os modos de ser dos povos originários.

### **3.2 Colonialidades e a descolonização epistemológica na América latina**

Considerando-se a estratégia geopolítica de integração desenvolvida nos países da Pan-Amazônia, existe um vasto leque de possibilidades a partir do modelo capitalista consolidado em cada região. Processos de expansão territorial foram e continuam sendo nodais para a lógica capitalista. Se no colonialismo histórico a rapina dos recursos naturais legitimava-se pela força e supremacia político-militar do Estado colonizador, no contexto atual outros mecanismos de poder garantem a continuidade da expropriação.

Para elucidar esse processo, formula-se a noção de colonialidade na apropriação da natureza, entendida como resultado da construção, no interior da modernidade, de formas econômico-instrumentais de se pensar e explorar o meio ambiente. Para esclarecer os desdobramentos sociopolíticos desse processo, Quijano (1997) denominou o conceito de colonialidade como algo que transcende as particularidades do colonialismo histórico e que não desaparece com a independência ou descolonização.

De acordo com Assis (2014), essa formulação utilizada por Quijano (1997) é uma tentativa de explicar a modernidade como um processo intrinsecamente vinculado à experiência colonial. Essa distinção entre colonialidade e colonialismo, segundo Assis (2014), permite, explicar a continuidade das formas coloniais de dominação, mesmo após o fim das administrações coloniais, além de demonstrar que essas estruturas de poder e subordinação passaram a ser reproduzidas pelos mecanismos do sistema-mundo capitalista colonial-moderno. Dessa maneira, de acordo com Castro-Gomez e Gosfroguel (2007), a noção de colonialidade atrela o processo de colonização das Américas à constituição da economia-mundo capitalista, concebendo ambos como partes integrantes de um mesmo processo histórico iniciado no século XVI.

Nessa perspectiva, autores como Castro- Gómez (2005) e Quijano (2005) denominam essa possibilidade de relação como movimento de modernidade-colonialidade, cuja pretensão é desvelar a face oculta da modernização, a saber, a violência da conquista e da colonização, bem como seus traços de permanência no tempo e no espaço. Soma-se a isto, mais recentemente, a inclusão de uma terceira ponta, a conformar, agora, uma tríade: a decolonialidade ou descolonialidade, isto é, a atenção às inúmeras resistências e subversões que se dão a partir das fissuras no projeto moderno, explicitando sua impossibilidade de explicar e, muito menos, de normatizar o mundo.

Para Miglievich-Ribeiro e Romera (2018), os autores contemporâneos que são representantes da perspectiva da modernidade-colonialidade-descolonialidade na América Latina, são Enrique Dussel (Argentina/México), Aníbal Quijano (Peru), Santiago Castro-Gómez (Colômbia), Walter Mignolo (Argentina / Estados Unidos da América – EUA). Esses autores mantêm o diálogo com as formulações da crítica pós-colonial, nascida a partir da segunda metade do século XX, no processo de libertação das colônias em África e em Ásia.

E, ainda, o sociólogo português Boaventura de Sousa que soma no debate na análise, “[...] do lado do ‘colonizador’, as hierarquias que elegeram uma Europa (a anglo-saxã e germânica) superior a todas as demais, até os dias de hoje, de modo a silenciar, até mesmo a participação dos povos ibéricos e miscigenados na criação da modernidade [...]” (MIGLIEVICH- RIBEIRO, ROMERA, 2018). O eurocentrismo se impõe como a única compreensão legítima do mundo, descartando a existência e a viabilidade de outros saberes, cosmologias e racionalidades epistêmicas, assim como outros conhecimentos que não sejam da mesma matriz androcêntrica, branca e setentrional.

Na abordagem sobre o colonialismo do saber na América Latina, Miglievich-Ribeiro e Romera (2018) trazem à tona o relato clássico de Darcy Ribeiro, de 1987. Darcy Ribeiro foi um intelectual militante e pensador e pesquisador com interesse em temas diversos. Exerceu funções e tarefas as mais diversas, como antropólogo, educador, político, escritor, ensaísta e romancista, professor e “utopista”, dedicou-se a estudar a América Latina, de modo especial, o Brasil. Ribeiro escreveu um texto com a pretensão de reescrever a história, num prefácio redigido de 1978 à quarta edição venezuelana de seu livro *O Processo Civilizatório*, onde ele confessa seu temor ao submeter pela primeira vez à publicação um trabalho de tal envergadura.

Nesta apresentação, Darcy Ribeiro menciona que sua obra recebeu um parecer reprobatório de certo intelectual marxista - o qual ele toma a precaução de não nomear -, a partir do qual, entendeu a mensagem que, “[...] embora pudesse ser competente, esquecera que intelectual do mundo subdesenvolvido tem de ser subdesenvolvido também [...]” (RIBEIRO, 1997, p. 23). O parecer era arrasador, segundo Darcy, que se indignou com o fato de que este parecer explicitava uma colonialidade epistêmica ao determinar quem (não) poderia falar sobre o quê.

Darcy Ribeiro teve contato com a obra de Manoel Bomfim herdando desse autor o pensamento social crítico (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2013, p. 63). Bomfim rejeita, em uma de suas obras intitulada *América Latina: Males de Origem* ([1905] 2005), aderir às ações e ideologias das elites que insistiam em explicar o “atraso” latino-americano por suposições falsas acerca da “raça” ou do “clima”. De acordo com Miglievich-Ribeiro e Romera (2018, p 05), o objetivo do autor era revelar o sistema colonial como

[...] “parasitário”, ao extorquir as colônias e a fazer adoecer as metrópoles fadadas ao ócio. Contrariando todos que culpabilizavam os ex-cativos por um ethos supostamente antípoda ao trabalho, Bomfim construiu a tese de que, na colônia, haviam sido estes os únicos trabalhadores, ainda que o trabalho escravo lhes houvesse “roubado” a dignidade humana.

Essa era, portanto, a realidade: a América Latina vista como um continente historicamente explorado e oprimido, segundo Dussel (1998), pelas potências ocidentais. É mister mencionar que a superação do “atraso” latino-americano passava pela aposta de uma educação pública e de qualidade com a qual poderia devolver-lhe a plena humanidade.

Nessa perspectiva, Darcy Ribeiro propôs-se a fazer uma análise interpretativa do Brasil, e que, posteriormente, se estenderia também para as Américas, a qual começou na década de 1950 no exílio, quando elaborou sua primeira tentativa interpretativa. Contudo, esse autor decidiu por não a publicar imediatamente, retomando-a com este fim somente

em 1969, compondo o quarto exemplar de sua série de estudos. O motivo é por ele explicado:

A primeira versão de *Os Brasileiros* foi redigida em Montevidéu, em 1965. Não publiquei então, porque sua própria elaboração demonstrou a carência de uma teoria interpretativa que me permitisse compreender efetivamente o processo de formação do povo brasileiro. Para isto seria necessário refazer previamente, a partir de uma perspectiva brasileira e latino-americana, uma série de esquemas teóricos. Primeiro, as teorias da história, particularmente o esquema marxista de sucessão das formações econômico-sociais, porque os disponíveis eram, evidentemente, inaplicáveis. Segundo, as classificações dos povos americanos e as análises comparativas das causas do seu desenvolvimento desigual, também inadequadas. Terceiro, as tipologias das classes sociais e das estruturas de poder que eram, por igual, insatisfatórias. Finalmente, os estudos críticos das culturas e das ideologias com vistas à avaliação das circunstâncias em que elas florescem ou fenecem e o seu papel no processo de dominação dos povos dependentes (RIBEIRO, 1985, p. 16).

Para Miglievich-Ribeiro e Romera (2018), Darcy confronta essas questões e elabora releituras e revisões que foram se tornando, gradualmente, livros novos.

Incomodava-o a ausência de uma teoria explicativa específica do Brasil, assim como da América Latina, não apenas situada numa história humana ampla, na racionalidade do pensamento ocidental cartesiano, portanto, essa lacuna o impulsionava a refletir sobre uma teoria da história inovadora. Darcy Ribeiro (1995, p. 14) não encontrava possibilidades explicativas nas teorias conhecidas, as quais, para ele, poderiam servir a uma versão teórica do desempenho europeu – eurocentrismo –, mas não explicavam a história dos povos orientais, nem o mundo árabe e muito menos a nós, latino-americanos.

Desse modo, Darcy Ribeiro iniciou uma revisão das teorias da evolução sociocultural, a fim de desconstruir o modo como a razão ocidental se formulou nas Américas a partir das conquistas, e incluir devidamente as sociedades latino-americanas na história humana; e isso em perspectiva autônoma, e não estritamente vinculada à concepção do pensamento teórico europeu. E Santos (2010) escreve com maestria sobre o pensamento ocidental considerando-o um pensamento abissal, ou seja, é a não aceitação e reconhecimento do que está por trás da linha; e segundo esse pensamento, para além da linha há apenas inexistência e invisibilidade.

Para Darcy, o que nos faltava era uma teoria geral, uma decolonização do pensamento

[...] cuja luz nos tornasse explicáveis em nossos próprios termos alicerçada em nossas experiências na história, pois, teorizações oriundas de outros contextos eram todas elas eurocêntricas demais e, por isso mesmo, impotentes para nos fazer inteligíveis; constatando obviamente que, não possuindo o mesmo

passado, nosso presente também não se coaduna com o deles, e assim, nem nosso futuro um futuro comum (RIBEIRO, 1995, p. 13).

De acordo com Ribeiro (1983), a América Latina constitui-se como uma civilização antiga, assim como também são antigas as culturas ibéricas das quais os latino-americanos são herdeiros, em plena simbiose da formação étnica com os povos africanos aqui chegados como mão de obra escrava. O “povo novo” nascido desta mistura ainda seria posto, pela fricção interétnica, em contato com as levas de imigrantes aportados no continente advindos de distintas origens.

No livro *As Américas e a Civilização* (1970), esta concepção teórica constitui a gênese para a causa das desigualdade no desenvolvimento dos povos latino-americanos, cuja resposta, segundo Ribeiro, está na formação do povo a partir da elaboração das tipologias étnico-nacionais de povos extraeuropeus, que serviram de fundamento a praticamente todos os textos escritos no período de exílio, objetivando o estudo e apontando soluções para que esses países escapem de um dos piores dilemas das Américas, que é a condição de subdesenvolvimento, bem como tenham o conhecimento das diversas formações socioculturais na América Latina.

A se ter consciência da atuação e intervenção europeias reconfigurando a realidade histórica e cultural que virá a dominar nas Américas, Darcy propôs uma caracterização dos povos extraeuropeus para, então, delinear construtivamente uma perspectiva de desenvolvimento autônomo, em contraponto ao atraso histórico. Assim, explicitou uma classificação dos povos americanos do “mundo moderno”, por meio de designações genéricas e aproximativas de diferentes povos por ele analisados.

Cada uma delas engloba populações muito diferenciadas, mas também suficientemente homogêneas quanto às suas características básicas e quanto aos problemas de desenvolvimento (RIBEIRO, 1983, p. 87) com que se confrontaram, legitimando-se, dessa forma, como categorias distintas. Esta classificação foi por ele denominada de “Configurações Histórico-Culturais”.

Tais tipologias étnico-nacionais são assim nomeadas: os Povos-Testemunhos (remanescentes dos impérios da era Pré-Colombiana, como os do México e do Peru), os Povos-Novos (resultantes da mistura cultural entre colonizador europeu, nativos e escravos, no caso Brasil e Chile), os Povos-Transplantados (reproduzem as estruturas cultural e racial da metrópole, a exemplo dos Estados Unidos e Canadá) e os Povos-Emergentes. Desse modo, Darcy Ribeiro operou incomum esforço epistêmico, não se

deixando guiar pelos padrões exógenos ditados pela modernidade e traçando, assim, uma crítica descolonizadora das ciências sociais latino-americanas.

Por sua vez, Santos (2002) tem como foco discutir a contemporaneidade a partir de um ponto de vista que procura apresentar uma necessidade de construção de novos paradigmas científicos a fim de explicar a relação entre o local e o global, sob uma perspectiva multiculturalista emancipatória. Assim, discute a globalização focando seus dois aspectos, os quais ele chama de “hegemônico” e “contra-hegemônico”.

Para Martins (2012), o primeiro apresenta-se na modalidade de capital global que procura estabelecer os princípios de mercado e do acúmulo de riqueza por alguns países hegemônistas; e o segundo aspecto se refere a modos diversos de contraposição a este modelo atual de relação de produção, associando experiências locais articuladas numa rede global e configurando-se numa alternativa ao modelo vigente.

### **3.3 Neocolonialismo da expansão do capitalismo e mecanismos de desterritorialidades: as Políticas de Integração – IIRSA na Pan-Amazônia**

A lógica da grande exploração de recursos naturais na Amazônia e suas repercussões e impactos socioambientais está relacionada as tendências econômicas que se manifestam nos principais países latino-americanos (Brasil, Argentina, Colômbia e Chile) e que se intensificaram neste final de década, principalmente baseado na economia neoextrativista estabelecida é que determina uma intensiva e crescente espoliação da natureza. De todo modo, historicamente, os países do hemisfério Norte, desde a colonização, sempre exploraram de modo predatório a natureza dos países do Sul, por meio de políticas econômicas agressivas ao meio ambiente.

Atualmente, a base desta dinâmica nova de expansão do capital, assim como o montante de valores de uso produzidos, destina-se ao mercado internacional, reestabelecendo um padrão de reprodução do modelo colonialista primário-exportador. Os desdobramentos formam o chamado “efeito derrame”, que, segundo Gudynas (2018), referem-se às repercussões que não são identificadas em níveis locais, ou seja, são efeitos que estão além da contaminação, do desmatamento e das relações assimétricas de trabalho, geralmente reconhecidos nos projetos de exploração mineral, e repercutem sua dinâmica social, ambiental e econômica.

Os “efeitos derrames” impõem ainda mudanças flexibilizadoras nas normas e procedimentos ambientais e sociais, com a crescente fragilização das populações locais e degradação ambiental. Neste contexto dois aspectos são importantes de destacar: o papel das obras de infraestrutura e da extração mineral amazônica na atual lógica de desenvolvimento brasileiro, com elevada degradação ambiental produzida pelas formas de exploração neoextrativista mineral, o que estabelece um degradante quadro de espoliação da natureza a serviço dos interesses do capital transnacional.

O fato de a Amazônia cumprir o papel de repositório de valores de uso primários ao grande capital configura uma situação que neste vasto território, economicamente, possibilita um duplo papel: por um lado, garante uma grande massa de valores exportáveis e que favorece o mercado externo e as economias nacionais, entretanto, os baixos custos de produção primária possibilitam ganhos às transnacionais dos setores que atuam na região, seja pela qualidade do produto, seja pela enorme transferência de rendas extraordinárias advindas das minas e, principalmente, porque a logística, quase toda ela, é provida pelo Estado ao longo das últimas seis décadas.

O desmatamento e a perda da biodiversidade na Amazônia acompanham os processos de exploração econômica os mais diversos. Grandes obras de infraestrutura, exploração mineral, pecuária extensiva, dentre outros representam importantes vetores de destruição das florestas. Para exemplificar o demonstrativo do desmatamento anual do Brasil por estado amazônico, os estados do Pará e do Mato Grosso foram os que mais desmataram entre os anos 2000-2010, somando 130 mil km<sup>2</sup> de florestas derrubadas no período (de todos os estados foram quase 183 mil km<sup>2</sup>). A área desmatada desses dois estados é maior do que o somatório dos territórios de diversos estados brasileiros.

Portanto, nessas relações de exploração, a natureza sempre foi a derrotada; segundo Dias (2019), a natureza perde quando os recursos naturais são extraídos de modo abusivo, e quando recebe os resíduos que a sociedade de consumo produz em grande quantidade. Florestas são transformadas em cinzas para dar lugar a monoculturas, extração mineral, petroleira, construção de reservatórios para hidrelétricas, abertura de estradas para escoar a produção para os grandes mercados e pecuária.

Esse modo novo de colonialismo ocorre ainda na Amazônia contemporânea no âmago das relações sociais, econômicas e nas políticas de dominação que Boaventura de Souza Santos em artigo publicado na revista *Sul 21* em dois de abril de 2018 ([www.sul21.com.br](http://www.sul21.com.br)), define como modalidade de colonialismo insidiosa e ardilosa. Com

base nesses pressupostos, compreende-se a inserção de novos territórios nos circuitos de acumulação do capital como expressão de uma das lógicas da colonialidade.

Para isso, a ideia é de que há uma colonialidade na apropriação da natureza, entendida tanto como resultado da construção no interior das modernas modalidades de economia e de pensar em explorar o meio ambiente, quanto como expressão de processos concretos de expropriação territorial que sustentam a lógica prevalecente da acumulação capitalista e mantém em funcionamento o sistema-mundo colonial-moderno.

A colonialidade na apropriação da natureza, para Assis (2018), se refere, portanto, à existência de formas hegemônicas de se conceber e extrair recursos naturais considerando-os como mercadorias, ao mesmo tempo em que representa o aniquilamento de modos subalternos de convívio com o meio ambiente, bem como a perpetuação e justificação de formas assimétricas de poder no tocante à apropriação dos territórios pelo capitalismo.

Diante da realidade dos conflitos socioambientais em torno de megaprojetos neocoloniais na Pan-Amazônia, cabe uma etnografia multissituada realizada em dois contextos espacialmente diferentes, mas que apresentam situações de semelhança tanto com relação a exploração dos recursos naturais em suas TI, assim como a luta dos povos indígenas pela preservação dessas terras que geram formas de conflitos com os diversos atores nos diferentes contextos.

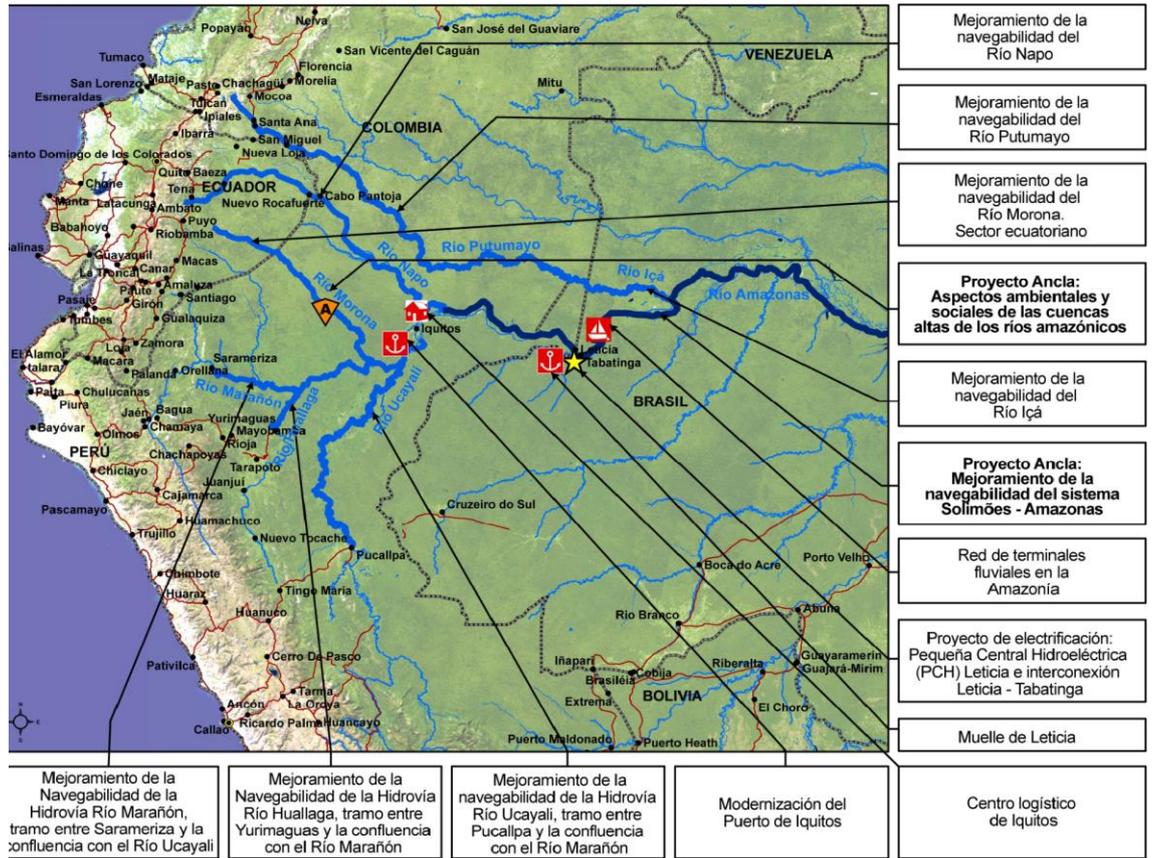
No caso da Colômbia, a construção da hidrovía Putumayo (Figuras 10 e 11), a exploração de petróleo e gás em Putumayo na terra indígena do povo Siona. E no Brasil em relação à construção de usinas hidrelétricas nos rios Tapajós e Teles Pires (entre outros) e a exploração mineral em TI. A considerar-se que nessas regiões as populações tradicionais e os povos indígenas são invisibilizadas pelo Estado nos planejamentos governamentais empreendedores, que consideram essas áreas como vazios demográficos ou áreas desabitadas.

Entretanto, se a região Amazônica detém a maior floresta tropical do planeta, com o maior estoque de recursos estratégicos do século XXI, os países que compõem a Pan-Amazônia deveriam ser responsáveis por políticas mais rígidas objetivando reduzir as perdas do bioma Amazônico, para mostrar, no âmbito internacional, a sua responsabilidade frente às futuras gerações.

Ao contrário, existe o grande interesse de empresas de capital internacional em investir na Amazônia, e não somente nos projetos de infraestrutura de integração planejados por meio de políticas públicas do Estado (ALMEIDA; MARIN, 2017).

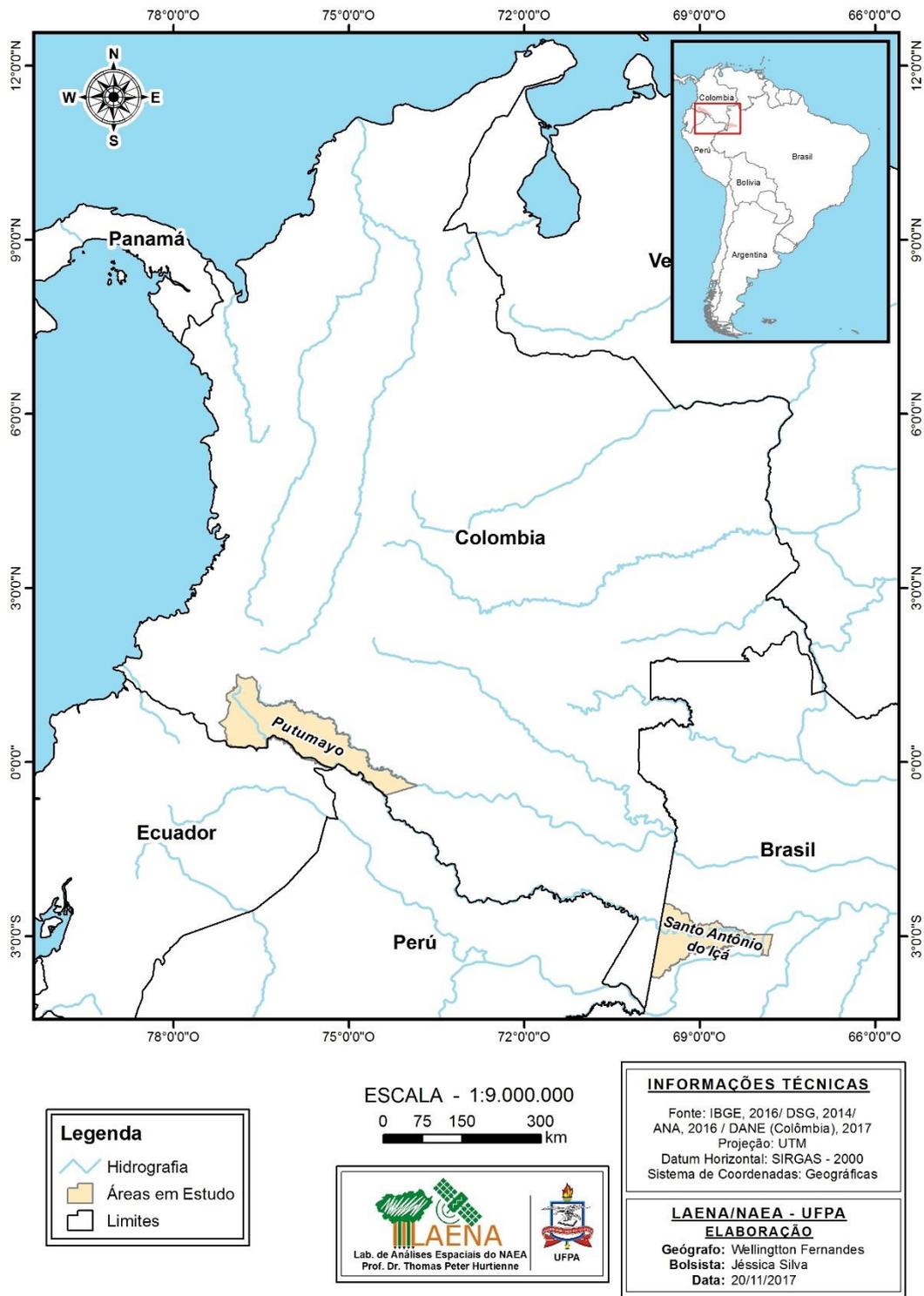
Também, nas múltiplas possibilidades de outros investimentos, entre eles a exploração de madeira e de recursos minerais como o petróleo e mineração; exatamente como ocorre hoje no Xingu, após a construção da UHE Belo Monte, com a possibilidade da instalação da mineração Belo Sun, na volta Grande do rio Xingu.

Figura 10: Eixo Amazônico da hidrovia melhoria da navegabilidade no rio Putumayo



Fonte: IIRSA (2013)

Figura 11: Eixo Amazônico da hidrovia Putumayo



Fonte: LAENA/UFPA (2017)

### 3.4 Fricção Interétnica

Atualmente, na Amazônia vivem aproximadamente 180 povos indígenas, que somam uma população de aproximadamente 896 mil pessoas, segundo dados do IBGE /FUNAI (2010), além de comunidades remanescentes de quilombolas, comunidades de seringueiros e ribeirinhos, dentre outras.

Portanto, é importante destacar as interações sociais que se dão na Amazônia tradicionalmente ocupada por povos indígenas nas situações a mais diversas e sua relação de contato com as sociedades não indígenas, marcadamente ocidentais e europeias. Heck, Loebens e Carvalho (2005, p. 08) descrevem que na Amazônia

[...] vivem desde povos resistentes – também chamados ressurgidos – até os povos livres – isolados, que não têm contato algum com as sociedades nacionais, as quais, entre si, repartiram a grande bacia amazônica e nela desenvolvem as mais desencontradas e descontroladas políticas de ocupação e exploração [...].

Hoje, o capitalismo global avança na Amazônia via projetos neocolonialistas onde permanece a questão central, a disputa pela terra, a qual – segundo Castro (2010, p. 106) – tem levado à deslegitimação de posses e propriedades de grupos tradicionais.

Desse modo, o processo “civilizatório” avança em busca de novos territórios e recursos para explorar e subordinar os povos ali presentes, ignorados como cultura, no desejo apenas de conquistar riquezas e poder de dominação das populações catalogadas como “incivilizadas”. Nesse sentido, Almeida e Marin (2010 p. 149) fazem uma crítica ao descreverem, a partir do ponto de vista triunfalista de empreendedores e do Estado, os povos indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais, considerados somente como obstáculo à expansão de negócios, uma vez que são vistos apenas como “[...] sujeitos biologizados, isto é, como mera extensão dos recursos naturais, sem consciência e direitos [...]”.

Esse modo de olhar o outro sem respeitar seus direitos sociais adquiridos e a legislação vigente no país, bem como toda a legislação internacional sobre direitos humanos, é um dos importantes motivos pelos quais tem havido o agravamento dos conflitos sociais; e principalmente entre os povos indígenas e os não índios, para fazer valer seus direitos sociais efetivamente assegurados na Constituição Federal de 1988 e o conjunto de direitos que abrange a Convenção 169 da OIT, ratificada no Brasil pelo Decreto Legislativo n. 143 e assinada pelo Presidente do Senado em 2002.

Para Castro (2010, p. 108), o que está por trás da ideia de vazio demográfico nesse universo neocolonialista, significa “[...] um lugar a preencher necessariamente, imperativamente [...]”; e em qualquer lugar da Amazônia se encontram as marcas desse avanço das frentes de “desenvolvimento”. Castro (2010) acrescenta que, atualmente, os projetos de desenvolvimento são planejados por meio de uma postura tecnocrata e autoritária por meio de obras de infraestrutura de integração, exploração mineral e companhias de petróleo que utilizam equipamento pesado como tratores e escavadeiras, os quais cavam e destroem rios e igarapés.

A indústria do petróleo e gás provoca abalos sísmicos no solo da floresta para pesquisas. Tudo isso faz parte das agendas oficiais de programas dos Governos para uma modalidade de desenvolvimento que causa destruição e desequilíbrio em todo o bioma amazônico. Os povos indígenas, os quilombolas e os agroextrativistas são os que mais perdas têm ao longo deste processo.

A trama principal desse “teatro” é o jogo de interesses econômicos e políticos. As empresas fazem grandes pressões sobre o Congresso Nacional para flexibilização das leis ambientais, das normas que asseguram os direitos territoriais para expansão de atividades econômicas, e ainda mais, para que seja regulamentada a exploração mineral em TI. De acordo com Almeida e Marin (2010, p. 150), o objetivo de anular os direitos adquiridos pode ser lido como um modo de “[...] expulsar da terra para incorporá-las aos grandes empreendimentos ou como uma forma de neutralizar os direitos étnicos convertendo os membros dessas comunidades em uma peça da engrenagem empresarial [...]”, num processo de desterritorialização em andamento em toda a Amazônia.

De certa forma, essa demanda aumentou consideravelmente desde a eleição do governo de Jair Messias Bolsonaro, em 2018. Nessa perspectiva, o início do governo neoliberal de Bolsonaro marca o início de um período nebuloso na história do Brasil, quando apresentaram à Nação a sua entrada numa modalidade nova de atraso: o neocolonialismo, aplicado para transformar o Brasil numa colônia de exploração, ou seja, numa unidade geográfica com uma organização econômica voltada para abastecer o mercado da metrópole e seus interesses.

Em entrevista para Assunção (2019), o Cacique Almir Suruí afirma:

[...] As ideias dele (Bolsonaro) são geradas a partir de interesses de alguns grupos, que não entendem nada sobre a questão indígena. Se o governo entendesse a importância dos indígenas, das nossas comunidades para a humanidade, jamais nos trataria dessa forma. O problema [ironiza o Cacique] é que nós não temos um poder econômico para poder bancar a campanha deles.

E de acordo com o Instituto Socioambiental (ISA), em geral, as TI continuam sendo a “principal barreira contra a destruição da floresta”, cuja preservação é fundamental para reduzir os impactos das mudanças climáticas.

Nesse sentido, o líder do povo Huni Kuin esclarece que qualquer projeto que promova uma compreensão do meio ambiente somente do ponto de vista econômico não corresponde às aspirações dos povos originários pela preservação: “[...] Nossa relação é com o sagrado, o espiritual, uma relação de proteger um ao outro. Em nenhum momento nós, os Huni Kuin, estamos separados da floresta. Nós somos a floresta, temos essa convicção [...]”.

Já para Almir Suruí, que vem tentando um diálogo com o governo tanto para explicar as ações indígenas como para entender os objetivos de Bolsonaro, a aproximação da sociedade em geral com o ponto de vista indígena sobre a natureza precisa estar conjugada também do ponto de vista econômico, por exemplo, permitindo linhas de concessão de créditos para a agricultura. Para Almir Surui (2019),

Não somos apenas vítimas da política e do desenvolvimento, nós temos propostas para o Brasil se desenvolver. Nós (indígenas) temos produção, nós produzimos, contribuimos com o país da maneira que a gente pode, mas dentro de um equilíbrio da consciência ambiental, econômica, cultural”. Não é quantidade que vai definir que nós somos agricultores.

No geral, o atual cenário político no Brasil mostra um caminho de muitos retrocessos, principalmente para os povos indígenas.

Nesse sentido, o Presidente Jair Bolsonaro assinou no dia 05 de fevereiro de 2020 o projeto de lei que visa a regulamentar a exploração mineral e energética, como petróleo e gás, em TI. De acordo com Fernandes e Uribe (2020), o projeto prevê a exploração econômica por não indígenas e o pagamento de *royalties* ou indenização por perda de usufruto do empreendimento aos grupos locais que residem no território, o que fez aumentar ainda mais os pedidos de pesquisa e exploração mineral sobre TI de toda a Amazônia.

Historicamente, a luta pela causa indígena contra o avanço das explorações de terras não vem de hoje, tendo se iniciado há 520 anos, quando a primeira caravela atracou nas terras do Brasil; e os povos indígenas vêm resistindo contra a tentativa dos poderosos de tomar suas terras. No período recente, os indígenas do Xingu resistiram diante da construção de Belo Monte, nos governos do PT, quando Altamira (Pará) foi palco de grandes conflitos contra o governo Lula, que abria as portas para Belo Monte,

(PARANATINGA, 2018), o que viria a causar enormes danos às populações indígenas e não indígenas e impactos socioambientais no rio Xingu.

No geral, tudo indica que no governo Bolsonaro os ataques contra os povos indígenas terão dimensões ainda maiores, principalmente pelas suas declarações, que apontam para a expropriação das TI e violações de direitos. Bolsonaro se mostra indiferente aos povos indígenas, principalmente quando se trata da demarcação de terras, já que defende a garimpagem, declarando em entrevista ao programa *Brasil Urgente*, do canal de Televisão Bandeirantes, no dia 05 de novembro de 2018, que em seu governo “Não vai ter um centímetro demarcado para reserva indígena ou para quilombola”, e “Onde tem uma terra indígena, tem uma riqueza embaixo dela. Temos que mudar isso daí”.

Para fazer frente aos desafios contemporâneos de ameaça às suas terras e ao seu modo de vida, os povos indígenas fazem parte de uma rede extensa de resistência na Amazônia, que trabalha na organização, conhecimento e na articulação das estratégias de resistência e de alianças que passam por identidades coletivas, através de ações organizadas que têm levantado a bandeira de luta e resistência em torno das culturas e das territorialidades para assegurar sua reprodução física e social.

Destacam-se nessa rede os seguintes nomes: Coordenadora das Organizações Indígenas da Amazônia – COICA, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB, Grupo de Trabalho Amazônico – GTA, Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste – APOINME, Movimento de Atingidos por barragens – MAB, Coordenação Nacional Quilombola – CONAQ e Movimento de Ribeirinhos do Amazonas – MORA, dentre outros.

As demandas nascem nos territórios via associações indígenas criadas nas aldeias pelos grupos para fazer frente aos grandes projetos regionais, lutar por direitos de educação diferenciada, saúde de qualidade e projetos que tragam melhorias às comunidades, e resistir ao que representa uma ameaça às suas terras, ao direito à vida...

A resistência indígena se dá também nas vozes dos líderes Davi Kopenawa, Almir Suruí e Ninawa Inu Huni Kuin, Vicente Saw Munduruku, Raoni Kaiapó, Ailton Krenak, das etnias Yanomami, Suruí, Huni Kuin, Munduruku, Kaiapó e Krenak, respectivamente. É possível adentrar na cultura indígena para além das referências particulares e perceber que, apesar das distâncias geográficas e culturais que separam uma comunidade da outra, e ainda do restante da população brasileira, a luta pela preservação da natureza e da herança dos povos originários é, na verdade, um compromisso de todos.

“Ninguém está pensando como o branco, em fazer um Congresso Nacional. O nosso Congresso Nacional é preservar a natureza, conservar para todo mundo”, explica o xamã Davi Kopenawa. Assim, a Amazônia é palco de exploração, mas é também campo de inúmeras lutas de resistência e afirmação.

### **3.5 Grupos étnicos, territorialização e fricção interétnica**

Nos termos de Barth (1969), as características que definem grupos étnicos são os tipos de organização definidos por categorias de olhar do tipo “nós” e “outros”, que são resultados das interações sociais que selecionam e estabelecem traços físicos ou culturais, valores e instituições. Essa diferenciação entre pessoas e grupos é usada para definir formas, regras e padrões de relacionamento com eles mesmos e propicia o surgimento e a manutenção das fronteiras étnicas.

As pesquisas sobre etnicidade são o estudo da organização social da diferença cultural ao invés do estudo da organização social do culturalmente diferente, ainda que este estudo seja imprescindível àquele, e vice-versa. De todo modo, o que torna possível uma antropologia das relações interétnicas é o fato de os grupos étnicos não surgirem do isolamento geográfico, mas de processos sociais que produzem as diferenças culturais. Desse modo, a abordagem sobre os “grupos étnicos” deve ser repensada à luz dos “índios misturados”.

Essa orientação teórica de Barth aproxima-se bastante da análise de Oliveira (1976) com relação à sua abordagem ao contato interétnico (OLIVEIRA FILHO, 1988). Oliveira elabora um modelo analítico que visa a apreender o sistema interétnico em sua característica mais elementar, enquanto sistema societário em interação (OLIVEIRA, 1978, p. 85), onde os aspectos do contraste, por natureza conflituosos e contraditórios, devem-se à desigualdade radical presente nos contextos interétnicos envolvendo as sociedades indígenas no Brasil. No geral, esses conflitos surgem conforme a natureza socioeconômica das frentes de expansão da sociedade brasileira, e as situações de fricção apresentarão aspectos específicos.

Para Oliveira (1962, p. 86-87), a noção de “fricção interétnica” traduziria, enfim, as relações de produção e de exploração econômicas impostas pelas “frentes de expansão” (extrativa, agrícola, pastoril), que se singularizavam ao sabor de fatores tanto históricos como estruturais. A mudança metodológica, destarte, revela-se sobretudo na ênfase posta pela situação de contato, a ser percebida como uma “totalidade sincrética”. E, as relações

de contato se articulam como “elementos de um sistema interétnico”, pois são relações entre duas populações unificadas mediante interesses opostos, ainda que interdependentes. Sobrepõem-se às ideias de relações estáveis e simbióticas entre grupos étnicos que a análise de Barth parece enfatizar.

De todo modo, apesar de a característica de interdependência entre os grupos étnicos ser um ponto em comum na análise de ambos a respeito das relações interétnicas, Oliveira (1976) aponta a característica extremamente desigual desta interdependência para os povos indígenas no Brasil. Aliás, o conceito de “identidade contrastiva” desenvolvido por este autor é essencial diante dos objetivos aqui propostos. Para Silva (2005 p. 04), este conceito constitui a essência da identidade étnica, uma vez que “[...] organiza os mecanismos de identificação manipuláveis por pessoas, grupos e instituições através do uso e desuso de múltiplas designações no jogo ideológico das classificações étnico-raciais [...]”.

A interpretação dessa “manipulação de identidades” como algo “inventado”, “falso”, “dissimulado” foi algo observado e evitado por Santos (1997) para explicar a realidade social dos Xakriabá no norte de Minas Gerais, por exemplo. Ainda nas palavras de Santos (1997, p. 8):

[...] a interpretação que surgia como possível era a da “manipulação de identidades”, solução que, além de desconhecer as nuances e flutuações de significados que caracterizam a atualização das categorias nos discursos enunciados, levava à suposição da existência de um conteúdo essencial não revelado pelos sujeitos: suas “verdadeiras identidades” [...].

Nesse sentido, a noção de “manipulação” como “dissimulação” distorce a realidade e confunde o entendimento acerca do caráter essencial das identidades étnicas como identidades contrastivas, fazendo da identidade algo a ser interpretado negativamente (SILVA, 2005, p. 119), algo que esconde a “verdadeira identidade” dos indígenas.

Uma coisa deve ficar bem clara dentro dessa realidade contemporânea constituída pelos discursos, onde “manipular” faz parte de um jogo de interesses sociais e econômicos consciente, portanto, um jogo de contrastes que pressupõe, segundo Santos (2005, p. 19), as negociações de imagens e autoimagens, nas estratégias de luta e resistência e nas políticas de representação dos indígenas por outros agentes que interagem com as tentativas dos próprios indígenas de participarem do processo de definição de si mesmos perante os aparelhos do Estado e a sociedade envolvente.

A ideia dessa “identidade contrastiva” está bem presente na literatura antropológica, aliada ao reconhecimento da legitimidade da agencialidade política dos

índios, mesmo os “integrados”, e segundo Santos (2005), influenciou decisivamente na adoção recente pelo órgão indigenista da Convenção n. 169 da OIT.

No geral, apesar de a “identidade contrastiva” ser um conceito operacional, não é regra, uma vez que a identidade étnica não é um objeto de análise estagnado a partir do qual a identificação de um grupo étnico como povo indígena poderia ser alcançada objetivamente. Para Santos (2005, p. 120),

[...] o conceito de identidade contrastiva promove uma polaridade analítica para a realidade das sociedades indígenas no Brasil. De um lado estariam positivamente estabelecidos os “índios” e de outro, negativamente, os “brancos”. Entretanto, para o caso dos “índios misturados”, colocar esses de um lado e “brancos” de outro promove uma falsa interpretação da realidade, porque desconsidera outras categorias sociais, que a própria mistura dos “índios misturados” prova existir. Sendo assim, “índios” e “brancos” ou “não-índios”, devem ser pensados enquanto construções sociais oriundas de contextos ideológicos específicos em que estas categorias se referem mais a representações políticas de grupos de interesse locais e agências de contato do que a descrições literais de atores sociais concretos e heterogêneos [...].

Desse modo, em conformidade com a natureza socioeconômica das frentes de expansão da sociedade brasileira.

Essa oposição ou contradição ocorreria entre sistemas societários em interação que, entretanto, passaram a constituir subsistemas de um sistema mais inclusivo. Tal definição, de acordo com Oliveira (1962, p. 43), se apresenta como um “[...] equivalente lógico da noção marxista de ‘luta de classes’”. Precisamente, ainda para Oliveira (1962, p. 43-44), os subsistemas tribal e nacional teriam entre si e entre o sistema interétnico inclusivo “[...] a mesma correspondência lógica que têm entre si as classes sociais e a sociedade global”.

Para Oliveira, as chamadas variáveis, a ordem tribal e a ordem nacional, os mecanismos de integração, serão apreendidos em distintos níveis de operação: econômico, ou o “grau de dependência” entre índios e regionais; social, a capacidade de organização e orientação para fins definidos; e político, os meios escolhidos (o poder, a autoridade) pelas partes do “sistema de dominação” em questão. Desse modo, as relações de dependência mútua, num dado momento do contato entre as etnias envolvidas – uma vez que esta é a hipótese central do autor –, cristalizar-se-iam então de maneira irreversível, em particular no plano econômico.

Em razão dessa interdependência, a situação interétnica deveria ser encarada forçosamente nos termos de um sistema de relações, adverte o autor (OLIVEIRA, 1974, p. 134). Os índios precisariam, agora, de mercadorias industrializadas e os regionais precisariam da mão de obra e das TI. Interesses opostos que os unem e assim dinamizam

relações contrárias, cuja resultante tomaria a modalidade do que Cardoso (1974) chamou de “sistema interétnico”.

O objetivo desse “sistema interétnico” é a satisfação de suas novas necessidades: o grupo indígena “fica acorrentado à sociedade tecnicamente mais poderosa”, ao passo que esta, em vista de sua reprodução em nível local, necessita dos territórios indígenas onde investiu seus recursos (OLIVEIRA, 1974, p. 135). Por outro lado, nas áreas de fronteira nacional e expansão econômica, as diferenças físicas e culturais entre índios e brancos se fazem marcadamente presentes, uma vez que a situação de convivência interétnica, com a interação social continuada entre os membros dessas sociedades, começa a se configurar de modo irreversível.

Porém, as “Culturas contrastivas”, como são as áreas de fricção interétnica, alimentadas por projetos de integração nacional e desintegração tribal, são responsáveis não só pelo surgimento de novos tipos sociais (no Brasil, os caboclos, tapuios, cafuzos, sertanejos etc.) e modalidades de consciência (como o “caboclisto” descrito por Oliveira 1996), mas também pela invenção e manutenção de identidades étnicas novas (indígenas, como é o caso dos Tapuio, Kaxixó, Tapeba etc.; ou negras, como é o caso dos Kalungas; entre outras). Desse modo, Silva (2005 p. 17) esclarece que:

[...] as fronteiras internas ou externas, seja do ponto de vista dos Estados nacionais ou dos grupos étnicos, pois ambos definem de maneira semelhante a diferença em termos de “nós” e “eles”, “dentro” e “fora”, “lá” e “aqui”, podem ser pensadas como processos sociais paralelos de um mesmo processo histórico de organização estatal da diferença cultural, designado “territorialização [...]”.

As áreas de fronteira podem ser consideradas como variações concomitantes de processos de manutenção de fronteiras étnicas, e nesse sentido seriam passíveis de serem contrastadas por meio da noção de territorialização enquanto áreas de fricção interétnica geradoras de identidades novas.

### **3.6 As fronteiras e os territórios indígenas novos**

Nesse caso a definição de “fronteira” aparecerá como uma categoria analítica de comparação de variações concomitantes de um processo histórico (a territorialização) ao mesmo tempo em que aparece como situação real de interação social e conflito, de onde emergem experiências históricas únicas, geradoras de novas identidades.

Na atualidade, face a uma economia globalizada, a análise da questão de fronteira é pertinente e remete às grandes transformações que nos últimos anos vêm ocorrendo na Amazônia, com o reconhecimento conceitual de que a expansão da fronteira é um modo que, ao longo do tempo, cada vez mais danos vem proporcionando ao meio ambiente e às populações tradicionais amazônicas.

As políticas de desenvolvimento baseadas no modelo neoliberal, adotadas no Brasil desde o governo de Fernando Henrique Cardoso, passando pelos governos de Luis Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, até o atual, do Presidente Jair Messias Bolsonaro, assemelhavam-se e assemelham-se com as políticas do modelo integracionista dos anos de 1970 (LOPES, 1994). Como se pode constatar, são políticas que desconsideram as populações locais, os saberes e conhecimentos tradicionais da região, dando espaço, segundo Chermont (2004), às atividades alienígenas baseadas em investimentos em infraestrutura e exploração mineral para geração de *Commodities* e comunicação.

Tratam-se de políticas de desenvolvimento consideradas exógenas, baseadas nos planos de desenvolvimento do modelo militar de ocupação e exploração da Amazônia, objetivando firmar a soberania nacional, tendo as atividades de exploração dos recursos florestais e hídricos como as suas matrizes. Nos termos de Castro (2001) e Simonian (1997), tais políticas estão presentes desde os programas de governo como o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento – IPND, do Regime Militar, e continuaram com o *Avança Brasil*, o projeto SIVAM e o *Brasil em Ação*, entre outros.

Um dos programas que vem desde o *Avança Brasil* na região dos rios Tapajós e Teles Pires, no Oeste do Pará, trata-se da abertura e ampliação da malha hidroviária para escoamento da produção agrícola da região Centro-Oeste a partir da construção da hidrovía Teles Pires-Tapajós (que se encontra embargada), do Porto de Miritituba, da construção de UHEs Teles Pires, São Manoel, São Luiz do Tapajós e do asfaltamento da rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163).

Estas eram/são obras consideradas de vital importância do ponto de vista do mercado, pois visam a baratear o transporte de soja para os portos de exportação. O Brasil tem como meta o crescimento do setor agrícola regional para o desenvolvimento e ampliação do setor agroindustrial da Amazônia com objetivo de atender à demanda dos mercados externos. Neste sentido, historicamente, nos países da Pan-Amazônia têm prevalecido os interesses do grande capital quanto à elaboração dos programas e projetos para o desenvolvimento.

Assim, a partir da década de 1960 a Amazônia foi apresentada ao mundo ocidental como uma região uniforme, segundo Ab'Saber (1992, p. 132), “[...] um espaço sem gente e sem história, passível de qualquer manipulação por meio de planejamentos feitos a distância, ou sujeito a propostas de obras faraônicas, vinculadas a um falso conceito de desenvolvimento”. Neste contexto, ocasionando uma sucessão de fracassos irreversíveis e predatórios ao meio ambiente.

Na atualidade, em face das tendências de uma economia globalizada, a análise da questão de fronteira é pertinente e remete às grandes transformações que nos últimos anos vêm ocorrendo na Amazônia. Há um reconhecimento conceitual de que a expansão da fronteira é uma possibilidade que, ao longo do tempo, mais danos vem proporcionando ao meio ambiente e às populações tradicionais amazônicas. Neste sentido Léna e Oliveira (1991) esclarecem que na literatura encontra-se uma complexidade e heterogeneidade de predicados para definir com precisão esta questão específica, citando, por exemplo, fronteiras agrícolas, extrativistas, étnicas, tecnológicas, capitalistas.

Mas, nesse contexto é importante que na abordagem de Lena e Oliveira (1991) as fronteiras agrícolas representam um dos múltiplos aspectos do movimento de ocupação da região, e que não pode ser entendido mais sem analisar suas interações com os outros processos em curso (urbanização, garimpo, grandes projetos). Esses aspectos constituem-se tão somente como uma porta de entrada (porém fundamental) para a abordagem da problemática de fronteira.

Do ponto de vista sociológico da abordagem, o conceito de fronteira movimentase além dos limites territoriais entre países, e dependendo do tipo de fronteira extrapola os limites socioculturais, econômicos e políticos e toma dimensões globais, tendência esta confirmada por Castro (2001) a partir da análise dos planejamentos governamentais e na ampliação do desenho da integração dos países amazônicos limítrofes com referência ao Mercosul e o papel da Amazônia na atual geopolítica.

O problema a saber é com relação ao uso de seus recursos naturais, e neste sentido a noção de fronteira será redefinida objetivando a potencialização da integração dos mercados além fronteira. Desse modo, pensar a integração da Amazônia à economia mundial via exploração de matéria-prima e da ligação ao Mercosul, para Scholz (1992), muda profundamente os padrões regionais de consumo e produção, estimulando a depredação ambiental.

Nas análises de Castro (2001), Scholz (1992) e Simonian (2001), o outro aspecto da globalização foi a mobilização de políticas de estratégias de luta por parte da sociedade, que estimulou a integração dos temas ambientais nas agendas das organizações internacionais, paralelamente à criação de instituições ambientais em vários países com vistas a mudanças nas políticas públicas voltadas para o uso dos recursos naturais, para um modo de manejo positivo e para o respeito às populações indígenas e tradicionais. Simonian (2001) destaca a luta das populações indígenas e tradicionais por seus territórios ancestrais, e que com essas lutas, conseguiram transformar esses territórios em reservas.

Entretanto, a partir de uma perspectiva antropológica Faulhaber (1991) analisa a definição de fronteira interna no Estado nacional, no sentido de estar vinculada a um espaço aberto, porém controlado pelo Estado, mas que possui um movimento dinâmico no seio da sociedade, que são os conflitos com relação à apropriação das terras. Esclarece a autora, a definição de fronteira étnica se dá mediante demarcação das TI, [que] podem ser vistas como a abertura de uma fronteira étnica. Desse modo, os povos indígenas começam, a partir da demarcação de suas terras, a exercer sua identidade cultural, a qual permite que se organizem enquanto grupos etnicamente diferenciados.

Existe uma situação bem complexa na história recente do povo Munduruku, com relação a demarcação de uma terra indígena localizada no médio Tapajós denominada de Sawré Muybu e à construção da UHE São Luiz do Tapajós, um projeto de grande interesse do governo federal, mas que alagaria terras daquele povo que ainda não foram oficialmente designadas como TI.

Segundo Fearnside (2015, p. 91), o reconhecimento das TI no Brasil encontra-se paralisado há alguns anos devido a ordens superiores que a FUNAI não nega. E, para Fearnside (2015, p. 92)

[...] uma pergunta que se tinha feito na época era: se a paralisação da demarcação da terra visava dentre outros objetivos, facilitar a inundação de áreas habitadas por povos indígenas que ainda não foram reconhecidas como TIs, no caso os Munduruku ao longo do médio Tapajós, especificamente aqueles que vivem próximos a área que seria represada de São Luiz do Tapajós e Jatobá??"

A resposta da FUNAI se deu via de um vídeo no qual a presidenta interina do órgão, Maria Augusta Assirati, em lágrimas tentava explicar para um grupo de Munduruku em setembro de 2014 que “[...] a papelada para a criação da reserva, estava completamente pronta para a assinatura dela há mais de um ano, mas que ‘outros órgãos do governo’ começaram a discutir a proposta por causa dos planos hidrelétricos [...]” (AMIGOS DA

TERRA – Amazônia Brasileira, 2014). Ela foi demitida nove dias depois, e infelizmente com toda a documentação não assinada.

De uma perspectiva antropológica, o conceito de grupo étnico é construído socialmente nas fronteiras das relações sociais e no estabelecimento das relações de alteridades existentes, tendo a questão da territorialidade como fator de identificação mediante processos de territórios de pertencimento formados em torno das identidades. Nesse sentido, os aportes teórico-metodológicos de Lévi-Strauss (1977) são essenciais para abordar a noção de identidade.

Em sua participação no seminário interdisciplinar *Le Identité* (1977), Lévi-Strauss vai tratar fundamentalmente sobre o caráter polissêmico da identidade e a impossibilidade da utilização de conceitos universais: cada situação é particular, e não se pode utilizar a mesma noção para todos os casos. Para Lévi-Strauss (1977), a identidade cria uma certa imprevisibilidade, não se pode prever, como fazem a biologia, a química e as ciências exatas, o que tira da identidade a ideia de substancialidade, que o índio é índio, que o caboclo é caboclo, que há dentro dele algo que possa facilmente identificá-lo.

De acordo com as palavras de Lévi-Strauss (1977, p. 15), “[...] uma identidade 'de superfície' deve ceder o lugar a uma investigação das estruturas profundas que moldam a identidade em seu aspecto relacional: a questão do outro aparece como constitutiva da identidade”. Para Veras (2012), a identidade teria uma essência, no sentido de que cada pano de fundo cultural coloca sua própria forma, suas particularidades. Nessa perspectiva, Lévi-Strauss (1977) menciona que a relação do indivíduo com o *outro* é que vai produzir o conhecimento da identidade, a partir do processo de diferenciação; portanto, a ideia de identidade vem pela alteridade.

Neste sentido, Weber (1991) traz a noção de *comunidades políticas*, proposta que levanta a questão de como grupos se organizam como comunidades étnicas, questionando se essa agregação se daria pela consanguinidade ou pela presença de símbolos culturais comuns. Ainda Weber (1991) chama a atenção para a dimensão política dos grupos étnicos, afirmando que a pessoa pode ser do tronco linguístico Tupi, porém de etnias diferentes, como Munduruku e Apiaka, e de acordo com o contexto nutrir uma “crença subjetiva” numa origem comum, sendo, portanto, um sentimento que produz a comunhão étnica. Esse sentimento de comunidade está presente em articulações comunitárias étnicas com vistas a “destinos políticos comuns”.

Nessa perspectiva, a partir do conceito Weberiano de Comunidade Política, o que se viu no Tapajós no período da resistência dos povos indígenas Munduruku, Apiaká,

Kaiabi e das comunidades ribeirinhas do entorno contra a construção das UHE São Luiz do Tapajós e Teles Pires foram exatamente articulações comunitárias étnicas com vistas a um destino comum. Uma das audiências públicas para consulta sobre a construção da Usina Hidrelétrica de São Luiz do Tapajós realizada em Itaituba foi marcada pela presença de várias mulheres indígenas que exercem o papel de cacicas Munduruku.

Um elemento inusitado, uma vez que na sociedade Munduruku as relações de poder, como as estruturas de parentesco, os clãs e o cacicado, são muito bem demarcadas (MURPHY, 1960; MURPHY; MURPHY 1974), e o cacicado é tradicionalmente exercido pelos homens. Entretanto e segundo Sahlins (1997), essa ordem social nova, agora formada pelo cacicado feminino, surge nesse contexto de luta e resistência.

O que ocasionou essa fricção a partir de uma nova organização social e política nesse processo é um fato muito bem ressaltado na fala da cacica Maria, quando lembrou aos presentes das antigas histórias de luta ao longo do tempo dos Munduruku: “[...] assim como nós mulheres Munduruku sabemos amamentar nossos filhos, nós também sabemos cortar cabeças, se for preciso, para defender nossa terra [...]”. Ainda nessa temática, outro aspecto relevante a ser destacado foi a união entre os Munduruku e os ribeirinhos das comunidades tradicionais de Mangabal, Montanha e Pimental nesse evento, colocados numa espécie de relação de parentesco que se confunde com a própria ancestralidade na mesma teia de relações.

Por outro lado, existe um aspecto determinante no posicionamento dos Munduruku, sobre a questão da identidade, que se refere à cosmologia. Segundo Kalil (2016), um dos principais fatores pelo qual os Munduruku são terminantemente contra a construção de UHE em seus territórios são os riscos espirituais, culturais, ecológicos e sociais que a obra trará para todos os habitantes da floresta.

Desse modo, numa das Assembleias indígenas na aldeia Sai Cinza, o Cacique Vicente Saw Munduruku, que era o anfitrião, se pronunciou com relação à consulta prévia aos povos indígenas. Ainda no entendimento Kalil (2016), “[...] essa consulta será sempre incompleta, pois seria necessário consultar toda a população afetada da floresta, incluindo as árvores e os bichos, assim como a mãe dos peixes [...]”.

De todo modo, ainda com base no pensamento weberiano sobre comunidades políticas, Barth (1998) vai além, analisando não somente os aspectos culturais e materiais aparentes, mas o modo de interação e seus contatos. Todavia para Barth (1998), um grupo étnico surge quando cria categorias para se identificar e identificar outros, criando assim as fronteiras étnicas do *nós* e do *eles*. Então, não se pode definir etnicamente um grupo

partindo do pressuposto biológico, cultural ou linguístico, e sim pela maneira como se identificam ou são identificados por outros.

A cultura, a língua e os aspectos físicos de um povo são processos dinâmicos e dialéticos, portanto podem sofrer muitas alterações ao longo do tempo, mas os modos de identificar-se são construídas de acordo com a interação com os outros, e é a partir desta interação que se *organizam* como grupo étnico. Deste modo, grupo étnico é um *tipo organizacional* (BARTH,1998). O fato de se ter uma cultura particular não implica em identidade particular. A cultura é levada em consideração, mas o grupo fará uso dos traços culturais mais relevantes em determinado contexto de contato para expressar sua identidade.

Portanto, para Veras (2012), a questão da identidade pressupõe relações de alteridade com base nas quais ela se constrói. Alteridades estas que estão postas em fronteiras entre comunidades políticas que ora podem estar separadas, ora podem estar juntas, de acordo com a situação.

### **3.7 A decomposição dos espaços com o avanço da fronteira capitalista**

Do ponto de vista da legislação, para Simonian (2001), apesar de os povos indígenas terem seus direitos respaldados na Constituição Federal (BRASIL, 1988), dificilmente irá se realizar as suas expectativas com relação à exploração de seus recursos naturais de formas sustentáveis, reconhecidos pelo Estado e respeitados pela sociedade. Na prática, revela Simonian (2001), que em face das pressões e interesses diversos, muitas populações indígenas da Amazônia têm se envolvido em processos destrutivos, devidos ainda ao empobrecimento acentuado e crescente das populações indígenas e caboclas.

De fato, esclarecem Léna e Oliveira (1991) e Castro (2001), a luta pela apropriação do território na Amazônia mobiliza atores diversos que incluem o Estado, forças armadas, empresas públicas e privadas, garimpeiros, posseiros, madeireiros, grileiros, fazendeiros, sem-terra, índios, e outros, numa tal situação que tem elevado os conflitos sociais nos últimos anos no interior da Amazônia e vem mobilizando identidades e etnias.

Do ponto de vista conceitual, muitos trabalhos recentes vêm problematizando estas questões de pensar o papel do Estado com relação à Amazônia, principalmente no que se refere ao desenvolvimento de políticas públicas. Historicamente, o Estado tem incentivado a viabilização das operações de integração do território. Para Léna e Oliveira

(1991), as populações tradicionais que não se integrem nestas novas dinâmicas econômicas para a região serão consideradas como um “empecilho” ao desenvolvimento.

A afirmação de que o espaço Amazônico tem sido historicamente visto pelo viés econômico, citado por muitos autores como a última fronteira a ser explorada devido à riqueza seus recursos minerais, hoje se trata de uma realidade. Porém, do ponto de vista global, com base nas análises de Léna e Oliveira (1991), de Simonian (1997) e de Souza (2002), a exploração da madeira e de ouro poderá ter um papel ainda mais importante, devido ao rápido esgotamento destes recursos em outras regiões produtoras do mundo, a exemplo do Sudeste Asiático e da África, e à grande demanda, principalmente do ouro, para a área de tecnologia.

A confirmar-se esse pensamento, Hurtienes (1994) esclarece que a região Amazônica tem sido pensada de fato como a última fronteira do capitalismo mundial, portanto, transformando suas riquezas naturais em *commodities* para atender o mercado internacional. Tal afirmativa conduz a pensar a respeito dos impactos das políticas públicas de desenvolvimento que têm sido planejadas e implantadas na Amazônia, com impacto direto nas TI e nas populações tradicionais.

Por sua vez e de acordo com Moutinho e Rodrigues (2003), as obras de infraestrutura de integração, invariavelmente, resultaram na ocupação desordenada da paisagem, ocasionando um alto custo ambiental para os povos indígenas imitigáveis pois são irreversíveis e ocasionam prejuízos tanto ao patrimônio material como imaterial. De fato, estas atividades recebem incentivos do Governo sem um profundo estudo científico multidisciplinar para minimizar os impactos ambientais.

No caso da madeira e do ouro, todo o processo de extração é feito de modo ilegal e sem um programa de reflorestamento que deveria ser feito pelos empresários do setor, conseqüentemente, isso não representa uma oportunidade de desenvolvimento regional, pois essas modalidades de exploração além de não gerarem nenhum tipo de imposto para o Estado e municípios causam danos irreparáveis ao meio ambiente. Esse contexto, de omissão por parte do Governo no ordenamento e na punição, permite que haja a reprodução da violência, segundo Klempner (2003), uma vez que a inércia e a incompetência das autoridades são responsáveis pelo aumento dos casos de impunidade.

No Brasil, em 2019, os conflitos de terra totalizaram 1.833, número 23% superior ao número de conflitos ocorridos em 2018. No estado do Pará, nos últimos 20 anos, ocorreram mais de 726 assassinatos de trabalhadores em disputa pela posse da terra

(COMISSÃO, 2019), e apenas um mandante foi julgado. De fato, basta lembrar a chacina de 19 trabalhadores rurais em Eldorado dos Carajás, em 17 de abril de 1996, na qual os 154 policiais envolvidos no assassinato foram absolvidos, e apenas em 2001 a justiça condenou dois oficiais de polícia como mandantes do massacre.

Paralelamente à evolução da fronteira agrícola, a abertura de estradas e estações de transbordo de carga, como em Miritituba, no oeste do Pará, para escoamento da soja do estado do Mato Grosso, significa enormes desdobramentos, como esclarece o IPAM (2004): “[...] a abertura de uma estrada caracteriza-se por uma fase de expansão explosiva, um processo frenético e muitas vezes violento de apropriação e exploração dos recursos naturais”. Neste sentido, faz-se necessária uma estruturação das atividades agrícolas nos corredores econômicos presentes na região.

Particularmente, veja-se a BR-163 (Cuiabá - Santarém), no sudoeste do Pará, com 1.764 km, dos quais 801 km estão pavimentados no trecho que liga Cuiabá a Nova Helena, também no Mato Grosso, na divisa com o Pará. De fato, a conclusão desta estrada estava prevista desde o Plano Plurianual do Governo Federal para o período 2004-2007, com um orçamento de R\$ 760 milhões autorizado em 2005 (noticiabrasil, 2003), entretanto, somente em 14 de fevereiro de 2020 foi asfaltado um trecho de 51 km pelo atual governo de Jair Bolsonaro.

Na análise de Pinto (2003), já se previa que o asfaltamento da Cuiabá-Santarém terá um impacto sobre uma área de 8 milhões de hectares com profundidade de 50 km para cada lado da estrada. Nas análises do IPAM (2004), à época, a BR-163, mesmo nas condições precárias, já era considerada a campeã das derrubadas de floresta do Pará e de acidentes devido ao intenso fluxo de sojeiros do Mato Grosso para Miritituba, no Pará, na época da safra.

Em geral, os impactos da estrada já atingem o meio ambiente desde a década iniciada em 1970 com a sua abertura (PINTO, 2003), uma vez que a BR-163 deu acesso a garimpos de ouro, núcleos de colonização e permitiu a formação de inúmeras fazendas, tem também servido de escoadouro para uma intensa extração de madeira, especialmente do Mogno, feita de maneira desordenada e selvagem. O fator limitante principal é a inoperância do poder público, pois não existe fiscalização, ações preventivas envolvendo a comunidade e os demais grupos políticos no intuito de reverter a situação (Figura 12).

Figura 12: Queimada ao longo da Transamazônica (próximo a Jacareacanga)



Fonte: Bieri, 2018.

A localização da área Munduruku, a partir da linha de demarcação no ponto 19 (coordenadas S 08°03,046'; W 056°40, 025), próxima à rodovia Cuiabá-Santarém, com o asfaltamento e outros projetos em desenvolvimento atraiu para esta região um grande contingente de pessoas. E se de fato considerarmos o impacto do asfaltamento da rodovia, 50 km de cada margem da estrada, em pouco tempo o setor madeireiro avançará adentrando-se na terra Munduruku para extração da madeira. De todo modo, a indústria madeireira possui capital para aquisição de terras baratas para posterior especulação.

Desde 1999 Nepstad já alertava para o aumento do desmatamento no entorno da BR-163 com o asfaltamento e a extração ilegal de madeira. De todo modo, essa “previsão” de Nepstad se confirma, e se supera em 2020 com o aumento da extração ilegal de madeira no percurso da Cuiabá-Santarém (BR-163). Os responsáveis diretos desse processo deram-se por meio das indústrias da exploração da madeira em tora que estão em pleno vapor exatamente nesse percurso.

Em matéria do jornal da região sudoeste do Pará, *Giro Portal*, do dia 28/07/2020, o destaque foi para a chamada “Operação Amazônia Viva” no município de Novo Progresso, no sudoeste do Pará, onde foram desmatados o equivalente a uma área de 1,6

mil hectares. A “Operação Amazônia Viva” foi executada pelo Governo do Estado do Pará, através da Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMAS e da Polícia Militar, no dia 27 de julho de 2020, e foram apreendidos mais de 1,6 mil metros cúbicos de madeira em tora, e ainda 245 metros cúbicos de madeira serrada.

Esse material pertencia a um grupo de madeireiros muito bem equipados, e segundo dados da PM, os equipamentos apreendidos foram 15 veículos, 8 armas de fogo, 24 motosserras, rádios comunicadores operando na mesma frequência de todos os envolvidos e 4 pessoas foram presas; e ainda foram autuadas várias multas, no valor de R\$ 8,3 milhões, para os fazendeiros, que responderão pelo crime de desmatamento ilegal.

Em geral, destemidos da fiscalização, os empresários veem na indústria da madeira, no garimpo e na máfia da grilagem de terras setores extremamente lucrativos. As evidências existem e demonstram que crimes contra a natureza, na sua grande maioria, são impunes (SIMONIAN, 1997). Assim, nos últimos anos presenciou-se o avanço da fronteira da destruição de leste para oeste do estado do Pará, considerada pelo IBAMA (BIERI, 2018, n. c.) como a mais agressiva de todas nesta região. De fato, ali, a exploração da madeira e do ouro movimentou-se de modo rápida e num curto espaço de tempo provoca danos irreparáveis ao meio ambiente, principalmente por ser esta a área de maior concentração de mogno (*Swietenia macrophylla*) e de riquezas minerais.

Há quase 20 anos atrás, em um artigo intitulado “Floresta, Adeus” de 30/10/2001, o jornalista paraense Lúcio Flávio Pinto já chamava a atenção para a venda de terras públicas no estado do Pará. Nesse sentido, revelou a venda de 70 mil hectares de terras públicas situadas no interflúvio Xingu-Tapajós, região que abrange os municípios de Jacareacanga e Novo Progresso, na ecorregião onde se situa a Serra do Cachimbo, próxima à divisa com o estado de Mato Grosso.

As pesquisas do autor indicam que ao todo foram 37 editais de compra de terras com os lotes variando entre 500 e 2.500 hectares. Nessa perspectiva, fica evidente que, historicamente, a participação do estado do Pará e do governo federal na região têm sido ao longo do tempo de ausência e descaso. Mas, neste contexto especificamente, o Estado do Pará entra em cena apenas para legitimar, segundo Pinto (2001), com selo oficial a selvageria praticada contra os recursos existentes na área.

Do ponto de vista do equilíbrio ambiental, Nepstad (1997) evidenciou que a exploração da madeira causa considerável empobrecimento biológico no ecossistema, e alguns destes impactos são potencialmente perigosos. Para analisar os desdobramentos resultantes do uso abusivo e da exploração dos recursos naturais, Nunes (2002) esclarece

que o Museu Paraense Emilio Goeld – MPEG, em parceria com a Universidade Federal de Brasília – UNB, em 2002, realizou uma pesquisa interdisciplinar com o objetivo de identificar as populações de fauna e flora desta região do vale do Tapajós que ainda são pouco conhecidas.

Nesse sentido, dentre outros, a pesquisa obteve como resultados o seguinte: a) existência nesta região de um mosaico de tipos diferentes e peculiaridades que resultam numa enorme heterogeneidade ambiental com uma alta diversidade de espécies muitas endêmicas da região; b) trata-se de um ambiente *sui generis*, considerado como área de transição entre elementos amazônicos e elementos do cerrado; e c) devido à ação antrópica todo este ecossistema de alto valor biológico está ameaçado de destruição, sem terem sido catalogadas muitas de suas espécies de fauna e flora, numa completa ausência de análise dos aspectos ambientais desta importante área.

Por outro lado, as frentes de exploração avançam no interior da floresta adentrando-se no território dos Munduruku. Em geral, denúncias têm sido feitas pelos índios, com relação à penetração de garimpos no seu território, e entregues ao Ministério Público Federal. Somente os indígenas que são contra a garimpagem em suas terras têm feito várias mobilizações. Entretanto, segundo informações de lideranças, existem negociações (cooptação) de muitos indígenas, nas quais os exploradores repassam-lhes o valor do ouro em motores HP, voadeiras, roçadeiras, construindo barracões para reuniões nas aldeias, construindo pistas de pouso que viabilizam a retirada de pacientes graves, e ainda, dando-lhes ajuda de custo e garantia de vagas na retirada do minério.

Poe essa mesma abordagem, Castro (2003), Mendes (2003) e Pinto (2001) esclarecem que os madeireiros, garimpeiros e a máfia da grilagem contam com fortes aliados, como políticos, polícia, diversos órgãos governamentais nas diversas instâncias de poder e empresários dos estados de Mato Grosso, Paraná e São Paulo. Precisamente, estas referências apontam para a relevância da participação destes atores, que garantem a impunidade. Nessa construção, tem-se a possibilidade do envolvimento de “aliados estratégicos” (PINTO, 2001), no caso os índios, muito embora haja a proibição do garimpo e da extração de madeira nas TI.

Entretanto, é de domínio público a extração devastadora de Mogno nas terras dos Xicrin, Kaiapó, no Pará, e dos Urueu-Wau-Wau em Rondônia (SIMONIAN,1997). De todo modo, no caso específico dos índios Kaiapó, Simonian (1997) esclarece que “[...] em 1987, 69% do mogno exportado pelo Pará provinha ilegalmente das terras dos Kaiapó, que recebiam apenas 5% do valor do metro cúbico”.

Nessa mesma perspectiva, na Amazônia tais práticas de madeireiros, garimpeiros, fazendeiros e outros segmentos atingem as populações pobres, sejam elas de índios, caboclos, ribeirinhos ou beiradeiros, os quais, em geral, para garantirem sua sobrevivência, se veem obrigados a entregar suas terras aos grileiros para serem exploradas de maneira vil (PINTO, 2001). Aliás, questões de garimpagem, grilagem, violência, de desrespeito aos direitos humanos, chacinas por conflitos agrários, viraram lugar comum nas regiões Oeste, Sudoeste e Sul do Estado, transformando o Pará em terra de impunidade. Neste contexto, os fatos são amplamente noticiados pela imprensa local, nacional e internacional.

Dentre os diversos casos de impunidade, em 2003 grupos de empresários invadiram a área do “Garimpo do Palito”, próxima à cidade de Itaituba. Nas proximidades da área, encontrou-se um “filão de ouro” novo, e as famílias pobres de agricultores e garimpeiros que residem na área foram ameaçadas de morte caso não entregassem suas terras aos grileiros e madeireiros. Como se depreende de O Liberal (2003), estas famílias, ao fazerem a denúncia das ameaças à polícia de Itaituba acabaram sendo vítimas de violência dos próprios policiais, aos quais cabia a obrigação de, no mínimo, averiguarem os fatos.

De todo modo, no Brasil aos índios é assegurado o direito de uso da terra na Constituição Federal. O art. 231 garante às populações indígenas os direitos originários sobre suas terras ocupadas tradicionalmente, e incumbe à União demarcá-las, protegê-las e fazer respeitar seus bens (SANTILLI, 1999). Conforme dito, reconhecer aos índios o direito do uso da terra obrigará o Estado a preservá-las frente a terceiros interessados.

No caso do povo Munduruku, que mantém contato com a civilização não índia desde o século XVII, e citando Murphy (1960), historicamente este contato modificou e tem modificado ao longo do tempo o modo de vida e de organização deste povo. Consequentemente e de acordo com Santilli (1999), tal contato influenciou estes índios, tornando-os vulneráveis a novas necessidades, que já não podem ser supridas por meio da economia tradicional.

As invasões de TI por frentes de garimpo, madeireiras, agrícolas, grileiros, fazendeiros e outros, confrontam-se com a crônica falta de recursos da FUNAI para o atendimento aos índios. Nesta direção, estes agentes têm acesso facilitado para a exploração dos recursos, e em troca os índios recebem praticamente nada. Como já citado, esta vulnerabilidade do território e a falta de esclarecimento dos índios quanto às questões ambientais são consequências da precariedade do atendimento feito pelo Governo.

Percebe-se, ainda, que estes fatores têm contribuído para que muitas etnias, e não somente no Brasil, mas também na Colômbia, como será visto no caso das populações indígenas de Putumayo, especificamente do povo Siona, passem por situação semelhante com relação à exploração dos recursos naturais e expulsão de seus territórios tradicionais. Essas populações, por não contarem com nenhuma alternativa de desenvolvimento sustentável de exploração de seus recursos, buscam outras formas de dependência. De fato, na Mundurukânia, muitos índios sobrevivem do trabalho nos garimpos de propriedade dos próprios índios ou de outros garimpeiros.

De todo modo, situações similares são vividas pelos Gavião/Parkatejê, que vivem das indenizações da CVRD/Eletronorte por conta da utilização de seus territórios (SIMONIAN, 1999). Ainda, Benchimol (2000) destaca que o futuro não acontece por si mesmo. Para o autor as ações planejadas são imprescindíveis para o desenvolvimento da Amazônia. De fato, ao lado do enorme potencial amazônico, faz-se necessário criar condições favoráveis, sejam elas científicas, tecnológicas ou biotecnológicas, para o atendimento dos problemas ambientais e de crescimento sustentável visando à conservação do ecossistema.

Nesta perspectiva, destaca-se como prioritária a qualificação de mão de obra para se alcançar um futuro desejável. Consequentemente, tal desdobramento no sentido de prevenir os desperdícios dos recursos naturais através dos desmatamentos, racionalizando o uso dos recursos, beneficiará o maior número de pessoas. Assim, há de se considerar este momento como sendo oportuno para mudanças.

Conforme dito, a intervenção do estado na Amazônia graças às pressões sociais se apresenta como uma oportunidade grande para o estabelecimento de redes de sociabilidade. Percebe-se ainda a busca de alternativas viáveis para equacionar os novos dilemas da sociedade contemporânea baseados na relação entre o Estado e a sociedade frente à economia global.

### **3.8 Entendendo o caso da UHE São Luiz do Tapajós**

Nesta perspectiva, uma batalha foi sendo travada pelo povo Munduruku, na região do médio Tapajós, com a possibilidade da instalação da UHE São Luiz do Tapajós. Com base no Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Sawré Muybu (RCID/2013, p. 129), 7% desse território seria alagado pelo reservatório

da Usina. Do ponto de vista da legislação, o artigo 231 da Constituição Federal que trata sobre os direitos indígenas inviabiliza a remoção dos índios de suas aldeias (CHIARETTI, 2015), portanto, desse ponto de vista não seria descartada a hipótese de interrupção da construção da UHE São Luiz do Tapajós.

A fim de dimensionar melhor os impactos relacionados à construção de projetos de infraestrutura e geração de energia na bacia do rio Tapajós e rio Teles Pires, basta dizer que a área que seria inundada equivale a mais de 1.950 km<sup>2</sup> e envolve um mosaico complexo de Unidades de Conservação, como o Parque Nacional da Amazônia, TI, comunidades ribeirinhas, áreas de colonização e terras públicas em processo de regulamentação fundiária.

Após o embargo da hidrovía Teles Pires, pelo Ministério Público Federal, devido ao fato de que a sua implantação incentivaria o desmatamento futuro para o cultivo da soja nas pastagens, o qual atualmente recobre as áreas que já foram desmatadas nessa parte do estado do Pará, para Fearnside (2015), tal conversão provocaria desmatamento indiretamente em outros lugares, já que os pecuaristas vendem suas terras para os sojeiros que são deslocados do Mato Grosso para o Pará. Desse modo, novamente o MPF se deparou com uma inconstitucionalidade: a Medida Provisória da Presidência da República, de julho de 2011, com relação à redução de três unidades de conservação, dentre elas o Parque Nacional da Amazônia.

Entretanto, em janeiro de 2012 a Presidência da República editou a MP n. 558/05, reiterando o teor da primeira e com a alteração dos limites de outras unidades de conservação impactadas ou alagadas pelo complexo hidrelétrico da bacia do Tapajós. Conforme a Terra de Direitos (2014), esta nova medida reduziu, ainda mais, os limites do Parque Nacional da Amazônia e promoveu a diminuição nas Florestas Nacionais Itaituba I e II, Floresta Nacional do Crepori e da Área de Proteção Ambiental do Tapajós.

De todo modo, a multiplicidade de atores presentes e a grande articulação do povo Munduruku junto ao Ministério Público Federal, juntamente com os movimentos sociais, as organizações não governamentais nacionais e internacionais, igrejas, universidades e as comunidades tradicionais, especialmente de Mangabal e Montanha, mediante intenso movimento de luta e resistência, tiveram como desdobramento o arquivamento do processo de licenciamento da UHE São Luiz do Tapajós, o que foi feito pelo IBAMA em agosto de 2016.

Nesse sentido, a partir daí o *Greenpeace*, em parceria com pesquisadores diversos, realizou uma pesquisa multidisciplinar com relação aos impactos ambientais que seriam

ocasionados no Bioma (GREENPEACE, 2016), demonstrando, através de pesquisa científica, a inviabilidade do projeto. Isso também refletiu na tomada de decisão do IBAMA, aliado à posição do Ministério Público Federal, que recomendou ao Instituto o cancelamento da licença ambiental do projeto em razão da sua inconstitucionalidade, uma vez que seria necessária a remoção permanente dos indígenas da terra Sawré Muybu, a qual ficaria alagada com a barragem.

Nesse sentido, importa assinalar a partir da Cartilha em defesa da bacia do rio Tapajós (2010), que são as seguintes as áreas que também seriam alagadas: o Parque Nacional da Amazônia (9.935 hectares atingidos), Floresta Nacional – FLONA Itaituba I (9.632 hectares atingidos), FLONA Itaituba II (40.836 hectares atingidos), Parque Nacional do Jamanxin (24.202 hectares atingidos) e FLONA do Jamanxin (15.060 hectares atingidos).

A importância da mobilização crescente da sociedade civil e, principalmente, das organizações indígenas é considerada por Scholz (1992) como uma demonstração clara da conscientização ambiental crescente no Brasil, levando inclusive ao embargo da UHE São Luiz do Tapajós. De fato, a mobilização levou o Ministério Público Federal a embargar a obra por meio de uma liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal. Mas, a questão do embargo tem causado resistência de grupos de empresários e fazendeiros do Mato Grosso, que tentam reverter esta situação.

### **3.9 A entender-se o caso da UHE Teles Pires**

Os impactos destrutivos nos sítios arqueológicos têm crescido consideravelmente no Brasil, principalmente, em decorrência da implantação dos projetos de infraestrutura que ocasionam severos impactos no patrimônio arqueológico em territórios de populações indígenas e tradicionais. Essas populações tradicionais são os agentes principais da conservação ambiental e de seus territórios, que só poderão continuar existindo enquanto forem por elas habitados.

Nessa perspectiva, o antropólogo João Pacheco de Oliveira reforça, em entrevista ao jornal *Nexo* em 01 de dezembro de 2017 (ROCHA, 2017), essa preocupação citando o caso dos índios Tuxá, que habitavam a terra onde, na década de 1980, foi construída a barragem de Itaparica, na Bahia:

[...] dentro da área havia territórios sagrados, bons recursos naturais e de pesca e tudo desapareceu. Décadas depois, pode-se observar o terrível processo de assimilação e perda de rumos. De agricultores e pescadores autossuficientes,

os Tuxás se tornaram habitantes da cidade de Rodelas, vivendo de auxílios da companhia hidrelétrica Chesf e de bolsa família. Pois com a eliminação dos ritos sagrados, sua cultura modificou e enfraqueceu (ROCHA, 2017).

Como já apontado, no caso da UHE Teles Pires houve a violação do patrimônio arqueológico, que no Brasil possui uma legislação específica com base na Lei Federal n. 3.924/1961, artigos 2º e 3º. De modo detalhado, o artigo 2º estabelece:

Consideram-se monumentos arqueológicos ou pré-históricos os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento “estações” e “cerâmicos” nos quais se encontram vestígios humanos de interesse arqueológico ou paleontográfico (BRASIL, 1961).

No artigo 3º da Lei do Patrimônio Arqueológico fica estabelecido o seguinte:

São proibidos em todo o território nacional o aproveitamento econômico, a destruição ou mutilação, para qualquer fim, das jazidas arqueológicas ou pré-históricas conhecidas como sambaquis, casqueiras, concheiras, birbiqueiras ou sernabis, e bem assim os sítios, inscrições e objetos enumerados nas alíneas b,c e d do artigo anterior, antes de serem devidamente pesquisados, respeitando as concessões anteriores e não caducas (BRASIL, 1961).

Entretanto, o processo como o Governo Federal conduziu a instalação da UHE Teles Pires ocorreu cheio de irregularidades do início ao fim.

A sua parceria com as empresas e as prefeituras foi desastrosa e desrespeitosa, em especial a prefeitura de Jacareacanga, para a construção da usina. A proposta da entrada de pesquisadores ligados à UHE Teles Pires para fazer o estudo da área não foi aceita pelos indígenas Munduruku desde o início, mas todo o processo ocorreu sem que houvesse uma consulta prévia a eles, em desacordo com a legislação vigente, especialmente a Convenção n. 169 da OIT.

No caso dessa usina, o estudo para proteção do patrimônio arqueológico estava condicionado à assinatura do Termo de Compromisso pelo IPHAN e pela Central Hidrelétrica Teles Pires. As pesquisas para o reconhecimento e o mapeamento etnoarqueológico deveriam, segundo Pugliese e Valle (2015), acontecer mediante a colaboração das populações dos territórios afetados, que são os Munduruku, os Apiaká e os Kayabi, na modalidade de cartografias partilhadas (CARDOSO, 2013) ou como foi realizada na comunidade Pimental, no médio Tapajós, conforme relatam Marin e Almeida (2017).

No decorrer do processo, após várias reuniões internas das lideranças Munduruku, com a participação de muitas ONG, e vendo os acontecimentos recentes do Xingu, com os problemas causados pela implantação da usina de Belo Monte, e as barragens no rio Madeira (Santo Antônio e Jirau), o povo Munduruku decidiu se posicionar de modo

contrário ao estudo, já com uma visão pessimista de futuro com relação aos resultados desse processo.

Na arena política, a posição dos Munduruku ocasionou um impasse perante o governo, que é movido por interesses enormes, principalmente econômicos. Desta maneira e dentro do contexto político, as regras do jogo são os conflitos de interesses e tendências.

Assim, o governo reformulou os critérios e “optou” pela dispensa do Componente Etnoarqueológico Munduruku, o que, para Becker (2010), significou uma clara demonstração da macrofísica do poder por parte do Estado, que domina o processo em escala global. Entretanto, a ortodoxia da economia neoclássica é reducionista, e o questionamento principal que se faz é sobre os custos desse equilíbrio do ponto de vista da saturação e destruição dos recursos naturais.

A conjuntura política se modificou e foram considerados os critérios novos pelos quais, a partir da negativa de participação na pesquisa colaborativa de alguns dos povos afetados o trabalho todo seria inviabilizado. Essa atitude traria como consequência a dispensa do Componente Etnoarqueológico, esse que seria um documento essencial no processo, pois obrigaria a proteção dos sítios tradicionais mencionados, desde sempre, na cultura oral e na cosmologia Munduruku.

Entretanto, a “face oculta” dessa questão é que esses locais não foram “oficialmente reconhecidos” devido à negativa do povo Munduruku, o que impossibilitou qualquer tipo de mitigação ou de compensação com relação aos grandes impactos e transformações ocasionadas no seu território após a construção da UHE Teles Pires. Percebe-se desse modo o quanto são complexas e imprevisíveis as ações do Estado junto aos povos indígenas, isso desde o período da colonização, para dar legitimidade a suas ações, numa demonstração de força.

Um outro aspecto relevante a ser destacado foi a ‘militarização’ do Tapajós na época da elaboração do EIA da UHE Teles Pires, que contou com a participação de agentes da Força Nacional e com o apoio da Prefeitura de Jacareacanga, para garantir a segurança dos “pesquisadores” na elaboração dos documentos. A Força Nacional utilizou, inclusive, helicópteros, e segundo os indígenas e os moradores de Jacareacanga (informações colhidas no trabalho de campo), muitos agentes circularam naquele município (BIERI, 2016). Isso ocorreu a partir da negativa dos índios à entrada de pesquisadores na área, ficando clara a demonstração de autoritarismo.

A Eletrobrás foi quem coordenou a realização de todos os estudos para a obtenção da licença ambiental prévia da UHE Teles Pires. Desse modo, os técnicos teriam que percorrer as áreas que seriam afetadas pelo empreendimento. Entretanto, os Munduruku, que não foram consultados sobre as obras, impediram a entrada desses pesquisadores na terra indígena, numa operação chamada pelo Ministério Público Federal de *Operação Tapajós*. Entretanto, desde junho de 2011, quando foi entregue um dos primeiros trabalhos de abordagem etnocultural e antropológica dos impactos da UHE Teles Pires, a FUNAI solicitou a complementação do componente indígena.

Em outubro de 2011, realizou-se uma reunião na aldeia Kururuzinho, local onde finalizou a expedição de pesquisa, cujo objetivo era a apresentação do que foi solicitado pela FUNAI. Mas, os indígenas Kayabi, insatisfeitos, prenderam na aldeia todos os pesquisadores membros da expedição, inclusive os funcionários da Fundação. De todo modo e conforme MONTEIRO (2013), posteriormente, para que a Eletronorte realizasse audiências públicas nas cidades de Paranaíta, Alta Floresta e Jacareacanga, devido aos acontecimentos da aldeia Kururuzinho, o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República enviou um ofício, no dia 09/11/2011, para três ministérios com relação às Audiências Públicas (AP).

A Presidenta Dilma Roussef deu ordens expressas para a Ministra do Meio Ambiente, à época Izabella Teixeira, para o Ministério da Defesa e para o Ministério da Justiça solicitando providências sobre a segurança nas Audiências Públicas que iriam ser realizadas. Entretanto, devido às constantes tensões, pressões, mobilizações e reivindicações das coletividades organizadas, representadas pelos indígenas, movimentos sociais e as ONGs nacionais e internacionais, as audiências foram suspensas pelo IBAMA.

Com esse novo olhar sobre o território, o que antes era visto apenas como o espaço físico de práticas e significados converteu-se, assim, em espaço de enfrentamento entre os agentes públicos e os sujeitos sociais da região. Recentemente, muitas transformações no ambiente a partir dessas territorialidades novas ocorreram e ocorrem na Mundurukânia. São acontecimentos preocupantes, com grandes impactos na ictiofauna regional, pondo em risco a segurança alimentar de toda essa região. De acordo com lideranças indígenas, uma das mais graves alterações é a mortandade de peixes.

No geral, os Munduruku, Kayabi e Apiakas são agricultores, coletores e pescadores, sendo a pesca uma atividade essencial para a sobrevivência dessas populações, que têm um conhecimento tradicional profundo (BALLÉE, 2008; HUNN,

1999; MORAN *et al.*, 2000; NAZARÉA, 2006; SIMONIAN, 2007a) cujas práticas são de impacto ambiental baixo dentro da ecologia indígena. Esse conhecimento é definido como o conjunto de conhecimentos e suas relações com as espécies, e destas com o ambiente. Ou, de acordo com Lima e Pozzobon (2005), para além das práticas econômicas, mas imersos no campo semântico e cosmológico que motiva o relacionamento desses grupos, uma relação de equilíbrio com o meio.

Em sua análise, Prance (1996) se refere também ao trabalho de Margareth Mee junto aos povos indígenas os quais ela frequentemente visitava e tinha grande respeito, especialmente pela possibilidade de equilíbrio que tinham na relação com a natureza, evidenciados nos vestígios deixados por eles antes da conquista europeia. Apesar da necessidade de abrir clareiras para construir suas aldeias e abrigar grandes quantidades de pessoas, como se vê nos sítios arqueológicos e nos relatos dos viajantes, ainda assim havia o equilíbrio.

Nesse sentido, Ballée (2008) utiliza o termo “indigeneidades” para destacar as formas tradicionais indígenas de conhecimento do mundo, imersas em culturas de pequenas escalas, onde as transformações primárias resultam, inclusive, em melhoria ao ambiente. Desse modo, seus sistemas não destruíam (nem destroem) as espécies de animais e vegetais nem os processos cíclicos das cadeias alimentares; ao contrário, eram (e são) muito diferentes dos sistemas destrutivos que ocorrem na contemporaneidade.

De todo modo, apesar de reconhecer os impactos socioambientais provocados pela UHE Teles Pires, o IBAMA concedeu a licença de instalação n. 818/2011, mesmo o empreendimento não tendo atendido às normativas constitucionais e convencionais com relação à ameaça à vida e ao patrimônio material e imaterial dos povos indígenas e das populações tradicionais da região. E principalmente, o Instituto emitiu uma Licença de Operação (LO) sem ouvir os principais atores interessados nesse processo. Desse modo, em 19 de novembro de 2014 quando a Licença de Operação foi expedida pelo IBAMA, a UHE Teles Pires ficou livre para encher o lago do reservatório.

O alagamento fez com que os peixes perdessem seus locais de reprodução e engorda, que são tradicionalmente os igapós. Houve, também, a mudança do fluxo das águas na dinâmica de cheias e vazantes do rio, o que pode ser considerado um dos fatores que diminuíram a qualidade da água. E ainda, a morte dos peixes se deu pela retirada de modo incorreto da biomassa. O pesquisador Phillippe Fearnside (2015), em entrevista ao jornal *Olhar Direto* esclareceu: “[...] com a estratificação da água no lago, com muito

material verde se decompondo, a morte dos peixes será inevitável. Os peixes são muito sensíveis à falta de oxigênio”.

Nesse contexto desenvolvimentista e de grandes transformações para a Amazônia, onde a territorialidade se constrói por meio da atuação das populações indígenas que habitam essa região com outros grupos com diversos interesses, como as empresas, as organizações não governamentais e, principalmente, o Estado, que atua através das políticas públicas de desenvolvimento tão equivocadas (MITCHEN, 2010), o espaço se transforma, não pela atuação dos povos indígenas e populações presentes na região, que preservam a diversidade biológica junto com a diversidade cultural, mas pela estratégia de *controle* dos bens naturais pelo Estado e seus agentes.

Para Naase (2010), analisar territorialidades na Amazônia sempre remete a questões sobre o espaço e os recursos naturais, sobre a penetração do espaço e a interligação com outros espaços, sejam eles nacionais e internacionais, sobre as populações ali residentes e, enfim, sobre a visão que a sociedade tem acerca dessas populações.

De todo modo, esse estudo abre uma perspectiva nova sobre o desenvolvimento e sustentabilidade na Amazônia, bem como a análise sobre os riscos das alterações climáticas decorrentes da fragmentação das florestas, extinção de espécies, energia hidrelétrica e exploração dos recursos naturais. De todo modo, Killeen (2007, p. 4) questiona: como o desenvolvimento proposto pela IIRSA pode ocorrer de modo sustentável?

Figura 13: Colheita do Açaí na aldeia Munduruku, Janeiro/2016



Fonte: Arquivo pessoal (2016).

No mínimo, a relação de custo/benefício dos projetos da IIRSA necessita ser reavaliada no contexto contemporâneo de mudanças climáticas, relações sociais e ecológicas globais, cabendo aos governos, na elaboração de programas de desenvolvimento, considerarem o fato de que a América do Sul abriga a maior área de floresta tropical do planeta, e esse é o principal fator que deve ser considerado na elaboração de planos de desenvolvimento regional.

### **3.10 As estratégias de integração da infraestrutura da Amazônia - IIRSA**

Atualmente, as abordagens do desenvolvimento no debate entre o poder econômico e o neodesenvolvimentismo têm se emancipado da submissão ao político, e se transformado na instância diretamente dominante que comanda a reprodução e evolução da sociedade (AMIN, 2001). Assim, a concentração e centralização dos capitais extrapola a esfera de controle dos Estados nacionais e, por meio da ação das corporações

transnacionais, se expande a ocupação territorial do capital, como esclarece Oliveira (2007, p. 287) em sua análise das relações contemporâneas entre capitalismo e política.

Nesta perspectiva, ao longo do tempo as grandes transformações na Amazônia, que vêm desde o processo de colonização, da expansão capitalista no sistema-mundo até o atual processo de globalização, que coloca a Amazônia nas dinâmicas globais através do neoextrativismo, têm tornado a região uma peça chave dos interesses econômicos mundiais.

Para Chaparro Toro (2015), essa integração está ocorrendo num ritmo bastante acelerado, com relação ao alinhamento dos países da Pan-Amazônia, neste caso Brasil e Colômbia, que se alinham à Iniciativa para a Integração de Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), a qual tem como base política e econômica a ideia de que o desenvolvimento nessa região se dará mediante a modernização da infraestrutura física interligando toda as áreas. Nesse sentido, uma das principais propostas é a conexão entre os Oceanos Pacífico e Atlântico. Essas obras têm recebido financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A Iniciativa de Integração da Infraestrutura Sul-Americana (IIRSA), teoricamente, foi criada com o objetivo principal de promover a integração física do continente, em tese com opções novas de geração de sinergias e desenvolvimento regional. O programa IIRSA concentra políticas e projetos de integração regional na América Latina que reproduzem a lógica da colonialidade do poder no continente. O projeto da IIRSA foi organizado em 10 Eixos de Integração e Desenvolvimento, interligando a América do Sul do Atlântico ao Pacífico, envolve a construção, ampliação e recuperação de rodovias, ferrovias, hidrovias, instalações portuárias, aeroportos e complexos hidrelétricos.

Sua proposição é estabelecida dentro de um novo cenário geopolítico e econômico onde a Ásia, e a China em particular, passam a desempenhar importante centralidade. Neste contexto, a interconexão física do continente insere-se como estratégia de resposta às novas e crescentes demandas asiáticas *por commoditties*. Pode ser citada como um exemplo destes projetos de infraestrutura regional ora em curso a rodovia Transoceânica, que atravessa a Floresta Amazônica e a Cordilheira dos Andes até alcançar o litoral peruano para constituir um corredor de *commoditties* dos produtos brasileiros para o mercado asiático.

A origem da IIRSA, como uma estratégia de integração física da América do Sul capaz de inserir a região competitivamente na economia mundial, remonta à década de

1990, quando foram formulados no Brasil os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENID). A criação destes Eixos de Integração tinha por principais objetivos: a construção de um sistema integrado de logística capaz de promover a competitividade dos produtos brasileiros; a incorporação de novas áreas do país à dinâmica do comércio global; e a consolidação da hegemonia política e econômica do Brasil na América do Sul.

Assim, os Planos Plurianuais (PPA) do Governo Federal foram estabelecidos a partir da noção de Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, em programas como: *Brasil em Ação* (1996-1999), *Avança Brasil* (2000-2003) e *Brasil de Todos* (2004-2007), que tiveram como destaque obras de infraestrutura para integração física do país, entre elas a recuperação e construção de rodovias, hidrovias e gasodutos.

Entretanto, a construção das obras de infraestrutura para a região tem sido marcada por uma lógica territorial que concebe grandes áreas do espaço geográfico sul-americano como sendo “vazios demográficos”. Essa concepção mascara o fato de que muitas dessas áreas não apenas são ricas em biodiversidade como também são ocupadas por populações indígenas e uma diversidade de populações tradicionais.

Nesse sentido, no discurso ideológico do desenvolvimento a visão onde a natureza, apesar dos seus biomas e domínios morfoclimáticos complexos, é compreendida simplesmente como obstáculo a ser superado pela engenharia, ainda que os povos e comunidades as mais diversas tenham seus territórios ancestrais, e suas vidas concebidas nesses locais como sendo prescindíveis. Não é por acaso que existe a expropriação de muitas populações de suas terras, bem como a ocorrência de conflitos territoriais inúmeros, que têm sido frequentes na execução dos empreendimentos de integração de infraestrutura regional ora em curso.

Um dado importante é que nenhuma região do mundo tem, simultaneamente, a mesma proporção de terras e águas “disponíveis” como a América do Sul, que passa a ser objeto de atenção, muito embora pouco se fale que essas áreas estejam ocupadas e que sejam regiões ricas em biodiversidade. E de acordo com Gonçalves e Quental (2012), o fato de a parte maior dos países da Pan-Amazônia ter uma estrutura fundiária com alta concentração de terras em poucas mãos acaba sendo um atrativo para os grandes investimentos das corporações transnacionais, tendo em vista que, com uma só operação de compra, podem adquirir grandes extensões de terras, o que dificilmente obteriam caso a terra fosse democraticamente distribuída.

A Pan-Amazônia de modo geral é estratégica porque sem ela não há qualquer possibilidade de integração econômica. Nesse sentido de integração, Carvalho (2012) deixa claro não somente a integração sul-americana, mas latino-americana baseado no termo consolidado com a criação da CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe em termos de desenvolvimento econômico e social dessas nações que compõem a América do Sul, Central e México. Com relação à integração regional dos países da Pan-Amazônia, desde a década de 1950 são criadas propostas a respeito.

Desse modo, Ramirez (2006, p. 04) esclarece: “[...] *Luego, entre las décadas de 1950 y 1970, Brasil se propuso penetrar y articular la Amazonia mediante el Plan Alto Central, región de las três mayores cuencas hidrográficas brasileñas: El Plata, El Amazonas Y El San Francisco [...]*. Essa proposta, segundo a autora, visava à integração regional cujo plano de ação era a construção de um Polo Industrial do Sul abrangendo os seguintes Estados: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A estratégia de ação era integrar os centros urbanos principais do Nordeste brasileiro até chegar a Belém, com a ligação até Manaus, onde os produtos poderiam dispor das isenções de impostos da Zona Franca.

Ainda, segundo Mindreau (2003), também faziam parte da proposta de integração a construção da Rodovia Transamazônica em direção este-oeste, possibilitando um trajeto do Porto Atlântico de Recife-PE até Cruzeiro do Sul-AC para dali seguir em direção à estrada Perimetral Norte, que passaria pelas Guianas, Venezuela, Colômbia e Noroeste do Peru. Pontualmente, como efeito desse programa desenvolvimentista ocorreu a instalação de um número grande de empresas com investimento maciço de capital na região, cujos objetivos eram a exploração extensiva dos recursos naturais da Amazônia.

Tal exploração ocasionou graves impactos nas áreas de florestas e o desaparecimento de espécies. Ramirez (2006) esclarece que surgiu o temor por parte dos países vizinhos (Colômbia, Venezuela, Equador, Peru e Bolívia) do “*expansionismo brasileiro*”, que desejava unir a Amazônia e conectar-se por meio dos Andes com os portos do Pacífico. Nesse período, do ponto de vista político e com grandes interesses econômico na região, o Brasil tinha como aliado os EUA.

De maneira geral, novamente observa-se a retórica governista na elaboração desses projetos de desenvolvimento ao considerar apenas um único critério técnico utilizado para a análise do território (CHAPARRO TORO, 2015) visando à construção dos Eixos, que foi exatamente a localização geográfica estratégica dos países, em detrimento da sustentabilidade ambiental e sociocultural de cada um deles.

Em tais representações, a Colômbia se enquadra no Eixo Andino-Amazônico, cujo objetivo é a conexão com os portos brasileiros que têm saída para o Oceano Atlântico, como, por exemplo, os das cidades de Belém, Macapá e Manaus. Três projetos exclusivos fazem parte do Eixo Andino-Amazônico. Esses projetos, que se encontram localizados na região do Piedemonte Andino-Amazônico entre os Departamentos de Putumayo e Nariño, foram definidos para serem efetivados como um sistema multimodal de transportes através dos países Pan-Amazônicos, Brasil, Colômbia, Peru e Equador.

Eles consistem na logística de construção de 13 portos, cinco aeroportos, 11 estradas, oito hidrovias e uma rede de hidrelétricas. Toda essa malha de obras de infraestrutura vai gerar, e já está gerando (caso da UHE Belo monte no Xingu e da UHE Teles Pires) impactos biogeofísicos, socioambientais e culturais enormes em toda a sua área de influência.

Na análise de Killeen (2007), a IIRSA é politicamente um programa visionário que transformará os países sul-americanos em uma comunidade de Nações. Entretanto, ele aponta que:

[...] muito dos investimentos planejados pela IIRSA serão realizados em países do continente com um ecossistema e culturas extremamente vulneráveis a mudanças. Isso inclui a maior floresta tropical do mundo, a Grande Região Natural da Amazônia, localizada entre os hotspots dos Andes tropicais e do Cerrado, duas regiões caracterizadas por um número extraordinariamente alto de espécies que não podem ser encontradas em nenhum outro lugar do planeta (KILLEEN, 2007 p. 8).

A IIRSA é um projeto de dimensões continentais que tem ocasionado grandes impactos socioambientais nas regiões onde estão sendo implementadas suas obras, como Teles Pires, Belo Monte e Jirau. É importante destacar que nestes locais houve pouca ou total ausência de abertura para o planejamento e o debate social visando à avaliação dos impactos ambientais, conseqüentemente a ausência na elaboração de parâmetros de avaliação e de proteção ambiental.

### **3.11 A integração e o desenvolvimento: a negação das dinâmicas sociais e ambientais**

Ao considerar-se a abrangência dos dois projetos de desenvolvimento da IIRSA para a Pan-Amazônia, ambos têm impactos locais e globais, e, conseqüentemente, efeitos plurais dos pontos de vista social, cultural, econômico e ambiental. Segundo Gudynas (2017), os impactos locais dessas obras de infraestrutura estão diretamente relacionados aos efeitos derrames, que podem ser ambientais, sociais e territoriais. Nesse sentido, são

associados à perda da biodiversidade, destrocamento das populações indígenas e camponesas, desmatamento, e flexibilização das leis ambientais para favorecer tais empreendimentos. Nessa perspectiva, tais complexidades ocorrem dentro de um cenário de violência e violação dos direitos das pessoas e da natureza.

Para os povos indígenas, do ponto de vista cultural ocorrerão transformações enormes com a inserção de referenciais novos. Isso já vem ocorrendo, sob vários aspectos, dentro das aldeias e produzindo mudanças enormes, que não são acidentais, e sim efeitos derrames (GUDYNAS, 2017) dos projetos a serem instalados nessas regiões, inclusive nas aldeias mais isoladas, como é o caso, por exemplo, da Aldeia Teles Pires, do povo Munduruku, frente à construção da UHE Teles Pires, e o caso da aldeia Buena Vista, do povo Siona, na Colômbia.

Em novembro de 2012, a aldeia Teles Pires foi palco de uma operação enorme de combate às atividades de garimpagem e ficou bastante impactada com uma operação, denominada *Eldorado*, que contou com participação de agentes da Polícia Federal, da FUNAI e do IBAMA. De acordo com depoimento prestado pelos indígenas à 6ª Câmara do Ministério Público Federal, o pretexto destes agentes era o cumprimento da ordem judicial que determinava a destruição das balsas e dragas utilizadas em garimpo no rio Teles Pires, e de pontos ilegais de mineração.

A ação policial foi desastrosa e violenta, e no depoimento os indígenas esclareceram que os agentes federais praticaram várias atrocidades. A ação foi confirmada por meio de vídeos, cujas imagens foram enviadas para várias regiões do mundo e podem ser acessadas na Internet.

Em terra, segundo informações dos indígenas da aldeia Teles Pires (BIERI, 2012), os agentes praticaram espancamentos em idosos, mulheres e homens. Além disso, realizaram a destruição de patrimônio público, como escola, posto de saúde, casas dos indígenas, aparelho de radiofonia, motores de energia e demais bens materiais. Devido à pressão crescente e à violência dos agentes federais, o indígena Adenilson Kirixi Munduruku reagiu, mas foi assassinado por eles. Este fato ocasionou revolta no povo Munduruku (Figura 15) e teve uma repercussão grande, tanto na mídia nacional como na internacional.

Figura14: Moradores mostram artefatos usados pelos agentes federais na Operação Eldorado



Fonte: Imagens blogtapajosemfoco (2012).

O impacto dessa operação na aldeia desencadeou uma alteração enorme, ou efeito derrame, nas condições de vida de todos, e, principalmente, houve uma reordenação do imaginário, que foi tomado por uma energia pulsional nas suas instâncias mítico-simbólicas devido à pulsão de morte que prevaleceu dentro da aldeia.

No Distrito de Putumayo, na Colômbia, município de Puerto Asís, os conflitos ambientais que enfrenta a sociedade colombiana são complexos, com repercussões importantes no ecossistema e nas etnias que representam o patrimônio cultural daquele país. Esses conflitos colocam em evidência o quão vulnerável são seus direitos, sua autonomia e seu território, como por exemplo: a presença dos atores dos conflitos armados que fazem o cultivo de coca de maneira ilícita dentro dos territórios indígenas, especialmente do povo Siona, com a presença também de companhias petroleiras, paramilitares, o exército, e as decisões pautadas por organismos internacionais como consequências dos convênios internacionais e dos tratados de livre comércio.

Desse modo, recentemente houve na Colômbia uma evolução do número de conflitos entre os povos indígenas e os “donos dos projetos”, que são o Estado e as Empresas (nacionais e multinacionais, principalmente petroleiras) com o apoio total a essas empresas dado pelos militares, como acontece em Puerto Asís, no território do povo Siona. Muitas vezes, as ações do Exército colombiano em defesa das empresas

multinacionais ou em situação de combate contra os grupos de guerrilha deixam os índios por muitos dias confinados em seu território.

Em agosto de 2019, aconteceu uma situação de confinamento dos indígenas devido aos conflitos, segundo informações do Escritório Regional da Organização dos Estados Americanos – OEA em Puerto Asís e, depois, divulgado amplamente na imprensa local:

*El resguardo Siona de Buenavista está acorralado por las guerras entre disidencias de las FARC, grupos narco paramilitares y las Fuerzas Militares. Sobre el río Putumayo, y en la frontera con Ecuador, los indígenas también se encuentran confinados por los bloques petroleros de una empresa extranjera.*

*La comunidad denuncia contaminación de aguas, deforestación y actividades de sísmica, sin su consentimiento, dentro del resguardo. Aunque llevan muchos meses acudiendo ante diferentes autoridades, siguen sin una solución a la vista (MIPUTUMAYO [On-line] 30 set. 2018)).*

Os indígenas Siona da aldeia Buenavista (Figura 16), localizada no departamento de Putumayo, às margens do rio do mesmo nome na fronteira com o Equador, sentem como o conflito armado piorou muito as condições de vida em seu território, que possui cerca de 4.500 hectares reconhecidos como território ancestral, embora ainda aguardem a ampliação junto ao governo colombiano.

A autora esteve em pesquisa de campo em Puerto Asís em agosto de 2019, quando conversou com uma liderança da aldeia Buenavista, que pediu para não ser identificada por motivo de segurança. Então, pôde-se apurar a veracidade dos fatos que serão relatados com maiores detalhes mais adiante, no capítulo sobre o trabalho de campo. Por enquanto, informam-se alguns dados sobre a situação, que segundo a entrevistada se agravou muito no período em agosto, exigindo uma ação conjunta dos exércitos colombiano e equatoriano para conter o conflito.

Segundo essa liderança, desde 2002 até hoje os indígenas correm o risco de extermínio físico e cultural, e os Sionas vêm há muito tempo relatando a situação difícil em que vivem e o modo como estão cercados por um contexto que chamam de “reparamilitarização” dos territórios. De fato, posteriormente essa informação foi confirmada pelo governo via Departamento de Grupos Étnicos e pela Defensoria del Pueblos de Colômbia. Após uma visita, ambos constataram que esses tipos de artefatos haviam sido colocados recentemente.

Figura 15: Aldeia Buena Vista



Fonte: Amazon Frontline (s.d.).

De todo modo, os grupos de guerrilha não são as únicas ameaças à comunidade Siona da Aldeia Buena Vista. Durante muitos anos, o povo Siona teve que conviver com empresas que exploram petróleo em seu território, especialmente a Empresa britânica Amerisur Resources. Existem inúmeros casos de contaminação das águas pelos vários dutos no rio Piñuña Blanco, que deságua no rio Putumayo, resultado da exploração do petróleo realizada no bloco Plantanillo da Amerisur. Essa situação afeta diretamente a saúde e a segurança alimentar daquela população.

No caso da região de Putumayo, a Defensoria del Pueblos (2002) esclarece que nessa região seus habitantes não têm desfrutado dos benefícios de sua riqueza natural que é enorme e das modalidades diversas sustentáveis de exploração de seu território; pelo contrário, têm sofrido as consequências e impactos negativos graves relacionados ao empobrecimento e extermínio da população. Essas pessoas têm sido assediadas e obrigadas a dedicar-se ao cultivo da coca, isso devido à falta de oportunidades de geração de emprego e renda, o que tem agravado a condição de pobreza e as obrigado a esse cultivo de modo ilegal.

Pelo que também foi constatado na pesquisa de campo, os Sionas foram se refugiar, depois de terem sido expulsos de seu território original, na *aldeia Nuevo*

*Amanecer*, um local sem infraestrutura, sem saneamento básico localizado muito distante do centro de Puerto Asís. Ainda, até hoje os Siona aguardam por indenizações que, provavelmente, nunca venham a receber das petroleiras pelo uso do seu território tradicional.

### **3.12 O discurso oficial de território estratégico geográfico e geopolítico e políticas públicas para a Pan-Amazônia.**

A fronteira do Brasil com a Colômbia se constitui na segunda fronteira brasileira em extensão, numa área extremamente importante da Amazônia com peso geopolítico e econômico grande. Entretanto, historicamente, os centros de poder desses países, Brasília e Bogotá, se comportam como vizinhos distantes. Nos últimos anos, existe uma aproximação desses países mediante os interesses geopolíticos comerciais a partir da construção de obras de infraestrutura da IIRSA.

O modo de estruturar o desenvolvimento e as diretrizes de integração da infraestrutura regional dos países da América do Sul que compreendem a chamada Pan-Amazônia foram planejados oficialmente em 2000, durante a reunião dos Presidentes da América do Sul, em Brasília (CASTRO, 2001). Destaca-se o caráter mais estratégico, com a finalidade de integrar fisicamente a região, visando a produzir sinergias e estimular o desenvolvimento regional como modalidade a potencializar esses investimentos e expandir geograficamente o Mercado Comum do Sul.

A criação do MERCOSUL via Tratado de Assunção teve, em 1991, como objetivo estreitar as relações com os países que fazem parte do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). Esse Tratado de Cooperação foi criado em 1978, visando implementar o desenvolvimento sustentável da Região Amazônica. É imperativo destacar que fazem parte da Pan-Amazônia, além do Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa, embora esta seja formalmente um Departamento Ultramarino da França.

De todo modo, os anos de 1980 e 1990 foram marcados pelo regionalismo, e o MERCOSUL se destacou como um bloco comercial em construção (CASTELL *apud* CASTRO, 2003). No geral, a ideia de bloco comercial é um arranjo regional muito dependente dos avanços das articulações políticas. Entretanto, hoje a partir de acordos assinados com o Chile e a Comunidade Andina (CAN), a sua expansão ocorreu para toda

a América do Sul, formando o que veio a ser chamado de União de Nações Sul-Americanas – UNASUL.

A política externa brasileira é marcada, neste aspecto, por movimentos sucessivos e avanços com relação aos países vizinhos. Em 1993 foi proposta a criação da Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA), que envolvia os países do MERCOSUL, da Comunidade Andina e o Chile. Posteriormente, em 2004, houve o lançamento da UNASUL.

Do ponto de vista da política exterior do Brasil, estas relações não podem ser compreendidas sem referências ao Pan-Americanismo, uma vez que é histórico o encaminhamento para os eixos Latino-Americanos e Pan-Americanos. Contudo, na análise de Ricupero (2005), o modo triangular que as relações assumiram no continente – EUA - Brasil - América Latina – explica exatamente os motivos pelos quais havia um obstáculo na integração da América Latina.

Historicamente, no início do século XX, o Barão do Rio Branco buscou o estabelecimento de uma parceria forte entre o Brasil e os EUA (RICUPERO, 1995) que garantisse o apoio estadunidense nas questões de fronteira. O Brasil privilegiava, então, o eixo estadunidense em detrimento da vizinhança próxima.

Ao examinar-se sob esta perspectiva, existiu uma discussão brasileira grande nos anos de 1950, pós Segunda Guerra Mundial. Neste cenário, verificou-se, a partir da análise de Almeida (2002), que a Europa e o Japão estavam devastados pela guerra, portanto, foram priorizados na reconstrução. Com este objetivo foi criado em 1944 o Banco Mundial, na Conferência de Bretton Woods, para financiar a reconstrução Europeia via do Plano Marshall, e japonesa via Plano Colombo, em detrimento da Aliança Especial com o Brasil.

A partir daí houve um corte drástico dos créditos propostos pela Comissão Mista Brasil-EUA (1952-1953) para o financiamento dos projetos de infraestrutura. Esta Comissão Mista era formada por técnicos de ambos os países e tinha o objetivo de diagnosticar os entraves da economia brasileira, buscando promover a sua superação.

A questão do desenvolvimento pós-guerra girava em torno da escolha entre a economia planejada ou uma economia de mercado, segundo Mitschein (2010, p. 28), num debate bastante duro:

[...] os defensores de ambos encaravam a integração plena dos países menos desenvolvidos na órbita da civilização industrial como *conditio sine qua non* para acabar, de uma vez por todas, com as suas condições de subdesenvolvimento (fome, miséria, infraestruturas precárias nas áreas de educação e saúde, etc.).

O que de certa forma procurava superar todos os modos de vida e de pensamento que não se enquadrassem nessa lógica instrumentista que, para Mitschein, acabaria serrando, literalmente, a árvore na qual a espécie humana está sentada.

De modo geral, neste trabalho, cabe assinalar que, em termos de intercâmbio dos países da América do Sul, a UNASUL contribuiu de forma significativa para intensificar as relações do Brasil com seus vizinhos. Entretanto, foi no Governo do Presidente Itamar Franco (1992-1993) que houve uma redefinição da política externa brasileira, com as propostas da Iniciativa Amazônica (1992) e da Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA) (1993).

Estas iniciativas estavam ligadas a uma rede de acordos de livre comércio entre os países da UNASUL, da Comunidade Andina e do Chile (MELLO, 2002). No que se refere à proposta da ALCSA, cabe destacar que foi a primeira vez que a comunidade latino-americana balizava sua política externa com o objetivo de integrar a América do Sul.

Como forma de potencializar a política externa de integração, no final dos anos 1990 evidenciou-se a necessidade de novas estratégias para que a proposta do MERCOSUL sobrevivesse. Assim, no ano 2000, os doze chefes de Estado Sul-Americanos reuniram-se em Brasília (CARDOSO, 2000) a convite do Presidente Brasileiro Fernando Henrique Cardoso. Na ocasião, além da tentativa de dar novo impulso entre a UNASUL e a Comunidade Andina, foi lançado o Plano de Ação que culminaria na Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana – IIRSA. De acordo com Cardoso (2000), o projeto IIRSA promoveria a integração física do continente criando, neste sentido, novas sinergias e desenvolvimento regional.

Para atender tal perspectiva, o programa IIRSA reúne um total de 72 projetos distribuídos em 12 eixos de integração continental da Pan-Amazônia, abrangendo todos os modais de transporte, com a implantação de uma rede de circulação subcontinental. São propostas ações que envolvem a construção, ampliação e recuperação de rodovias, ferrovias, hidrovias, instalações portuárias e complexos hidrelétricos. O desenvolvimento destes programas conta com o financiamento de três grandes instituições financeiras com atuação multilateral na região: O BNDES, o FUNDOPLATA e a Caixa Andina de Fomento (CAF).

Ao examinar sob a perspectiva do financiamento, Gudynas (2007) chama a atenção para o fato de que estes empreendimentos são promovidos e financiados por um conjunto de Instituições Financeiras Regionais – IFR. Entretanto, tais instituições estão

nas mãos dos próprios governos da América Latina. Neste sentido, o aspecto crucial é o fato de que estas instituições IFR são semelhantes a instituições financeiras internacionais como o Banco Mundial e o BID, que são as “fontes clássicas” de crédito na América Latina.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), fundado em 1952, está vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior, e a maioria de suas operações está no Brasil e nos demais financiamentos do IIRSA. Entretanto, o BNDES disponibiliza recursos às empresas brasileiras em atuação no exterior, por exemplo: na Argentina, segundo Simas (2012), o banco financiou vários gasodutos, como a expansão de 500 km do Gasoduto San Martin, da Patagônia à cidade de Buenos Aires.

Em seus aspectos mais gerais, Little (2014) esclarece que estes megaprojetos de infraestrutura, como hidrelétricas e hidrovias, são operacionalizados, principalmente, com capital público, enquanto os projetos de extrativismo tendem a trabalhar com capital privado. Para Verdum (2012), as ferramentas legais são os acordos bilaterais entre os países. Desse modo, os projetos extrativistas estão voltados mais para os tratados e acordos de livre comércio. Em 2008, esclarece Verdum (2009), a carteira de operações do BNDES destinava aos projetos de infraestrutura algo em torno US\$ 11 bilhões, montante a ser utilizado em projetos para a construção de rodovias, portos, pontes, hidrelétricas e ferrovias, tendo uma perspectiva para aporte de mais US\$ 24 bilhões.

Um outro aspecto que cabe destacar está relacionado ao papel das empresas multinacionais, que correspondem a um pequeno, mas poderoso, grupo constituído através da iniciativa privada e suas parceiras estatais, ligadas à produção e à distribuição de energia. Verificou-se que tais empreiteiras são dotadas de uma grande capacidade de investimentos e logística sofisticada, que lhes permite operar e controlar os negócios em escalas amplificadas. Certamente é importante constatar que o avanço destas frentes econômicas se dá em virtude de terem sido beneficiadas com as facilidades propiciadas pelos seus respectivos governos, e desempenham papel essencial na consolidação desta nova geopolítica de integração e arranjos regionais.

## **CAPÍTULO 4 – PROVÍNCIA BIOGEOGRÁFICA DA AMAZÔNIA**

### **4.1 Descoberta do rio das Amazonas: relatos breves de viajantes**

Os primeiros escritos da história do Brasil e da América do Sul têm como base documental informações que os missionários e os viajantes europeus colheram sobre a natureza e o homem brasileiro. Com a assinatura do Tratado de Tordesilhas entre Portugal e Espanha, a região correspondente ao atual estado do Amazonas passou a pertencer aos espanhóis, que deram início ao processo de reconhecimento e posse da região, no final da primeira metade do século XVI.

O Tratado de Tordesilhas desde 1494 regulava a partilha entre Espanha e Portugal das terras divididas do Atlântico, e foi a base de regulamentação de diversos tratados de fronteiras do século XVIII. As negociações entre Portugal e Espanha tinham começado desde a chegada do almirante Cristóvão Colombo em Sevilha, no retorno de sua viagem de descobrimento da América, e toda a negociação durou cerca de um ano e meio até a assinatura do tratado.

No primeiro volume de *Pauliceae Lusitana monumenta histórica* (1956), Jaime Cortesão indica que nessa época somente os portugueses detinham a localização geográfica aproximada das Índias, e o objetivo de Cristóvão Colombo era utilizar-se do jogo democrático para adquirir o que Portugal já considerava ser um direito seu adquirido.

O tratado considerava que as “Índias” descobertas por Colombo se iniciavam na ilha espanhola (Haiti). Entretanto, o objetivo geral das políticas entre Portugal e Espanha era assegurar o caminho para as Índias. Com relação às terras brasileiras, segundo Cortesão, o tratado se tornava ineficiente pelo desconhecimento da extensão territorial das terras que pertenciam a Portugal, pois a realidade ainda era desconhecida.

De todo modo o Tratado de Tordesilhas deixava de fora uma vasta área geográfica de importância econômica grande, habitada por um número grande de etnias com as cosmologias as mais diversas. O desconhecimento do território e as dificuldades em calcular a longitude exata dos meridianos, tanto por cartógrafos portugueses quanto espanhóis nos séculos XVI e XVII, não mostra exatamente a representação do Brasil.

## 4.2 Fragmentos da descoberta do novo mundo: relatos dos viajantes

Com o objetivo de discutir sobre paisagem, ambiente e ciência, obrigatoriamente deve-se remeter às contribuições e pesquisas proporcionadas pelos viajantes naturalistas no Brasil entre os séculos XVI e XIX. No geral, o viajante naturalista é considerado aquele que, durante o período aqui referido, dedicava-se exclusivamente ao estudo da história natural, compreendendo a dinâmica dos elementos que circundam a Terra. Nesse sentido, pretende-se aqui descrever muito rapidamente fragmentos das contribuições de viajantes naturalistas importantes que atravessaram o território brasileiro nesse período referido.

As expedições extensas realizadas por esses viajantes que vieram ao chamado mundo novo representaram contribuições importantes para o entendimento e compreensão do território, especialmente da Amazônia, tanto no que diz respeito à dinâmica ambiental da paisagem e descrição de fenômenos naturais quanto à classificação de fauna e flora.

Com relação às viagens dos conquistadores espanhóis sabe-se que no início do século XVI Vicente Yañes Pinzon, marinheiro europeu companheiro de Cristóvão Colombo, fez sua primeira viagem em 1499-1500. Ele foi o primeiro a ver o rio Amazonas, o qual confundiu com o rio Ganges, entretanto mais tarde foi autorizado a colonizar a região. É conhecido, ainda, o relato da expedição feita por Francisco de Orellana 1540-1542, por ordem do governador Gonzalo Pizarro.

Na viagem Orellana desceu o grande rio até sua foz já em território português. O relato dessa viagem é do frei dominicano Gaspar de Carvajal, que foi, de fato, o primeiro cronista a escrever sobre a geografia e a etnografia do grande grupo de populações indígenas presentes no vale do rio Amazonas em toda sua extensão.

Os relatos de expedições possibilitam que se adentra no tema das míticas Amazonas. A primeira descrição é citada por Cascudo (2002, p. 14-15):

Frei Gaspar de Carvajal encontrou as amazonas no dia 24 de junho de 1541 na foz do rio Jamundá. O jesuíta Alonso de Rojas insiste, repetindo Carvajal, em batizar as mulheres com o nome clássico de *amazonas*. A história das amazonas se espalhou pelos rios, e Evreux (*Viagem ao norte do Brasil*) registra a fama que alcançaram no Maranhão as mulheres guerreiras, separadas de homens, sendo mulheres e filhas dos tupinambás, retiradas da companhia e do domínio deles, guiadas e seduzidas por uma delas, localizadas numa ilha [...].

Segundo Frei Gaspar de Carvajal, em seu relato da viagem ele descreve que eram mulheres muito brancas e altas, com abundante cabeleira, de membros desenvolvidos e

cobriam-se apenas com uma ligeira tanga. Já no povoado de Aparia, léguas antes, os índios falavam nessas mulheres, com respeito, emprestando-lhes qualidades consideráveis.

Até aquele instante, dera àquela massa d'água doce o nome de rio Orellana. Mas, muito impressionado com as guerreiras, sendo Orellana amante de aventuras, galanteador, mudou o nome então para rio das Amazonas, prestando-lhes a homenagem e seu respeito pela valentia por elas demonstradas.

No geral, todo relato histórico é marcado pela visão de mundo do europeu, que, nessa produção etnográfica, mistura o mítico com o fantástico, reportando-se à recorrência do tema da mulher independente na mitologia grega. O nome Amazonas aparece como um clássico na referência cultural do europeu.

Por parte dos portugueses há o relato sobre o vale do rio Amazonas por meio da carta de Diogo Nuñez (1553), que relata em sua viagem a facilidade de passar do rio Amazonas à bacia do Prata, a partir de informações que recolhera dos nativos a respeito de um caminho que partia de São Vicente, por terra, atravessando as cabeceiras dos rios brasileiros. Essas informações foram comprovadas somente no século XVII, quando os portugueses, mamelucos, soldados e missionários partiram da capitania do Grão-Pará e Maranhão e desbravaram os afluentes do rio Amazonas atingindo as bacias dos rios Paraná e Paraguai. A leste descobriram a ligação entre as bacias do rio Amazonas e do rio São Francisco.

A descoberta do mundo novo representou o primeiro contato da Europa com um universo exótico e pleno de promessas. Veríssimo (1970, p. 235) descreve a extensão, a grandiosidade e o fascínio que essa região exerce no Brasil e em seus desbravadores quanto à sua geografia, e afirma que, geograficamente, a Amazônia, se sob esta denominação se abranger toda a bacia do Amazonas, “[...] compreende não só os dois grandes estados brasileiros do Pará e Amazonas, mas parte considerável do Norte de Goiás e de Mato Grosso e também da Bolívia, bem como imensa extensão do Peru, do Equador e da Colômbia”.

É um mundo, mais de um terço da América do Sul. Desde logo depois do descobrimento, por Orellana, em 1541, do curso do rio Amazonas, as publicações a que essas viagens e expedições deram lugar constituem literatura volumosa e importante em que a geografia, a cartografia, a história natural em todos os seus ramos, a etnografia e a economia política têm lugar proeminente. Nessa perspectiva, de acordo com Gadelha

(2002), muito franceses, conscientes das riquezas do pau-brasil e das especiarias, desejavam assegurar as terras americanas que pertenciam a Portugal.

Era então frequente o comércio dos franceses na costa setentrional brasileira com as tribos locais, e em 1613 tentaram se fixar no Brasil, numa investida. Aliados ao povo Tupinambá sob o comando de La Ravardière, os franceses tentaram construir uma colônia francesa em São Luiz (Maranhão), mas em 1614, o governador Capitão-geral Jerônimo de Albuquerque foi encarregado de expulsá-los; porém, somente em 1615 La Ravardière entregaria o forte da ilha de São Luiz.

De todo modo, muitos navegadores passaram nas novas terras no decorrer dos séculos, entretanto, mesmo com as deficiências e imperfeições de suas expedições e relatos, permanece o fato de que a viagem à Amazônia é provavelmente a parte mais interessante e nova de um mundo totalmente desconhecido. Os dados sobre a fauna e flora, geografia e história da descoberta da Amazônia constituem, do ponto de vista da história do conhecimento do mundo, um passo decisivo na revelação do desconhecido.

Por outro lado, nas viagens que serão realizadas a partir do século XVIII começam a emergir outros critérios de veracidade e outros modos de escrituras dos relatos. Nesse sentido, Sússekind (1990, p. 132) destaca que “[...] as coisas do novo mundo não poderiam ser descritas mais sobre a aura de extravagância e mistério [...]”, era necessário agora um olhar de cientista e o interesse de aprendizado. Ainda nesse sentido, na opinião de Guimarães e Wortmann (2010), isso significa que a plenitude da floresta irá se resumir ao censo pragmático e classificatório com o olhar do viajante naturalista para a pequenez dos detalhes nomináveis.

Charles-Marie de La Condamine – cientista e explorador francês – nasceu em Paris, em 28 de janeiro de 1701. Foi o primeiro cientista a descer o rio Amazonas, e suas publicações sobre a geografia, fauna e flora da bacia amazônica despertaram o interesse da comunidade científica, destacando-se seu estudo denominado *Viagem na América Meridional descendo o Rio das Amazonas*. La Condamine era militar, mas logo abandonou a carreira para tornar-se membro da Academia das Ciências Físicas e Naturais.

Como membro da academia foi contemporâneo e amigo pessoal de Voltaire e Isaac Newton. No geral, não teve dificuldades em firmar acordo com o rei da Espanha para a entrada nas possessões espanholas da América, e sua viagem de Paris com destino à América teve início em 28 de janeiro de 1701. Desse modo, La Condamine inaugura um período da história das descobertas do continente, e não serão mais os conquistadores,

os missionários ou os aventureiros que ocuparão a frente do palco, mas sim os cientistas e pesquisadores.

O século XVII marcou o desenvolvimento científico genuíno para as descobertas no mundo novo, bem como em outras partes do mundo ainda desconhecidas ou pouco conhecidas, especialmente o Pacífico. Já na América, La Condamine conhece no Equador Pedro Vicente Maldonado, cartógrafo e matemático do Império Colonial Espanhol, e seguem juntos pelo rio das Esmeraldas.

Alguns relatos da viagem de La Condamine registrados *na L' Académie Royale des Sciences du 7 novembre 1745* e as histórias e textos publicados neste trabalho circularam por toda a Europa, e neles o autor relata os perigos e todo o sofrimento passado na viagem, mas essas narrativas são acompanhadas pela descrição da beleza e dos encantos naturais da região.

Na chegada em Quito, La Condamine observa alguns rolos de massa negra e resinosa, conhecida na cidade com o nome de borracha (*Hevea brasiliensis* L.), na grafia espanhola, Cahuchuc, segundo Minguet (2004, p. 15), nome dado pelo povo indígena Maynas. Anteriormente, Cortés já vira o povo Asteca brincando com bolas de borracha, duras e elásticas. A descoberta da borracha contribuiu para uma revolução com sua chegada em Londres. As suas características químicas como a plasticidade, a elasticidade, a impermeabilidade e as propriedades isolantes num só produto levaram a borracha da Amazônia a ocupar um lugar importante na economia mundial, como será visto no decorrer deste trabalho.

Sobre o uso de óleos e resinas, La Condamine observa o uso do óleo de Andiroba (*Carapa guayanensis*) tanto para fornecer luz quanto para curar picadas de insetos. Os índios misturavam esse óleo com uma massa vermelha para pintura corporal e para uso medicinal, no caso do tratamento de úlceras (MINGUET, 2004, p. 74). E comenta sobre o óleo de Copaíba, que o povo Asteca usava como incenso, com propriedades medicinais numerosas e amplamente utilizado na região. Ele também observa e descreve o uso da platina pelos nativos.

Na viagem do rio das Esmeraldas pelos Andes até Quito, os pesquisadores fazem observações geodésicas, físicas e astronômicas, medem, traçam mapas, registram temperaturas, as variações de pressão atmosférica e o magnetismo terrestre. Desse modo, a viagem de La Condamine fornece valiosas informações após a longa jornada pela América do Sul até as costas do Brasil e da Guiana. Na Amazônia, e nas florestas do rio Orinoco, ele navegou pelo rio Amazonas, tendo feito contato com etnias diversas, como

os Manaos, os quais descreve como uma nação bélica, temida por todos seus vizinhos (MINGUET, 2004, p. 94) e que durante muito tempo resistiu à dominação portuguesa.

La Condamine viajou do estado do Pará até a foz do rio Amazonas, no rio Topayo ou Tapajós, que, segundo ele, era habitado por nações guerreiras e selvagens que os missionários Jesuítas tentavam dominar. No rio Madeira, encontrou vestígios de aldeamentos Tupinambás localizadas na foz de uma grande ilha, mas foi no rio Topayos ou Tapajós que encontrou as Pedras Verdes, conhecidas com o nome de *Pedras das Amazonas*, cuja origem, na época, era desconhecida. Muito procuradas, atribuíam a elas virtudes curativas para a cólica renal e epilepsia, e segundo o autor, não eram muito diferentes das pedras de Jade oriental.

Na Guiana Francesa, a expedição atravessou, por vários meses em longa peregrinação na bacia hidrográfica da Guiana, um labirinto de ilhas, braços de mar, pântanos, até chegar em Caiena para pegar o barco que levaria todos de volta para a França. Entretanto, sobre o rio Amazonas La Condamine destaca a variedade e abundância tão grandes: somente o Amazonas é suficiente para alimentar os habitantes e os animais, e todos estão preservados.

De todo modo, La Condamine reproduz, de maneira muito semelhante, o olhar etnocêntrico europeu anterior e posterior “às luzes”: Segundo seus relatos (MINGUET, 2004 p. 109), parece que a natureza veio favorecer a “preguiça” dos índios, atendidos em todas suas necessidades a cada passo na Amazônia, pois suas canoas se enchem de peixes de todos os tipos, tanto no período de cheias do rio quanto no período seco, quando os peixes permanecem abrigados em lagoas e podem ser pescados com maior facilidade.

Em relação aos povos indígenas da Amazônia, La Condamine se dedica às suas qualidades físicas e linguísticas e suas qualidades morais, e reflete plenamente ideias amplas sobre o mundo natural, a economia, e as relações entre homens e a sociedade, baseado no eurocentrismo, que acredita ter propagado as “luzes de Deus” ou das ciências nos países colonizados. Desse modo e após a viagem, o índio para La Condamine não é mais o bom selvagem dos filósofos. Para o autor, a problemática do bom selvagem, trata-se de um mito do Estado da natureza que floresce quando se lia a literatura de viagens; para ele o bom selvagem, o estado da natureza adâmico e celestial não existe

No decorrer de sua viagem, La Condamine relata que ao andar pela floresta tanto do Pará quanto de Caiena encontram-se várias espécies de plantas diferentes das que estavam sendo testadas na Europa. E em especial, uma a tem propriedade de intoxicar o peixe (ele faz referência certamente ao uso do Timbó pelos povos indígenas), que nesse

estado flutua na água e pode ser pescado com as mãos, e os índios por meio dessa técnica pescavam o quanto quisessem.

Com relação à descrição da fauna silvestre, descreve animais como papagaios (uma espécie amarela e um pouco de verdes próximos ao bico), araras com uma beleza de penas, quatis, vários tipos de macaco de diversos tamanhos, formatos e pelagens, domesticados pelos índios. Destaca também a presença de crocodilos perigosos, sendo estes os maiores inimigos nos rios, e tigres na floresta.

"Espessa e intrincada, um inferno verde" foi como Alexander von Humboldt, o fundador da geografia física, chamou a Amazônia. Ele nasceu em 1769, em Berlim, e segundo Cioffi (1996) é até hoje considerado um dos mais importantes exploradores e cientistas do mundo. Humboldt – que nasceu e morreu em Berlim – viveu 90 anos e, em sua época, foi quase tão famoso quanto Napoleão Bonaparte. Estudou economia e línguas estrangeiras e, de início, pensou em dedicar-se à política, o ofício de seu pai, de família prussiana e ligado a Frederico, o Grande. Dedicou-se depois à mineralogia e iniciou as viagens científicas que o levariam a desenvolver o estudo da geografia.

No período de 1799 e 1804, visitou as regiões tropicais do Mundo Novo, dedicando uma parte grande de seu tempo ao estudo da Amazônia. De acordo com Aragão, (2019), a viagem dele pela América Latina, que durou cerca de seis anos, é comparada a uma espécie de "segundo descobrimento" do continente. Nessa viagem, Alexander von Humboldt junto a Aimé Bonpland, médico e botânico que o acompanhou na jornada pelo continente, percorreu mais de 2.250 quilômetros de mata fechada.

Em todo o percurso, ele fez anotações e desenhos dos animais e das plantas totalizando um registro completo da fauna e da flora da região, que até então eram desconhecidas. Humboldt escreve relatos em que se diz impressionado com a coloração e a variedade da vegetação e dos animais.

Em um primeiro momento, Humboldt ficou perto de Caracas, na Venezuela e depois começou sua expedição pelo rio Orinoco. Uma das suas contribuições principais para os estudos da América Latina é o mapeamento do canal do Cassiquiare, com o qual ele comprova a existência de uma ligação entre as bacias dos rios Orinoco e Amazonas apontando a sua localização exata. Entretanto, a contribuição científica grande dessa viagem foi a publicação de quatro grandes livros escritos por ele sobre os países latino-americanos.

A obra *Viagem às Regiões Equinociais do Novo Continente* de Alexander von Humboldt foi editada em 30 volumes contendo os relatos político-econômicos,

geográficos, arqueológicos e a descrição minuciosa de pássaros, peixes, insetos e plantas das Américas. Destaca-se, porém a ausência de um dos livros da expedição de suas publicações: o livro sobre o Brasil. Ao decidir entrar em território brasileiro para continuar suas pesquisas em maio de 1800, a expedição já estava no extremo sul da Venezuela na fronteira com o Brasil, mas Humboldt é impedido pela coroa portuguesa que governava o Brasil.

Segundo o historiador alemão Frank Holl, autor de uma biografia importante de Humboldt, o fato de Humboldt ao longo da vida estar ligado a um sentimento republicano com o qual lutou contra o colonialismo e a opressão fez com que o governo português tivesse receio de que o pesquisador alemão fosse um espião infiltrado e que traria ideias novas que poderiam ameaçar a soberania de Portugal na região.

Nesse sentido, Trespach (2019, p.19) esclarece que mesmo Humboldt sendo “[...] amigo de José Bonifácio, foi impedido de entrar no Brasil, após sua presença na região Amazônica ser considerada fruto de espionagem pela coroa portuguesa [...]”. Dom João chegou a ordenar que, se Humboldt entrasse no Brasil, deveria ser diretamente enviado da Amazônia para Lisboa.

De todo modo, o pesquisador alemão continuou sua jornada por outras regiões da América Espanhola e se tornou conhecido pela luta contra as opressões da escravidão dos indígenas em vários países. Especialistas também consideram Alexander von Humboldt um dos primeiros ambientalistas do mundo porque, com seus estudos sobre zonas climáticas, já havia apontando que o comportamento humano poderia alterar a natureza. Publicou ainda um trabalho chamado *Kosmos*, que se trata de uma obra em cinco volumes.

Morreu em 1859, sendo considerado, segundo Cioffi (1996), naturalista e humanista de porte grande que uniu o idealismo clássico e as ciências naturais exatas que surgiram em sua época. O material coletado e descrito durante os séculos XVIII e XIX representou uma importante sedimentação de conhecimento, que serviu como base para a continuidade de estudos, posteriormente.

As contribuições dos viajantes naturalistas para as Ciências Naturais no século XVI e XIX, além do conhecimento científico, tiveram uma importância também histórico-cultural, uma vez que se tratam de registros dentro de contextos sociopolíticos distintos dos cenários do novo mundo, subsidiando e revelando fatos inestimáveis sobre a história e a cultura dos povos indígenas que habitavam essas regiões. Por fim, tais contribuições se tornaram inestimáveis para o conhecimento no campo das Ciências

Naturais, e mesmo após quase 300 anos ainda são peças fundamentais no ensino e na pesquisa.

### **4.3 A Amazônia enquanto espaço biogeográfico e central para o planeta**

A Amazônia é um dos espaços biogeográficos mais importantes do planeta (BECKER, 2010) e, atualmente, se encontra na pauta das políticas ambientais mundiais por conta do acelerado processo de destruição, mediante as políticas públicas de desenvolvimento baseadas na exploração de matéria-prima, fósseis, construção de obras de infraestrutura e distúrbios ocasionados pelas atividades antrópicas na maior floresta tropical úmida do planeta.

A província biogeográfica amazônica é definida como uma região neotropical que se estende por mais de 6,8 milhões de quilômetros quadrados pela maior parte do Brasil, aproximadamente 60% do seu território, além das Guianas, parte da Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia. Vivem na Amazônia mais de 20 milhões de pessoas.

A diversidade climática, os aspectos bioquímicos, geológicos e humanos resultam nos diferentes tipos de paisagens, que, segundo o INCT (2011-2012), compreendem uma ampla variação de espécies de animais do planeta. Ainda segundo pesquisadores como Humbert, Renno (2003) e os do INCT (*apud* MITTERMEIER *et al.*, 2003;) existem pelo menos 40 mil espécies de plantas superiores, 425 espécies de mamíferos, 1,3 mil de aves, 371 de répteis, 427 de anfíbios e 3,5 mil espécies de peixes de água doce.

A Amazônia não é um espaço homogêneo, mas é considerada, sim, um mosaico com áreas de endemismo diferentes e biodiversidade. Nesse sentido, o ponto de vista zoológico é caracterizado pelo alto grau de endemismo, pois são reconhecidas, segundo Castillo *et al.* (2005), pelo menos 30 áreas de endemismo ao largo da bacia Amazônica.

No século XIX, para explicar os padrões de diversidade da Biota amazônica, Wallace (1852) estabeleceu hipóteses consideradas hoje como conceitos básicos da Ecologia, por exemplo, ao descrever os rios amazônicos de porte grande como uma rede fluvial complexa, considerada como barreira geográfica ativa na dispersão dos organismos. Em suas pesquisas sobre os padrões de diversidade, Wallace (1852, p. 107-108) notou que, nos trechos largos dos rios, os macacos de um lado eram diferentes das espécies do outro lado. Mais tarde essa observação se tornaria um dos pilares da teoria da evolução, explicando como o isolamento pode transformar duas populações de uma mesma espécie em espécies diferentes.

Uma outra teoria é a teoria dos refúgios da diferenciação biótica (HAFFER, 1969), a qual enfatiza a importância dos câmbios entre o clima e a vegetação durante o Pleistoceno que originaram a expansão dos bosques. Segundo Haffer e Prance,

A floresta úmida foi fragmentada em blocos isolados que depois coalesceram sob variadas condições climáticas durante os picos (frio) seco e (quente -) úmido de fases climáticas levaram à 'reposição por pulsações' na evolução da flora e fauna durante o Quaternário –Terciário e períodos anteriores (HAFFER; PRANCE, 2002, Conclusão).

Na atualidade, o clima na região amazônica é considerado tropical úmido com variações térmicas anuais inferiores a 5°C, apresentando ainda temperaturas mais baixas superiores a 15°C e um período seco de até 40 dias. As precipitações médias anuais estão em torno de 1.820mm. Desse modo e conforme o ICMBIO (2004), ao contrário do clima, o regime de chuvas apresenta variações grandes, sendo que as precipitações maiores ocorrem de janeiro a maio.

#### **4.4 A região do vale do rio Tapajós**

De acordo com a classificação do programa de vigilância da Amazônia RADAMBRASIL, as porções do flanco às margens do rio Tapajós inserem-se na unidade morfoestrutural Planalto Rebaixado da Amazônia, com cotas altimétricas em torno de 100m, relevos dissecados, colinas com ravinas e vales encaixados. As superfícies de aplainamento são inundadas periodicamente por ocasião do regime de chuvas.

Devido às ações antrópicas na região do rio Tapajós, baseadas nas políticas públicas de desenvolvimento, construção de obras de infraestrutura como hidrelétricas, portos e a exploração mineral, e mais recentemente as queimadas descontroladas no segundo semestre de 2019, tem-se acelerado a destruição desse ecossistema importante.

Não obstante, uma das constatações, além dos problemas da contaminação das águas e do solo com os resíduos da mineração, é a concentração de Dioxido de Carbono (CO<sub>2</sub>) na atmosfera o que contribui para o aumento dos gases do efeito estufa na atmosfera. Esse aumento da concentração dos gases tem sido uma das preocupações mundiais contemporâneas grandes. O aumento do nível de CO<sub>2</sub> e de outros gases contribuirá para iniciar mudanças imprevisíveis no clima que podem trazer consequências ecológicas, econômicas e sociais graves em todo planeta.

De modo geral, os reservatórios mais grandes de gás carbônico na natureza são: a atmosfera (750 Pg), as reservas de combustíveis fósseis (5.000 a 10.000 Pg), os oceanos

(39.000 Pg) e os ecossistemas terrestres (2.100 Pg), incluindo a Biota e o solo. O carbono da atmosfera ocorre como dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) em concentrações bem baixas: 360 partes por milhão (ppm), em 1995 (KELLING, 1995). De acordo com Sotta (1998), este gás é quimicamente estável e tem um tempo médio de resistência na atmosfera de cinco anos, antes de retornar para os oceanos ou para a biota terrestre.

E a mesma quantidade de gás carbônico está contida na atmosfera, está retida na vegetação, principalmente, das florestas ao redor do mundo e na floresta tropical úmida e demais ecossistemas terrestres. O carbono na sua forma oxidada como CO<sub>2</sub> é um dos gases essenciais na atmosfera para determinar a temperatura e o clima do planeta (HOUGHTON, 1996). Desse modo, as florestas tropicais têm um papel de relevância alta no ciclo global do carbono.

Segundo medições da taxa de carbono atmosférico feitas por Schlesinger e Melack (1981), em um ano o fluxo de carbono da floresta amazônica corresponde a 8,51 gc.m<sup>-2</sup>. Hipoteticamente, o ganho ambiental com a bacia amazônica preservada, que corresponde a cerca de Seis milhões de km<sup>2</sup>, seria extrapolado para 5x 10<sup>12</sup>m<sup>2</sup>; a perda total de carbono/ano seria de 0.04 Pg.

Na região do vale do rio Tapajós, encontra-se a Unidade de Conservação Floresta Nacional do Jamanxim (Flona do Jamanxim), que, de acordo com o ICMBIO (2010), corresponde a uma área de 1,3 milhão de hectares, onde predominam ambientes com bom nível de integridade. Isso significa que essa área de floresta ainda está em ordem perfeita dentro da relação floresta e atmosfera, e contribuindo com a produção de CO<sub>2</sub> e de vapores d'água, considerando-se que uma árvore adulta joga em média na atmosfera 1.000 litros de água por dia (NOBRE, 2011) numa atividade frenética de evaporação.

Conseqüentemente, essa região de floresta apresenta uma alta relevância biológica, com uma sofisticação extraordinária através da transpiração das árvores em forma de rios de vapor mediante a exposição à luz do sol, bem como na retenção do CO<sub>2</sub>. Esses dados são impressionantes, e a região se destaca igualmente tanto pela beleza cênica quanto pela diversidade de espécies de fauna e flora. Entretanto, enquanto a revisão desta tese estava a ser feita, tal realidade mudou muito devido às queimadas na Amazônia brasileira e na área do Pantanal mato- Grossense, o que será oportunamente analisado.

O desmatamento na Amazônia é responsável pela produção de mais de 200 milhões de toneladas de carbono/ano, sem contar a quantidade de carbono absorvida naturalmente pelo funcionamento da floresta. No Brasil o total de carbono produzido ao ano chega a mais 90 milhões de toneladas resultantes das queimadas de carvão e dos

combustíveis fósseis. Esses dados concedem ao Brasil o 16º lugar no *ranking* mundial dos países que mais emitem carbono na atmosfera. Mas, de acordo com Tautz (2004), esses dados aliados ao desmatamento elevam a posição do Brasil, que sobe para o 7º lugar dos países que mais contribuem com os gases que formam o efeito estufa na atmosfera.

Nessa perspectiva, Sampaio (2005, p. 38) destaca os trabalhos e pesquisas de Carlos Nobre, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, que ressaltam a importância da Amazônia para o planeta: “se considerarmos que toda a biosfera terrestre retira da atmosfera cerca de 3 bilhões de toneladas de gás carbônico/ano e a Amazônia sozinha contribui com cerca de 10% desse total, podemos avaliar a sua importância para o controle do efeito Estufa”.

Do ponto de vista climático, o desmatamento e as queimadas destroem a floresta abrindo clareiras no solo, que passa a absorver menos energia solar sem a vegetação original. Dessa forma, haverá uma redução das chuvas e uma emissão significativa de CO<sub>2</sub> e outros gases que ocasionarão o aumento do microclima regional. A ocorrência das queimadas numa região é responsável pela elevação da temperatura em dois graus centígrados (2 °C) (TAUTZ, 2004). A queima da floresta libera o carbono armazenado nas árvores e diminui a capacidade da vegetação de retirar esse elemento químico através da fotossíntese, aumentando a sua concentração na atmosfera.

De modo geral, é muito importante destacar neste trabalho que, em se tratando de Amazônia, os dados recentes sobre a situação das queimadas no Brasil no ano de 2019 apontam que estas se tornaram incontroláveis causando enormes prejuízos ambientais. De acordo com o INPE, em seu boletim de agosto de 2019, nos primeiros oito meses de 2019, houve aumento dos incêndios e estima-se que no Brasil o fogo teve um aumento total de 82% com relação a 2018. Em entrevista para a revista Meio Ambiente e Energia no dia 30/09/2020 ([www.camara.leg.br](http://www.camara.leg.br)) o pesquisador do Programa de Queimadas do INPE Alberto Setzer esclareceu que: “As queimadas são todas de origem humana, umas propositalis e outras acidentais, mas sempre pela ação humana” o que se considera preocupante.

A questão das queimadas em 2019 foi tão grave na Amazônia (Figura 18) que um rio voador de fumaça cobriu parte do território brasileiro no dia 19 de agosto de 2019, transformando uma tarde em São Paulo em noite escura (Figura 16). Um rio voador de fumaça percorreu o mesmo caminho que os rios voadores feitos de vapor d’água percorrem e atingiu uma parte do território brasileiro. Exatamente, o quadrilátero produtivo que corresponde a 75% do PIB da América do Sul.

Figura 16: Imagem de satélite mostrando incêndios florestais na América do Sul



Fonte: Foto divulgação/NASA

Figura 17: Rios de fumaça atingem São Paulo e o céu escureceu na tarde de 19 de agosto de 2019 devido às queimadas na Amazônia



Fonte: Imagem disponível em <https://www.climatempo.com.br>.

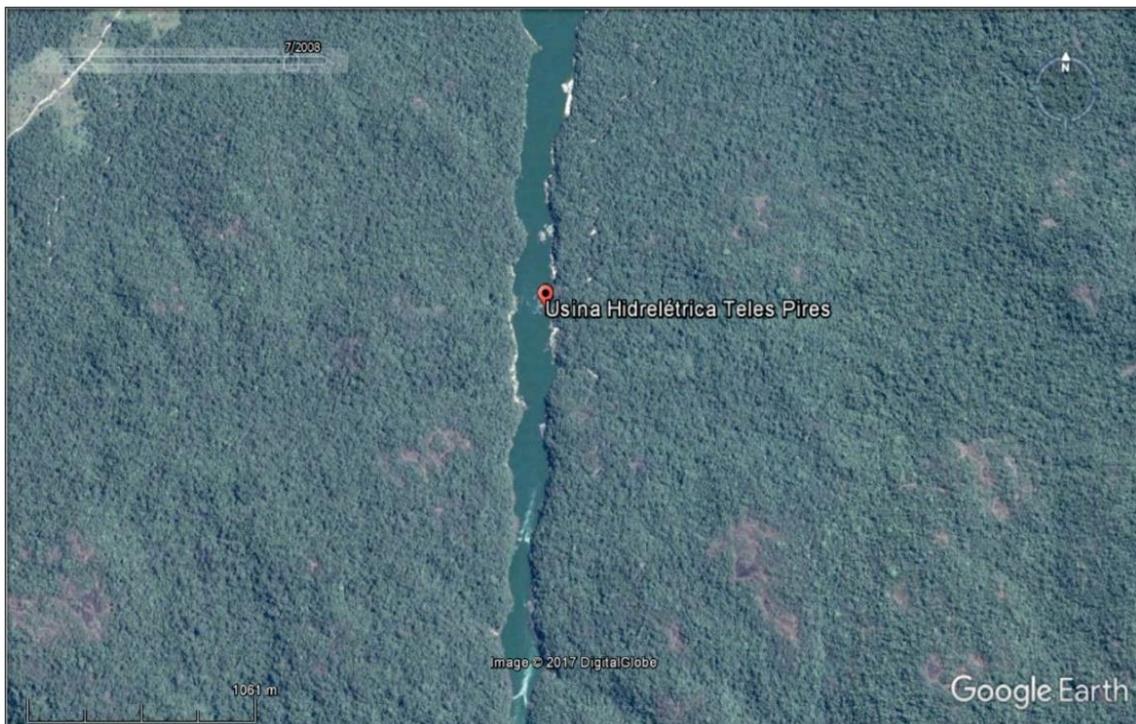
Em termos espaciais, essa área vai de Cuiabá a Buenos Aires, na Argentina, e de São Paulo aos Andes, comprovando, mais uma vez que a floresta manipula o clima com a evaporação das árvores (NOBRE, 2014). Também, porque as chuvas que abastecem esse quadrilátero produtivo, favorecendo as lavouras, são provenientes da Amazônia.

#### **4.4.1 Dos indicadores de (In) sustentabilidade da UHE Teles Pires**

A criação dos polos de desenvolvimento desde a década de 1970 obrigou a elaboração de estudos dos recursos naturais, entre eles os de Veloso (1991), os quais esclarecem que a área da floresta regional é composta por uma zona de floresta ombrófila densa, cujo tipo de vegetação dominante abrange os estados do Pará, Amazonas, Amapá e Roraima. Este tipo de vegetação é caracterizado por árvores de grande porte sob o regime de temperaturas elevadas com a predominância dos gêneros *Hevea*, *Bertholletia* e *Dinizia*, sendo abundantes as lianas lenhosas, palmeiras e epífitas.

Nos estudos sobre os indicadores de sustentabilidade identificaram-se alterações consideráveis na vegetação em função da construção da UHE Teles Pires. A Figura 20 mostra uma imagem de 2013 onde aparece a floresta ainda conservada, e a Figura 21 apresenta a situação depois com a construção da UHE, conforme os mapas e o levantamento realizado na interpretação das imagens de satélite e no sobrevoo na pesquisa de campo. E a Figura 22 aponta a localização das UHE na sub-bacia do rio Teles Pires

Figura 18: Imagens do Teles Pires Essa região a área era conservada até 2013



Fonte: Google Earth

Figura 19: Alterações na vegetação com a construção da Usina em 2017



Fonte: LAENA/UFPA (2017).

A área de estudos no entorno da hidrelétrica Teles Pires, segundo dados contidos no RIMA/Teles Pires, corresponde ao lago formado pela barragem com 70 km de comprimento no rio Teles Pires, ocupando uma área de 152 km<sup>2</sup>. Foi realizado um levantamento bibliográfico com o objetivo de auxiliar na seleção dos elementos vetores de mudanças e criado um banco de dados com elementos selecionados, os quais foram classificados em dois tipos: infraestrutura e biofísicos.

A sobrevivência de três etnias, no caso Munduruku, Kaiabi e Apiaka e da população ribeirinha depende dos serviços ambientais do rio Teles Pires. Valores como a beleza cênica e o rio como abrigo de vida são cálculos difíceis de mensurar. Há técnicas de valoração econômica que conseguem quantificar tais usos diretos e indiretos, e cada técnica vai apresentar vantagens e desvantagens. No caso da relação custo/benefício da UHE Teles Pires, o seu método de cálculo foi baseado em um modelo mais básico para comparação de custos/benefícios entre hidroelétricas.

Percebe-se que na construção dessa obra de infraestrutura no rio Teles Pires os efeitos econômicos se sobrepõem aos efeitos ambientais. A UHE Teles Pires foi construída mesmo com grandes prejuízos ambientais, com o alagamento de grandes áreas e muito desmatamento (ver Figuras 18 e 19) e, conseqüentemente, com redução da biodiversidade. Assim, sucessivamente, os efeitos negativos devido ao não aprofundamento dos estudos hidrológicos estão sendo sentidos até hoje e amplificados desde o início do funcionamento da barragem.

De acordo com a Empresa de Pesquisa Energética – EPE (2009), responsável pela análise ambiental do empreendimento, o inventário florestal identificou que há maior quantidade de madeira na Floresta Submontana (233,1 m<sup>3</sup>/ha) do que na Floresta Aluvial (176,22 m<sup>3</sup>/ha). Apesar de 80% das árvores terem diâmetro pequeno, menor que 30 cm, cerca de metade do volume em madeira está acumulado em árvores com diâmetro acima de 50 cm.

A biomassa vegetal total foi estimada em 197,83 toneladas por hectare, para a Floresta Submontana, e em 159,01 toneladas por hectare para a Floresta Aluvial. Pelas estimativas da EPE, segundo o *Relatório de Impacto Ambiental* (2010, p.30) “[...] esses valores são considerados altos e indicam que será necessário fazer a limpeza parcial da área do futuro reservatório para evitar impactos na qualidade da água”. Quanto aos levantamentos de campo realizados pela EPE, estes revelam que a região possui uma fauna extremamente rica e diversa, coerente com a região amazônica.

Destaque para os répteis: foram encontradas 73 espécies de lagartos, lagartixas, serpentes, jacarés e tartarugas. Consta no relatório da EPE, a seguinte declaração:

Duas espécies estão citadas na lista de ameaçadas de extinção: o tracajá, um cágado típico da Amazônia, e um jabuti (*Chelonoidis denticulata*) - na categoria “Vulnerável”, segundo critérios da Lista Vermelha da União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN). O primeiro costuma ser muito caçado por causa da carne e dos ovos, e o segundo é vendido como animal de estimação. EPE (2010, p.32)

Nesse sentido, fica bem claro no documento do Fórum Teles Pires (2017) que a construção da UHE Teles Pires tem provocado significativos impactos sobre a qualidade de água e o regime sazonal de vazão do rio Teles Pires. Tais modificações no ambiente natural possuem implicações para a fauna aquática e, em consequência, para pesca praticada pelas três etnias que vivem na região: Kayabi, Apiaká e Munduruku.

Com relação à qualidade da água consta no RIMA (2010):

[...] a qualidade da água e das plantas aquáticas no trecho estudado do rio Teles Pires, apesar de percorrer áreas bastante alteradas pelo homem, ainda mantêm bom estado de conservação. Mesmo durante o período chuvoso, as águas se mantêm limpas, com pouco material em suspensão. Essas águas são ácidas e possuem baixa concentração de sais dissolvidos, o que indica ausência de poluição[...].

Por esse motivo, no momento da coleta a empresa EPE esclarece que: “[...] foram capturados um total de 8.684 exemplares de peixes, pertencentes a 218 diferentes espécies. Trata-se de um número expressivo, demonstrando o sucesso dos levantamentos de campo[...]”. Porém a construção da UHE Teles Pires afetou profundamente o equilíbrio da fauna.

Os indígenas relataram no documento do Fórum Teles Pires (2017) que os peixes são fundamentais para a alimentação de suas famílias, e que nas comunidades indígenas estão ficando cada vez mais escassos no rio Teles Pires, especialmente os bagres migradores, como o pintado e o pirarara. Além disso, relataram que muitos peixes têm ficado “magros e doentes” pela falta de alimentação adequada e por mudanças na qualidade da água.

No caso do trecho do rio ocupado pelo povo Munduruku, que inclui as corredeiras e ambientes de ilhas, também é importante o pulso de inundação, formando vários igapós e baixas durante a cheia, pontos importantes de reprodução, alimentação e berçário de peixes. Nesses locais há presença de vários igarapés, que contribuem para a formação de igapós. Foi relatada também a presença de alguns lagos pelos indígenas.

Um ponto importante é a chamada cachoeira Rasteira, que é um conjunto de corredeiras, local para várias espécies de ambientes reofílicos (corredeiras), como grandes

bagres como o jaú, que vivem entocados nesses ambientes de pedrais, bodós, oranas, piabas, matrinxãs e várias espécies dependentes e especializadas nesses ambientes. Consta ainda no documento do Fórum Teles Pires (2017) que essas corredeiras, além de serem importantes para a migração de peixes, ao ultrapassarem esses obstáculos, o esforço realizado por eles ajuda na liberação de hormônios que auxiliam na maturação de suas gônadas.

Durante a cheia, os peixes migradores nadam rio acima para a realização de seus processos reprodutivos, e após vão para as baixas e igapós, onde se alimentam e se refazem do esforço físico realizado. A base da alimentação das comunidades indígenas é o pescado, redução da quantidade e qualidade do recurso pesqueiro ocasiona consequências sérias dentro das TI, dentre outras: a) deslocamentos para pescar em igarapés e lagos distantes da aldeia Teles Pires, menos afetados pelas hidrelétricas, o que implica em investimentos de tempo e recursos financeiros (combustível e manutenção de barcos), e b) maior dependência em relação a gêneros alimentícios comprados na cidade.

Os efeitos são sentidos sobre a pesca, os ecossistemas aquáticos e terrestres, a biodiversidade, nas comunidades tradicionais e de povos indígenas, além de mudanças climáticas. Isso ficou bem evidente desde o início do funcionamento da UHE Teles Pires, quando houve uma mortandade de peixes, divulgada inclusive na imprensa. Nas informações do documento do Fórum Teles Pires de 2017 constam relatos e vídeos (como o documentário *O Complexo*) mostram uma grande quantidade de peixes mortos, que foram triturados pelas turbinas da UHE Teles Pires no período de comissionamento das máquinas.

Em um relatório, a própria administração da UHE Teles Pires admitiu que morreu cerca de 1,7 toneladas de peixes que acessaram as turbinas, pois não colocaram a rede de proteção como combinado com o órgão ambiental. Um pouco mais de 1,3 toneladas desses peixes mortos foram da espécie de piau, aracu e pirarara com indivíduos cujo peso variou de 34 kg a mais de 150 kg, o que leva ao raciocínio de que toda a subpopulação dessa espécie tenha praticamente desaparecido nesse trecho do rio. Várias espécies de peixes do rio tiveram seus padrões de migração alterados.



## **CAPÍTULO 5 – POLÍTICAS PÚBLICAS X MEIO AMBIENTE NA PAN-AMAZÔNIA**

### **5.1 A teoria do Desenvolvimento, subdesenvolvimento, periferia e dependência**

O processo de desenvolvimento é em si mesmo um processo social, mesmo nos aspectos econômicos deixa transparecer a trama das relações sociais subjacentes (CARDOSO; FALETTTO, 1977 p. 16), e não ocorre de maneira linear e simultânea em todas as partes do mundo de maneira casual. As regiões carentes e pouco desenvolvidas necessitam especialmente, de estímulos e de gestão para que melhorem sua realidade econômica e social.

As sociedades latino-americanas pertencem ao tipo estrutural denominado de sociedades tradicionais. Segundo Cardoso e Faletto (1977, p. 17), para se tornarem “sociedades modernas” é necessário ocorrer um ciclo gradual de transformação de uma espécie híbrida, que se caracteriza como um estado intermediário de sociedades de países “em desenvolvimento”. Entretanto, os conceitos tradicionais e modernos não são amplos o suficiente para abranger todas as complexas situações sociais existentes, e nem definem o modo de ser dessas sociedades.

As mudanças numa sociedade não estão apenas relacionadas ao processo de acumulação de riquezas, mas demandam situações muito mais complexas, principalmente na interação entre os grupos, poder e classes sociais, na qual observa-se uma relação de dominância, e alguns desses segmentos tentam impor ao conjunto da sociedade uma maneira de preponderância que lhes é conveniente. De todo modo, a escola de pensamento na América Latina foi fundada com a preocupação de compreender as questões do desenvolvimento econômico e em comparação às diferentes trajetórias históricas percorridas pelos países.

A fundação da Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL – juntamente com os trabalhos desenvolvidos na região pela Organização das Nações Unidas – ONU – analisa os diferentes países estudados dentro de um sistema maior, o sistema mundial. Distingue-se, assim, as posições geopolíticas e geoeconômicas ocupadas por cada um deles e, principalmente, os termos de intercâmbio entre os países, que ocasionam o surgimento de duas grandes linhas teóricas: o subdesenvolvimento e a

dependência, ambas preocupadas em observar e interpretar as características da industrialização ocorrida na América Latina.

O subdesenvolvimento está assentado na incapacidade de difundir o modo de produção e a tecnologia utilizada por toda a economia dos países periféricos, ocasionando a heterogeneidade tecnológica e o desequilíbrio do balanço de pagamentos. O pensamento de Celso Furtado, está baseado na tentativa de compreender numa única teoria, a Teoria do Subdesenvolvimento, as três principais vertentes da economia política latino-americana. Em sua abordagem, Furtado (2009) parte do conceito do sistema centro-periferia, desenvolvido pioneiramente pelo economista argentino Raúl Prebisch entre os anos de 1949-1959.

Prebisch (1968) entende como Centro os países desenvolvidos produtores de bens manufaturados, e por Periferia os países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos produtores de bens primários. Essas ideias gerais são utilizadas para diferenciar o posicionamento geoeconômico e geopolítico dos Estados da América Latina, conectando-o a um modo de dependência externa que caracteriza especificamente esses países. Assim, a condição periférica e a condição de dependência se tornam dois pilares para uma categoria mais ampla, que seria o subdesenvolvimento.

Nessa perspectiva, o subdesenvolvimento baseia-se essencialmente na forma de assimilação do progresso técnico dentro do sistema capitalista mundial consolidado pela Inglaterra após sua Revolução Industrial. Neste sistema instituiu-se uma divisão internacional do trabalho, baseada no princípio das vantagens comparativas e no liberalismo comercial, e esta divisão atribui aos países periféricos a qualidade de primário-exportadores, sendo os países centrais os grandes produtores e exportadores da tecnologia dominante.

Em termos históricos, para Mitschein (2013, p. 14) o conceito de desenvolvimento entrou em evidência apenas depois da segunda guerra mundial, mantendo-se evidente até os anos 1970, período denominado como a “era do desenvolvimento”. Para Mitschein (2013) está relacionado à evidente diferença entre crescimento econômico e bem-estar social entre as nações. Desse modo, nessas sociedades o ponto de intersecção é perceber em que momento o poder econômico irá se expressar como dominação social, isto é, como política.

Na análise de Cardoso e Faletto (1977, p. 23), é a ocasião em que uma classe ou um grupo econômico tenta estabelecer “[...] um sistema de relações sociais que lhe permita impor ao conjunto da sociedade um modo de produção próprio, ou pelo menos

tenta estabelecer alianças ou subordinar os demais grupos ou classes com uma forma econômica compatível com seus interesses e objetivos[...]”. De acordo com esses autores, conseqüentemente, a relação econômica estabelecida é que delimitará os marcos da ação política. Essa ação política e as vinculações econômicas continuam sendo definidas para atender ao mercado externo e limitam decisões autônomas.

Quanto ao subdesenvolvimento, a análise econômica permite trazer à tona esse conceito antagônico intrinsecamente relacionado à interpretação global do desenvolvimento que nasce da relação entre cidades periféricas e centrais, a qual Mitschein (2013, p. 14) esclarece: nações que não seguiam os padrões homogeneizantes da estrutura social e econômica dos Estados Unidos e/ou Europa Ocidental “[...] portanto, deveriam perseguir esse rumo [...]”. Trata-se de uma relação entre sociedades periféricas e centrais.

O subdesenvolvimento, segundo Furtado (1961, 1995), é uma especificidade de dada sociedade e é uma produção do próprio desenvolvimento capitalista. Nesse sentido, não se constitui em etapa do processo de desenvolvimento, ou seja, o subdesenvolvido não ascende à condição de desenvolvido, necessariamente. Assim, a condição de subdesenvolvimento pode ser irreversível, se não forem implementadas as medidas/políticas necessárias à sua reversão. Nesse sentido, mesmo que desejável, o desenvolvimento não necessariamente será atingido por todos os países.

Esse subdesenvolvimento acarreta o estado de subordinação ao exterior que reflete na reorientação do comportamento social, político e econômico, numa espécie de controle do desenvolvimento de outras economias, tanto da produção de matéria-prima quanto de outros polos econômicos. Nessa perspectiva, o desafio a ser enfrentado pelas sociedades colonizadas será o seguinte: ter um projeto próprio em um mundo já dominado economicamente por grandes empresas e povoado por sociedades já mais igualitárias. Na realidade, esse é o desafio posto para grande parte do mundo subdesenvolvido na Ásia, na África ou na América Latina.

De modo geral, o que ocorre é que as economias periféricas são inseridas no mercado internacional, na condição de economias exportadoras de produtos primários. Isso lhes confere a condição de periferia de um centro, no qual há a capacidade de constituição de um núcleo autônomo de investimentos e a incorporação do progresso técnico com seus efeitos sobre a acumulação, o crescimento da renda e a geração de posto de trabalho. Segundo Marini (2000) e Tavares (2000) as economias periféricas constroem uma estrutura produtiva voltada para o exterior, desarticulada de sua estrutura de

consumo, cujos ajustes se fazem crescentemente pela importação de produtos mais sofisticados para os detentores da renda de exportação.

Na análise de Marini (2000), o subdesenvolvimento produz formas específicas de circulação. Na fase inicial de economia primário-exportadora, é a dinâmica entre a produção e a circulação de mercadorias que opera, uma vez que a produção latino-americana não depende da capacidade interna de consumo para sua realização, fazendo emergir a contradição fundamental entre capital e trabalho.

A incorporação da América Latina na economia mundial foi uma resposta à exigência para a geração da mais-valia relativa nos países desenvolvidos, no sentido de que a mais-valia relativa corresponde à desvalorização dos bens de salário, mas não necessariamente à produtividade do trabalho. A resultante é a redução do valor real da força de trabalho nos países centrais, permitindo, assim, cotas elevadas de mais-valia. A presença de trocas desiguais (transações realizadas em condições de divergência entre preços e valores) não vai ensejar uma busca pela equivalência nas trocas.

Nos termos de Marini (2000), fundamentalmente, por esse processo se procurará compensar essa perda de renda, internamente, ao país exportador de bens primários, por meio de um mecanismo de superexploração dos trabalhadores. O argumento central da análise de Marini (2000) é a superexploração da força de trabalho, resultante de um regime de regulação da força de trabalho em que a acumulação de capital repousa especialmente em grau elevado da exploração da força de trabalho, e não, como seria necessário, na ampliação da capacidade produtiva dos trabalhadores, mediante a incorporação dos avanços permitidos pelo desenvolvimento tecnológico.

Esta parece ser a contribuição mais especial sobre a constituição dos mercados de trabalho em países subdesenvolvidos. E a consequência principal da constituição dos mercados de trabalho é a tendência permanente ao subemprego estrutural causado pela heterogeneidade estrutural (PINTO, 2000), que gesta uma insuficiência dinâmica do ritmo da acumulação, quando comparada com a suficiência dinâmica dos países centrais. Assim, o subemprego crescerá de modo contínuo, tanto em termos absolutos como relativos, gerando um resultado devastador qual seja, o emprego corresponderá a uma percentagem decrescente da ocupação total.

No que respeita ao subdesenvolvimento, em determinadas situações a vinculação das economias periféricas ao mercado global se dá em termos coloniais, mas em outras sociedades onde as economias estão enquadradas em sociedades nacionais que formaram vínculos com os centros dominantes mais desenvolvidos, estas transformaram-se em

nações, mas mantiveram sua situação de subdesenvolvimento. Desse modo, a ideia de subdesenvolvimento surge historicamente com a expansão do capitalismo comercial e depois com o capitalismo industrial.

Assim, desenvolvimento e subdesenvolvimento apresentaram degraus variados de diferenciação na estrutura do sistema capitalista mundial. A situação de dependência de subdesenvolvimento acarreta uma forma de dominação que se manifesta pela forma de atuação dos grupos no sistema econômico, que aparecem como produtores e como consumidores. Devido à relação de dependência, as decisões são tomadas em função dos interesses das economias dominantes, demonstrando a relação de desigualdade de posições dentro da estrutura do capitalismo mundial.

De qualquer maneira, desde 1945, portanto no pós-guerra, a ideia de desenvolvimento estava baseada na economia planejada e na economia de mercado em torno do industrialismo capitalista, como uma forma de produto que procura superar todos os modos de vida e pensamentos que não se enquadram na sua lógica instrumental. Entretanto, a partir do relatório chamado “Os Limites do Crescimento” (Mitschein, 2010) levantou-se a preocupação de que o aumento da população mundial e da produção industrial poderiam comprometer a capacidade reprodutiva do ecossistema do planeta.

Esse documento ocasionou um grande debate, principalmente nos países do centro do capitalismo, os quais encaravam a ideia de crescimento zero como inaceitável. Passou-se, assim, a ser consenso no debate mundial que o crescimento econômico *per se* não era significativo, e que o incremento da produção deveria ser acompanhado de melhorias na qualidade de vida da população. A ideia corrente era de que os países do centro capitalista poderiam compensar financeiramente os danos socioeconômicos e ecológicos causados aos países periféricos (neocolonialismo), por exemplo, reduzindo taxas alfandegárias dos produtos do Sul para o Norte e transferindo tecnologia avançada e insumos para a construção de sociedades socioeconomicamente mais avançadas.

Por outro lado, a partir da década de 90 os países do Sul investiram na rede internacional de produção, entretanto com a queda dos lucros nos países centrais o capital financeiro buscou alternativas rentáveis para estes países naqueles da periferia, ocasionando o endividamento, que explodiu na década de 1980 quando a proposta do neoliberalismo se tornou uma ideologia hegemônica global. De acordo com Anderson (1995, p. 9), o neoliberalismo nasce logo após a segunda guerra mundial, na Europa e na América do Norte, e foi uma reação política contra o Estado intervencionista e de bem-estar.

Seu texto de origem chama-se O Caminho da Servidão, de Friedrich Hayek, escrito desde 1944 por economistas conservadores austríacos que criaram um pensamento inspirado nas ideias do liberalismo com propostas de redução do papel estatal, redução da máquina estatal e aumento da participação da iniciativa privada na economia. Trata-se da defesa do livre mercado contra qualquer limitação por parte do Estado que pudesse ameaçar os mecanismos e a liberdade dos mercados.

De todo modo, na segunda metade dos anos 1940 as bases do Estado de bem-estar na Europa, efetivamente, estavam constituídas, mas, na Suíça, defensores do liberalismo fundaram a Sociedade de Mont Pèlerin, a qual, segundo Anderson (1995, p. 15), trata-se de “[...] uma espécie de franco-maçonaria neoliberal, altamente dedicada e organizada, com reuniões internacionais a cada dois anos. Seu propósito era combater o Keynesianismo e o solidarismo reinantes.

Para o economista inglês John Maynard Keynes, era papel do Estado garantir um padrão mínimo de qualidade de vida para a população mais pobre e criar leis que regulamentassem o trabalho, a fim de conceder direitos aos trabalhadores e melhorar as suas condições, criando um Estado de bem-estar social. Nessa perspectiva, para o Estado ter condição de garantir o bem-estar social vai demandar uma máquina estatal forte e ampla, capaz de oferecer serviços básicos (saúde, alimentação, saneamento e educação) a toda a população.

Mas, para que essa máquina funcione, é necessário aumentar a arrecadação de impostos. E o que os empresários não queriam fazer, absolutamente, era pagar mais impostos. Em contrapartida, o propósito neoliberal era preparar as bases para outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro. Entretanto, foi somente em 1973, com a grande crise e profunda recessão do modelo econômico, que as ideias neoliberais passaram a ganhar espaço.

A raiz da crise econômica mundial estava exatamente no poder excessivo dos sindicatos e no movimento operário, que haviam corroído “as bases de acumulação capitalistas” a partir da pressão desses sindicatos pela melhoria salarial e com suas pautas que pediam que o Estado aumentasse os gastos sociais. Alguns anos depois a Escola de Chicago que é uma instituição liberal de economia estadunidense também entrou na história do neoliberalismo com as teorias dos economistas Milton Friedman e George Stigler.

Essa instituição foi responsável pela assessoria à primeira experiência prática do neoliberalismo que ocorreu no Chile, durante a ditadura militar comandada por Augusto

Pinochet, na década de 1970. A ex-primeira ministra britânica Margaret Thatcher também implantou medidas neoliberais na Inglaterra nas décadas de 1970 e 1980. No geral, após o triunfo neoliberal nos países do Leste Europeu e da antiga União Soviética, este chegou na América Latina a partir das privatizações massivas.

Inicialmente, essa mudança iniciou-se no Chile sob a ditadura de Pinochet. Aliás, esse foi um governo que começou seu programa neoliberal de forma dura, com altas taxas de desemprego, repressão aos sindicatos, redistribuição de renda em favor dos ricos e privatização dos bens públicos. O neoliberalismo chileno pressupunha a abolição da democracia transformando-se numa das mais cruéis ditaduras militares desde o pós-guerra, onde a democracia e a liberdade poderiam facilmente tornar-se incompatíveis, caso a maioria democrática decidisse interferir nos direitos incondicionais junto aos agentes econômicos de dispor sua renda e de sua propriedade com liberdade.

No Brasil, essas políticas neoliberais submeteram o país a uma forte opressão que explodiu em crise em 1982 mediante a grande dívida externa; e o país não dispunha de recursos para colocar em prática. As medidas neoliberais começaram a ser implantadas no Brasil no governo de Fernando Henrique Cardoso, ainda na década de 1990. O presidente FHC como também é chamado administrou o Brasil em meio a uma crise econômica que se estendia desde a década anterior, resultado das decisões políticas do milagre econômico.

## **5.2 “Integrar para não entregar”: a política de desenvolvimento da Amazônia durante o período militar**

O período da ditadura militar no Brasil produziu, além de uma sistemática estrutura de repressão e tortura, uma imagem de crescimento industrial e de colocação do Brasil entre as potências mundiais. O chamado “milagre econômico” possibilitou a internacionalização da economia brasileira; e no cenário interno, gerou um mercado consumidor e criou alguns *slogans* de defesa do regime, como “Pra frente Brasil” ou mesmo o que dava um ultimato aos opositores do regime: “Brasil: ame-o ou deixe-o”.

No núcleo do chamado “milagre econômico” estava o projeto nacional de regionalização que entendia a industrialização como a principal alternativa ao subdesenvolvimento atribuído ao Brasil junto à ordem internacional. Desta maneira, é imprescindível ressaltar que as propostas de regionalização do território brasileiro integraram os poderes público e privado no projeto nacional-desenvolvimentista de

industrialização. Nesse sentido, a partir de meados da década de 1960 em diante a Amazônia tornou-se área de apreensão geopolítica no sentido do Estado se fazer presente.

Em nome da segurança nacional, seus vazios deveriam ser ocupados e dinamizados economicamente. Na retórica sobre o “Brasil Potência”, a Amazônia era apresentada, como fronteira de recursos (BECKER, 1982), a ser vista como o cenário de vantagens comparativas do Brasil em relação ao mundo, sendo valorizada também a região, afinal, pela suposta disponibilidade de terras. Os estudos sobre a Amazônia, como o relatório da USAID e os trabalhos do IBGE, convergiram, regionalmente, para as estratégias do I Plano Nacional de Desenvolvimento PND.

Entretanto, esse planejamento deveria ter envergadura de ação para dar conta de uma região gigantesca. De acordo com Kohlepp (2002, p. 2), essa região de planejamento, a “Amazônia legal”, corresponde a cerca de cinco milhões de km<sup>2</sup> e consiste em áreas de florestas tropicais da planície amazônica e da encosta do Brasil central, representando 59% da área total do país. De todo modo, este PND buscava, em relação à região, “integrar para desenvolver”. A integração era entendida como um programa de aproximação “física, econômica e cultural” da região Norte à região Nordeste junto à “comunidade brasileira”.

No geral, o desenvolvimento era visto como a integração da mesma região ao Centro-Sul, ação segundo a qual se daria a ocupação com o objetivo de desenvolvimento econômico “tirando proveito da expansão da fronteira econômica, para absorver excedentes populacionais de outras áreas e elevar o nível de renda e bem-estar da região” (Brasil, 1971a, p. 29). De acordo com o I PND, a ocupação da Amazônia deveria realizar-se principalmente mediante a expansão de contingentes populacionais para a região – que viriam, sobretudo, do Nordeste – e a construção de infraestrutura econômica, como rodovias, reaparelhamento de portos e programas de energia, dentre outros.

Nessa perspectiva, no decorrer da década de 1970, no governo da ditadura militar o então presidente Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) lançou a palavra de ordem “integrar para não entregar” e o foco do planejamento do desenvolvimento foi deslocado para essa região Norte do Brasil, relativamente isolada, e se intensificou, a partir dos grandes projetos mineradores e madeireiros, além da agropecuária extensiva: a ocupação amazônica, que passou a ser vista como estratégica para os interesses econômicos nacionais. No geral, desde 1964 vinha sendo elaborado um conjunto de leis e medidas administrativas, conhecido como Operação Amazônia.

A Operação Amazônia tinha como uma de suas metas a transformação do Banco de Crédito da Amazônia S. A. em Banco da Amazônia S. A (Basa), dotado de funções características de um banco de desenvolvimento. E o órgão criado para ser o responsável pelo planejamento regional da Amazônia foi a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), cujas atribuições deveriam compreender as anteriormente delegadas à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). De acordo com informações contidas no documento do IPEA de 1978 essa mudança dar-se-ia mediante uma política de incentivos fiscais para empresas industriais e agrícolas que viessem a se instalar na Amazônia.

O milagre econômico da década de 1970 foi garantido pelo investimento estrangeiro feito no Brasil por empresas multinacionais através do acesso às linhas de crédito disponibilizadas por instituições financeiras estrangeiras. Idealizado pelo economista e Ministro da Fazenda Antônio Delfim Neto, o milagre econômico incentivou três ramos produtivos: as indústrias têxteis, de processamento de alimentos e de fabricação de bens de consumo não duráveis.

As empresas multinacionais se dedicavam principalmente ao ramo capital-intensivo, de alta complexidade tecnológica do maquinário e com número menor de força de trabalho. Os trabalhadores deste setor eram mais produtivos, devido a uma qualificação maior que era necessária para operar os equipamentos de produção, o que garantia também um salário maior. As multinacionais se dedicavam à produção de automóveis, eletrodomésticos e meios de produção, destinados tanto a outras empresas quanto aos consumidores, abastecendo, neste último caso, o mercado de consumo de bens duráveis.

Já as empresas estatais ficaram responsáveis pelos investimentos nas indústrias de base, setor que se convencionou chamar à época de “indústrias necessárias à manutenção da segurança nacional”, abrangendo as empresas de produção de energia elétrica, indústria pesada, telecomunicações e indústria bélica. Além disso, era responsabilidade do Estado investir na criação das condições gerais de produção, necessárias à industrialização, como redes de transporte e sistema de educação.

Foi desta época o programa de desenvolvimento da infraestrutura, que foi baseado no conceito de planejamento de *Eixos de desenvolvimento*, sendo construídas a hidrelétrica de Itaipu, a ponte Rio-Niterói, estradas de longa distância como a Perimetral Norte, a Cuiabá-Santarém, a Cuiabá-Porto Velho-Manaus e a Transamazônica, as quais foram planejadas para o estabelecimento de áreas de atividades econômicas.

A exploração dos recursos minerais foi um dos principais objetivos dos programas de desenvolvimento para a Amazônia. Minérios como o manganês e a cassiterita começaram a ser explorados no Amapá e em Rondônia. De acordo com Kohnlepp (2002, p. 04), em meados dos anos 1950 e 1960 com as descobertas de jazidas de minério de ferro na Serra dos Carajás, de bauxita no rio Trombetas e de ouro e diamantes no rio Tapajós revelaram as riquezas minerais da Amazônia.

Em 1979, o Brasil triplicou na Amazônia a capacidade da indústria siderúrgica com o projeto Grande Carajás (PGC), que cobriu uma área de quase 900 mil km<sup>2</sup> no Leste da Amazônia, nos Estados do Pará e do Maranhão, e corresponde a cerca de um décimo do território brasileiro, um símbolo da grandiosidade nacional. De acordo com Kohnlepp (2002), o objetivo era estabelecer uma série de projetos de infraestrutura, mineração e indústria na base da jazida de minério de ferro na serra dos Carajás.

Entretanto, a forma como foi concebido o programa, e o desenvolvimento através do planejamento “de fora”, “exógeno” da região, ocasionou uma série de erros e conflitos regionais, principalmente devido ao processo de migração descontrolada para a região. Outra situação desencadeada pela gestão “de fora” eram as tomadas de decisão desconectadas com a realidade local pelas autoridades executivas da SUDAM, encarregadas e responsáveis pelo desenvolvimento regional.

Essa falta de participação regional nas tomadas de decisão em todos os setores ocasionou a síndrome de “Periferia da periferia”, que culminou numa série de conflitos dos diversos interesses, dentre os quais, de acordo com Kohnlepp (2002 p. 4),

[...] a falta de respeito pelos limites das reservas indígenas, a insegurança com respeito aos direitos legais e a continuada escalada da competição pelo uso da terra levaram a uma situação na qual a coexistência dos grupos sociais e seus objetivos econômicos ressaltaram a falha de objetivos comuns de desenvolvimento para a região Amazônica.

As consequências foram o alto preço da destruição do ecossistema e a geração de graves conflitos sociais, e o rápido aumento da tensão social, principalmente mediante a oposição aos povos tradicionais, comunidades ribeirinhas e indígenas que já habitavam a região desde tempos remotos.

A condição de invisibilidade desses povos colocou suas terras da região Amazônica à disposição do Estado para fins de reforma agrária, principalmente, segundo Kohnlepp (2002) por se tratar de uma alternativa para a reforma agrária. No geral, a estratégia geopolítica que combina com os programas de infraestrutura e econômicos um programa de colonização para assentamento dos nordestinos sem-terra que enfrentavam

vários tipos de tensão no nordeste brasileiro e um período desastroso de seca. Neste período, e na década seguinte, acelerou-se o fluxo migratório para Marabá, que ainda comportava Parauapebas, município emancipado em maio de 1988.

A cidade paraense que se instalou a empresa mineradora Vale do Rio Doce foi Parauapebas, principal empreendimento minerário do Programa Grande Carajás, depois privatizada. Ao incluir a produção madeireira, agropecuária e da mineração como setores incentiváveis, e ao reconhecer o valor das terras como recursos próprios dos que viessem a pleitear a ajuda financeira que estabeleceu incentivos governamentais à exploração da floresta, numa íntima relação entre familiares que, segundo Congilio e Ikeda (2014) combinavam expropriação violenta com o controle político.

Foi desse modo que se legalizavam a posse mediante a “compra” de títulos da dívida pública, pelo arrendamento ou aforamento dos castanhais. E junto com a ocupação da terra simultaneamente veio da destruição do Bioma. Neste sentido, Ianni (1978, p. 192-193) descreve o cenário tenso em que surgiu a Guerrilha do Araguaia na área de transição entre a floresta amazônica e o cerrado: “As tensões e os conflitos entre posseiros e fazendeiros, de permeio com grileiros, jagunços, policiais, advogados, funcionários governamentais e outros, induziram à formação de um movimento guerrilheiro com base social nos núcleos de posseiros”.

De acordo com Congilio e Ikeda (2014), a Companhia Vale do Rio Doce investiu muito recurso na produção de minério de ferro, uma vez que, segundo Nascimento (2006 p. 14) “o Estado garante as condições e concessões necessárias para o acelerado aumento da produção e minério de ferro” Foi, sobretudo, a partir da ditadura militar que o Estado brasileiro criou as condições institucionais para aquela internacionalização, visando o aproveitamento dos recursos naturais da Amazônia pela via dos grandes projetos.

As empresas transnacionais aqui instaladas beneficiadas pelos incentivos fiscais e outros benefícios deste período de desregulamentação, privatização e flexibilização, organizam a produção de matéria-prima com utilização de mão de obra barata, energia subsidiada, infraestrutura oferecida pelo Estado fiscalização ambiental incipiente dentre outros. E a remete aos países hegemônicos, nos quais é processada e tornada mercadoria, alimentando, assim, um ciclo de produção e acumulação de capital.

No geral as grandes extensões de terra, a articulação das políticas de atração não somente para a geração de capital, mas também necessárias à força de trabalho para as obras de infraestrutura combinaram perfeitamente dois objetivos: o projeto de colonização da Amazônia e a mão de obra necessária para as obras de infraestrutura

planejadas nos eixos de desenvolvimento. De modo geral, o milagre econômico idealizado pelos militares visava expandir a economia brasileira, dentre outros, por meio da importação de produtos, como automóveis e eletrodomésticos.

Nessa perspectiva, a marca da propaganda ufanista do regime militar e do capitalismo brasileiro eram as obras que se tornaram uma espécie de marca do regime militar. De certa forma é inegável o avanço da infraestrutura que criaram a partir do nada, mas... quando o general João Baptista Figueiredo saiu pelos fundos do Palácio do Planalto em 1985, encerrando o ciclo de governos militares no país, o cenário era irreconhecível: na esteira do desenvolvimentismo veio a estagnação econômica, a dívida externa, além de impactos ambientais e sociais no Brasil e, principalmente, na Amazônia.

A economia desacelerou por conta da falta de emprego e das crises institucionais geradas pelos gastos dos governos militares e pelos incontáveis desvios de verba e corrupção encampados por esses governos. O resultado foi uma hiperinflação que fez a moeda vigente, o cruzeiro, perder drasticamente o seu valor. Planos de estabilização da moeda foram tentados para solucionar a crise econômica, como o Plano Cruzado e o Cruzeiro Novo (novas moedas que passaram a circular), porém sem redução da inflação.

### **5.3 Novas questões ou velhos problemas? Políticas públicas e meio ambiente**

De modo geral, nos últimos 20 anos as políticas de desenvolvimento baseadas no modelo neoliberal adotadas no Brasil assemelharam-se àquelas do modelo integracionista dos anos de 1970 (LOPES; SILVEIRA; CORTEZ, 1994): políticas econômicas baseadas na exploração de matéria-prima e em investimentos de infraestrutura que desconsideravam os conhecimentos tradicionais da região, dando espaço às atividades alienígenas que alteravam o bioma natural e desrespeitavam direitos dos povos indígenas e das populações tradicionais.

As políticas de desenvolvimento exógenas dos anos de 1970 se apoiavam no modelo militar de ocupação e exploração da Amazônia, objetivando firmar a soberania nacional, baseadas na exploração dos recursos florestais e hídricos. Essas ações se encontravam nos programas de governo como “Avança Brasil”, projeto SIVAM, “Brasil em Ação” e outros (CASTRO, 2001; SIMONIAN, 1997). As propostas do programa “Avança Brasil” refere-se as obras de infraestruturas a partir da abertura e à ampliação da malha hidroviária para o escoamento da produção agrícola do Centro-Oeste.

Desse modo, região do rio Tapajós é, atualmente, aquela com o maior número de empreendimentos previstos, dentre os quais o asfaltamento da rodovia Santarém-Cuiabá (BR-163), a construção de sete usinas hidrelétricas, estações de transbordo de carga (ETC) em Miritituba e Santarenzinho, além da Ferrovia para escoar os grãos produzidos no estado de Mato Grosso, a chamada Ferrogrão.

Atualmente, o elemento “novo” nas políticas públicas de desenvolvimento do Estado é a participação do capital de grandes giro proveniente da parceria público-privada de empresas ou grupos de empresas, considerada pelo governo federal como de vital importância para o desenvolvimento. E as obras de infraestrutura de integração como a Ferrogrão visam baratear o transporte de soja produzida no Mato Grosso para os portos de exportação. O crescimento do setor agrícola regional era, e é uma das metas do governo federal objetivando a ampliação do setor agroindustrial da Amazônia para atender à demanda dos mercados externos.

No geral, tratam-se de transformações sociais e ambientais, tanto na região do rio Tapajós quanto na região do rio Putumayo, ocasionadas a partir da parceria do Estado com o grande capital para a execução de obras como a construção da UHE Teles Pires, a construção do Portos em Miritituba, da Ferrogrão, a mineração desenfreada e a exploração de Petróleo em Putumayo. São projetos que já afetam e vão afetar ainda mais uma parte da população, os povos indígenas e o ambiente amazônico.

Desse modo, surgem grandes inquietações sobre: quais as consequências da falta de políticas públicas por parte do Estado voltadas para o desenvolvimento regional? O que esses projetos colonialistas trazem de novo? Ou melhor, será, como escreve Mitschein (2010, p. 32), “ que diante do *meltidown* do fundamentalismo de mercado, as políticas (inter) nacionais que procuram enfrentar suas consequências focalizarão, de fato (!), as flagrantes desigualdades e a destruição das bases naturais da sobrevivência humana em nível global?”

De todo modo questiona-se em que esses projetos mudaram ou vão transformar as bases socioeconômicas aumentando o poder aquisitivo das pessoas dessas regiões? Houve algum tipo de preparo da população para receber esses projetos? De todo modo, esses empreendimentos implantados nessas regiões geraram expectativas e foram bem aceitos, principalmente, pelos gestores municipais.

Entretanto, não houve reuniões abertas com a população para discutir os efeitos desses empreendimentos e cenários de projetos a serem instalados nesses locais e que transformariam não somente a paisagem, mas todo o contexto sociocultural e econômico

regional. O que houve foram as audiências públicas, que mais pareciam jogos de cartas marcadas, como ocorreu em Miritituba (PA), para a implantação das estações de transbordo de carga destinadas a atender aos portos, em Itaituba.

As audiências públicas eram voltadas para a construção da UHE São Luiz do Tapajós (que foi embargada), foram realizadas em Alta Floresta e Jacareacanga (quando houve a militarização do Tapajós), para a implantação da UHE Teles Pires. Da mesma forma ocorreu na aldeia Buena Vista do povo Siona em Putumayo com relação à pesquisa de petróleo, como será apresentado mais adiante.

De certo modo, não houve uma mobilização dos atores e protagonistas em programas de investimentos locais das diversas naturezas para a verticalização e criação de polos urbanos.

Apesar da região do Tapajós e de Putumayo estarem passando por um processo de transformação intensificados pelas políticas públicas de desenvolvimento, esse processo é marcado pelo diminuto desenvolvimento social e principalmente agravos ao ecossistema. Não existe a elaboração de um projeto regional com os recursos das mitigações para atender às demandas da população por alimentos, serviços, educação e saúde, por exemplo em Itaituba, Jacareacanga e Puerto Asís, Villa Garzón e Mocoa. Os recursos arrecadados nesses municípios através dos repasses governamentais são poucos para fazer frente a todos os gastos, sobretudo com o a explosão demográfica ocasionada pela demanda por emprego nas obras de infraestrutura e outros empreendimentos. Por outro lado, as prefeituras e as câmaras municipais, não exigem do Estado e parceiros esse fundamental planejamento do desenvolvimento como contrapartidas obrigatórias.

No geral, esses municípios recebem as verbas de mitigações que vão direto para as prefeituras, e nunca para a coletividade, fundamentalmente as populações indígenas que, de fato, sofrem com os impactos das obras. Afinal, o que isso custou? Ou está custando para os municípios como Jacareacanga, Itaituba e Puerto Asís? De fato, as riquezas são geradas no território, mas não conseguem reverter em qualidade de vida, e os resultados são o empobrecimento da população e o aumento das desigualdades sociais, ainda que nesses municípios tenham empresas explorando petróleo, como em Puerto Asís, ou mineração e UHE Teles Pires, como em Jacareacanga.

Com relação aos povos indígenas, normalmente esses projetos são impostos sem levar em conta a realidade desses povos, sua cultura, seu modo de vida, portanto não condizem com sua realidade. De acordo com Flipini (2005), “No caso dos indígenas, que eram senhores da natureza e não precisavam da nossa sociedade para nada; eles tinham

realmente autonomia, gerenciavam seus recursos, controlavam seu meio ambiente”. E hoje, quando se visitam as aldeias, percebe-se a situação de miséria em que a maioria vive. Destaca-se o povo Siona, que vive aldeado na periferia “da periferia” de Puerto Asís, no Distrito de Putumayo, por terem sido expulsos de suas terras tradicionais pelas petroleiras e pelo narcotráfico, numa área sem saneamento básico e sem infraestrutura.

Entretanto, o que mais têm atingido os povos indígenas são as UHE e a mineração, que entram de forma clandestinas nas aldeias; e a situação é muito complexa devido à destruição do ambiente natural. Os locais onde a caça e a pesca eram praticadas estão destruídos, e não existe uma organização forte para fazer frente, uma vez que o órgão indigenista, a FUNAI, e os órgãos de fiscalização como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o ICMBIO, por questões políticas estão praticamente sem condições de agir.

Por outro lado, existe o movimento de resistência devido à multiplicidade de atores presentes através da crescente mobilização da sociedade civil, e principalmente das organizações indígenas, fato considerado por Scholz (1992) como uma demonstração da crescente conscientização ambiental no Brasil. Esse movimento de resistência levou o Ministério Público Federal a embargar o projeto da hidrovía Tapajós Teles Pires através de uma liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal; e, mais recentemente, da hidrelétrica de São Luiz do Tapajós.

Diante dessas circunstâncias, Simonian (1999) explica a questão dos direitos indígenas com relação ao controle de suas terras. Segundo a mesma autora, mesmo que tenham ocorrido avanços no tema dos direitos indígenas, existe muita resistência quanto à questão do controle sobre as TI e os recursos ali existentes, mas, historicamente, os interesses do grande capital têm prevalecido quanto à elaboração de programas e projetos para o desenvolvimento da Amazônia.

Na década de 1960, a Amazônia foi apresentada ao mundo ocidental como uma região uniforme, segundo Ab’Saber (1992, p. 132) “um espaço sem gente e sem história, passível de qualquer manipulação por meio de planejamentos feitos à distância, ou sujeitos a propostas de obras faraônicas, vinculadas a um falso conceito de desenvolvimento”; e nesse contexto, ocasionando uma sucessão de fracassos irreversíveis e predatórios ao meio ambiente.

O crescimento na produção de grãos, especificamente da soja, tem sido apontado como um dos motivos do aumento nas taxas de desmatamento na região, pois a cultura da soja, ao ocupar as áreas de pastagens, acaba pressionando a expansão da pecuária para

as áreas de floresta, o que significa um custo elevado demais para ser justificado apenas com uma monocultura mecanizada, geradora de pouco emprego na região.

Na atualidade, face a uma economia globalizada, a análise da questão de fronteira é pertinente e remete às grandes transformações que nos últimos anos vêm ocorrendo na Amazônia, com o reconhecimento conceitual de que a expansão da fronteira é uma forma que, ao longo do tempo, cada vez mais danos vem proporcionando ao meio ambiente e às populações tradicionais amazônicas.

Nessa direção, Léna e Oliveira (1991) esclarecem que na literatura se encontra uma complexidade e heterogeneidade de predicados para definir com precisão esta questão, citando, por exemplo, fronteiras agrícolas, extrativistas, tecnológicas, capitalistas. De acordo com eles, a fronteira agrícola representa um dos aspectos do movimento de ocupação da região, que não pode ser entendido mais sem se analisar suas interações com os outros processos em curso (urbanização, mineração, grande projeto energético). Nessa perspectiva, tal situação constitui-se tão somente uma porta de entrada (porém fundamental) para a abordagem da problemática de fronteira.

Do ponto de vista sociológico da abordagem, o conceito de fronteira movimentase além dos limites territoriais entre países, e dependendo do tipo de fronteira extrapola os limites socioculturais, econômicos e políticos e toma dimensões globais, tendência esta confirmada por Castro (2001), a partir da análise dos planos recentes do governo brasileiro na ampliação do desenho da integração com países limítrofes com referência ao Mercosul e o papel da Amazônia na atual geopolítica. O problema, a saber, é com relação ao uso de seus recursos naturais. Nesse sentido a noção de fronteira será redefinida objetivando a potencialização da integração dos mercados além-fronteiras.

O processo de globalização da economia estimulou o crescente predomínio dos modelos de mercado e de consumo dos países desenvolvidos trazendo como consequência efeitos negativos ao meio ambiente (SCHOLZ, 1992). Nesse sentido, pensar a integração da Amazônia à economia mundial através da exploração de matéria-prima e da sua ligação ao Mercosul, segundo Scholz (1992), modifica profundamente os padrões regionais de consumo e produção, estimulando a depredação ambiental e traz como consequência o desenvolvimento de processos locais de inovação da agricultura.

Nos estudos e análises de Castro (2001), Scholz (1992) e Simonian (2001) esses autores esclarecem que o outro aspecto da globalização foi a mobilização e as políticas de estratégias de luta por parte da sociedade, o que estimulou a integração dos temas ambientais nas agendas das organizações internacionais. Paralelamente, ocorreu a criação

de instituições ambientais em vários países com vistas a mudanças nas políticas públicas voltadas para o uso dos recursos naturais, para uma forma de manejo positivo e para o respeito às populações indígenas e tradicionais. De acordo com Simonian (2001), ressalta-se a luta das populações tradicionais e indígenas por suas terras e patrimônios tradicionais, pois, na maioria dos casos, estes grupos têm conseguido transformá-las em reservas legais.

De todo modo, em 2012 o IBGE publicou os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável 2012, nos quais foi traçado o retrato do desmatamento no Brasil. Segundo os dados do Instituto (IBGE, 2012), no período compreendido entre 2008-2010 quase 1,6 milhões de hectares de floresta amazônica foram dizimados, caracterizando as piores taxas de desmatamento da floresta tropical. De modo geral, historicamente, uma das maiores dificuldades está na relação entre os interesses geopolíticos do Estado através dos projetos de integração regional e extrativismo para o mercado externo, e os interesses políticos municipais e estaduais.

É exatamente na falta de integração das instituições de poder (União, estado e municípios), e na delimitação das responsabilidades entre os órgãos governamentais que reside a gravidade do problema. A situação é mais complexa ainda quando se considera o fato de que o extrativismo (GUDYNA, 2017) ocupa uma posição de grande importância na contemporaneidade. Isso ocorre, tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista geopolítico, a partir das diretrizes novas do desenvolvimento e das políticas territoriais.

Essa falta de responsabilidade entre os órgãos governamentais favorece a destruição da floresta e os crimes ambientais. Nesse sentido, no dia 05 de agosto de 2020 foi realizada uma megaoperação chamada “Operação Verde Brasil 2” contra a garimpagem ilegal e o desmatamento ilegal na Amazônia, especificamente no município de Jacareacanga, dentro da terra indígena do povo Munduruku. A responsabilidade pela operação era do IBAMA em parceria com as Forças Armadas e contou com a presença do Ministro do Meio Ambiente do governo Jair Bolsonaro.

Entretanto, paralelamente a essa operação, o Vice-Presidente do Brasil, Hamilton Mourão, e o Ministro da Defesa, Fernando Azevedo, coordenaram uma outra ação na mesma região com os mesmos objetivos, o que gerou conseqüentemente uma confusão entre a ala militar e o IBAMA. De acordo com a reportagem da revista Veja do dia 08/08/2020, na operação o IBAMA destruiu e incendiou cerca de 25 retroescavadeiras,

cada uma no valor de mercado de 500 mil reais, tratores, bombas d'água e apreendeu cadernos com as planilhas, celulares, armas e oito tanques de combustível.

Um prejuízo expressivo aos criminosos numa das áreas de extração de ouro na bacia do rio Tapajós, com muitos desses garimpos localizados dentro da TI Munduruku. Mas, esse “prejuízo” para os garimpeiros pode ser facilmente recuperado, segundo o IBAMA, com a retirada de 700 quilos de ouro por mês, como ocorre na área, com um valor equivalente a cerca de 250 mil reais. De todo modo, desses recursos nada fica em termos de impostos na região, pois esse ouro sai do estado do Pará ilegal, segundo o IBAMA.

Entretanto, a justificativa do governo para legalizar essas áreas de extração é de que com um Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, os donos dos locais seriam facilmente fiscalizados, mas essa questão é muito complexa por envolver TI, e a garimpagem em TI é inconstitucional. Essa operação foi também acompanhada pelo Ministro do Meio Ambiente do governo Bolsonaro, Ricardo Salles. Entretanto, indignados com a queima do maquinário, os garimpeiros efetuaram um grande protesto no aeroporto de Jacareacanga, local onde as aeronaves da equipe do IBAMA pousaram para reabastecer.

Nessa ocasião, os garimpeiros e a população de Jacareacanga que vive do garimpo dentre eles alguns indígenas que são a favor da mineração nas TI protestaram contra a operação Verde Brasil 2 e contra as forças armadas, com faixas que diziam “ Garimpeiro não é sinônimo de bandido” ameaçando tocar fogo num avião da Força Aérea Brasileira (FAB), iniciando-se ali um processo de negociação para a liberação do aeroporto. No geral a operação Verde Brasil 2 tratava-se de uma operação de guerra contra os crimes ambientais que se iniciou em maio e os militares que comandavam essa ação estavam munidos de dados estratégicos.

De acordo com Alessi (2020), eles tinham mapas das cinco áreas mais críticas onde estão concentrados os *hotspots* que correspondem a 45% do total do desmatamento da floresta Amazônica, um traçado feito com o auxílio das imagens de satélite que foram disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE desde o mês de fevereiro. Na região do vale do Tapajós são apontados pelo sistema de monitoramento do INPE- IBAMA quilômetros de devastação e destruição de rios e igarapés da região. A operação envolveu quatro helicópteros do IBAMA e da FAB, um efetivo de trinta homens e as aeronaves foram pilotadas por militares. Estavam numa base militar localizada na Serra do Cachimbo no Campo de Provas Brigadeiro Velloso.

De forma intrigante e instigante a operação foi suspensa pelo Ministério da Defesa, que enviou nota à imprensa alegando que a operação fora suspensa nas TI Munduruku para avaliação dos resultados. Mas, em reportagem para o jornal *El País*, Alessi (2020, p.01) apurou junto aos agentes do IBAMA envolvidos na operação, os quais tiveram suas identidades preservadas, que “Há razões claras para o descompasso entre a precisão da ferramenta nova e os resultados obtidos: os militares falharam no desenho e na execução das ações [...] principalmente com os Garimpos ilegais, grandes vilões ambientais foram poupados, sempre ficaram de fora. Na hora em que submetemos os alvos, todos eles foram cortados”.

E apontaram ainda a falta de experiência do Exército na fiscalização e a postura do Presidente Jair Bolsonaro, que segundo Alessi (2020, p 01) é “crítico da repressão aos garimpos ilegais e da destruição do maquinário” apesar de tais ações serem amparadas por lei. De todo modo, o avião da FAB que estava bloqueado em Jacareacanga levou para Brasília cinco indígenas que trabalham e coordenam em parceria com grupos de não indígenas o garimpo nas TI. Esses indígenas que representam os garimpeiros foram se reunir com o Ministro do Meio Ambiente e os militares em Brasília.

Toda essa situação gerou também muitos protestos principalmente dos ambientalistas e dos Munduruku que não concordam com o garimpo dentro das TI e que defendem a preservação da floresta. Por conta disso, o Ministério Público Federal e o Partido Verde entraram com uma ação contestando a suspensão dessa operação.

Figura 20: Garimpo ilegal na terra indígena Munduruku



Fonte: Foto Vinicius Mendonça /Ibama (2020)

Figura 21: O Ministro do Meio ambiente em reunião com os garimpeiros em Jacareacanga



Fonte: Prefeitura Municipal de Jacareacanga – 05 de agosto de 2020.

Figura22: Garimpo na terra indígena Munduruku



Fonte: IBAMA (2010)

A Amazônia, desde o século XVIII presenciou-se a cobiça de espanhóis e portugueses que disputavam o controle hegemônico da região em busca das chamadas drogas do sertão, e buscavam ainda o chamado “lago El Dorado”, o qual, mesmo com esforços nunca foi encontrado (OLIVEIRA FILHO, 1995a). Assim, o papel da mineração sempre foi e tem sido de grande importância no desenvolvimento da economia local. Nesta perspectiva, Farias (2002) chama a atenção para a ausência de diálogo, ao longo do tempo, com a sociedade civil no que se refere às discussões em torno da questão do desenvolvimento sustentável e das práticas de responsabilidade social objetivando a implantação de normas e critérios de sustentabilidade ambiental.

Nessa dimensão espaço-tempo, a transformação que vem ocorrendo na região do Tapajós torna-se surpreendente quando percebida do ponto de vista ecológico. O tempo pode ser um fator determinante na organização do espaço pelos atores presentes no território. Assim, Mauss (2003) esclarece que a sociedade é sempre determinada por dois elementos, tempo e espaço, e por isso, está submetida à incidência de outras sociedades, bem como de seus próprios estados anteriores de desenvolvimento.

De todo modo, sabe-se que na Amazônia, a apropriação dos espaços é resultado dos processos civilizatórios das conquistas portuguesas e espanholas, por se tratar de uma região estratégica para a articulação econômica da América do Sul. Entretanto, na

atualidade, as discussões sobre sustentabilidade do uso dos recursos naturais, aliadas a questões de desenvolvimento, estão muito ausentes dos planejamentos e das agendas governamentais.

Neste contexto, segundo dados da CEPAL (2007), os investimentos na América do Sul se concentram, principalmente, na viabilização das condições de acesso aos recursos naturais, disponíveis nesta região. Ressalta-se, também, que na interpretação dos empreendedores trata-se apenas de relação custo/benefício, objetivando a potencialidade econômica.

Pela abordagem macroeconômica, a lógica financeira em detrimento da questão da preservação ambiental, ao se analisar os desdobramentos das políticas públicas na Amazônia. Com relação aos problemas ambientais, Costa (2006) esclarece que o sistema capitalista dispõe de um poderoso sistema de regulação, que é o mercado. Neste sentido, os ajustes serão proporcionais às variáveis fundamentais, ou seja, os danos ambientais decorrentes destes megaprojetos serão tratados como externalidades ou efeitos, reconhecidos como prejuízos ambientais.

Na atualidade, a procura por bens na sociedade mundial e os atuais padrões de desenvolvimento têm como lógica uma grande demanda de utilização de energia, o que leva irreversivelmente ao esgotamento dos recursos naturais. Portanto, no mercado mundial existe o interesse na Amazônia pelos grandes blocos supranacionais. Isso acontece a partir do ponto de vista econômico, no que se refere à exploração dos recursos naturais. Entretanto, do ponto de vista da sustentabilidade passa a ser o desafio da contemporaneidade.

A crítica feita pelos *greenecology* aos economistas neoclássicos se baseia nas orientações dos conceitos da termodinâmica na formação de entropias, uma vez que a cesta do consumo tende ao infinito. Nesse sentido, existe a necessidade de repensar a Amazônia como um fator de equilíbrio ambiental e climático. Nessa perspectiva, questiona-se: quais serão as consequências socioculturais e ambientais, ao longo do tempo, para os povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas e outros, que serão afetados pelo processo de ocupação crescente destes empreendimentos? Ou melhor: do ponto de vista ambiental, alguém com poder econômico e político vai se apropriar mais, e outros vão perder, num jogo de soma zero.

Há que se ressaltar o papel das instituições, principalmente com relação às políticas públicas, planejadas para a Amazônia. Destaca-se, ainda, a intervenção do Estado Brasileiro diante desta situação de complexidade maior, em especial na avaliação

da crise ambiental provocada por atividades predatórias ao ambiente direcionadas pela estrutura econômica voltada ao consumo, que explora a natureza de qualquer forma, no intuito de produzir bens e serviços, com a total ausência de planejamento, de responsabilidade social e de prevenção quanto aos danos causados à biosfera.

O tema mudanças climáticas faz parte das pautas das principais discussões mundiais, isso porque os efeitos dessas mudanças estão sendo sentidos em diversas partes do mundo e têm despertado a atenção da comunidade científica mundial. Ademais, as grandes transformações no clima global, devido à ação antrópica com a destruição ambiental, têm seus efeitos sentidos em cadeia, em todos os continentes, pois o planeta é um sistema interligado.

Tais efeitos geram preocupações aos governos. Como exemplo, tem-se o desencadeamento de processos migratórios, o desaparecimento de ilhas no Oceano Pacífico, o mar adentrando à costa brasileira, os conflitos, as guerras civis, o degelo do Ártico, o aparecimento de vírus como é o caso do Corona, já considerado pela OMS (2020) como uma Pandemia, e as violências intergrupais. Estas são situações inusitadas, que exigem a cooperação entre os países, principalmente, dos países desenvolvidos, com relação ao financiamento dos acordos climáticos.

Nos casos estudados nesse trabalho, rio Tapajós e rio Putumayo o Tapajós com a questão da mineração na província do Tapajós e a região do rio Putumayo com a exploração petrolífera não é somente a exploração o que se questiona, mas é também a ausência do planejamento e gestão do Estado, dos mecanismos de fiscalização, da responsabilidade social e ambiental para que se possa evitar catástrofes ambientais.

Nesta perspectiva, do ponto de vista de Elster (1982) e Gudynas (2017) sobre a interligação dos problemas ambientais, a garimpagem existente na província mineral do Tapajós e a exploração de petróleo na região do rio Putumayo não estão dissociadas da Amazônia, e tampouco da questão climática, do tráfico de drogas e do trabalho escravo, ou seja, a partir dessas atividades ilegais constrói-se uma análise avançada dos microfundamentos deste fenômeno.

#### **5.4 Territorialidades: alteridade e reconhecimento de direitos sociais**

Na lógica de pensar o desenvolvimento, e as diferentes perspectivas de perceber os diversos interesses e olhares na Pan-Amazônia, convém, antes de tudo, retomar e pôr em evidência os temas interligados e de grande importância no cenário atual. O primeiro é a estratégia de planejamento, baseado em obras de integração da infraestrutura através dos projetos nacionais de desenvolvimento específicos para esta região da Amazônia. O segundo está relacionado ao crescente conflito gerado por estes projetos, que afetam as TI e de povos originários, relacionados à exploração dos recursos naturais de seus territórios. Cabe destacar que, para muitos destes povos, o seu território é tudo o que lhes resta.

O contraponto desta afirmação se dá num mundo acirrado pela competição global de mercados e, neste cenário conflituoso de enormes interesses esses povos terão que lutar para garantir sua sobrevivência. Sob esse aspecto, há que se ressaltar a luta que as populações indígenas e os povos ancestrais, ribeirinhos e quilombolas, travam para tornarem-se visíveis para os Governos, uma acirrada luta socioambiental que abrange todos os países Amazônicos. Entretanto, a atuação política destes povos no Brasil, desde a década de 1980, está associada às lutas dos movimentos sociais focados, dentre outras questões, na demarcação de suas terras.

A indiferença é uma prática permanente do Governo com relação aos povos indígenas, às populações ribeirinhas do alto rio Tapajós e aos povos indígenas do Rio Putumayo, considerando-os como populações invisíveis no caminho dessas grandes obras na Pan-Amazônia. De todo modo, o povo Munduruku, através de anos de luta e através da parceria do PPTAL/GTZ com o Governo brasileiro (VALENTE, 2010), obteve a demarcação de seu território, que compreende um total de mais de 200.000 km<sup>2</sup>, uma área equivalente àquela do estado de São Paulo.

Nesta perspectiva, em 2001, a terra indígena Munduruku foi demarcada pela FUNAI através de um convênio do PPTAL/GTZ, que contou com a participação do povo Munduruku. A regularização fundiária dessa terra foi um longo processo iniciado nos anos de 1940, quando a 2ª Inspeção Regional do Pará requereu ao Governo do Estado a área para os índios (ARNAUD [1974] *apud* BARBOSA *et al.*, 2002), tendo sido concedidos 510.000 ha através do Decreto n. 305, de 21.03.1945.

Entretanto uma área tradicional dos índios foi deixada de fora. Esta insistência ocorreu, inclusive, pela ausência de um estudo antropológico, considerado fundamental

para a identificação de terras pertencentes às populações tradicionais. Somente em 1987 a FUNAI enviou uma equipe técnica, cujos estudos resultaram na ampliação da área (BARBOSA *et al.*, 2002). Mas, ainda assim, em 1988, os índios descobriram que as áreas formadoras da cabeceira do rio Cururu haviam ficado de fora da demarcação, o que tornava vulnerável a invasão de garimpeiros e grileiros. Em 1994, iniciou-se um estudo antropológico novo que iria apresentar a atual delimitação da área. A proposta foi aprovada pela FUNAI em 1998, e a terra demarcada em 2001.

De modo geral, a terra indígena (TI) Munduruku, historicamente, tem despertado o interesse de segmentos da sociedade nacional que vive da exploração dos recursos naturais da floresta desde o século XVII. Neste trabalho, destacam-se algumas situações teóricas e práticas das noções de fronteira e território indígenas que no momento vêm surgindo. O estudo baseou-se nas observações de campo, e as temáticas das discussões nas Assembleias subsidiam as informações. Nesse contexto, vislumbra-se o crescente grau de entendimento dos índios com relação aos problemas que eles vêm enfrentado em seu território.

Quanto às práticas, alguns pontos específicos sobre fronteiras devem ser ressaltados. Assim, a partir de uma perspectiva antropológica, Faulhaber (1991) analisa a definição de fronteira interna no Estado nacional, no sentido de estar vinculada a um espaço aberto, porém controlado pelo Estado, mas possuindo um movimento dinâmico no seio da sociedade, que são os conflitos com relação à apropriação das terras. Nesta direção, esclarece a autora, pode-se considerar a demarcação das TI como a abertura de uma fronteira étnica, pois os índios, a partir da demarcação de suas terras começam a exercer sua identidade cultural, a qual permite que se organizem enquanto grupos etnicamente diferenciados.

Para Simonian (2001), apesar de os povos indígenas terem seus direitos respaldados na Constituição Federal (BRASIL, 1988), dificilmente irá se realizar a expectativa dessas populações com relação à exploração de seus recursos naturais de forma sustentável, sendo reconhecidas pelo Estado e respeitadas pela sociedade. Na prática, afirma Simonian (2001), em face às pressões e diversos interesses, muitas populações indígenas e caboclas da Amazônia têm se envolvido em processos destrutivos, devido ao seu empobrecimento acentuado e crescente.

Historicamente, o Estado tem incentivado a viabilização das operações de integração do território, principalmente, a partir do Plano IIRSA, que é o maior programa para construção de projetos de integração através de hidrelétricas, ferrovias, gasodutos,

oleodutos, telecomunicações e rodovias (VERDUM, 2009). Foram investidos até o momento mais de U\$ 21 bilhões dos recursos dos Governos, do setor privado e de agências multilaterais de desenvolvimento, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Corporação Andina de Fomento (CAF). O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal funciona como a contrapartida brasileira do IIRSA.

De forma geral, Lima (2018) esclarece que a chamada teoria do desenvolvimento surge sob influência do pensamento keynesiano e pós-keynesiano, com o intuito de fornecer respostas às desigualdades que caracterizavam as relações econômicas internacionais entre os Estados no pós-guerra. Dessa forma a origem se deu em órgãos governamentais, passando às agências regionais, universidades e centros de pesquisa, com o objetivo de pensar o planejamento e o desenvolvimento das diversas regiões (MARINI, 1992) e na análise das chamadas “estruturas tradicionais”, consideradas as causadoras do subdesenvolvimento.

Nessa perspectiva as sociedades tidas como desenvolvidas tinham como modelo os Estados Unidos, Europa, Japão, e a proposta era de que se fossem eliminados os obstáculos ao desenvolvimento nos mais diversos aspectos, seria possível alcançar uma sociedade dita como “ideal”: moderna, industrial e capitalista.

Para Gudynas e Acosta (2011, p. 73), o discurso de posse do presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, em 20 de janeiro de 1949, estabelece, em seu ponto IV.3, uma nova doutrina para as “áreas subdesenvolvidas”, e apresenta a “ideia de desenvolvimento como sucessivos avanços na linearidade do progresso” por meio da combinação de capital, conhecimento e tecnologia.

Dessa forma, a utopia do desenvolvimento econômico tornou-se um fenômeno de ordem geral. Esta teoria acreditava na possibilidade de os países vistos como “atrasados” superarem essa condição ao seguirem um receituário comum fornecido pelos organismos internacionais. Na utopia do desenvolvimento, o subdesenvolvimento seria uma etapa prévia do desenvolvimento econômico pleno e a decolagem o “ritual” de passagem de uma fase a outra, que possibilitaria a “modernização das condições econômicas, sociais, institucionais e ideológicas do país” (MARINI, 1992, p. 72).

Para Lima (2018) “[...] na tentativa de se estabelecer como modelo civilizacional a ser alcançado, os Estados Unidos vendiam o desenvolvimento como uma estratégia linear e fundamental às regiões subdesenvolvidas [...]”. Contudo, desconsideravam os processos históricos e das particularidades econômicas de cada região, uma generalização

que não levava em consideração as especificidades, o que deixava claro seu caráter ideológico e as possíveis contradições decorrentes de sua implementação.

Em termos de Amazônia, a forma como está sendo conduzido o planejamento das políticas “públicas” reverbera a utopia da teoria do desenvolvimento por desconsiderar os processos históricos e as particularidades econômicas, sociais e culturais das populações tradicionais que não se integram nestas novas dinâmicas econômicas, sendo consideradas como um “empecilho” ao desenvolvimento.

Nesse contexto, Ab’Saber (1992) destaca a insensibilidade humana e cultural das autoridades e das classes dominantes em relação a seus excedentes ganhos em negócios de terras na Amazônia, face à rigidez e ao autoritarismo de seus peões e capatazes, via de regra preparados para administrar “a ferro e fogo” vastas extensões de terras, em grande parte recobertas por matas. De todo modo, os conflitos da atualidade na Amazônia não estão mais restritos somente ao desmatamento, questões agrárias e fundiárias.

Conceitualmente, na teoria moderna de desenvolvimento, as relações sociais, econômicas e ambientais são muito mais complexas. Tais questões envolvem um grande número de atores com diversos interesses e com capacidade de interferir, alterar e atropelar os mecanismos de representação políticos, sociais e ambientais em razão das áreas de interesses, segundo Moreno (2015), numa verdadeira ameaça ao Estado de Direito. Encontra-se, desse modo, uma forma de desenvolvimento na Amazônia, ao longo do tempo, pautada na integração regional e no planejamento das ações de forma exógena, com pouco cuidado com o ambiente e com as populações.

Desde séculos, como esclarecem Simonian, Silva e Batista (2015), essas práticas são decorrentes de europeus que aqui chegaram e criaram o conceito de *terra nullis*, atribuído aos territórios inabitados da terra (DANNENMAIER, 2008 *apud* SIMONIAN; SILVA; BATISTA, 2015). Entretanto, a presença humana na Amazônia remonta a 10, 11 mil anos (ROOSEVELT, 2000), e nesse sentido Simonian, Silva e Batista (2015) esclarecem que é provável que a chegada de humanos na região amazônica tenha sido anterior, no tempo da formação da floresta tropical, há cerca de o dobro desse tempo reconhecido hoje.

Desta forma, o desafio histórico da contemporaneidade consiste em entender, dentro da lógica econômica, social e ambiental, como se dá esse processo de desenvolvimento, bem como a conciliação entre desenvolvimento e a relação dessas pessoas presentes nesses territórios, como patrimônio social na construção dos saberes

(SIMONIAN, 2000) e identidades sociais. As construções sociais formam as identidades das pessoas, baseadas em *working concepts* etnológicos, ecológicos e arqueológicos.

Em 1963 o antropólogo belga Lévi-Strauss escreveu um artigo intitulado “As descontinuidades culturais e o desenvolvimento econômico”, no qual faz referência ao extermínio do “outro” relacionado à perda da diversidade, indo além ao revelar os mecanismos pelos quais a destruição é sistematicamente acionada pela civilização ocidental. Na realidade, o cerne do texto está todo voltado para o entendimento da lógica e da dinâmica da destruição.

De todo modo, o choque entre culturas e desenvolvimento econômico tem sido, segundo Marx e Engels (1999), brutal e violento, ocasionando a barbárie das formas de dominação que se manifestam, do mesmo modo como ocorreu com a população Munduruku na implantação da UHE Teles Pires, onde os efeitos talvez serão irreversíveis, ou como ocorreu com o povo Siona da aldeia Buenavista na implantação das petroleiras binacionais que cortam o território indígena.

## **5.5 As subjetividades no processo de licenciamento ambiental**

No Brasil, o desenvolvimento econômico é controlado pelo sistema político, na construção de virtuosidades de expansão da produção, onde os problemas ambientais são, para os que estão no poder, situações administráveis. Entretanto, do ponto de vista ambiental, o grande fluxo de trabalho será sempre um exercício de produção de entropia, transformando a natureza em mercadoria. Esse processo de desagregação continuada e crescente transforma os ecossistemas de maneira irreversível por terem uma base limitada de recursos.

Os estudos de Marx e Engels ([1848], 1999) abordam principalmente a relação entre a burguesia e o proletariado, mas eles vão além e explicam como os atos da burguesia afetam ou afetarão o mundo por meio dos ideais capitalistas. Deste modo, Marx tece uma crítica ao modo de produção capitalista e às consequências que este tipo de produção pode causar. De acordo com o Manifesto, nas sociedades capitalistas há o distanciamento do homem da natureza, o que implica na utilização constante dos recursos naturais com a exploração irracional do ambiente.

E, no afã de criar novas tecnologias, de acumular e de consumir novos bens, o modo de produção capitalista vem ao longo do tempo causando efeitos contraditórios, como a destruição do ambiente, das etnias e das populações tradicionais de fauna e flora.

Com base nesses pressupostos, a predominância da lógica financeira em detrimento da questão da preservação ambiental pode ser verificada historicamente nos desdobramentos das políticas públicas de integração continental da Pan-Amazônia.

Nos últimos anos tem havido uma grande pressão de setores do governo federal, aliados a um fortíssimo *lobby* de empreiteiras e consórcios de empresas, interessados na flexibilização das normas de licenciamento ambiental. Estes licenciamentos, via de regra, ignoram não somente as populações do entorno do empreendimento, mas também toda a legislação, desde a Constituição federal, a legislação ambiental, a legislação de proteção ao patrimônio arqueológico até os tratados internacionais, como a Convenção da 169 da OIT, da qual o Brasil é um dos países signatários.

No que se refere à definição das diretrizes e das regulamentações, salienta-se que o principal eixo de atuação para a consolidação está no plano federal. Como exemplo disso tem-se a prática da emissão de Licenças de Operação (LO), concessões e a fiscalização do cumprimento da legislação pelos órgãos federais. O Ministério do Meio Ambiente (MMA) é a instituição responsável por formular e coordenar as políticas ambientais.

Tanto as reformulações como a coordenação de tais políticas ocorrem por meio dos órgãos ligados ao Ministério do Meio Ambiente. Esses órgãos são o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBIO). Já o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) é o responsável pela formulação dessas políticas, e suas resoluções, segundo Gonçalves e Lira (2009), têm poderes normativos, com força de lei, desde que o poder legislativo não tenha aprovado legislação específica.

De modo geral, a Resolução do CONAMA n. 237/97, no art. 1º prevê a exigência do licenciamento ambiental para atividades consideradas poluidoras do meio ambiente, as quais podem ocasionar degradação ambiental. Em contrapartida, a implementação do Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA) é exigida para os licenciamentos ambientais de quaisquer atividades de aproveitamento dos recursos naturais, e tem a sua definição no texto da Resolução do CONAMA n. 1/86.

Farias (2002) esclarece que o EIA deve estar consubstanciado ao RIMA, que é o Relatório de Impacto Ambiental. Além disso, deve ser submetido ao órgão Estadual de Meio Ambiente para análise e aprovação. No geral, somente depois da aprovação dos EIA/RIMA é que o projeto consegue a Licença Ambiental (LA) para operacionalizar suas atividades.

A Análise da Avaliação Ambiental Integrada (AAI) é um documento precursor do Estudo de Impacto Ambiental (EIA), e considera os impactos em três dimensões: meio socioeconômico, ambiente terrestre e ambiente aquático. Assim, o meio socioeconômico e o ambiente terrestre podem extravasar o espaço da bacia hidrográfica, enquanto o último depende principalmente da bacia hidrográfica.

No caso do AAI da Bacia Hidrográfica do Rio Teles Pires, foi um documento elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE, 2008) que caracterizou toda a bacia do rio Teles Pires. Esse documento contém as informações dos empreendimentos que seriam construídos na bacia do rio Teles Pires, considerando-se que foi publicado antes de todos os EIA. O órgão ambiental é responsável pela análise das informações apresentadas tanto no AAI quanto no EIA com o objetivo de verificar, em conjunto, se houve uma avaliação integrada e sinérgica da construção da usina na bacia, bem como se o EIA levou em consideração a AAI, e se essas informações se adequam para uma mitigação correta dos impactos ambientais.

Um outro aspecto observado em todo o EIA foram as fundamentações teóricas. No caso da UHE Teles Pires os técnicos da Empresa de Pesquisa Energética se basearam sempre na mesma fonte de conteúdo. Desse modo, Fearnside (2011) ressalta que a revisão da literatura incluída nos EIA-RIMA é restrita apenas aos estudos dos grupos ELETROBRAS e FURNAS e se esquecem da evolução das pesquisas sobre os assuntos no âmbito mundial.

Pode-se deduzir, portanto, que áreas de influências definidas para o empreendimento foram estimadas basicamente pelo método empírico, e segundo Rostirolla (2018), baseadas na “*boa fé*” dos especialistas na área, ou seja, sem uma metodologia clara e definida e sem considerar os limites da bacia hidrográfica. No EIA uma das falhas mais evidentes foi em relação à definição das áreas de influência, que deveriam abranger uma área muito maior do que a apontada.

De modo geral, no EIA da UHE Teles Pires a metodologia utilizada para definir a área de influência foram os Mapas de Superposição (*Overlay Mapping*), técnica cartográfica utilizada na localização e abrangência de impactos relacionados à aptidão e uso do solo, vegetação e outros. Nesse sentido, Fonseca e Bitar (2012) afirmam que as áreas de influência de um empreendimento definidas vão muito além, baseadas em estudos e pareceres de outras instâncias, não somente no conhecimento intrínseco da equipe técnica, mas de uma consultoria ambiental e dos órgãos ambientais municipal,

estadual e federal para análise dos desdobramentos ambientais esperados em cada subsistema.

Desse modo, o EIA demonstra fragilidade na sua confecção contendo o mínimo de informações exigidas pelo órgão regulamentador comparado ao tamanho do empreendimento e suas implicações ao ambiente. A análise do EIA demonstrou que a bacia hidrográfica do rio Teles Pires possui muitas variáveis, e que estes estudos técnicos contidos no EIA não foram satisfatórios e indicam a necessidade de aperfeiçoamento dos procedimentos e suas ferramentas para que a exploração ambiental desordenada não comprometa os ecossistemas aquáticos e os usos múltiplos da água, inclusive a própria produção de energia elétrica.

A sobrevivência de três etnias no caso, Munduruku, Kaiabi e Apiaka e da população ribeirinha depende dos serviços ambientais do rio Teles Pires. Existem, ainda, os valores como a beleza cênica e o rio como abrigo de vida, que são cálculos difíceis de mensurar. Há diversas técnicas de valoração econômica que conseguem quantificar tais usos diretos e indiretos, e cada técnica vai apresentar vantagens e desvantagens. No caso da relação custo/benefício da UHE Teles Pires, o seu método de cálculo foi baseado em um modelo mais básico para comparação de custos/benefícios entre hidroelétricas.

Percebe-se que os efeitos econômicos se sobrepõem aos efeitos ambientais. A UHE Teles Pires foi construída mesmo com prejuízos ambientais grandes, com o alagamento de grandes áreas e muito desmatamento, conseqüentemente, com a redução da biodiversidade. Assim sucessivamente os efeitos negativos devido ao não aprofundamento dos estudos hidrológicos está sendo sentido até hoje, e amplificados desde o início do funcionamento da barragem.

Os efeitos são sentidos sobre a pesca, os ecossistemas aquáticos e terrestres, a biodiversidade, nas comunidades tradicionais e de povos indígenas e nas mudanças climáticas. Isso ficou bem evidente desde o início do funcionamento da UHE Teles Pires, quando houve uma grande mortandade de peixes, fato divulgado, inclusive, na imprensa nacional, e ainda, as espécies de peixes do rio tiveram seus padrões de migração alterados

Neste cenário denso de instituições, formado por inúmeras organizações governamentais (federais, estaduais e municipais), além das empresas, uma das maiores dificuldades está, principalmente, na delimitação das fronteiras da responsabilidade. Isso no que tange ao limite entre as esferas de poder e a previsibilidade destas regras formais em mudar as informalidades institucionais. De todo modo, a legislação ambiental brasileira existe, mas este trabalho apresenta outros dados diferentes daquilo que está

colocado por esta legislação, de domínio do Ministério do Meio Ambiente, por meio de seus órgãos, e do Ministério da Justiça.

O caso da construção da UHE Teles Pires é emblemático, e observa-se que a Eletrobrás foi quem coordenou a realização de todos os estudos para a obtenção da licença ambiental prévia daquela UHE. Desse modo, os técnicos teriam que percorrer as áreas que seriam afetadas pelo empreendimento, porém, os Munduruku, que não foram consultados sobre as obras, impediram a entrada desses pesquisadores na terra indígena, numa operação chamada pelo Ministério Público Federal de Operação Tapajós.

Apesar de o IBAMA reconhecer os impactos socioambientais provocados pela UHE Teles Pires, concedeu a Licença de Instalação n. 818/2011, mesmo o empreendimento não tendo atendido às normativas constitucionais e convencionais com relação à ameaça à vida e ao patrimônio material e imaterial dos povos indígenas e das populações tradicionais da região. O IBAMA emitiu uma Licença de Operação (LO) sem ouvir os indígenas das três etnias dessa região onde a obra foi construída: Munduruku, Apiaka e Kayabi, os principais atores interessados nesse processo. Desse modo, em 19 de novembro de 2014 quando a Licença de Operação foi expedida pelo IBAMA, a UHE Teles Pires ficou livre para encher o lago do reservatório (Figuras 26 e 27).

Figura 14: Capa do documento RIMA – UHE Teles Pires



Fonte: EPE (2010)

Figura 15: Área ocupada pela construção da UHE Teles Pires



Fonte: Google Earth (2017)

Como se pode perceber, na intervenção geopolítica do Estado através da construção dessas obras de infraestrutura existe a predominância de uma lógica neoliberal visando a conexões com os mercados externos, e não com o desenvolvimento regional. A qual converge para um encontro de interesses do grande capital tendo no Estado o maior financiador e articulador desse processo, por trás de um *slogan hegemônico* de desenvolvimento

Outro aspecto importante é a forma como essas ações de desenvolvimento vêm sendo implantadas, o que evoca uma série de questionamentos pela forma como as obras, via de regra, vêm acompanhadas de violação de direitos dos povos indígenas. Tais violações são observadas desde o processo de licenciamento ambiental, o qual, em tese, deveria ser o instrumento de avaliação da viabilidade socioambiental desses empreendimentos, principalmente enquanto espaço democrático de participação da população local afetada.

No caso da UHE Teles Pires houve uma flexibilização por parte dos órgãos de regulamentação do Estado para a concessão de licenças ambientais, as quais foram outorgadas mesmo com os estudos de impactos ambientais (EIA/RIMA) incompletos

com relação ao Estudo Componente Indígena - ECI (JUSBRASIL, 2013) e ao Componente Etnoarqueológico (PUGLIESE; VALLE, 2015). E ainda, a construção do empreendimento foi feita sem consulta prévia livre às populações indígenas e tradicionais, numa atitude completamente ilegal, contrariando ao artigo 6º da Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada em 2002 pelo governo do Brasil, um dos países signatários.

Nesse sentido, desde 2013 o Ministério Público Federal (MPF) e o Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MPE/MT) moveram uma ação civil contra o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e a Companhia Teles Pires S/A (CHTP). De acordo com o MPF, a suspensão do licenciamento ambiental do empreendimento hidrelétrico no rio Teles Pires se deve ao fato de que o IBAMA aceitou o EIA/RIMA e emitiu a licença prévia e a licença de instalação do empreendimento sem que fosse realizado o Estudo do Componente Indígena (ECI) e o do Componente Etnoarqueológico.

Nessa hipótese, constatando que houve a violação de normas legais, como o art. 231 da Constituição Federal, §3º, o artigo 6º da Convenção n. 169 da OIT e a Lei Federal n. 3.924/1961, que protegem o patrimônio arqueológico no Brasil.

O jogo político dos interesses no âmbito ou *locus* das instituições sem a interação com os atores evidencia a relação de poder do Estado, que atua por meio de negociações para a adequação dos projetos técnicos, incorporando algumas mitigações ou medidas compensatórias e manifestando, assim, o domínio do espaço e das tomadas de decisão.

Nesse contexto, em setembro de 2013, a pedido da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANATEL), o Supremo Tribunal Federal, mediante uma decisão do Ministro Ricardo Lewandowski, através da Liminar (SL) n. 722, determinou que as obras da UHE Teles Pires fossem retomadas, decisão essa que contrariou a ação do Tribunal Regional Federal.

No geral para o relator do processo, o Ministro Ricardo Lewandowsy, trata-se de uma obra de interesse público: a paralisação da UHE Teles Pires poderia acarretar grave ofensa à ordem econômica bem como o desequilíbrio no mercado de distribuição de energia elétrica. Tal argumentação expõe, dessa forma, as veias abertas do modelo neoclássico e desenvolvimentista, e os vorazes interesses do capitalismo, que colocam o ambiente na condição reducionista de lógica meramente mercantil como fornecedor de matéria-prima e energia para acumulação.

Paralelamente, entende-se que existe uma demanda muito grande por estudos acadêmicos, especificamente voltados à análise comparativa da avaliação dos impactos sociais e ambientais no território do povo Munduruku e em relação aos povos indígenas do alto rio Putumayo, especialmente o povo Siona, que enfrenta problemas de territorialidade, violência e perda de seus patrimônios material e imaterial devido aos projetos implantados em seu território ancestral, localizado na Colômbia.

Em torno destes projetos vivem, de acordo com Alonso Florez (2005), inúmeros colonos sem título de propriedade da terra, que são os descendentes dos afrocolombianos e povos indígenas de diversas etnias, assim como o povo Siona. Estas populações indígenas, segundo Sincard (2004), encontram-se em situações semelhantes com relação à preservação das riquezas naturais de seus territórios, o enfrentamento com diversos atores e os desdobramentos através da intensificação dos conflitos sociais.

No caso do povo Siona da aldeia Buenavista, somam-se décadas de convivência com a violência do conflito armado em seu território, envolvendo os narcotraficantes que usam o território indígena para a produção de ilícitos. Convivem ainda, há anos com a exploração de petróleo em seu território pela empresa britânica Amerisur Resource. E uma das grandes reivindicações da comunidade é com relação à contaminação da água que resulta das atividades de extração de petróleo, uma vez que essa água vai para o rio Piñuña Blanco, que deságua no rio Putumayo, pondo em risco, como já dito, a saúde e a segurança alimentar das populações indígenas que dependem do rio para sobreviver.

No território Siona existe uma ausência estrutural do Estado Colombiano, o que os deixa vulneráveis à reivindicação de seus direitos, já que o Estado não cumpre acordos nem o que determina a Resolução n. 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, da qual a Colômbia também é signatária, no que diz respeito a consultas prévias. Apesar de a República da Colômbia/Corte Constitucional, através do Auto n. 004/2009, declarar que o povo Siona está em risco de extinção física e cultural, mesmo assim, o Ministério do Interior não cumpre os planos de salvaguarda dos direitos desse povo.

No ano de 2013 a empresa britânica Amerisur Resources decidiu investir em explosões sísmicas dentro do território Siona, e para isso abriu um processo de consulta prévia que iniciou no final de 2013, e no fim o povo Siona disse NÃO à prospecção Sísmica 2D em seu território. A consulta prévia, por ser obrigatória, foi realizada pelo Ministério do Interior, mas no final do processo faltaram as garantias legais suficientes em favor do povo Siona de Buenavista, principalmente o acompanhamento técnico

multiprofissional com profissionais da defensoria dos povos e da procuradoria (Figura 28).

Em 2015 a empresa Amerisur Resources novamente retornou à área afirmando que a consulta prévia era apenas um dos trâmites do processo que teriam que formalizar para gerar acordos de compensação, e que, após a aprovação do Ministério do Interior, a empresa iria voltar ao território para a realização das pesquisas sísmicas.

Figura 16: Líderes indígenas Siona da aldeia Buenavista em reunião com a Defensoría del Pueblo



Fonte: Amazon Frontlines (2018)

Pode-se observar nos dois exemplos, tanto junto ao povo Munduruku quanto junto ao povo Siona, o uso de velhas estratégias de acordos entre os governos – empresas e a tentativa de confundir e debilitar os povos indígenas. Existe uma omissão proposital do Estado nos diversos níveis, pois não existem de fato mecanismos de gestão (ou quando existem mecanismos, estes se encontram enfraquecidos devido aos interesses ideológicos do Estado) para o controle e o cumprimento dos direitos indígenas.

De todo modo, os efeitos desses empreendimentos vão desde a perda do bem-estar, da tranquilidade de vida, até o abandono da língua materna e o esgotamento dos recursos florestais. Neste sentido, Alonso Flórez (2005) destaca especificamente o esgotamento das plantas medicinais, que ocasionou efeitos negativos relacionados às crenças, espiritualidade e valores dos indígenas. Para essas populações indígenas, sua forma de interação está centrada no tripé homem-espírito-natureza, em contraste com a

visão desenvolvimentista do Estado baseada na concentração de capital e nos grandes eixos de integração regional.

## CAPÍTULO 6 – ALDEAMENTOS E MISSÕES NO RIO TAPAJÓS

### 6.1 Período pré-colonial aldeamentos e missões no rio Tapajós

Ao ser encarregado de uma missão científica em 1895 pelo Governador do Estado do Pará, Lauro Sodré, o geógrafo francês Henri Condreau (1858-1899) não esperava percorrer uma distância tão grande, que em linha reta corresponde à mesma entre Paris e Lisboa. Esse trecho equivale à distância de atravessar três países – França, Espanha e Portugal, porém o percurso de Condreau foi realizado somente no Estado do Pará. Em *Voyage au Tapajós* o autor se dedica à descrição física e à navegabilidade de toda a bacia do rio Tapajós, à topografia, à vegetação, às rochas e à etnologia das populações indígenas locais, especificamente Munduruku, Maués e Apiacá.

Condreau descreve os costumes e a mitologia indígena e dos ribeirinhos, citando detalhes interessantes na descrição e na formação dos lugares que compõem a Mundurukânia. O autor esclarece que o termo Mundurukânia foi citado pela primeira vez, em 1817, pelo Padre e geógrafo Aires de Casal, em seu trabalho intitulado *Corografia Brasileira*. O termo Mundurukânia foi usado por ele para denominar a região compreendida entre os rios Tapajós, Madeira, Amazonas e Juruena, em razão da preponderância numérica do povo Munduruku. Com relação aos primeiros aldeamentos Munduruku no Cururu, Condreau destaca:

*O curso d' água que deu seu nome à grande ilha, o igarapé do Cururu, atravessa uma importante região de campos, onde vive hoje a maior parte da nação Mundurucu.*

*Os campos do Cururu parecem estender-se para o sul até às proximidades da Cachoeira das Sete Quedas, com o Cururu correndo paralelamente ao São Manuel, do qual está distante, na altura das Sete Quedas, apenas um dia e meio ou dois de marcha. As “campinas” do São Manuel, na realidade, não passam do prolongamento meridional dos campos do Cururu (CONDREAU, 1977, p. 50).*

De modo geral, o processo de ocupação não indígena no rio Tapajós se completa a partir dos anos 1950 e 1970. Todo o processo foi lento e gradual. Segundo Menéndez (1992), sua origem se deu na primeira metade do século XVII, sendo marcado por sucessivas viagens que se estenderam até o século XX, cujos objetivos eram reconhecer o território a ser incorporado e abrir caminhos para a colonização.

Uma outra perspectiva diz respeito às “tropas de resgate” ou expedições para a extração das “drogas do sertão” e alguns aldeamentos religiosos dos Jesuítas que foram

construídos entre 1680-1775. No século XVII, os primeiros exploradores foram Cristobal de Acunã e Mauricio de Heriarte, os quais participaram da expedição de Pedro Teixeira, no Peru, em 1637. De acordo com Menéndez (1992), desde as primeiras viagens de reconhecimento esses exploradores já falavam a respeito dos Tupinambás e dos Tapajós, ambos como grupos de alta densidade demográfica.

As histórias do primeiro século de colonização do espaço físico Amazônico ficaram contempladas em diversas crônicas. No caso do Tapajós, cabem destaque as crônicas da Missão dos Padres da Companhia de Jesus, especificamente as crônicas do luxemburguês alemão, padre João Felipe Bettendorf (1627-1698), contendo um extenso relato das atividades, etnoconhecimentos, revelações minuciosas e testemunhos de fatos dos primórdios da colonização até 1698, capturados em episódios comuns apreendidos através da etnociência. Desse modo e segundo Menéndez (1992), como profundo conhecedor da região, Pe. Bettendorf recebeu também muitas informações dos Jesuítas, que já missionavam na região desde 1638.

Foi no século XVII que as regiões de domínio do Tapajós e Tupinambás sofreram um processo de expansão. A consequência do contato e da catequese foi a redução das populosas aldeias dos Tupinambás e Tapajós, transformando-as em missões e povoados na foz do rio Tapajós. Nesse sentido, o Pe. Bettendorf escreve:

Mandou Sua Magestade fazer lá uma fortaleza em tempo do Governador Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, começou e vai acabando o seu Capitão mór Manoel da Motta, cujo o pai falleceu na empresa; está sita a dita fortaleza em um outeiro que eu mandei roçar no anno 1661, quando o Padre Antonio Vieira, visitador da missão, me tinha mandado para lá por primeiro missionário de acento, para o Rio das Amazonas e Tapajoz; são boas terras para mantimentos, principalmente para milho e tabaco, os seus ares já não são tão máus como d'antes eram. Bebe-se agua do rio a qual assentada não faz mal, não falta a caça por seus mattos, que até coelhos, pombos e patos cá se acham; os rios abundam em peixes, até peixes bois e tartarugas. É paragem muito aprazível, e tratou Sua Magestade El-Rei Dom Pedro de vér se lá se podia fazer Villa e Collegio da Companhia de Jesus (BETTENDORF, 1990, p. 36).

O estabelecimento da Missão do Pe. Bettendorf no Tapajós, além do caráter religioso da catequese dos Tapajós, tinha uma conotação política e econômica por parte da Coroa portuguesa. A dinâmica do crescimento econômico da Europa do século XVII, que estava ávida por mercadorias, lançou o olhar para a Amazônia e viu a possibilidade de exploração de matérias-primas para atender à demanda de mercado. Deste modo Dutra (2016) esclarece que o objetivo geral do estabelecimento dessa base física pelos portugueses na zona de confluência entre o rio Tapajós e Amazonas, em 1661, estava no projeto maior de ocupação do Vale do rio Amazonas.

Nesta perspectiva, de acordo com o historiador santareno Manuel Dutra (2014), de fato a política redimiu a *graça*, no sentido de que o primeiro núcleo da Missão Jesuítica no Tapajós foi fundado pelo Padre João Felipe Bettendorf em 1661, cujos objetivos estavam, precisamente, além da catequese, no processo de colonização dos indígenas e na fundação de uma vila ou cidade naquele lugar, hoje chamado de cidade de Santarém (Figura 29). Entretanto, o principal objetivo era alcançar e penetrar no território vasto em busca dos recursos naturais da Amazônia, o que atualmente ocorre sob o contemporâneo conceito de extrativismo ou exploração de *commodities*.

Figura 17: Mapa da localização das missões religiosas na Amazônia no século XVII



Fonte: Prezia; Hoomaert (2000)

No rio Tapajós foram fundadas pelos padres Jesuítas e Inacianos diversas missões religiosas, como São José dos Maritapus (1722), Nossa Senhora dos Arapiuns (1723) e Santo Inácio (1740), ficando evidente a presença dos Jesuítas na região desde o século XVII até meados do século XVIII. É importante destacar o seguinte: com a expulsão dos Jesuítas em 1757, todas as aldeias foram elevadas à categoria de vilas ou lugares que passaram a ser administrados por Diretorias Indígenas (MENÉNDEZ, 1992), para manter os aldeamentos e administrar os trabalhos.

Por outro lado, com a elevação das Capitânicas à condição de Províncias, no caso a Província do Amazonas, em 1850 a região entre os rios Tapajós e Madeira foi dividida entre a Província do Amazonas, o Pará e o Mato Grosso. Segundo Miguel Menéndez

(1992), no final do século XVII a proposta fundamental era abrir caminhos para a colonização. Entretanto a navegação do rio Tapajós era feita apenas através do rio Amazonas, devido às inúmeras cachoeiras no seu curso inferior (COLLEVATTI, 2009). De todo modo, as missões foram retomadas em 1803, com a fundação da Missão Santa Cruz, na parte inferior do rio Tapajós.

No decorrer de trajetória pelo Tapajós, Condreau (1977, p. 35) fez referência à missão Bacabal, fundada pelo Frei Pelino de Castrovalvas, a qual reuniu 600 índios Munduruku e, no momento da sua viagem, estava completamente abandonada, mas, segundo o autor, se mantinha viva na memória dos habitantes da região. Ainda sobre a Missão Bacabal, Henri Condreau escreveu:

Os índios foram postos no trabalho. Inúmeros morreram. Quando Frei Pelino deixou a Missão, dos 600 índios não restavam mais que uns 50: todos os restantes tinham morrido. Frei Pelino foi acusado de ter se dedicado mais aos negócios do que às boas obras. Foi processado, e o inquérito resultou em nada. Isso já faz uns vinte anos. E se o frade voltasse de Roma, onde hoje desfruta, segundo consta, uma existência bastante suave, reveria sua pobre Bacabal tão deserta quanto no dia em que ali chegou para iniciar sua piedosa obra. Em lugar de sua missão, por algum tempo florescente, nada mais encontraria senão esse inútil e tristonho vestígio de floresta virgem abatida: a melancólica capoeira (CONDREAU, 1977, p. 36).

De acordo com Collevatti (2009), os esforços para a catequese do povo Munduruku foram renovados, no período da República, pela Diocese de Santarém com a fundação da Missão São Francisco do Cururu, no ano de 1906, por missionários franciscanos alemães que trabalhavam na sede da Prelazia, em Santarém, e nas paróquias ao longo do rio Tapajós. Esses missionários, através do trabalho de catequese, avançaram no território dos rios Tapajós e Madeira e estabeleceram comunidades religiosas cujo objetivo era o projeto civilizatório e cuja estratégia principal era a catequese.

A presença de missionários franciscanos é antiga e a conduta dessas missões católicas foi de convivência com a exploração do trabalho indígena. Nesta perspectiva, o antropólogo Curt Nimuendajú (em correspondência de 1927) traduziu essas relações comerciais e demais entre os índios e não índios, que consistiam em “arrumar-lhes nas costas um débito e cobrá-los depois por bem ou por mal”.

No ano de 1872, Frei Pelino de Castrovalvas e Frei Antonino de Albano partiram de Belém, e segundo o relato:

Depois de oito dias e oito noites de viagem no grande **Rio Amazonas**, entramos no **Rio Tapajós**. Chegamos na cidade de **Itaituba**, último ponto navegável por vapor e os últimos civilizados, devendo o resto da viagem realizar-se em pequenos barcos, e enfrentar as cascatas ou cataratas, em busca de índios selvagens, através de regiões

desertas e inacessíveis (CASTROVALVAS, 2000, p.68) Na viagem para o trabalho missionário no alto Tapajós, Frei Pelino de Castrovalvas descreve com clareza de detalhes aspectos da topografia, a produção e os costumes. Dentre os aspectos topográficos do rio Tapajós constantes em seu relatório, dirigido aos seus superiores em Belém, descreve o curso do rio quase de forma poética como sendo:

[...] ora tranquilo, ora rápido, ora calmo alegre e entenece o visitante, ao olhar do qual se apresentam muitas cascatas ou cataratas terríveis e espantosas. Passar por estes pontos, se não é de todo impossível, é, no entanto, extremamente perigoso (CASTROVALVAS, 2000, p. 68).

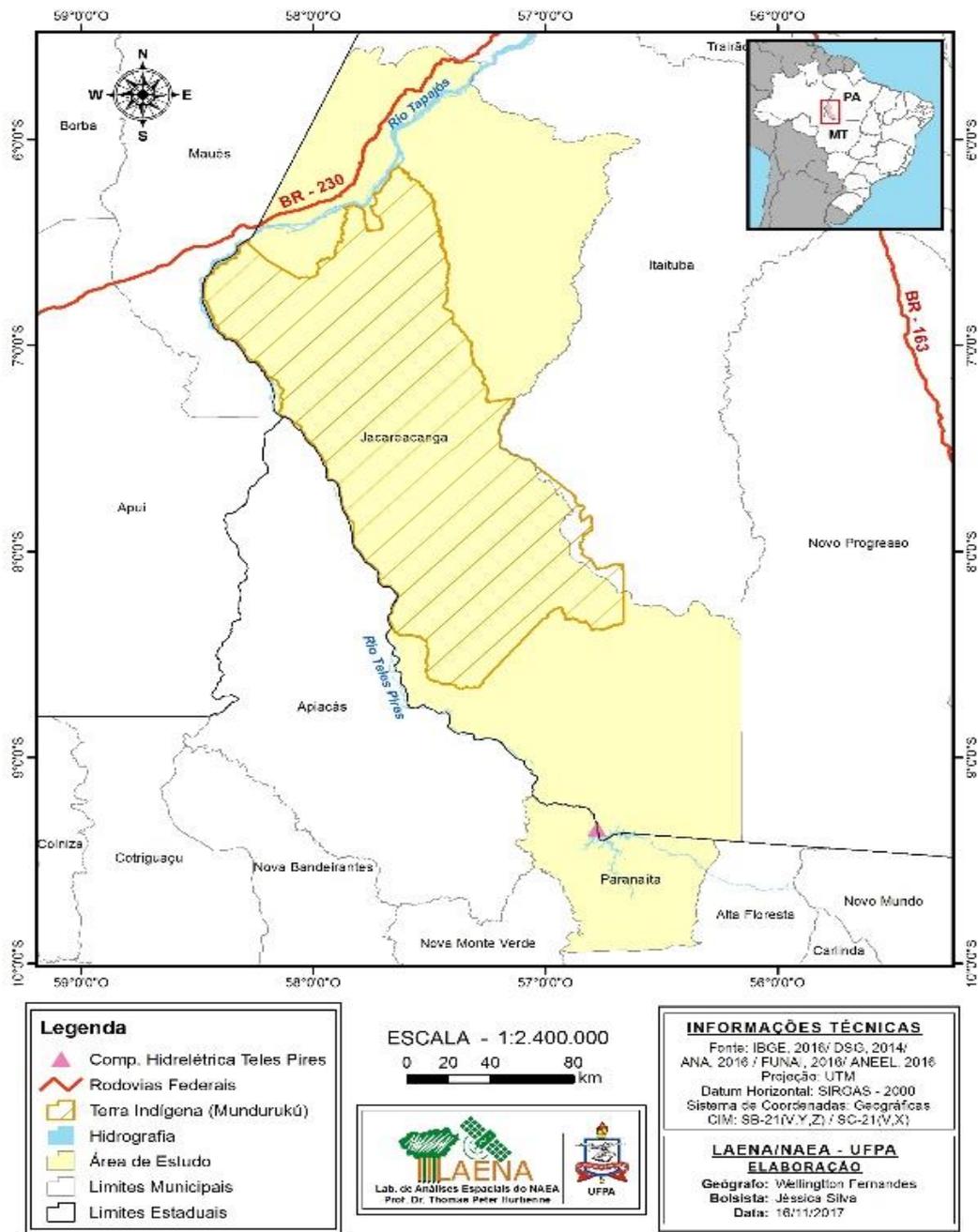
Com relação à paisagem, a descrição do rio Tapajós é muita rica em detalhes:

Passando por deliciosas colinas, que margeiam este rio, veem-se intermináveis planícies e vales profundos, recobertos por árvores gigantescas e colossais de toda espécie e qualidade que se estendem por muitas milhares de milhas, até aos extremos confins, que ficam entre o Xingu de um lado e o Madeira de outro lado. As arvores, além de fornecerem madeiras preciosas, que se prestam a toda espécie de trabalho, produzem também frutos preciosíssimos e de grande valor. Tais são a borracha, a baunilha, a canela, o cravo, o cumaru, a piaçaba, o óleo de copaíba, o óleo de andiroba, as salsa parrilhas, a carambola, o cacau, a castanha, o caju, a laranja da china etc. (CASTROVALVAS, 2000, p. 66).

## **6.2 Os Munduruku do Tapajós**

A Terra indígena Munduruku está localizada na região sudoeste do Estado do Pará, no município de Jacareacanga, na margem direita do rio Tapajós e seus afluentes, os rios das Tropas, Anipiri, Cururu, Cabitutu, Caderiri e Teles Pires, e os igarapés Wareri, Parawadukti, do Preto e Maçaranduba. O povo Munduruku possui um território de 2.381.394 hectares, que se limita com os estados do Mato Grosso e Amazonas (BRASIL, 2001). A população é de 15.000 índios, distribuídos em 103 aldeias (FUNAI/2017) ao longo do rio Tapajós e seus afluentes e igarapés (Figuras 30 e 31).

Figura 18: Mapa da área de estudo na região do Tapajós



Fonte: LAENA/UFPA/NAEA (2017)

Figura 19: Indígenas Munduruku da aldeia Katô chegando em Jacareacanga



Fonte: Arquivo pessoal/2018

O povo Munduruku pertence ao grupo linguístico Tupi, família linguística Munduruku, e autodenomina-se Wuyiugu. Segundo a tradição oral, a designação Munduruku, como são conhecidos desde o século XVIII, originou-se da denominação dada pelo povo Parintintim (localizado na margem direita dos rios Tapajós e Madeira), e significa “formigas vermelhas”. Como revela a *Revista Brasil Indígena* (BRASIL, 2001), nas guerras intertribais eles costumavam atacar em massa os territórios rivais.

A agricultura, a pesca, a caça e a coleta compõem as atividades que têm relevância alimentar para os Munduruku (MURPHY, 1960). A forma de organização social está baseada na existência de duas metades exogâmicas, que são os clãs, identificados como metade vermelha e metade branca. Atualmente, são cerca de 38 os clãs mais conhecidos. De fato, o que as evidências indicam é que a partir dos clãs originam-se todos os simbolismos das relações cotidianas das aldeias, bem como a cosmovisão indígena (BRASIL, 2001).

A sociedade é patrilinear, ou seja, os filhos herdam o clã do pai, sendo que a regra de moradia é matrilocal (MURPHY, 1960). Para Bieri (2003), esse modo organizacional

predomina até os dias de hoje. Observa-se que, após o casamento, o rapaz passa a morar com o sogro e colabora com os afazeres e o sustento da casa.

Os Munduruku tiveram os primeiros contatos com as frentes colonizadoras a partir da segunda metade do século XVIII. De fato, a primeira referência escrita foi feita pelo vigário José Monteiro de Noronha, em 1768, que os denominou “Mutucuru”. É importante mencionar que os Munduruku foram avistados às margens do rio Maués, na antiga capitania do rio Negro, hoje estado do Amazonas (BRASIL, 2001).

De modo geral, apesar do tempo de contato, poucas pesquisas antropológicas foram realizadas nesta terra indígena, e destaca-se dentre elas o trabalho dos etnólogos do século XX, Robert e Yolanda Murphy (1954), que na segunda metade da década de 1950 pesquisaram as condições culturais, socioeconômicas e etnoecológicas que constituem a base antropológica do levantamento do povo Munduruku.

Os Munduruku mantêm contato com a sociedade nacional desde os fins do século XVIII. O contato com os colonizadores se deve ao envio de inúmeras expedições e tropas de resgate, organizadas pelos portugueses. O governo colonial utilizou-se dos guerreiros Munduruku como tropas mercenárias em batalhas contra outros grupos indígenas (resgate) e contra a revolta dos cabanos (BRASIL, 2001). Nesse ínterim, o processo de aculturação foi intenso, até meados do século XIX, o que ocasionou, de certa forma, o enfraquecimento de algumas tradições.

Na segunda metade do século XIX, houve o processo de expansão econômica extrativista da borracha, quando a marcha dos caucheiros e seringueiros nos baixos e altos dos rios transformou os seringais em centros de extrativismo de muitas tribos e etnias ameríndias (BENCHIMOL, 1998). De qualquer maneira, esse fato acelerou ainda mais o processo de ocupação pelos não índios do território Munduruku.

Em 1911, a Diocese Franciscana de Santarém fundou um aldeamento no rio Cururu. Existem referências de que o primeiro aldeamento na região era conhecido como Missão Bacabal (CONDREAU, 1977; CASTROVALVAS, 2000), estabelecido em 1872 pelo Frei Pelino de Castrovalvas, abaixo da foz do rio Crepori, sob o controle dos padres franciscanos (BRASIL, 2001).

Como resultado das demandas internacionais, na década de 1920, o preço da borracha disparou no mercado internacional. Na análise de Velho (1972), a borracha no período auge fez com que a Amazônia alcançasse uma grande importância no mercado nacional e internacional. Desta forma, segundo a FUNAI (BRASIL, 1982), a missão franciscana passou, além do trabalho de educação através da catequese, a atuar também

no plano econômico, controlando parte da produção indígena da borracha. Os Munduruku passaram a habitar as margens do Cururu e a trabalhar como seringueiros.

O alto Tapajós é o “habitat” tradicional do grupo Munduruku, entretanto, a partir do século XIX houve movimentos migratórios intensos dos indígenas para a região do baixo Madeira e Tapajós, visando à aquisição de bens industrializados. Os produtos eram adquiridos dos comerciantes numa espécie de sistema de aviamento – regatões que percorriam os rios, vendendo açúcar, tecidos, bugigangas, sal, cachaça, café e outros produtos para efetuar as trocas com os produtos da floresta (borracha, peles de animais, resinas, óleos e outros).

Desse modo, muitos se fixaram às margens dos rios (BRASIL, 2001), e atualmente, parte significativa dos Munduruku se localiza nos rios Tapajós, Cururu, das Tropas, Cabitutu e Teles Pires por diversos fatores, como a proximidade a cidades como Jacareacanga e Alta Floresta, a extração mineral (trabalho nos inúmeros garimpos da região), o acesso às mercadorias, ou migram com todos os familiares para as aldeias que têm posto de saúde ou um pajé.

#### 6.2.1 Alguns adereços usados tradicionalmente pelo povo indígena Munduruku

Os dados constantes neste item foram coletados na aldeia Katõ no rio Cabitutu com Jairo Kurap Munduruku em 27 de março de 2010, no período da pesquisa para a dissertação de Mestrado sobre Educação Escolar Indígena junto ao povo Munduruku do alto Tapajós.

Nos registros estão adereços, trajes e pinturas corporais utilizados nas festividades e nas danças rituais. As danças são uma forma de fortalecimento da cultura indígena e de sua ancestralidade, embaladas por cânticos entoados geralmente pelos velhos sábios do povo Munduruku.

Cabe o destaque – e a homenagem – para a foto do Cacique Geral Munduruku Biboy Kaba (*in memorian*). Cacique Biboy foi um grande diplomata e soube conduzir seu povo com sabedoria nos momentos mais difíceis, principalmente desde a intensificação do contato com a abertura da rodovia Transamazônica, na década de 1970, até a luta pela demarcação do território em 2001. E, ainda se destacou como o guardião dos saberes e das histórias do povo Munduruku (Figuras 32 a 37).

Figura 20: Aldeia Katõ jovens em frente a uma habitação tradicional



Fonte: Jairo Kurap Munduruku em 27/04/2010

Figura 21: cerimonia de dança – Aldeia Katõ



Fonte: registro Jairo Kurap Munduruku em 27/04/2010

Figura 22: Cacique geral Biboy Kabá Munduruku (in memorian)



Fonte: Registro Jairo Korap Munduruku em 27/04/2010 Aldeia Katõ

Figura 23: Cocar de penas tradicional Munduruku usado pelos guerreiros



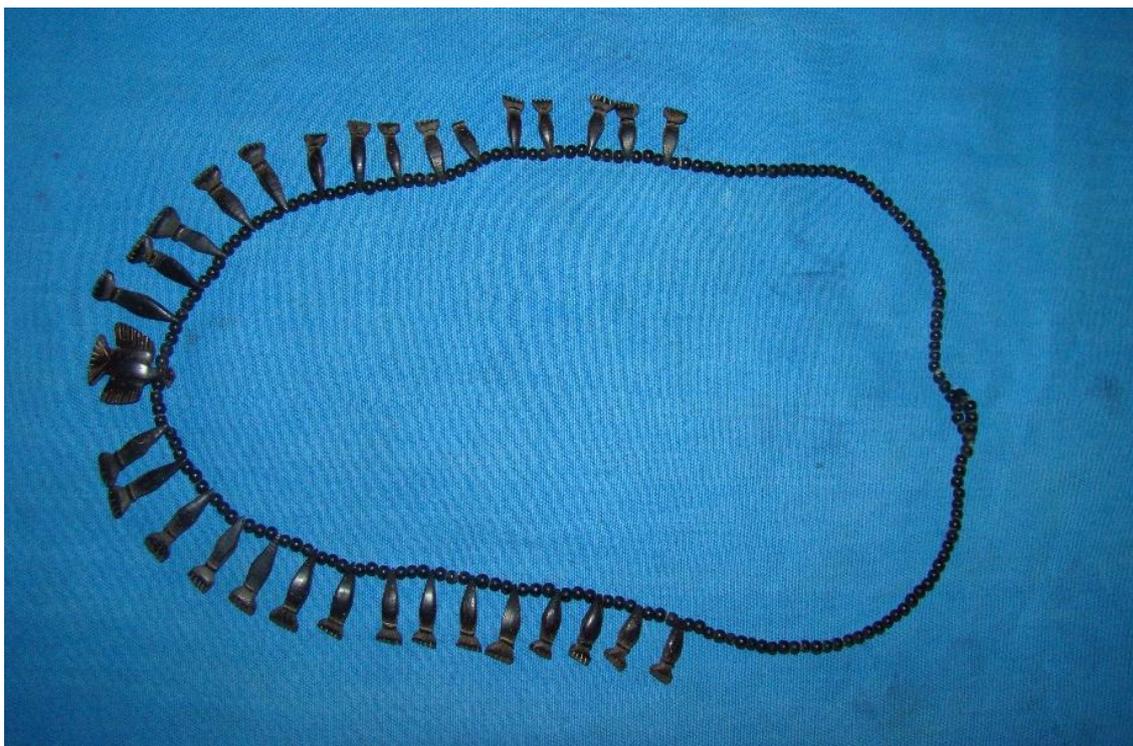
Fonte: Registro Jairo Kurap Munduruku em 27/04/2010 aldeia Katõ

Figura 24: Paneiro *Itiu* utilizado pelas mulheres



Fonte: Registro Jairo Kurap Munduruku em 26/04/2020 aldeia Katõ

Figura 25: Colar Munduruku feito com caroço de tucumã



Fonte: Registro Jairo Kurap Munduruku em 27/04/2010 Aldeia Katõ

### 6.3 Aspectos da vida religiosa do povo Munduruku

Os aspectos da vida religiosa do povo Munduruku sofreram transformações, devido ao contato com as frentes econômicas e demais instituições. Entretanto, mesmo com as transformações e aproximações da sociedade contemporânea a cosmologia e os mitos de criação ainda persistem (SAHLINS,1997) e fazem parte do cotidiano e da vida desses indígenas. No século XVII eram considerados como povo guerreiro, que realizava grandes excursões, do rio Madeira ao Tocantins, para guerrear, obtendo como troféus as cabeças dos inimigos, as quais eram mumificadas e transformadas em amuletos. Portanto, as mais expressivas atividades culturais estavam relacionadas às guerras, que constituíam os elementos mítico-simbólicos do povo Munduruku.

Para tratar sobre a questão do Xamanismo nas aldeias do povo Munduruku darei ênfase aos trabalhos de Robert Morphy (1973), Esther Langdon (1996 e 2018), Eduardo Galvão (1976) e ao trabalho de Alencar (2001). Nesse sentido, Langdon trabalha com essa temática nos seus estudos clássicos e contemporâneos no Brasil e no mundo. Galvão (1955), em sua obra intitulada *Santos e Visagens* faz um estudo sobre a vida religiosa dos “caboclos” da Amazônia com forte influência indígena, devido à região amazônica ser habitada por diversas etnias, portanto, os traços culturais e da religiosidade do Caboclo são o resultado da miscigenação entre os indígenas, portugueses e africanos sofrem influência direta das tradições ameríndias.

E Alencar (2001) trabalha a questão da feitiçaria junto ao povo Munduruku e irei entremear essa discussão a partir dos acontecimentos da minha vivência no campo junto ao povo Munduruku.

De acordo com Langdon (1996), o reconhecimento do Xamanismo foi somente a partir da década de 1950, com o olhar ocidental voltado à “descoberta” das religiões orientais, quando a Antropologia realmente reconheceu a importância desse fenômeno paradigmático. E para trabalhar o conceito de Xamã, Langdon remete ao termo utilizado por Viertler (1981), a partir do qual esse autor propõe uma maior dinamização comparativa e interpretativa associada ao uso da religião e da magia, caracterizando assim a figura do Xamã como o feiticeiro, o profeta entre outros, como uma espécie de mediador entre o mundo sobrenatural e o humano nas sociedades indígenas da América do Sul.

De todo modo, até hoje os Munduruku mantêm uma perspectiva xamânica do cosmo (SCOPEL; SCOPEL; LANGDON, 2018) segundo a qual a reprodução biossocial Munduruku está constantemente ameaçada. De acordo com esta perspectiva, o cosmo está

prenhe de seres e agências considerados perigosos ou letais segundo Scopel, Scopel e Langdon (2018, p. 92): “[...] Possuidores de ethos ativo, guerreiro e destemido, os Munduruku consideram que é preciso agir frente à diversidade de seres do cosmo, assim como sobre os corpos e sobre o ambiente, de modo a garantir o bem-estar coletivo[...]”. Um conjunto diversificado de práticas de rituais de cura, de iniciação xamânica, de puberdade, as festas fúnebres, de resguardo na menstruação e no puerpério, dietas, massagens, chás, banhos, cuidados com a potabilidade da água consumida, enfim, faz parte do cotidiano nas aldeias.

No trabalho de campo percebe-se atentamente como essa prática é ainda tão presente no cotidiano nas aldeias. Nas entrevistas semiestruturadas, nas conversas com algumas mulheres, com o Cacique Vicente Saw Muduruku, e ouvindo atentamente os relatos, sempre fica muito interessante o que falam sobre as doenças. Os Munduruku chamam de *Kauchi* ou feitiço as doenças que levam até a morte.

Numa dessas conversas na aldeia Sai Cinza, fui na casa do Geraldo e da Graça Tawe, e chegando lá vi tinham outras pessoas conversando, daí perguntei pelo Geraldo e se ele tinha ido pescar, e a esposa dele me respondeu muito aflita: “[...] Geraldo não foi pescar; Geraldo tá na rede, tá com *Kauchi*, vai ver o pajé, mas pajé não tá, tá lá pro Cadiriri [...]”. Ficou bem claro que o que estava acontecendo com o Geraldo era uma enorme preocupação para a família, não somente por causa da questão da dependência dele como provedor da família, mas o desespero da esposa era por algo muito mais além.

Graça estava achando muito estranho, pois Geraldo tinha fama de bom pescador na aldeia. Alguma coisa acontecera para ter gerado esse problema, e reparei na fisionomia das outras mulheres lá onde estávamos e elas também demonstravam preocupação. Segundo o que relatou a Graça sobre o acontecido, ou foi no lugar onde ele foi pescar, e lá entrou em contato com algum ser invisível do mal (*Ibiōgbuk Kereat*) da cosmologia munduruku sem o devido cuidado, ou foi a inveja (*Itabikuku warara ’acat pubut kay*) de alguém da aldeia, que lançou um *Kauxi*, um feitiço que deixou Geraldo sem forças na rede.

Para Scopel, Scopel e Langdon (2018, p. 94), os Munduruku nas relações sociais nas aldeias devem seguir uma etiqueta marcada por afastamentos, permissões, evitando principalmente os conflitos e retaliações de feiticeiros, pois é preciso respeitar o poder de agências não humanas. De acordo com o Cacique Vicente Saw Muduruku (Figura 38), “[...] existem regras para entrar no rio, existem regras para entrar no mato, para caçar, para pescar [...]”. Segundo o Cacique Vicente, em uma de minhas demoradas conversas

sobre a cosmologia Munduruku, ele dizia que “[...] tudo tem uma mãe, e tem que pedir a permissão da mãe para poder entrar no mato, no rio [...]” e se um Munduruku vai pescar ou caçar, ele deve ‘pedir licença a mãe do lugar’, que é o ser invisível (*Ibiõgbuk*), protetor da floresta e dos animais. O Munduruku tem que ter o imenso respeito por esses lugares sagrados onde estão os espíritos (*Ibiõgbuk*), caso contrário poderá adoecer gravemente ou mesmo morrer se o ‘dono/mãe’ se sentir ofendido pela invasão de seus domínios. A invasão do pescador/caçador pode ser um motivo para que o ‘dono/mãe do lugar’ ataque o corpo da pessoa Munduruku com ‘flechas’ (*Jeakag Wasu Kay imuy ãm*) invisíveis, que causam doença e morte.

Galvão (1955, p. 76) esclarece que a “crença em *mães de bicho* é em geral atribuída à influência indígena”. Esclarece ainda que os Tupi Guarani conservam a crença geral de que tudo tem a mãe, que inclui ainda uma extensa categoria de sobrenaturais das mais variadas descrições, identificados a um setor do ambiente, ou tidos como donos ou protetores de bichos e coisas. Wagley e Galvão (1949) destacam que entre os Teneteharas, um povo Tupi do Maranhão, existe a crença do *Ywan*, nome genérico para designar os sobrenaturais “donos” da água e dos seres que habitam na água. Os *Ywan* assombram o ofensor roubando-lhe a sombra, o que resulta em loucura.

De todo modo, para Galvão (1955, p. 77) a crença da “mãe” terá sido o resultado do sincretismo cultural, em que pesou a influência do africano, mas, sobretudo, do português, que veio impregnado de crenças e histórias sobre as “mouras encantadas”, além de velhas tradições sobre as sereias, e do próprio catolicismo, impregnado de crenças e acentuado culto à Virgem Maria, representado nas várias representações de N. Senhora. E os indígenas que, segundo Galvão (1955), já possuíam uma “versão original” das entidades protetoras da natureza.

Figura 26: Cacique Vicente Saw Munduruku (*in memoriam*)



Fonte: Arquivo Pessoal (novembro/2019)

A figura do pajé é como a de um protetor da comunidade, a ponte de ligação entre o mundo material e o espiritual. Os pajés recebem tratamento espiritual, o conhecimento do uso das plantas medicinais, o uso do *tawari* (espécie de tabaco usado nos rituais de pajelança), e são eles que agem contra as forças que dificultam o trabalho no dia a dia nas aldeias. Para Galvão (1955, p. 92) o pajé *ou curador* é a pessoa melhor capacitada para curar, e tem elementos comuns com outras linhagens de pajés pois já nasce com esse destino: “Diz-se que ainda no ventre da mãe o indivíduo assim dotado, já se anuncia emitindo gritos estranhos. A criança sofre ataques e convulsões, ou se comporta de modo peculiar. Não brinca com os companheiros da idade e desde cedo pratica maravilhas”. De acordo com o Cacique Vicente Saw: “todo pajé conhece o rio pelo fundo” e Galvão (1955, p. 94) esclarece que “a capacidade de viajar pelo fundo dos rios é a habilidade que distingue os pajés mais poderosos, os chamados *sacacas*, os quais acredita-se que possam permanecer dias ou semanas seguidas sob a água e viajar enormes distancias com a maior rapidez”.

Existem também os chamados “*pajés brabos*”, aqueles que, segundo Murphy (1958, p. 41), trabalham contra o bem-estar da comunidade e, segundo a cosmologia Munduruku, trazem a doença e a morte, o *Kauchi*, uma espécie de quebranto, para Galvão

(1976), *Panema*, que significa a má sorte, infelicidade e faz com que a pessoa não consiga caçar ou pescar, e essa pessoa, quando apontada pelo pajé a partir dos tranSES, como o *pajé brabo*, deve abandonar a aldeia ou deverá ser eliminada da comunidade. Essa prática é muito presente na vida das aldeias Munduruku.

Murphy (1958), no livro intitulado *Munduruku Religion*, caracteriza o feitiço como vinculado as malélicas influências sobrenaturais, causadas pelo fato de o povo Munduruku infringir as regras de convívio com a natureza e da própria ação do feiticeiro contra o grupo. Esse texto de Murphy soa muito semelhante ao que escreveu Philipp Descola (1987) sobre o trabalho (*La Selva Culta*) que realizou junto ao povo Achuar com relação à integração, simbologia, práxis e a regras de convívio com a natureza. Descola esclarece que para o Povo Achuar, a natureza é composta por plantas, animais e espíritos, e que cada um, no seu turno, forma parte da sociedade.

Dessa forma, os Achuar estabelecem certas distinções entre as entidades que povoam o mundo. A decorrente hierarquia dos objetos animados e inanimados não é, contudo, fundada sobre graus de perfeição do ser, sobre diferenças de aparência, ou sobre uma acumulação progressiva de propriedades intrínsecas. Ela se baseia na variação dos modos de comunicação, a qual é autorizada pela apreensão de qualidades sensíveis desigualmente distribuídas. Na medida em que a categoria das "pessoas" engloba espíritos, plantas e animais, todos dotados de uma alma, essa cosmologia não diferencia os humanos e os não-humanos; ela somente introduz uma escala de ordenação e regras segundo os níveis de troca de informação tidos como possíveis.

De acordo com o Cacique Vicente Saw Munduruku, que era filho de pajés, seus pais morreram muito cedo envenenados com tucupi azedo, deixando os filhos pequenos para serem criados por outras pessoas da comunidade. Então ele esclarece que: “[...] existem dois tipos de pajé: o Pajé bom que é aquele que cura que tem os remédios, e o pajé brabo, aquele que bota o feitiço, o *Kauchi*, a doença, e mata; por isso ele tem que ser morto. *Bakainpāpate* [...]”.

No tempo em que estive na aldeia Sai Cinza, em conversa com as mulheres, tendo como interlocutoras Maria Akay ou Akaybimã, tomei conhecimento dos acontecimentos recentes relacionados à cosmovisão e às práticas de pajelança local. Nesse sentido, dentro da tradição Munduruku, e segundo o Cacique da aldeia Sai Cinza, Vicente Saw Munduruku, que me explicou detalhadamente alguns aspectos muito importantes sobre as regras de comportamento ainda vigentes na cultura Munduruku:

[...]recentemente ocorrera uma situação na aldeia na qual um jovem morrera, e o causador da morte tinha sido apontado como o pajé brabo pelo conselho dos pajés e caciques, em meio a um ritual que durou uma semana na aldeia, até que o aquele que foi apontado como o causador do problema *Bakainpãpate* foi sentenciado na aldeia Sai Cinza.

Para os Munduruku a morte do pajé brabo constitui-se no único modo de libertação da existência aprisionada por um espírito maligno.

Quando perguntei a Maria Akay sobre os motivos da acusação de morte do rapaz *Bakainpãpate* ela me respondeu que achava que foi devido a bebida alcoólica e me contou o seguinte:

[...] vinham muitos jovens na voadeira de Jacareacanga e tinham bebido o dia todo. Um dos rapazes, o filho do Sebastião sumiu da voadeira e só deram por falta dele quando chegaram na aldeia, mas quando eles saíram de Jacareacanga ele veio sentado do lado do que mataram que foi acusado de pajé brabo. Quando acharam o corpo o pai e mãe dele não se conformaram e foram lá com o pajé e com os caciques [...].

De acordo com Alencar (2001, p. 72), esse ritual apresenta cinco etapas: “a primeira é a acusação e a perseguição do *Bakainpãpate*, a segunda é a morte física que não tem lugar para acontecer”, pode ser no mato, no rio lavando louça como já aconteceu, pode ser no meio da aldeia, pode ser dentro de casa como foi nesse caso, na frente dos pais da vítima, o Sr. Germano Saw e a Sra. Lucelia Karo, da avó d. Marcelina Karo, da esposa e das crianças.

Entretanto, dentro dessa trama existe a terceira morte, que consiste na eliminação dos feitiços e dos espíritos malignos impregnados de feitiço na aldeia, por isso, no caso em questão, o corpo. Nesse caso, específico, o corpo foi levando para uma ilha em frente a aldeia onde foi queimado.

A quarta morte é a comunicação para a comunidade sobre a eliminação do *Bakainpãpate*. A quinta morte é o comunicado à família. Nesse caso, porém, no outro dia todos os familiares dos envolvidos deixaram a aldeia, e até os animais levaram, refugiando-se na aldeia Praia do Mangue, localizada em Itaituba.

A aldeia Praia do Mangue em Itaituba, localizada no médio Tapajós, é um aldeamento tradicionalmente conhecido por abrigar pessoas do alto Tapajós que são acusadas de pajé brabo e que têm a oportunidade de fugir, como foi o caso da Sra. Nilza Poxo e do Sr. Salviano (*in memorian*), que saíram da aldeia Sai Cinza acusados de pajé brabo e que constituíram família e residem na Praia do Mangue. Ressalta-se que em muitos casos as pessoas que são apontadas como pajé brabos na aldeia ficam sabendo e têm a oportunidade de fugir para outros locais; e muitos recebem ajuda das missões

religiosas, da missão católica ou da missão Batista, presentes na área, e até mesmo da FUNAI.

Nas minhas anotações de campo expressei essa situação, descrevendo que mesmo os indígenas tendo escolas, universidade, televisão, internet e missões religiosas (algumas há mais de 100 anos presentes na região, como é o caso da Missão Franciscana), a força da cosmologia e dos rituais de “pajelança” ainda está muito presente no cotidiano da vida dos Munduruku. Nessa perspectiva, Barth (2000) esclarece que a fronteira étnica permanece, apesar do fluxo de pessoas que a atravessam. Na verdade, “as distinções entre as categorias étnicas não dependem de associações, de mobilidade, contato e informações, mas implica em processos de inclusão e incorporação através dos quais, apesar das mudanças ao longo da história e da vida individual essas distinções são mantidas” (BARTH, 2000, p. 26).

Por cosmografia, no sentido dado a este conceito por Little (2001, 2017), compreende-se o conjunto de saberes que um grupo étnico, ou uma coletividade sociocultural, definidos pelos aspectos religiosos, identitários, cosmológicos, linguísticos etc. desenvolvem para se estabelecerem e se manterem em seu território. Trata-se de conhecimento pautado na experiência coletiva, em relações simbólicas e afetivas que um grupo étnico estabelece com um ambiente específico. No caso do povo Munduruku, historicamente sua memória é constituída de lutas sociais, das lutas pela manutenção do território, da construção de identidades e os sentimentos de pertencimento étnico (Lévi-Strauss, 1976), as práticas xamânicas, os rituais de cura, as massagens, o uso de ervas medicinais ingeridas para vários tipos de doença, até para controle da menstruação, tomadas em pequenas doses pelas meninas a partir dos 8 anos de idade em três doses e daí para frente (Bieri, n.c), os resguardos, os banhos.

Também, destaca-se o uso do *Tawari*, um grande cigarro enrolado em casca de Tawari juntamente com o maracá ou penas de aves, muito usado pelos pajés nos rituais xamânicos nas aldeias, em tempos de muita malária e outras doenças. No ano de 2016 estive na área na aldeia Sai Cinza, e havia muitos casos de malária, inclusive em macacos que são criados como animais domésticos. Num dado momento, o atual pajé, que assumiu o cargo após a morte do grande e respeitado pajé Munduruku, Sr. Mimi, o Sr. Paulo Karo, estava saindo de casa em casa soprando borrifadas de fumaças para espantar *o bicho*, como eles se referem às doenças. Tive a oportunidade de observar um pouco como ele estava soprando a fumaça do *Tawari*, falando palavras que não pude compreender e fazendo gestos com as mãos, como se estivesse jogando para cima. E, depois do ritual ele

colocou algumas ossadas de animais no pé das árvores para espantar os espíritos maus, que eles também chamam de *Jurunpiyuna* ou *Iurupary*.

A pesquisa de campo revelou que a perspectiva xamânica Munduruku sustenta-se sobre a constante interação entre as diversas agências cosmológicas, os mitos de criação de *Korosaykaibu* narrados sempre pelo falecido Cacique-geral, o lendário Biboy Kaba (*in memoriam*) e a narração da existência do céu do povo Munduruku, situado no *Karobixexe*, lugar chamado de mãe dos peixes, para onde as almas do povo Munduruku retornam. São histórias tanto humanas quanto de objetos, plantas, animais, espíritos e outros seres não humanos que habitam espaços da aldeia, da floresta, dos mundos subaquático e subterrâneo.

Para Scopel, Scopel e Langdon (2018, p. 94), esta perspectiva da dinâmica entre os seres oculta aparências e formas corporais, e há sempre um potencial perigo escondido: uma planta pode transformar-se em homem, um feiticeiro em onça, um boto em humano sedutor etc. Todos os seres têm intencionalidade e são capazes de vingança. Para viver nesse cosmo, os Munduruku desenvolveram estratégias para se relacionarem com aqueles seres que representam graus diversos de alteridade (seja próxima ou radicalmente diferente). Embora algumas entidades dessa cosmogonia sejam inteiramente malignas e letais, e requeiram o completo afastamento, muitas outras, ainda que perigosas, podem ser domesticadas ou pacificadas, permitindo a estratégia de aproximação e de estabelecimento de “parcerias”, cumprindo as restrições e seguindo as regras da vida na aldeia.

Em sentido amplo, a etnografia das práticas Munduruku permite dar evidência às dinâmicas desse cosmo pleno dessas entidades. Na vida cotidiana, homens, mulheres, crianças e idosos, todos procuram evitar perigos advindos das relações com a alteridade através de práticas intencionalmente realizadas com o fim de prevenir doenças e infortúnios causados por seres maus e violentos ou criar condições harmônicas de vida social, promovendo, assim, um ideal próprio do que seja a saúde dos indivíduos e da coletividade.

Em algumas aldeias, especialmente nas mais isoladas, como é o caso da aldeia Kabruá (Figura 39), no rio Cabitutu, ainda são tocadas periodicamente as flautas de *Parasuy`uk* (BIERI, 2003) pelos idosos.

Figura 27: casa ritual na aldeia Kabrua onde se encontram as flautas sagradas



Fonte: Arquivo Pessoal (setembro/2017)

De todo modo, observa-se que, em algumas aldeias, tem surgido interesse por parte dos jovens na preservação da cultura ancestral. Os Munduruku hoje ainda mantêm muito dos seus costumes, sua língua, seus rituais, enfim, alguns aspectos de sua cultura intacta, exceto a prática que os transformou num dos povos indígenas mais temidos da Amazônia: a de cortar a cabeça dos inimigos (Figura 40) tombados em guerras.

Figura 28: Guerreiro Munduruku com uma cabeça mumificada



Nota: Esta Foto de Autor Desconhecido está licenciado em [CC BY](#)

Fonte: Movimento de Resistência IPEREG ÃGU

As histórias do povo Munduruku, desde o mito da criação por *karosakaybu* (*deus criador*), apresentam um conhecimento ecológico apurado, alinhado ao uso sustentável da biodiversidade, a partir de um saber detalhado sobre o clima, o tempo, a fauna, sua localização na floresta, o ambiente, as plantas, ervas e a paisagem que esse povo habita. Nesse viés, o humano e a natureza se fundem, e verifica-se um perspectivismo cosmológico que “fala de um estado onde os corpos e os nomes, as almas e as afecções, o eu e o outro se interpenetram” (CASTRO, 1998, p. 135).

Do ponto de vista da mitologia Munduruku, existe uma ligação entre o real e o sagrado como forma de manter a ordem natural, e a preservação da cultura mítica significa preservar o que é sagrado. Nessa perspectiva, é possível conhecer um pouco e compreender sua cultura, por exemplo, sobre os antropônimos que fazem referência a animais e à flora, como *Poxo* (pássaro pequeno), *Kaba* (formigas de fogo), *Dace* (porco do mato), *Akay* (tapereba), aos nomes de seus clãs e também (quando adotam) aos seus nomes “*pariwats*” (como são chamados de modo pejorativo os não indígenas). Todos pensados de modo integral homem-natureza, resultado da força criativa de *Karosakaybu*.

A cosmoecologia Munduruku classifica a região onde está localizado o *karobixexe* e o *Dekuka`a* como centros do mundo, o último lugar de destino para onde vão as almas

dos mortos. Essas unidades sobreviveram intocadas em meio à floresta dentro da área que foi demarcada em 2001. Estes locais resguardavam a dimensão espiritual, seus saberes centrais transmitidos às novas gerações através da oralidade, além de suas urnas *Tingaás*. Neste sentido, a destruição dos lugares sagrados é imitigável, pois trata-se de uma dimensão metafísica compartilhada com toda a sociedade, portanto relacionada à identidade, à etnicidade (BARTH, 2000) e ao patrimônio imaterial Munduruku. Infelizmente, essa região foi destruída com a construção da UHE Teles Pires. Essa compreensão está justamente nas diferenças sociais, culturais, nas crenças, na cosmovisão de cada grupo étnico, particularmente, nesse coletivo de pessoas que possuem uma relação identitária semelhante ao que Barth (2000) chama de grupo étnico.

Para Viveiro de Castro (1996), as ideias presentes nas cosmologias amazônicas, segundo as quais o mundo é habitado por espécies diferentes, sujeitos e pessoas, humanos e não humanos, são ideias muito difundidas no pensamento indígena, e ajudam a compreender essa relação entre os Munduruku e o seu *Karobixexe*. Neste sentido, a natureza no pensamento indígena não é passiva, mas harmônica, pois existe uma sintonia social em que, segundo Viveiro de Castro (2007), os sujeitos humanos e outras entidades do Cosmos se reconhecem na troca, na circulação da propriedade simbólica. Segundo Murphy (1958, p. 7-10) o Xamanismo para o povo Munduruku está na relação com as entidades que povoam o Cosmos e as crenças nos pajés e nos poderes das feitiçarias permanecem até hoje, apesar do trabalho dos missionários católicos e evangélicos presentes no Território das diversas denominações.

A figura do pajé é como a de um protetor da comunidade, a ponte de ligação entre o mundo material e espiritual. Os pajés recebem tratamento espiritual, o conhecimento do uso das plantas medicinais, o uso do *tawari* (espécie de tabaco usado nos rituais), e são eles que agem contra as forças que dificultam o trabalho no dia a dia nas aldeias. Existem também os chamados “*pajés brabos*”, aqueles que, segundo Murphy (1958, p. 41), trabalham contra o bem-estar da comunidade e, segundo a cosmologia Munduruku, trazem a doença e a morte, o *Kauxi*, uma espécie de quebranto que faz com que a pessoa não consiga caçar ou pescar, e essa pessoa, quando apontada pelo pajé a partir dos tranSES, como o *pajé brabo*, deve abandonar a aldeia ou deverá ser eliminada da comunidade. A religião Munduruku ainda hoje está muito presente e atuando em todos os aspectos da vida da comunidade.

#### 6.4 O Bem Viver e os povos indígenas

Atualmente, a sociedade de consumo coloca em risco a sobrevivência do planeta, vive-se uma crise global de múltiplas proporções, tanto política, social e econômica quanto ética, ecológica, ideológica, enfim. O crime socioambiental da construção das usinas hidrelétricas de Belo Monte em Altamira (PA) e Teles Pires (PA e MT) com a cumplicidade e omissão das instâncias governamentais nacionais e regionais tornou-se a evidência dos duros tempos do capitalismo selvagem que se vive.

Dessa forma fica evidente mais do que nunca que as sociedades globais precisam de profundas transformações políticas e ecológicas, muito além dos acordos climáticos, os quais, mesmo sendo uma resposta, ainda são insuficientes para fazer frente ao desejo de justiça climática.

Para Alcântara e Sampaio (2017, p. 234), os termos *Sumak Kawsai* em Quechua, *Suma Qamañ* em Aymara ou *Buen Vivir/Vivir Bien*, na tradução mais difundida, representam uma cosmovisão construída por meio de muitos anos pelos povos altiplanos dos Andes, que se tornaram invisíveis frente ao colonialismo, patriarcalismo e capitalismo. Existem outros significados para o termo: em guaraní, “*Teko Kavi*” significa vida boa e viver bem (respeitar a vida). *Buen Vivir*, para los Embera de Colômbia, é estar em harmonia entre todos.

Nesse sentido, o Bem Viver relaciona-se à melhoria da qualidade de vida das pessoas (alimentação, vestimenta e habitação, por exemplo), o que se obtém por meio da educação, das relações familiares, trabalho, hábitos e ambiente. O Plan Nacional para el Buen Vivir 2009- 2013 (SENPLADES, 2009, pg.10) esclarece esse conceito como: [...] um compromisso com a mudança, que permite a aplicação de um novo paradigma econômico, cujo final não se concentra no material, na acumulação mecanicista e interminável de bens, mas em vez disso promove uma estratégia econômica inclusiva, sustentável e democrática. Além disso, Bem Viver’ é construído sobre a transição do atual antropocentrismo para o biopluralismo”. Finalmente, ‘Bem Viver’ também se baseia nas demandas por igualdade e justiça social, e no reconhecimento, avaliação e diálogo dos povos e suas culturas, formas de conhecimento e modos de vida.

Entretanto, o Bem Viver é um conceito em construção, como alerta Acosta (2008), e por esse motivo, de acordo com Gudynas (2011, p. 3) apresenta dificuldades, mas também várias possibilidades de construir. Para Acosta (2008), não são somente os bens materiais os únicos determinantes existentes, e existem muitos outros valores em jogo,

como o conhecimento, os aspectos culturais, os códigos de conduta éticos, a espiritualidade e o relacionamento com a natureza.

Acosta (2010 p. 13) destaca que a fonte de inspiração para o Bem viver não é somente a visão andina, mas também o Bem Viver aponta alternativas para o desenvolvimento contemporâneo sustentado nos princípios filosóficos universais: aristotélicos, marxistas, ecológicos, feministas, cooperativistas e humanistas, superando os velhos paradigmas e colocando em evidência aspectos como o equilíbrio, a harmonia, a cooperação, a reciprocidade, a sustentabilidade e a equidade. Por esse motivo que o Bem Viver foge do contraponto epistemológico e cultural da racionalidade produtivista e economicista.

A racionalidade ocidental sempre viveu instalada numa radical divisão homem-natureza, sendo que a natureza sempre foi um objeto externo para ser dominada e explorada ao limite. Nesse sentido Acosta (2010, p. 18) esclarece:

*Para empezar a enfrentar este añejo mensaje, sostenido en un divorcio profundo de la economía y la Naturaleza, hay que rescatar las verdaderas dimensiones de la sustentabilidad. Esta exige una nueva ética para organizar la vida misma. Se precisa reconocer los límites biofísicos de las actividades desarrolladas por los humanos. La realidad nos demuestra hasta la saciedad que la Naturaleza tiene límites. Y esos límites, aceleradamente alcanzados por los estilos de vida antropocéntricos, particularmente exacerbados por las demandas de acumulación del capital, son cada vez más notables e insostenibles.*

Nesse sentido na América Latina surgem novas abordagens de desenvolvimento baseadas em novos paradigmas como o " *Bien Vivir/Bem Viver*". Para Suess (2017), ser feliz como indivíduo e viver bem como ser social em família e sociedade são duas tarefas conjuntas que se procura solucionar a vida inteira. Parecem duas tarefas contraditórias: no centro da primeira está a felicidade própria do indivíduo e o núcleo da segunda são os costumes e prescrição cultural, a moral, a virtude e a lei da sociedade.

Entretanto, o Bem Viver é um conceito em construção, como alerta Acosta (2008), e por esse motivo, de acordo com Gudynas (2011, p. 3) apresenta dificuldades, mas também várias possibilidades de construir. Para Acosta (2008) não são somente os bens materiais são os únicos determinantes existentes, e existem muitos outros valores em jogo, como o conhecimento, o reconhecimento social e cultural, os códigos de conduta éticos, a espiritualidade e a própria relação com a natureza.

Na América do Sul saltam à vista as limitações dos governos "progressistas" que, fortalecendo o papel do Estado na economia, avançaram numa distribuição mais equitativa da renda das *commodities* sem, no entanto, questionarem mais profundamente

o conceito hegemônico de “desenvolvimento”. No livro *O Bem Viver – Uma oportunidade para imaginar outros mundos*, de Alberto Acosta, o *Buen Vivir* é um conceito aberto, de origem latino-americana, que está em construção, mas com um aporte apropriado ao debate mundial do século 21 e às aspirações para a construção de uma sociedade nova, social e ecológica.

Nessa perspectiva, nas recentes edições do Fórum Social Mundial, especificamente o de 2009, que ocorreu em Belém, sugeriu-se discutir a teoria do Bem Viver como uma alternativa de reconsiderar as relações dos seres humanos com a natureza.

A natureza consiste em conexões recíprocas que criam equilíbrio e harmonia no planeta, diferentemente dos seres humanos, como esclarece Laitman (2015, p. 22): “[...] as pessoas não funcionam dessa maneira recíproca, nem entre si, nem entre si e a natureza [...] pessoas exploram um ao outro, e a humanidade explora a natureza. Não é à toa que os recursos desse planeta estão quase esgotados [...]”. Dessa forma a humanidade tornou-se quase um tumor cancerígeno na natureza tirando tudo para si, independente do meio ambiente. Entretanto o câncer morre junto com seu hospedeiro. Portanto, se a humanidade não se transformar por completo pagará um alto preço pela exploração desenfreada dos recursos naturais.

Chegou-se em meio a uma crise civilizatória onde o capitalismo no mundo representa uma nova forma de colonização pelo capital e pela ideologia do desenvolvimento, pelo consumo e pela competição. O Bem Viver remete à qualidade de vida, a uma relação com a espiritualidade, conexão com a natureza como fazem muitos povos ao redor do mundo, alterações de modos de consumo na relação sociedade/natureza.

E dentre os muitos saberes dos povos originários muitas atividades, rituais ou trabalhos ainda são realizados de modo coletivo: a construção de casas, as refeições, como nas aldeias Munduruku, as tomadas do Yagé pelos Sionas, ou ainda o plantio das roças. Essas ações consolidam laços comunitários e devem ser feitas não só no próprio território, mas também com os vizinhos. Essa forma de organização social encerra em si uma força libertária; afinal, são mais de quinhentos anos resistindo ao extermínio. O pensador e economista equatoriano Alberto Acosta esclarece que há nessa sobrevivência centenária não somente um mecanismo de defesa, mas sabedorias sofisticadas e alternativas para as crises ecológicas, sociais e políticas que atingem todo o mundo.

São vários os povos indígenas que habitam a Amazônia, como o povo Siona, os Munduruku, os Achuar, dentre outros, e esses povos subsistem há anos com os recursos da terra, dependem da caça, da pesca, da coleta de sementes, óleos e dos frutos silvestres da floresta. Diversos trabalhos científicos colocam em evidência o amplo conhecimento destes povos através do trabalho de inúmeros pesquisadores, como Murphy junto ao povo Munduruku, Philipp Descolar junto ao povo Achuar e Esther Langdon junto ao povo Siona. Em seus trabalhos esses pesquisadores estudam a relação desses povos com o cosmo, com a natureza, entre si e com o outro, entre si e a natureza e a espiritualidade.

Os Achuar se constituem como um dos povos indígenas da Amazônia que preservam a cultura tradicional, como um povo da cultura da floresta tropical úmida. Isso tudo, graças a um histórico sistema social e cultural que enfatizou uma relação harmônica entre o ser humano e a natureza com o ambiente: o respeito pela natureza, atitude benévola para com as plantas e os animais ou o cuidado de não pôr em perigo o equilíbrio dos ecossistemas foram erigidos como atributos ostensivos dessa população. Dessa forma a floresta satisfaz as necessidades de todas as pessoas da aldeia. Esta cosmovisão e o modo de vida, segundo Descolar (1986), possibilitou durante séculos a conservação da biodiversidade da fauna e da flora presente no seu território.

Muitas organizações ecológicas, ao redor do mundo, aliás, encontram uma fonte de inspiração nas visões de mundo dos índios da Amazônia ou da América do Norte, convertidos pela mídia em símbolos da convivência harmoniosa com uma natureza cada vez mais ameaçada. A "mãe-terra" ou a "floresta sagrada" tornam-se conceitos genéricos da sabedoria étnica, mas seria bem difícil encontrar seu equivalente exato na maior parte dos povos a quem se atribui esse tipo de noção.

A constituição do Sumac Kawsay/Buen Vivir, no Equador, e do Suma Qamaña/Vivir Bien, na Bolívia, representam os novos conceitos filosóficos e projetos políticos-civilizacionais pautado nas experiências indígenas, é um desafio aos paradigmas que fundamentam o projeto civilizacional da modernidade eurocêntrica colonialista e capitalista. Embora tenham suas origens em experiências ancestrais milenares, foram ganhando forma enquanto ferramenta mobilizadora (Cortez 2011) a partir da década de 1990, no contexto de intensificação dos problemas sociais resultantes da implantação das políticas econômicas de ajuste estrutural realizadas no marco do neoliberalismo, da globalização hegemônica e da falta de sensibilidade com os problemas ambientais e as reivindicações dos povos indígenas.

Ao tratar sobre o discurso sobre o desenvolvimento Acosta (2016, p. 46), esclarece que o processo de dominação capitalista sempre foi baseado nas dicotomias: “[...] desenvolvimento-subdesenvolvimento, pobre-rico, avançado-atrasado, civilizado- selvagem, centro-periferia”. Desse modo, países considerados subdesenvolvidos aceitaram aplicar políticas, instrumentos e indicadores para saírem do estereótipo de “atrasado” e chegarem ao desejado “desenvolvimento”. Muitas vezes, tais países, inclusive país da Pan-Amazônia, negaram suas raízes históricas e culturais para sair dessa caracterização.

Para, Alcântara e Sampaio (2016, p. 235), essa colonialidade que marcou o padrão de relações no contexto da colonização europeia nas Américas ainda se constitui como modelo de poder moderno e permanente. Para Quijano (2000) e Walsh (2005), a colonialidade atravessa praticamente todos os aspectos da vida e se configura a partir da: (1) colonialidade do poder – refere-se ao estabelecimento de um sistema de classificação social baseado na categoria de “raça”; (2) colonialidade do saber – reporta-se à suposição de que a Europa se constituía como centro de produção do conhecimento; (3) colonialidade do ser – corresponde à subalternização e desumanização dos sujeitos colonizados; e (4) colonialidade da natureza e da própria vida – concerne à divisão binária natureza/sociedade, em que se nega a relação milenar entre mundos biofísicos, humanos, espirituais, descartando-se o mágico-espiritual-social que dá sustentação aos sistemas integrais de vida e de conhecimento dos povos ancestrais.

Nessa perspectiva, “é a interculturalidade como processo e projeto social, político, ético e intelectual, que assume a decolonialidade como estratégia, ação e meta” (WALSH, 2005, p. 25) entendendo-se o pedagógico do decolonial como “[...] metodologias organizacionais, analíticas e psíquicas que orientam rupturas, transgressões, deslocamentos e inversões dos conceitos e práticas impostas e herdadas” (WALSH, 2012, p. 25). Então, para Alcântara e Sampaio (2016, p. 236), a interculturalidade é essencial para a (re)construção de um pensamento crítico de/desde outro modo, precisamente, segundo Walsh (2005, p. 25), por três razões principais:

[...] primeiro, porque está concebida e pensada desde a experiência vivida pela colonialidade, quer dizer, desde o movimento indígena; segundo, porque reflete um pensamento não baseado nos legados eurocêntricos ou da modernidade; e terceiro, porque tem sua origem no sul, dando assim uma volta a geopolítica dominante do conhecimento que tem seu centro no norte global.

Para o Bem Viver, existe uma identidade cultural que emerge de uma relação profunda com o lugar onde se habita, no qual surgem modos de vida, expressões, como arte, dança, música, vestimenta, os rituais, dentre outros. Para Acosta (2016, p. 24-25),

[...] trata-se da visão de mundo dos marginalizados pela história, particularmente dos povos e nacionalidades indígenas, portanto, representa uma outra oportunidade para construir outros tipos de sociedades, sustentadas sobre uma convivência harmoniosa entre os seres humanos consigo mesmos e com a Natureza, a partir do reconhecimento dos diversos valores culturais existentes no planeta.

Na República do Equador, as *políticas do Plan Nacional para el Buen Vivir (PNBV)* consideram “[...] o ócio, a atividade física e a recreação como direitos do Bien Vivir. A boa condição física e a possibilidade de desfrutar o tempo de ócio de qualidade são partes dos objetivos das políticas de saúde e cultura” (TORTOSA-MARTINEZ *et al.*, 2014, p. 150-151). As instituições do setor social foram se reformulando para atender aos mandatos constitucionais do Bem Viver e alcançar as metas e os desafios do plano. Segundo dados da CEPAL (2014, p. 10), a implementação da equidade é orientada para o sistema de proteção social, erradicação da pobreza e exclusão, e exige um esforço orçamentário significativo e a construção de consenso entre as diversas instituições e os agentes públicos e privados para permitir a reunião de esforços que convertam em um pacto social e fiscal que irá lhe permitir viabilidade e sustentabilidade ao longo do tempo (CEPAL, 2014, p. 10).

Pelo que se tem também constatado nesse campo, a filosofia indígena postula o Bem Viver como uma “terceira via” entre as duas grandes opções políticas e econômicas do século XX. O capitalismo baseia-se na obtenção da mais-valia, do lucro, do dinheiro. O socialismo atende à satisfação das necessidades materiais e espirituais do ser humano. Entretanto, o Bem Viver dá um passo além, na defesa da vida, explicou David Choquehuanca, ministro das Relações Exteriores da Bolívia, no dia 13 de novembro de 2015 em um ato público organizado na cidade de Valência:

[...] O ser humano, assim como as plantas e os animais, alimenta-se do leite da mãe Terra, a água. Todos fazemos parte dessa grande família. Esta é a razão pela qual as populações indígenas defendem a necessidade da harmonia com a natureza. O ser humano faz parte de um todo, é uma parte muito pequena da **Pachamama**; vivemos as consequências de um modelo de desenvolvimento aplicado até hoje que se traduz em uma crise alimentar, energética, financeira e na mudança climática” [...].

Para David Choquehuanca (2010), Bem Viver significa recuperar a vivência harmônica e o respeito à natureza e ao cosmos.

Na participação da 42ª Assembleia da Organização dos Estados Americanos (OEA) em junho de 2012, David Choquehuanca esclareceu que os seres humanos fazem parte do “*Taj Pacha*” (“tudo o que existe”, na língua aimará, sua língua materna). Nesse evento assumiu a defesa da segurança alimentar com soberania e o reconhecimento do acesso à água como direito básico, esclarecendo que:

Os códigos ocidentais, dos países do Norte, são insuficientes. Não é a mesma coisa comer ou alimentar-se; hoje apenas comemos, ou talvez, estejamos nos envenenando com os transgênicos. Também não deixamos descansar o nosso organismo: deveríamos jejuar semanalmente e não o fazemos; nos desenergizamos e desatomizamos e devemos recuperar as faculdades que estão dormindo em nosso ser para nos convertermos novamente em pessoas integrais.

Desse modo, o relato de David Choquehuanca (2010) não se limita apenas aos princípios genéricos da teoria do Bem Viver, ele desmascara a realidade material e política da contemporaneidade.

Rigoberta Menchú é a personalidade mais conhecida do grupo étnico Quiché-Maia, tem estado presente na luta pelos direitos humanos há décadas e se engajado em causas humanitárias na defesa dos princípios universais dos povos indígenas, das civilizações ancestrais, das culturas milenares que concebem uma relação diferente com o planeta. De acordo com ela:

Nessas culturas, **a Terra é considerada nossa mãe, o útero onde nos formamos**, no qual crescemos. Não se trata de uma relação comercial. Há uma grande diferença entre enxergar o mundo de um ponto de vista comercial e vê-lo sob a ótica da produção de vida, da própria vida do planeta. Por isso **busco partilhar ideias com todas as pessoas que desejam uma qualidade de vida melhor para o planeta**, que desejam mudar em tempo o rumo da humanidade para um futuro melhor (MENCHÚ, vídeo, s.d.).

Um dos grandes ensinamentos que os povos indígenas têm transmitido é a sabedoria de conviver com a Mãe Terra, dedicando-lhe respeito, amor e profundo zelo.

A crítica central da formulação do Bem Viver é o desenvolvimento contemporâneo, onde é questionada a racionalidade do atual desenvolvimento baseado no aspecto da economia de mercado com a obsessão do consumo descartável, o oposto da cosmovisão dos povos indígenas, de que a terra é mais do que simplesmente o lugar onde se vive.

Para os povos indígenas a Terra é sagrada, é capaz de fazer germinar e de acolher plantas, animais e uma infinidade de seres vivos, além dos humanos, compondo assim ambientes onde a vida frutifica em todo o seu esplendor (BONIN, 2015). Assim sendo, a Terra é a base e a essência do Bem Viver. No entanto, nem todas as comunidades indígenas brasileiras e colombianas podem usufruir do direito de viver em seus territórios

tradicionais como por exemplo o povo Siona, ou seja, estão sem possibilidade de vivenciar a condição primordial do Bem Viver.

Em um conceito geral, a teoria de Bem Viver está na contramão do modelo materialista de desenvolvimento que considera a Terra e a Natureza apenas como insumos para a produção de mercadorias de rápido consumo e descartável. Esse é um dos fundamentos que sustentam o modelo capitalista de desenvolvimento, e nessa ótica os governos têm priorizado grandes investimento para projetos neocolonizadores com o intuito de gerar sinergias regionais e desenvolvimento com a construção das grandes barragens, a exploração mineral, as monoculturas que degradam o ambiente e envenenam a terra, as águas e todos os seres vivos.

No Bem Viver esse materialismo tem um problema profundo que só pode ser transformado com uma outra visão de mundo. E Eduardo Gudynas (2011, p. 2) acrescenta que: *“el buen vivir implica una nueva forma de concebir la relación con la Naturaleza de manera de asegurar simultáneamente el bienestar de las personas y la supervivencia de las especies de plantas, animales y de los mismos ecosistemas”*. Assim, o Bem Viver pode vir a ser uma alternativa para o desenvolvimento, se estiver baseado numa nova ética ambiental onde sejam reconhecidos os valores intrínsecos da natureza.

Para Rigoberta Menchú existe ainda uma decadência espiritual relacionada a graves crises institucionais. A transcendência de cada indivíduo, o trabalho na raiz do ser humano é o que torna possível uma profunda consciência humana e a transformação do todo. Segundo Menchú,

[...] as pessoas não sabem viver. Estamos angustiados por desejar crer em algo, e arrependidos por termos acreditado em um sistema falho. Por muitos anos venho falando sobre a necessidade de rever e mudar nossa relação com a Terra. Nós, os Maias, somos muito ligados a ela. Mas o ocidente tem uma relação de asco porque sabe que a estamos contaminando. Então, precisa-se repensar a prática de vida. Somos produto de uma sinergia cósmica do universo com o planeta. O calendário Maia é um matemático do tempo, filosófico, que anuncia novas eras de vida, de construção, de equilíbrio. E, sobretudo, anuncia que o ser humano deve retornar à sua consciência original” [...] (MENCHÚ, s.d.).

O Bem Viver aparece como a mais importante corrente de reflexão latino-americana dos últimos anos, tendo como ação prática formal a Constituição do Equador aprovada em 2008 e a Constituição da Bolívia aprovada em 2009, resultado da presença ativa dos movimentos sociais e do protagonismo dos povos indígenas. Na Constituição Boliviana o Bem Viver é apresentado na sessão relacionada às bases fundamentais do Estado entre seus princípios e valores, no artigo 8º, que determina e promove os princípios éticos e morais da sociedade plural.

Os artigos 306 e 313 da Constituição Boliviana indicam que o modelo econômico boliviano é plural e está orientado para melhorar a qualidade de vida e o bem viver. E que a organização econômica será baseada em múltiplas dimensões buscando atender ao propósito da geração de produtos sociais, redistribuição justa das riquezas e a industrialização dos recursos naturais, dentre outros aspectos.

Na Constituição do Equador o Bem Viver é tratado como um direito de bem viver, e dentro dessa perspectiva incluem-se diversos direitos sobre alimentação, ambiente, água, comunicação, educação, vida, saúde, entre outros que estão no mesmo plano de hierarquia de outros conjuntos de direitos reconhecidos pela sua constituição.

Sem dúvida, a plataforma do Bem Viver direciona para diversos pontos para o desenvolvimento nas sociedades contemporâneas nos mais variados aspectos. Entretanto, a questão do bem viver é uma alternativa radical para a transformação dos cenários de destruição, principalmente dos valores morais, éticos e da natureza, e apresenta mecanismos para discutir diferentes opções.

O Bem Viver é na atualidade um conceito vivo e necessário, principalmente num contexto de Mudanças Climáticas. De acordo com Leitman (2015, p. 23), o rascunho do relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) afirma que há uma probabilidade de 2-3 que a mudança climática causada pelo homem já esteja levando a um aumento de eventos climáticos extremos e tornando o clima mais “selvagem”: “[...] Irá tornar alguns lugares cada vez mais marginais, como lugares para se viver, e o contínuo aquecimento fará com que haja um aumento não só das ondas de calor extremo e a seca em algumas regiões, mas também irá gerar chuvas mais intensas que levam a graves inundações [...]”. Antes, muitos saberes tradicionais eram negados e discriminados, agora reaparecem como legítimos, principalmente a defesa do multiculturalismo e o retorno à natureza e à espiritualidade, através de diálogos e das diversas outras formas de interação.

A falta de preocupação de todos com o ambiente está causando estragos às fontes mais vitais de alimento e água. No caso do rio Tapajós, a água é substância essencial para toda a vida, e por gerações o rio Tapajós foi a fonte de alimento para o povo Munduruku, mas hoje se encontra contaminado por resíduos de garimpos e pela destruição ocasionada pela construção da UHE Teles Pires, que devastou a população de peixes endêmicos da região. A utilização de água não potável mata e adoce pessoas todos os dias e leva ao empobrecimento e à diminuição das oportunidades para as pessoas.

É verdade que se faz necessário mudar essa concepção de economia global e mercantilista para uma proposta como o Bem Viver de garantias mútuas. E que assegure à humanidade avançar em direção ao equilíbrio e à harmonia com a natureza e com os semelhantes. De fato, pode ser um passo largo em direção à sustentabilidade, à segurança e à pacificação, pois não haverá guerra entre as pessoas que querem o bem-estar e o bem viver do outro.

O “Bem Viver”, “Buen Vivir/Vivir Bien” envolve temáticas multidisciplinares, demonstrando a transdisciplinaridade, para além de uma condição material, socioeducacional ou de saúde. É um estado particular de felicidade, no qual vigoram padrões culturais distintos.

Na área de saúde, esse tema é discutido como representando algo mais próximo à qualidade de vida da pessoa, relacionado à condição física e mental, enquanto que as outras áreas relacionam o tema do Bem Viver ao respeito à vida, representando uma cosmovisão construída pela memória, ao longo de muitos anos, pelos povos Andinos. Os temas bem viver e qualidade de vida são próximos, apesar de haver diferenças subjetivas e objetivas em suas concepções, pelo fato de que ambos requerem um parâmetro conhecido como “bem comum”, incorporando as dimensões social, ambiental e política.

### **6.5 A Queda da produção da borracha – Início da garimpagem no Tapajós**

Com o declínio da produção de borracha, deu-se início à atual fase de garimpagem na Amazônia (MATHIS, 1997). Em 1958, foram descobertas as primeiras jazidas de ouro na região do Tapajós. Nos anos 1970, um programa de colonização do Governo Federal daquela década atraiu para a região um grande fluxo de migrantes; e nesse contexto, os Munduruku passaram a trabalhar na exploração do ouro, a partir da década de 1980.

Na década de 1990, esta realidade começou a mudar, com o declínio da exploração de ouro na região. É importante mencionar que já na década de 1990 esse processo deixou sequelas irreparáveis ao ambiente e ocasionou a morte de rios por contaminação com mercúrio, a exemplo do rio Crepori (BIERI, 2003). Impactos também ocorreram junto às populações indígenas, constatados numa pesquisa efetuada em 1999 pela Universidade de Brasília (UnB). A pesquisa foi realizada para medir o grau de contaminação humana por mercúrio e constataram-se índices de contaminação num considerável número de indígenas.

Atualmente, um novo e intenso ciclo de ouro está ocorrendo na Terra Indígena Munduruku e na região do Tapajós, considerada uma Província Aurífera. Esse novo ciclo vem ocasionando inúmeras transformações no território devido à destruição do ambiente e à contaminação dos rios.

A área indígena Munduruku foi demarcada e homologada, através de um convênio entre FUNAI, PPTAL/GTZ e comunidade indígena, sendo entregue aos índios em setembro de 2001. As dimensões territoriais são consideráveis, quase do tamanho de um país na Europa. Entretanto, um dos grandes problemas está exatamente na ausência de fiscalização, o que faz com que a terra, apesar de demarcada, encontre-se vulnerável a invasões. E hoje a grande dificuldade é a exploração ilegal de ouro dentro de seu território.

A exploração de ouro em outras áreas da reserva persiste, como é o caso do rio Teles Pires, em frente à aldeia do mesmo nome, e a exploração nos rios Cabitutu, das Tropas e Kadiriri (BIERI, 2015), onde as balsas de garimpo e os equipamentos chamados PCs são constantes e os garimpeiros têm contato permanente com os índios, aliciando-os para o trabalho. Entretanto, atualmente a frente de exploração mineral se tornou muito agressiva no rio das Tropas e seus afluentes.

A devastação ambiental ocasionada pela atividade ilegal de mineração pode ser constatada com a morte de rios, a exemplo do Crepori, devido à contaminação por resíduos minerais; e também pode ser observada em rios como Cuiu-Cuiu e, acentuadamente, no rio Tropas e no igarapé Massaranduba, que deságuam na margem direita do Tapajós (Figuras 41 e 42).

Figura 29: Igarapé Massaranduba contaminado por resíduos de garimpo



Fonte: William Bezerra (2019)

Figura 30: Vista aérea do rio Crepori desaguando no rio Tapajós



Fonte: Arquivo pessoal (2018)

Os impactos afetam sobremaneira as populações indígenas, contaminando o solo, os rios, os peixes e pessoas. O texto que segue é fragmento da Carta que denuncia enfaticamente que o “Megagarimpo”: “[...] Matou a floresta e as roças, levou doença, prostituição, consumo de bebidas alcoólicas entre os homens e as mulheres e introduziu drogas entre os adolescentes”. Apesar das limitações dos recursos naturais e dos evidentes danos causados ao ambiente, as pessoas continuam explorando a região de forma desordenada e poluindo a água, o solo e o ar, numa total falta de ética global contra o ambiente, a qual tem suas origens nos mecanismos econômicos da economia de mercado mundial (Figuras 43 a 45).

Figura 31: Atual cor do rio Cabitutu, completamente poluído com resíduos de garimpos



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

Figura 32: Veículos de tração para locomoção nos garimpos dentro da terra indígena Munduruku, no rio Cabitutu



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

Figura 33: Placa no rio Cabitutu: os indígenas cobram pedágio aos garimpeiros para subirem o rio



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

Trata-se de um problema bastante complexo que já levou os indígenas à beira de um conflito na cidade de Jacareacanga, nos dias 13 e 14 de outubro de 2019, com audiência na Câmara Municipal e passeatas dos movimentos dos indígenas pró e contra o garimpo em suas terras (Figuras 46 a 48).

Figura 34: Reunião na Câmara Municipal de Jacareacanga/PA para tratar da mineração em terras indígenas



Fonte: Câmara Municipal de Jacareacanga (2019)

Figura 35: Movimento contra a garimpagem em terras indígenas solicitando a presença do Ministério Público Federal



Fonte: Câmara Municipal de Jacareacanga (2019)

Figura 36: Indígena Munduruku com cartaz solicitando a presença do Ministério Público Federal



Fonte: Câmara Municipal de Jacareacanga (2019)

De todo modo esse problema vem se agravando desde que o governo federal começou a discutir a possibilidade de liberação de aproximadamente 1.200 novas Permissões de Lavra Garimpeira – PLG. Mediante um grande movimento político na

região (PARENTE, 2019), estiveram presentes em Brasília, no dia 9 de outubro de 2019, diversos empresários, deputados e vereadores para tratar sobre esse assunto com o Ministro da Justiça do atual governo, Sérgio Moro, demais ministros e a Agência Nacional de Mineração (ANM).

O Governo Federal assegurou que seriam publicadas ainda em 2019 as liberações das PLG, a partir de uma força tarefa da ANM. E a cidade de Itaituba/PA, que é conhecida como a “cidade Pepita”, seria o município com 60% de permissões de lavra, o maior do Brasil. Para o Governo Federal trata-se da resposta aos compromissos assumidos em campanha, mesmo que esse cumprimento esteja acima da legislação.

Do ponto de vista ambiental, os efeitos de décadas de garimpagem do ouro causaram e causam grandes danos na província do Tapajós. Na análise de Bezerra (1998), a atividade garimpeira afeta gravemente a morfologia dos rios, principalmente com a execução de dragagem, onde são cavadas as margens dos rios, destruindo as matas ciliares, e feitas escavações em seus leitos (Figuras 49 e 50).

Figura 37: Buracos cavados por retroescavadeiras hidráulicas no Megagarimpo no Rio das Tropas dentro do território Munduruku



Fonte: Willian Bezerra (2018)

Figura 38: Toneladas de terra jogadas na água ocasionam o assoreamento dos rios no Megagarimpo no rio das Tropas, dentro do território Munduruku



Fonte: Willian Bezerra (2018)

A contaminação por mercúrio tem sido um grave problema que resulta no aumento das doenças neurológicas nas aldeias Munduruku. Casos na aldeia Sai Cinza, por exemplo, de pessoas com transtornos neurológicos, cegueira, paralisia têm sido muito comuns como pôde ser observado no trabalho realizado no campo em 2018 e em julho de 2019. Neste mês, em campo, acompanhei uma equipe de televisão que estava montando um documentário sobre os garimpos na Amazônia desde o Peru, e os riscos do mercúrio para os povos indígenas e populações tradicionais que dependem do pescado desses rios com água contaminada deste metal para a sobrevivência<sup>1</sup>. Há pessoas com problemas de saúde, algumas em fase de acompanhamento médico, na aldeia Sai Cinza (Figuras 51 e 52).

---

<sup>1</sup> A matéria, dividida em cinco episódios, tem o título de *Mercúrio Veneno do Ouro: Expedição de médicos tenta desvendar contaminação*. Disponível em: [http://youtu.be/GlsEKGQ\\_i6Q](http://youtu.be/GlsEKGQ_i6Q). Acesso em: 17 dez. 2019.

Figura 39: Visita à casa de duas indígenas que ficaram cegas e moram na aldeia Sai Cinza



Fonte: registro Marcia Bieri (jul. 2019)

Figura 40: Visita a uma família em que dois jovens apresentaram paralisia dos membros inferiores



Fonte: registro Márcia Lasmar Bieri (jul. 2019)

De acordo com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade ICMbio, já existem cerca de 60 mil homens trabalhando em mais de 100 balsas na exploração de ouro e de diamantes na bacia dos rios Tapajós e Jamanxim. O que já caracterizava essa região como o maior garimpo do Brasil vai agravar ainda mais essa situação se, de fato, forem liberadas as 1.200 novas PLG prometidas pelo Governo Federal. Segundo informações do IBAMA (dezembro de 2018), existiam 66 máquinas ativas no rio das Tropas e no igarapé Massaranduba dentro da Terra Indígena Munduruku, e atualmente esse número triplicou.

Por outro lado, um dos fatores que também ocasionaram esse aumento da mineração foi a redução de áreas de conservação para a construção de reservatórios para as possíveis construções das hidrelétricas São Luiz do Tapajós e Jatobá. Deste modo, a região tornou-se alvo da ação de atividades ilegais, de garimpo. Por não mais se tratar de uma área de conservação ambiental, ficou vulnerável e sem controle quanto à fiscalização e à recuperação destes impactos gerados pela mineração, por parte do ICMbio.

Cabe, agora, a atuação direta do Ministério de Minas e Energia, via DNPM, do estado e das prefeituras, no sentido de regularizar e fiscalizar a mineração na região. Esses aspectos são fundamentais e devem ser levados em consideração, uma vez que se trata da informação dos interessados sobre os procedimentos para o licenciamento ambiental, voltado para a sustentabilidade dessa atividade.

Via de regra, as ambiguidades e desatenções das políticas públicas na região do Tapajós não impedem que algumas experiências desapontem, ainda mais, as camadas sociais desfavorecidas, como o que aconteceu a partir de uma ação policial desastrosa em 2010 na aldeia Teles Pires, em que um indígena foi assassinado após a invasão da aldeia por policiais armados. Nesse contexto de diversidades, a partir de 2010 os conflitos e embates entre o povo Munduruku e o governo federal passaram a se intensificar, mediante a resistência à construção dos complexos hidrelétricos da bacia do Tapajós e Jamanxim, bem como o asfaltamento da BR-163, o que despertou o interesse de grandes projetos de mineração. Desta forma, pelo menos uma empresa de porte médio já se instalou na região, com o Projeto Tocantinzinho, que em julho de 2015 concluiu o estudo de sua viabilidade.

O Projeto Tocantinzinho está ligado à empresa Eldorado Corporation, vinculada a uma grande mineradora canadense, que possui projetos de mineração em diversos países do mundo, como a China, a Turquia, a Grécia e agora na província aurífera do Tapajós. O acesso da Mina Tocantinzinho se dá através do distrito de Moraes de Almeida, que se encontra no município de Itaituba e possui uma extensão de 102 km. Quanto aos

investimentos iniciais, segundo a Eldorado Corporation (2012), estão na ordem de US\$16 milhões de dólares.

Atualmente, na província aurífera do Tapajós - Estado do Pará a lógica que predomina é os empreendimentos receberem licenças de funcionamento das instituições governamentais antes mesmo de iniciarem seus procedimentos burocráticos, com o objetivo de atender aos interesses do mercado global, entretanto ficam de fora da contabilidade de lucros a lógica da devastação ecológica e ambiental.

## **6.6 Terra indígena Munduruku – A aldeia Teles Pires**

Num contexto de diversidades, desde 2010 os conflitos e embates entre o povo Munduruku e o governo federal passaram a se intensificar, mediante a resistência à construção dos complexos hidrelétricos da bacia do Tapajós e do rio Teles Pires. Entretanto, com a aprovação do despacho da ANEEL, n. 1.887, de maio de 2009, de acordo com os dados da Ecology Brasil (2014), destaca-se a construção de nove usinas hidrelétricas (UHE). Dessas, três são no rio Tapajós, duas no rio Teles Pires e quatro no rio Jamanxim.

Deste modo, por meio da Portaria Interministerial n. 419/2011, no ano de 2011 a FUNAI esclareceu as condições e as exigências que devem constar no Estudo do Componente Indígena. Neste documento ela informa que a área prevista para o empreendimento e seu reservatório sobrepõe-se às terras indígenas Andirá-Marau, Km 43, São Luiz do Tapajós, Praia do Índio, Praia do Mangue, Pimental e São Luiz do Tapajós. De acordo com o Ministério Público Federal (2014), nesta portaria consta, ainda, a informação de que as terras indígenas Pimental, Km 43 e São Luiz do Tapajós estão com a sua demarcação em andamento.

Nesta análise, a título de exemplificação, próximos à aldeia Sawré Muybu existem vários garimpos e balsas. E, como se não bastasse, diversas estradas se encontram dentro destas unidades de conservação, consideradas como áreas de florestas com alto grau de biodiversidade. Também cabe ser dito que a área ocupada pelo garimpo de diamante, chamado Chapéu do Sol, fazia parte da Floresta Nacional Itaituba II, a qual foi redimensionada por meio do Decreto n. 2.678/2012, por estar na rota da construção do reservatório para a hidrelétrica de São Luiz do Tapajós.

Desse modo, o natural desenvolvimento e o instinto predatório ocasionado pelo capitalismo moderno voltam-se, cada vez mais, para a exploração interessada apenas na

maximização dos resultados. Assim, a possibilidade da construção dos complexos hidrelétricos nas bacias dos rios Tapajós e Teles Pires e o asfaltamento da BR-163 despertaram o interesse de grandes projetos de mineração. A comprovação dessa afirmação está acontecendo recentemente na região do Xingu.

Após a construção da UHE Belo Monte veio se instalar na região conhecida como a Volta Grande do rio Xingu a mineradora canadense Belo Sun, e os moradores das comunidades tradicionais, como o Assentamento PA Ressaca, passaram a viver em constante estado de alerta (ALMEIDA; MARIN, 2017) diante da grande pressão por parte do governo local, da Belo Sun e da Norte Energia, que pretendem retirar as pessoas da área para dar lugar à mineração. Desta mesma forma, pelo menos uma empresa de porte médio já se instalou na região do Tapajós, com o Projeto Tocantinzinho, o qual em julho de 2015 teve seu estudo de viabilidade concluído.

Diante dessas circunstâncias, Simonian (1999a) analisa de maneira bastante clara a questão dos direitos indígenas com relação ao controle de suas terras. Nessa direção, a autora explica que “[...] embora tenham ocorrido avanços com relação aos direitos indígenas, existe muita resistência quanto à questão do controle sobre estas terras e os recursos nela existentes” (SIMONIAN, 1999a, p. 65). Nesse sentido, os interesses do grande capital têm prevalecido quando do planejamento dos programas e projetos para o desenvolvimento.

Na década de 1980, focar as perspectivas de resistência foi uma forma que os Munduruku encontraram para lutar e defender seus direitos. As lideranças começaram a se organizar para reagir às ameaças. Em 1985, o povo Munduruku viveu a experiência de realizar a primeira Assembleia Indígena no Brasil (BRASIL, 2001), na aldeia da Missão Cururu, com a participação de lideranças de várias etnias. As primeiras assembleias ocorreram em 1985/1986, e tinham como objetivos discutir a demarcação da reserva, além de outras questões como a educação, saúde, meio ambiente e projetos voltados para a economia sustentável (BIERI, 2003) (Figuras 53 e 54).

Figura 41: Assembleia Geral do Munduruku na Aldeia Sai Cinza, em 1994



Nota: Na mesa, presidindo a Assembleia, à direita o Cacique Albino Saw Munduruku, no meio o Prof. Isaias Krixí Munduruku e ao lado esquerdo o Cacique Venâncio Akay Munduruku  
Fonte: Arquivo pessoal (1994)

Figura 42: Assembleia Geral Munduruku na Aldeia Sai cinza, em 1994



Nota: Na foto, o Prof. Isaias Krixí Munduruku  
Fonte: Arquivo Pessoal (1994)

A criação da Associação Indígena PUSURU, que teve como objetivo organizar as reivindicações dos índios com relação à demarcação da terra e quanto ao enfrentamento dos problemas, foi criada e legalizada em 1991. Ainda neste período, reunido em assembleia, o cacicado decidiu que era necessária uma maneira nova de organização que pudesse exercer um papel político mais expressivo, com maior poder de ação, para representar a população de forma mais ampla.

Nessa perspectiva em 1991, foi criado também o Conselho Indígena Munduruku do Alto Tapajós (CIMAT). Desde então, segundo a FUNAI (BRASIL, 2001), a Associação PUSURU e o CIMAT, ao longo dos anos, têm realizado atividades conjuntas, principalmente as assembleias anuais, onde são tomadas as decisões que objetivam a garantia dos direitos dos Munduruku.

De todo modo, a violação dos direitos existenciais e ambientais dos povos indígenas teve início desde 1500, com a chegada dos exploradores portugueses no Brasil, e posteriormente na região do Tapajós a partir do século XVII, com a colonização que ali se impôs. Atualmente, com a construção de grandes obras de infraestrutura os reflexos negativos e possivelmente irreversíveis surgem, desde a construção da hidrelétrica de Teles Pires.

Há falta de planejamento e a ausência do Componente Indígena (CI), documento que, em se tratando de uma obra próxima a uma comunidade indígena, seria obrigatório e deveria acompanhar o EIA para nortear o planejamento das construções na região. Assim, o reservatório do empreendimento inundou a cachoeira *Sete Quedas (Karobixexe)*, um lugar considerado sagrado para as três etnias presentes na região: o povo Munduruku, o povo Apiaká e o povo Kayabi. Uma perda, do ponto de vista da cultura imaterial desses povos, irreversível, por se tratar de um lugar de memória histórica de grande simbolismo dentro da cosmologia desses povos e uma área de reprodução dos peixes migratórios que são a base da alimentação desses índios.

[...] a destruição dos nossos principais lugares sagrados *Dekuka'a* (o Morro dos Macacos), *Karobixexe (Sete Quedas)*, além da profanação de mais de 12 urnas funerárias Munduruku por que essa lugar importante para nós povo Munduruku, a *Sete Quedas* do Teles Pires é morada da Mãe dos Peixes; lá é um lugar sagrado se comparado às religiões cristãs; lá é o céu dos Munduruku; e lá estão as urnas sagradas *ITIG'A* Munduruku que nossos pajés, entendem para nós índios é muito perigoso para mexer essas urnas por que traz desordem na espiritualidade do povo (BIERI, Caderno de Campo, ago. 2017).

Com relação a essa afirmação, outra liderança do povo Munduruku, Maria Leusa Kabaiwun Munduruku, afirma:

Nossos antepassados foram enterrados ali e esse lugar foi destruído. Quando morremos, os espíritos Munduruku vão para aquele local. Agora nossos espíritos estão vagando. Não tem mais sossego, não tem mais onde eles ficarem (PINA, 2017).

Com base nesse contexto, fica muito claro que a questão da territorialidade é essencial para a compreensão do modo de vida e da relação de pertencimento desse povo indígena a uma área imemorial onde o lugar representa seu verdadeiro espaço físico determinado.

Com relação as *ITIN'Á* (urnas sagradas Munduruku) que a partir da construção da UHE Teles Pires foram retiradas e levadas sem o consentimento do povo Munduruku para o Museu de História Natural localizado em alta Floresta (MT), um grupo de setenta pessoas na sua maioria mulheres e crianças lideradas por pajés ocuparam no dia 24 de dezembro de 2019 a sede do Museu de História natural.

De acordo com o manifesto, o **Movimento Munduruku Iperagayu** esclarecia que:

[...] queremos de volta as *Itig'a* que foram roubadas pelas Usinas Hidrelétricas construídas no rio Teles Pires. Somos 70 Munduruku das aldeias do alto, médio Tapajós e baixo Teles Pires. Viajamos mais de seis dias guiados pelos nossos espíritos e mais uma vez discutimos sobre a destruição dos nossos *Ipy Cekay Piat* (lugares sagrados) cometida pelas usinas hidrelétricas de Teles Pires e São Manuel. *Karobixexe* e *Dekoka'a* são a casa dos nossos espíritos. Os pajés já escolheram o local e queremos nossas urnas de volta, e dessa vez não vamos voltar sem devolvê-las para os lugares certos.

No dia 30 de dezembro de 2019 os guerreiros, mulheres, crianças e os pajés Munduruku conseguiram finalmente resgatar suas urnas sagradas. De acordo com o movimento Iperagayu,

Nós Munduruku não fomos ocupar as hidrelétricas. Fomos cobrar que eles cumprissem o acordo de permitir que os nossos pajés fizessem o ritual junto as *Itig'a* (o que o pariwat chamam de urnas funerárias) e que a empresa não estava cumprindo. Os representantes das empresas disseram que só poderíamos fazer visita e que não podiam entregar as *Itig'a*. Queriam mandar a gente embora e falaram para gente voltar em janeiro com 4 representantes para negociar. Nós não negociamos nossos espíritos e não fazemos reunião com poucas pessoas.

Segundo Maria Leusa, líder do Movimento Iperagayu, os não indígenas nunca vão saber o quanto isso é importante para o povo Munduruku, e ela afirma que jamais o povo Munduruku iria aceitar dinheiro para compensar o que fizeram com a destruição de seus lugares sagrados. E, acrescenta: “Os espíritos guiaram os pajés e os pajés guiaram o povo até o local correto do seu retorno. Agora liberamos os espíritos e fizemos o ritual, eles estão alegres e irão proteger nosso povo para gente seguir fortes na nossa luta pela defesa das nossas vidas e para manter nosso território vivo”. Assinam essa carta o Movimento

Munduruku Ipereg Ayu, CIMAT - Conselho Indígena do Alto Tapajós, Associação de Mulheres Munduruku Wakoborum, Associação Da'uk, Associação Indígena Pariri, Associação Wayxaximã, Associação Dace e Associação Kurupsare.

A territorialidade humana (TORRE, 2008) apresenta uma multiplicidade de expressões, o que implica conhecer os vínculos sociais e seus elementos simbólicos, rituais e materiais de cada espaço:

Defino a territorialidade como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica do ambiente biofísico convertendo-a em seu “território” ou “*homeland*” (cf. Sack 1986:19). Casimir (1992) mostra como a territorialidade é uma força latente em qualquer grupo, cuja manifestação explícita depende das contingências históricas. O fato de que um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos (LITTLE, 2002, p. 3).

A ocupação da região do rio Tapajós por grupos humanos começou há centenas de anos. Do ponto de vista arqueológico, e de acordo com Alves (2012), Schaan e Lima (2011), vários documentos com bases em artefatos e vestígios esclarecem que a ocupação humana vem desde o chamado período pré-histórico tardio (Figura 55).

Figura 43: Gravuras em duas pedras na região próxima de onde se localizava o Karobixexe



Fonte: Registro de Candido Waro Munduruku (2019)

De fato, na região amazônica, evidências de ações antrópicas na paisagem remetem aos primórdios da ocupação Ameríndia na região, estimada em 13 mil anos (PRADO; MURRIETA; RUI, 2015). Segundo esses autores, a região era frequentada por caçadores e coletores praticantes da tecnologia da pedra lascada e polida, evidenciada em

vestígios arqueológicos, como machadinhos, panelas de barro e urnas, encontrados ao longo do rio Tapajós e seus afluentes (Figuras 56 e 57).

Figura 44: Mais duas gravuras em pedras na região próxima de onde se localizava o Karobixexe



Fonte: registro Candido Waro Munduruku (jun. 2019)

Figura 45: Local onde estava localizado o Karobixexe, hoje totalmente alagado



Fonte: registro Candido Waro Munduruku (jun. 2019)

De modo geral, os achados arqueológicos não deixam dúvidas de que as margens do rio Tapajós eram habitadas por uma complexa e numerosa civilização que produzia uma refinada cerâmica. O Padre Bettendorf (1661) já relatava a existência no Tapajós de numerosas aldeias, com mais de 60.000 indivíduos.

Esses grupos deixaram vestígios como machadinhas de pedra, gravuras rupestres, utensílios de barro como panelas, vasos e urnas, de valor inestimável para o desvendamento desse capítulo da historiografia do povo Munduruku. Embora hoje ainda haja muito a ser descoberto sobre a arqueologia no Vale do Tapajós, existem provas materiais desses achados, conseqüentemente, algum conhecimento sobre seu passado pré-histórico. Nesta perspectiva, pode-se afirmar que existiam populações indígenas no rio Tapajós antes do processo de colonização, fato confirmado pelos achados arqueológicos.

Por outro lado, na visão de Costa (2014), o grande desafio para o planejamento de ações de desenvolvimento está estabelecido exatamente na necessidade de combinar os atributos do crescimento com equidade, de modo que garantam a elevação da capacidade das pessoas de fazerem escolhas e, principalmente, exercerem a cidadania.

As dificuldades nesse sentido estão fundamentalmente na capacidade de conhecer, segundo Costa (2014), os elementos teóricos, metodológicos e empíricos para decodificar as especificidades naturais, a diversidade estrutural e a diversidade territorial, o que Santilli (2005) destaca como sendo a falta de entendimento e de sensibilidade do Estado para compreender a questão das territorialidades como espaços necessários para a reprodução física e cultural de cada povo, considerando-se as formas diferenciadas de uso, as cosmologias e a apropriação desses espaços.

Nessa perspectiva, a compreensão da capacidade de análise por parte do Estado, e da sua interação com as realidades locais ou territorialidades se transforma no grande desafio do desenvolvimento sustentável contemporâneo. O Estado é o campo de forças, é ele quem planeja e quem conduz seus projetos, e é dentro dele que essas forças se reconfiguram atrás de diversos interesses.

De modo geral, essa crise do planejamento centralizado, descrita por Ortega (2008), se dá em consequência da hegemonia do poder econômico na intervenção do Estado na economia, especialmente nos últimos 40 anos. Esse intervencionismo, segundo o autor, está diretamente relacionado à incapacidade do sistema capitalista de enfrentar as mazelas geradas por suas próprias crises.

Nesse sentido, foi adotada nos países capitalistas uma forma de planejamento que remonta aos primeiros anos do século XX e que corresponde às políticas de desenvolvimento territorial orientadas de cima para baixo. Por outro lado, nas décadas de 1970 e 1980 houve a potencialização desse processo a partir da globalização da economia, quando ocorreu o aumento da concorrência de mercado, que passou a exigir constantes ajustes nos sistemas produtivos de todos os países capitalistas. Para além do processo de globalização, outros fatores que obrigaram um rearranjo nas economias mundiais foram a ideologia neoliberal e o Estado mínimo.

De todo modo, é importante destacar que o desenvolvimento regional não está somente ligado à forma como são construídas as políticas públicas, mas também ao grau de liberdade que é dado ao Estado para a construção dessas políticas. Ressalta-se, porém, que nessa estratégia de planejamento neoliberal as ações e seu planejamento são decididas nas esferas federais de governo. Essas políticas de desenvolvimento exógenas correspondem exclusivamente ao atendimento das demandas de mercado em detrimento do social (ORTEGA, 2008).

Por outro lado, existe ainda a estratégia de planejamento, caracterizada por uma aliança entre o Estado e a sociedade local, que apresentaria uma alternativa viável para o desenvolvimento local. Nesse sentido Barquero (2001) escreve:

Dado o caráter não substituível da capacidade empresarial e das inovações no crescimento econômico, o processo de desenvolvimento somente pode ser possível em um entorno sócio cultural que premie o espírito empreendedor, que confie nos valores e nas energias locais, valorize positivamente a mudança, estimule a concorrência e aceite risco. De qualquer forma, o desenvolvimento necessita criar seu próprio ambiente cultural, seja de forma espontânea, seja induzida a partir da atuação dos agentes públicos e/ou privados (BARQUERO, 1995, p. 234).

O autor demonstra, na contramão das políticas de desenvolvimento neoliberais, as duas dimensões do desenvolvimento regional endógeno. A primeira dimensão é a econômica, na qual a sociedade empresarial local se organiza utilizando os fatores produtivos da região. E a segunda é a dimensão sociocultural, na qual os valores são as bases para o desenvolvimento regional. Assim, há um contraste com a colocação feita por Ortega (2008) nos indicadores do desenvolvimento endógeno ou descentralização do planejamento, principalmente na maior preocupação com os aspectos sociais locais, maior conhecimento das necessidades das famílias e das características locais, desse modo aumentando a eficiência na exploração de suas potencialidades.

No geral, é fácil observar que os problemas sociais e ambientais numa determinada região não requerem sofisticadas soluções, mas sim o uso racional do que se apresenta. No caso do desenvolvimento transnacional nos países da Pan-Amazônia, uma das possíveis alternativas seria a difusão de tecnologia aliada ao aumento do nível de educação (AGUIAR, 2012). Uma forma de educação em que haja a valorização dos conhecimentos e saberes tradicionais e que aproxime os conhecimentos pedagógicos de suas realidades socioculturais. Caso contrário, como questiona o autor, como pode uma sociedade ser verdadeiramente próspera sem a inclusão de toda a sua população em um projeto menos egoísta de sustentabilidade?

## **CAPÍTULO 7 – O TRABALHO DE CAMPO**

### **7.1 O trabalho de campo na Terra Indígena Munduruku**

O trabalho de campo foi realizado em duas etapas: a primeira abrangeu a situação das aldeias do povo indígena Munduruku no município de Jacareacanga; e a segunda, um estudo sobre o processo de desenvolvimento e os desdobramentos na terra indígena do povo Siona, de Puerto Asís, na Colômbia.

Uma primeira etapa da pesquisa se caracterizou pelo reconhecimento da região, através de viagens ao longo do rio Tapajós até a divisa do rio Teles Pires, onde foi construída a hidrelétrica do mesmo nome, na região fronteira entre os Estados do Pará e do Mato Grosso. Também foi realizado o reconhecimento da Rodovia Transamazônica no trecho de aproximadamente 380 km que liga as cidades de Itaituba e Jacareacanga.

Essas viagens foram feitas de fevereiro a setembro de 2016, visando à realização de um levantamento da população indígena residente nos rios Tapajós, Kabitutu e Teles Pires, e especificamente, nas aldeias Sai Cinza, Kabruá, Katõ, Biriba, Barro Vermelho, Teles Pires e Posto Munduruku. A proposta foi realizar um levantamento sobre a situação socioeconômica, cultural e linguística desses indígenas, bem como um estudo sobre os processos de transformações que os Munduruku têm passado a partir do contato interétnico e os impactos resultantes desse contato no território.

O objetivo também foi obter informações comparativas sobre as condições de vida desses povos da mesma etnia e com os mesmos padrões culturais, mas morando em lugares diferentes e com diferentes formas de contato. E ainda, verificar de que forma as obras de infraestrutura ocasionaram impactos no seu ecossistema e na sua cosmovisão.

Nesse período participei de diversas reuniões, principalmente nas aldeias, acompanhando a luta e movimento de resistência do povo Munduruku contra a construção das barragens que vão afetar seu modo de vida e seu território (Figuras 58 a 60).

Figura 46: Audiência Pública em Itaituba (2016)



Fonte: Arquivo da autora (2016)

Figura 47: Reunião do Ministério Público Estadual, em 2016, com destaque ao protagonismo da Cacica Munduruku Maria



Fonte: Arquivo da autora (2016)

Figura 48: Protagonismo feminino de guerreiras Munduruku (2016)



Fonte: Arquivo da autora (2016)

Em Itaituba, cuja pauta principal eram os impactos dos grandes projetos de infraestrutura de integração no território Munduruku, participei de um encontro promovido pelo Ministério Público Federal que contou com a presença da FUNAI, do

IBAMA, das lideranças indígenas e de Organizações Não Governamentais (ONGs). O objetivo do encontro era discutir e debater a respeito das tensões e conflitos relacionados à implantação, por parte do Governo Federal, do Complexo Hidrelétrico Tapajós, especificamente sobre a Hidrelétrica São Luiz do Tapajós.

Na pauta da reunião constava a reivindicação dos indígenas Munduruku ao governo federal, a respeito de uma área de litígio onde está localizada a aldeia Sawré Muybu, para o reconhecimento e demarcação de sua terra. A construção da hidrelétrica São Luiz do Tapajós atingirá diretamente a aldeia Sawré Muybu, que está situada à jusante do rio Tapajós, a partir do município de Itaituba.

## **7.2 O percurso**

A distância entre Jacareacanga e Belém, em linha reta, é de aproximadamente 1.000 km, e de Itaituba até Jacareacanga é de 380 km. O percurso pela rodovia Transamazônica oferece muitos riscos devido às condições precárias e à má conservação, principalmente no inverno com atoleiros e pontes quebradas e no verão com muita poeira e buracos. A rodovia Transamazônica nesse trajeto Itaituba - Jacareacanga é uma estrada muito sinuosa, com ladeiras íngremes e perigosas, e muitas pessoas já perderam suas vidas nas curvas, “cinturas finas” e abismos dessa estrada que corta a floresta.

A viagem pode ser feita de carro nas diversas empresas (camionetes e micro-ônibus) que fazem transporte nesse segmento ou de avião. A navegação pode ser uma alternativa, mas não muito viável devido às temíveis cachoeiras do rio Tapajós, citadas desde Condreau (1977, p. 25). Esse autor faz referência, em seu texto *Voyage au Tapajoz*, ao trecho de cachoeiras do Tapajós utilizando-se de um provérbio local: “[...] não há inferno para os cachoeiristas, porque já tiveram seu purgatório”. Deste modo, é apenas depois de Porto Buburé, a aproximadamente 80 km já dentro do Parque Nacional da Amazônia (Parna), num lugar chamado Buburé, que o rio se torna navegável (Figura 61).

Figura 49: Vista aérea das cachoeiras do rio Tapajós



Fonte: Arquivo pessoal (2017)

Nesse sentido, no ano de 2016 (fevereiro-setembro) e em 2018 (março), realizei três viagens de campo à reserva indígena Munduruku e a diversas aldeias, sendo que a primeira visita foi realizada no mês de fevereiro/2016, saindo de carro da cidade de Itaituba pela rodovia Transamazônica até Jacareacanga (Figuras 62 a 64).

Figura 50: Rodovia Transamazônica km 30, sentido Jacareacanga



Fonte: Arquivo pessoal (2016)

Figura 51: Parada obrigatória dos viajantes no km 180 da rodovia Transamazônica



Fonte: Arquivo pessoal (2018)

Figura 52: Ponte quebrada devido à má conservação da estrada, logo após o Km 180



Nota: Na foto, para a travessia, outro viajante indica onde se poderia passar com segurança.

Fonte: Arquivo pessoal (2018)

No percurso pela rodovia Transamazônica tive a possibilidade de ir na comunidade de Vila Rayol e na aldeia Apompo, e posteriormente sobrevoar a região. O sobrevoo foi exatamente no ponto mais próximo daquele que o governo especula a possibilidade de construir a hidrelétrica de São Luiz do Tapajós, onde também fica localizada a aldeia Munduruku Sawré Moybu (Figuras 65 e 66).

Figura 53: Aldeia Assembleia Geral do povo Munduruku - Aldeia Apombo, km 47 da rodovia Transamazônica



Fonte: Arquivo pessoal (2016)

Figura 54: Comunidade Vila Rayol na rodovia Transamazônica, próxima ao rio Tapajós



Fonte: Arquivo de um morador da comunidade (s. d.)

Na comunidade de Vila Rayol tive a possibilidade de conversar com algumas pessoas que prestaram muitas informações importantes a respeito da economia local e do modo de vida das pessoas. Nesse sentido os moradores demonstraram satisfação ao falar das suas festas tradicionais, como o festival da galinha caipira, que ocorre todos os anos. Solicitei a eles informações sobre a forma como essas empresas vêm atuando na região e, segundo um dos líderes da comunidade, eles sempre são convidados para as reuniões com os técnicos da ETE, nas quais esses técnicos pedem muitas informações.

Mas o que chamou a atenção dos moradores da Vila Rayol foi o aparato voltado ao conhecimento da região: os técnicos trouxeram muitos mapas e muitos equipamentos, fizeram muitos sobrevoos no local, entraram com barcos no rio para medições, dentre outros aspectos relatados. Entretanto, para surpresa dos moradores, eles nunca falaram em impactos nem em indenizações, uma vez que todos ali acreditam que a área vai ser inundada caso seja construída a barragem. Entretanto, eles sabem que se a barragem for construída muita coisa irá mudar, e inclusive correm o risco de ter suas terras inundadas.

De maneira geral, no percurso de Itaituba para Jacareacanga não dá para ignorar um fator de alteração da paisagem, das relações sociais, econômicas e culturais da região: a garimpagem. E aqui se tratará um pouco desse relevante tema, que está presente em todo o percurso, nas cidades, nos hábitos das pessoas e que afeta o território indígena e o meio ambiente. A impressão que se tem é que, literalmente, a economia da região de fato gira em função da mineração, mesmo que ilegal.

### **7.3 As aldeias Munduruku**

A principal ideia aqui é sugerir algumas questões a partir da minha viagem de campo e tentar contextualizá-las no conjunto do pensamento contemporâneo da Antropologia e nas interfaces com a Etnoarqueologia, o Desenvolvimento econômico, político, social e a Sustentabilidade. A análise é antropológica, principalmente na visão de Lévi-Strauss (1976), com relação às questões e transformações que vêm acontecendo nas terras indígenas desde o contato interétnico, mantendo-se, como esclarece Oliveira Filho (1995a), ambigualmente *diferentes* e ao mesmo tempo *ocidentais*.

Nesse sentido, retorno a escrever sobre o povo Munduruku, após onze anos da conclusão do curso de Mestrado, sobre os opostos do universo social Munduruku e a educação diferenciada, os conflitos entre a escola “do branco” e a proposta da educação específica Munduruku. Na época do curso de Mestrado, logo de início, no trabalho de

campo, tive desagradáveis surpresas ao verificar as regras da Secretaria Municipal de Educação de Jacareacanga para o trabalho nas escolas indígenas, especialmente, quando chequei que não havia a preocupação básica em manter minimamente os pressupostos do art. 231 da Constituição Federal com relação ao respeito ao uso da língua materna e aos sistemas próprios de aprendizagem dos povos indígenas.

As escolas Munduruku funcionavam com professores não indígenas nas séries iniciais para atender a crianças monolíngues em língua Munduruku, e sequer havia uma preocupação e preparação de um projeto político pedagógico, que eram/são os elementos básicos para iniciar um processo de educação diferenciada que respeitasse a luta pela autodeterminação dos povos indígenas (KAHN, 1994).

Foi assim que retornei para esta nova pesquisa na terra Munduruku com a preocupação básica dessa etnologia de respeito às tradições indígenas para o entendimento das transformações que vêm ocorrendo. Minha preocupação foi entender, mediante o intenso contato interétnico e as transformações ocorridas a partir desse contato, como esses indígenas estão integrados ao seu ambiente natural, e ainda, quais os impactos que esses projetos hidrelétricos vêm ocasionando na vida dessas pessoas e nos ecossistemas.

Ao chegar na cidade de Jacareacanga prossegui a viagem de voadeira pela aldeia Sai Cinza e, posteriormente, pelas aldeias do rio Kabitutu, afluente do rio Tapajós. Entrei em contato com diversas lideranças Munduruku, principalmente das aldeias Sai Cinza, Kabruá, Biriba, Terra Preta, Aldeia Porto e Katõ e Teles Pires. Algumas delas são bastante isoladas, como a aldeia Kabruá, e para chegar tive que andar com os indígenas que, gentilmente, me acompanharam tanto na ida quanto na volta, num percurso de 9 km dentro da floresta. Existem apenas dois modos de chegar na aldeia: ou de avião ou a pé pela floresta.

A aldeia Sai Cinza é uma espécie de aldeia-Polo, que conta com uma infraestrutura básica e uma população de aproximadamente 900 pessoas, somando-se as das aldeias próximas. Conta com uma creche e uma escola de ensino fundamental mantidas pela Prefeitura Municipal de Jacareacanga, e com o ensino médio modular mantido pela Secretaria de Estado de Educação. Nos últimos anos houve um avanço com a criação de um curso profissionalizante através do projeto Ibawrebo, da FUNAI, em parceria com o IFPA/Marabá.

Atualmente é realizado um curso superior em etapas mantido pela Universidade Estadual do Pará (UEPA). Na aldeia há também um posto de saúde da Funasa e a missão

Batista, presente ali há mais 50 anos. De modo geral, é na aldeia Sai Cinza que são realizadas as mais importantes reuniões e assembleias do povo Munduruku, pela facilidade de acesso devido à proximidade de Jacareacanga, que está a 45 minutos de voadeira pelo rio Tapajós.

Entretanto, para minha surpresa, ao chegar na aldeia Sai Cinza me deparei com a construção de novos espaços e a expansão e acesso às inovações tecnológicas e a alguns benefícios obtidos através de bens materiais do sistema econômico. Especificamente, houve a ampliação da escola, a construção de uma caixa d'água que abastece a todas as casas da aldeia com água do poço, movida por uma bomba, o sistema de internet na escola e no posto de saúde, e muitas casas com televisão e fogão a gás. Vários desses equipamentos foram adquiridos a partir das bolsas do governo federal e das aposentadorias.

Apesar de toda a transformação ocorrida, muito da tradição e da cosmovisão ainda está fortemente presente no cotidiano da aldeia e do povo Munduruku. Desse modo, quando cheguei fui convidada a ver a chegada dos guerreiros com os cachos de açaí vindos do mato, e depois recebi das mulheres a bebida feita com os frutos, amassados na mão por elas.

É de fundamental importância o conhecimento do próprio campo de estudo onde serão articuladas e realizadas as políticas públicas de “desenvolvimento”. A própria análise do desenvolvimento desempenha papéis importantes, inclusive como alvo de críticas com relação ao passado dessas sociedades no debate histórico sobre as intervenções políticas das transformações, bem como no engendramento das heterogeneidades representadas pelas entidades presentes, como os diversos atores, instituições, organizações não governamentais e agências atuantes nas aldeias.

Nesse sentido, o olhar antropológico do ponto de vista de Oliveira (1996) é essencial para a análise das situações locais e de parte do cotidiano nas aldeias, bem como a leitura da macropolítica (GARDNER; LEWIS, 1996). Essas são contribuições práticas fundamentais para o estudo e apreciação da lógica de atuação e de projeção de cenários dos programas de desenvolvimento. Para Garner e Lewis, esses redimensionamentos no olhar antropológico para a análise das políticas de desenvolvimento ocorreram desde as décadas de 1960-1970, com a transição do pensamento estruturalista-funcionalista para a teoria estruturalista de Lévi-Strauss.

Na atualidade, segundo esses autores, os antropólogos vêm há longo tempo estudando os efeitos globais dos projetos capitalistas de desenvolvimento e participando

da construção dos estudos de impactos e da construção dos conhecimentos do presente e do passado dessas populações.

Dando prosseguimento ao trabalho de campo, viajei para o rio Kabitutu no mês de março/2016, período em que este rio ainda está cheio e dá para navegar de voadeira até a aldeia Porto, apesar de, no percurso do rio, encontrar algumas árvores caídas obstruindo a passagem, e ter que passar algum tempo ajudando a serrá-las, mantendo bastante atenção para a hélice da voadeira não bater nas raízes, em uma viagem que deve ser feita apenas durante o dia. Da aldeia Porto segui a pé com os índios pela floresta até chegar à aldeia Kabruá, uma das mais isoladas.

No percurso paramos na aldeia Katõ, que é onde mora uma grande parte do Clã dos Kabá (vermelho), com uma infraestrutura composta por uma escola, um posto de saúde, um barracão de eventos e uma pequena pista de pouso. Há cerca de 100 famílias, todas monolíngues, especialmente as mulheres, e alguns homens bilíngues em português e Munduruku. A aldeia Katõ era a aldeia do lendário Cacique-geral Munduruku Boboy Kabá, que faleceu há três anos. Atualmente, o Cacique-geral Munduruku é Arnaldo Kabá, que mora na aldeia Katõ e é filho do Biboy Kabá.

Há que se assinalar a intensa relação político-partidária na aldeia Katõ, a qual tem representação na Câmara Municipal de Jacareacanga e tem um de seus membros, Hans Kabá, no cargo de vice-prefeito do município, revelando, desse modo, a formação de grupos aglutinadores da política local na aldeia Katõ. Em dezembro de 2017, essa aldeia recebeu o Presidente da FUNAI e sua comitiva, numa demonstração de força e poder das lideranças locais.

A aldeia Biriba, localizada no rio Kabitutu, é pequena, com aproximadamente 50 famílias, possui uma escola e um pequeno posto de saúde, entretanto, ainda mantém o costume tradicional dos almoços comunitários. No tempo em que estive lá, fui também acompanhada pelo atual Cacique-geral do povo Munduruku, Arnaldo Kabá, que gentilmente se prontificou a nos acompanhar até a aldeia Kabruá.

Na aldeia Biriba, o Cacique Dionísio Kirixi, em conversa com o Cacique-geral num dos almoços comunitários, fez uma explanação sobre a precária situação em que se encontra a FUNAI, sobre a hidrelétrica de Teles Pires e ainda questionou como poderiam fazer frente a essa questão se o órgão de defesa dos indígenas estava em situação tão precária? Falou ainda, sobre a contaminação do rio Kabitutu, relacionada aos garimpos ilegais nas terras indígenas (Figuras 67 a 76).

Figura 55: Aldeia Biriba – Da direita à esquerda: Arlindo Kirixi Munduruku, Cacique Vicente Saw Munduruku, Cacique-geral Arnaldo Kaba Munduruku e esposa



Fonte: Arquivo Pessoal (2016)

Figura 56: Aldeia Biriba - Cacique Dionísio Krixi Munduruku na convocação para a criação da Associação Indígena Waru Orebu do Alto Rio Kabitutu



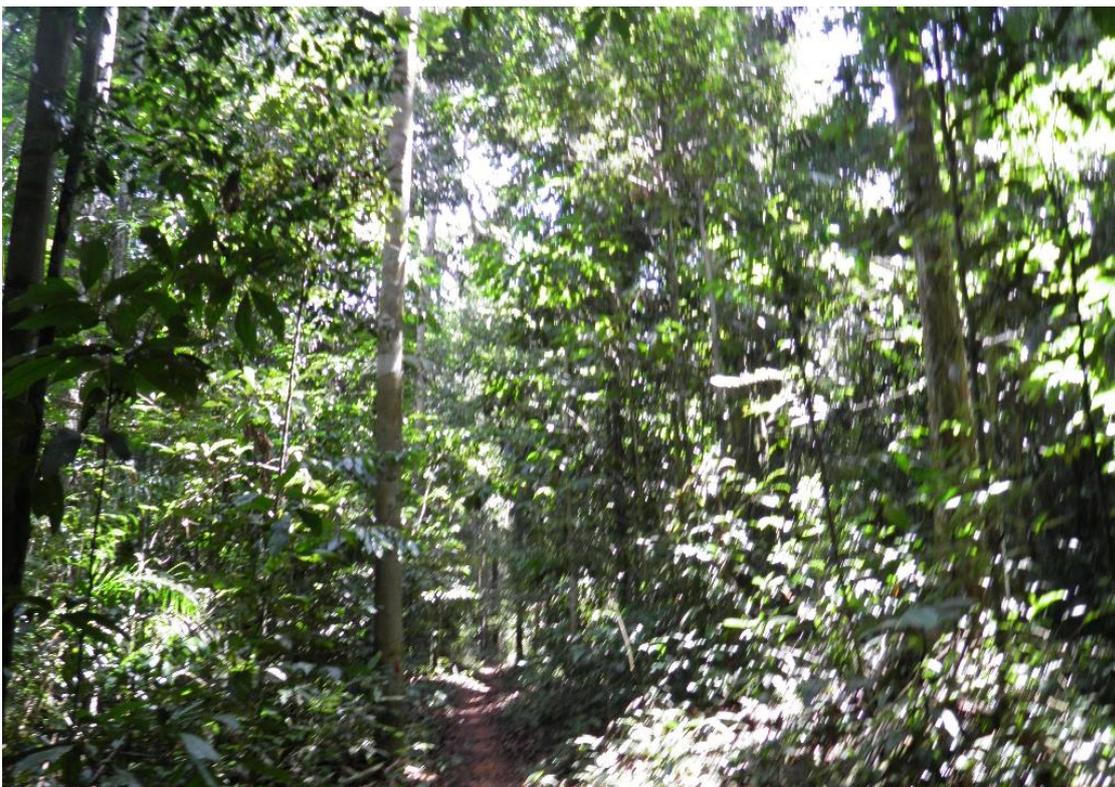
Fonte: Arquivo pessoal (2016)

Figura 57: Aldeia Biriba – Café da manhã comunitário



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

Figura 58: Caminho da floresta para chegar na aldeia Kabrua, num percurso de 9 km



Fonte: Arquivo pessoal (2016)

Figura 59: Chegada na aldeia Kabrua depois do percurso pela floresta



Fonte: Arquivo pessoal (2016)

Figura 60: Reunião na escola municipal da aldeia Kabruá



Fonte: Arquivo pessoal (2016)

Figura 61: Aspectos da aldeia Kabrua - Crianças brincando



Fonte: Arquivo pessoal (2016)

Figura 62: Reunião na aldeia Kabruá com as lideranças e caciques de aldeias próximas para criação da Associação Indígena ARO da aldeia Kabrua



Fonte: Arquivo pessoal (2016)

Figura 63: Café da manhã comunitário na aldeia Kabruá



Fonte: Arquivo pessoal (2016)

Figura 64: Almoço comunitário na aldeia Kabruá



Fonte: Arquivo pessoal (2016)

No outro dia, após essa longa conversa do almoço passado, veio a proposta para que eu pudesse auxiliá-los na criação de uma associação indígena, cujo objetivo era fortalecer a luta para que seus direitos fossem respeitados. E a proposta mais inusitada era que tal criação deveria ser logo naquela tarde, para aproveitar a viagem, visto que no outro dia iríamos nos deslocar para a outra aldeia. Aponta-se aqui que, para além da situação de vulnerabilidade, também existe a possibilidade de composição de uma nova configuração diferenciada para fazer frente aos processos civilizatórios presentes na região.

Desta forma, nessa mesma tarde o Cacique Dionísio Kirixi, o Cacique-geral Arnaldo Kabá e o professor Elisiário Kirixi Munduruku instauraram uma assembleia-geral para elaboração e votação do estatuto e votação da diretoria. Assim, foi criada a *Associação Indígena Waru Orebu do Alto Rio Kabitutu - Aldeia Biriba*.

Tivemos que permanecer mais um dia organizando documentos e realizando reuniões com as lideranças das pequenas aldeias próximas. Para o povo Munduruku, o tempo tem outra dimensão diferente da dimensão linear do tempo ocidental. Segundo Daniel Munduruku (2017), o tempo Munduruku é o tempo da natureza, e tudo é extensivamente discutido, pois todos têm direito à fala.

De volta ao rio nos deslocamos para a aldeia Kabruá, e agora nossa comitiva aumentou com mais pessoas que se juntaram a nós, da aldeia Biriba: uma família com duas crianças e mais dois guerreiros.

A aldeia Kabruá é a mais central do povo Munduruku. Para eles é uma terra sagrada, pois é lá que estão as *flautas de Parasuy*, que são instrumentos ritualísticos tocados apenas pelos homens velhos em algumas aldeias e proibidos à visão das mulheres e crianças. Trata-se de um instrumento musical sagrado e muito importante na mitologia Munduruku, e também reforça a divisão entre sexos, que é uma característica constante no cotidiano das aldeias Munduruku. Nesse sentido, Oliveira (1996, p. 79) esclarece: “Como código normativo e de valores orienta os espaços e ritmos sociais através dos quais homens e mulheres devem circular, determinando as expectativas psicológicas entre ambos os sexos”.

Ao chegarmos na aldeia Porto nos deslocamos a pé no percurso de 9 km dentro da mata. A tranquilidade com que os indígenas se movimentam na mata densa e fechada é surpreendente. Nessa dimensão, tem-se a impressão de se estar adentrando na cosmologia Munduruku, na qual *Korosakaybo* criou os Munduruku, na aldeia Wakopadi, situada nos campos centrais, próxima à cabeceira do rio Crepori, atualmente, após a

demarcação, nas proximidades do limite oriental da terra demarcada em 2001 (RAMOS, 2003).

Ressalta-se a generosidade dos indígenas em aguardar, acelerar o passo e reduzir a marcha quando demonstrávamos sinais de cansaço, sem dizer uma palavra. E, tiravam do *Itiu* – uma espécie de paneiro que usam nas costas para carregar alimentos, produtos da roça e outras infinitas utilidades – mangas e dividiam conosco para amenizar a sede do caminho.

A aldeia Kabruá, por ser a mais isolada, tem uma população de aproximadamente 30 famílias. Possui uma pista de pouso e uma antiga casa da FUNAI, que serve como posto de saúde e casa de radiofonia. Devido ao isolamento, a *hora do rádio*, como os indígenas chamam, é muito importante não somente na aldeia Kabruá, mas na Mundurukânia como um todo.

De forma geral, a radiofonia é um dos instrumentos mais conhecidos pelos povos indígenas do Brasil, desde o tempo do antigo Serviço de Proteção Indígena (SPI), nas décadas de 1960-1970, atualmente FUNAI. Com a criação dos postos fixos nas aldeias era através do rádio que os antigos Chefes de Posto se comunicavam com a sede da Fundação, equipamento que, atualmente, também é usado pelas equipes da Funasa e também para a comunicação e articulação dos indígenas com outras aldeias, e até com outras etnias nos eventos, lutas e reuniões.

Na aldeia, devido ao isolamento, a urbanidade dá lugar à etnicidade, apesar do processo de acumulação capitalista, que persiste em envolver os indígenas desde a década de 1970. Muitos Munduruku se envolveram, e ainda se envolvem, em atividades de garimpagem. De todo modo, na aldeia Kabruá verifica-se a inserção de muitos elementos étnicos específicos da cultura e da cosmovisão Munduruku na vida cotidiana.

As famílias do Kabruá, devido ao seu modo de vida, estão desarticuladas da economia regional, entretanto são dependentes dos programas de governo e auxílios da prefeitura de Jacareacanga. Mas isso não os separa das suas relações de parentesco e de sua identidade étnica. No Kabruá fica bem evidente a formação de um grande núcleo familiar.

Quando estive lá para esse trabalho pude ficar na escola, um barracão de madeira onde também ficam os professores não indígenas que vêm de Jacareacanga e trabalham nas classes de Ensino Fundamental, alfabetizando crianças indígenas monolíngues de um lugar bem isolado em português, utilizando livros do ensino regular e sob o sistema formal

de Ensino Fundamental, sem qualquer preocupação com a formulação de um calendário diferenciado ou ensino bilíngue nessa escola.

Em visita às casas, sempre acompanhada de várias crianças, foi possível identificar a relação de parentesco estabelecida através da matriarca da aldeia, d. Cristina Borõ Munduruku (falecida em dezembro de 2017). A casa da matriarca, na época em que estive lá, era o *locus* onde se reuniam as pessoas para os cafés com *beiju'á* (bolinho de farinha), *sarikitá* (farinha de tapioca), *akobá* (banana), *aximã* (peixe), *Dace* (porco do mato), *Sapukay no Ioioi* (galinha assada). Nessas reuniões tão frequentes são decididas as atividades da rotina da aldeia: rituais, plantios, atividade de caça e demais atividades comunitárias.

Neste dia, fui chamada à noite para participar de uma dessas reuniões. Era noite de luar e estávamos todos sentados alguns em bancos ao ar livre, outros em bancos embaixo de uma cobertura de palha próxima à varanda aberta de terra batida, onde fica a mesa do café. O Cacique-geral Arnaldo Kabá Munduruku estava falando quando uma cobra inesperadamente caiu do telhado de palha em cima das pessoas no banco. Felizmente foi somente um susto, e rapidamente alguém conseguiu matá-la. Depois descobriu-se que era venenosa.

Passado o susto, a reunião continuou. Os temas eram a garimpagem, a poluição do rio Kabitutu e a barragem de Teles Pires. Num dado momento, o Baltazar Kabá Munduruku dirigiu uma pergunta para mim: - *Profa. Márcia, como vai ficar essa barragem no Teles Pires? Será que nosso rio não vai ser afetado? Nós soube que desceu muito peixe morto lá de cima. Nós quer uma providência disso.* Desta forma ficou claro na fala desses “invisíveis” (VIANNA, 2008) os seus dilemas diante da construção da UHE Teles Pires, considerada como um fator que provocou e está provocando mudanças nos rios Tapajós e Teles Pires, de modo que vem acarretando mudanças também no padrão de vida e de sobrevivência dessas comunidades, que sequer sabiam dos impactos da barragem Teles Pires. Nessa perspectiva, numa das reuniões para discutir sobre as “veias abertas do Xingu” pós Belo Monte, a Procuradora da República, de Altamira, Thais Santi Costa (2018), se referiu aos impactos dessas obras de barragens como “*imitigáveis até o infinito*”, pois a dimensão é incalculável.

Na fala do Cacique Arnaldo Kabá ficou clara a situação precária da FUNAI. Num determinado momento, Agostinho Kabá, juntamente com Bruno Akay e Nivaldo Kabá, propuseram a criação de uma associação indígena igual à da aldeia Biriba, sendo que a Associação do Kabrua iria atender às aldeias Porto, Barro Vermelho, Taperebá, Estirão

das Cobras e Maloquinha do Kabitutu. Essa decisão agradou a todos. No outro dia, o Cacique-geral Arnaldo Kaba convocou todos a participarem da Assembleia Geral e, para nossa surpresa, já tinham pessoas até de outras aldeias próximas, as quais souberam que estávamos todos no Kabruá, graças ao serviço de radiofonia. Muitos indígenas vieram, e muitos chegaram de madrugada andando pela mata.

Desse modo, elaboramos juntos o estatuto, que foi votado, e a assembleia elegeu uma diretoria para um mandato de quatro anos. Francisco Iporu Munduruku foi eleito presidente da Associação Indígena ARO da aldeia Kabrua. No outro dia, já com a Associação constituída, mas evidentemente não legalizada (o que foi feito, posteriormente, no município de Itaituba, entregando-se aos índios toda a documentação legalizada, pois em Jacareacanga não há agências da Receita Federal para retirar o CNPJ e nem do Banco do Brasil).

O Presidente da Associação ARO, juntamente com as lideranças presentes, produziu um documento de reivindicações direcionadas à Procuradoria da República em Santarém. No documento, redigido manualmente e assinado por todos os presentes alfabetizados e pelos que colocaram sua impressão digital, pediam-se informações relativas à barragem Teles Pires, explicações sobre os impactos no ambiente e a tomada imediata de providências com relação à ausência de consulta prévia, e a reparação dos danos causados, principalmente, com a mortandade de peixes.

Cabe destacar o seguinte: de modo geral as sociedades indígenas são marcadas pela oralidade, entretanto o processo de letramento está presente desde o período colonial, e no caso do povo Munduruku, desde a fundação da Missão Cururu; e historicamente com o SPI, sucedido pela FUNAI. Atualmente, a educação básica é um encargo da prefeitura de Jacareacanga, cabendo ao Estado manter o ensino médio modular e os cursos de terceiro grau. Nesse contexto de luta e resistência, ficou evidente que o domínio da escrita é imprescindível, e os indígenas se apropriam das novas perspectivas que são apresentadas a eles (Sahlins, 1997), uma vez que possibilitam o conhecimento dos códigos usados pelos não índios.

Importante observar o que significa para o povo Munduruku a questão do desenvolvimento e como essa ideia tem delineando os contornos da vida social, cultural e ambiental. Observa-se ainda, o surgimento de um fenômeno multifacetado, relacionado às transformações que vêm ocorrendo, e como essas mudanças afetam mesmo as aldeias mais afastadas, como é o caso da aldeia Kabruá, que sofrem os reflexos dessas

“transformações” desse “desenvolvimento“, redefinindo a sua própria compreensão de mundo.

Em março de 2016 retornei a campo para realizar o mapeamento aéreo do local onde, possivelmente, seria instalada a aldeia São Luiz do Tapajós, antes do embargo da hidrelétrica pelo IBAMA, que aconteceu em setembro de 2016. O Instituto suspendeu e arquivou a licença ambiental de São Luiz do Tapajós mediante os pareceres da FUNAI, que apontavam a inviabilidade do projeto sob a ótica do componente indígena. E ainda, o Governo federal recuou diante de muita pressão internacional e da grande mobilização dos movimentos indígenas em parceria com as comunidades ribeirinhas de Mangabal e Montanha e diversas ONGs presentes no movimento de luta e resistência.

A aproximação de dois mundos é a resposta dos indígenas que nasce da consciência territorial, de várias formas, seja ocupando cada vez mais o território, e/ou criando redes e alianças territoriais: os indígenas e as populações tradicionais tiveram papel importante na emergência das identidades coletivas como unidades de mobilização (ESTERCI; SCHWEICKARDT; CRUZ, 2010, p. 67), aglutinando os interesses específicos desses grupos sociais através dos protagonistas das comunidades de Mangabal e Montanha, senhor José Catitu e o Cacique Munduruku Juarez. E do ponto de vista da resistência, a Aldeia Sawre Muybu tornou-se a fronteira de alteridade com os não indígenas nessa territorialidade no meio do projeto da construção da hidrelétrica de São Luiz do Tapajós.

As sociedades tendem a se ajustar às novas condições e, ao invés de perderem o aspecto cultural, o modificam de forma a torná-lo mais intenso. Relacionado a esse aspecto, na obra *O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica*, Sahlins (1997) deixa bem claro essa forma de ajuste para a resistência, ou seja, ao invés de uma cultura superior (capitalista) estar destruindo os aspectos culturais das populações consideradas primitivas, essas populações se apropriam das novas perspectivas que lhes são apresentadas. Para ele, “Tudo que se pode hoje concluir a respeito disso é que não conhecemos *a priori*, e evidentemente não devemos subestimar, o poder que os povos indígenas têm de integrar culturalmente as forças irreversíveis do sistema mundial” (SAHLINS, 1997, p. 64).

De acordo com Simonian (2007, p. 3), a fotografia do ponto de vista conceitual é logo incorporada pelos cientistas em seus projetos de pesquisa. Neste caso, a utilização de fotografias torna-se importante, usando as palavras da autora, para “*replicar fragmentos ou instantâneos da realidade*”. Durante o trabalho de campo a utilização dos

equipamentos de pesquisa foi essencial, especialmente o registro aéreo de imagens para o mapeamento da região. Para esse registro foi necessária a utilização de uma câmara do lado de fora da aeronave, que capturou imagens do percurso Itaituba-Jacareacanga e Jacareacanga-Teles Pires, entre elas, imagens do Parque Nacional da Amazônia, onde houve a redução da área de reserva para dar lugar ao reservatório da hidrelétrica de São Luiz do Tapajós; imagens da Floresta Nacional do Jamanxim; de atividades de garimpos ilegais dentro do Parque; do garimpo Porto Rico, onde foi feito um pouso devido ao mau tempo; do rio Cururu (Missão Cururu); da aldeia do Posto Munduruku; e do rio Teles Pires (aldeia Teles Pires, na qual estive). No sobrevoo deu para ver o tamanho da destruição.

A aldeia Teles Pires é uma aldeia pequena, com aproximadamente 300 pessoas, que ainda tem as marcas do ataque a que foi submetida durante a operação Eldorado, da Polícia Federal, juntamente com a FUNAI, no dia 08 de novembro de 2012. O objetivo da operação era destruir atividades clandestinas de garimpagem no rio Tapajós. Essa desastrosa operação resultou na morte de um indígena, várias pessoas feridas e a destruição de todos os equipamentos da aldeia, apesar de a FUNAI ter conhecimento de que, desde a década de 1990, os índios já trabalhavam com garimpagem e sem nenhum tipo de apoio do governo; e sem ações educativas ou de fiscalização por parte daquela Fundação os indígenas sobreviviam dos acordos com os garimpeiros.

Em conversas com as lideranças, principalmente Candido Waru, e outras pessoas, percebe-se que existem novos e grandes desafios com relação ao futuro a partir do que se implantou no rio Teles Pires. Um dos acontecimentos mais graves e de grande impacto foi a destruição dos lugares sagrados Karobixexe, localizados no conjunto de corredeiras chamadas de Sete Quedas, que foram dinamitadas e alagadas no processo de construção da barragem. Segundo a mitologia Munduruku, lá ficavam os espíritos dos mortos, assim como segundo Candido Waro liderança da aldeia Teles Pires: “[...] lá era o local onde morava a mãe dos peixes, mãe das queixadas, mãe das tartarugas, mãe do jabuti, mãe do tracajá agora submerso devido ao reservatório da Hidrelétrica deixaram eles onde não deviam estar e vai fazer nosso povo sofrer as consequências”.

De fato, a violação dos direitos existenciais e ambientais dos povos indígenas teve início desde 1500. Com relação ao povo Munduruku os desdobramentos relacionados à Construção da UHE Teles Pires na região ocasionaram reflexos negativos e irreversíveis. O reservatório do empreendimento inundou a cachoeira Sete Quedas (*Karobixexe*), um lugar considerado sagrado para as três etnias presentes na região: o povo Munduruku, o

povo Apiaká e o povo Kayabi. Trata-se de um lugar de memória histórica de grande simbolismo dentro da cosmologia desses povos e uma área de reprodução dos peixes migratórios que são a base da alimentação dos índios.

A permanência dos lugares sagrados do povo Munduruku é eficaz para manter a ordem social e a sua dimensão identitária com significados metafóricos próprios da cultura, relacionados à história e à memória Munduruku. Desse modo, a perda desses lugares sagrados está causando uma pulsão dentro das aldeias diante do desrespeito do Estado com a fé e a espiritualidade do povo Munduruku. Nessa perspectiva, Sete Quedas significava na mitologia indígena o ponto sagrado, nas palavras de Resk (2017), o céu dos mortos no mundo dos vivos para as três etnias presentes na região: os povos Munduruku, Kayabi e Apiaká.

Essa situação foi bastante enfatizada na narrativa dos pajés Munduruku. Segundo o Cacique Vicente Saw: [...] “para os Munduruku, era nesse local sagrado que existia um local que os pajés e somente os pajés poderiam entrar para viajar para outro mundo sem serem vistos”.

Assim, em julho de 2013, esses lugares sagrados foram minuciosamente descritos na *Carta dos pajés*, a qual foi encaminhada ao Ministério Público Federal e ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN denunciando a retirada das urnas dos antepassados Munduruku pela UHE Teles Pires da região de Sete Quedas.

Esse acontecimento em si já é uma violação do território, e se agrava mais ainda por ter sido realizado sem a consulta prévia ao povo Munduruku, o que vai de encontro ao conjunto de leis vigentes no País. Dessa forma, o artigo 6º da Convenção 169 da OIT estabelece a consulta prévia aos povos interessados, por meio de procedimentos adequados e, em particular, de suas instituições representativas sempre que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente.

É fundamental ressaltar que, no caso da UHE Teles Pires, houve a violação do patrimônio arqueológico, que no Brasil possui uma legislação específica com base na Lei Federal n. 3924/1961, artigos 2º e 3º (BRASIL, 1961).

É importante destacar que os estudos etnoarqueológicos realizados no baixo Tapajós que indicam e comprovam que a presença humana na região é bastante antiga e complexa (ROOSEVELT, 2000), e ainda, respaldado nas pesquisas e estudos de Nimuendaju na década de 1920, quando veio para a região e realizou 65 escavações na região de Santarém, região de ocupação tradicional dos povos indígenas Tapajós

(NIMUENDAJU, 2001; BETTENDORFF [1749]-1990), Guapiandaia (1993) afirma que a ocupação do povo indígena Tapajó se estendia até 370 km acima do rio Tapajós; até chegar em Itaituba, confirmando que a ocupação da região do rio Tapajós por grupos humanos começou há centenas de anos.

Do ponto de vista arqueológico, e de acordo com Alves (2012) e Schaan e Lima (2011), vários documentos com bases em artefatos e vestígios esclarecem que a ocupação humana vem desde o chamado período pré-histórico tardio. De fato, na região amazônica, evidências de ações antrópicas na paisagem remetem aos primórdios da ocupação Ameríndia na região, estimada em 13 mil anos (PRADO; MURRIETA; RUI, 2015). Segundo esses autores, a região era frequentada por caçadores e coletores praticantes da tecnologia da pedra lascada e polida, evidenciada em vestígios arqueológicos, como machadinhos, panelas de barro e urnas, encontrados ao longo do rio Tapajós e seus afluentes.

Os achados arqueológicos não deixam dúvidas de que as margens do rio Tapajós eram habitadas por uma complexa e numerosa civilização que produzia uma refinada cerâmica. O Padre Bettendorf (1661) já relatava a existência no Tapajós de numerosas aldeias, com mais de 60.000 indivíduos. Esses grupos deixaram vestígios como machadinhos de pedra, utensílios de barro como panelas, vasos e urnas, de valor inestimável para o desvendamento desse capítulo da historiografia do povo Mundurucu. Embora hoje ainda haja muito a ser descoberto sobre a arqueologia no Vale do Tapajós, existem provas materiais desses achados, conseqüentemente, algum conhecimento sobre seu passado pré-histórico. Nesta perspectiva, pode-se afirmar que existiam populações indígenas no rio Tapajós antes do processo de colonização, fato confirmado pelos achados arqueológico.

#### **7.4 A cronologia da transformação da região do rio Tapajós**

De modo geral, no acervo teórico constitutivo tradicional dessa região, a atividade extrativista no decorrer da história, especificamente, é a garimpagem, portanto, em qualquer trabalho sobre essa região é impossível omitir esse importante aspecto que permeia a vida dos habitantes da região há quase cinco décadas. E ainda, pelo fato de que a garimpagem é tratada como empreendimento; e pode-se considerar esse aspecto como um importante objeto de investigação.

Desse modo, essa temática está relacionada às questões relativas à região do Tapajós desde a descoberta de ouro, que aconteceu na década de 1950 e teve seu auge na de 1980. Assim, foi o extrativismo que norteou toda a economia regional e a organização social, na busca de uma forma capitalista de inclusão no mercado. Na atualidade, entretanto, este tipo de economia, pelo que se observou em campo, retorna à cena de forma efetiva, mas sem planejamento, regulamentação e norteamento do Estado.

Nesse sentido, cabe ressaltar a intervenção do governo federal na redução das áreas de floresta através de um documento por ele outorgado, a Medida Provisória da Presidência da República, MP n. 558/05, de janeiro de 2012. O teor dessa MP favoreceu esse novo ciclo da garimpagem na economia regional, que é um dos principais fatores que ocasionaram o aumento das atividades minerais na Floresta de Itaituba II e no Parque Nacional da Amazônia.

Do ponto de vista da economia regional, historicamente, na Amazônia a província mineral do Tapajós é caracterizada por uma expressiva produção de ouro. Por isso, ela é considerada como o maior distrito aurífero do mundo, numa área em torno de 100 mil quilômetros quadrados, que se limita geograficamente ao norte pela bacia do Amazonas, a noroeste pela cidade de Itaituba (PA), a Leste pelo rio Iriri, ao sul pela Serra do Cachimbo e a oeste pelo rio Abacaxis.

A Província Mineral do Tapajós situa-se politicamente nos municípios de Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso e Trairão, no Estado do Pará. De acordo com Coutinho (2008), os depósitos de ouro estão distribuídos em diversos tipos de rochas. Isso significa que a mineralização do ouro no Tapajós representa o termo final da crosta superior do ouro proterozóico, tipo orogênico (mesozoico e epizonal), e a predominância é de ouro aluvionar.

A Província está subdividida em quatro zonas auríferas: as zonas de Barreiras (Vila de Barreiras em Itaituba) e Riozinho do Anfrísio; Amana, Cuiu-Cuiu; Morro Grande e Parauari (Mapurá); e Baú. A zona de Barreiras, localizada à margem direita do rio Tapajós, caracteriza-se pela mineralização aurífera e diamantífera. Já as Zonas do Amana, Cuiu-Cuiu e Morro Grande podem ser consideradas zonas auríferas importantes da Amazônia Oriental, uma vez que na década de 1980 foram responsáveis pela produção de mais de 100 toneladas de ouro aluvionar.

Esta zona foi dividida em diversos distritos, subdistritos e comunidades, onde existem centenas de jazidas. Dessas, muitas ainda se encontram em plena atividade, segundo Bieri (2015, 2016; 2017). Destacam-se, dentre outras, as Jazidas do Igarapé do

Ratinho, distrito de Água Branca, subdistrito do Tocantinzinho (atualmente Projeto Tocantinzinho, explorado por uma subsidiária Canadense).

As zonas Morro Grande e Baú estão localizadas no rio Curuá. Trata-se de uma área geologicamente constituída por um conjunto de metamórfitos formado por quartzo – sericita – xisto, quartzito. Além disso, é uma importante área de ouro aluvionar, constituída por diversas jazidas, grotas e pequenos distritos, como os do Roncador, garimpo Rosa de Maio, Grota Rica do Rio das Tropas, do Estirão das Cobras, Marupá, Nova Esperança, Nova Vida, Creporizinho, dentre outros.

Desde o século XVIII há notícias da exploração de ouro na região do Tapajós, desde quando os Jesuítas estabeleceram o primeiro núcleo populacional e incentivavam os índios à garimpagem do metal (CONDREAU, 1977). Mas foi em 1958 que o cidadão Nilçon Pinheiro partiu em expedição, de Manaus (AM), até atingir as adjacências do município de Jacareacanga, onde descobriu as primeiras jazidas de ouro do Tapajós, na área denominada Grota Rica do Tapajós (LESTRA; NARDI, 1984). De acordo com Rodrigues *et al.* (1994) e membros da Associação de Mineradores do Oeste de Tapajós, esta grota ficava localizada a poucos quilômetros à montante do rio das Tropas, tributário à margem direita do rio Tapajós.

Com a descoberta de ouro aluvionar no rio das Tropas, um grande número de pessoas migrou para a região em busca de riqueza. Isso se deu através da exploração artesanal de ouro. Nesse primeiro momento, segundo Leandro (1969), devido às dificuldades de acesso, os garimpos se instalaram ao longo dos rios mais importantes da bacia do Tapajós, como Crepori, Creporizinho, Jamanxim, Cuiu-Cuiu e Curuá, dentre outros.

Com o declínio da produção da borracha na região, deu-se início à atual fase da garimpagem na Amazônia (MATHIS, 1997). De acordo com Rodrigues *et al.* (1994), o grande número de pessoas e o aumento de garimpos na região chamaram a atenção das autoridades governamentais, na época. Assim, em 1972 firmou-se um convênio, entre o DNPM e a Fundação de Assistência ao Garimpeiro (FAG) para que fosse disciplinada a atividade de garimpagem no vale do Tapajós. Porém, somente em 1977 é que, de fato, o DNPM criou um projeto específico para os estudos dos garimpos brasileiros, com o objetivo de resolver os problemas socioambientais nessas regiões.

Na década de 1970, entretanto, em virtude do isolamento havia falta de comunicação, de infraestrutura, de atendimento de saúde, educação e saneamento, o que era típico dos garimpos da Amazônia, demonstrando uma total ausência do Estado. Ainda

assim, a atividade de mineração cresceu na região e os recursos oriundos desta atividade alavancaram o desenvolvimento de cidades como Itaituba, que ficou conhecida como a “cidade Pepita”, e Santarém, que controlavam a distribuição de mercadorias para abastecer os garimpos. Então, do ponto de vista econômico, a mineração no Tapajós destacou-se como uma atividade importante na balança produtiva da Amazônia Oriental.

De modo geral, foi a partir de 1978 até a década de 1980 que a mineração teve seu apogeu, nesta primeira fase da mineração da Província Aurífera do Tapajós (LESTRAS; NARDI, 1984). Assim, no ano de 1980 foram entregues ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) o equivalente a 400 requerimentos de pesquisa mineral, de pessoas físicas residindo em Itaituba ou Santarém. Logo, segundo Becker (2004), dentro da perspectiva geoeconômica e territorial, uma das características desse processo está relacionada à extensão geográfica da região.

No período da abertura das rodovias Transamazônica (BR 230) e Cuiabá-Santarém (BR-163), na década de 1970, algumas jazidas ficavam localizadas dentro da mata, em regiões muito isoladas, a pelo menos 200 ou 400 km de Itaituba, cidade mais próxima. Por outro lado, essa região chegou a ser responsável por 60% da produção aurífera do Brasil, o que foi possível graças à aviação. Nesta perspectiva, a dificuldade de acesso, devido ao isolamento, foi positiva. A isso, Lestrans e Nardi (1984) chamam de verdadeira simbiose com a aviação, uma vez que esta foi utilizada em larga escala para o abastecimento e transporte a distantes regiões de garimpo.

A primeira pista de pouso na região de garimpo do Tapajós foi aberta por Nilçon Pinheiro, em 1960, na área do garimpo do rio Cuiu-Cuiu. Neste sentido, os pilotos passaram a ter importância histórica na dinâmica dos garimpos e também na expansão da fronteira com a pesquisa, para a descoberta de ouro em novas regiões. De igual modo tiveram valor para o abastecimento das chamadas “currutelas”, que eram as pequenas vilas onde os proprietários de garimpos tinham armazém, farmácia e casas de diversão para os trabalhadores.

Há que se analisar que garimpagem é um sistema assentado na extração intensiva dos recursos naturais, com baixa capacidade de agregação de valor, trazendo como consequências a situação de pobreza em que se encontram muitos garimpos da Amazônia Oriental, especificamente da região do Tapajós. Do ponto de vista ambiental, décadas de garimpagem do ouro causaram e causam grandes danos na província do Tapajós. Na análise de Bezerra (1998), a atividade garimpeira afeta gravemente a morfologia dos rios,

principalmente com a execução de dragagem e escavações em seus leitos (Figuras 77 e 78).

Figura 65: Região do garimpo Porto Rico no rio Cuiu-Cuiu



Fonte: Arquivo Pessoal (2018)

Figura 66: Região do garimpo São José no meio da floresta próximo ao rio Cuiu-Cuiu



Fonte: Arquivo Pessoal (2018)

A lavra manual, ou garimpo artesanal, é baseada em processos com produtividade baixa para as exigências do mercado moderno. Quanto aos métodos, em uma jazida são empregadas técnicas diversas para os tipos diferentes de lavra. Em geral, a forma artesanal

empregada na mineração se parece com um ritual complexo. Esta forma rudimentar de mineração possui um ciclo completo, que deve ser seguido à risca, e que vai desde a escolha do local até os cálculos dos custos da extração manual.

A dragagem de sucção está presente na mineração do Tapajós desde os anos 70. Para além do custo ambiental, esse método de sucção tem um alto custo operacional (LESTRAS; NARDI, 1984), correspondente a 0,50 a 1,00 g de ouro por m<sup>3</sup> de cascalho removido.

A operação de dragagem inicia com a descida de um mergulhador ao fundo do rio. Esse trabalhador está atrelado a um aparelho bucal, para respiração, ligado a um compressor de ar, e também dispõe de máscaras e roupas impermeáveis para suportar o frio durante a operação. O mergulhador desce para encontrar o cascalho que será extraído ou sugado pela tubulação, para cima, e depositado numa caixa. Depois, esse material será analisado pelos equipamentos chamados “cobra fumando” e, em seguida, apurado nas bateias. Desta forma, a draga poderá locomover-se pelo rio, em busca dos melhores locais para extração de ouro.

No entanto, há que se considerar que o uso efetivo dessas atividades de dragagem ocasiona problemas sociais, além da contaminação dos rios. Isso se dá através de doenças provocadas pelos resíduos dos elementos usados para a purificação, especialmente o mercúrio e o cianureto, que afetam o ecossistema aquático. Com relação aos problemas sociais encontrados nos garimpos da região, uma situação realmente preocupante foi verificada numa das viagens de campo em abril de 2016, logo que voltei de uma das etapas do trabalho de campo nas aldeias Munduruku. Devido ao mau tempo, o piloto teve que pousar numa pista de pouso do garimpo de Porto Rico, localizado próximo à cidade de Jacareacanga.

O garimpo do Porto Rico é uma grande área de lavra antes manual e agora mecanizada, com uma pequena vila com uma estrutura de casas de comércio, uma escola de ensino fundamental, um posto de saúde, bares e restaurantes, que na verdade são, muitos deles, lugares de prostituição.

No garimpo ficam bem definidas as fronteiras de trabalho masculino e feminino. As mulheres desempenham trabalhos autônomos como manicures, garçonetes, cozinheiras, vendedoras ou mulheres de boate que se prostituem nesses locais. A maioria das mulheres mora no local, e as filhas de algumas delas as circunstâncias as obrigam também a ingressarem na prostituição de modo precoce. Existem locais onde mãe e filhas

se prostituem no mesmo estabelecimento, isso sem a menor intervenção do Estado, como alternativa de sobrevivência ou de melhoria da qualidade da educação.

De todo modo, na região do Tapajós, o intenso período de extração foi também acompanhado de um crescimento populacional desordenado com pessoas sendo atraídas das diversas regiões do Brasil para os garimpos. E de acordo com Soares (2012), no auge da produção, nos anos de 1980, os garimpos do Tapajós produziram 14 toneladas de ouro, por ano. Deste modo, perderam apenas para o outro garimpo grande da Amazônia, que foi o de Serra Pelada.

No entanto, esse quadro mudou com a entrada de mineradoras grandes, na região. Outro aspecto fundamental é a forma como está sendo retirado este ouro, por meio de técnicas que visam, por um lado, a potencialização da produtividade, mas que, por outro, causam grande devastação ambiental, isso porque utilizam equipamentos com grande força destruidora, que são as retroscavadeiras, chamadas PC, além das dragas que escavam os rios à procura de ouro (Figura 79).

Figura 67: Atividade ilegal de mineração em terras indígenas no rio das Tropas afluente do rio Tapajós



Nota: As máquinas acopladas a mangueiras d'água são chamadas "Tatuzão".

Fonte: Willian Bezerra (2018)

Vale ressaltar que as atividades de garimpo na província mineral do Tapajós estão utilizando, além do mercúrio para depuração do ouro, também o cianeto. Neste sentido, utilizaram-se os dados contidos em uma entrevista com o coordenador-geral de fiscalização do IBAMA/Itaituba (2015), Jair Schimitt. Embora a referida entrevista tenha sido tomada no momento em que as circunstâncias eram complexas, ela será utilizada aqui para reforçar a questão de descontrole da atividade garimpeira nesta região:

A mineração ilegal traz grandes impactos ao meio ambiente por contaminar os cursos d'água com mercúrio e degradar o solo, destruir a vegetação, e as sanções administrativas para essas práticas podem chegar a R\$10 milhões de reais, além dos bens e dos produtos envolvidos na infração serem apreendidos.

### **7.5 A lógica reprodutiva e sua dinâmica de articulação do sistema político econômico global**

Na Amazônia brasileira, as terras indígenas correspondem a 13% do território brasileiro e uma área florestal corresponde a 60% de todas as florestas do cinturão tropical do planeta. Nessa perspectiva, como o governo federal está se relacionando com esse fato frente ao futuro incerto, à beira de uma crise climática, com base numa racionalidade que está tomando conta do mundo?

A devastação ambiental ocasionada pela atividade ilegal de mineração pode ser constatada com a morte de rios, a exemplo do Crepori, devido à contaminação de resíduos minerais. E também pode ser observada em rios como Cuiu-Cuiu e, acentuadamente, no rio Tropas e no igarapé Massaranduba, que deságuam na margem direita do Tapajós, e mais recentemente no rio Cabitutu, no território Munduruku. No rio Cabitutu existem várias aldeias Munduruku como Katõ, Biriba, Barro Vermelho, Taperebá e Porto, dentre outras que dependem exclusivamente desse rio para sobreviver (Figuras 80 a 82)

Figura 68: Igarapé Massaranduba, contaminado por resíduos de garimpos, deságua no rio das Tropas



Fonte: Disponível em: [www.amazonia.org.br](http://www.amazonia.org.br) (2018)

Figura 69: Garimpo no Rio das Tropas operação de fiscalização indígenas e Policia Federal.



Fonte: Imagem do Movimento Ipereg Ayu (maio 2018). Disponível em: [www.brasil.mangabay.com](http://www.brasil.mangabay.com) (2018)

Figura 70: Essa Placa foi colocada no Rio das Tropas pelo Movimento Ipereg Ayu



Fonte: Imagem do Movimento Ipereg Ayu (maio 2018). Disponível em: [www.brasil.mangabay.com](http://www.brasil.mangabay.com) (2018)

Do ponto de vista ambiental, os efeitos de décadas de garimpagem do ouro causaram e causam grandes danos na província do Tapajós. Na análise de Bezerra (1998), a atividade garimpeira afeta gravemente a morfologia dos rios, principalmente com a execução de dragagem, onde são cavadas as margens dos rios, destruídas as matas ciliares e feitas escavações em seus leitos (Figura 83).

Figura 71: Buracos cavados por retroescavadeiras hidráulicas nas margens dos rios destroem as matas ciliares. Megagarimpo no Rio das Tropas (2018)



Fonte: Imagem da Polícia Federal de Santarém (maio 2018). Disponível em: [www.brasil.mangabay.com](http://www.brasil.mangabay.com)

No caso específico da mineração no Tapajós, não é o fato de ela existir pela própria atividade em si, mas o que de fato se questiona é a ausência de mecanismos de fiscalização por parte dos Governos através de agências reguladoras e órgãos fiscalizadores, incluindo a FUNAI no caso das terras indígenas. As imagens são públicas e podem ser acessadas por *sites*, portanto não é por desconhecimento dos fatos. E ainda, se questiona sobre a responsabilidade social e ambiental destes empreendimentos para que sejam evitadas catástrofes ambientais (Figuras 84 e 85).

Figura 72: Rio das tropas contaminado por resíduos da garimpagem e o mercúrio. Não há vida aquática, apenas lama



Fonte: Arquivo Pessoal (2018)

Figura 73: Ausência tratamento adequado: o lixo produzido nos garimpos é despejado diretamente no solo da floresta.



Nota: Registro no garimpo no rio das Tropas

Fonte: Arquivo Pessoal (2018)

Os impactos também ocorreram junto às populações indígenas, conforme colocado pela FUNAI, com relação à contaminação. Desde 1999 uma equipe multidisciplinar da Universidade de Brasília (UnB) realizou um estudo para medir o grau de contaminação de mercúrio, nos índios e nos peixes. Constataram-se, então, graus diferentes de contaminação nas aldeias devido à presença de garimpos ilegais no rio Tapajós e seus afluentes. Atualmente, os resíduos do garimpo vêm causando o adoecimento da população por conta do componente químico presente na extração do ouro, o metil Mercúrio, que é utilizado no processo de mineração para separar o ouro das outras impurezas.

De acordo com o neurocirurgião Erick Jennings (2019), que trabalha em Santarém e atende à região do Tapajós, a intoxicação ocorre por conta do metil Mercúrio, que é a versão reversa do mineral, e que tem a capacidade de atravessar a membrana celular dos organismos. Essa situação afeta diretamente a segurança alimentar das comunidades que dependem diretamente dos peixes. Por exemplo, os peixes se contaminam ao se alimentar das algas do rio, o homem se alimenta do peixe contaminado, e dessa forma esse elemento contamina as comunidades.

A bióloga Heloiza de Moura Menezes, pesquisadora da UFOPA, esclarece que o solo amazônico contém naturalmente mercúrio inorgânico e não venenoso. O que o transforma em metil mercúrio prejudicial à saúde é a ação antrópica por meio da

garimpagem ilegal, do desmatamento, do assoreamento dos rios, das queimadas e outros fatores que ocasionam o desequilíbrio.

Essa situação é, de fato, um fator de preocupação tanto para o Governo Federal quanto estadual, mediante a comprovação através dos laudos do relatório realizado pelo perito da Polícia Federal Gustavo Geiser (2018), que revela que são lançados por ano 7 milhões de toneladas de sedimentos no rio Tapajós. Para se ter noções exatas da gravidade do problema, fez-se a comparação com o acidente em Mariana, na região central de Minas Gerais, em 2015, quando o rio Doce recebeu 84 milhões de toneladas de rejeito da mineradora Samarco. Isso em termos amazônicos quer dizer que a cada 12 anos os garimpos jogam no rio Tapajós uma “Samarco”.

Alunos da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) realizaram em 2016 uma pesquisa em Itaituba e região, por amostras de cabelo, e registraram que houve um aumento da concentração média de mercúrio na população local pelo consumo de peixes com índices acima do tolerado pela Organização Mundial de Saúde – OMS, que é de 6 mg de mercúrio por grama, o que indica a preocupante constatação de que existe a contaminação de mercúrio pela população ribeirinha e indígena do rio Tapajós.

De modo geral, segundo informações de André Alamino, do ICMBIO (2018), os garimpos são permitidos dentro das Áreas de Proteção Ambiental (APAS) desde que de forma sustentável e regulamentada. Mas o cumprimento dessa normativa é uma questão complexa que vai além da fiscalização e do fechamento dos garimpos ilegais, uma vez que essas atividades giram a economia da região, a partir das pequenas cidades e povoados como Cripuri, Cripurizão, Moraes de Almeida, Porto Rico, Cuiú Cuiú, Jardim do Ouro, Castelo dos Sonhos, Mamãe Anã, Canta Galo, Nova Vida, Penedo, Batalha, Quatá, Porto Seguro, Boca do Cripuri, nas terras indígenas: rio das Tropas, rio Cabitutu, rio Cadiriri, rio Teles Pires, e ainda em Itaituba, Jacareacanga, Trairão e Novo Progresso.

O poder público é ausente nessas localidades. Essas populações não contam com serviços básicos de infraestrutura, segurança, saúde, educação e todos os serviços são muito precários. Os municípios não se dispõem a incentivar a criação de cadeias/processos produtivos para gerar alternativas de renda. Consequentemente, existe um estímulo para que essas pessoas sem opção de geração de renda sejam aliciadas pelos donos de garimpo para trabalharem nessa atividade como mão de obra barata e descartável.

E quem são os garimpeiros? São os trabalhadores rurais da região ou de outros Estados, são os ribeirinhos e os próprios indígenas que estão em busca de oportunidades de renda.

É fundamental ressaltar que atualmente a bacia do Tapajós vive um novo *boom* da atividade de garimpo. E nos últimos anos ressalta-se a forma como está sendo retirado este ouro, por meio de técnicas que utilizam equipamentos com grande força destruidora, que são as retroescavadeiras, chamadas PC, além das dragas que escavam os rios à procura de ouro. De todo o ouro que sai do Tapajós, 90% são provenientes dos garimpos ilegais e produzidos a baixo custo, por não seguirem a legislação ambiental, segundo Ricardo Rodrigues, chefe da Polícia Federal de Santarém, caracterizando crime de usurpação de bens da União.

Por outro lado, a presença de garimpo em área indígena do povo Munduruku não é recente, pois desde os anos 1980 eles já enfrentavam problemas graves com relação à exploração ilegal de ouro dentro de seu território. Este é o caso do rio Teles Pires, em frente à aldeia do mesmo nome, dos rios Cabitutu, Cadiriri (BIERI, 2015, s. p.) e das Tropas, locais onde existe maquinário, as balsas de garimpo são constantes e os garimpeiros têm contato permanente com os índios.

Entretanto, o clima social entre indígenas e garimpeiros se agravou no início de 2018. Em 17 de janeiro daquele ano, através de uma Carta enviada ao Ministério Público Federal e à FUNAI pelo Movimento Indígena Ipere Gayu, os indígenas comunicaram às entidades governamentais que a Aldeia Munduruku PV foi totalmente dizimada pelo garimpo. O texto que segue é fragmento da Carta que denunciou enfaticamente que o “Megagarimpo”: “[...] Matou a floresta e as roças, levou doença, prostituição, consumo de bebidas alcoólicas entre os homens e as mulheres e introduziu drogas entre os adolescentes”.

Ainda de acordo com a Carta o garimpo é controlado por não indígenas “*pariwat*” que aliciam os indígenas com “presentes” como: veículos de tração tipo quadriciclos, voadeiras, motores, alimentos e dinheiro. Nas assembleias indígenas realizadas no ano de 2017, especificamente na Assembleia de março de 2017 na Aldeia Sai Cinza (BIERI, 2017, s. p.), foi decidido consensualmente por todas as lideranças que todos os garimpos em terras indígenas deveriam ser fechados. Mais uma vez o comunicado dessa reunião foi enviado através de documento assinado pelos caciques e lideranças para a FUNAI, o ICMBIO e o Ministério Público Federal.

Entretanto, apesar de todo o procedimento protocolar nenhuma decisão foi tomada e os garimpeiros cada vez mais expandiram seus campos de atuação. Atualmente, junto com alguns indígenas que trabalham no garimpo, ameaçam entrar cada vez mais com todo o maquinário para outras regiões dentro do território Munduruku, nos rios Cadiriri, Cururu e Cabitutu abrindo novas frentes de garimpagem.

Via de regra, as ambiguidades e desatenções das políticas públicas na região do Tapajós não impedem que algumas experiências desapontem, ainda mais, as camadas sociais desfavorecidas, como o que aconteceu a partir de uma ação policial desastrosa em 2010 na aldeia Teles Pires que resultou na morte do indígena Adenilson Kirixi Munduruku por agentes da polícia federal. Conflitos gerados a partir da mineração ilegal dentro da terra indígena Munduruku que desencadearam uma cadeia de acontecimentos. Em depoimento, os indígenas constataram que os agentes federais praticaram várias atrocidades, inclusive utilizando-se do helicóptero que sobrevoava a aldeia Teles Pires, para atirar bombas. A ação foi confirmada por meio de vídeos feitos por telefones celulares dos indígenas e as imagens foram enviadas para várias regiões do mundo, podendo ser acessadas na Internet.

Este fato ocasionou revolta no povo Munduruku e teve repercussão grande, tanto na mídia nacional como internacional, por se tratar de uma atitude surpreendente por parte da FUNAI. Institucionalmente, a Fundação há muito tempo tinha conhecimento de que desde a década de 1990 os indígenas da aldeia Teles Pires trabalham em parceria com os não indígenas em balsas de garimpo, inclusive, com a presença constante dos chefes de posto da FUNAI na Aldeia Teles Pires.

## **7.6 A legislação Mineral *versus* a legislação ambiental: qual o papel do Estado brasileiro?**

O Estado e seus órgãos são elementos fundamentais para o controle, por meio de uma série de medidas para regular e intervir nas crises, com objetivos voltados para o equilíbrio das bases sociais e ambientais. No Brasil, a questão mineral está submetida a um conjunto de regras formais, já que as três esferas governamentais possuem responsabilidades com relação às atividades minerais e ao ambiente. A Lei Federal de Exploração Mineral, Lei n. 7805, de 18 de julho de 1989, regulamenta as atividades garimpeiras, sendo que para isso é obrigatório possuir a licença ambiental prévia, que deverá ser fornecida pelo órgão ambiental competente e tem validade de dois anos.

Pode-se dizer, também, que a legislação ambiental brasileira é moderna e a Política Nacional de Meio Ambiente foi criada a partir da Constituição Federal de 1988. Entretanto, a Constituição não faz referências quanto ao processo de licenciamento ambiental, mas a Política Nacional de Meio Ambiente adota o licenciamento ambiental como um de seus procedimentos, sendo o principal instrumento estatal em defesa do meio ambiente. Porém, efetivamente, na prática, pelo que se observa no Tapajós, trata-se de um processo administrativo em que o órgão competente, seja do estado ou do município, é que decidirá sobre a concessão da supracitada licença.

No que se refere à definição das diretrizes e das regulamentações, salienta-se que o principal eixo de atuação para a consolidação está no plano federal. Como exemplo disso tem-se a prática da emissão de concessões e a fiscalização do cumprimento da legislação mineral e ambiental. Neste sentido, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) é a instituição responsável por formular e coordenar as políticas ambientais.

Tanto as reformulações como a coordenação de tais políticas ocorrem por meio dos órgãos ligados ao ministério: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMbio). Já o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) é o responsável pela formulação destas políticas, cujas resoluções têm poderes normativos, com força de lei, segundo Gonçalves e Lira (2009), desde que o poder legislativo não tenha aprovado legislação específica.

A Resolução do CONAMA n. 237/97, no art. 1º prevê a exigência do licenciamento ambiental para atividades consideradas como poluidoras do meio ambiente, as quais podem ocasionar degradação ambiental, o que é o caso das atividades garimpeiras. Em contrapartida, a implementação do Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA) é exigida para os licenciamentos ambientais de quaisquer atividades de aproveitamento dos recursos naturais, e tem sua definição pela Resolução do CONAMA n. 1/86.

No entanto, Farias (2002) esclarece que o EIA deve estar consubstanciado ao RIMA, que é o Relatório de Impacto Ambiental. Além disso, deve ser submetido ao órgão estadual de meio ambiente para análise e aprovação. Dessa forma, somente depois da aprovação dos EIA/RIMA é que o projeto consegue a Licença Ambiental (LA) para operacionalizar suas atividades.

Quanto ao licenciamento ambiental, o engenheiro-chefe do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM)/Itaituba, Odair Lamarque, em entrevista a um

jornal sobre mineração (BARROS, 2015), esclarece que 98% dos garimpos da região são ilegais. Isso se deve ao fato de executarem a atividade garimpeira sem a licença ambiental. Essa prática é caracterizada como crime, passível de suspensão da atividade, além de o responsável responder pelos danos ambientais causados.

Entretanto, segundo o DNPM/Itaituba, o licenciamento ambiental é todo realizado por intermédio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMMA), em Belém. Neste sentido, existe a necessidade do deslocamento dos interessados até a capital do estado. E, de acordo com o DNPM (2015), são os interessados que terão de custear as despesas de deslocamento dos técnicos da SEMMA até o local da atividade mineral.

## **7.7 O desmonte da FUNAI e os reflexos do aumento da mineração nas terras indígenas**

Neste cenário denso de instituições, formado por inúmeras organizações governamentais e instituições não governamentais, uma das maiores dificuldades está, principalmente, na delimitação das fronteiras da responsabilidade. Isso, no que tange ao limite entre as esferas de poder e a previsibilidade destas regras formais, em mudar as informalidades institucionais. De todo modo, a legislação ambiental e mineral brasileira existem, mas este trabalho apresenta outros dados diferentes daquilo que está colocado por esta legislação, do domínio do Ministério do Meio Ambiente, por meio de seus órgãos, e do Ministério de Minas e Energias.

Entretanto, do ponto de vista político, nesse intrincado contexto das mudanças nas estruturas do poder no Brasil, as transformações nas instituições, principalmente na FUNAI e nos órgãos de proteção ambiental têm afetado diretamente os povos indígenas. Para Beto Ricardo, do Instituto Socioambiental (2019),

O governo Bolsonaro planta a ideia de que índio é estorvo ao desenvolvimento e espalha que a Funai é loteada e comprada por ONGs. É uma tentativa de matar a Funai de inanição, cortando recursos e desmontando estruturas, sobretudo as que protegem os povos isolados, em clara opção pelo esvaziamento.

Desse modo, a grande abertura de mineração na região teve um verdadeiro *Boom* da garimpagem incentivado por diferentes fatores. Destaca-se o desmonte da FUNAI, que já vem de longo tempo e foi um dos principais responsáveis pelo que está ocorrendo na região. O atual Presidente da República, Capitão do Exército Jair Messias Bolsonaro, desde os primeiros dias que assumiu o governo decretou o esvaziamento das funções da

Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e colocou em evidência a questão da demarcação de novas terras indígenas e a conservação do meio ambiente.

O Presidente, assinou uma medida provisória que delega ao Ministério da Agricultura, chefiado por Tereza Cristina da Costa (DEM), até então líder da bancada do agronegócio na Câmara, a tarefa de identificar e demarcar terras indígenas no país. Esta era uma das principais atribuições da FUNAI nas últimas décadas, mas a Fundação está cada vez mais se afastando de suas atribuições legais para assumir um novo papel: o de mediadora nos empreendimentos de mineração em terras indígenas (TIs).

Nessa perspectiva, a legalização dos garimpos e das mineradoras é parte de uma ofensiva governista e legislativa, patrocinada pela bancada ruralista no Congresso Nacional, com a finalidade de abrir as TIs a empreendimentos privados através de duas propostas de Emenda Constitucional (PECs n. 187 e n. 343) que tramitam em ritmo acelerado. Ambas tratam de arrendamento para exploração de recursos agropecuários e hídricos, incluindo a possibilidade de construção de novas hidrelétricas em terras indígenas.

De acordo com Quadros (2019), os pontos mais importantes que devem fazer parte do projeto são para driblar a legislação – que está baseada na convenção 169 da OIT – que obriga a consulta prévia às comunidades indígenas. Essas novas mudanças constitucionais incluiriam uma brecha para que, nos casos de recusa, o governo possa autorizar unilateralmente os empreendimentos sob a justificativa de interesses estratégicos nacionais.

Destaca-se que do ponto de vista operacional, segundo o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio), existem cerca de 60 mil homens trabalhando em mais de 100 balsas na exploração de ouro e de diamantes na bacia dos rios Tapajós e Jamanxim, o que, por si, caracteriza essa região como o maior garimpo do Brasil.

Outro aspecto que também chama a atenção é o aumento do número de pistas de pouso existentes. Trata-se, portanto, de uma fronteira aberta, sem controle por parte da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), por onde passa toda a sorte de mercadorias. Nesse sentido, de acordo com Coutinho (2008), existem mais de 300 pistas de pouso no Tapajós, 170 no Parima e 185 em Alta Floresta, a maioria delas atendendo a estes locais de garimpo. Há também estradas abertas dentro de áreas de conservação que servem para o transporte, e muitas delas para retirar madeira de forma ilegal.

Recentemente, houve o registro de ilícitos na região: uma apreensão de drogas e armas pela Polícia Federal, no domingo 07 de julho de 2019, com um total de 583 quilos de cocaína e aproximadamente 200 gramas de *skunk*, também conhecida como "supermaconha", em Itaituba, no sudoeste do Pará.

A droga entrou na região em um avião de pequeno porte em uma propriedade rural no km 43 na Transamazônica no sentido Itaituba-Jacareacanga (exatamente na rota das regiões de garimpo). Além da grande quantidade de entorpecentes, ainda foram apreendidos dois fuzis AR 15 calibre 556, uma pistola calibre 9 mm, carregadores e munições, mira holográfica e luneta de precisão para uso em fuzil, rádios de comunicação, telefone, além de um avião monomotor, um bimotor e uma caminhonete. Assim, a Polícia Federal desmontou esse esquema de transporte aéreo de drogas na região.

Nesse sentido, no período do trabalho de campo, em conversas com pessoas que trabalham nos estabelecimentos comerciais ao longo da Transamazônica, estas afirmaram que sentem medo quando chegam nos estabelecimentos determinados tipos de pessoas, inclusive pistoleiros (pessoas contratadas para cometer crimes), e já viram muitas armas dentro de carros tipo caminhonete, o que transformou a área, antes tranquila, num lugar bastante perigoso.

Atualmente está ficando comum o relato de desaparecimento de aviões, como ocorreu no caso de duas aeronaves de pequeno porte, tipo Cessna 206, prefixos PR XAU e PT KAI, que foram roubadas da pista de pouso do Km 180, nas proximidades da rodovia Transamazônica. A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) confirmou que as duas aeronaves foram roubadas entre os municípios de Itaituba e Jacareacanga, no sudoeste do Pará, no dia 19 de março de 2018.

Segundo a Anac, um grupo armado com cerca de seis homens rendeu os funcionários do ponto de apoio às aeronaves, que são de diferentes proprietários e eram usadas em frete para garimpos na região. Os funcionários foram amarrados e deixados no local. A Polícia na época trabalhava com a possibilidade de os suspeitos serem estrangeiros, já que, se trata de uma fronteira aberta que recebe pessoas das mais diversas regiões do Brasil e de outros países como Venezuela, Colômbia, Bolívia para os mais diferentes tipos de atividades (Figuras 86 e 87).

Figura 74: Pista de pouso em regiões de garimpo no meio da floresta



Fonte: registro da pista de pouso do garimpo Porto Rico/arquivo pessoal (2016)

Figura 75: Estradas clandestinas que cortam a floresta para alcançar regiões distantes e retirar madeira de forma ilegal



Fonte: Registro feito na rodovia Transamazônica, na Flona do Amana. Arquivo pessoal (2018)

A contaminação dos rios e do solo, assim como a degradação ambiental, é negligenciada pelos órgãos públicos federais, municipais, estaduais, o que se justifica pelo fato de todos eles serem ausentes nos processos de mitigações e na busca de soluções racionais, de acordo com o tamanho do problema. E mais, existem muitas empresas que se instalaram nos últimos anos na região do rio Tapajós, portanto caberia ao Estado atuar de forma efetiva cobrando delas a responsabilidade pelos danos causados ao ambiente.

Sabe-se que na Amazônia historicamente a apropriação dos espaços é resultado dos processos civilizatórios das conquistas portuguesas e espanholas, por se tratar de uma região estratégica para a articulação econômica da América do Sul. Entretanto, na atualidade, as discussões sobre a sustentabilidade do uso dos recursos naturais, aliadas a questões de desenvolvimento estão muito ausentes dos planejamentos e das agendas governamentais. Neste contexto, além das temporalidades, fica evidente a efetivação de políticas de desenvolvimento exógenas, semelhantes à apropriação do século XVIII, atualmente constituídas a partir dos projetos de integração na Pan-Amazônia, como a construção de hidrelétricas no rio Tapajós, aliadas à questão da mineração, ocasionando uma ocupação predatória e desordenada nessa região. Desse modo, a Amazônia ainda continua sendo concebida como uma região fornecedora de matéria-prima para o restante do Brasil, bem como para outros países.

Do ponto de vista macroeconômico, a lógica financeira, em detrimento da questão da preservação ambiental, pode ser observada ao se analisar os desdobramentos das políticas públicas na Amazônia. Com relação aos problemas ambientais, Costa (2006) esclarece que o sistema capitalista dispõe de um poderoso sistema de regulação, que é o mercado. Neste sentido, os ajustes serão proporcionais às variáveis fundamentais, ou seja, os danos ambientais decorrentes destes megaprojetos serão tratados como externalidades ou efeitos, reconhecidos como prejuízos ambientais. Os economistas neoclássicos poderão afirmar que os problemas ambientais são administráveis e poderão ser corrigidos pelas empresas (COMUNE *apud* COSTA, 1994), ao custo equivalente aos efeitos por eles causados. Entretanto, os impactos dessas construções têm gerado destruição ao ambiente causando entropias. Baseada nas leis da termodinâmica, onde existe a transformação da matéria em energia, esta energia, após ser liberada, será incapaz de produzir algo.

Na atualidade, a grande procura por bens na sociedade mundial e os atuais padrões de desenvolvimento tem como lógica uma grande demanda de utilização de energia, o

que leva irreversivelmente ao esgotamento dos recursos. Nessa perspectiva, a posição da Amazônia no espaço geopolítico, multifacetado no contexto global, é definida por sua grande biodiversidade, pelo valor de suas riquezas, por sua imensidão territorial e pela posição geográfica estratégica. Cabe ressaltar, ainda, a abundância dos recursos hídricos, por concentrar praticamente todo o potencial hidrelétrico remanescente do Brasil, além de se tratar da maior província mineral do mundo. Portanto, trata-se de uma região considerada fundamental para a humanidade, e ainda, no conceito de *heartland* ecológico do planeta, pela comunidade internacional.

Entretanto, na atualidade o tema *mudanças climáticas* faz parte das pautas das principais discussões mundiais. Isso porque os efeitos dessas mudanças estão sendo sentidos em diversas partes do mundo e têm despertado a atenção da comunidade científica mundial. Ademais, as grandes transformações no clima global, devido à ação antrópica com a destruição ambiental, têm seus efeitos sentidos em cadeia, em todos os continentes, pois o planeta é um sistema interligado.

No caso da mineração na província do Tapajós, não é somente a exploração o que se questiona, mas é também a ausência do planejamento e gestão do Estado, dos mecanismos de fiscalização, da responsabilidade social e ambiental para que se possa evitar catástrofes ambientais. Nesta perspectiva, do ponto de vista de Elster (1982) e Gudynas (2017), a garimpagem existente na província mineral do Tapajós não está dissociada da Amazônia, e tampouco da questão climática, do tráfico de drogas e do trabalho escravo, ou seja, a partir da atividade ilegal de mineração se constrói uma análise avançada dos microfundamentos deste fenômeno.

## CAPÍTULO 8 – O RISCO DE EXTERMINIO DO POVO SIONA (ZION BAIN) DAS FLORESTAS DO RIO PUTUMAYO (COLÔMBIA)

### 8.1 Introdução: Território, colonização e diversidade cultural na região do alto rio Putumayo

Ao longo da história, as disputas pelos recursos naturais nortearam a geografia capitalistas na região dos rios Putumayo e Caquetá na Colômbia. Dessa forma, os projetos de desenvolvimento promovidos pelo Governo Colombiano, no final do século XIX estimularam a parceria entre Estado – Igreja na formação da hegemonia nacional e regional. Todavia o processo de colonização baseado no discurso civilizatório espanhol foi um choque para as diversas populações que habitavam esse território, ocasionando conflitos com os povos indígenas e as populações tradicionais.

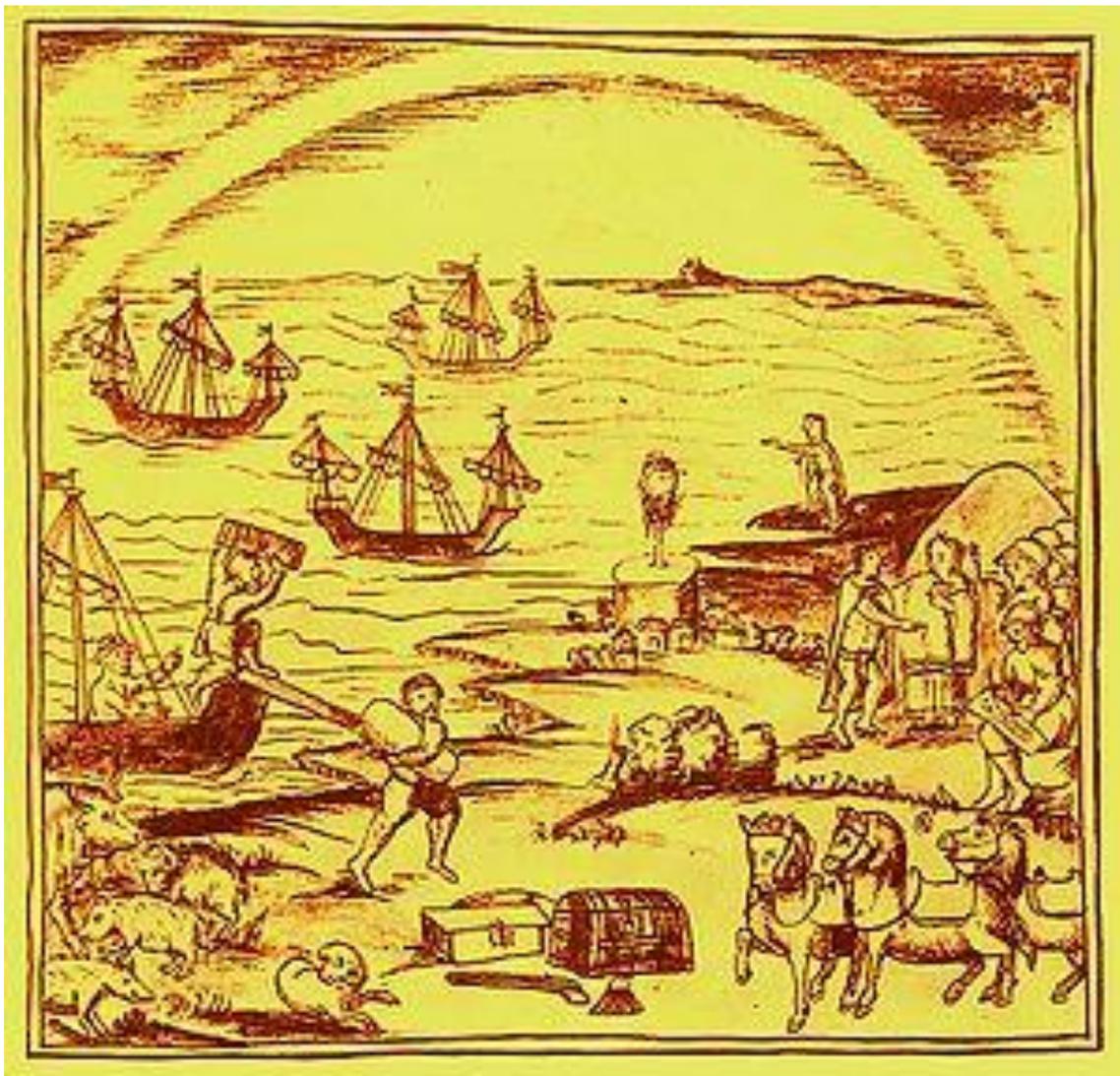
No território Colombiano no século XVI, assim como no resto da América, já existia uma variedade de culturas que possuíam uma lógica estrutural de organização de suas sociedades indígenas. Operavam no campo político, econômico, ideológico, cultural e social funcionando de forma integrada nos níveis de ordenamentos sociais como, por exemplo, os *Quechuas* que traduzindo significa aproximadamente Parentela; e essas Parentelas tinham como base as famílias que formavam extensas comunidades. Isso quer dizer que essas populações indígenas antigas não são povos primitivos, pelo contrário, são civilizações complexas com sua cosmovisão e identidades culturais muito distintas.

Ressalta-se, que do ponto de vista artístico eram dotados de sofisticado e sensível espírito criador, e Rivadeneira (2017, p. 2) escreve a arte indígena como:

*En la vía de la representación pictórica el arte indígena incluye temas fundamentales, el primero de ellos tiene que ver con las figuras antropomorfas, las cuales hablan del autor o autores que se relacionan con el mundo, descubriendo en él los elementos naturales que constituyen su hábitat (fitomorfos y zoomorfos), exaltando la figura de los grandes animales, pero además ideificando aves, peces, reptiles, mamíferos e insectos. Los indígenas precolombinos nos dejaron muchas manifestaciones de su capacidad de análisis y síntesis visual, todas sus obras recurren a la geometría como forma de entender y representar el mundo, por esa vía su producción nos parece equilibrada y refinada. Este hecho se hace evidente en la simetría de las piezas de orfebrería, las cerámicas de los tuzas (Nariño) incluyen dibujos simétricos, como si hablaran de un desdoblamiento del mundo en el acá y el más allá. En términos abstractos figuras como la espiral aparecen reiterativamente en lugares donde abunda el agua (Amazonía, Orinoquía, valles andinos, etc.).*

Por outro lado, de acordo com Zambrano (2017), os séculos de colonização representam grandes perdas de identidades culturais, tradições, saberes que foram alterados e saqueados pelos costumes trazidos da Europa pelos colonizadores. Importantes conhecimentos foram destruídos desde que os espanhóis chegaram para arrancar não somente as riquezas materiais como também imateriais, através da política de homogeneização e mestiçagem forçada pela dominação, pela sede insaciável de riquezas e pelo domínio das nações conquistadas (Figura 88).

Figura 76: Lâmina do Códice Florentino



Nota: O Códice Florentino mostra os homens de Cortéz desembarcando de seus navios. A chegada das frotas comerciais aos novos territórios causou um forte impacto na economia e na vida cotidiana da população local.

Fonte: FAMSI (2019)

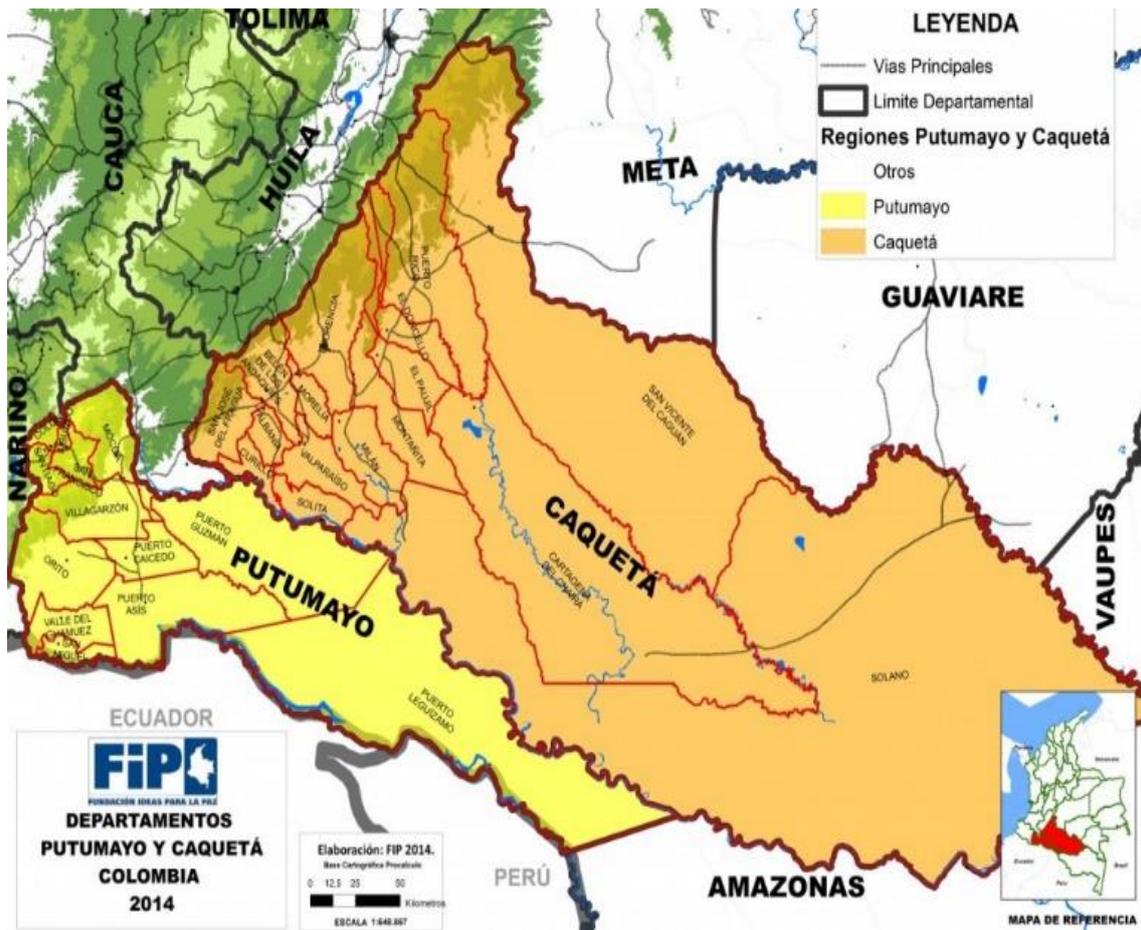
Sustentados pela corrente econômica mercantilista que determinava a expansão do império colonial e o estabelecimento de rotas comerciais, o objetivo maior dos colonizadores era a acumulação de ouro e prata para a coroa espanhola. Desse modo, a colonização deveria converter tudo em riqueza e patrimônio, devido à crescente demanda por objetos de luxo e ouro nas grandes cidades europeias. Tovar (1997), utilizando-se de uma metalinguagem em desencanto escreveu que se foram os metais preciosos, os homens rebeldes, as pedras preciosas, os alimentos e as mantas, tudo levado da colônia para o império.

## **8.2 Putumayo: missões, povos indígenas e economia extrativista**

O rio Putumayo nasce na Cordilheira dos Andes, nas montanhas do Distrito de Nariño, no sul da Colômbia. À medida que suas águas descem os Andes, a força de suas correntezas aumenta e arrastra toneladas de troncos, folhas e sedimentos de terra, e por isso essas águas possuem uma cor ocre. Considerado uma via fluvial de grande importância no sul do continente americano, o Putumayo é uma espécie de rio onde confluem a riqueza cultural, ecológica e natural amazônica de quatro nações: Colômbia, Equador, Peru e Brasil. Desemboca à margem direita do rio Amazonas, onde está localizado o município brasileiro de Santo Antônio do Içá. Nessa parte (Brasil) o Putumayo é chamado de Içá. Tradicionalmente, muitos povos indígenas estão ligados à bacia do rio Putumayo.

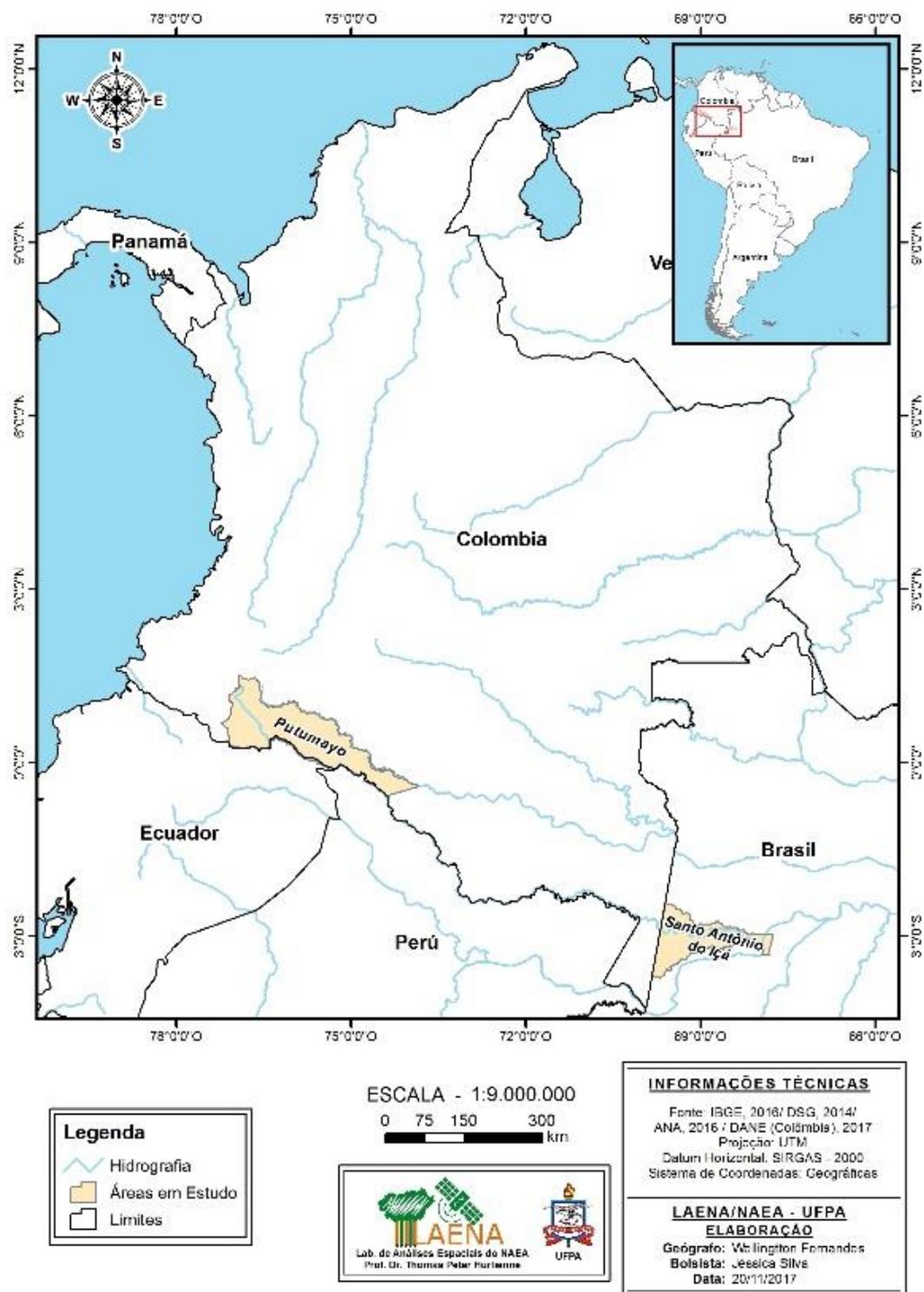
O Departamento de Putumayo, cuja capital é Mocoa, localiza-se na região amazônica na zona sul ocidental da Colômbia, entre 01°26'18'' e 00°27'37'' de latitude Norte, e 73°50'39' y 77°4'58'' de longitude Oeste. Conta com uma área aproximada de 24.885 km<sup>2</sup>, que se limita ao Norte com os Departamentos de Cauca e Nariño; a Noroeste com o rio Caquetá; ao Sul com o Estado do Amazonas (Brasil) e com os rios Putumayo e San Miguel, que são as fronteiras físicas com o Equador, e uma pequena parte com o Perú. Finalmente, a Oeste limita-se com o departamento de Nariño (Figuras 89 e 90).

Figura 77: Localização do distrito de Putumayo



Fonte: FIP, Colômbia (2014)

Figura 78: Localização do distrito de Putumayo



Fonte: UFPA (2017)

As primeiras explorações no rio Putumayo foram realizadas pelos conquistadores espanhóis no século XVII, e posteriormente pelos missionários capuchinhos franciscanos que fundaram aldeamentos no rio. De acordo com Bahamón (2013), coube aos missionários católicos a missão de porta-vozes da civilização. Nessa perspectiva, Delgado Hernandez (2015, p. 2) esclarece:

*En la región del actual Putumayo colombiano, a finales del siglo XIX e inicios del siglo XX, el boom del caucho transformó de forma sustancial a las sociedades indígenas y sus territorios. Sin embargo, los principales trabajos históricos y antropológicos, se han centrado en analizar el efecto de la explotación de este producto en las sociedades indígenas del bajo Putumayo, como consecuencia, se ha dejado de lado la irrupción del fenómeno cauchero en las cuencas altas y medias de esta región, sin tener en cuenta que las particularidades sociales, ambientales y políticas que se presentaron en la parte alta del Putumayo, dan indicios sobre formas específicas de organización, relacionamiento y dominación social entre las poblaciones indígenas, comerciantes caucheros y Misioneros Capuchinos, presentes en esta región durante las primeras décadas del siglo XX.*

Na questão da geopolítica, historicamente os centros de poder de Brasil e Colômbia, Brasília e Bogotá, se comportam, como já dito, como vizinhos distantes, apesar de a fronteira do Brasil com a Colômbia se constituir na segunda maior fronteira brasileira em extensão, numa área extremamente importante da Amazônia e com grande peso econômico. Porém, somente a partir do século XIX é que começou a existir uma aproximação desses países mediante os interesses geopolíticos comerciais, a partir da exploração dos recursos naturais.

Em tempos coloniais e após as independências das possessões ibéricas na América, os contatos foram distantes e esparsos, com ambos os países mais concentrados em suas relações com as potências europeias do que em um intercâmbio com seus vizinhos, salientando-se a pouca identificação de países como a Colômbia em relação ao Brasil da época, pois todas as ex-colônias espanholas já tinham regimes republicanos, ao passo que o Brasil era visto como um organismo estranho, um império, e única ex-colônia portuguesa, aumentando o potencial para seu isolamento entre os vizinhos.

Desde a segunda metade do século XVI, diversos povos do noroeste amazônico, sua cultura, sistemas sociais e econômicos foram inseridos no contexto colonial espanhol, quando se tentou implantar um modelo de economia e de integração regional em todo o alto Amazonas. No território colombiano, fundaram em 1557 a cidade de Mocoa, bem como outros centros. De acordo com Paneda (2005, p. 23), esse projeto não foi avante devido às instabilidades relacionadas às dificuldades de comunicação, e ainda, à resistência dos povos indígenas.

### 8.2.1 A integração do território colombiano no século XIX e a hegemonia conservadora

Do ponto de vista político, a Colômbia se encontrava envolvida em La Regeneración liderada por Rafael Núñez, segundo Montes (2018, p.14), mediante a aliança entre os conservadores e os liberais moderados que promoveram a Constituição de 1886, a qual deu início à hegemonia conservadora.

Na geopolítica do início do século XX a Colômbia estava envolvida na Guerra dos mil dias, que culminou com a separação do Panamá, e o desafio de administrar a Amazônia, que vivia toda a efervescência da “febre do caucho” por parte da Casa Arana, do Peru, e de grupos caucheiros colombianos. Nesse sentido, para alguns líderes políticos e intelectuais colombianos a meta principal era não permitir a entrada de outras nações no sul da Colômbia, e essa região, zona fronteira entre os Andes e a Amazônia colombiana, permaneceu por longo tempo distanciada dos centros políticos e econômicos da nação.

Historicamente, a necessidade de integrar o território no século XIX vem desde o século XVIII, a partir das antigas disputas internacionais pelo domínio dos limites entre o império português e o império espanhol na Amazônia. De todo modo, os empresários colombianos tinham interesse em explorar economicamente o território, mas não tinham capital para empreender. Porém, as nações vizinhas que competiam pela Amazônia, como Brasil, Peru e Equador, descobriram maneiras de explorar a região a partir da economia extrativista favorável devido ao “boom” do caucho.

Nesse cenário, o Estado colombiano se viu bastante afetado com a instabilidade da situação limite na fronteira amazônica (DELGADO HERNANDEZ, 2015), que se agravou e exigiu a sua presença permanente nessa região. A análise dos documentos do início do século XX (SANCHEZ, 1917) sobre a criação da Prefeitura Apostólica (1904-1930) e sobre a ação de caucheiros peruanos na região (PINEDA, 2000; BONILLA, 2006) evidencia que esses são os eventos cruciais que vão interferir fortemente nas dimensões econômicas, sociais e culturais na região do Alto Putumayo e, conseqüentemente, influenciar a vida dos habitantes da região de modo geral.

As regiões de Caquetá e Putumayo já haviam tido contado com expedições de padres franciscanos e jesuítas, mas no final do século XVII os jesuítas deixaram a região, e seus padres foram para outras províncias, como esclarece Klaiber (2007, p. 121-122), e para Mayna, onde já vinham trabalhando desde 1638. Já os padres franciscanos, segundo

Mantilla (2000, p. 154), continuaram na região ainda por algumas décadas, porém a partir de um Decreto Real de 1784 resolveram acabar com o trabalho devido ao pouco número de pessoas.

Entretanto, entre os anos de 1893 e 1929 entram na região a ordem de *Los Hermanos Menores Capuchinos*, e de acordo com Bahamón (2013, p. 7),

*Los capuchinos fueron un elemento clave de defensa del territorio ante los intereses económicos de caucheros peruanos. Lo complejo de esta misión estuvo en que los misioneros hicieron las veces de gobernadores civiles al regentar la educación, construir carreteras, otorgar tierras y dirigir la moralidad de las gentes. Los misioneros obraron, entonces, como intermediarios de la ampliación de la frontera colombiana y de la defensa de la frontera interna.*

De todo modo, no período compreendido entre 1893 e 1905 a presença dos missionários capuchinhos foi itinerante, como esclarece ainda Bahamón (2013, p. 4), e somente entre 1905 e 1929 é que a presença da Missão Capuchinha se torna institucional com a criação da Prefectura Apostólica del Caquetá.

No primeiro período os capuchinhos exerceram a catequese tradicional por meio das viagens de evangelização nas terras indígenas para celebração dos sacramentos e educação. Entretanto, estes métodos não foram suficientes para o que estava ocorrendo nas regiões de Caquetá e Putumayo, que, do ponto de vista econômico, tinham se transformado em local de forte exploração de quina e caucho.

É de fundamental importância fazer tal recorte desse período no âmbito territorial e eclesiástico em que se concentram as transformações administrativas com a permanência da missão Capuchinha e a relação entre a missão e os povos indígenas. De todo modo, Delgado Hernandez (2015, p. 5) esclarece que os missionários capuchinhos utilizaram estratégias de dominação para assegurar sua permanência, crescimento e expansão no alto Putumayo, mas que para essas estratégias também existem mecanismos de resistências por parte da população indígena. Ressalta-se que nesse território viviam muitos povos indígenas, como os Cofanes, Sionas e Quechuas, que no futuro teriam que ser incorporados aos projetos de “desenvolvimento” do governo colombiano.

Dentre as reformas na Colômbia entre 1850 e 1941 a pergunta era: como construir uma nação com uma população racialmente heterogênea? De acordo com Vega (2012), a primeira metade do século XX foi descrita por muitos outros autores como o período de um processo intenso e de fortes conflitos, no qual a relação entre Estado - Igrejas - Famílias foi colocada no discurso civilizatório de grande parte da população.

De modo geral, nesse período observa-se uma grande preocupação com a educação, a higiene e a cultura corporal, com a absorção de novos saberes considerados modernos. Vega (2012) e Villegas Vélez (2014) citam em seus trabalhos inúmeros estudos de diversos autores sobre a interação das raças, nações e tipos humanos no século XIX. Esses autores chamam a atenção para os processos de mestiçagem, genocídio e exclusão, tão presentes nesse período.

O que estava em jogo era a homogeneização nacional empreendida pelas elites locais, que se denominavam “Branças”. Este discurso das elites se consolidou sobre a mestiçagem. O processo de mestiçagem cultural e racial foi fundamental para integrar a população e evitar os conflitos e guerras entre os grupos diferenciados da sociedade. Portanto, trata-se de um período de alta complexidade devido às inúmeras nações indígenas e populações afro (negros, mulatos, zambas e bogas).

Diversos trabalhos foram publicados na Colômbia sobre etnicidade. Gómez (2010) é um autor que, em seus trabalhos, faz diversas críticas a esta forçada integração dos povos indígenas. Para ele, o discurso do colonizador espanhol era intenso, pertinaz e incansável no sentido de civilizar, evangelizar e integrar os índios no sistema colonial, mesmo que isso custasse a expulsão de seus territórios tradicionais para compor a camada mais baixa da sociedade, que é a escravidão.

É necessário destacar alguns trabalhos: MANTILLA, Luiz Carlos. *Los franciscanos en Colombia*, Tomo III, 1700-1830, volumen III. Bogotá: Ediciones de la Universidad San Buenaventura, 2000, p. 154; REVELO CALDERÓN, Guido. *Puerto Asis, una aproximación a su historia entre los años 1912 y 1960*. Fundación El Libro Total, Colombia [Sic, Bucaramanga], 2005; VEGA, Mauro. *Etnicidad, subalternidad y representaciones de alteridad en la construcción del Estado Nacional: Colombia 1880-1930*. Tesis para optar al título de doctor en Historia Moderna y Contemporánea, Universidad de Zaragoza, 2012; VILLEGAS VÉLEZ, Álvaro. *Alteridad racial y Construcción nacional: un balance de los estudios sobre las relaciones entre raza y nación en Colombia*. *Revista universitaria humanística*, n. 77, (2014). Disponible en: [revistas.javerianas.edu.co/index.php/univhumanistica/article/view/5931](http://revistas.javerianas.edu.co/index.php/univhumanistica/article/view/5931); BEHAMÓN, Misael Kuan. *La Misión Capuchina en el Caquetá y el Putumayo 1893- 1923*. Maestría en Historia. Facultad de Ciencias Sociales. Pontificia Universidad Javeriana. Bogotá, 2013; MONTES, Giovany Arteaga. *Almas para el cielo, “ciudadanos” para la República y territorio para la Nación: Los caminos empleados por los Capuchinos catalanes para*

alcanzar la civilización Cristiana en el Putumayo 1905-1930. Mestria em História. Universidade del Vale. Facultad de Humanidades. Santiago de Cali, 2018.

Entre os anos de 1880-1930 os discursos sobre alteridade na Colômbia adquiriram grande relevância, a tal ponto que se tornaram o núcleo dos projetos modernizadores que desencadearam a construção das hegemonias nacionais e regionais. Nessa perspectiva, os povos indígenas e a população negra foram considerados subalternos sendo objetos de diferentes modelos de controle social, através dos quais foram invisibilizados, reprimidos e desfavorecidos.

O racismo ocupou um lugar de destaque na construção da ordem social de uma nação que pretendia ser branca, moderna e civilizada, como informa Vega (2012, p. 9). De acordo com esse autor, a própria elite intelectual colombiana construiu um relato histórico e um universo simbólico de nação a partir da negação radical do “outro”, e se imaginou um país sem os povos indígenas e sem a população afrodescendente, com o objetivo de construir uma nação branca. Para atingir esse objetivo implementou-se um conjunto de estratégias que vão desde a eliminação simbólica do “outro” até sua assimilação cultural, a partir da evangelização e da Educação, e biológica com a imigração europeia.

O Estado, a Igreja, os partidos políticos conservadores e as universidades contribuíram para a implantação das políticas que “solucionariam” a questão indígena que representava o atraso racial e moral do país. Nesse sentido, segundo Vega (2012) e Montes (2018), os povos indígenas nos séculos XVI e XVII foram descritos como “idólatras”, no Século XVIII como “bons selvagens” e no século XX foram vistos como “raças inferiores”. E, dentro das regras de produção, serão tratados nesse período como “anormais e miseráveis”, o que vai justificar para o governo a assimilação forçada à exploração desses povos e, ainda da população afrodescendente. No contexto, raça e religião foram elementos centrais no processo de construção de identidades hegemônicas e subalternas.

O Estado Colombiano, através da religião, projeta uma imagem exaltando o “sangue espanhol” e a religião católica. Esse projeto excludente foi compatível com os ideais do Estado hegemônico do século XIX e início do século XX. Para o Estado, o progresso significava desenvolvimento econômico no modelo capitalista e o estabelecimento do poder do Estado em todo o território colombiano, inclusive nas regiões de fronteira. Nesse projeto os povos indígenas deveriam estar integrados numa

administração patriarcal, nesse caso as missões se encarregariam do sistema de produção, mas a prioridade seria educá-los moralmente, sobretudo com o controle do Estado.

A colonização dos territórios, o extermínio dos povos, a escravidão, a hierarquização das etnias, a extração de matéria-prima, a exploração de minerais, a devastação da natureza e a tributação em favor das metrópoles são materializações decorrentes da subordinação jurídico-político das colônias. Todos os fatos descritos são expressões e características determinadas pelo colonialismo e que permitiram a acumulação primária de capital pelas metrópoles europeias para a construção de seus estados-nações.

Dentro da lógica da organização jurídica e geopolítica do Estado Colombiano, os territórios de Caquetá, Putumayo, Amazônia e Guajira ficaram aos cuidados dos padres catalães Capuchinhos. A hierarquia da dominação cultural seguia os modelos coloniais etnocêntricos. A diferenciação étnico-racial é a base para a compreensão da colonialidade, que se estrutura no binômio “brancos-superiores-europeus” em oposição aos “não-brancos inferiores”. Esse binômio está baseado em padrões e ações de segregação raciais que identificavam os povos não-brancos como subalternos: a igualdade era restrita apenas aos europeus que estavam em primeiro nível. Aos brancos europeus eram associadas qualidades positivas de bons administradores e trabalhadores, seguidos pelos demais mestiços, e por último estavam os povos indígenas e afrodescendentes, classificados como preguiçosos.

Cabe ressaltar que o eurocentrismo é a perspectiva de conhecimento que foi elaborada sistematicamente a partir do século XVII na Europa como expressão e como parte do processo de eurocentralização do padrão de poder colonial/moderno/capitalista, sendo mundialmente imposta e admitida nos séculos seguintes como a única racionalidade legítima. No entanto, atualmente, sabe-se que não existe diferença biológica que hierarquize ou determine superioridade intelectual pela cor da pele. Tal fato rompe com o paradigma de “raça”, que foi a base do pensamento moderno europeu.

No século XX, a partir da constituição federal brasileira de 1988 inaugurou-se uma onda de inovações conceituais sobre os povos e as comunidades tradicionais, o que influenciou marcadamente a elaboração de novas constituições e a produção de emendas constitucionais em muitos países da América Latina. É possível observar as inovações jurídicas, em maior ou menor expressão ao se identificar as incorporações normativas dos conceitos de multiculturalismo e pluriétnicidade em países como Guatemala, Equador,

Costa Rica, Colômbia, Chile, Argentina, Bolívia, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela (SILVA; SANTOS, 2016).

Na Colômbia, as técnicas de dominação de colonização apresentadas denotam o colonialismo nas relações políticas, econômicas e sociais. A colonização no geral é o domínio de um povo ou nação sobre outro, entretanto a colonialidade se refere a um padrão de poder que não se limita às relações formais de exploração ou dominação colonial, mas envolvem também as diversas formas pelas quais as relações intersubjetivas se articulam a partir de posições de domínio e subalternidade, podendo ser observada ao longo do tempo nas relações de aprendizagem, no senso comum e na autoimagem dos povos.

Dessa forma, a alteridade espiritual suscitava reações intensas e diversas, tanto mais por estarem relacionadas a aspectos de poder político, interesses coletivos e suas relações sociais, mas também no plano individual, pelo papel da espiritualidade enquanto elemento constitutivo essencial da natureza do ser humano, em sua consciência, na sua relação particular com o sagrado e com o mistério da existência. Portanto, o imaterial foi o elemento que levou a igreja, através dos padres catalães capuchinhos, a alcançar, pela catequese e evangelização, regiões de fronteira como o Putumayo.

Pode se afirmar que a elite colombiana estava convencida de que se impusesse uma ética de trabalho nos moldes de produção voltada para o mercado para as classes subalternas os “salvaria dos vícios e os converteria” em sujeitos produtivos. O objetivo era obter produção da região de fronteira para atender ao mercado utilizando mão de obra barata, aos moldes do modelo capitalista de produção, transformar aquela região ou regiões em produtivas, desenvolver a agricultura, manufatura, indústria, o comércio local para a projeção nacional e internacional através da abertura de estradas e da navegação pelo rio Putumayo; e ainda mais, com o predomínio da língua castelhana e da religião católica.

O projeto civilizatório estatal, onde a religião tem papel fundamental, está baseado no processo de organização do sistema-mundo capitalista europeu moderno, e os padres capuchinhos foram elementos chave fazendo o papel do Estado no desenvolvimento desse projeto, na regularização do processo de Educação, na construção de estradas, na outorga de terras e na direção moral da sociedade. Então, os modelos de comunidades eram hierarquicamente divididos a partir das diferenças dos sujeitos, entre os sujeitos de mercado e os sujeitos à margem do mercado. O objetivo era transformar o modelo de vida selvagem, onde o ambiente-natureza-homem estavam em equilíbrio, em desenvolvimento

do setor agrícola para o consumo local e exportação. Esse deveria ser o modelo civilizatório cristão na modernidade no território de Putumayo.

O resultado durante o século XVII dos projetos de colonização espanhola no chamado Piemonte andino não somente fracassaram como também não se transformaram em verdadeiros polos de ocupação. Perante esse fracasso, as autoridades articularam outra maneira de colonização a partir da presença de missões religiosas. Dessa forma, através do Concordado de 1887 e do Convênio de Missões de 1902 foi firmado um convênio entre o Estado Colombiano e a Santa Sé encarregando a comunidade religiosa de atribuições governamentais, geopolíticas e eclesiásticas na fronteira colombiana.

Primeiramente foram os padres franciscanos (Del Colegio de Propaganda FIDE), que tiveram muita dificuldade para consolidar o projeto de colonização. Dentre as dificuldades estava o multilinguismo, e ainda a presença de portugueses com grandes interesses de explorar matéria-prima em todo o rio Putumayo. Nesse sentido, a imensa área desse território permaneceu por muito tempo sem a presença do governo espanhol, e posteriormente republicana.

### 8.2.2 Definição da fronteira no trapézio amazônico

Por outro lado, historicamente existia o sonho de integração para fins comerciais entre a Colômbia e o Atlântico Norte que iniciou com Rafael Reyes (1850-1921), cartógrafo, escritor e político que, em 1874, foi o primeiro a atravessar a pé a Cordilheira dos Andes e a descer de canoa o rio Putumayo até sua desembocadura no rio Amazonas para explorar as possibilidades comerciais no Amazonas brasileiro. Na viagem foram definidos acordos limítrofes estabelecidos entre o Brasil e o Peru nessa região economicamente disputada. Essas definições de limites foram cruciais para Reyes na sua atuação, posteriormente, como Chefe de Estado da Colômbia. Serviram de base nas negociações para definição da geopolítica regional entre a Colômbia, o Peru e o Brasil tendo como fronteira natural o rio Putumayo, através de um acordo de navegação reconhecido pelo Brasil.

De acordo com Palácios (2015), ainda no ano 1874, após sua viagem de exploração pelo rio Amazonas e Putumayo, Reyes viajou ao Rio de Janeiro e lá foi recebido pela Corte Imperial e obteve do Imperador do Brasil, D. Pedro II, a autorização para efetuar a livre navegação e o comércio de importação e exportação na região através do rio Putumayo. Dessa forma, Reyes formou a primeira companhia de navegação entre

os dois rios. Dominguez Y Gomez (1990, p. 69) esclarece que as distâncias eram consideráveis “[...] *el viaje de vapor del Pará hasta Cuembi (donde atracaban los barcos de vapor de un calado no mayor de cuatropies) remontando las águas del Amazonas y luego las del Putumayo, demoraba 52 y 60 dias, dependiendo de diferentes circunstancias que se presentaran*”.

As nuances e definições do espaço político-geográfico passam necessariamente pelo entendimento do contexto histórico referente às situações impostas por administrações jurídico-políticas coloniais. Nessa vasta região em especial, a análise da economia, da política e da sociedade serão determinantes na formação socioespacial. Como esclarece Santos ([1979], 2008, p. 28) “os diferentes lugares são o resultado de arranjo espacial, dos modos de produção particulares”, nesse sentido serão os condicionantes geográficos esses lugares e suas especificidades.

O momento econômico do início do século XX, com o aumento da demanda por borracha, exigia uma nova definição dos limites internacionais entre Colômbia-Peru e Colômbia-Brasil, principalmente quanto ao pertencimento da área que corresponde à floresta Amazônica. De todo modo, os limites haviam sido alinhavados com a formação dos respectivos países: Colômbia (1819), Brasil (1822) e Peru (1824). O tratado territorial de fronteira entre o Brasil e o Peru foi definido desde 1851, no Tratado de Lima (que assegurava comércio, navegação e os limites entre os países). Porém a divisa entre a Colômbia, Peru e Equador não havia sido definida, demorando ainda anos para ser efetivada.

Considerando-se que o pensamento corrente em 1919 era que a navegação a vapor pelos rios Putumayo – Amazonas seria a via natural para escoar a produção regional a partir de Puerto Asís, uma vez que o rio Putumayo é fronteira natural entre países como Peru e Brasil, o estabelecimento do comércio regular entre esses países era a única forma de desenvolvimento para esse território. Entretanto, havia um litígio territorial desde a independência da Colômbia, quando foi anexada ao seu território uma vasta área à margem direita do rio Putumayo, passando além do rio Napo.

Devido a essa expansão para o sul no território peruano, o governo do Peru entrou em guerra com a Colômbia. Esse impasse durou de 1828 a 1829 e só foi resolvido em 1830, quando a coroa espanhola devolveu a Província de Maynas (que corresponde à margem direita do rio Putumayo) para o Peru. De todo modo, em 1900 os peruanos novamente começaram a abordar os colonos e a impedir a navegação na região.

No decorrer da história, esse departamento do Amazonas colombiano foi alvo de conflitos, litígios, incidentes fronteiriços e guerra com os peruanos por muito tempo. Sobre esse tema, o padre Gaspar de Pinell, que empreendeu uma épica viagem de Puerto Asís até Manaus com o intuito de comprar um barco para incentivar a navegação nesse trecho, mostra como era difícil o litígio entre a Colômbia e o Peru. Ele enviou uma carta ao Prefeito Apostólico de Manaus onde relata detalhadamente a viagem e esclarece o motivo por que não foi possível comprar um barco: “*Nuestro primer intento al llegar fue adquirir, comprándolo, un buquecito, pero resulta que hay una ley en el Brasil que prohíbe la venta de toda clase de embarcaciones al extranjero mientras dure la guerra [...]*”. Acharam conveniente então alugar uma embarcação brasileira, Yaquirana (Figura 91). Nesse período o Brasil e o Peru já tinham um tratado de livre comércio, o que não havia entre a Colômbia e o Peru.

Na viagem “inaugural” houve sérios problemas de embargo com governo peruano, que os obrigou a voltar para Manaus duas vezes, mesmo com toda a documentação da embarcação conforme o estabelecido. É um período marcado pela porosidade territorial com uma grande densidade de normativas, tanto no território brasileiro quanto no peruano, o que interferiu nas relações comerciais e políticas desses países.

O conteúdo desse acontecimento está registrado no documento do Ministério de Relaciones Exteriores y Culto da Colômbia, organizado pelo Dr. Plácido Sanches, em 1919, descrevendo a região como um grande centro produtor, devido à terra de boa qualidade para agricultura (Figura 92), mas que necessitava de investidores e famílias que tivessem condições de investir capital na região. O objetivo era intensificar o comércio e, sobretudo, povoar a região.

Esse conflito foi solucionado definitivamente em 24 de março de 1922, com a assinatura do Tratado Lozano-Salomón, que deu um fim ao litígio territorial de quase um século entre a Colômbia e o Peru. No tratado a Colômbia cedeu ao Peru a zona compreendida entre o rio Napo-rio Amazonas-rio Putumayo. E o Peru cedeu à Colômbia toda a parte do rio Caquetá e o rio Putumayo, perdendo 100 km<sup>2</sup> de território, incluindo a cidade de Leticia, na tríplice fronteira. O tratado incluiu uma porção entre o rio Putumayo e o Amazonas no chamado “trapézio amazônico”. O objetivo era outorgar à Colômbia uma saída para o Amazonas e de lá para o Atlântico.

Figura 79: Embarcação Yaquirana



Fonte: Ministério das Relaciones Exteriores y Culto da Colômbia (1919)

Figura 80: Produção agrícola em Puerto Asís



Muestras de caña y frutos en Puerto Asís.

Fonte: Ministério das Relaciones Exteriores y Culto da Colômbia (1919)

Desse modo se formou um intenso movimento fluvial entre as cidades de Pasto e Mocoa, segundo Pineda (2000, p. 41). Mocoa tornou-se o epicentro de todas as atividades de extração e comercialização da Quina do Departamento de Putumayo. Havia na cidade diversas lojas e armazéns até com produtos estrangeiros, e seus habitantes usufruíam de um período de riqueza, exceto os povos indígenas, que foram atacados por febres e epidemias contraídas dos não indígenas devido ao contato com as embarcações que passavam e paravam nos seus territórios.

### 8.2.3 As caucherias na Amazônia Oriental

Pode-se afirmar que, do ponto de vista econômico, a partir de 1850 o comércio na região do rio Putumayo e Caquetá começa a se intensificar baseado em produtos extrativistas na exploração da quina e do caucho por empresários colombianos, peruanos e brasileiros. Bahamón (2013, p. 06) explica que:

*En la segunda mitad del siglo XIX Colombia se incorporó al nuevo orden mundial como exportador de materias primas y productos agrícolas hacia Europa y Estados Unidos. La búsqueda de nuevos recursos y de nuevas tierras tuvo como efecto la ampliación de la frontera agrícola. Esto implicó la búsqueda de mano de obra barata como la de los indígenas que habitaban los territorios de frontera. La incorporación de los indígenas al sistema económico también significó civilizarlos.*

De modo geral, segundo Gómez (2010, p. 118), representava explicitamente o discurso do Estado colonial espanhol, que estava empenhado de modo incansável em civilizar, evangelizar e integrar os povos indígenas.

Assim, o Estado Colombiano selou um acordo entre o Estado e a Igreja para que a região de Caquetá e Putumayo incrementasse um programa de colonização sob a coordenação dos padres capuchinhos. Os objetivos eram a integração dos povos indígenas a partir da catequese e da educação. Para Bahamón (2013) a presença da missão dos Capuchinhos entre 1893 e 1905 foi itinerante, entretanto nesse período foi criada a Prefectura Apóstolica de Caquetá. Nesse primeiro período os capuchinhos exerciam apenas o trabalho missionário comum como catequese, batismo e educação. Entretanto, os métodos não eram suficientes para conter a grande presença de empresários colombianos e de outros países que vinham explorar o caucho e a quina e, portanto, necessitavam da mão de obra indígena.

Entretanto, do ponto de vista social, foi durante o período republicano que se tornaram muito mais evidentes as situações coloniais clássicas. Tais situações nesse

período designam a "opressão/exploração cultural, política, sexual e econômica de grupos étnicos/racializados subordinados por parte de grupos étnico-raciais dominantes, com ou sem a existência de administrações coloniais" (GROSFOGUEL, 2009, p. 395), tornando-se frequente a expulsão dos povos indígenas de suas terras para integrá-los às mais baixas camadas da sociedade como escravos na extração do látex e nos trabalhos de extrativismos.

Essa resina era utilizada em diversos objetos de uso doméstico como sapatos, capas, no tratamento da hemorragia e na proteção contra o frio. Suas propriedades elásticas e de impermeabilidade contrastavam com alguns materiais, como o couro, que eram utilizados na Europa na confecção de capas, mangueiras e outros implementos. De acordo com Pineda (2000, p. 28), no ano de 1888 Dunlop deu um passo importante ao utilizar em pneu feito de caucho na bicicleta de seu filho, abrindo-se desse modo um campo crescente para a demanda de produtos manufaturados do caucho e, conseqüentemente, um aumento do volume de exportações da Amazônia.

No ano de 1899, chegou na região de Putumayo a viagem de exploração de Júlio César Arana (1864-1952), um dos maiores barões do caucho no Peru e sócio da Companhia inglesa *Peruvian Amazon Company (PAC)*, que tinha sede em Iquitos (Peru), Londres (Inglaterra) e Manaus (Brasil). Para Silva (2017), Júlio Cesar Arana explorou, torturou e enriqueceu à custa do trabalho escravo de centenas de milhares de indígenas das diversas etnias da região do rio Putumayo, a partir do mecanismo de Aviamento.

Sobre o sistema de Aviamento praticado em toda a Amazônia nesse período, Pineda (2000, p. 30) escreve:

*Los precios estaban sobrevalorados, en el cauchero recibia menores por el producto de su trabajo y no tenia información sobre la dinámica de los precios regionales, carecia , también, de un control sobre las cuentas, las pesas y con frecuencia el siriguero no podia tampoco cultivar sus productos, ya sea por falta de disponibilidad de tempo o por prohibición del patrón. De esta manera se veía forzado, como se dijo, a adquirir sus propios alimentos, un gran número de los cuales tenia una cadena comercial que abarcaba diversos intermediários ao largo del rio Amazonas.*

Era dessa forma que os patrões obtinham suas altas cotas: controlando todos os meios de comércio e explorando tanto produtores quanto consumidores. Estavam ligados a uma intrincada rede de proprietários de outras casas comerciais localizadas nos grandes centros de exportação, Belém e Manaus.

Nesse sentido, Ovidio Lago (*apud* SILVA, 2017) destaca em sua obra *El Rey del Caucho* que, das centenas de rios amazônicos, nenhum foi cenário de tanta tragédia, horror e degradação da condição humana como o Putumayo. Os exploradores

acreditavam que os homens que estavam sendo colonizados eram seres inferiores, apenas humanos para servirem aos ditos “superiores”. A diferenciação forjada justificava a desigualdade e hierarquizava grupos sociais, permitindo a implementação da violência direta. Os colonizadores escravizaram e destruíram diversas etnias da região de Putumayo. Segundo Gurgel (2017), Putumayo foi transformado por duas questões: a abundância de borracha no vale e a ganância humana.

A ocupação do território foi realizada em pontos estratégicos ao longo do eixo do rio Amazonas, na foz de seus afluentes e nas regiões de fronteira, especificamente no interior dos rios Amazonas, Putumayo, Caquetá e Napo, e na vasta área da selva amazônica. O Vale do Rio Putumayo tornou-se um reino para os barões da borracha entre 1880 a 1912. Em seu trabalho, Gurgel (2017) faz referência ao norte-americano Ernest Hardenburg (1886-1942), que testemunhou essas atrocidades e escreveu posteriormente denunciando ao mundo os horrores cometidos pelos funcionários da Peruvian Amazon Company (PAC), munido de uma farta documentação para que o mundo tomasse conhecimento dos crimes contra a humanidade praticados contra os índios na Amazônia. Desta forma, incriminou Júlio Cesar Arana como o que mais praticou “a banalidade do mal”.

De todo modo, em defesa dos direitos indígenas frente à exploração das caucheries destaca-se o trabalho do Padre Estanislau de Las Corts como um dos missionários mais dinâmicos dos que chegaram à Colômbia (CALDERÓN, 2005). Padre de Las Corts veio como missionário para a Colômbia na qualidade de Secretario do Prefeito Apostólico na missão Caquetá (que inclui hoje o Departamento de Putumayo e o Amazonas). Seus méritos como missionário durante 41 anos foram reconhecidos em todo o mundo, pois fundou povoados, abriu caminhos na selva, lutou, escreveu, pregou e organizou; e principalmente, denunciou reiteradamente a seus superiores os abusos cometidos contra os colonos e povos indígenas pelos caucheiros peruanos.

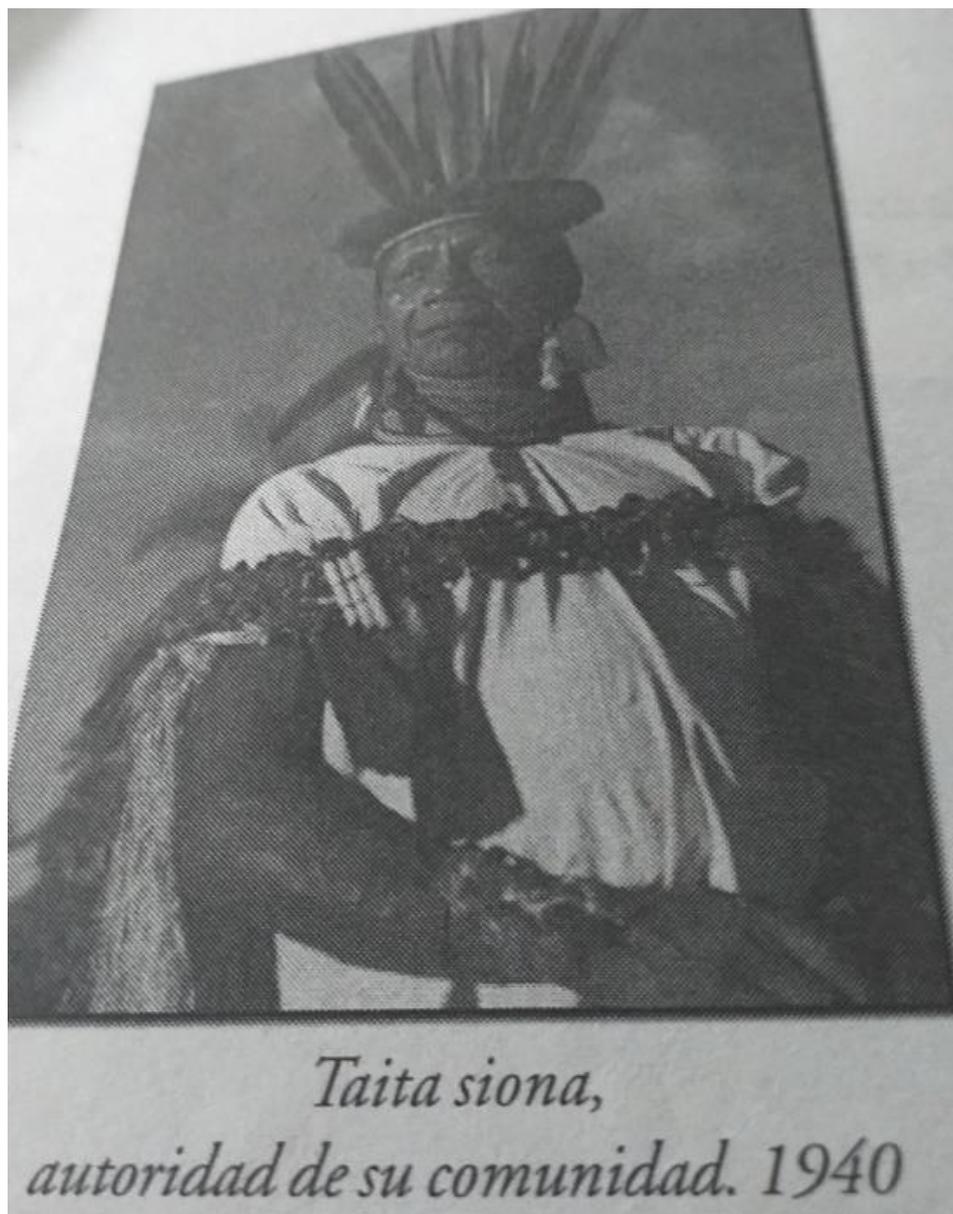
Dentre os trabalhos entre os indígenas, Padre de La Corts decifrou os toques *del Maguajé*, uma espécie de tambor utilizado pelos indígenas para enviar mensagens, e colecionou diversos cânticos indígenas, realizando um trabalho de evangelização a partir da Cosmovisão dos povos indígenas. Também fundou diversas cidades como Puerto Asís, Cucaya, hoje Puerto Leguizamo, El Encanto e outros povoados na Amazônia colonial.

Nessa perspectiva, Revelo Calderon (2005, p. 37) destaca o modo como Taita Mauricio, o mais idoso dos curacas do povo Siona, se refere ao Padre Estanislau de La Corts:

[...] sus padres y abuelos le referían que unos padres de cabeza pelada, barba larga, cuerda de lana blanca en la cintura, rosarios grandes y vestidos con cusma teñida, reunieron a todos los indígenas de aquella parte del Putumayo en dos pueblos que después se llamaron ciudades, porque se reunieron muchos indios, desde la boca del río San Miguel hasta la boca del río Guineo. Aquellos pueblos se llamaron San Diego e La Concepción....En La Concepción vivían todos los Sionas del Guamuez al San Miguel.

Desse modo, o povo Siona se reuniu com os demais povos indígenas de Oritos, San Diego, San Jose, Yorocupui, Montepa, Lorenzo-playa e tiveram como Cacique o Taíta Maurício (Figuras 93 a 98). Com sua morte, foi substituído pelo Taita Casimiro Castillo.

Figura 81: Taita Maurício



Fonte: Guido Revelo Calderon (2005, p. 37)

Figura 82: Padre Estanislau de La Corts com os indígenas



Fonte: Guido Revelo Calderon (2005, p. 37)

Figura 83: Missionário junto ao povo Siona



Fonte: Guido Revelo Calderon (2005, p. 37)

Figura 84: Napoleón Yaiguajé, Curaca Siona, 1935



Fonte: Guido Revelo Calderon (2005, p. 36)

Figura 85: Habitação indígena tradicional



Fonte: Guido Revelo Calderon (2005, p. 39)

Figura 86: Abertura da estrada Mocoa - Puerto Asís



Fonte: Arquivo histórico da Diocese de Mocoa – Sibundoy (DMS), sem ficha

## **CAPÍTULO 9 – O POVO SIONA DO RIO PUTUMAYO**

Os projetos de desenvolvimento promovidos pelas empresas em parceria com o Governo Colombiano, de modo geral, têm ocasionado diversos conflitos com os povos indígenas e as populações tradicionais. De acordo com Rodriguez (2008), esses projetos colocam em alerta povos indígenas e as populações tradicionais em defesa de seus direitos fundamentais, especialmente a sua autonomia, suas práticas sociais, religiosas e culturais; e, essencialmente, o direito a seus territórios tradicionalmente ocupados.

Dessa forma, recentemente houve na Colômbia uma evolução do número de conflitos entre os povos indígenas e os “donos dos projetos”, que são o Estado e as Empresas (nacionais e multinacionais), ou seja, como esclarece Rodriguez (2008), as organizações não governamentais frente às autoridades, especialmente as ambientais, que são encarregadas de outorgar as autorizações para a realização dos projetos e, inclusive, os grupos que estão à margem da lei.

Os conflitos ambientais que enfrenta a sociedade colombiana são complexos, com repercussões no ecossistema e nas etnias que representam o patrimônio cultural desse país. Esses conflitos colocam em evidência o quão vulnerável são seus direitos, sua autonomia e seu território, como por exemplo: a presença dos atores dos conflitos armados que fazem o cultivo de coca de forma ilícita dentro dos territórios indígenas e as decisões pautadas por organismos internacionais como consequências dos convênios internacionais e dos tratados de livre comércio.

No caso da região de Putumayo, a Defensoria del Pueblo (2002) esclarece que nessa região seus habitantes não têm desfrutado dos benefícios de sua grande riqueza natural e das diversas formas sustentáveis de exploração de seu território; pelo contrário, têm sofrido violência, deslocamentos forçados, assassinatos, aliciamento de menores para a guerrilha, como consequências dos impactos negativos. Essas pessoas têm sido assediadas e obrigadas a dedicar-se ao cultivo da coca, isso devido à falta de oportunidades de geração de emprego e renda, o que tem agravado a condição de pobreza e obrigado as pessoas ao cultivo da coca de forma ilegal.

Dentre outros motivos, muitos povos deixam a região de maneira forçada. No município de Orito, por exemplo, houve um grande êxodo de pessoas. Entretanto, isso se deve ao fato de que os territórios indígenas são, atualmente, zonas de disputa entre atores armados, o que provocou o deslocamento de membros de alguns povoados indígenas da região (DEFENSORIA DEL PUEBLO, 2002).

As ações violentas de grupos de milícias armados vulneraram os direitos fundamentais dessas populações da região de Putumayo, pondo em risco sua sobrevivência, sua integridade étnica e cultural. As fumigações são medidas tomadas pelo governo colombiano para o combate à produção ilegal de coca, e consistem no borrifamento aéreo do herbicida Glifosato nas plantações. Essa substância é classificada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como cancerígena para os humanos (MARTINEZ, 2015) e atenta contra a segurança alimentar e o direito à saúde nos territórios indígenas. Neste sentido, esclarece Rodriguez (2008) que o conflito armado, os cultivos ilícitos e as fumigações têm criado nos povos indígenas uma crise humanitária que os afeta tanto individual quanto coletivamente. A evidente deterioração dos ecossistemas estrategicamente protegidos desses povos afeta sua vida social, cultural e econômica.

Esses acontecimentos, evidenciam as pressões de todas as índoles que estas populações estão suportando na região do rio Putumayo, principalmente, para que se vinculem ao conflito e à produção ilegal de coca. Entretanto, segundo a Fundação Hemera (2002), muitas populações têm assumido uma posição de autonomia territorial e independência frente aos atores armados, com base em sua experiência histórica com respeito aos demais e à própria natureza.

O povo Siona vive no sul da Amazônia, na fronteira com o Equador, no médio e baixo rio Putumayo e nos rios Piñuña Blanco e Cuehemi, no Departamento de Putumayo. Seus membros se autorreconhecem como *Zion Bain*, e afirmam que foi somente após a chegada dos espanhóis que ficaram conhecidos como *Siona*, num processo de transculturação no qual ficaria mais fácil para espanhóis darem outro nome, pois estes não conseguiam pronunciar bem o nome indígena. Se consideram como “*La gente de chagra*”. *Zion* significa “chagra” e *Zion Bain*, é “*La gente que siembra chagra*” (COLÔMBIA, 2012).

O rio Putumayo nasce na Cordilheira dos Andes e deságua à margem direita do rio Amazonas, onde está localizado o município brasileiro de Santo Antônio do Içá. Tradicionalmente, o território Siona está ligado à bacia do rio Putumayo, localizado entre o Equador e a Colômbia. Do lado colombiano, os Sionas vivem no médio e baixo Putumayo, no Departamento de Putumayo, nos municípios de Oritos, Valle del Guamuéz, Puerto Asís e Puerto Leguízamo. As primeiras explorações no rio Putumayo foram realizadas pelos conquistadores espanhóis no século XVII e, posteriormente, pelos missionários franciscanos que fundaram aldeamentos no rio Putumayo.

Frei Plácido de Calella, que era missionário capuchinho, no início do século XX escreveu textos importantes sobre o povo Siona. Nestes textos ele afirma que desde antes do período colonial os Sionas consideram a região do rio Putumayo, desde a desembocadura do rio Guineo até Caucaya (atualmente Puerto Leguízomo), como seu território, havendo alguns deles se dispersado no passado até Napo.

As descrições contidas nos trabalhos de Jane de Langdon junto ao povo Siona desde os anos 1970 sobre a Buenavista, e as informações contidas no trabalho de Nazar (2016, p. 32), mostravam que até a década de 1970 os Sionas tenham uma vida próspera e tranquila, que definitivamente se contrastada com a de hoje, marcada pelo advento e o efeito cumulativo da guerra e do mercado ilegal da coca durante os últimos 50 anos.

Para Nazar (2016, p. 32) “[...] antes da eclosão desses fenômenos lamentáveis vinham acontecendo velozes mudanças nas formas de vida indígena nas beiras do Putumayo (por exemplo, a abertura do ciclo econômico do petróleo e a massificação da colonização agrária, ambos na década de 1960)”.

Em sua tese de doutorado defendida em 1974 e republicada em 2014, Langdon fez uma reconstrução detalhada da cosmologia e do xamanismo vigentes no passado, que foram as linhas de pesquisa privilegiadas pela autora. E para Nazar (2016), a pergunta pela especificidade, quase 50 anos depois de formulada, não parece ter uma resposta fácil. Segundo esse autor, a própria Jane Langdon

[...] tem afirmado que sua predição inicial estava equivocada, presa a uma definição dogmática de cultura e que, logicamente, nos anos 1970, ela não poderia ter previsto nem as enormes mudanças –coca, narcotráfico, guerra, degradação ambiental, expansão do movimento indígena –pelas quais os Siona iriam transitar nas décadas seguintes, nem a revitalização do xamanismo que iriam protagonizar os filhos e netos dos avôs com que ela trabalhou no início dos anos 1970. Esses avôs tinham evocado para ela as tradições orais, os saberes sobre história, xamanismo e cosmologia herdados dos seus maiores, referindo-se já nesse tempo, com nostalgia, a um mundo de práticas em abandono. Atrás tinham ficado os tempos heróicos dos Curacas e os Siona lamentavam a ausência destes guias políticos e protetores espirituais.

Para Langdon (1994, p. 03), os Siona vivem em uma sociedade multiétnica constituída por vários grupos indígenas e uma crescente população de colonos oriundos de várias regiões da Colômbia. Seu sistema médico tradicional caracteriza-se como um sistema xamânico devido à sua visão de mundo, crenças etiológicas e ritos de cura, destacando-se aquele durante o qual é consumida a bebida alucinógena *yagé*.

Com base no Censo Demográfico colombiano (2005) e em registros antigos, também se referem ao povo Siona como Gantëya Bain, Sioni, Ceona, Zeona, KokaKãnu e Quenque Joyo. A população atual Siona é de 1.829 pessoas, subdivididas em 943

homens (51,6%) e 886 mulheres (48,4%). Grande parte dessa população, 89,1%, está localizada no Departamento de Putumayo.

De todo modo, os Sionas correspondem a 0,1% do total da população indígena da Colômbia, sendo que 321 pessoas (17,6%) habitam a zona urbana, especificamente no Departamento de Putumayo, no município de Puerto Asís (COLÔMBIA, 2005). A principal aldeia é Buena Vista (próxima da fronteira do Equador), numa área de 13.127 hectares. As comunidades de Buena Vista, Tablero e El Hacha, em 1987 foram convertidas em reservas, mas a área demarcada para o povo Siona corresponde a 5 mil hectares e foi demarcada em 1973.

Os Sionas de gerações anteriores tinham contato com outros povos, como os Sequóias, falantes de outras línguas. Mas atualmente, devido ao contato, muitos vivem ou foram obrigados a viver em cidades que falam a língua espanhola. A história do primeiro contato que foi relatada entre os falantes da língua Tucano Ocidental com pessoas não indígenas ocorreu em 1599, quando os padres Ferrer e Fernando Arnulfi, missionários jesuítas, visitaram a região.

Em 1635, os missionários franciscanos iniciaram um trabalho na região do rio Putumayo, mas tiveram pouco sucesso. Entretanto, com o passar do tempo, a partir das transformações econômicas e sociais nessa região, mais de 20 missões se estabeleceram na região de Putumayo e Napo.

De acordo com informações da pesquisa de campo (agosto/2019) no arquivo da Diocese em Mocoa, os missionários traduziram o catecismo católico na língua Siona para o trabalho na evangelização e catequese, promovendo os valores cristãos dentro da cultura Siona. E sob a influência missionária vinham também os comerciantes. Os Sionas aprenderam a cultivar o arroz, iniciaram a produção e venda do cereal, e com o dinheiro compravam ferramentas e itens pessoais. Entretanto, em 1920 vieram também epidemias de sarampo, varíola e coqueluche que exterminaram muitas comunidades.

Cumprir ainda acrescentar algumas informações sobre a forma tradicional do território para o povo Siona; o espaço sagrado é fundamental, pois é no território que se desenvolvem os trabalhos agrícolas e os rituais, que são fatores extremamente ligados à sua identidade. Nessa perspectiva, o território é delimitado pelas seguintes características: locais proibidos, locais encantados e áreas comuns. Os lugares proibidos são aqueles onde não se pode realizar as atividades de pesca, caça, recolhimento, corte de madeira, por serem locais habitados pelos criadores. São alguns lagos, montanhas, sítios de origem, cemitérios e outros.

Os lugares encantados são espaços reconhecidos pela cultura indígena como zonas pelas quais não se pode entrar sem a devida permissão das entidades ou seres espirituais, isso mediante rituais de purificação, limpeza e harmonização. Esses locais são: Vale de Sinbunday, o rio Putumayo, o Jardim de Sucumbios, lagos, lagoas, montanhas e a selva virgem. As áreas comuns são as áreas do território destinadas à comunidade para que todos possam desenvolver suas atividades produtivas, rituais de renovação, festivais e hortas caseiras para o uso da medicina tradicional.

No documento do *Plan de vida Siona*, produzido pelo USAID em 2009, os Sionas afirmam:

*El territorio para nuestro Pueblo representa toda la vida y es la Madre Naturaleza, Madre Tierra ya que aquí se “cria” y desarrolla la planta sagrada del Yagé , esta planta es la mejor medicina que se puede tener donde se concentra la sabiduría de nuestro Pueblo. Sin territorio no se puede sobrevivir, de él depende la producción de la cultura y sobrevivir físicamente (GUARIN et al., s.d.).*

Por outro lado, o povo Siona vem ao longo do tempo enfrentado grandes problemas, pois a desterritorialização/deslocamentos forçados que vêm ocorrendo foram responsáveis por dizimar e expulsar de seus lugares ancestrais grande parte da população indígena e colocá-la em “bairros” periféricos de cidades como Puerto Asís, Leguízamos, Oritos, onde se refugiaram para não morrer. A região de Putumayo historicamente tem sido cenário de inúmeros conflitos movidos pelos diversos interesses, sejam políticos ou econômicos.

Sob tais condições, do ponto de vista econômico, no ano de 1963, após 10 anos de estudos, a empresa americana Texas Petroleum Company perfurou o primeiro poço de petróleo produtivo em Putumayo, dentro do território Siona. E segundo o Observatório de Direitos Humanos (COLÔMBIA, 2010), devido às dificuldades de transporte pela localização do poço no meio da selva, seria necessário abrir estradas que cortassem a floresta virgem. Desse modo, a Texas Petroleum Company optou por realizar a retirada dos produtos essencialmente por via aérea, utilizando para isso helicópteros e avião. Isso deixa muito claro a magnitude do impacto causado aos indígenas no início da exploração de petróleo em seu território. A chamada “trilha do óleo” desencadeou uma grande migração de pessoas para essa região, atraídas pela possibilidade de ganhos. Como consequência houve o processo de ocupação, colonização e valorização dessas terras ao longo da “trilha do óleo”, onde um grande número de pessoas se estabeleceu.

De maneira geral, os impactos ambientais gerados por essas empresas internacionais têm sido muito graves para essas populações. O saque, a exploração e a

destruição dos ecossistemas torna quase impossível as práticas da medicina tradicional Siona, como a tomada do Yagé (NAZAR, 2016), que é preparado com plantas medicinais da floresta. E ainda, de acordo com o *Plan de Salvaguarda Siona* (COLÔMBIA, 2012), esse processo afeta a alimentação, causando desnutrição da população, devido à contaminação do rio, às fumigações, que envenenam as plantas, e à escassez de animais de caça.

Outro fator de destaque é a presença e atração para a região de grupos insurgentes de militares das forças armadas que se bandearam para o serviço do crime e do narcotráfico. Isso tornou a vida mais difícil para os povos indígenas e demais povos ao longo do rio Putumayo. Para Gomez Lopez (2016), a presença desses grupos paramilitares e seu enfrentamento com as autoridades é tão forte que se desenhou um “novo mapa” referente aos deslocamentos dessas populações devido ao envenenamento do território pelas fumigações, pelo terror, pelas mortes e pelas incertezas.

De acordo com o Observatório Del Programa Presidencial de Derechos Humanos y DIH (COLOMBIA, 2010), o povo Siona, ao longo do tempo vem sendo submetido a pressões constantes de colonos, de narcotraficantes e das FARC. A região do baixo Putumayo tem sido palco de várias operações do governo da Colômbia de combate ao narcotráfico, especialmente o município de Puerto Asís. A Asociación Del Cabildo Indígenas Del Pueblo Siona - ACIPS denuncia esse confronto e esclarece que ele se acirrou entre 2003-2008 e permanece até os dias de hoje, fazendo com que os indígenas da aldeia Buenavista vivam num total estado de confinamento.

O município de Puerto Asís é onde reside o maior número de Sionas. De todo modo, é também o local onde as FARC têm desenvolvido a maior quantidade de atividades nessa região do baixo Putumayo. Com base nos dados da Policía Nacional do município de Puerto Asís, no período de 2003-2008 foram registrados 664 homicídios, sendo que em 2004 foram registrados 3 assassinatos de indígenas Sionas; os restantes são campesinos presos em meio ao conflito armado. Esses dados expressam a maior taxa de homicídios do Departamento de Putumayo. A participação do governo, através do Exército nacional, é sempre de militarização da região entrando em conflito com os guerrilheiros, e nesses conflitos muitas pessoas, camponeses e até indígenas, são atingidos pelas balas do confronto armado.

## 9.1 O ritual do Yagé e as práticas terapêuticas do povo Siona

De modo geral, o modelo de colonização aliado às doutrinas colonialistas pregadas pelas missões religiosas, primeiro os jesuítas, depois os franciscanos e por fim os capuchinhos, refletiram fortemente e ocasionaram grandes alterações e transformações na cultura e na cosmovisão dos povos indígenas do rio Putumayo. O universo de mudanças tem afetado drasticamente a vida dos Siona. Uma das consequências diz respeito à deterioração das condições sanitárias. De acordo com Langdon (1994), várias alternativas de cura têm sido introduzidas na região, incluindo tanto um aumento dos serviços da medicina oficial como das práticas originadas da cultura mestiça.

Atualmente, pode perceber no trabalho em campo que Puerto Asis conta com diversas farmácias, hospitais, postos de saúde e posto de atendimento da Cruz Vermelha. E, no comércio local várias pequenas lojas onde são vendidos remédios naturais, que incluem consultas com praticantes da medicina popular e herbalistas misturados com cultos afro e imagens de santos do catolicismo.

Entretanto, quando se fala em remédios da terra eles remetem à medicina tradicional praticada pelos Xamãs do povo Siona, sendo frequentemente indicados aos que perguntam nas farmácias populares do centro de Puerto Asis.

No caso específico das reações dos Siona frente às doenças introduzidas e às novas alternativas de cura, para Langdon (1994, p. 05) faz-se necessário explorar o contexto sociocultural da experiência de doença. E uma das alternativas apresentadas pelos antropólogos é afirmar que o itinerário terapêutico é guiado por uma distinção entre doenças "dos brancos" e doenças "dos índios". A classificação de uma dada doença como "do branco" ou "do índio" determinará a escolha do tratamento.

A cosmologia Siona tipifica o que é caracterizado como a "cosmologia xamânica". Para Langdon (1994, p. 05),

[...] O universo Siona é composto de cinco níveis hierárquicos, cada um deles povoado por várias classes de entidades, tais como entidades invisíveis maléficas (*wati*), figuras celestiais (Sol, Lua, Trovão), animais e seres humanos (Langdon, 1992b). Cada nível espelha os demais, no sentido de que todas as entidades têm organização social e vida material semelhantes. Os Siona também falam do mundo como tendo "dois lados": o primeiro, chamado "este lado", é o da realidade visível; o segundo, ou o "outro lado", é o lugar das forças invisíveis e de seus domínios, usualmente não percebidos sob condições normais. Para os Siona, a realidade cotidiana é influenciada por estas forças e suas atividades. Cada lugar, planta e animal tem um entidade não-visível correspondente no "outro lado". As ações "no outro lado" afetam os eventos "neste lado". As forças invisíveis são responsáveis pelo funcionamento normal do mundo cotidiano, onde influenciam o clima e seu ciclo anual, o aparecimento dos animais de caça e o processo de crescimento das pessoas,

plantas e animais. Também podem causar rupturas na rotina cotidiana e acarretar perigos para a segurança da vida. Tais rupturas geralmente materializam-se como doenças, mas podem também se expressar como escassez de alimentos, enchentes, terremotos, desvios de comportamento e conflitos sociais. Assim, para viver e prosperar neste mundo, para garantir a segurança comunal e individual e para enfrentar os perigos, é preciso aprender a conviver com e a influenciar as forças invisíveis. Os xamãs são os mediadores entre os seres do "outro lado" e os membros da comunidade.

Eles têm o conhecimento e a habilidade para entrar à vontade no "outro lado" e negociar com os seres que ali habitam. Tal capacidade é acumulada através do uso frequente e controlado do alucinógeno *Banistenopsis caapi*, conhecido por *'iko* pelos Siona e por *yagé* ou *ayahuasca* na literatura etnográfica" [...].

Desse modo, após séculos de colonização, o povo Siona incorporou diversos elementos da tradição Judaico-Cristã no ritual do Yagé, apesar de ainda manterem a figura do Xamã, denominado de "Curaca", que está encarregado das cerimônias ritualísticas, das curas e de administrar o "yagé". O "Yagé é uma bebida feita a partir de plantas que têm grande importância na etnia Siona. De acordo com Arango y Sanches (2004), o uso dessas plantas para os Sionas é o meio pelo qual se estabelece a comunicação com os seres mitológicos que, segundo sua mitologia, "*manejan el universo*". Para Langdon (1994), o termo *'iko* e seu nome comum na Colômbia, *yagé*, pode ser chamado somente de *'iko* na língua Siona, e corresponde ao termo "remédio", no seu sentido mais geral, uma vez que também se aplica à ordem cósmica, à ordem social e à saúde do indivíduo.

O *'iko* (*yagé*) que "produz visões" auxilia o xamã a penetrar no "outro lado", visando a descobrir o que "realmente" está acontecendo. Para influenciar o estado de saúde, prever perigo ou ruptura ou, ainda, retornar ao estado de "vivo" quando doente, o xamã precisa descobrir e influenciar as forças últimas relacionadas aos eventos. *Yagé* também é necessário para que seja adquirido o conhecimento e poder necessários para negociar com os espíritos. São os *'iko* que "produzem visões" que viabilizam os poderes de cura de outros remédios específicos. Isto porque foram descobertos através de visões propiciadas pelo *yagé* e, idealmente, devem ser soprados pelo xamã (sob o efeito do *yagé*) antes de empregados.

Os Siona conhecem centenas de plantas potencialmente utilizáveis para a manutenção do bem-estar nos mais diversos aspectos da vida. Há, inúmeros remédios com as plantas da região, e no trabalho de campo perguntei por alguns remédios usados na aldeia Nuevo Amanecer e me deram os seguintes exemplos: para falta de produção de leite materno, tomar extrato de "juinja" misturado com água de "tíbia", mistura que vai causar vômitos, mas vai purificar a paciente e criar o leite; para o parto demorado: tomar extrato de ervas de "huanquë" misturado com água fria; para o reumatismo: tomar a casca

da “corteza” raspada junto com a “churchuwas” misturadas e colocar no local para acalmar as dores; para verminose: administrar o vomitório de “pu’npu” 15-20 gotas para crianças e adultos; dentre outros medicamentos que vêm da ancestralidade desses médicos do Putumayo.

No Resguardo Siona Nuevo Amanecer em Puerto Asís perguntei para algumas mulheres como se dá o diagnóstico e o tratamento das doenças na medicina tradicional Siona e uma delas me respondeu que (tradução da autora):

O tratamento das doenças administrados pelos Xamã são levados em consideração as ameaças dos espíritos malignos na comunidade. Por isso, deve ser utilizada uma forma de tratamento diferenciado para cada pessoa a partir do tipo de doença que se manifesta fisicamente. O tratamento consiste em remédios a base de plantas dado aos pacientes e o Yagé é tomado pelo Xamã para a partir dos efeitos das visões ele irá determinar a origem espiritual da doença. A categoria da doença será determinada pelos sintomas físicos. Se não for grave aplica-se um composto com ervas e medicamentos de farmácia, caso os sintomas desapareçam não se dá mais importância ao caso. Mas, se não desaparecer novamente o Xamã será consultado, para que através dos seus poderes curativos possa acabar com o mal que aflige aquela pessoa.

Mas trata-se de um processo: primeiro o Xamã vai olhar o doente, depois ele entra no mundo espiritual usando o tabaco (mêto) e toma o Yagé. Ele vai ter visões que o transportam para os lugares dos espíritos e lá os espíritos vão lhe dar a resposta correta da doença e o remédio. Mas às vezes demora para o Xamã ter a resposta e o paciente tem que ficar na sua casa.

Em outros tratamentos o Xamã inicia logo o ritual de cura para extrair do local da dor uma flexa (Ya’rijo) que foi atirada pelos espíritos maus naquela pessoa que ficou doente. Para isso o Xamã tem que ter poderes bem superiores ao espírito do mal, senão o doente pode morrer.

No geral, atualmente muitas pessoas vêm dos diversos lugares do mundo para serem atendidas pelos Xamã em Putumayo, tomar o Yagé ou Ayahuasca e participar dos rituais de cura pelos médicos Siona. Amselle (2013) escreve sobre o impulso turístico atual em direção ao Xamanismo. No livro *Psycotropiques: La fièvre de l’ayahuasca em forêt amazonienne*, o autor detalha que é cada vez maior o número de ocidentais a empreender a jornada “iniciática” e questiona as sociedades modernas ocidentais e suas patologias, especificamente como o Sul cura o Norte, colocando a febre do Ayahuasca como de fato uma das atuais religiões dos ocidentais.

Ao conversar com os mais idosos fica evidente em suas falas uma nostalgia com relação ao sobrenatural nos elementos da cultura Siona, principalmente com relação ao ritual do Yagé, cujas plantas e raízes que compõem o chá eram/são cultivados de forma ancestral por eles em seus bosques.

Para entender um pouco sobre a mística do Yagé quando estive em Puerto Asís realizando trabalho de campo (agosto de 2019) ao visitar a aldeia Nuevo Amanecer,

localizada na periferia de Puerto Asís, conheci algumas pessoas da aldeia Buenavista, inclusive com um ancião de 74 anos que estava em tratamento de problema de vista e que teria que fazer cirurgia de catarata. Notei que ele tinha muito conhecimento, e especialmente um profundo conhecimento ritual. Conversei com ele sobre meu trabalho e solicitei que ele pudesse dar umas informações sobre o que de fato é o remédio, como os Sionas se referem ao Yagé.

Entretanto, a princípio não foi tão fácil convencê-lo, pela própria condição de insegurança em que vive o povo Siona e ele morar na aldeia Buenavista, onde estão os maiores conflitos. As pessoas de Buenavista estão sempre em situação de risco com relação aos grupos de guerrilha, inclusive de pessoas ligadas a esses grupos que transitam em Puerto Asís. Entretanto, ele aceitou conversar comigo e o convidei para ficar no hotel onde estava hospedada; felizmente tinha um apartamento disponível e ele ficou hospedado por dois dias. Solicitei ao hotel uma sala reservada, e lá tivemos a oportunidade de conversar sobre os Sionas, os problemas que afligem o povo na atualidade e, especialmente, sobre a espiritualidade.

Um misto de respeito, curiosidade, humildade e solidariedade fez com que nos aproximássemos, e as conversas fossem acontecendo de forma espontânea, natural, recheada de vivências intensas sobre a espiritualidade. Desse modo compreendi que os bichos, assim como as árvores e plantas, têm espíritos e são donos de conhecimentos transcendentais. E, podem ser aliados dos humanos, pois além de pertencerem ao mesmo universo e terem origem em substâncias comuns, podem ter o dom de curar e de conceder outros benefícios.

Desse modo compreende-se literal e exatamente o sentido da integração homem-natureza, como descreveu Descolar (1987) sobre o equilíbrio do povo Aschuar com o meio ambiente, e da mesma forma, como Langdon (1994) descreveu o modo e a relação do povo Siona de integração e espiritualidade com os elementos da natureza, e ainda segundo o informante, que esclareceu que: “[...] os bichos, assim como as árvores e plantas, têm espíritos e são donos de conhecimentos transcendentais. E, podem ser aliados dos humanos, pois além de pertencerem ao mesmo universo e terem origem em substâncias comuns, podem ter o dom de curar e de conceder outros benefícios”.

Demorei a compreender alguns aspectos das narrativas do mundo sobrenatural, principalmente dos animais que o participante encontra na experiência espiritual após as tomadas de Yagé. Ele falou sobre as “roupas” ou “peles” de aves e animais que conferem poderes a seus donos e auxiliam no processo de tratamento e cura. Quem tem a roupa da

Anaconda, por exemplo, consegue deslocar-se, normalmente pelo rio, para lugares distantes, em busca de conhecimento, explicações ou curas; da mesma forma, quem tem as roupas ou pele de Jaguar desloca-se pela terra, pela floresta, e da coruja desloca-se durante a noite em busca de conhecimento.

De todo modo, meu interlocutor não aceitou em nenhum momento o uso do gravador, por isso o uso do caderno de campo foi indispensável para as valiosas informações que vou transcrever aqui. E sou profundamente grata a ele por todas as informações repassadas.

Especificamente, gostaria de ter tido a oportunidade de entrevistar o Xamã ou Taíta da aldeia Nuevo Amanecer em Puerto Asís, e uma de minhas perguntas principais que humildemente e com todo o respeito iria fazer para ele seria como ele se transformou em pajé dentro da tradição e cosmovisão Siona. Entretanto, a vida do pajé é bem complexa: além dos trabalhos de cura para o povo Siona, ele é chamado para atender também outras etnias, e ainda, convites para eventos dentro e fora da Colômbia. No período em que estive lá ele estava viajando para outras aldeias.

De todo modo, em muitas etnias o processo de formação de muitos pajés é bem duro para os iniciantes, como esclarece Rodrigues (2017). Algumas vezes se dá por obra dos próprios espíritos, que “escolhem” alguém que começa a sonhar frequentemente com espíritos e, não raro, adocece. Quem identifica as manifestações de uma iniciação para a transformação em pajé, normalmente, é um outro pajé mais experiente. A partir desse diagnóstico, o iniciado passa por longos períodos de tratamento, que ao mesmo tempo é um treinamento, pois ajuda o futuro pajé a conhecer o mundo dos espíritos e com ele estabelecer relações. Esse tratamento é feito com o auxílio de determinado espírito, que passa a ser seu interlocutor principal com o mundo transcendental e com a natureza.

Aos poucos fui tentando penetrar no mundo do povo Siona com as longas conversas com meu interlocutor, a quem agradeço profundamente pela paciência comigo de fazer com que eu entendesse um pouco do enorme universo Siona. A primeira explicação que ele me deu foi sobre o que de fato é o Yagé:

O Yagé possui um remédio capaz de transportá-los para outro mundo, o mundo que aqui no mundo físico não é visível, e a realidade se torna mais verdadeira lá nesse mundo (metafísico) sobre o efeito do Yagé. Os seres dessa outra realidade também tomam o Yagé, e vem visitar essa realidade em forma de espécies desse mundo, como por exemplo, as vespas que saem do oco dos troncos de árvores. Essa relação entre os Sionas e o mundo espiritual é que lhes dá forças para resistir e manter o contato com seus antepassados, que agora moram nesse outro lado metafísico. E cada personagem desse mundo tem poderes semelhante ao dos grandes “taitas. Ele vai controlar o uso e vai dirigir o ritual, interpretar os segredos do mundo para poder guiar o destino do seu

povo, encontrar seus antepassados, e ao chegar lá encontrar todos felizes vestidos com colares de plumagem brilhante. Lá esses antepassados realizam seus sonhos que não tiveram na vida terrena, tem bebida feita de abacaxi Chicha. Acima ainda desse universo está a morada do Deus criador, Riusu, e aqueles que conseguem visitá-lo geralmente recebem dele sua benção especial na forma de um cálice de meio litro parecendo um cálice usado na missa. Esse cálice irá qualificá-lo para exercer os poderes de Xamã<sup>2</sup>. Nos seus sonhos induzidos vai comunicar-se na selva com o Jaguar (onça) (o Yai da Selva) e com a grande Anaconda (Aña peque), que é a soberana do rio. Nas visões do Yagé verá outros espíritos bons e maus. Terá visões sobre o papel como líder, com quem deverá casar se for jovem, quem é o culpados das coisas ruins na aldeia, o feiticeiro mal. E apesar de tudo isso a pessoa está com o corpo descansando na rede enquanto sua alma está visitando todos esses seres na selva, no fundo do rio ou nas nuvens

E como se faz a preparação do Yagé? Para o informante, a forma antiga de se preparar é a seguinte:

Os homens são nomeados pelo Taíta para se encarregarem da preparação da cerimônia do remédio Yagé. Os homens escolhidos têm que ter experiência no preparo do ritual, mas não podem participar homens que suas esposas estejam com menstruação, pois essa condição pode causar danos muito graves na bebida. Para a preparação um homem vai para a floresta, pega uma quantidade das raízes e folhas usadas e leva para o local de preparo, que deve ser usado somente por quem vai fazer a bebida. Tem que remover bem as cascas para que a bebida não fique excessivamente amarga. Coloca num pilão e bate bem a massa que deve ter uma fina espessura, coloca para cozinhar com bastante água que será reduzida pela metade após o tempo total do cozimento e cobre com as folhas, e logo se deve marcar a cerimônia para evitar que a bebida que se contamine. Durante a tarde os participantes têm que jejuar e tomam medicamentos feitos com ervas que causam vômito para se purificar e para que o Yagé não provoque ataque de vômitos muito perigoso, que pode causar a morte. Quando o sol se põe e começa a escurecer começam a tocar os instrumentos tambores, flautas e outros de ritmos para chamar as pessoas para a reunião. Todos se reúnem na casa escolhida somente para o ritual. Antigamente, era na selva, mas não longe da casa do Xamã. Algumas regras para quem pode se qualificar para a cerimônia: os jovens depois da puberdade, que as esposa não estão grávidas e sem a menstruação. Mulheres menstruadas sequer podem se aproximar do local, não podem usar perfumes, só pode se aproximar da casa do Yagé quem toma banho de manjerição ou folha de Guaraja, gunji ma'ña que são medicinais, e podem ser tomadas como calmante emocional.

Perguntei se as mulheres no geral podem participar do ritual, e segundo o informante:

Agora está mais aberto, mas antigamente as mulheres participavam das tomadas de Yagé, mas sem os homens. E o grupo era no máximo vinte homens, e cada um pendurava sua rede e se deitavam nela. O Xamã passava algum tempo cantando sobre o pote de barro que estava com o Yagé enquanto mexia no embrulho das folhas perfumadas por cima para purificar o remédio das influências dos espíritos maus. Também têm as fumaças de folhas perfumadas para espantar os espíritos ruins. O papel do Xamã em todo o ritual é de cantar canções especiais, que às vezes ninguém compreendia, agitando o ramo com as folhas perfumadas. Ele fica preparando os participantes para terem resistência contra os espíritos malignos, a dor de cabeça, vômito e a visão ruim.

---

<sup>2</sup> Sem dúvida esse conceito de Deus se origina da influência dos missionários franciscanos que evangelizam na região há mais de duzentos anos com esse tema.

E cada homem na sua vez se ajoelha na frente do Xamã para receber o remédio num pequeno copo de barro feito somente para essa finalidade. Os homens que estão iniciando recebem menos, de acordo com a capacidade de tolerá-lo, pois é muito amargo e causa vômito. Depois de tomar o Yagé tem que mastigar a cana-de-açúcar para remover a amargura. Tem mais cânticos e uns tocam as flautas, alguns tocam e cantam mais forte já sobre o efeito do Yagé. No final todos se recolhem para suas redes. Apenas o Xamã permanece sentado num banco em frente a panela, cantando para os espíritos e agitando as folhas aromáticas chamando boas visões e elevações.

Perguntei ainda o sobre a visão pessoal dele durante todos os anos que participou dos diversos rituais de Yagé e ele me respondeu com a convicção de sua vivência pessoal:

Com a tomada do Yagé você passa a entender o mundo dos espíritos, aprende quem são os espíritos bons e os maus, e a cada tomada se entende mais o sobrenatural, o universo. O mais importante é que cada participante tenha uma boa visão, por isso o Xamã tem que estar atento, prestando atenção principalmente nos iniciantes. É muito ruim sonhar com espíritos assustadores; isso é doenças, é sinal de um corpo doente. Também é ruim sonhar com quem está se afogando, ver o fogo ou que está tomando banho na água suja. A boa visão começa vendo as cores, se ouve música e as pessoas sobrenaturais são alcançadas se formando um acordo que vai definir a que árvore do Yagé você pertence. As pinturas são variadas e pode aparecer a pintura da Anaconda, que essa é a raiz do Yagé, e vem para testar a coragem do participante se enrolando ao redor dele. Se ele gritar é por que não tem coragem, então a Anaconda engole ele, ou do contrário, faz ele andar de costas carregando a anaconda nas costas; e mostra pra ele todo o panorama do mundo sobrenatural. Mas também pode aparecer o Jaguar ou a coruja, e a pessoa continua sua viagem agora dirigida pelo animal que o acompanha para explicar sobre as habitações dos espíritos onde isso acontece. Passa pela terra onde há espíritos, entra na casa dos Sionas para causar doenças, tudo isso é mostrado aos participantes. Mas também é mostrado os espíritos ferozes que causam a morte aos participantes e o abandonam no escuro. Você precisa depender dos cantadores e do Xamã que vão controlar sua visão. O certo é que o participante deixa seu corpo na rede, mas sua alma vagueia pelo sobrenatural.

Após esse período de dois dias de entrevista, imediatamente tive que trocar de hotel por precaução, temendo a ação de grupos armados, que possuem os mais diversos interesses. De todo modo, fui alertada pelo Padre Orlando, pároco da igreja matriz de Puerto Asís, que contou que existiam casos, inclusive na região, de pesquisadores sequestrados pelas FARC: na cidade de Cauca a guerrilha havia sequestrado neste mês de agosto de 2019 um funcionário do governo, engenheiro agrônomo, e o governo teve que pagar cinco milhões de pesos colombianos como resgate.

Dentre inúmeros outros casos, um caso de sequestro que ficou famoso mundialmente ocorreu com Ingrid Betancourt Pulecio, uma ativista franco-colombiana sequestrada pelas FARC em 23 de fevereiro de 2002, que permaneceu no cativeiro até 02 de julho de 2008.

## **CAPÍTULO 10 – TRABALHO DE CAMPO NO DEPARTAMENTO DE PUTUMAYO – COLÔMBIA**

A pesquisa de campo estendeu-se por 29 dias em agosto de 2019, divididos em dois espaços:

1 - Atividades em Bogotá, distribuídas entre a chegada e os deslocamentos para o Departamento de Putumayo, município de Puerto Asís, aldeias e a finalização dos trabalhos na Aldeia Cabildo Nuevo Amanecer:

- Coleta de dados e levantamento socioeconômico e cultural junto ao povo indígena Siona, Organizações Não-Governamentais, Associações Indígenas e Missões Religiosas; Alcaldía de Puerto Asís;

- Contatos e entrevistas não estruturadas ou semiestruturadas com indígenas Sionas e não indígenas;

- Preparação de viagens de campo às aldeias Buenavista e Nuevo Amanecer;

- Checagem final de dados após as viagens às aldeias e finalização de trabalho de campo.

2 - Pesquisa no município de Puerto Asís

A escolha das aldeias foi definida a partir dos seguintes critérios:

- A impossibilidade de ir para aldeia Buenavista devido ao conflito na região entre a guerrilha, narcotraficantes e os exércitos colombiano e venezuelano, que realizavam uma ação conjunta. Por esse motivo a situação era de confinamento dos indígenas na aldeia Buenavista, e o risco era muito grande de entrar ali nesse período.

Aldeia pesquisada:

- Aldeia Nuevo Amanecer.

Foram realizadas, entre outras, as seguintes atividades:

- Levantamento de dados, registros, documentos;

- Visitas a entidades Governamentais, Não Governamentais e Religiosas em Puerto Asís e Mocoa.

## 10.1 Cronograma de viagem: Belém – Bogotá – Puerto Asís

Quadro 1: Agenda de viagem

<b>CRONOGRAMA Agenda de Viagem – 27 dias</b>				
Período		Atividade	Local	
Início	Fim		Início	Fim
07/08	07/08	Deslocamento	Belém-São Paulo	Bogotá
08/08	10/08	Pesquisa de Campo/ visita à Universidade Nacional de Colômbia/ Departamento de Antropologia e na Biblioteca da Universidade Nacional. Pesquisa na Biblioteca Nacional de Colômbia.	Bogotá	Bogotá
10/08/2019	11/08/2019	Preparação para a viagem para o Departamento de Putumayo. Pequeno Survey ao Museu Nacional da Colômbia.	Bogotá	Bogotá
12/08/2019	13/08/2019	Deslocamento de Bogotá para Puerto Asís (ônibus da empresa COMOTOR às 16:30h).	Bogotá Saída/horário: 16:30h	Puerto Asís Chegada/horário: 18h
14/08/2019	17/08/2019	Pesquisa de Campo: visitas a órgãos e entidades públicas: a biblioteca	Puerto Asís	Puerto Asís

<b>CRONOGRAMA Agenda de Viagem – 27 dias</b>				
Período		Atividade		Local
Início	Fim	Início	Fim	
		municipal de Puerto Asís Prefeitura Municipal de Puerto Asís Escola Municipal de Ensino Fundamental próximo à aldeia Nuevo Amanecer. Primeira Visita à aldeia Nuevo Amanecer. Prelazia na igreja São Francisco. Sede da Cruz Vermelha e Sede da Organização dos Estados Americanos – OEA		
18/08	18/08	Pesquisa de Campo/visita ao Porto de embarque e desembarque de mercadorias no rio Putumayo, aproximadamente 10 km de Puerto Asís. Visita à aldeia Nuevo Amanecer.	Puerto Asís	Puerto Asís
20/08	24/08	Deslocamento para cidade de Mocoa (veículo coletivo tipo Van) para pesquisa de campo.	Puerto Asís	Mocoa

<b>CRONOGRAMA Agenda de Viagem – 27 dias</b>				
Período		Atividade		Local
Início	Fim	Início	Fim	
		Pesquisa de Campo: Arquivos da Diocese de Mocoa na catedral San Alfonso Maria de Ligorio.		
25/08	25/08	Retorno para Puerto Asís.	Mocoa	Puerto Asís
26/08	28/08	Retorno à aldeia Nuevo Amanecer para pesquisa de campo.	Puerto Asís	Puerto Asís
29/08	29/08	Deslocamento pela companhia aérea SATENA.	Puerto Asís	Bogotá
30/08	31/08	Pesquisa de campo na Biblioteca Nacional de Colômbia / Biblioteca da Universidade Nacional de Colômbia. Pequeno Survey ao Museu do Ouro.	Bogotá	Bogotá
01/09	02/09	Retorno ao Brasil.	Bogotá – São Paulo- Fortaleza	Fortaleza- Belém

Fonte: dados da pesquisa

Como demonstrado no cronograma do Quadro 1, estabeleci em Bogotá e Puerto Asís as bases de trabalhos, onde desenvolvia as atividades acima listadas, de pesquisa propriamente ditas, e de organização das viagens e dos dados coletados em campo.

O trabalho de campo inicial em Bogotá centrou-se principalmente na pesquisa bibliográfica e histórica para esclarecimento sobre o contexto socioeconômico e cultural dos povos indígenas, especialmente o povo Siona. Realizei várias visitas a bibliotecas e à Universidade Nacional de Colômbia em busca de material para subsidiar esta pesquisa.

Em Puerto Asís me reuni com pessoas ligadas às instituições, que me deram total apoio, às quais sou muito grata, especialmente ao Padre Orlando, da Paroquia San Francisco de Asís, que me indicou as entidades que de fato poderiam dar apoio ao meu trabalho, com informações valiosas referentes aos procedimentos dentro de uma área extremamente complexa e com sérios riscos. E também pude realizar uma pesquisa em alguns arquivos da diocese de Mocoa. Essas reuniões foram bastante importantes para ganhar o apoio e recomendação junto às comunidades que seriam visitadas. Vamos ao relato.

No início do mês de agosto de 2019 viajei pela primeira vez para a Colômbia. Meu destino era, primeiramente, Bogotá e o Departamento de Putumayo, no sudoeste colombiano. Ao chegar em Bogotá fiquei hospedada num hotel localizado no bairro El Chapinero, que logo verifiquei ser bastante familiar e prático pela facilidade de deslocamento para o centro nas minhas longas visitas à Universidad Nacional de Colômbia e à Biblioteca Nacional.

## **10.2 A estrada**

O deslocamento para o Departamento de Putumayo foi num ônibus da empresa Coomotor. Entretanto, fiquei um pouco apreensiva com essa viagem, pois já tinha conhecimento prévio do percurso e dos perigos da região, mas a viagem de fato me surpreendeu. Saí de Bogotá no dia 12 de agosto de 2019 às 16:30h, e nesse trajeto meus sentidos se aguçaram muito mais, apesar de já estar há muitos anos acostumada a viajar por estradas de chão, como na Transamazônica de Itaituba para Jacareacanga, voar em pequenas aeronaves enfrentando mau tempo e navegar de voadeira pelos rios do Estado do Pará. Mas nada comparado a viajar nas *Carreteras* colombianas.

Foi uma experiência complexa por algumas razões: primeiro pela quantidade de veículos naquela tarde, e pior, em alta velocidade; e a estrada sinuosa, que no decorrer da viagem foi ficando mais estreita. Depois da cidade de Neiva, onde chegamos às 22:30h para comer alguma coisa, seguimos viagem e a estrada ficou ainda mais estreita. Viajamos a noite inteira até as três horas da madrugada, quando chegamos num lugar chamado “o

trampolin de la muerte”. O veículo parou e o motorista nos avisou que dali para a frente somente quando amanhecesse, na luz do dia, e trancou o ônibus. Muitos dormiram, mas, infelizmente, fiquei em alerta até as seis da manhã, por motivos óbvios: muito medo e muitas ideias na mente.

O ônibus estava com a lotação completa: seis passageiros norte-americanos, um casal jovem chinês (ambos dormiram a viagem inteira) e eu brasileira, além dos demais passageiros, pessoas da região.

Formou-se uma fila de veículos de ambos os lados. Às seis horas começaram a passar os veículos que vinham do outro lado oposto, já estava mais claro e daí pude ter a dimensão de onde estávamos: trata-se de um lugar onde existe um estreitamento da estrada em meio a um imponente abismo, que a população local chama do “Trampolim de la Muerte” (Figuras 99 a 103). Dias mais tarde, quando estive em Mocoa comentei sobre a estrada para uma pessoa, uma senhora chamada Iná, que relatou uma tragédia que aconteceu em 1991, quando a estrada rompeu com um grande deslizamento de terra e pedras dos Andes e muitas pessoas que estavam em veículos na estrada morreram e caíram no abismo “Trampolin de la Muerte”.

Figura 87: Curvas sinuosas e abismos na estrada mal conservada



Fonte: Arquivo pessoal - Carretera Bogotá - Putumayo (ago. 2019)

Figura 88: Mureta construída recentemente, segundo um motorista, devido a um acidente em que morreram várias pessoas



Fonte: Arquivo pessoal - Carretera Bogotá - Putumayo (ago. 2019)

Figura 89: Foto (capturada da internet) do acidente que aconteceu em junho/2019 na estrada Bogotá – Puerto Asís



Fonte: Foto capturada na internet (s.n.; s.d.)

Figura 90: O Rio Pipinito sempre transborda na época de muita chuva na região (Em 13 ago. chovia bastante)



Fonte: Arquivo pessoal - Carretera Bogotá – Puerto Asís (ago. 2019)

Figura 91: Carretera Bogotá – Puerto Asís (Agosto/2019) - Deslizamentos de terra e árvores são muito frequentes quando chove na região



Fonte: Arquivo pessoal - Carretera Bogotá – Puerto Asís (ago. 2019)

Por outro lado, pareceu-me maravilhoso andar pelo Piemonte Andino- Amazônico, pois dá para ter uma perspectiva multidimensional, geográfica, das características físicas e da valorização histórica e simbólica do que representa essa estrada para os grupos que vivem nessa região.

De todo modo, consegue-se “observar”, pelo modo de vida dos camponeses, todo o trabalho histórico de colonização que os padres espanhóis capuchinhos alcançaram através da evangelização e catequese, tornando essa região de Putumayo produtiva ao desenvolver a agricultura. Observei as casas, em sítios os sistemas agrofloretais consorciados, alguns até com piscicultura. Observei também que nas casas cultivam muitas espécies de flores e colocam arranjos de flores pendurados nas janelas e nas varandas, e muitas casas possuem hortas nos quintais, numa perfeita relação do homem com a terra: *la tierra es la madre*.

Choveu bastante nesse 13 de agosto de 2019 e o ônibus teve que ir bem mais devagar devido aos riscos dos deslizamentos de terra na estrada. Em algumas localidades víamos famílias inteiras desobstruindo com pás a estrada nos pontos onde já havia

deslizado terra e pedras. Os motoristas sempre jogavam ou moedas ou alimentos. A falta de manutenção e infraestrutura nessas estradas é um problema gravíssimo nessa região com muitos acidentes fatais, e ainda prejudica o escoamento da produção camponesa.

De tarde, às quinze horas, o ônibus chegou numa cidade que, pelo horário marcado no bilhete da passagem para a chegada a Puerto Asís, deveria ser às treze horas. Com o atraso e devido à chuva, presumi que fosse Puerto Asís. Saí do ônibus junto com os estrangeiros, peguei a bagagem, o ônibus foi embora, chamei um táxi e pedi para me levar ao hotel onde tinha feito a reserva, dando o endereço ao motorista. Ele não conhecia o endereço e perguntei se ali não era Puerto Asís. Ele me disse: - Não Senhora aqui é Mocoa! Tive que pegar um transporte alternativo, uma Van para voltar ao caminho de Puerto Asís. A distância de Mocoa para Puerto Asís é de uma hora e quarenta e cinco minutos.

Numa dessas felizes coincidências do destino encontrei uma senhora que mora em Puerto Asís, mas que vinha toda semana visitar um filho que mora em Mocoa, a Senhora Iná. Muito falante, quando estava esperando a Van ela foi logo me perguntando: *Que Haces aqui? De donde vienes? Estas solita?* Daí, de pronto, foi logo me alertando sobre Puerto Asís: que eu deveria ter bastante cuidado, não falasse com ninguém sobre meu trabalho lá e fez sinal para que conversássemos bem baixo, pois tinha muitas pessoas por perto “e as rodoviárias na região são lugares muito perigosos, tem muitos guerrilheiros que andam por aqui, podem estar na Van e nem sabemos”. Entretanto, na viagem ela foi muito simpática ao mostrar em todo o percurso cada lugar e cada cidade.

Mostrou-me o lugar onde fica uma queda d’água muito famosa, chamada *la cascata fin del mundo*, que ela presumiu ser o local para onde todos os outros turistas tinham ido. Depois na primeira parada em Villa Garzón, o CEA (Centro Experimental Amazônico), a entrada para Oritos no Equador, com percurso de uma hora, mas que ela não me recomendaria ir lá pela alta temperatura e pela presença forte de grupos guerrilheiros. Depois paramos em Puerto Guzmán, Puerto Caicero e, no final, Puerto Asís. Entretanto, a estrada sempre com muitas e acentuadas curvas, um trânsito intenso de caminhões tanque, que os locais chamam de *Caquete*, ônibus, motocicletas, carretas, enfim, em cada curva um obstáculo. Ao chegar a Puerto Asís agradei e me despedi da Senhora Iná e fui para o hotel.

### 10.3 A coleta dos dados

No outro dia, em Puerto Asís, iniciei a pesquisa, primeiramente na biblioteca municipal para verificar as publicações sobre o processo de colonização, os povos indígenas e, especificamente, o povo Siona. Há mototáxis em grande quantidade, mas por recomendação da Sra. Iná, de jamais pegar mototáxi pelo risco de sequestro de estrangeiros, chamei um táxi do hotel. Entreguei ao motorista o endereço da biblioteca pública e no trajeto observei que ele saiu da parte do asfalto e me levou a uma estrada de terra, entrou numa rua que mais parecia uma invasão dessas que se vê muito no Estado do Pará... e fiquei surpresa.

Deparamos com uma blitz da polícia com policiais com cachorro, bem na entrada do bairro, revistando carros e motos. Pararam o táxi e pediram meus documentos, passaporte, e tive que mostrá-los e dizer que estava indo para a Biblioteca Pública Municipal. O policial nos indicou o caminho: de fato, era naquele bairro sem infraestrutura alguma.

A Biblioteca está localizada ao lado do Centro de Assistência Infantil. Ao chegar lá no local tinham dois homens fazendo atendimento, um mais jovem e o outro uma espécie de “vigia”, um homem idoso e muito sério, mas que prestava muita atenção ao que eu estava procurando. Expliquei ao jovem que queria material histórico da colonização da região e sobre o povo Siona, e ele me entregou um livro e quatro revistas. Sentei numa das mesas, e o senhor idoso, na mesma hora, sentou-se na minha frente. Fiquei um pouco desconfiada, pois ele ficou enviando mensagens no celular.

No tempo em que estive lá não entrou nenhum aluno para fazer pesquisa. E comecei a fotografar no livro o que era de meu interesse e, felizmente, o homem se levantou e saiu, mas depois de um tempo ele curiosamente passou pelo lado de fora da janela olhando fixamente para o local onde eu estava. De fato, fiquei muito tensa nesse lugar, mas continuei trabalhando fotografando e lendo o que era do meu interesse. Agradeço ao motorista que cumpriu a palavra e foi me buscar quinze minutos antes do combinado (Figuras 104 e 105).

Figura 92: Interior da Biblioteca Municipal de Puerto Asís



Fonte: Arquivo pessoal (ago. 2019)

Figura 93: Fachada da Biblioteca Municipal de Puerto Asís



Fonte: Arquivo pessoal (ago. 2019)

De todo modo, continuei fazendo contatos, mas gostaria de deixar registrado que não é fácil colher informações numa região complexa como Puerto Asís, onde o município sofre influência dos cartéis de narcotraficantes e das frentes de guerrilha. As informações que lhe dão são muito fragmentadas, e ninguém quer se identificar para não se comprometer; por isso não usei gravador, apenas minha agenda, na qual anotava muito discretamente as informações, pois até anotações inibiam as pessoas de dar informações.

Fui então na prefeitura, me apresentei como professora brasileira que estava realizando um trabalho sobre os povos indígenas do Brasil e da Colômbia e a situação sociocultural desses povos na atualidade. Porém, para ir a uma escola num bairro onde estudavam crianças indígenas e conversar lá com o corpo técnico não foi fácil, pelos mesmos motivos: ninguém quer se comprometer em dar informações.

Passei em frente ao Departamento de Apoio para Vítimas de Conflitos Armados, entrei e solicitei informações a uma funcionária que estava atendendo. O local é uma sala com cadeiras em filas e havia várias mulheres indígenas com crianças para fazer um tipo de cadastro. A funcionária que me atendeu, que não quis se identificar e nem permitiu fotografias no local, explicou que o confronto armado no Departamento de Putumayo tem deixado ao longo do tempo um grande número de vítimas, e eles têm projetos produtivos a partir dos acordos de paz para beneficiar a população tanto do setor urbano quanto do rural; e tentam articular todas as instituições estatais para essa finalidade. Mas ela admitiu que, mesmo com os esforços de algumas prefeituras como Puerto Asís, eles não têm condições financeiras para solucionar todos os problemas, principalmente de novos lugares de habitação imediata para os que foram expulsos de suas terras pelos conflitos armados, e esse é o problema mais comum.

Ela pediu que eu fosse *ao Comité Internacional de la Cruz Roja*, pois eles têm ajudado bastante, principalmente no caso de vítimas de minas terrestres. Perguntei sobre as maiores incidências de crimes e quais os mais atingidos, e ela me disse que é a população rural e os indígenas e que os crimes mais comuns são as ameaças, desaparecimentos, sequestros, minas terrestres e aliciamento de crianças e adolescentes.

A sede do Comité Internacional de La Cruz Roja (CICR) não fica tão longe do centro e me indicaram o caminho. Ao chegar pediram que eu conversasse com uma Senhora, mas ela estava atendendo duas jovens e pediram que eu aguardasse. Aguardei e depois a Senhora pôde me atender. Perguntei a ela sobre os locais onde ocorrem os maiores conflitos e ela me respondeu que os locais mais fortes do conflito são Nariño,

norte de Santander, Putumayo e Cauca, e que a cada ano existem novos casos, principalmente de minas terrestres.

Em 2016 houve um recorde, com 63 feridos e 11 mortos, todos por detonação de minas terrestres. Mas existem situações em que explosivos são jogados dentro das casas e há balas perdidas nos conflitos. Mesmo com os acordos de paz a população da região pouco ou nada pode fazer para evitar que seu dia a dia seja condicionado pelo terror da presença de artefatos explosivos. Além de prestar socorro voluntário às vítimas, a ação da CICR é capacitar pessoas vulneráveis, como os índios, para que possam aprender a manterem-se seguras.

As crianças também são vítimas: em 2015 um menor perdeu o braço esquerdo em Cauca ao pegar uma granada pensando que era um brinquedo, e o CICR proporcionou uma prótese e a reabilitação física. Agora eles estão voltados ao atendimento também dos migrantes que chegam da Venezuela para o Departamento de Putumayo, e por essa razão iriam iniciar um programa voluntário de atenção básica.

Visitei ainda à paróquia de São Francisco e lá fui atendida pelo Padre Orlando, que me deu boas orientações sobre a região, me indicando a sede da Organização dos Estados Americanos (OEA), onde funciona a Misión de Apoyo al Proceso de Paz (MAPP-OEA), para que eu pudesse visitar e conseguir informações sobre meu trabalho, consultar o arquivo da Diocese de Mocoa, e ainda falou sobre o cuidado que eu deveria ter na região, reafirmando a informação que eu vinha recebendo desde a chegada em Puerto Asís (Figura 106).

Figura 94: Vistas da Paróquia de São Francisco em Puerto Asís



Fonte: Arquivo pessoal (ago. 2019)

Na visita à sede da MAPP-OEA, em Puerto Asís, pude conhecer um pouco do trabalho que estão desenvolvendo na região. Fui recebida por Leyne Romero Martinez, Ivã Jse Melenge e Franciscus Ruÿs (esse um senhor alemão). Na verdade, a “entrevista” se deu mais em tom de conversa e eles permitiram ser identificados e fotografados.

Antes de relatar a conversa na MAPP- OEA é importante destacar a relevância de ter um escritório regional da OEA em várias cidades da Colômbia, e esse, especialmente, em Puerto Asís. De acordo com Leongómez (2004, p. 160),

[...] a propagação dos efeitos do conflito são para além da fronteira nacional, essa internacionalização está pautada tanto a nível regional quanto global. Os fatores que permitem identificar o caso colombiano a transposição das fronteiras são o narcotráfico, refugiados, deslocamento da guerrilha e o fluxo de armamentos, o tráfico de drogas possui atividades internacionais, e suas cadeias produtivas envolvem vários países desde a importação dos insumos químicos na Europa, passando pelo cultivo e processamento da folha da coca nos países andinos até a distribuição da droga nos Estados Unidos e na Europa.

Essa natureza transnacional dos problemas colombianos impulsionou a exposição da agenda doméstica colombiana para o mundo.

De acordo com Viana (2009, p. 18),

[...] o papel da OEA em relação ao conflito se destaca sobre dois aspectos: primeiro, desde o início de sua história esta organização foi responsável pelo estabelecimento de regimes mais desenvolvidos em matéria de segurança no âmbito do hemisfério. Cabe lembrar que a OEA foi criada no contexto da segunda guerra com o objetivo de construir um sistema de defesa hemisférico, cujo marco era o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR).

Desde então, foi criada a Comissão Hemisférica de Segurança (CHS), o Comitê Interamericano para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD). Esse último passou a tratar da questão do tráfico de armas e vinculá-lo com o narcotráfico, associação que levou o conflito armado colombiano aos debates no âmbito da comissão.

Entretanto, a OEA foi a primeira organização internacional convidada pela Colômbia para verificar o processo de paz no país: a Missão de Apoio ao Processo de Paz (MAPP-OEA), que foi criada em 2004 com o objetivo de acompanhar o processo de desmobilização dos grupos paramilitares colombianos. Mas antes disso a Colômbia já havia contado com a participação da OEA em outras circunstâncias, como na observação eleitoral e na intervenção na Comissão Interamericana de Direitos Humanos em medidas pontuais.

De todo modo, alguns aspectos citados acima não dizem respeito a esta pesquisa em si, por exemplo, o narcotráfico, mas esse problema escancara as dinâmicas do conflito armado responsável pela expulsão de agricultores, povos indígenas e populações tradicionais de suas terras ancestrais, o que ampliou esse tema para além das fronteiras da Colômbia, tornando-se parte das agendas internacionais, como será visto na conversa com a equipe da MAPP-OEA de Puerto Asís.

Falamos acerca das dimensões do conflito na região, dos impactos na população Siona, especificamente, e da presença de grupos dissidentes das FARC na região e dos combates. Segundo a equipe MAPP-OEA, estava ocorrendo uma ação conjunta entre os exércitos colombiano e equatoriano, mas eles não tinham sido comunicados oficialmente. O que se sabe é que existe a situação de confinamento. Além do povo Siona, são 34 comunidades confinadas, e essa situação vem ocorrendo desde 2018: trata-se de um estado de confinamento permanente. No sistema de confinamento as pessoas passam a ter horários de entrada e saída no território, e isso vem afetando a economia de subsistência dessas comunidades.

As medidas cautelares que tratam de indenização para as vítimas existem, mas para isso é necessário que o governo colombiano se comprometa e cumpra as medidas protetoras dessas populações. Muitos grupos, como o povo Siona, correm o risco de extinção cultural - e é urgente a garantia dos direitos desse povo.

A disputa é sempre territorial, e na verdade existem 148 grupos de guerrilha. A maior e mais importante é as FARC, que fazem alianças para o narcotráfico na região. O que favorece a disputa é a localização geográfica estratégica para o narcotráfico, que beneficia a saída e a distribuição dos ilícitos aos países vizinhos. A facilidade da

transposição de fronteiras vai alimentando uma rede mundial de narcotráfico, facilitando o deslocamento da guerrilha e o fluxo de armamentos.

Com relação à Empresa Petroleira Amerisur existem algumas zonas de referências e conflitos de terra, e alguns grupos indígenas estão sendo expulsos (*desplazados*, essa foi a palavra usada) do território. Isso tem implicações e ameaças nas terras indígenas. Sobre os Acordos de Paz, são diferentes tipos de processo: alguns avançaram, outros ainda persistem. As características do conflito e os interesses não são fáceis de administrar em apenas dois anos, ou seja, de 2017, quando foi assinado o acordo, para cá. Trata-se de um longo passo, pois nos países onde existem o conflito armado interno o processo de paz é bastante complexo e a questão territorial não se resolve de um dia para o outro. Sobre as minas terrestres, o processo de retirada de minas e artefatos é uma questão humanitária e trabalham em parceria entidades de direitos humanos, a Cruz Vermelha e a Agência de Cooperação Italiana (Figura 107).

Figura 95: Equipe técnica da MAPP/OEA em Puerto Asís



Fonte: Arquivo pessoal (ago. 2019)

Com relação aos “*desplazamientos* (deslocamentos) forçados”, segundo o documento da Defensoria del Pueblo (2003), trata-se de um dos mais alarmantes fenômenos do mundo atual, responsável pelo êxodo de populações inteiras, expulsas de seus lugares de origem e residência por motivo de guerra. Essas pessoas se veem forçadas a buscar novos lugares de refúgio para salvarem-se e reconstruírem suas vidas fora dos campos de batalha e do controle autoritário dos governos e de grupos armados que impõem exclusividade no uso do território e preferem perder pessoas a conviver com as diferenças culturais étnicas, religiosas e políticas.

Na Colômbia, com o conflito armado, essa situação é bastante “comum” devido à demanda pela produção e o comércio de drogas ilícitas. E como uma grande parte da Colômbia está marcada pelo drama dos deslocamentos forçados, a magnitude dessa situação é muito maior do que ocorre em diversos países. A indiferença e o silêncio significaram cobrir essa catástrofe humanitária do povo Siona do rio Putumayo, semelhantemente ao que acontece nos conflitos contemporâneos como a crise dos Balcãs, na Europa Oriental, na África Central, no Timor Leste e na Chechênia.

#### **10.4 Visita ao Cabildo Indígena Mame Ñata Umuguse: Pueblo Zion Bain (Sionas), Aldeia Nuevo Amanecer**

A primeira visita que fiz ao Cabildo indígena Siona foi em busca da governadora, senhora Nancy Mandroñero, que é prima de uma pessoa que trabalha na sede da MAPP-OEA e que me passou o endereço da aldeia. Fiquei muito surpresa com o local onde essas pessoas vieram se refugiar fugindo do conflito armado. Uma das primeiras coisas que notei foi a distância da floresta e do rio Putumayo, sabendo que para o povo Siona o rio e a floresta têm um grande significado na cosmovisão e influencia diretamente a sua vida.

O local é sem infraestrutura e sem saneamento básico, localizado “na periferia da periferia” de Puerto Asís. O acesso de carro é um pouco difícil e contei com a habilidade e a disponibilidade do motorista do táxi em me levar lá e aguardar enquanto eu fazia os primeiros contatos. A aldeia conta com uma escola construída através de recursos do Fundo Europeu para a Paz em parceria com o governo da Colômbia, mas o recurso não foi suficiente para a construção do refeitório para as crianças. Existe ainda um barracão de eventos e outra casa específica para rituais, onde há um elemento simbólico ligado ao ritual do Yagé, no centro da casa (Figuras 108 a 116).

Figura 96: Visão geral do centro da aldeia com a escola ao fundo, o barracão e a casa de rituais



Fonte: Arquivo pessoal (ago. 2019)

Figura 97: Governadora do Cabildo, Sra. Nancy Mandroñero



Fonte: Arquivo pessoal (ago. 2019)

Figura 98: Povo Siona e artesanato de colares e pulseiras



Fonte: Arquivo pessoal (ago. 2019)

Figura 99: Aspecto das casas na aldeia Siona



Fonte: Arquivo pessoal (ago. 2019)

Figura 100: Placa de fundação da escola com financiamento do Fundo Europeu para a Paz



Fonte: Arquivo pessoal (ago. 2019)

Figura 101: Vista da fachada da escola - Na porta a Governadora e o Sr. Anderson



Fonte: Arquivo pessoal (ago. 2019)

Figura 102: Vista interna da escola



Fonte: Arquivo pessoal (ago. 2019)

Figura 103: Há necessidade de se construir um refeitório para atender às crianças da escola



Fonte: Arquivo pessoal (ago. 2019)

Figura 104: Casa ritual e no centro esse objeto relacionado ao ritual do Yagé



Fonte: Arquivo pessoal (ago. 2019)

No outro dia retornei à aldeia junto com o Senhor Anderson Ortiz Lopez, formado em Sociologia, e que me foi indicado pela Profa. Dra. Mercedes, amiga da minha orientadora, Profa. Dra. Lígia T. L. Simonian. Lá pudemos conversar um pouco mais abertamente sobre os problemas que o povo Siona enfrenta.

De fato, eles não recebem nenhum tipo de apoio do governo e sobrevivem de artesanatos e medicamentos que produzem e do que os homens do grupo conseguem em pequenos serviços gerais em Puerto Asís. Todos quase vieram se refugiar ali devido à violência dos conflitos na região e perderam suas terras ancestrais onde cultivavam e pescavam. Mas agora, ali, tiveram que se adaptar à nova situação para não morrer ou ter que entregar seus filhos para a guerrilha, como me contou a senhora Claudia Mandroñero. A maioria perdeu a língua materna Siona, falam apenas espanhol e mantêm sempre que possível a tradição do Yagé.

Um Xamã mora na aldeia, mas está sempre viajando para outras aldeias ou pela Colômbia fazendo tratamento de doentes. Eles mostraram a casa dele e nos levaram na casa de rituais. Perguntei sobre o Yagé, e responderam que eles praticam sempre que possível e que enfrentam os perigos da selva, agora tomada pela guerrilha e pela possibilidade de se tornarem vítimas de minas terrestres, para encontrar as raízes que compõem o Yagé (sobre o Yagé tive maiores informações sobre todo o ritual com um informante da aldeia Buenavista, que o relatou com detalhes no hotel). A governadora me falou que os Sionas não recebem nenhum tipo de indenização por conta do seu território invadido pelas petroleiras e mostrou as dificuldades enfrentadas pelos que vivem ali.

Os Estados modernos são regidos por uma constituição; a Colômbia, pela Constituição política de 1996, onde os sujeitos sociais possuem seus direitos regidos pelas leis universais, obrigatórias para todos os habitantes do território nacional. O direito à cidadania é essencial e representa o direito a todos, independentemente de sua localização, suas raças, sexo e condição social, sendo também protegidos pelo Estado os seus direitos civis, políticos econômicos, sociais e culturais. Mas para que isso ocorra é necessária a soberania do Estado em fazer valer as leis, que essas sejam obedecidas por todos e que o Estado também possa garantir de forma eficiente esses direitos.

Entretanto, se a soberania do Estado não está garantida, não está sólida, conseqüentemente, a nação se fragmenta em espaços diferentes do todo. Essa fragmentação é o que acontece na Colômbia, onde existem regiões excluídas que sofrem com a ausência do Estado e das políticas públicas básicas de assistência à população.

O Departamento de Putumayo é um exemplo de região onde o Estado é ausente, daí a proliferação do crime e do conflito bélico. A região passou a ser regulada por leis alternativas ditadas pelos grupos de guerrilha. Dentre tantas atrocidades, confinam, deslocam, matam, aliciam crianças e adolescentes com a pretensão de se estabelecerem em lugar do Estado de direito. O que pude observar no Cabildo indígena Siona Mame Ñata Umuguse (aldeia Nuevo Amanecer) foi o retrato dessa situação, em que a debilidade institucional foi a causa e o efeito dessa situação. Aqui, o Estado não conseguiu fazer frente aos problemas gerados pelo conflito armado.

Os indígenas, que já são historicamente vítimas, especialmente o povo Siona, tiveram que se refugiar num outro lugar, deixando tudo o que minimamente tinham de material para vir para esse lugar sem infraestrutura, completamente diferente de tudo o que, dentro da sua visão de mundo, poderiam chamar de lar - e principalmente o imaterial, seu território ancestral.

### **10.5 O Porto e o Rio Putumayo**

Depois desse segundo encontro na aldeia, aproveitei a companhia do senhor Anderson, que era um morador de Puerto Asís, e pedi que me levasse ao porto, de onde saíam as mercadorias da região. Estávamos numa motocicleta, que é o modo mais fácil de locomover-se nas ruas de terras e ruelas de Puerto Asís. Chegamos ao local, que é distante uns 7 a 8 quilômetros da cidade. Num outro local próximo fica localizado o porto da petroleira Amerisur, mas o acesso é restrito. Então chegamos ao local onde grandes “bunques”, barcaças e navios cruzam o rio constantemente no comércio entre os países. Também por esse local entra e sai muita coisa ilícita, portanto, é um local muito delicado até para fazer fotografias, mas consegui fazer alguns poucos registros (Figura 117).

Figura 105: Porto no Rio Putumayo em Puerto Asís



Fonte: Arquivo pessoal (ago. 2019)

O rio Putumayo, devido à intensa navegação ao longo dos anos, apresenta o fenômeno das terras caídas: a derrubada da mata ciliar tem ocasionado enchentes que, a cada ano, se tornam mais violentas na região na época das chuvas (Figuras 118 a 121).

Figura 106: Rio Putumayo, fenômeno das terras caídas



Fonte: Arquivo pessoal (ago. 2019)

Figura 107: Assoreamento nas margens do rio Putumayo



Fonte: Arquivo pessoal (ago. 2019)

Figura 108: Vista aérea da cidade de Puerto Asís



Fonte: Arquivo pessoal (ago. 2019)

Figura 109: Vista aérea do rio Putumayo



Fonte: Arquivo pessoal (ago. 2019)

O município de Puerto Asís, perante ao que foi exposto ao longo do texto referente às minhas impressões, como também os municípios de Mocoa, Puerto Guzmán, Puerto Caicero, Oritos e demais, têm “uma atitude de silêncio como prática de resistência”, como escreve Lopes (2017, p. 39), pois a vida cotidiana se constrói de diálogos e tensões. As circunstâncias extremas exigem uma estrutura completa da ação humana que lhes permita permanecer no local em que vivem na aparente “normalidade”. Os silêncios se relacionam às práticas cotidianas em meio ao conflito, e tratam-se de uma orientação para vida, junto com a aparente ideia de normalidade, repito.

Num domingo pela manhã estava sentada nos altos de uma padaria próxima ao segundo hotel em que fiquei hospedada em Puerto Asís, e olhando pela janela vi as cores das pipas, muito em moda em agosto, na Colômbia. Dali também avistava o monumento dos fundadores de Puerto Asís, representado por um índio, um soldado, um camponês e um guerrilheiro; e logo depois notei um grupo grande de pessoas num passeio ciclístico. Isso me lembrou que existem múltiplas formas de silêncio que podem significar atos sem palavras frente a determinadas circunstâncias.

## CAPÍTULO 11 – DESTERRITORIALIZAÇÃO DO POVO SIONA DO RIO PUTUMAYO

### 11.1 Os recursos ambientais para o fortalecimento do território Siona

O conceito de desterritorialização está inserido na proposta de uma cartografia. Segundo Ianni (1996, p. 169) “[...] o sujeito do conhecimento não pertence no mesmo lugar, deixando que seu olhar flutue por muitos lugares, próximos e remotos, presentes e pretéritos, reais e imaginários”. Partindo da ideia de que território é aquele espaço de estabilidade e organização, os seres humanos são sociais e precisam territorializar, ter um espaço, se identificar com ele, pois é com base nesse espaço que eles definem a sua identidade. A ação de desterritorializar é uma ação de desordem, de fragmentação normalmente um processo forçado e violento de perda do território, de quebra de controle da territorialidade coletiva, segundo Haesbaert (2004), de fratura no acesso a territórios econômicos, simbólicos, a recursos e a bens.

O povo Siona vem ao longo do tempo enfrentado grandes problemas. Como já citado, a desterritorialização que vem ocorrendo desde o processo de colonização foi responsável por dizimar e expulsar de seus lugares ancestrais grande parte da população indígena e colocá-la em “bairros” periféricos e sem infraestrutura de cidades como Puerto Asís, Leguízamos, Oritos, onde se refugiou para não morrer. A região de Putumayo, historicamente, tem sido cenário de inúmeros conflitos movidos pelos diversos interesses, sejam políticos ou econômicos.

Entretanto, muito antes de chegarem nas selvas do baixo e médio Putumayo os conquistadores espanhóis, os missionários franciscanos, os caucheiros, os colonos campesinos, os cocaleiros, as empresas petroleiras, a guerra e o conflito armado já estavam nessa terra do povo Zion Bain, conhecido como Sionas do rio Putumayo. O território do povo Siona se estendia pelo que hoje é conhecido como Orito, passando pelo Valle de Guamez, Puerto Asís até Puerto Leguizamo e se estendia ainda pelos beiradões do rio Putumayo, tanto do lado colombiano quanto do equatoriano, servindo como divisório entre ambas as nações. Segundo Mario Erazo Yaiguaje, uma liderança Siona, “[...] se vivia em harmonia com la selva, com el rio. Nuestros maiores se movian com toda libertad por el territorio. Pero, entonces, por allá em los (años) setenta resultó um dia que teníamos que crear un resguardo y eso, claramente, era para acorralarnos, para

*evitar que tuviéramos posesión de la tierra*”. Desse modo, mediante a Resolução n. 053, de 24 de abril de 1974, o Instituto Colombiano de Reforma Agraria (INCORA) criou a Reserva Indígena Buenavista.

Entretanto, no ano de 1983 o INCORA, mediante a Resolução n. 045, de 21 de julho de 1983, modificou a sua categoria para Resguardo. A partir dali muitas coisas se transformaram na região. Segundo Mario Erazo Yaguajé, o território do povo Siona se encheu de colonos e camponeses em busca de terras para viver. Em seguida chegaram os grupos armados com a intenção de dominar à força e com armas a região: *“También aparecieron las empresas petroleras atraídas por el oro negro que se esconde bajo las selvas del Medio y bajo Putumayo, tierras que también encierran valores sagrados para los pueblos indígenas como los Sionas”*.

De todo modo, os grupos de guerrilha não são as únicas ameaças à comunidade Siona da Aldeia Buenavista. Durante muitos anos o povo Siona teve que conviver com empresas que exploram petróleo em seu território, especialmente a empresa britânica Amerisur Resources.

Já foi citado o caso da empresa Texas Petroleum Company que, ao perfurar o primeiro poço de petróleo produtivo dentro do território Siona, no ano de 1963, optou pela retirada do óleo por via aérea, a chamada “trilha do óleo”, operação que causou impactos no território e na vida dos indígenas, agravados por uma grande migração de pessoas para a região, atraídas pela possibilidade de ganhos, que ocuparam, colonizaram e valorizaram as terras onde se estabeleceram, ao longo da “trilha”.

Existem inúmeros casos de contaminação das águas pelos vários dutos no rio Piñuña Blanco que deságua no rio Putumayo, resultado da exploração do petróleo realizada no bloco Plantanillo da Amerisur. Essa situação afeta diretamente a saúde e a segurança alimentar dessa população.

Assim como a petroleira Amerisur Resources, existem outras, como a Petroleira estatal equatoriana Petroamazonas, que desde 2015 está em parceria com um projeto de implantação de um oleoduto binacional da Amerisur. De todo modo, sem consulta prévia do povo Siona, contrariam a Convenção 169 da OIT e demais acordos internacionais, principalmente o oleoduto Binacional de 17 km iniciando no bloco de petróleo Plantanillo, no território Colombiano, que atravessa o rio Putumayo abaixo do leito do rio por 1.450 metros e vai adiante pelo território equatoriano até conectar-se à estação Victor Hugo Ruales, no Equador.

A preocupação do povo Siona da Aldeia Buenavista também está na questão das atividades sísmicas realizadas pela Amerisur Resources, nos Blocos Putumayo 9-12, blocos (PUT 9 e PUT 12) que estão dentro do território que os indígenas solicitaram extensão. Segundo a advogada de direitos humanos Maria Espinosa “eles derrubaram a floresta e construíram estradas de materiais e pessoal no território ancestral Siona. Eles continuam entrando, apesar do fato de a comunidade ter dito que não aprovaram nenhuma intervenção em suas terras”.

De maneira geral, os impactos ambientais gerados por essas empresas internacionais no território ancestral do povo Siona têm sido muito graves para essa população. O saque, a exploração e a destruição dos ecossistemas torna quase impossível as práticas da medicina tradicional Siona, como a tomada do Yagé (Nazar, 2016), que é preparado com plantas medicinais da floresta. E ainda, de acordo com o Plan de Salvaguarda Siona (COLÔMBIA, 2012), esse processo afeta a alimentação, causando desnutrição da população, devido à contaminação do rio, às fumigações, que envenenam as plantas, e à escassez de animais de caça.

Outro fator de destaque é a presença e atração para a região de grupos insurgentes de militares das forças armadas que se bandearam para o serviço do crime e do narcotráfico. Isso tornou a vida mais difícil para os povos indígenas e demais povos ao longo do rio Putumayo. Para Gomez Lopez (2016), a presença desses grupos paramilitares e seu enfrentamento com as autoridades é tão forte que se desenhou um “novo mapa” referente aos deslocamentos dessas populações devido ao envenenamento do território pelas fumigações, pelo terror, pelas mortes e pelas incertezas.

De acordo com o Observatório Del Programa Presidencial de Derechos Humanos y DIH (COLOMBIA, 2010), os Siona vêm sendo submetidos a pressões constantes de colonos, narcotraficantes e das FARC. A região do baixo Putumayo tem sido palco de várias operações do governo da Colômbia de combate ao narcotráfico, especialmente o município de Puerto Asís.

A Asociación Del Cabildo Indígenas Del Pueblo Siona - ACIPS denuncia esse confronto e esclarece que ele se acirrou entre 2003-2008 - e Puerto Asís é o município onde reside o maior número de Sionas. De todo modo, é também o local onde as FARC têm desenvolvido a maior quantidade de atividades nessa região do baixo Putumayo. Com base nos dados da Polícia Nacional do município de Puerto Asís, no período de 2003-2008 foram registrados 664 homicídios, sendo que em 2004 foram registrados três

assassinatos de indígenas Sionas. Esses dados expressam a maior taxa de homicídios do Departamento de Putumayo.

De acordo com os dados da Anistia Internacional de 2014, na Colômbia quase 6 milhões de pessoas têm sofrido deslocamentos forçados, vítimas do conflito armado. Essa cifra representa cerca de 13% da população do país. Isso significa que a Colômbia tem um dos maiores índices de deslocamentos forçados do mundo. As vítimas desse processo são camponeses, indígenas e afrodescendentes. Frequentemente essas terras são alvo de diversos interesses, principalmente econômicos, políticos e estratégicos. E na maioria dos casos essas pessoas, como por exemplo o povo Siona, têm a posse das suas terras antes de serem obrigadas a sair.

De todo modo, desde 2012 está em vigor no país a Lei das vítimas e Restituição de Terras – Lei n. 1448/2012, que trata da devolução dessas terras aos seus legítimos donos. Entretanto, apenas uma pequena porcentagem dos milhões de hectares já foi devolvida.

Nesse sentido, movidos pela necessidade de proteger uma zona de ocupação histórica do povo Siona, sobre a qual existem grandes interesses econômicos, principalmente das empresas petroleiras e também dos grupos da guerrilha, o povo Siona deu entrada em 2017 com um documento, no Juizado Especializado para Restituição de Terras de Mocoa, onde faz uma solicitação da restituição do território étnico-ancestral incluindo o resguardo titulado e solicita a ampliação de 52.029 hectares, além de um processo de reparação coletiva para as vítimas do conflito armado.

Para Mario Yaguajé:

*La ampliación es, más que todo, por que es nuestra esencia de vida...allá, en ese territorio, está nuestra espiritualidad, tenemos que descubrir cosas que nuestros ancestros dejaron allá, como ceramicas, plantaciones de yajé. Para entrar allá, siendo territorio nuestro, tenemos que pedir permiso e nuestros mayores con nuestra espiritualidad. Descubrir lo que hay allá, proteger el territorio, es un legado, una tarea nuestra.*

De todo modo, essa tarefa não será fácil, mas a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) interveio sobre o assunto e decretou, no dia 14 de julho de 2018, medidas cautelares de salvaguarda territorial em favor das autoridades e dos membros do Resguardo Gonzaya (Buenavista) e Po Piyuya (Santa Cruz de Piñuña Blanco) do povo Indígena Siona, e o governo colombiano está sendo obrigado a cumpri-las, pois esse documento está somado ao que foi entregue no Juizado de Restituição de Terras em Mocoa

De igual modo, como parte da iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana – IIRSA desenhou-se um megaprojeto de um Corredor Multimodal Tumaco - Puerto Asís - Belém do Pará. Esse projeto envolve diretamente os territórios indígenas de Putumayo e especialmente o povo Siona. O Corredor Multimodal está integrado a uma rede de estradas, hidrovias e portos e, de acordo com Ministério dos Transportes da Colômbia, entre as funções do corredor intermodal está a de implementar o eixo de desenvolvimento e integração do sul da Colômbia, as zonas do norte equatoriano, o Amazonas peruano e o norte do Brasil; e potencializar a interconexão do interior do continente com a “cuenca” do Pacífico (FUNDAÇÃO ESTOCOLMO, 2007).

No entanto, devido ao acirramento dos conflitos na região do rio Putumayo desde 2009 a Corte Constitucional Colombiana através do Auto n. 004/2009 declarou o povo Siona em risco de extermínio físico e cultural devido ao conflito armado entre as FARC, paramilitares e o Exército Colombiano, e ainda, a explorações de petróleo dentro do território.

Nesse sentido, são os Siona da aldeia Buenavista que sofrem há décadas violências devido aos conflitos armados, ao narcotráfico, e aos interesses econômicos de empresas pelo Petróleo em seu território. Nessas circunstâncias extremas, como sobreviver nessa zona de conflito e disputa armada, onde os indígenas estão cotidianamente imersos na guerra desde a colonização que não acabou, e as ameaças chegam a todo tempo? Devido ao agravamento da situação na região e à insegurança, o Resguardo Buena Vista conta na atualidade com as medidas de proteção coletivas, por parte da Unidad Nacional de Protección (UNP), a qual entregou na comunidade rádios de comunicação, e as lideranças contam com esquemas de proteção individual, entre eles Mario Erazo Yaiguajé e Sandro Piaguajé, atual governador do Resguardo.

De acordo com, Lopes (2017, p. 31), que escreveu um trabalho intitulado *Echar raíces en medio del conflicto armado: resistencia cotidiana de colonos en Putumayo*, no qual deixa clara uma etnografia do conflito a partir da sua própria vivência, e mostra como as pessoas encontram formas de manterem-se vivas nessa região violenta e bastante complexa, devido aos constantes conflitos. Ele escreve:

*Ser valente (no aterrorizarse, aguantar la violencia, no irse del territorio confrontar a los armados), echar raíces en la tierra (tenes arraigo), ser neutrales con cada uno de los actores armados presentes en el lugar (no involucrarse con los actores armados como milicianos o auxiliares) y ser bueno convivente (ganarse el respeto de la comunidad a traves de la elegancia y la solidaridad) son parte del repertorio de las acciones emprendidas por estos habitantes de Putumayo para vivir en una zona*

*catalogada y representada historicamente como violenta, peligrosa y a margen de la ley* (LOPES, 2017, p. 31).

Isso tudo apesar de a Constituição Política da Colômbia, de 1991, no seu texto assegurar direitos às minorias.

Como parte integrante dos conflitos e ameaças que sofrem o povo Siona está a companhia inglesa AMERISUR, que é a responsável pelos impactos dos abalos sísmicos na região. Esses abalos consistem num método geofísico sísmico para a verificação da viabilidade técnica da reserva. O levantamento realizado em 2D ou 3D fornece um mapeamento da geologia da superfície (LEITE, 2013), e para isso são utilizados explosivos que provocam um abalo sísmico. Essas explosões produzem uma onda que se propaga no interior da terra, sendo refletida ao encontrar as camadas densas de poços de petróleo ou minas subterrâneas, o que torna essa técnica uma poderosa ferramenta de exploração.

Para o povo Siona os impactos das explosões são terríveis, mas de acordo com Mario Erazo Yaiguaje, Governador da reserva Siona de Buena Vista, existem ainda outras implicações ambientais no território decorrentes da exploração de petróleo pela AMERISUR, que é a contaminação do rio Putumayo e dos lençóis freáticos. O governador destacou que em 2016 houve um grande vazamento de petróleo dos dutos que contaminou o rio Putumayo e ocasionou doenças na população, que depende do rio para sua sobrevivência.

Os desdobramentos decorrentes dos abalos sísmicos são o desmatamento e o empobrecimento da base natural de subsistência, diminuindo a segurança alimentar do povo Siona. As descargas no solo resultantes da perfuração de buracos contaminam o lençol freático com o enxofre dos explosivos e afugentam a caça, fonte de proteína para os povos indígenas. Existem ainda outras consequências resultantes da exploração de petróleo, como a poluição do ar pela emissão de partículas e gases poluentes resultantes da operação de grandes máquinas que utilizam grande quantidade de combustíveis fósseis e liberam dióxido de carbono na atmosfera.

Mediante as pressões do povo Siona junto aos organismos internacionais, o Ministério do Interior promoveu reuniões no território Siona, do final de 2013 até dezembro de 2014, para consulta prévia sobre a questão das pesquisas sísmicas. A decisão da comunidade foi unânime, segundo Mario Erazo Yaiguaré, Governador da Reserva Buena Vista: os Siona disseram NÃO às prospecções sísmicas 2-D dentro do seu território devido ao risco físico para o povo. Entretanto, no processo das consultas prévias faltaram

garantias legais suficientes, como o acompanhamento técnico de multiprofissionais, assim como a ausência da Defensoria dos Povos e da Procuradoria Federal.

Desse modo, em 2015 a empresa AMERISUR tentou novamente o contato com o povo Siona da aldeia Buena Vista. Segundo Lina Maria Espinosa, advogada e defensora dos direitos humanos da organização não governamental Amazon Frontlines (2018), a empresa alegou que os indígenas não teriam o direito de impedir as explorações sísmicas, uma vez que a consulta prévia era apenas um trâmite do processo que tinham que cumprir para gerar o acordo de compensação. Entretanto, por aprovação do Ministério do Interior a empresa vai voltar para o território para realizar explorações sísmicas por bem ou por mal. Desse modo, Mario Erazo Yaiguajé – Governador da Reserva Siona Buena Vista esclarece sobre:

[...] o uso das velhas estratégias utilizadas por governos e empresas multinacionais que em troca de dinheiro aos povos indígenas, e tentam subornar, confundir, dividir e debilitar um povo, mas eles estão firmes e conscientes de que vão morrer se for preciso em defesa de seu território ancestral.

De fato, os riscos de extermínio são reais; e como se manter vivos em meio a essa guerra que os Sionas não combatem?

Face ao exposto, Espinosa (2018) ressalta que na região existe uma forte expansão da fronteira extrativista, que aumentou também a presença militar na região, e isso em meio à intenção da Petroleira de avançar cada vez mais em seu território perante a ausência do Estado Colombiano. Para Piedade Velasco (2018), presidente da Associação de Mulheres Siona, a ausência estrutural do Estado torna vulnerável os direitos dos povos indígenas: *“o Estado Colombiano não escuta os indígenas e nem cumpre os acordos, portanto eles têm consciência do extermínio do povo Siona. Apesar de o Governo da Colômbia ver a exploração de petróleo como uma forma de desenvolvimento e geração de divisa, contando com a força e proteção do próprio exército colombiano, a busca por petróleo ocasionou a perda do território ancestral do povo Siona, colonização, desmatamento e graves impactos ambientais.*

Dessa forma o maior desafio para os povos indígenas da Colômbia está justamente na defesa dos territórios dentro do cenário nacional sob o ponto de vista econômico nacional e internacional e político. Principalmente a partir da ascensão do modelo econômico neoliberal, uma forma de ideologia que também foi incluída nos artigos da Constituição. Entretanto, de todo modo a Constituição de fato favoreceu a possibilidade da adoção de ações em diferentes áreas, como na formação de um sistema jurídico

próprio, consulta prévia aos povos, território, educação diferenciada, participação eleitoral dos indígenas nas diferentes instâncias do Estado (local, regional e nacional). O reconhecimento pela Constituição dos sistemas jurídicos próprios das comunidades representa o respaldo constitucional com o objetivo de manter as normas que permitem o equilíbrio social no interior das comunidades, especificamente na solução de conflitos relacionados às dinâmicas próprias.

Com relação ao território, no caso colombiano a questão das terras é um dos principais problemas que ocasionam os diversos conflitos sociais, políticos, econômicos e a luta armada. A luta armada continua sendo uma das grandes responsáveis por toda a violência presente ao longo da história desde a colonização. Esse problema afeta a todos os povos indígenas do país e é algo bastante complexo. A terra para os povos indígenas, de acordo com Gutiérrez (2016, p. 86) “representa os elementos da vida, sua própria existência como comunidade, como grupo, como identidade, como etnia”.

Para os povos indígenas o território é sagrado, para muitos desses povos a terra lhes foi dada pelos seus deuses para recriar suas culturas e para sua permanência. Nessa perspectiva, na cosmovisão desses povos a terra é vista como uma propriedade coletiva, onde existem os lugares sagrados e as formas de produção; e o direito à vida e à cultura são uma condição fundamental para o exercício de sua autonomia. Nesse sentido, o território é um dos pontos mais importantes no processo de reivindicações dos movimentos indígenas.

## CAPÍTULO 12 – DIREITOS ÉTNICOS NO BRASIL E NA COLÔMBIA

As três últimas décadas do século XX se caracterizaram por um cenário político complexo em que estavam intrincadas várias questões que exigiam transformações fundamentais nas cartas magnas dos países latino-americanos. Dentre os elementos que mais influenciaram tais mudanças constitucionais estão a implantação do modelo neoliberal juntamente com o aniversário de quinhentos anos da conquista da América. Estas questões motivaram a Organização das Nações Unidas (ONU) a pedir que a Organização dos Estados Americanos (OEA) reconhecesse a existência dos povos indígenas e que os incorporasse na Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1989.

E intensamente, diferentes processos de movimentos populares (camponeses, afrodescendentes e indígenas) exigiam o acesso à terra, no caso dos povos indígenas a autonomia de seus territórios tradicionais, e muitas das reivindicações chegaram a ser introduzidas nas Constituições de alguns países da América Latina.

Desse modo a Colômbia, em 1991, elaborou sua nova Constituição. Segundo Gutierrez (2016), a Carta Magna colombiana é caracterizada por ter elementos de inclusão étnica, bem como reformas de caráter neoliberal. Porém, o reconhecimento das comunidades indígenas de que estas são partes constitutivas do Estado se transformou num grande avanço para essas comunidades.

As atuais Cartas Constitucionais colombiana (1991) e brasileira (1988) atribuem, pela primeira vez, um lugar específico para o reconhecimento dos direitos culturais dos povos indígenas ou originários, mesmo que na Constituição brasileira esses termos tenham ficado mais claros, e esses direitos assegurados de forma mais ampla. Mas, cabe ressaltar que ambas constituições têm essas características comuns.

Essas inovações constitucionais não apenas *responderam* a mudanças operadas naqueles campos políticos nacionais através dos movimentos sociais, no caso do Brasil; elas sobretudo *tornaram real* os anseios desses povos quando pretendiam apenas reconhecê-los. Com a promulgação da Constituição as situações foram se alterando no plano local, impondo novas questões aos ordenamentos jurídicos nacionais e ao campo acadêmico. A originalidade das inovações é considerada um avanço, mediante a um ordenamento jurídico largamente omissos com relação à existência e à situação vivida por suas populações, que pode ser compreendido em função do plano do direito e das políticas indígena e indigenista ao longo do tempo.

## 12.1 Colômbia: o artigo 55 da Constituição Política da Colômbia

A Constituição colombiana de 1991 notabilizou-se pelo fato de ter reconhecido a natureza pluriétnica e multicultural da sua nação, dando um lugar específico tanto às comunidades indígenas quanto às comunidades afrodescendentes. Esse reconhecimento veio acompanhado ainda de uma nova política fundiária, que pôde levar ao reconhecimento de quase um quarto do território nacional como “resguardo indígena” (cerca de 2% da população colombiana), assim como instituiu uma nova figura de direito territorial, que beneficia as comunidades negras rurais (cerca de 10% a 12% da população).

Tais inovações legais foram possíveis mediante a participação dos movimentos indígenas, que foi fundamental. E ainda, os movimentos indígenas contribuíram para firmar o processo de paz interno do país, ampliando o quadro de interlocutores da sociedade civil como forma de fazer frente à guerrilha. As guerrilhas são mobilizadas desde a década de 1960, e também tiveram representação no processo de elaboração constituinte.

Vale ainda o reconhecimento dos povos indígenas que se empenharam para fazer valer os direitos assegurados na Constituição Política da Colômbia, composta por avanços significativos, fruto da mobilização dos diversos setores sociais a partir de propostas das próprias bases. No artigo 1º, dos princípios fundamentais da Constituição Política de 1991, a Colômbia declara ser um Estado pluralista, a saber:

A colômbia é um Estado social de direito, organizada na forma de República unitária, descentralizada, com autonomia de suas entidades territoriais, democrática, participativa e pluralista, fundada no respeito da dignidade humana, no trabalho e na solidariedade das pessoas que integram e na prevalência dos interesses gerais.

Essa questão da pluralidade dá aos grupos étnicos o reconhecimento como parte constituinte do Estado colombiano e seus cidadãos como sujeitos de direito.

Em complemento ao artigo 1º, vem o artigo 7º esclarecendo que: “O Estado reconhece e protege a diversidade étnica e cultural da Nação colombiana”. E os demais artigos correspondem a um compromisso firmado entre o Estado e as minorias étnicas. Portanto, a adaptação à nova Constituição Política representou essencialmente um grande avanço com relação ao reconhecimento dos direitos das minorias. De todo modo, os novos desafios para os povos indígenas será, principalmente fazer cumprir o que está assegurado

na Constituição colombiana. Sabe-se, no decorrer desses quase trinta anos em que a Constituição Política foi promulgada, que as minorias colombianas tiveram seus direitos assegurados na Carta magna, mas os povos indígenas se dão conta de que muitos dos seus direitos adquiridos não são, de fato, realidade.

Por outro lado, a categoria de pluralismo que trata a Constituição, para diversos antropólogos e sociólogos tem várias interpretações, como o pluralismo clássico, que se desenvolveu em espaços coloniais onde nações imperialistas impuseram esse sistema à sociedade; e o pluralismo forte, considerado como mais contemporâneo e que, geralmente, ocorre em países desenvolvidos. Entretanto, no caso da Colômbia o pluralismo a que se refere no artigo 1º da Constituição Política vem obedecendo ao conceito clássico, devido ao descumprimento do artigo 1º em quase todas as áreas indígenas da Colômbia; e no caso específico deste estudo, principalmente dentro do território do povo Siona.

Em julho de 2019, na 171ª seção da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), realizada na Bolívia, várias organizações de direitos humanos acusaram a Colômbia de não cumprimento das medidas cautelares ordenadas pela CIDH para a proteção do povo indígena Siona. A situação ao longo do tempo tem se agravado devido às ameaças sofridas pelo povo e à limitação de seu território imposta pela presença dos grupos armados que começam a recrutar os jovens indígenas para o exército guerrilheiro, agravada pela presença de minas terrestres próximas a zonas residenciais na terra indígena.

Após a acusação, o diretor do Centro para Justiça e Direito Internacional (CEJIL) para a região Andina, Norteamérica e Caribe, Francisco Quintana, informou que a (CIDH) exigiu da Colômbia a proteção e medidas cautelares eficazes, sistemáticas e duradoras em favor do povo Siona e a proteção de seu território ancestral devido ao iminente risco do conflito. De modo geral, apesar de todos os acordos de paz firmados pelo governo da Colômbia, para os povos indígenas esses acordos não chegaram.

A violação de direitos no território Siona é incessante. No mês de agosto de 2019 houve outro conflito entre o Exército Colombiano, que atuou em parceria com o Exército do Equador em ações de combate aos grupos de guerrilha, e os narcotraficantes. Nesse sentido, as pessoas de várias aldeias, num total de mil, ficaram confinadas na aldeia Buena Vista e outras, devido às ameaças e aos conflitos diários bem próximos a elas. De acordo com informações de trabalho de campo (agosto/ 2019 em Puerto Asís), recebi orientações na sede da Organização do Estados Americanos – OEA, em Puerto Asís, para não visitar

a aldeia Buenavista devido ao perigo referente ao conflito no seu território, já que havia risco de morte.

Sabe-se que nesse território existem laboratórios de processamento de cocaína, bem como a presença de minas terrestres, um problema que se arrasta ao longo do tempo. Em 2012, uma pessoa idosa Siona perdeu a vida devido à explosão de uma mina terrestre próxima à sua casa na aldeia Buenavista. E os indígenas que vivem aldeados na periferia de Puerto Asís, na aldeia (resguardo) Nuevo Amanecer, relataram que existem casos de crianças que foram atingidas por estes artefatos próximos a escolas.

Segundo informações da governadora da aldeia, Nancy Mandroñero, os guerrilheiros colocam esses artefatos nas zonas de trânsito para evitar possíveis ataques do exército colombiano e demais forças públicas. Nesse sentido, em 2018 um grupo de indígenas da comunidade foi capacitado pela Organização Campanha Colombiana Contra Minas (CCCM), e Dani Paraguajé é a indígena Siona que dirige este trabalho na aldeia Buena Vista. Em março de 2019 foram encontradas minas colocadas por outro grupo guerrilheiro, La Constru, e por membros das FARC, as quais foram desativadas.

Perante esse complexo cenário a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) outorgou medidas cautelares em favor dos resguardos ou aldeias Siona Buenavista (Gonzaya) e Santa Cruz de Piñuña Blanco (Po Piyuya), que se encontram em processo iminente de extermínio devido a esse múltiplos eventos de risco, incluindo ameaças, ocupações ilegais no território, enfrentamento armado, limitações de trânsito dentro do território, chegada de mais grupos de narcotraficantes na região e a situação das minas terrestres.

A cultura ancestral do uso do Yagé está fundamentada na busca das plantas medicinais na floresta. Em seus ritos cerimoniais os Sionas se deslocam por muitos quilômetros até os “chacras sagrados” tradicionais para adquirir as plantas. Mas com a presença de grupos armados e a ameaça das minas terrestres, fica inviável a realização desses rituais.

De acordo com o monitoramento territorial realizado pela Oficina das Nações Unidas contra a Droga e o Crime (UNODC, sigla em inglês) no ano de 2017: “o Departamento de Putumayo é o segundo departamento colombiano com mais cultivo de coca no país com 29.500 hectares, e Puerto Asís é o município que mais cultiva coca, num total de 9.600 hectares”. A infraestrutura de Putumayo favorece os grupos ilícitos que têm os rios São Miguel, Caquetá e Putumayo para se locomoverem e a selva para se esconderem.

A disputa pelo mercado de drogas na região é grande e gera disputa pelo território pelas chamadas Frentes Dissidentes das FARC 48 e 49; e essas frentes têm laços com a máfia albanesa, chamada Cartel de Sinaloa, que controla o mercado ilícito na Europa. Segundo a polícia colombiana, a Frente La Constru, historicamente está presente no baixo rio Putumayo e está relacionada à comercialização da base de coca com cloridrato de cocaína. Apesar da captura dos seus comandantes, fez alianças com outras organizações. E a frente Comuneros del Sur é reconhecida como o grupo guerrilheiro dedicado ao narcotráfico mais importantes do sul da Colômbia, devido ao modo como age e as atrocidades com que pratica seus crimes.

## **12.2 Putumayo: uma zona histórica de conflito**

Essa região da Colômbia é marcada pelo conflito e pela guerra. Desde o início dos anos 1990 a presença das FARC, que atualmente está fragmentada em outros grupos dissidentes, transformou o sul de Putumayo em uma de suas fortalezas. Nos anos 1990 sua atuação era tão extensa que chegava até a fronteira com o Equador, no município de Sucumbíos. Entretanto, em 2008 o exército colombiano fez uma manobra de guerra na região, intitulada Operação Fênix, bombardeando um dos acampamentos onde estava o chefe máximo das FARC na época, Raúl Reyes, que morreu nessa ação militar.

Por outro lado, o Ministério Público colombiano esclarece que os paramilitares estão sempre em luta pelo tráfico de drogas, e deixam inúmeras vítimas, atuando como verdadeiros esquadrões da morte: de 2007 para cá foram 5.500 pessoas assassinadas nos municípios do sudoeste do país em suas áreas de atuação (Figuras 122 e 123).

Figura 110: Novo integrante das FARC treina o uso de rifle, em 2018, dois anos após a realização do acordo de paz



Foto: Federico Rios Escobar/NYT

Figura 111: Guerrilheiros das FARC



Fonte: Frederico Rios Escobar /NYT

De modo geral, o Acordo de paz assinado em dezembro de 2016 levantou esperanças, principalmente na população rural e nos povos indígenas que são afetados diretamente pelo conflito e pela ausência do Estado (um dos principais motivos do

conflito), mas depositaram a esperança de que algo iria acontecer mediante as 578 cláusulas diferentes do ambicioso Acordo de Paz. Entretanto, um Acordo de Paz num cenário tão complexo, que já permanece tanto tempo e envolve tantos e diferentes interesses, não é fácil de ser implementado.

Os colombianos sabem que ainda têm um longo caminho. De acordo com os representantes das FARC nos diálogos para o acordo de paz, o objetivo principal era de caráter social: aprimorar a vida rural dos colombianos. Reivindicavam para tanto uma educação universal nas áreas rurais, da pré-escola ao ensino médio; acesso garantido à água potável; e a criação de fortes subsídios para ações de desenvolvimento nas antigas áreas das FARC; em troca cessariam todas as hostilidades, entregariam as armas às Nações Unidas e voltariam à vida civil. Do ponto de vista político, as FARC reivindicavam ainda a autorização para disputar eleições como partido político e queriam a garantia de dez assentos no Congresso.

O Acordo de Paz incluía, ainda a substituição dos cultivos ilícitos pela agricultura familiar, e outros sustentos que permitissem a estas famílias viverem dignamente, mas, o governo não está cumprindo com o plano de substituição. Nesse sentido, segundo o último informe da ONU contra a Droga e o Delito (ONUDD/2019), há evidências de que quase nenhuma das 99.097 famílias inscritas no Programa Nacional Integral de Substituição de Cultivos Ilícitos (PNIS) recebeu o total dos pagamentos acordados com o governo, e ao menos 40 mil destas famílias ainda não receberam nem sequer a primeira parcela. Essa situação tem sido vista como bastante desconfiança e incertezas pelas famílias rurais e indígenas inscritas no programa em toda a Colômbia.

Não há como negar que o tráfico de drogas no mundo movimentava vultuosas somas de dinheiro todos os anos. Na Colômbia, o narcotráfico, segundo dados do próprio governo, produz mais lucro do que o setor cafeeiro no país. Entre os anos de 2016 e 2017 houve um incremento dos cultivos de folha de coca em 17%, e o país conta atualmente com 171 mil hectares ocupados pela planta. Nessa perspectiva, a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) esclarece que o narcotráfico gerou ao menos 15 milhões de dólares na Colômbia em 2017, crescendo uns 150% em comparação a 2016, quando já significava 2% do PIB.

Segundo o relatório de monitoramento anual da UNODC/2018, houve um crescimento de 20% no plantio de coca em Putumayo, que passou de 25.162 hectares em 2016 para 29.589 hectares em 2017. E tudo isso depois da assinatura dos Acordos de Paz

e a suposta implementação do ponto quatro do acordo, que é a busca de “solução para o problema das drogas ilícitas”.

De todo modo, é fato que mesmo depois da assinatura dos Acordos de Paz com o governo colombiano, o território continua alvo de disputa. Principalmente para o aumento do plantio e para que as famílias não erradiquem o cultivo de coca, como está proposto no acordo. A Oficina das Nações Unidas contra a Droga e Delitos (UNODC), em seu informe de monitoramento, esclarece que houve avanços e interesse das comunidades camponesas e indígenas em participarem da erradicação do plantio de coca. Tanto que em outubro de 2018 haviam sido erradicados no Departamento de Putumayo 8.686 hectares de áreas plantadas com coca.

Entretanto, as comunidades solicitaram que o programa de substituição possa continuar para que possam combater o replantio de coca, e que possa chegar assistência técnica, bem como a titulação definitiva de terras, melhoria de infraestrutura para o escoamento da produção como estradas, rede elétrica e melhoria da segurança na região. E que o Estado possa se fazer presente não somente na militarização da região, mas em termos de políticas públicas de desenvolvimento local sustentado, como proposto por Barquero (2002), com competitividade e cidadania, utilizando os potenciais econômicos humanos e naturais da região.

Ao mesmo tempo, apesar dos avanços do Programa Nacional de Integração de Substituição de Cultivos Ilícitos (PNIS), existe uma grande preocupação pelo não cumprimento por parte do governo colombiano, principalmente, com o ponto quatro do Acordo de Paz. Em Putumayo, fontes das secretarias municipais entrevistadas e que não quiseram ser identificadas no trabalho de campo, em agosto de 2019, esclarecem que em muitos municípios os subsídios para assistência técnica acabaram, e o compromisso para que as famílias tenham outros meios de subsistência com outras formas de cultivo não poderá ser mantido. O município de Puerto Asís tinha beneficiado 456 famílias com esse programa e Putumayo era o departamento que mais erradicou o cultivo de coca em 2018.

Desse modo, as comunidades rurais e os povos indígenas vivem em estado de constante ameaças desses grupos armados, da presença dos grupos de dissidentes das FARC, do exército colombiano e de várias frentes de guerrilha, como o ELN e outros, motivados pela reativação do narcotráfico. Por outro lado, as comunidades rurais também se ressentem da atuação do exército colombiano nas ações de combate ao plantio de coca. Uma camponesa conta sua trágica história de vida; aliás, situações trágicas são muito comuns na região na vida dos camponeses cocaleiros, como López (2017) relata em

diversas situações por ele vividas e por outras pessoas, na entrevista para Lescas (2019). Rocío Chiconqué, de 36 anos e mãe de cinco filhos, que foi despejada de Putumayo pela guerra, com dois irmãos assassinados esclarece: “Se vem o Exército e entregamos a plantação ficamos praticamente na rua. Tentamos ser humanos com eles, não atropelá-los, conversar [...], mas estamos dispostos a defender a plantação. Nós vamos cumprir quando o governo cumprir conosco. De outra forma não é possível. Não podemos aguentar a fome”, diz, para explicar o que aconteceu há menos de uma semana, quando a Força Pública (Exército) chegou com a intenção de arrancar, sem conversa e sem permissão, os cultivos que são o sustento das famílias. E complementa:

Estou de acordo com a substituição dos cultivos, mas para isso precisamos de acesso às vias e à comercialização. Há muitas coisas que podemos cultivar aqui, mas primeiro o governo tem que nos facilitar a comercialização. Por ora, a coca é o único que dá lucro. Não ficamos ricos, mas pelo menos temos o pão de todo dia.

Rocío está há sete anos em Independência e diz que agora vive tranquila. E informa também que: “antes vivia com medo diário de que a guerra levasse meus filhos”. Com relação ao aliciamento de menores – crianças e adolescentes - para a guerrilha, ela afirma que se trata de um problema muito comum na região, e esclarece: “Ter filhos homens antes era um perigo”. Estima-se que nas Frentes de Guerrilha existam pelo menos 128 menores. Os aliciamentos de crianças e adolescentes eram constantes e as idades oscilam entre 12 e 17 anos no Departamento de Putumayo.

Nas chamadas Frentes 32, 34 e 38 o número de menores chega a mais de 128 menores aliciados mesmo. De acordo com o Exército colombiano e confirmado pela fiscal de Infância e Juventude do Departamento de Putumayo, Carola Milene Rodrigues Lemos, o número de menores na guerrilha pode ser muito maior, tendo em conta que não existe por parte das famílias camponesas e indígena as demandas do número de recrutamento. Porém, esses dados foram confirmados pelo Serviço de Inteligência do Estado e pelos menores dissidentes que conseguiram sair da guerrilha e informaram.

Os menores, segundo os dados, são recrutados nas comunidades rurais em troca de proteção às famílias rurais e indígenas pelos grupos guerrilheiros, principalmente na região do baixo e médio Putumayo.

De modo geral, mesmo que as FARC não ocupem mais a região, a disputa pelo território vai continuar sendo o cotidiano dos diferentes grupos armados que pretendem controlar o negócio ou extrair o máximo de rendimento. Segundo um informe da

organização colombiana Pacifista, nos municípios onde querem substituir a coca os homicídios aumentaram cerca de 38% depois dos Acordos de Paz (Figura 124).

Figura 112: Menores guerrilheiros recrutados pelas FARC



Fonte: [www.elpais.com.co](http://www.elpais.com.co)

### 12.3 O longo processo de paz na Colômbia

A guerrilha na Colômbia já dura mais de 50 anos, entretanto, a Construção da paz é um longo processo. Os primeiros diálogos se iniciaram em 04 de setembro de 2012. Nesse delicado cenário, destaca-se a participação de Cuba e da Venezuela, que aparecem como importantes atores nesse processo de diálogos de paz na Colômbia que afeta diretamente a estabilidade da América do Sul. Cuba se insere nesse cenário, e junto com a Venezuela forma o triângulo que representa Estados revolucionários que se colocaram como mediadores dos diálogos de paz na Colômbia, tendo Cuba como principal aliado da Venezuela na região.

As negociações contaram com a participação da Noruega, e uma das reuniões foi sediada em Oslo. Contou também com a participação do Chile, Cuba e Venezuela, sendo que algumas reuniões aconteceram também em Havana. Assim, as negociações entre o Governo da Colômbia e a Guerrilha FARC terminaram em 24 de agosto de 2016. O acordo finalmente foi celebrado numa cerimônia na cidade de Cartagena de Índias, no dia 26 de setembro de 2016.

Os pontos essenciais do acordo tratam de uma reforma rural, da solução dos problemas das drogas ilegais, do cessar fogo imediato de ambos os lados e do cuidado com as vítimas do conflito, dentre outras questões. Porém o presidente da Colômbia, na época Juan Manuel Santos, buscava o respaldo popular para o Acordo de Paz e convocou um plebiscito no dia 02 de outubro de 2016, entretanto, a resposta do povo colombiano ao plebiscito do Acordo de Paz foi: Não.

O jornal *BBC NEWS*, em matéria do dia 03 de outubro de 2016 questionava: Como é possível que um país recuse um acordo que colocaria fim a um conflito armado que se arrasta há mais de meio século e já custou as vidas de mais de 200 mil pessoas? De fato, foi esse o sentimento que tiveram muitos observadores do referendo colombiano sobre o acordo de paz com a guerrilha. O acordo foi longo, com pautas complexas que exigiam delicadas negociações, tanto que requereu muitos anos de difíceis negociações entre o presidente colombiano, Juan Manuel Santos, e o líder das FARC, Rodrigo Lodoño, também conhecido como Timoleón Jimenez ou Timochenko. Porém, a opção por não ratificá-lo foi escolhida por 50,2% dos votos válidos. A diferença entre o "não" e o "sim" foi de menos de 60 mil votos.

A informações correntes em toda a Colômbia na época eram de que durante todo o processo de paz falou-se muito de perdão, mas perdoar 50 anos de agressões e violência não é fácil, o povo afirmava categoricamente. Houve várias denúncias de manipulação do acordo e negou-se às FARC a possibilidade de um espaço político que não mereciam devido à violência de suas ações durante todo o tempo. Dessa forma, a campanha pelo “não” conseguiu ativar o medo quanto ao acordo. De acordo com Sánchez (2017), diretor do Observatório da Democracia da Universidade dos Andes/ Colômbia:

Enquanto os promotores do “sim” trataram de difundir os principais componentes de um longo e complicado acordo, os partidários do “não” foram muito hábeis promovendo o medo aos termos do referendo. Em um país onde menos de 10% dos cidadãos votariam em um candidato das FARC, a campanha do “não” convenceu a muitos que o pacto de paz abriria o caminho para uma iminente mudança de regime. Além de anunciar a chegada do “Castro-Chavista” na Colômbia, os adversários à proposta foram hábeis em difundir mentiras ou meias-verdades.

A justiça transicional foi apresentada como uma total impunidade; aos pensionistas foi dito, falsamente, que a paz seria financiada com um imposto sobre seus proventos; aos trabalhadores se vendeu a ideia, também mentirosa, de que os ex-combatentes receberiam um benefício mais elevado do que o salário mínimo. Em um país onde grande parte dos cidadãos não vive a guerra, a campanha do “não” conseguiu convencer a muitos de que os custos da paz seriam maiores do que o de continuar o conflito.

Entretanto, mesmo com o resultado negativo, o presidente Juan Manuel Santos se manteve firme no compromisso de levar o acordo adiante, e se dispôs a negociar com as FARC a incorporação de algumas das demandas dos partidários do ‘não’ no acordo. Concluída essa etapa de revisão e alteração do acordo, em dezembro de 2016 este foi aprovado diretamente no Congresso colombiano.

De todo modo, nesse cenário destaca-se a incapacidade do Estado colombiano em apresentar uma resposta aos projetos revolucionários por meio das políticas públicas de inclusão e da maior presença das instituições do governo em regiões historicamente abandonadas pelo poder público, bem como por projetos de integração territorial, como é o caso da região de Putumayo, por exemplo. Essa ausência história do Estado abriu espaço para a complexidade do conflito armado que está presente no país há mais de quarenta anos.

Para o povo Siona embora tenha ocorrido a desmobilização coletiva dos grupos armados paramilitares e das FARC que operam no país, inclusive em Putumayo, eles não deixaram as armas. Para um líder Siona, “*Solo fue un calmante a la contaminación auditiva del plomo que se echaban en los combates*”. Tal como foi advertido pela Defensoria del Pueblo através de vários alertas, dos dias 18 de fevereiro e 16 de março de 2016, sobre a extinção das FARC, logo apareceriam na região do baixo e médio Putumayo novas estruturas armadas, como de fato apareceram, as quais se identificaram como “los mafiosos”, “los paramilitares” ou “Gaitanistas de Colômbia” (Agc), “farianos” dentre outros. O modo de operação desses grupos se dá através da distribuição e difusão de panfletos onde anunciam sua imposição e restrições, inclusive sobre a navegabilidade do rio Putumayo, proibindo a navegação depois das 18 horas, assim como têm entrado nos Resguardos Sionas convocando reuniões obrigatórias como seus membros.

E, paralelamente a isso, floresce um quadro de desigualdade social, exclusão e estagnação econômica que agrava o problema do conflito armado. E o problema do conflito armado contribui para o desvio dos recursos, não para o atendimento da população em outras áreas como educação, produção e outros, mas para ser investido na área de segurança, criando situações emergenciais que requerem enormes custos para o Estado colombiano.

## **CAPÍTULO 13 – A ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL: A CONSTITUIÇÃO CIDADÃ DE 1988**

No Brasil, somente nas três últimas décadas do Século XX pudemos assistir a uma profunda transformação nas relações de contato interétnico, e algumas vezes no atendimento aos índios na questão da educação escolar indígena. Os movimentos sociais começaram a surgir a partir da década de 1970, durante o esgotamento do regime militar. A sociedade civil passou a se organizar e a se conscientizar para a importância do exercício da cidadania, através das políticas de resistência e de luta.

Os movimentos sociais passaram a pressionar o Estado exigindo que haja um melhor atendimento das necessidades e dos interesses coletivos. Para Souto (1983, p. 66), o objetivo da ação dos movimentos sociais é sem dúvida o Estado; e afirma: “Os movimentos sociais são dirigidos ao Estado, enquanto órgão responsável pela distribuição dos recursos públicos capazes de solucionar os problemas reivindicativos, e pressionam por mais incursões nos setores que lhes dizem diretamente respeito”.

Historicamente, a teoria social europeia foi a que mais influenciou os movimentos sociais no Brasil. Um dos mais importantes representantes da teoria europeia social é Alain Tourane, cuja obra procura o entendimento da dimensão da transformação histórica ocasionada pelos movimentos sociais. Segundo Tourane (1999), os movimentos sociais são definidos como organizações de pessoas destinadas à mudança (ou resistência à mudança) de algum ou alguns aspectos da sociedade. Ao redor do mundo, a partir da década de 1960, começaram a efervescer diversos movimentos oriundos da sociedade civil (EDELMAN, 2001) quando se iniciou uma discussão a respeito dos movimentos sociais baseados nas análises do panorama político econômico mundial.

De acordo com Edelman (2001), iniciou-se na sociedade a capacidade de defesa e de resistência, considerada por ele como autonomia ambiental e referencial. Assim, surgiram os diversos movimentos de luta e resistência contra as políticas imperialistas dominantes que se espalharam pelo mundo, dando a nítida impressão de resistência ao que se chama de colonialismo. Esta mesma perspectiva tem sido ampliada e o autor continua fazendo referência com relação aos reflexos da política imperialista no terceiro mundo.

As discussões têm sido produzidas em torno dos movimentos sociais, e outro autor importante na análise é o sociólogo espanhol Manuel Castells. Num de seus trabalhos,

intitulado *La Ciudad y las Massas*, ele procura definir os movimentos sociais e propõe o estudo de quatro elementos básicos imprescindíveis para o estudo destes movimentos: análise das demandas coletivas, autoconsciência como movimento social, articulação com a sociedade organizada (imprensa, partidos, profissionais liberais) e, por último, autonomia organizacional e ideológica.

No Brasil e na América Latina tem-se observado um estudo crescente dos movimentos sociais por se tratarem de um tema estimulante ao debate sobre democracia e direito. As discussões acadêmicas passam pela leitura da dinâmica destes movimentos, pelo estudo de seus impactos nas mudanças da postura do Estado, bem como pelo estudo das bases a partir da dimensão da sua organização política (GOHN, 2001), como Viola e Mainwaring (1987) levantaram, ao estudar a atuação dos movimentos sociais em países como o Brasil e a Argentina, que têm uma tradição política autoritária. Neste sentido, os movimentos sociais assumiram papéis importantes por adotarem uma força democratizante, trazendo à tona novos valores, abordagens, métodos e perspectivas que iriam definir a democracia. No contexto, os movimentos vão questionar a cultura política semidemocrática destes países.

A questão da identidade das bases destes movimentos, a dinâmica interna e a heterogeneidade serão os pontos de partida para a construção da nova identidade sociocultural. Segundo Viola e Mainwaring (1987), essa nova identidade sociocultural será considerada como a força democratizante, a qual irá definir os novos paradigmas políticos do país. Na formação desta nova cultura política no Brasil na década de 1960 e de conscientização das massas merece destaque o trabalho da igreja Católica, especificamente com a formação das Comunidades Eclesiásticas de Base (CEBs).

Doimo (1995) cita o historiador Ralph Della Ceva, que faz uma análise das gerações que conseguiram criar uma causa transnacional que influenciou decisivamente os rumos da igreja Católica, imprimindo-lhe uma postura progressiva. Posteriormente, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB teve um papel relevante na criação de entidades autônomas em defesa dos direitos humanos no Brasil. Em 1972 criou o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e em 1975 criou a Comissão Pastoral da Terra (CPT), adaptando-se deste modo às necessidades emergentes da sociedade moderna.

O trabalho realizado por missionários, antropólogos e leigos engajados a estas instituições trouxe à tona discussões sobre os problemas enfrentados pelos povos indígenas, processo que por muito tempo esteve cerceado pelo militarismo no Brasil. Dentre as questões demandadas pelos povos indígenas estavam as questões da

regulamentação dos direitos: demarcação das Terras, homologação, Educação e Saúde, ao que se somou a reformulação dos códigos simbólicos-culturais como um direito (SIMONIAN, 1999). Ricardo (1996) esclarece neste sentido que foi necessário o estabelecimento de uma nova legislação específica para o enfrentamento com as instituições tradicionais ligadas ao governo, o que veio a ocasionar o fortalecimento e o alargamento do espaço político e a politização progressiva das comunidades indígenas.

Em 1988, nos debates das comissões constituintes os movimentos sociais organizados impõem uma redefinição das relações entre o Estado e a sociedade. Neste cenário os índios passaram a ser os protagonistas de várias cenas marcantes na conjuntura nacional, que, registradas por fotógrafos e cinegrafistas, ganharam espaço na mídia, a exemplo do Cacique Xavante Mário Juruna, que, munido de um gravador, registrava as promessas dos políticos em Brasília (RICARDO, 1995), ou do próprio líder do povo Krenak, Airton Krenak, que, num gesto impressionante, pintou o rosto de preto durante o discurso no plenário do Congresso Nacional Constituinte.

Em Altamira/PA, num encontro promovido pela Eletronorte, na década de 1980, num momento de protesto dos índios Kaiapó contra a construção de uma hidrelétrica em suas terras, Tuíra, uma mulher Kaiapo, tocou a face de um diretor da Eletronorte com a lâmina de seu terçado (RICARDO, 1995). Desta forma os povos indígenas passaram a exigir nos tradicionais instrumentos jurídicos a adoção de procedimentos diferenciados visando ao atendimento destas novas dimensões sociais.

Ao considerar estas reivindicações, o legislador constituinte estabeleceu um novo perfil para o Ministério Público Federal (MPF) dando-lhe a função de guardião da cidadania, capaz de funcionar como elo entre os movimentos sociais e as demais esferas do poder público. Segundo Leite (1996), iniciou-se no MPF a montagem da estrutura que iria permitir ao órgão atuar na questão indígena. Esse Ministério, assim como historicamente diversas instituições, pouco conheciam/conhecem sobre os índios, seus interesses, costumes e tradições.

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988 acentuou-se o crescimento em todo o Brasil da formalização das organizações indígenas. Tratava-se assim da incorporação de alguns povos ao mecanismo de representação política, cujos objetivos eram assegurar seus direitos contidos na Carta Magna. De todo modo, apesar de o texto Constitucional de 1988 ter rompido radicalmente com o paradigma integracionista (PAES, 2003), através de seus artigos 210, 215, 231 e 232, assegurando aos povos

indígenas o direito à diferença e à autonomia, resistiu-se às mudanças, principalmente quanto à questão da educação escolar indígena.

Algumas críticas se referem exclusivamente a esta modalidade de ensino que não conseguiu atender de forma satisfatória a grande maioria das populações indígenas deste país, prevalecendo ainda o sistema tradicional de ensino.

Observa-se nas aldeias a prática de um ensino formal, baseado num modo de educação rural que não transcende para responder também às questões relacionadas à problemática local e também para a análise dos problemas de outros povos indígenas. Neste sentido, ressalta-se o posicionamento da UNICEF com relação a esta questão: que o problema está relacionado às inconsistências teóricas e metodológicas ainda existentes na educação indígena de maneira geral.

De todo modo, uma educação que atenda às necessidades das populações indígenas com qualidade deverá partir das considerações de uma educação bilíngue e intercultural como fenômeno estrutural e dimensional, que traz a prática permanente de experimentações e inovações para o desenvolvimento do currículo escolar e de uma metodologia adequada.

Esta mesma problemática está relacionada ao investimento na formação de professores indígenas, que devem ser preparados para a transmissão e produção de conhecimentos próprios dentro de suas culturas específicas.

O Decreto Presidencial n. 26, de 1991, retirou a incumbência da Fundação Nacional do Índio de conduzir o processo de educação escolar junto às populações indígenas e atribuiu à União, através do Ministério da Educação (MEC) a coordenação das ações, cabendo a execução aos Estados e Municípios, apenas ouvida a FUNAI. Para Groupioni (1995), este fato, de certa forma acelerou o processo de estadualização e de municipalização, o que representou uma grande alteração em termos da execução das ações antes pretendidas.

Após a promulgação da Constituição de 1988, um momento determinante, na história recente com relação à luta dos indígenas em defesa de seus direitos foi, sem dúvida, a Semana dos Povos Indígenas, organizada pelo Conselho e diversos movimentos da sociedade civil em 2000, que marcou as “comemorações” dos 500 anos de contato dos europeus com os índios do Brasil. A Conferência dos Povos e Organização Indígena do Brasil aconteceu na Coroa Vermelha, em Porto Seguro/BA, no período de 18 a 21 de abril de 2000, e contou com a participação e o esforço de muitos povos indígenas e das entidades de apoio.

O total de participantes foi de 140 povos e mais de 3.600 representantes indígenas, de acordo com o Conselho (2000, p. 4) [...]“As caravanas indígenas saíram das fronteiras da Amazônia, dos sertões do nordeste, do Pantanal do centro oeste, dos territórios do sul e sudeste, cruzaram o país dialogando e debatendo com toda a sociedade brasileira durante o percurso”.

O momento da Conferência foi uma oportunidade de mobilização conjunta para esclarecer à sociedade que, apesar dos 500 anos de luta, ao contrário das estatísticas relacionadas à política de integração e/ou extermínio, os povos indígenas continuam na luta por dignidade e na busca de seus direitos por cidadania diferenciada. Por outro lado, ficou explícito para o país que, após 500 de luta indígena, o Estado brasileiro e as forças do poder ainda veem estas populações com descaso, e o uso da violência é a forma histórica de dispersar qualquer tentativa de luta e resistência.

O encerramento da Conferência estava marcado para o dia 22 de abril, onde haveria uma caminhada, e posteriormente, num encontro do movimento indígena com o movimento negro e demais movimentos populares, seriam feitos protestos contra a situação de exclusão social. A marcha pacífica foi reprimida violentamente pela polícia militar, que usou balas de borracha e gás lacrimogêneo para impedir que os índios chegassem a Porto Seguro, onde o Presidente à época, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso e sua esposa, a antropóloga Ruth Cardoso, recebiam convidados ilustres em solenidade oficial.

No documento final da conferência constam 20 pontos, relacionados principalmente com o cumprimento dos direitos dos povos indígenas garantidos na Constituição Federal de 1988, entre eles a demarcação de terras, devolução aos índios de territórios invadidos, retirada de invasores das terras demarcadas e apoio a projetos agrícolas. Do ponto de vista da educação, a exigência era que a história indígena seja reconhecida para que haja o fortalecimento da cultura, bem como o apoio à formação de um sistema próprio de aprendizagem, específico e diferenciado.

Na questão da saúde, a proposta era que o Estado assumisse a responsabilidade na questão do fortalecimento e ampliação da participação da comunidade e no respeito à cultura que valoriza o uso da medicina tradicional. A grande ênfase era referente à necessidade de formação específica e qualificada dos professores, agentes de saúde e demais profissionais indígenas que atuam nas aldeias.

De fato, é neste contexto que se situam os povos indígenas no Brasil. O legado contraditório das lutas sociais e democráticas dos povos indígenas, na busca da

justiciabilidade de seus direitos, assegurados na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e reafirmados através de pactos internacionais - e no caso específico do Brasil na Constituição Federal de 1988 como marco simbólico de dimensão ética e normativa - objetiva o fim da desigualdade e a realização da democracia para a maioria da população brasileira que é excluída de seus direitos.

A alternativa para a legitimação dos direitos indígenas no Brasil foi implementada por meio de estratégias políticas de ação através da criação dos movimentos indígenas, que ganharam força ao longo do tempo e se estenderam para as diversas regiões do Brasil. Nesse sentido, a atuação política emerge como alternativa necessária para a regulamentação dos direitos sociais adquiridos. Pode-se identificar, portanto, desde então, o envolvimento do Estado na garantia desses direitos assegurados na CF de 1988. Entretanto, diante das circunstâncias, a presença do Estado adquiriu múltiplas proporções, que antes não tinha junto aos povos indígenas.

De todo modo, será diante do Estado que o movimento indígena irá discorrer sobre a necessidade de execução de uma agenda voltada para atender às necessidades contemporâneas do reconhecimento e demarcação de seus territórios, educação diferenciada, atendimento de saúde e, principalmente, a preservação dos rios e florestas, fontes de vida e sobrevivência desses povos.

Há que se considerar ainda que na década de 1990 aconteceram profundas transformações sociais no Brasil, e os diversos fatores culminam e coincidem com a preocupação com o processo de escolarização diferenciada, direito adquirido pelas populações indígenas no art. 231 da Constituição Federal e na legislação posterior à Constituição. Nessa perspectiva, a Lei n. 9.394/1996, (BRASIL, 1996) estabeleceu a educação escolar indígena em dois momentos: no artigo 32 relaciona tal modalidade de ensino ao ensino fundamental, semelhante ao artigo 210 da Constituição, e reafirma que serão assegurados às comunidades indígenas a utilização de sua língua materna e processos próprios de aprendizagem.

Nos artigos 78 e 79 das “Disposições Gerais” (BRASIL, 1996) reforça-se o papel do Estado como responsável pela oferta de uma educação escolar bilíngue e intercultural, ao retirar da competência da FUNAI o processo de educação escolar indígena. Assim, a educação passou a ser obrigação dos Estados com a supervisão do Ministério Público Federal. Isso tornou o contato dos indígenas com o não índio muito mais frequente e, devido a todos os procedimentos destas mudanças, os indígenas tiveram que se adequar a essa nova realidade.

À semelhança do ocorrido com o processo de educação escolar indígena, a saúde indígena deixou de ser competência da FUNAI, através da Lei n. 8080/90, Portaria n. 254/2002, Lei n. 12.314/2010, Decreto n. 7335/2010 e Decreto n. 7778/2010. Tais legislações estabelecem que compete à Secretaria de Saúde Indígena, vinculada ao Ministério da Saúde, a execução da política de atenção básica à saúde dos povos indígenas, com as áreas de média e alta complexidade permanecendo sob a responsabilidade dos Estados e municípios.

Na educação no Brasil, em todos seus níveis e modalidades, registra-se o fenômeno da exclusão, que aumenta ainda mais quando se considera o viés socioeconômico, juntamente com as questões de raça ou gênero. Essa exclusão significa, via de regra, estar à margem dos produtos e benefícios produzidos. Por outro lado, tendo assegurado os direitos indígenas à cidadania e a uma educação de qualidade na Constituição Federal de 1988, historicamente o Estado nega as condições necessárias: linguísticas, financeiras, materiais e técnico-pedagógicas para que essa educação ocorra de modo adequado.

## **CAPÍTULO 14 – SOBRE A ALTERIDADES DOS POVOS INDÍGENAS**

A luta pelo direito à diversidade dos povos indígena na Pan-Amazônia também se traduz como uma luta pela decolonização dos povos originários. De todo modo, as condições de acesso à educação de qualidade específica e diferenciada e o respeito ao uso da língua materna, ainda se constituem desafios, entretanto o reconhecimento dos direitos indígenas na Constituição Federal de 1988, principalmente quanto à demarcação de seus territórios ancestrais como sendo de sua posse permanente, com direito ao usufruto exclusivo de suas riquezas naturais nelas existentes, são avanços significativos nos últimos trinta anos.

Historicamente, foi a partir da década de 1970 que se acelerou o processo de penetração da exploração capitalista na região amazônica, estimulado e apoiado pelos projetos desenvolvimentistas dos diversos países da Pan-Amazônia. O Brasil inseriu-se neste contexto de forma marcante, através de seu "projeto de integração nacional", de colonização, construção de rodovias, hidrelétricas, bases militares, projeto grande Carajás e outros projetos de infraestrutura e extrativismo.

Este processo significou a diminuição e, por vezes, a extinção de muitos grupos indígenas. Outros grupos ainda, foram levados à uma transferência forçada de suas terras ancestrais para o Parque do Xingu, por exemplo, local para onde foram levados diversos povos com o objetivo de não serem extintos. Nesse contexto, povos indígenas começaram a articular seu grito de resistência, organizaram-se, mobilizando ações contra a invasão e saque das suas terras e dos recursos naturais.

Nessa perspectiva, na década de 1980 multiplicaram-se as organizações indígenas por povos, regiões, e atividades de interesse (educação, saúde, desenvolvimento sustentável, demarcação), organizações de mulheres, por funções sociais (organização de caciques e lideranças). Esse processo teve um ponto alto e estímulo nas conquistas obtidas na Constituição de 1988. De acordo com Gersem dos Santos Luciano (2006), aquela década é considerada como um marco, porque foi o momento em que as “minorias” tomaram a frente da luta, tornaram-se atores políticos e buscaram os seus direitos diante do Estado e de outras agências e agentes, em detrimento de ações e visões homogeneizantes sobre a população. A efetivação de parte das conquistas constitucionais só veio a partir dos anos 90, após a promulgação da Constituição Federal, em meio à luta dos movimentos indígenas que, organizados estrategicamente, deflagraram verdadeiras batalhas para o reconhecimento e garantia de seus direitos, especialmente os territoriais.

De acordo com a Constituição federal, o direito ao território é inalienável indisponível e imprescritível para as populações indígenas. Entretanto, passados mais de trinta anos, ainda existem no Brasil muitas etnias que estão lutando por esse reconhecimento. Segundo dados do CIMI são reconhecidas no Brasil 841 terras indígenas. Conforme Heck, Loebens e Carvalho (2005), são 499 as terras indígenas existentes na Amazônia, sendo que 46,3% concluíram o procedimento demarcatório com o registro no Departamento do Patrimônio da União e nos Cartórios de Registro de Imóveis dos Municípios onde estão localizadas. Entretanto, 33,56% do total das terras, ou seja, cem delas, sequer tiveram seus limites declarados através de Portaria do Ministério da Justiça.

No geral, as organizações indígenas regionais têm na Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB, um dos seus espaços estratégicos de articulação. Atualmente, a COIAB congrega mais de cem organizações indígenas, de 165 povos, organizada em 31 regiões. Apesar de ter passado por momentos de crise, particularmente após a Marcha e Conferência Indígena, em 2000, em Porto Seguro - BA, atualmente, de acordo com Heck, Loebens e Carvalho (2005), a Coordenação está em processo político ativo, ampliando sua rede de aliados e parceiros na Amazônia, no Brasil e na Pan-Amazônia.

Dessa forma, em novembro de 2004, representantes de povos indígenas de toda a Amazônia, organizados através da COIAB, realizaram o II Fórum Permanente dos Povos Indígenas da Amazônia, que teve como principal objetivo a "definição de propostas para a construção de um novo projeto etnopolítico a partir dos valores indígenas". Esse encontro foi considerado muito importante devido ao debate de temas como sustentabilidade, saúde e educação indígenas, identidade cultural, além de "orientações gerais para o aperfeiçoamento dos mecanismos de representação e de tomada de decisão do movimento indígena da Amazônia no plano local, nacional e regional", segundo o documento final do Fórum.

Apesar dos avanços significativos na conquista e proteção dos territórios, novos desafios são colocados constantemente. Dentre eles pode-se citar a ocupação política de espaços nos executivos e legislativos, particularmente locais e regionais (secretarias municipais ou estaduais, prefeituras, câmaras de vereadores), e instâncias do governo federal, além de um fator essencial a educação escolar específica, diferenciada e de qualidade em todas as aldeias e nos diversos níveis de ensino.

Os povos indígenas da Pan-Amazônia são sociedade sofisticadas e complexas, com uma visão de mundo diferenciada, sistemas próprios de aprendizagem e línguas diferenciadas provenientes dos diversos troncos linguísticos Tupi, Jê e Tucano, dentre outros. Portanto, um dos focos das lutas é para a valorização da diferença e o tratamento diferenciado junto à sociedade não indígena fazendo, assim, valer seus direitos adquiridos na Constituição Federal de 1988.

Do ponto de vista da educação, é de fundamental importância o reconhecimento pelo Estado, e principalmente pelas prefeituras municipais, de que a educação nas aldeias é uma modalidade de educação que requer um tratamento diferenciado nas escolas indígenas, desde o Ensino Fundamental, o Médio até o Superior.

De forma geral, alcançar a educação superior para os povos indígenas é fundamental para fazer valer seus direitos. Para Lázaro e Montechiare (2016, p. 03),

[...] acesso ao ensino superior por indígenas não é apenas um direito, é também uma necessidade deles e um desejo da sociedade brasileira, na medida em que os povos indígenas administram hoje mais de 13% do território nacional, sendo que na Amazônia Legal este percentual sobe para 23%. Não se trata apenas de garantir capacidade interna das comunidades indígenas para gerir seus territórios, suas coletividades étnicas e suas demandas básicas por políticas públicas de saúde, educação, autossustentação, transporte, comunicação, mas, também de possibilitá-los condições de cidadania plena e diferenciada para dialogar com o Estado e com a sociedade nacional no que tange a interesses comuns e nacionais, como, por exemplo, a contribuição econômica dos territórios indígenas, a relevância da diversidade cultural e étnica linguística e da sociobiodiversidade indígena que são também patrimônio material e imaterial da sociedade brasileira.

Historicamente, no Brasil até 2005, somente um pequeno número de professores indígenas dispunha de licenciaturas interculturais específicas. Entretanto, com a aprovação da Lei n. 9.394/1996 (Lei de Diretrizes da Educação Nacional - LDBEN), foram definidas diretrizes pedagógicas específicas para formação de professores indígenas e estabelecido um prazo para que se formem adequadamente para trabalhar nas respectivas escolas. Desse modo, começaram a surgir em todo o Brasil, a partir de 1997, diversos cursos de magistério indígena intercultural em nível médio, os quais possibilitaram a formação de professores indígenas para atuar na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, principalmente nos anos iniciais. Estes cursos permitiram um avanço muito grande na educação escolar indígena no país.

No entanto, com o aumento da escolaridade dos alunos indígenas – já que antes a maioria das escolas indígenas funcionava até a 4ª série do Ensino Fundamental –, e com a formação dos professores, a grande maioria das escolas indígenas atualmente oferece o Ensino Fundamental completo. E assim, começou-se a perceber a necessidade da

continuidade da formação dos professores indígenas em nível superior, para que, com isso, eles pudessem também trabalhar com as séries finais do Ensino Fundamental e Médio.

Com base na necessidade da implantação da formação de professores indígenas, na terra indígena Munduruku foi implantado o projeto Ibaorebu, iniciado em 2008 e concluído em Dez/2015, uma iniciativa coordenada pela FUNAI, juntamente com os Munduruku, que contou com 210 cursistas, divididos em turmas de Magistério Intercultural, Técnico em Enfermagem e Técnico em Agroecologia.

De acordo com a FUNAI (2016), o Projeto foi realizado com o apoio técnico e financeiro da Coordenação Geral de Promoção da Cidadania - CGPC e da Coordenação Regional do Tapajós, além do apoio de outras Coordenações Gerais da FUNAI e das parcerias com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA (Campus Rural de Marabá) e com o DSEI Tapajós. Para a realização da última etapa, contou com o apoio financeiro do Ministério da Educação - MEC, a partir da articulação dos próprios Munduruku.

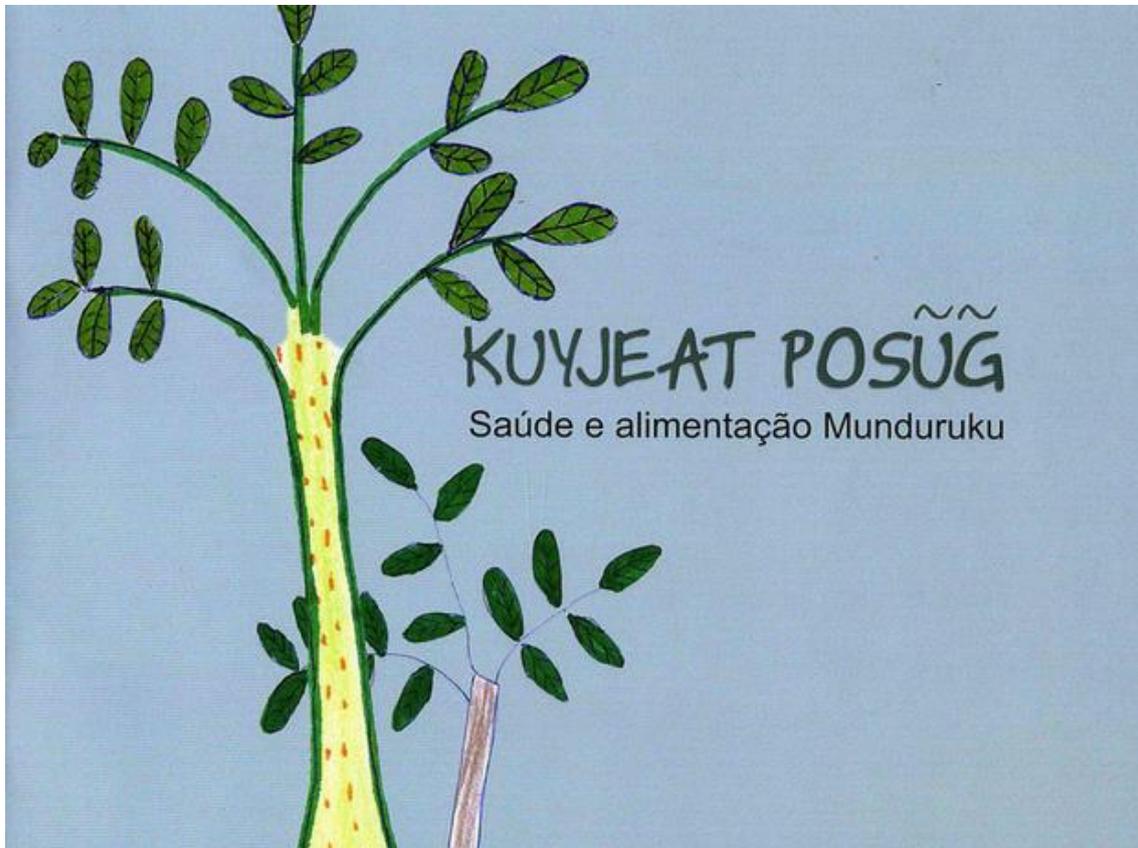
No Seminário Nacional sobre a formação indígena para a gestão territorial e ambiental realizado em Brasília em maio de 2016, um dos alunos do Ibaorebu, Jairo Saw Munduruku trouxe uma concepção diferente na apresentação de um painel baseado em uma experiência como aluno e esclareceu sobre as diferenças do curso com relação à escola formal, no que ele classificou como “rompimento da dicotomia” entre os processos de formação inseridos no contexto da educação escolar e os processos de formação em gestão territorial e ambiental, geralmente estruturados como uma atividade complementar na escola formal. No evento, o projeto foi caracterizado por Jairo como o inaugurador de "uma nova era na história da educação do povo Munduruku, instituindo um modelo com a cara do índio".

De modo geral, os objetivos do Projeto de Formação Integral Munduruku Ibaorebu eram a valorização dos saberes, as práticas e o modo de vida Munduruku inseridas na escola. E essa metodologia teve o reconhecimento formal pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, campus de Marabá. Segundo Jairo Saw Munduruku, "a formação surgiu com a participação de mulheres, jovens, pajés, cantores, sonhadores, caçadores, enfim, de todos os verdadeiros professores do povo Munduruku, e fez com que o povo ficasse fortalecido".

Os alunos indígenas Munduruku do projeto Ibaorebu produziram um livro na língua da etnia, intitulado *Kuyjeat Posug~ – Saúde e alimentação Munduruku*, para

catalogar plantas e animais, fontes de alimentação e saúde desse povo. O objetivo da publicação é atingir mais de três mil estudantes Munduruku do sudoeste do Pará e nela ensina-se como utilizar plantas e apresentam-se as vantagens do uso dos produtos naturais (Figura 125).

Figura 113: Livro saúde e alimentação Munduruku



Fonte: imagem de divulgação capturada na internet

De modo geral, as perspectivas que se apresentam para os povos indígenas da Pan Amazônia são amplas e diversas, entretanto uma das lutas mais importantes deve ser pela conquista da etnoeducação de qualidade, e a partir daí fomentar o Etnodesenvolvimento, considerado fundamental para o fortalecimento dessas sociedades indígenas.

O Etnodesenvolvimento para os povos indígenas representa a capacidade autônoma dessas sociedades. Desse modo, poderá haver uma distribuição equitativa dos recursos, além de estimular esses povos na tomada de decisão, principalmente quanto ao gerenciamento dos recursos naturais no seu território, tão necessários em muitas terras indígenas.

De todo modo, para o povo Siona o sentido de alteridade tem uma dimensão mais conectada com a espiritualidade e com a cosmovisão dos povos do piemonte amazônico. Por exemplo, em 1995 o Taíta Pacho da aldeia Buena Vista, que é uma referência tanto na luta pelos direitos étnicos quanto no conhecimento e uso da medicina tradicional Yajezeira de Putumayo, criou junto com outros Taítas do povo Kofanes a Fundação ZIO-AI. Os objetivos dessa fundação, de acordo com Caicero- Fernández (2015) e UMIYAC (1999), é o reconhecimento das atividades tradicionais desses grupos assim como o fortalecimento da medicina tradicional Siona e Kofanes; a defesa dos direitos indígenas e a gestão de seus próprios projetos.

Essa fundação se juntou ao Conselho permanente do povo Kofán com o intuito de elaborar um planejamento que se alinhasse com os objetivos da Constituição colombiana. Dessa forma, no ano de 1999 com o apoio da ONG norte-americana Amazon Conservation Team (ACT), realizou-se o I Encontro de Taítas em Yuruyaco/Caqueta no Piemonte Amazônico. O Encontro contou com a participação de representantes dos diversos povos; além do povo Siona, estiveram presentes os Inga, Kofán, Kamentsá, Coreguaje, Tatuyo e Carijonas.

Esta união de etnias teve como finalidade a formação da União de Médicos Indígenas Yajezeiros da Amazônia Colombiana – UMIYAC. A declaração conjunta dos participantes sobre o futuro foi: *“la medicina tradicional Yajezeira busca organizar los saberes indígenas ao redor de la defensa de medicina tradicional Yajezeira como patrimonio de los grupos indígenas del Piemonte Amazónico”*. E ainda, por meio da elaboração de um código de ética a UMIYAC (UMIYAC, 2005) pretende regular as práticas terapêuticas do Yagé e fortalecer a vinculação de aprendizes da medicina tradicional das comunidades, contendo assim tanto a comercialização ilegal quanto o manejo por pessoas inaptas nas cidades, portanto, garantindo o manuseio dessa prática apenas para quem detém esse conhecimento de forma ancestral: os povos indígenas.

Como foi observado durante toda essa análise de formação da identidade dessas populações indígenas, trata-se de uma construção social que envolve múltiplas relações de poder oriundas historicamente do processo de colonização. Dessa forma é imprescindível que os valores culturais sejam vistos com as lentes da alteridade.

É importante principalmente ponderar a dignidade da pessoa humana perante o multiculturalismo, a diferença, uma vez que cada etnia é única, e possui sua própria visão de mundo, seus valores, normas de comportamento, diferentes manifestações culturais,

indumentárias, portanto, valores diferentes da sociedade não indígena e da racionalidade ocidental, que a todo momento tenta impor seus valores.

De todo modo, apesar de todos os avanços do Brasil e da Colômbia no reconhecimento da sua diversidade de povos, assegurando direitos em suas Cartas constitucionais, ainda assim permanece no imaginário da população e do próprio Estado a ideologia de que essas sociedades minoritárias devem se adaptar aos padrões da sociedade majoritária, “se adaptarem” à cultura dominante. Essa situação fica bem evidente principalmente nas análises e no planejamento das ações do governo através das políticas públicas de desenvolvimento, como foi amplamente discutido ao longo deste trabalho. Portanto, cabe aos povos indígenas a constante luta em defesa de seus direitos adquiridos, prioritariamente os direitos aos seus territórios ancestrais, à saúde e à educação diferenciados.

## CONCLUSÃO

A vida na terra é um fenômeno fascinante e está em constante transformação. Graças à ciência contemporânea pode-se saber que um relâmpago é causado por certas condições atmosféricas, e isso permite prever onde provavelmente um raio possa vir a cair, não é exato, mas talvez seja suficiente para se planejar onde estar seguro. Por outro lado, se uma pessoa do século XVIII dormisse e acordasse no século XIX ficaria perplexa com os feitos da humanidade ao longo desses dois séculos.

Entretanto, a ciência esclarece que todas as transformações no mundo não ocorrem de modo aleatório, mas de modo claro, do simples para o complexo e da separação para a integração. Assim foi com a própria criação do universo: logo após o Big Bang assim nasceram as plantas e galáxias, e o processo continuou do nível mineral para o orgânico.

Com o curso da evolução as células continuaram a se fundir em direção à complexidade, e cada célula aprendeu a depender de outras células para atender às suas necessidades. Esse é um dos princípios primordiais de todos os seres vivos. O ser humano surge na terra há aproximadamente quatro bilhões de anos após o planeta Terra ter se formado. E a raça humana, sente-se superior como, se não fizesse parte de todo o sistema, achando que está acima de todos os ecossistemas do mundo natural.

No geral quando se olha para a natureza nota-se que existe a ajuda mútua entre os organismos vivos. Do mesmo modo, nenhum ser humano poderia existir se todos resolvessem trabalhar para si mesmos. Imagine bilhões de pessoas ao redor do planeta cultivando, furando poços, caçando para si mesmos, o que aconteceria com todos...

A natureza consiste em conexões recíprocas que geram equilíbrio e harmonia. Entretanto, entre os seres humanos não funciona dessa maneira nem entre si e nem entre si e a natureza. As pessoas exploram um ao outro, e a humanidade explora a natureza. Essa discrepância entre as leis da natureza e a forma como a humanidade explora os recursos naturais ocasiona o desequilíbrio no planeta. Consequentemente, não é à toa que os recursos do planeta terra estão quase esgotados.

Nesse trabalho de tese procurei trazer duas situações que ocorrem em duas regiões, do Brasil e da Colômbia, na Pan-Amazônia, as quais demonstram como as pessoas, para atender aos seus interesses econômicos, colocam todo um sistema em desequilíbrio; e demonstram o modo como as políticas públicas de planejamento para a Amazônia são aleatórias e irracionais, principalmente em se tratando da Amazônia

considerada como uma região central do ponto de vista da sua importância para o ecossistema mundial.

As décadas de devastação nas floresta e exploração do solo trazem como consequências, além do desequilíbrio de um ecossistema único, também os efeitos dos eventos extremos climáticos. E os governos do Brasil e da Colômbia parecem estar cegos, alheios à destruição dos rios Tapajós e Putumayo. O incansável desejo por riqueza tem ocasionado a destruição das florestas no Brasil e a busca pelo petróleo em Putumayo. Em Putumayo, a utilização do agressivo método de abalos sísmicos, no território tradicional do povo Siona, vem esgotando os recursos e destruindo não somente a floresta e a fauna, mas as pessoas.

Os dados sobre a água, que é a substância mais essencial para a vida, são os mais alarmantes; e nas regiões do rio Tapajós no Brasil e do rio Putumayo na Colômbia, onde habitam os povos Munduruku e Siona, os rios são verdadeiros depósitos de sedimentos e resíduos de mineração. A segurança alimentar nessas regiões está deteriorada numa perigosa escassez de alimento que está surgindo. Foram utilizadas neste trabalho imagens de comparação da região do rio Teles Pires antes e depois da construção da UHE Teles Pires comprovando a devastação. Houve a destruição de uma grande área de floresta nativa com fauna e flora endêmica, mesmo os governos tendo conhecimento do papel das florestas na regulação do clima, principalmente no controle dos gases do efeito estufa.

Na verdade, historicamente as regiões do rio Tapajós e do rio Putumayo são campos de tensões diversas e as populações indígenas vivem no meio do perigo. Em um dos níveis de tensão estariam aquelas introduzidas na região desde o início do processo de colonização, entre os séculos XVII e XIX, que determinaram a lógica expansionista e integracionista e impuseram os projetos de humanidade baseados sempre nas conexões econômicas.

Apesar dos limites óbvios dos recursos naturais dessas regiões as pessoas e as empresas continuam o processo de exploração, poluindo a água, o solo deixando um rastro de destruição irracional que no futuro proporcionalmente irá se transformar em solo infértil para as futuras gerações.

Num outro nível estariam classificadas as tensões dos processos civilizatórios a partir das relações sociais e das transformações no interior das sociedades indígenas, e da incorporação dos valores da cultura não indígena. Outras atividades referentes aos processos civilizatórios são agregadas à colonização, principalmente as atividades do comércio e as atividades ligadas à extração de recursos naturais, como os garimpos.

Nos estudos realizados em campo na terra Munduruku observou-se, em algumas aldeias, que além das relações interétnicas entre os indígenas e não indígenas o consumo de mercadorias contribuiu para a transformação do modo de vida desse povo, principalmente nas aldeias mais próximas ao município de Jacareacanga.

As atividades tradicionais coletivas, como o trabalho nas roças, passaram a ser subvalorizadas, em detrimento a outras atividades que deem oportunidades de aquisição de mercadorias de consumo. Há que se destacar que, atualmente, muitos indígenas foram absorvidos como mão de obra barata e descartável nos garimpos da região, inclusive dentro de suas terras tradicionais.

Essa situação tem ocasionado conflitos recentes (outubro/2019) e divisão entre o povo Munduruku: de um lado os que são a favor da garimpagem na terra indígena (influenciados por empresários não indígenas) e de outro lado os que são contra a garimpagem, esses sendo uma minoria, mas contando com o apoio dos movimentos sociais que continuam lutando e das ONGs, principalmente internacionais.

Entretanto, são essas minorias do povo Munduruku que, aliadas aos movimentos sociais e ONGs formados por homens e mulheres que acreditam na construção de um país democrático com justiça social, que conseguiram, mediante muita luta e diversos movimentos de resistência, o embargo do Ministério Público Federal junto ao IBAMA da Construção da UHE São Luiz do Tapajós, e ainda a autodemarcação da terra indígena Sawré Moybu, onde vivem centenas de famílias Munduruku.

Ao longo deste trabalho argumentei sobre os avanços da promulgação das Cartas Magnas, tanto a brasileira (1988) quanto a Constituição política colombiana de 1991. No caso da Colômbia, representou um esforço para a integração nacional o Artigo 7º da constituição, que admitiu a existência de um país multiétnico e pluricultural. De modo geral, esses esforços não têm sido suficientes para manter a organização do Estado.

O conflito persiste entre o governo colombiano com as FARC e os demais grupos de guerrilha, e essa situação tem sido o maior obstáculo para a integração do país. Por outro lado, o Estado colombiano nunca conseguiu derrotar a guerrilha no campo militar, e as tentativas de paz são sempre entremeadas pela militarização. Aliás, manobras militares como observou-se em Puerto Asís, em agosto, com a militarização do campo e com a reação direta da guerrilha no confinamento dos indígenas de Buenavista e das comunidades próximas. As populações campesina e indígena são as vítimas do conflito e sofrem todo tipo de violência.

Observa-se que ao longo da história até os dias atuais, a utilização da violência, os deslocamentos forçados desses povos, em Putumayo têm servido a um propósito: a colonização como instrumento para desbravar a fronteira para a concretização dos planos do capital internacional, e atualmente, também, os interesses da Amerisur na exploração de petróleo e a utilização do espaço geográfico para a movimentação do narcotráfico, que se expande para outros países a partir do rio Putumayo, colocando desse modo milhares de seres humanos à mercê de todo tipo de violência, violações de direitos, desastres com minas terrestres, perseguições e assassinatos.

Desse modo, este trabalho não terá sentido caso não haja uma ampla abordagem a respeito da relação entre os povos indígenas, o Estado e a sociedade de modo geral, uma vez que o estudo de caso objetivou verificar as evidências do campo, a verificação *in loco* da questão dos impactos sociais e culturais e dos problemas enfrentados no cotidiano dessas populações: os desdobramentos socioculturais e ambientais a partir da implantação das obras de infraestrutura nas terras indígenas Munduruku e Siona, que são estratégicas e ricas em biossociodiversidade.

Nesse sentido, ressalta-se que, do ponto vista ambiental, num ambiente de transformações as terras indígenas são eficientes para evitar o desmatamento e, conseqüentemente, as emissões de gases do efeito estufa. Isso é importante quando se pensa em mitigações de impactos de mudanças climáticas com o aquecimento global.

Nesse caso, foram importantes a identificação e a descrição de algumas áreas imprescindíveis à preservação dos recursos necessários ao bem-estar econômico e cultural desses povos Munduruku e Siona. E especificaram-se as razões pelas quais tais áreas são imprescindíveis para a preservação. Para isso, fez-se um apanhado com alguns entrevistados sobre as principais histórias orais, e também a pesquisa nos locais que apontam uma multiplicidade de sentidos e de conceitos que suscitam uma proposta de desenvolvimento sustentável.

E espera-se que este trabalho, junto com outros, possibilite dar uma nova direção ao desenvolvimento econômico, que esteja paralelo àquele buscado pelos povos indígenas através do movimento de resistência que tomam como base a ética da responsabilidade social e global, mudança de mentalidade para uma que apoie a ação social por excelência. E todos nós como interdependentes da natureza, devemos ter a aspiração da restauração do equilíbrio natural, pois esse é o estado e a forma como a natureza entende, e trazer para todos os seus elementos.

Numa breve investigação das racionalidades presentes nos discursos dos agentes envolvidos nesta irracionalidade ética do mundo que admite o desenvolvimento sustentável, cabe especificar: para quem?

De todo modo, minha proposta de trabalho foi uma discussão sobre os desdobramentos das políticas públicas de desenvolvimento e de empresas nesses territórios e os impactos socioambientais e culturais ocasionados. Não se trata apenas de visibilizar a presença desta fronteira energética de integração ou de território geográfico estratégico, mas também de destacar o quanto é essencial o entendimento da questão da territorialidade indígena, a luta pela preservação da terra com a conservação da biodiversidade face à fronteira econômica, tanto na terra do povo Siona no rio Putumayo quanto na terra do povo Munduruku dos rios Tapajós e Teles Pires. Lançando-se, assim, um olhar atento para as consequências reais quanto ao bem-estar destas comunidades, relacionado à sustentabilidade e à preservação da sua identidade e da sua cultura.

## REFERÊNCIAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. *Norma NBR 14724: Informação e documentação - Trabalhos acadêmicos – Apresentação*. Rio de Janeiro: ABNT, 2005.

AB' SABER, AZIZ. O Xequê da geografia. *Ciência Hoje*, v. 14, n. 82, jul. 1992. Disponível em: <http://www.cienciahoje.uol.com.br>. Acesso em: 23 ago. 2016.

ACOSTA, Alberto. El Buen Vivir, una oportunidad por construir. *Ecuador Debate*, Quito, n. 75, p. 33-47, 2008.

ACOSTA, Alberto. El Buen Vivir en le camino del Pos-desarrollo: Algunas reflexiones al andar. In: WEBER, G (ed.). *Debate sobre cooperación y modelo de desarrollo: Perspectivas desde la sociedad civil en el Ecuador*. Quito: Centro de Investigaciones ciudad, Observatorio de la Cooperación al desarrollo en Ecuador. 2010. p. 61-82.

ACOSTA, Alberto. *El Buen Vivir en el camino del post-desarrollo. Una lectura desde la Constitución de Montecristi*. Quito: Fundación Friedrich Ebert, FES-ILDIS, 2010.

ACOSTA, Alberto. *El Buen vivir Sumak Kawsay*. Una oportunidad para imaginar otros mundos. Barcelona: Icaria, 2013.

ACOSTA, A. *Buen Vivir Sumak Kawsay*. Una oportunidad para imaginar nuevos mundos. Quito: Abya Yala, 2012.

ACSELVAD, Henry. Mapeamentos, identidades e território. In: ACSELVAD, Henry. *Cartografia Social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2010.

AIDSESEP: *La realidad de REDD + en Perú: entre el dicho y el hecho... Análisis y alternativas de los pueblos indígenas amazónicos*, nov. 2011. Disponível em: <http://www.servindi.org/actualidad/55284>. Acesso em: 01 dez. 2017.

AGUIAR, José Otávio. Recursos naturais, história e cultura: O Estado da arte em Environmental History. In: BARBOSA, Maria de Fátima Nobrega (org.); BARBOSA, Erivaldo Moreira; BATISTA, Rogaciano Cirilo. *Gestão dos recursos naturais: uma visão multidisciplinar*. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda., 2012.

ALARCON, Daniela; MILLIKAN, Brent; TORRES, Mauricio (org.). *Ocekadi: hidrelétricas, conflitos socioambientais e resistência na Bacia do Tapajós*. UFOPBelém: PAA/UFOPA, 2016.

ALCANTARA, Liliane Cristine Schlemmer; SAMPAIO, Carlos Augusto Cioce. Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível. *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*, UFPR, v. 40, abr. 2017.

ALENCAR, Ana Luísa Gonçalves de. *Feitiçaria entre os Munduruku: uma forma de resistência cultural*. 2001. Dissertação (Graduação) - Programa de Graduação em Antropologia Social – Universidade de Brasília, Brasília, 2001.

ALESSI, Gil. Exército sabia dos pontos de maior risco de devastação da Amazônia, mas falhou no combate. *Jornal El País*. Disponível em: [http:// www.brasil.elpais.com](http://www.brasil.elpais.com). Acesso em: 10 ago. 2020.

ALMEIDA, Alfredo W. B. de. Universalização e Localismo: movimentos sociais e a crise dos padrões tradicionais da Relação Política na Amazônia. In: D'INCAO, Maria A.; MACIEL, I. (org.). *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994. p. 523-524.

ALMEIDA, Alfredo W. B. de. Cartografia Social da Amazônia: os significados de território e ritos de passagem da “proteção” ao “protecionismo”. In: SIFFERT, Nelson; CARDOSO, Marcus; MAGALHÃES, Walsey de Assis; LASTRES, Helena Maria Martins (org.). *Um olhar territorial para o desenvolvimento da Amazônia*. Rio de Janeiro: BNDES, 2014.

ALMEIDA, Alfredo W. B. de; MARIN, Rosa Elisabeth Acevedo. *Boletim Cartografia da Cartografia Social: Uma síntese das experiências: povos indígenas da Volta Grande do rio Xingu, garimpeiros, agricultores, assentados, indígenas, pescadores e moradores*. Manaus: UEA Edições, dezembro 2017.

ALMEIDA, Alfredo W. B. de; MARIN, Rosa Elisabeth Acevedo; MARTINS, Cynthia de Carvalho. *Nova Cartografia Social*. 01 Ribeirinhos em defesa do Rio Tapajós - Comunidade Pimental, Trairão e Itaituba - Pará. Manaus: UEA Edições, 2016.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; MARIN, Rosa Acevedo. Campanha de desterritorialização na Amazônia: o Agronegócio e a reestruturação do mercado de terras. In: CASTRO, Edna; BOLLE, Wili; VEJMEJKA, Marcel (org.). *Amazônia: Região Universal e Teatro do mundo*. São Paulo: Globo, 2010.

ALMEIDA, Paulo Roberto. *Diplomacia Financeira: O Brasil e o FMI de 1944 a 2002*. 2. ed. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2002. Disponível em: <http://www.pralmeida.org/04 temas/11 academia/05 materiais/927Diplofinanceira.html>. Acesso em: 21 set. 2014.

ALVES, Isabela. O Brasil ocupa a 9ª posição de país mais desigual do mundo. *Observatório do Terceiro Setor*. 30 /11/ 2018. Disponível em : <http://observatorio3setor.org.br/carrosel/o-brasil-ocupa-a-9-posicao-de-pais-mais-de-sigual-do-mundo> Acesso em: 09/08/2019.

ALONSO FLÓREZ, Margarita. Proteção do conhecimento tradicional? In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *Semear outras soluções: Os Caminhos da biodiversidade e dos Caminhos Rivaís*. 4 V. São Paulo: Record, 2005.

ALVAREZ, Mirian Martins. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, v. 15, n. 2, p. 225-227, 1999.

ALVES, Daiana Travassos. *Ocupação indígena na foz do rio Tapajós (3260-960AP): Estudo do Sítio Porto de Santarém no Baixo Amazonas*. 2012. Dissertação (Mestrado) -

PPG em Antropologia – Universidade Federal do Pará, Belém, 2012. CAPES, 2012. Disponível em: <http://www.repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/4035>. Acesso em: 04 dez. 2017.

AMIGOS DA TERRA – AMAZÔNIA BRASILEIRA. FUNAI admite pressão e condiciona a demarcação à hidrelétrica. Notícias: 26 de novembro de 2014. Disponível em: [http://amazonia.org.br/2014/11/funai\\_admite\\_press%C3%A3oe\\_condiciona\\_demanda%C3%A7%C3%A0hidrel%C3%A9trica/](http://amazonia.org.br/2014/11/funai_admite_press%C3%A3oe_condiciona_demanda%C3%A7%C3%A0hidrel%C3%A9trica/). Acesso em: 21 jul. 2020.

AMIM, Samir. Geopolítica del Imperialismo contemporáneo. In: BORON, Atilio A (comp.). *Nueva Hegemonia Mundial: alternativa de câmbios y movimientos sociales*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2003.

AMSELLE, Jean- Loup. *Psychotropiques: La Fièvre de l'ayahuasca en forêt amazonienne*. Paris: Éditions Albin Michel, 2013.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: GENTILLI, Pablo (org.). *Pós neoliberalismo*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1995.

ARAGÃO, Manuela. *Alexander Von Humboldt, o famoso explorador alemão que foi proibido de entrar no Brasil por suspeita de ser espião*. 10 maio 2019. Disponível em: <http://www.g1.globo.com>. Acesso em: set. 2019.

ARANGO y SANCHES. *Los Pueblos indígena de Colombia en el umbral del nuevo milenio*. Departamento Nacional de Planeación, 2004.

ARANHA, A.; MOTA, J. Mundurukus lutam por sua terra contra hidrelétricas no Tapajós. *Pública*: Agencia de reportage e jornalismo investigative. Disponível em: [http://jornalogs.com.br/blog/mpaiva/mundurukus\\_lutam\\_por\\_sua\\_terra\\_e\\_contra\\_hidrelétrica\\_no\\_tapajos](http://jornalogs.com.br/blog/mpaiva/mundurukus_lutam_por_sua_terra_e_contra_hidrelétrica_no_tapajos). Acesso em: 22 abr. 2019.

ARRUDA, Rinaldo Sérgio Vieira. Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma política indigenista. In: SOUZA LIMA, Antonio Carlos. BARROSO HOFMAN, Maria. *Territórios indígenas no Brasil*. Rio de Janeiro: Contra-Capa /LACED, 2002.

ASCHER, Willians. Government support for forestry communities. In: ASCHER, Willians. *Communities and sustainable forestry in developing countries*. San Francisco: Institute for Contemporary Studies Press, 1994. p. 125-157.

ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo. *Cad. CRH (online)*, v.17, n. 72, p. 613 – 627, 2014. Disponível em: <http://www.dx.doi.org/101590/S0103-49792014000300011> Acesso em: 01 set. 2019.

ASSOCIACIÓN DE CABILDOS INDIGENAS DEL PUEBLO SIONA-ACIPS. *Plan de manejo resguardado el harcha*. Documento Base, Pueblo Siona. 2010. Comunidad indígena Siona. Plan de vida del pueblo Siona: Ga'n Batéya Bain. Disponível em: <http://www.pdf.usaid.gov/pdf.does/PNADI839.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2017.

ASSOCIACIÓN DE CABILDOS INDIGENAS DEL PUEBLO SIONA-ACIPS.  
*Denuncia Del Pueblo Siona*, 2009.

ASSUNÇÃO, Clara. Em série, indígenas falam da resistência contra devastação na Amazônia. *Amazônia* (notícia – informação). 19 fev. 2019. Disponível em: [http://www.amazonia.org.br/2019/02/em\\_serie\\_indigenas\\_falam\\_da\\_resistencia\\_contra\\_devastacao\\_na\\_amazonia](http://www.amazonia.org.br/2019/02/em_serie_indigenas_falam_da_resistencia_contra_devastacao_na_amazonia). Acesso em: 20 maio 2020.

BAHAMÓN, Misael Kuan S. J. *La Misión Capuchina em el Caquetá y el Putumayo 1893 – 1929*. Dissertação (Mestrado em História) - Facultad de Ciencias Sociales / Pontificia Universidad Javeriana. 2013.

BARBOSA, Antonio C. *et al.* Avaliação da contaminação por mercúrio na terra indígena Munduruku do Pará. In: GRAMKOW, Márcia Maria (org.). *Demarcando terras indígenas II*. Brasília: FUNAI/GTZ/PPTAL; Formato 9, 2002.

BARQUERO, Antônio Vásquez. *Desenvolvimento Endógeno em tempos de Globalização*. Porto Alegre. Fundação de Economia e Estatística; UFRGS Editora, 2001. 278 p.

BARTH, Frederik. A identidade Pathan e sua manutenção. In. LASK TOMKE (org.). *O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio: Contracapa. 2000.

BARTH, Fredrik. Grupos Étnicos e suas fronteiras. In: POUTGNAT, Philippe; STREIFFENART, Jocelyne. *Teoria da Etnicidade – Seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras*. São Paulo: UNESP, 1998.

BECKER. Bertha K. *Amazônia: Geopolítica na virada do III Milênio*. Rio de Janeiro: Garamound. 2004.

BECKER. Bertha K. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1998. p. 64-5.

BECKER. Bertha K. Novas Territorialidades na Amazônia: Desafios às Políticas Públicas. In: *Boletim Museu Paraense Emilio Goeldi - Ciências Humanas*, Belém, v. 5, n. 1, p. 17-23, jan-abril. 2010.

BECKER. Bertha K. Limitações ao Exercício da Soberania na Região Amazônica. In. *Ciclo de Estudos sobre a Amazônia*. Brasília: Gabinete de Segurança Institucional; Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais, 2004.

BECKER, Berta K. *Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.

BELÉE, Willian. Indigenous transformation of amazonian forests. *L'Homme*, n. 33, p. 231-254, 1993.

BELÉE, Willian. Sobre a indigeneidade das Paisagens. *Revista de Arqueologia* 21, n. 2, 23 set. 2008.

- BENCHIMOL, Samuel. *Os índios e os caboclos da Amazônia: uma herança cultural antropológica*. Unamazônia, Belém: SECULT, 1998. v. 1.
- BERMANN, Célio. *Energia no Brasil: Para quê? Para quem? Crise e alternativa para um país sustentável*. São Paulo: Livraria da Física: FASE. 2001.
- BETTENDORFF, João Felipe pe. *Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*. 2. ed. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves; Secretaria de Cultura, 1990. 697p. (Série Lendo o Pará, 5)
- BEZERRA, Oswaldo; VERISSIMO, Adalberto; UHL, Christopher. *Impactos da garimpagem de ouro na Amazônia Oriental*. Série Amazônia II. Belém: IMAZON, 1998.
- BIERI, Márcia E. L. *Educação diferenciada, políticas públicas e cidadania na Terra Indígena Munduruku*. Belém-PA: UFPA/NAEA. 2004. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.
- BIERI, Márcia E. L. *Notas de campo*. Área Munduruku/Jacareacanga-PA. Mar. 1995.
- BIERI, Márcia E. L. *Notas de campo*. Área Munduruku/Jacareacanga-PA. Out. 1995.
- BIERI, Márcia E. L. *Notas de campo*. Área Munduruku/Jacareacanga-PA. 2003.
- BIERI, Márcia E. L. *Notas de campo*. Área Munduruku/Jacareacanga-PA, 2012.
- BIERI, Márcia E. L. *Notas de campo*. Área Munduruku/Jacareacanga-PA, 2015.
- BIERI, Márcia E. L. *Notas de campo*. Área Munduruku/Jacareacanga-PA, mar.-set. 2016.
- BIERI, Márcia E. L. *Notas de campo*. Área Munduruku/Jacareacanga-PA, mar. 2017.
- BIERI, Márcia E. L. *Notas de Campo: área Munduruku/Jacareacanga-PA*, out. 2018.
- BIERI, Márcia E. L. *Notas de Campo: Área Munduruku/ Jacareacanga-PA*, jun. 2019.
- BIERI, Márcia E. L. *Notas de Campo: Área Siona/ Distrito de Putumayo/Puerto Asís*, ago. 2019.
- BINDA, Nadja Haut. *Processos e produtos territoriais: território indígena é terra indígena?* São Paulo: USP, 1999.
- BOAS, FRANZ. *Antropologia Cultural*. Org. Celso Castro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2004.
- BONILLA, Víctor Daniel. *Siervos de Dios y Amos de índios: El Estado y la misión Capuchina en el Putumayo*. Ediciones Cristóbal Gneeco. Biblioteca del Gran Cauce. 2006.

BONFIM, Manoel. *América Latina: Os males da Origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

BONILLA, Adrián. Vulnerabilidad internacional y fragilidad doméstica la crisis andina en perspectivas regional. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires: Friedrich Ebert Stiftung, n.173, p. 50-64, jun. 2001.

BONIN, Iara. O Bem Viver indígena e o futuro da Humanidade. Conselho Indigenista Missionário. *Encarte Pedagógico X – Jornal Porantin*, dez. 2015.

BRASIL. *Revista Brasil Indígena*. Encarte. Brasília, 2001.

BRASIL. *Lei n. 3.924, de 26 de julho de 1961*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/03/leis/1950/1969/L3924.htm>. Acesso em: 12 dez. 2017.

BRASIL. Ministério das Minas e Energias. *Propostas metodológicas para estudo integrado do potencial geoambiental em escala de semidetalhe.1984*. p. 16. (Projeto RADAMBRASIL, Grupo de estudos integrados).

BRASIL. *Plano Decenal de Expansão de Energia: 2007/2016*. Brasília: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético, 2007. Disponível em: [http://www.planejamento.gov.br/arquivos\\_down/noticias/pac/070123\\_PACINFRAESTRUTURA.pdf](http://www.planejamento.gov.br/arquivos_down/noticias/pac/070123_PACINFRAESTRUTURA.pdf). Acesso em: 18 maio 2014.

BRASIL. *Relatório sobre os grupos indígenas do Pará e Amazonas*. Brasília, 2. sem. 1992.

BRASIL. *Constituição Federal da República Federativa do Brasil*. Edição atualizada. Brasília: Senado Federal, 1988. 140p.

BRASIL. *Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)*. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/pac>. Acesso em: 05 maio 2014.

BRASIL. FUNAI. *Informação Indígena Básica n. 47/82*. Brasília: AGESP/FUNAI, 1982.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei n. 9394/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília; MEC, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 13 dez. 2017.

BRASIL. Ministério Público Federal. *Ata da Audiência Pública*. Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão no Estado do Pará. Belém, 06 maio 2003.

BRASIL. Ministério dos Transportes. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte. Ministério da Defesa/Comando do Exército/Instituto Militar de Engenharia. *Projeto Básico Ambiental: Estudo concernente à construção da BR- 163*. Brasília: ECOPLAN, 2002. p. 3.

BRASIL. *I Plano Nacional de Desenvolvimento (IPND) – 1972/74*. Brasília: IBGE, 1971a.

BRUM, Eliane. A Gente que não vive no Tapajós. *Jornal El País*, 15 set. 2014. Coluna Opinião. Disponível em: [http://brasil.elpais.com/brasil/2014/09/15/opinion:1410784316\\_802493.htm](http://brasil.elpais.com/brasil/2014/09/15/opinion:1410784316_802493.htm). Acesso em: 16 set. 2014.

BYRNE, Brian; FORLINE, Louis. The use of emic racial categories as a tool for enumerating Brazilian demographic profiles: a re-analysis of Harris 1970 study. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, v. 13, n. 1, p. 3-25, 1997.

CAMARA DOS DEPUTADOS 2009. *Projetos de Leis e outras Proposições*. PL 1610/96. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoes>. Acesso em: 02 jul. 2014.

CAICERO – FERNÁNDEZ. Alhena. *La alteridad radical: Neochamanismo Yajeceros en Colombia*. Bogotá: Universidad de Los Andes, Ediciones UNIANDES, 2015.

CARDOSO, Fernando Henrique. Cúpula Sul-Americana: Uma avaliação. *Correio Braziliense*, Brasília, 07 set. 2000.

CARDOSO, Thiago Mota. *Malhas cartográficas: Técnicas, conhecimento e cosmopolíticas do ato de mapear territórios indígenas*. Trabalho apresentado durante a IV Reunião de Antropologia da Ciência e da tecnologia (IVREACT), Unicamp, Campinas/SP. 2013.

CARDOSO, F. H; FALETTO, ENZO. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zohar, 1977 (sétima edição).

CARNEIRO FILHO, Arnaldo. *Atlas de pressões e ameaças às terras indígenas na Amazônia Brasileira*. São Paulo: Instituto Socio Ambiental, 2009. p. 16.

CARTILHA EM DEFESA DO RIO TAPAJÓS: SEUS POVOS E CULTURAS. Itaituba/ Amazônia/ Brasil. Fundo Dema, Ford Foundation, FASEAMAZÔNIA, Movimento Tapajós Vivo, Frente em Defesa da Amazônia, Aliança Missionária Francisclara, Congregação Verbo Divino, Vereador Carlos Jaime, Povo Munduruku, Redes de Defesa da Amazônia. Jan. 2010.

CARVAJAL, Gaspar de; ROJAS, Alonso de; ACUÑA, Cristóbal de. *Descobrimento do rio das Amazonas*. 5 série v. 203. Brasileira, 1941, 293p.

CARVALHO, Clarissa Barbosa Ramos Prudencio. O Protagonismo do BNDES no financiamento da infraestrutura Sul-Americana durante o governo LULA: interface entre interesses domésticos e a política externa. Seminário de Pós – Graduação de Relações Internacionais, I, 2014. Painel: O Brasil na América do Sul - Política Externa. Brasília. *Anais...* Brasília, 12 e 13 jul. 2014.

CARVALHO, Edgard de A. Identidade étnico cultural e a questão nacional. In: SANTOS, Silvio Coelho dos (org.). *Sociedades indígenas e o direito: uma questão de direitos humanos*. Florianópolis: UFSC; CNPq, 1995. p. 67-69.

CARVALHO, Guilherme. Os Bancos multilaterais e o complexo Rio Madeira: a tentativa de garantir o controle dos recursos naturais da Amazônia para o grande capital. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. (org.) *Conflitos sociais no Complexo Rio Madeira*. Manaus: Projetos Nova Cartografia Social da Amazônia/UEA Edições, 2009. p. 183-213.

CASCUDO, Luis da Câmara. *Geografia dos mitos brasileiros*. São Paulo. 2. ed. São Paulo: Global, 2002. 396 p.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em Rede*. São Paulo-SP: Paz e Terra, 2002.

CASTILLO, Pedro Reyes; GARCIA, Germán Amat; FONSECA, Claudio Vasconcelos da. Análise de Parcinomia de Endemismo de Passalidae (coleóptera: Scarabaeoidea) de la subregión Amazónica. In: *Regionalización biogeográfica en Ibero-América y tópicos afines: Primeiras jornadas Biogeográficas de la Red Iberoamericana de biogeografía y Entomología sistemática (RIBES XII- I- CYTED)*. México, DF. Facultad de Ciências, UNAM, 2005.

CASTRO, E. Políticas Públicas de Estados e atores sociais na Amazônia contemporânea. In: CASTRO, E.; BOLLE, Wili; VEJMEKKA, Marcel (org.). *Amazônia: Região Universal e Teatro do mundo*. São Paulo: Globo, 2010 p. 105-122.

CASTRO, E. Estado e Políticas Públicas na Amazônia em face da Globalização e da Integração de Mercados. In: COELHO, Maria Célia Nunes; MATHIS, Armim; CASTRO, E.; HURTIENNE, T. (org.). *Estado e políticas públicas na Amazônia: Gestão do Desenvolvimento Regional*. Belém: CEJUP: UFPA-NAEA, 2001.

CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. *Papers do NAEA*, Belém, n. 92, maio 1998.

CASTRO, E. Geopolítica da Água e novos dilemas a propósito da Amazônia e seus recursos naturais. In: ARAGÓN, Luiz; CLÜSENER- GODT, Miguel (org.). *A Problemática do uso local e global da água da Amazônia*. Belém: UNESCO/NAEA. 2003. p. 321-342.

CASTRO, Edna. Expansão da Fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração Sul-Americana. *Cadernos CRH*, Belém, v. 25, n. 64, p. 45-62, 2012.

CASTRO, Eduardo Viveiro de. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, out. 1996. Disponível em: <http://wwwdx.doi.org/10.159/S0104-931319960002000005>. Acesso em: ago. 2017.

CASTRO, Eduardo Viveiro de. *Não podemos instrumentalizar os conhecimentos indígenas*. 26 out. 2007. Disponível em: <http://site-antigo.socioambiental.org>. Acesso em: 03 out, 2017.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GOSFROGEL, Ramón (comp). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Universidad Javeriana- Instituto Pensamento Universidad Central- IESCO, siglo del hombre, 2007, p. 79-91.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências Sociais, Violência epistémica e o problema de “invenção do outro”. In: LANDER, E. (org.). *A Colonialidade do saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais Latino Americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

CASTROVALVAS, P. de (Frei). *O Rio Tapajós, os Capuchinhos e o índios Mundurucus (1871-1883)*. Trad. Dr. Ruy Coutinho Guilhon - À cura de Frei Rogério Beltrami. São Luiz/MA: Lithograf, 2000.

CEPAL. *Financiamento para el desarrollo sostenible. Vision y acciones desde la perspectiva de América latina y el Caribe*. Johannesburgo, Africa do Sul, 2003.

CEPAL. *A Decade of light and shadow: Latin american and the Caribben in the 1990*. Santiago do Chile, 2003.

CEPAL. *Evolución y composición de los flujos de inversión extranjera en América del Sur bajo la óptica de las principales empresas inversionista*. Texto elaborado por Lúcia Felix no âmbito do convênio PNUD/CEPAL/NAE. Brasília, 2007

CHADE, Jamil. *OMS classifica coronavírus como Pandemia e cobra ações dos governos*. 13 mar. 2020. Disponível em: [www.noticiasuol.com.br/colunajamilchade](http://www.noticiasuol.com.br/colunajamilchade)

CHAPARRO TORO, Ana Maria. *Visión de futuro indígena y su incidencia en el desarrollo em Colômbia: El caso de las comunidades Inga y Kamenta (Putumayo) ante la iniciativa para la integración de la infraestructura regional Suramericana (IIRSA)*, Bogotá: Universidad de Los Andes, Centro Interdisciplinario de Estudios sobre Desarrollo (CIDEN); Ediciones Uniandes, 2015.

CHÁVES, Milciades. La Colonización de la Comisaria del Putumayo: Un problema etno-economico-geografico de importancia nacional. *Boletim de Arqueologia*, v. 1, n. 6, p. 567-598, 1945.

CHINDOY CHASOY, Tirsia Taira. Representaciones de los Kamëntsá en el Archivo Fotografico de La Diócesis Mocoa – Sibundoy (DMS) a principios del siglo XX. Tesis (para optar al título de Maestria en Estudios de la Cultura) - Universidad Andina Simón Bolívar, Sede Ecuador, 2014.

CHOQUEHUANCA, David. Hacia la reconstrucción del Vivir Bien. America Latina en Movimiento. *Agencia Latinoamericana de Información (ALAI)*, n. 452, p. 6-13, 2010.

CIOFFI, Silvio. *Inferno Verde, dizia o Geógrafo*. Disponível em: <http://www1folha.uol.com.br/fsp/1996/1/04/turismo/5.html>. Acesso em: ago. 2019.

COELHO, Maria Célia Nunes. Política e Gestão Ambiental (Des) Integrada dos Recursos Minerais na Amazônia Oriental. In: COELHO, Maria Célia Nunes; MATHIS,

Armin (organizadores). *Políticas Públicas e Desenvolvimento Local na Amazônia: Uma agenda de Debates*. Belém: UFPA/NAEA, 2005.

COLLEVATTI, Jayme. Do trabalho missionário para se salvar uma nação: um estudo dos sucesos missionários. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=So100-85872009000100010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So100-85872009000100010). Acesso em: 08 nov. 2017.

COLÔMBIA. Ministerio del Interior. Asociación de Cabildos Indígenas del Pueblo Siona – ACIPS. *Diagnóstico Plan Salvaguarda Zio Bain*. Puerto Asís – Putumayo, 2012.

COLÔMBIA. Centro Nacional de Memória Histórica. *Petróleo, Coca, Despojo territorial y organización social en el Putumayo*. Bogotá: CNMH, 2015.

COLÔMBIA. Observatorio del programa presidencial de Derechos Humanos y el Derecho Internacional Humanitario. *Diagnóstico de la situación del pueblo indígena Siona*. 2010. p. 17. Disponível em: [http://www.derechoshumanos.gov.co/Observatorio/documents/2010/DiagnosticoIndigenas/Diagnostico\\_SIONA.pdf](http://www.derechoshumanos.gov.co/Observatorio/documents/2010/DiagnosticoIndigenas/Diagnostico_SIONA.pdf). Acessado em: 04 nov. 2017.

COLÔMBIA. Departamento Administrativo Nacional de Estadística (DANE). *Censo Nacional de Población*. 2005. Disponível em: <http://www.dane.gov.co/index.php/estadisticas-por-tema/demografia-y-poblacion/censo-general-2005-1>. Acesso em: 31 out. 2017.

COMISSÃO MISTA BRASIL-ESTADOS UNIDOS. Disponível em: [http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_gv/h3E\\_ele\\_voltou/comissao\\_mista\\_Brasil\\_EUA.asp](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_gv/h3E_ele_voltou/comissao_mista_Brasil_EUA.asp). Acesso em: 01 dez. 2017.

CONDREAU, Henry. *Viagem ao Tapajós (1859-1899)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1977.

CONGILIO, Célia Regina; IKEDA, Joyce Cardoso Olímpio. A Ditadura Militar, expansão do Capitalismo e as lutas de classe no sudeste paraense. *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 28, n. 32, p. 79-90, jan./jun. 2014. Disponível em: [http://www4pucsp.br/neils/revista/vol32/celia\\_e\\_joyce.pdf](http://www4pucsp.br/neils/revista/vol32/celia_e_joyce.pdf). Acesso em: 20 jul. 2020.

CONSEJO SUPERIOR DE LA JUDICATURA. *Atlas para la jurisdicción*. Especial Indígena. s. l.; s.d.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO-CIMI. *Os povos indígenas do Pará e Amapá*. CIMI Norte II, Rio de Janeiro, 2002.

CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Rio de Janeiro. Ministério das Relações Exteriores / Instituto Rio Branco. 2 Volumes. 1965 – 1971.

CORTESÃO, Jaime. *Pauliceae Lusitana Monumenta Histórica*. 3 vol. Lisboa: Edição comemorativa do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1956. v. 1-2.

CORTEZ, D. La construcción social del “Buen Vivir” (Sumak Kawsay) en Ecuador. *Aportes Andinos*, n. 28, p. 1-23, 2011.

COSTA, Francisco de Assis. O momento, os desafios e as possibilidades da análise econômica territorial para o planejamento do desenvolvimento nacional. *Nova Economia*, Belo Horizonte, set.-dez. 2014.

COSTA, Francisco de Assis. *Teorias do Desenvolvimento e Estratégias do Desenvolvimento Sustentável* (texto didático para o PDTU). Belém: NAEA/UFPA, 2006.

COSTA, Wanderley Messias da. Le Brésil et l’Amérique du sud: Scénarios géopolitique et défis de l’intégration. *CONFINS - Revue Franco Brésilienne de Géographie*, n. 7, 2009. Disponível em: <http://confins.revue.org/16/07>. Acesso em: 27 jun. 2014.

COUTINHO, Maria Glícia da Nóbrega. *A província mineral do Tapajós: geologia, metalogenia e mapa previsional para ouro em SIG: textos, mapas e SIG*. Brasília: CPRM/DNPM/Secretaria de Geologia, mineração e transformação mineral/Ministério das Minas e Energias, ago. 2008.

DEFENSORIA DEL PUEBLOS. *Resolución Defensorial N. 26*. Derechos Humanos y Derechos Internacional Humanitário em el marco del conflicto armado y de las fumigaciones de cultivos de coca em el departamento del Putumayo. Bogotá, Octubre, 9 de 2002. 42p.

DEFENSORIA DEL PUEBLO. *El desplazamiento forzado en Colombia*. Bogotá. Imprenta Nacional de Colombia. 2003.

DELGADO HERNÁNDEZ, Maria Fernanda. *Misioneiros, indígenas y Caucheros – Hegemonias y negociaciones en el Alto Putumayo durante el ciclo cauchero (1903 – 1908)*. Tesis (para optar al título de Maestria en Estudios Sociambientales). Quito, FLACSO sede Ecuador, 2015. p. 92-96.

DESCOLA, Philippe. El mundo de la selva. In: DESCOLA, Philippe . *La selva culta: simbolismo y praxis en la ecología de los Achuar*. Quito: Ediciones Abya-Yala, 1988. p. 305-362.

DESCOLA, Philippe. *La Selva Culta: sombolismo y praxis en la ecología de los Achuar*. Lima/Peru: Instituto Francés de Estudos andinos (IFEA), 1987.

DIAS, Reinaldo. Neocolonialismo é ameaça global. *Revista ambiente legal*/Agencia de Inteligencia Corporativa Ambiental (AICA), 2019. Disponível em: [http://www.ambientelegal.com.br/neocolonialismo\\_e\\_ameaca\\_global/](http://www.ambientelegal.com.br/neocolonialismo_e_ameaca_global/). Acesso em: 20 jul. 2020.

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e a participação política no Brasil pós 70*. Rio de Janeiro: ANPOCs, 1995. p. 80-88

DOMINGUEZ, Camilo; GOMEZ, Augusto. *La economia extrativista em la amazonia colombiana 1850-1930*. Bogotá: COA, 1990. p. 05.

DUSSEL, Enrique. *Conferencia 2 em 1492: El encubrimiento del otros hacia el origen del mito de la modernidade*. Colecciones Plural Editora, La Paz. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación - UMSA, 1994. p. 23-37.

DUSSEI, Enrique. *1492 - O encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1993.

DUTRA, Manuel. Santarém 355 anos: A fundação de Santarém como parte de um contexto global. *Gazzeta de Santarém*. 2016. Disponível em: <http://www.blogmanueldutra.blogspotcom.br>. Acesso em: 02 nov. 2017.

DUTRA, Manuel. *Quem fundou Santarém: Bettendorff ou Autoassana?* 22 de junho de 2014. Disponível em: <http://www.blogmanueldutra.blogspotcom.br>. Acesso em: 02 nov. 2017.

Déforestation, barrages: le combat sans fin du chef Raoni. *Le Point.fr*. Disponível em: <http://www.lepoint.fr/>. Acesso em: 05 jun. 2014.

ECOLOGY AND ENVIRONMENT DO BRASIL. *Sumário Executivo: Avaliação Ambiental Integrada da Bacia do Tapajós*. Grupo de Estudos Tapajos. Abr. 2014.

EDELMAN, M. Social movements: changing paradigms and forms of politics. *Annual Review of Anthropology*, Palo Alto, CA-EUA, v. 30, p. 285-317, 2001.

ELDORADO GOLD. *Geologia, desenvolvimento e viabilidade econômica do Projeto Tocantinzinho*. (Província Aurífera do Tapajós). Disponível em: [www.adimb.com.br/simexmin.2012/wp\\_content/themes/simexmin/palestras/07/tapajos\\_xingu/vi\\_5\\_hippertt.pdf](http://www.adimb.com.br/simexmin.2012/wp_content/themes/simexmin/palestras/07/tapajos_xingu/vi_5_hippertt.pdf). Acesso em: 10 nov. 2015.

EMMI, Marília. *A Oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais*. Belém: UFPA/NAEA, 1999.

ELSTER, Jon. The case Methodological Individualism. *Theory and Society*, v. 11, n. 4, p. 453-483, 1982.

ENCONTRO NACIONAL DOS POVOS E ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO BRASIL. *Documento Final*. Brasília, mar. 2003.

EPE – EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. RIMA – UHE Teles Pires. Rio de Janeiro, set. 2010. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/read/6347672/rima-uhe-teles-pirespdf-epe>. Acesso em: 01 mar. 2018.

ESTERCI, Neide; SCHEICKA, R. D. T; CRUZ, Kátia Helena Serafina. Territórios amazônicos de reforma agrária e de conservação da natureza. *Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi - Ciências Humanas*, Belém, v. 5, n. 1. p. 59-77, jan.-abr. 2010.

FAINGUELERNT, Máira Borges: *Meandros do discurso ambiental na Amazônia: Uma análise crítica do processo de licenciamento ambiental da Usina Elétrica de Belo Monte*.

2011. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Geociências, Niterói, 2011.

FARIAS, Carlos Eugênio Gomes. *Relatório do CGEE/PNUD*. Out. 2002.

FASE & LABORATÓRIO, ESTADO, TRABALHO, TERRITÓRIO E NATUREZA DO INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL. *Relatório Síntese do Projeto de Avaliação de Equidade ambiental (AEA) como instrumento de democratização dos procedimentos de avaliação de impactos de projetos de desenvolvimento*. Disponível em: <http://www.fase.org.br> Acesso em: 10 maio 2005.

FAULHABER, Priscila. Soldados da Terra: territorialização indígena e reversibilidade da fronteira. In: LÉNA, Philippe; OLIVEIRA, Adélia Engrácia de (org.). *Amazônia: A fronteira agrícola 20 anos depois*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991. p. 23-36.

FEARNSIDE, Philip M.; LAURENCE, William F. O Futuro da Amazônia. *Ciência Hoje*, n. 61, 2002.

FEARNSIDE, Philip M.; LAURENCE, William F. Hidrelétricas amazônicas e a política energética 3: Impactos em barragens. *Blog do Philip Fearnside*, 19 set. 2011. Disponível em: <http://www.colunas.globo.amazonia.com/philipfearnside>. Acesso em: 20 jun. 2014.

FEARNSIDE, Philip M. Hidrelétricas e hidrovias na Amazônia: os planos do governo brasileiro para a Bacia do Tapajós. In: FEARNSIDE, P. M. *Hidrelétricas na Amazônia: impactos ambientais e sociais na tomada de decisão sobre grandes obras*. Manaus: Editora do INPA, 2015. v. 2, 297p.

FEARNSIDE, Philip M.; LAURENCE, William F. Brazil's Madeira River Dams: Setback for environmental policy in Amazonian development. *Water alternative*, feb. 2014. Disponível em: [http://www.water.alternative.org/index.php?option=com\\_content&task=view&id=59&Itemid=1](http://www.water.alternative.org/index.php?option=com_content&task=view&id=59&Itemid=1); <http://wwwphilip.inpa.gov.br>. Acesso em: 30 jun. 2014.

FEARNSIDE, Philip M.; LAURENCE, William F. Pesquisador alerta para mortandade de “toneladas” de peixes na UHE Teles Pires. Sinop. *Olhar Direto*, 19 jan. 2015. Disponível em: <http://www.ohardireto.com.br>. Acesso em: ago. 2017.

FERNANDES, Talita; URIBE, Gustavo. Bolsonaro assina projeto que autoriza garimpo em terras indígenas. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 20 fev. 2020. Disponível em: <http://www.folha.uol.com.br>. Acesso em: 20 jul. 2020.

FERNANDES, José Pedro Teixeira. Da Geopolítica Clássica à Geopolítica Pós-Moderna: entre a Ruptura e a continuidade. In: PENNAFORTE, Charles; LUIGI, Ricardo (org.). *Perspectivas geopolíticas: uma Abordagem Contemporânea*. Rio de Janeiro: CENEGRI-Centro de Estudos em Geopolíticas e Relações Internacionais, 2010.

FIGUEROA, Izabela. A Convenção 169 da OIT e o dever do Estado brasileiro de consultar os povos indígenas e tribais. In: FIGUEROA, I.; GARZON, Biviany Rojas. *A Convenção 169 da OIT e o dever do Estado brasileiro de consultar a OIT sobre povos indígenas e tribais*. Oportunidades e desafios para sua implementação no Brasil. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2009. (Série documentos ISA; 12)

FORUM TELES PIRES. Barragem e Povos Indígenas no rio Teles Pires: características e consequências de atropelos no planejamento, licenciamento e Implantação das UHE Teles Pires e São Manuel. Versão revisada em 09 jun. 2017. Brasília (DF), Cuiabá e Alta Floresta (MT)

FOUNDATION FOR THE ADVANCEMENT OF MESOAMERICAN STUDIES, INC. (FAMSI). *John Pohl's Mesoamerica*. Disponível em: [http://www.famsi.org/research/pohl/pohl\\_meeting.html](http://www.famsi.org/research/pohl/pohl_meeting.html). Acesso em: 10 set. 2019.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO; PROJETO INTEGRADO DE PROTEÇÃO ÀS POPULAÇÕES E TERRAS INDÍGENAS DA AMAZÔNIA LEGAL; COOPERAÇÃO TÉCNICA ALEMÃ – DEUTSCHE GESELLSCHAFT FÜR TECHNISCHE ZUSAMMENARBEIT (Orgs.) Levantamento Etnoecológico Munduruku: Terra Indígena Munduruku. MELO, Juliana; VILLANUEVA, Rosa Elisa. Brasília: FUNAI/ PPTAL/GTZ. 2008.

FUNAI. *Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Sawré Muybu (Pimental) PA*. Brasília, set. 2013. Disponível em: [http://www.cimi.org.br/file\\_RCDIDsawreMuybu\(pimental\)2013\\_2pdf](http://www.cimi.org.br/file_RCDIDsawreMuybu(pimental)2013_2pdf). Acesso em: 14 mar. 2015.

FUNAI. *O Brasil indígena*. Brasília: IBGE, 2010.

FUNDACIÓN ESTOCOLMO SOCIEDAD CIVIL DEL PUTUMAYO. *Mega Proyectos: Oportunidades o amenazas para la región*. Mocoa. 2007.

FUNDACIÓN HEMERA. *Para que la casa no caiga*. Fundación Hemera. Paz Televisión, OIA, Dirección para la reinserción. Bogotá, 2002.

FURTADO, Lourdes Gonçalves. *Populações tradicionais litorâneas: conceito, apropriação e uso do território e conflitos sociais*. In: ECOLAB; MPEG; NAEA, Belém, set. 2002.

FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo da Cultura, 1961.

FURTADO, Celso. A invenção do subdesenvolvimento. *Revista de Economia Política*, v. 15, n. 2, abr./jun. 1995.

GACETA OFICIAL. Bogotá, n. 1.123, 21 de mayo de 1850.

GADELHA, Regina Maria A. Fonseca. Conquista e Ocupação da Amazônia: A fronteira norte do Brasil. São Paulo. *Estudos Avançados*, v. 16, n. 45, maio-ago. 2002.

Disponível em : [http://www.dx.doi.org/10.1590/S0103\\_40142002000200005](http://www.dx.doi.org/10.1590/S0103_40142002000200005). Acesso em: jun. 2019.

GALVÃO, Eduardo. *Índios e brancos no Brasil: encontro de sociedades*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 273.

GALVÃO, Eduardo. *Santos e Visagens – Um estudo da vida religiosa de Itá, Amazonas*. São Paulo: Brasiliense; Companhia Editora Nacional, 1955. v. 284.

GANDOTTI, Ennio. É sustentável o desenvolvimento da Amazônia? In: SIFFERT, Nelson; CARDOSO, MARCUS; LASTRES, Helena Maria Martins (org.). *Um olhar territorial para o desenvolvimento: Amazônia*. Rio de Janeiro: BNDES, 2014.

GARDNER, Katy; LEWIS, Davis. The anthropology of development. In: EDELMAN, M.; HAUGERUD, A. *Anthropology, development and post-modern challenge*. London: Pluto Press, 1996. p. 50-76.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GOMÉS, Augusto Javier. *Putumayo: Indios, Misión, Colonos y Conflictos (1845 – 1970)*. Fragmentos para una historia de los procesos de incorporación de la frontera Amazonica y su impacto em las sociedad indígenas. 2005.

GOMES LOPEZ, Augusto X. Fragmentos para una historia de los Sionas y de los Tukano Occidentales. *Revista Inversa*, v. 1, n. 2, p. 80-107, 2016.

GOMEZ, Augusto. *Putumayo: índios, misión, colonos y conflicto 1870-1975*. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2010. 118p.

GONCALVES, Eduardo. Operação do IBAMA em área indígena gera confusão com militares. *Revista VEJA*, São Paulo: Abril, 08 ago. 2020. Disponível em: <http://www.veja.abril.com.br/politica/operacao-do-ibama-em-area-indigena-gera-confusao-com-militares> Acesso: 10 ago. 2020.

GREEN, Abadio. “El aporte de los pueblos indígenas a um país diverso”. En: FUNDACIÓN HEMERA. *Para que la casa no caiga*. Fundación Hemera, Paz Televisión, OIA, Dirección para la reinserción. Bogotá, 2002.

GREENPEACE. *Evolução energética*. Relatórios. Disponível em: <http://www.greenpeace.org/brasil/>. Acesso em: 21 maio 2014.

GROSGUÉL, Ramón. Para descolonizar os estudos da economia política e os estudos pós coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista crítica de ciências sociais (online)* n. 80, p. 383-417, 2012. Disponível em: <http://rccs.revves.org/697>. Acesso em: 19 set. 2019.

GUAPINDAIA, Vera Lucia C. *Fontes históricas e arqueológicas sobre o Tapajós: Coleção “Frederico Barata” do Museu Emilio Goeldi*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1993. 118p.

GUARIN, Hugo Portela *et al.* *Plan De Vida Del Pueblo Siona - Ga'ntëya Bain*. Puerto Asís, Puerto Leguizamo, Popayán: Editorial Universidad del Cauca, s.d

GUDYNAS, Eduardo. Extrativismo: el concepto, sus expresiones y sus múltiples violencias. *Revista Papeles de Relaciones Ecosociales Y Cambio Global*, Madri, n. 143, p. 61-70, 2018.

GUDYNAS, Eduardo. As Instituições financeiras e a integração na América do Sul. *In: VERDUM, Ricardo (org.). Financiamento de Megaprojetos: Uma interpretação da dinâmica regional Sul-Americana*. Brasília: Inesc, 2008.

GUDYNAS, Eduardo. Tensiones, Contradicciones y Oportunidad de la dimensión ambiental del Bien vivir. La Paz: CIDES-UMSA Y Plural, feb. 2011.

GUDYNAS, Eduardo. La política de los extrativismos sudamericanos: progressistas e conservadores. Palestra no Seminário Internacional América Latina: Políticas e conflitos contemporâneos – SIALAT, 2, 2017. Belém, 27-29 nov. 2017.

GUDYNAS, Eduardo; ACOSTA, Alberto. La Renovación de la crítica al desarrollo y el Bien Vivir con alternativa. *Utopía y Praxis Latinoamericana*, v. 16, n. 53, p. 71-83, 2011.

GUIMARÃES, Leandro Belinaso; WORTMANN, Maria Lucia Castagna. Passando a limpo a Amazônia através da literatura de viagem: ensinando modos de ver. *Revista Espaço Pedagógico*, Passo fundo, v.17, n. 02, p. 306-318, jul./dez. 2010.

GURGEL, Maria Eliese. *As atrocidades do colonialismo em o Paraíso do Diabo, De Walter Hardenburg*. 2017. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Estudos Literários). Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho-RO, 2017.

GUSDORF, Georges. Present, passé avenir de la recherche interdisciplinaire. *Rev. Int. de Sciences Sociales*, n. 29, p. 627-48, 1977.

HABEMAS, Jürgen. “La modernidade: um proyecto inacabado”. *In: HABEMAS, Jürgen . Ensayos políticos*. Trad. Ramón Garcia. Barcelona: Ediciones Península, 1988.

HAFFER, Jürgen. Speciation in Amazonian forest Bird. *Science*, v. 165, n. 3.889, p. 131-137, 1969.

HAFFER, Jürgen; PRANCE, G.T. Impulsos climáticos da evolução na Amazônia durante o cenozoico sobre a terra dos refúgios da diferenciação biótica. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 16, n. 46, set./out. 2002. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142002000300014](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142002000300014). Acesso em: 31 out. 2017.

HARVEY, David. *Espacios del Capital: Hacia una geografía crítica*. Bogotá: Ediciones Akal, 2007. p. 348-349.

HECK, Egon; LOEBENS, Francisco; CARVALHO, Priscila D. Amazônia Indígena: Conquistas e desafios. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 19, n. 53, jan./abr. 2005.

HEIDRICH, Álvaro. Territorialidade, representações de mundo vivido e modos de significar o mundo: sobre nexos entre espaço, paisagem e território num contexto cultural. In: SERPA, A. (org.). *Espaços culturais: vivências, imaginações e representações (on-line)*. Salvador: EDUF/BA, 2008. Disponível em: <http://www.books.scielo.org>. Acesso em: 12 maio 2014.

HERRERA ANGEL, Marta. El parentesco y la fiesta : instituciones de cohesión de la comunidad. Disponível em: [http://www.banrepcultural.org/biblioteca\\_virtual/credencial\\_historia/numero146/los\\_in\\_digenas\\_el\\_tiempo\\_de\\_la\\_conquista](http://www.banrepcultural.org/biblioteca_virtual/credencial_historia/numero146/los_in_digenas_el_tiempo_de_la_conquista). Acesso em: 13 set. 2019.

HILL, David. *Amazon and headwaters*. Disponível em: <http://www.theguardian.com/environment/andes-to-dams.amazon.headwaters?CMP=EMCENVEML163>. Acesso em: 06 jun. 2014.

HUGH-JONES, Stephen. *The Palm and the Pleiades: Initiation and Cosmology in Northwest Amazônia*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

HUMBERT, Nicolas; RENNO, Jean-François. Historical biogeography of South American of biogeography. *Journal of Biogeography*, n. 33, p. 1.414-1.436, 2003.

HURTIENNE, Thomas. O que significa a Amazônia para a sociedade global? In: D'INCAO, Maria A.; MACIEL, I. (Org.). *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994. p. 155-158.

HUNN, Eugene. The value of substance of the future of the world. In: NAZAREA, Virginia. D. *Ethoecology situated knowledge/located lives*. Tucson: The University of Arizona Press, 1999.

IANNI, Octávio. *A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Petrópolis: Vozes. 1978.

IBGE. *Projeto de zoneamento das potencialidades dos recursos naturais da Amazônia Legal*. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

IBGE. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável - Brasil, 2012. Brasília: IBGE. Disponível em: [https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/ids/default\\_2012.shtm](https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/ids/default_2012.shtm). Acesso em: 12 nov. 2017

ICMBIO. *Floresta Nacional do Tapajós: Plano de Manejo. Volume I: informações gerais*. Ministério do Meio Ambiente. Nov. 2004. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/imagens/stories/imgs-unidades-de-conservação>. Acesso em: 01 mar. 2017.

IIRSA. *GTE del Eje del Amazonas: Cartera de Proyectos del EID*. Rio de Janeiro. 20 y 21 de março de 2013. Disponível em: [http://www.iirsa.org/adm\\_iirsa\\_web/uploads/documents/ama\\_rio13\\_cartera\\_eid](http://www.iirsa.org/adm_iirsa_web/uploads/documents/ama_rio13_cartera_eid)

Acesso em : 09 de setembro de 2019.

IIRSA. Disponível em: <http://www.iirsa.org>. Acesso em: 11 maio 2014.

IIRSA. *Documentos Oficiais*. 2006. Disponível em: <http://www.iirsa.org>. Acesso em: 26 jun. 2014.

INCT: Biodiversidade e uso da Terra na Amazônia. *Relatório de atividades 2011-2012*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2011-2012.

INGOLD, T. Suficiente com a etnografia. *Revista colombiana de Antropologia*, v. 53, n. 2, p. 143-159, 2017.

INPE-Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. *Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por satélite - Projeto PRODES 2013*. Disponível em: <http://www.obt.inpe/prodes>. Acesso em: 12 dez. 2017.

IPEA. *Brasil: 14 anos da Revolução*. Brasília: Fundação Instituto de Pesquisas Econômico-Social Aplicada, 1978.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS RENOVÁVEIS (IBAMA). *Atlas de Audiência Pública*. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/licenciamento/>. Acesso em: 21 maio 2014.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). *Povos indígenas no Brasil*. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/pib/index.html>. Acesso em: 14 maio 2014.

INTERNATIONAL Association for impact assessment. *Projeto de Diretrizes Globais em Avaliação Ambiental (AIA)*. Estoril/Portugal. Conferência Anual da IAIA-International Association for Impact Assessment, XVI, 1996. Estoril, 1996

INTERNATIONAL RIVERS. *Mega – projetos, Mega – riscos: Análise de riscos para investidores no complexo hidrelétrico Belo Monte*. Disponível em: [http://www.internationalrivers.org/files/belomonte\\_mega\\_riscos\\_v8\\_101220\\_final.pdf](http://www.internationalrivers.org/files/belomonte_mega_riscos_v8_101220_final.pdf)  
Acesso em: 21 maio 2014.

JUNIOR, Montanari Isaias. *Cooperação Internacional Ambiental e a política demarcatória de terras indígenas*. 2011. Tese (Doutorado) - Universidade de Brasília/UFRR/FLASSO, Brasília, 2011.

JUPIASSU, Hilton. *Interdisciplinaridade e Patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

JUSBRASIL. *TRF determina a suspensão das obras da UHE Teles Pires até a realização do estudo do componente Indígena*. TRF 1ª região. 2013. Disponível em: <http://www.trf-1.jusbrasil.com.br>. Acesso em: 04 jul. 2017.

KAHN, Marina. Educação indígena “versus” educação para índios: sim, a discussão deve continuar. *Em Aberto*, Brasília, v. 14, n. 63, p. 137-144, jul./set. 1994.

KALIL, Patricia. *Povo Munduruku e a resistência social, cultural e ecológica na bacia do Tapajós*. 10 abr. 2016. Disponível em: <http://medium.com>. Acesso em: 01 dez. 2017.

KILLEEN, Timothy J. *Uma tempestade perfeita na Amazônia: Desenvolvimento e conservação no contexto da Iniciativa pela Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana - IIRSA*. Conservation International, 2007.

KOHNLEPP, Gerd. Conflitos de intereses no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 26, n. 45, maio/ago. 2002.

KLAIBER, Jeffrey. *Los Jesuitas em America Latina 1549 – 2000: 450 Años de inculturación, defensa de los derechos humanos y testimonio profético*. Fondo Editorial Universidad Antonio Ruiz de Montoya. 2007. p. 121-122.

KLEIN, Julie Thompson. *Interdisciplinarity: History, Theory and Practice*. Detroit: Wayne State University Press, 1990.

KOCK-GRÜENBERG, Theodor. *Del Roraima al Orinoco*. Tradução de F. de Ritter. Caracas: Banco Central da Venezuela, 1979. 3V.

KUHN, Thomas. A. *Estruturas das revoluções científicas*. 10. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

LA CONDAMINE, Charles-Marie de. *Viagem na América meridional descendo o rio das Amazonas*. Brasília: Senado Federal, 2000.

LAENA – Laboratório de Análises especiais do NAEA. Universidade Federal do Pará. Belém: UFPA, 2017.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LANGDON, E. J. Parte II - Sistema de crenças e práticas médicas: Representações de doenças e itinerário terapêutico dos Sionas da Amazônia colombiana. In: SANTOS, R. V; COIMBRA JR., C. E. A. (org.). *Saúde e povos indígenas*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1994.

LANGDON, Esther Jean. Yagé among the Siona: Cultural Patterns and Visions. In: BROWMAN, David L.; SCHWARZ, Ronald A. (org.). *Spirits, Shamans and Stars: Perspectives from South America*. The Hague: Mouton Publishers, 1979a. p. 63-82.

LAITMAN, Michael. *Completando o Círculo*. New York: ARI Publishers. Outubro/2015

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito Antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

LAPLANTINE, François. *Aprender Antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 2003

LÁZARO, André; MONTECHIARE, Renata. Indígenas nas Universidades brasileiras: estudos sobre as práticas (Editorial). In: OLIVEIRA, Lucia Alberta Andrade de. (org.). A questão indígena na Educação Superior. *Cadernos do GEA*, Rio de Janeiro, n. 10 (jul./dez. 2016), FLACSO, GEA, UREJ, LPP, 2016.

LEANDRO, P. *Garimpeiros no Rio Tapajós*. Belém: DNPM-5º Distrito 1969. 23 p Mapa/AT-DGM-mº 2.059.

LEITE, Marcelo. Amazônia perde 42% de floresta até 2020. *Folha de São Paulo*, 12 de novembro de 2002, p. A31.

LÉNA, Phillippe; OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. Notas sobre a expansão da fronteira e desenvolvimento na Amazônia. In: LÉNA, Phillippe; OLIVEIRA, Adélia Engrácia de (org.). *Amazônia: A fronteira Agrícola 20 anos depois*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991. p. 9-20.

LEONGÓMEZ, Eduardo Pizarro. Una democracia asediada - balance y perspectivas del conflicto armado en Colombia. Bogotá: Norma, 2004. p. 160.

LESTRAS, Alain Daniel; NARDI, José Inácio Stoll. *O ouro da Amazônia: o mito e a realidade*. 2. ed. Belém: Grafisa, 1984.

LÉVI-STRAUSS, Claude. A crise da moderna Antropologia. *Rev. Antropologia*, 10, n. 1/2, 1962.

LÉVI-STRAUSS, Claude. A ciência do Concreto. In: LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, [1962] 1976. p. 19-55.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Introducción. In: *La Identidad - Seminario Interdisciplinario dirigido por Claude Lévi-Strauss*. Barcelona: Petrel, 1981.

LÉVI-STRAUSS. Raça e História. In: LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia EstructuralDois*. Rio Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

LIMA, Deborah; POZZOBON, Jorge. Amazônia socioambiental: sustentabilidade econômica e diversidade social. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 19, n. 54, maio/ago. 2005.

LIMA, Rafael Teixeira. A integração Regional em Infraestrutura da IIRSA e os capitais do BNDES nos governos Lula da Silva (2003- 2010): Subimperialismo do neodesenvolvimento brasileiro? 2018. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latinoamericana – UNILA. Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política – ILAESP. Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina (PPGICAL). Foz do Iguaçu, 2018.

LITTLE, Paul. E. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. Brasília, 2002. (Série Antropologia). Disponível em: [http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/PaulLittle\\_1.pdf](http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/PaulLittle_1.pdf). Acesso em: 31 out. 2017.

LITTLE, Paul. *Mega-Development projects in Amazônia: A geopolitical and socioenvironmental primer. Executive Summary*. Perú. Biblioteca Nacional do Perú, Abr. 2014. 96p. Disponível em: [www.dar.org.pe/.../145\\_megaproyetos\\_ingles\\_final](http://www.dar.org.pe/.../145_megaproyetos_ingles_final). Acesso em: 16 set. 2014.

LLESCAS, Esther Yánez. Produtores de coca na Colômbia: a chave de um país escravo do tráfico. *Portal vermelho*, 18 set. 2019. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticias/323547-1>. Acesso em: 10 nov. 2019.

LOPES, Daniel; SILVEIRA, Isolda Maciel da; CORTEZ, Roberto (org.). O processo de ocupação humana na Amazônia: consideração e perspectivas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, v. 9, n. 1, jul. 1994. (Série Antropologia)

LUCIANO, Gersem dos Santos. *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/ Museu Nacional. 2006 227p. Disponível em [http://www.trilhasdeconhecimentos.etc.br/livros/arquivos/CoLET12\\_Vias01WEB.pdf](http://www.trilhasdeconhecimentos.etc.br/livros/arquivos/CoLET12_Vias01WEB.pdf). Acesso em: 15 set. 2019.

MALINOWSKI, Bronislaw [1884-1942]. *Um Diário no sentido estrito de termo*. Rio de Janeiro. Record. 1997. Trad. Celina Falck. .

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril Cultural, 1984(1922).

MANTILLA, Luis Carlos. *Los Franciscanos em Colômbia*. Tomo III, 1700 – 1830, Volume III. Bogotá: Ediciones de La Universidad San Buenaventura. 2000. p. 154.

MARIGA, Jandira Turatto; RUSCHEINSKY, Aloisio. Políticas Públicas decorrentes da mudança no Código Florestal. Campo Grande. *Interações*, Campo Grande, v. 18, n. 13, jul./set. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20435/interv.v.18.3>

MARINI, Ruy Mauro. A Crise Teórica. In MARINI, Ruy Mauro. *América Latina: Dependência e integração*. São Paulo: Editora Brasil Urgente, 1992. p. 67-108.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marino*. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MARTINEZ, William Fernando. Colômbia confirma interrupção de fumigação de plantações de coca após substância se mostrar cancerígena. Bogotá. *O Globo* (AI), Rio de Janeiro, 16 maio 2015. Disponível em: [www.oglobo.globo.com](http://www.oglobo.globo.com). Acesso em: 13 dez. 2017.

[MARTINS, Carlos. A contemporaneidade no pensamento de Boaventura de Souza Santos. \*Em Pauta: Portal Geledés\*. 28 dez. 2012. Disponível em: <http://www.geledes.org.br>. Acesso em: 15 jun. 2020.](#)

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. 9. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.

MATHIS, Armin. Garimpagem de ouro na Amazônia. In: XIMENES, Tereza (org.). *Perspectivas do desenvolvimento sustentável: uma contribuição para a Amazônia* 21. Belém: NAEA/UFPA, 1997. p. 391- 406.

MATTOS, Carlos de Meira. *Geopolítica e modernidade*. Coleção General Meira Mattos. V. 2. 2007. MERCOSUL. Disponível em: <http://www.brasilecola.com/geografia/mercosul.htm>. Acesso em: 27 jun. 2014.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco G. *A Árvore do conhecimento: as bases biológicas do entendimento humano*. São Paulo. Editora PsyII, 1995.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MEIRA, M. Índios e Brancos nas Águas Pretas. In: FOURLINE, L.; MURRIETA, R. S. S.; VIEIRA, I. C. C. (org.). *Amazônia, além dos 500 anos*. Belém. Museu Paraense Emílio Goeldi, 2006. p. 183-226.

MELATTI, Júlio César. *Índios do Brasil*. São Paulo; Brasília: Hucitec; UnB, 1993.

MELLO, Flavia de Campos. *Política Externa e os Blocos Internacionais*. São Paulo-SP: Perspectivas, 2002.

MELLO, Neli Aparecida. *Políticas Territoriais na Amazônia*. São Paulo: Annablerme, 2006.

MENCHU, Rigoberta. *Hacia una vida em plenitude*. Fundación de Estudios, Accions y Participación social. (Fedesp) Equador (filme). Disponível em: [www.youtube.com/watch?list=PL\\_-jR0IrIW8SitQUHTH55CqJ\\_qlj--ddh&v=vsVM3TzK\\_dU](http://www.youtube.com/watch?list=PL_-jR0IrIW8SitQUHTH55CqJ_qlj--ddh&v=vsVM3TzK_dU). Acesso em: 01. set. 2019.

MENÉNDEZ, Miguel. A área do Madeira-Tapajós: situação de contato e relações entre colonizador e indígenas. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP. 1992. Biblioteca digital Curt Nimuendaju. Disponível em: <http://www.etnolingustica.wdfiles.com.br>. Acesso em: 31 out. 2017.

MIGLIEVICH- RIBEIRO Adelia; ROMERA, Edison. Orientações para uma descolonização do conhecimento: um diálogo entre Darcy Ribeiro e Enrique Dussel. *Sociologias / UFES*, Porto Alegre, v. 20, n. 47 jan./abr. 2018. Dossiê. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/15174522-0200004704>. Acesso em: 22 jul. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.); DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu. *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. 21. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.

MINDREAU, Manuel. *Relaciones Bilaterales Perú-Brasil: en busca de transcender una história de cordial y mútuo desinterés*. 09 oct. 2003. Disponível em: <http://www.up.edu.pe/serv/boletin/01>. Acesso em: jan. 2018.

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIAS; EPE. Relatório de Impacto Ambiental UHE Teles Pires. Setembro de 2010.

MIPUTUMAYO. *Colômbia: indígenas Sionas no ceden ante los intereses petroleros en Putumayo*. Disponível em: <http://miputumayo.com.co>. Acesso: ago. 2019.

MITCHELL, Melanie. *Complexity: A Guinded Tour*. New York: Oxford University Press, 2009.

MITSCHEIN, Thomas A. *O Direito à diversidade Socioambiental como Utopia Andino-Amazônica no século XXI*. Belém: NUMA/UFPA, 2010.

MITTERMEIER, Russell Alan *et al.* Wilderness and biodiversity conservation. *Proceedings of the National Academy of Science* 100, p. 10.309-10.313, 2003.

MONTEIRO, John Manuel. O desafio da história indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donizete Benzi. *A temática indígena na escola*. Brasília: MEC; MARI; UNESCO, 1995. p. 221-228.

MONTEIRO, Telma. Hidrelétrica de São Manuel: cronologia de mais um desastre - Parte III. *Correio da Cidadania*. 16 set. 2013. Disponível em: <http://www.correiodacidadania.com.br/colunistas/telma-monteiro/8851-17-09-2013>. Acesso em: out. 2016.

MONTES, Giovany Arteaga. *Almas para el Cielo, “Cuidados” para la Republica Y Territorio para la Nación: Los Camiños empleados por los Capuchinos para alcanzar la civilización Cristiana em el Putumayo 1905 – 1930*. 2018. Maestria em Historia - Universidad del Valle, Facultad de Humanidades, Santiago de Cali, 2018.

MORAN, Emílio *et al.*. Effects of soil fertility and land use on forest succession in Amazônia. *Forest Ecology and Management*, v. 139, n. 1-3 , p. 93-108, 2000.

MORENO, Camila. *O Brasil made in China: para pensar as reconfigurações do capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Fundação Rosa de Luxemburgo, 2015. 116 p.

MORIN, E. *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MUNDURUKU, Daniel. *Tempo, tempo, tempo*. Disponível em: <http://histrisindigenas.files.wordpress.com/2017/08/3-danielmunduruku>. Acesso em: 10 nov. 2017.

MURPHY, Robert F. *Headhunter's heritage: social and economic change among the Munduruku Indians*. Berkeley and Los Angeles: Berkeley University Press, 1960.

MURPHY, Yolanda; MURPHY, Robert. *Women of the forest*. New Jersey. Columbia University Press, 1974.

NAASE, Karin Marita. Populações, territorialidades e Estado na Amazônia. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi - Ciências Humanas*, Belém, v. 5, n. 1, 2010.

NAPOLITANO, Marcos. Historiografia, memória e história do Regime militar brasileiro. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba/PR, n. 23 nov. 2004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/SO104-4478200400002000021>. Acesso em: 20 jul. 2020.

NASCIMENTO, Nathália *et al.* Panorama espaço temporal de fatores de mudança econômica, social e ambiental na Amazônia: Estudo de caso FLONA TAPAJÓS. Seminário de Pesquisa Científica da Floresta Nacional do Tapajós, 2, 2004. *Anais...* do II Seminário de Pesquisa Científica da Floresta Nacional do Tapajós. Santarém: ICMBIO-MMA, 2004.

NAZAR, Pedro Cristian Musalém. Xamanismo, Memória e Identidade: transformações e continuidades nos processos políticos dos Sionas no Putumayo, Colômbia. Florianópolis/SC. 2016. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina/CFCH/ Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 2016. 326 p.

NEPSTAD, Daniel. Large – Scale impoverishment of Amazonian forests by logging and fire. *Revista Nature*. 08 de abril de 1999. Disponível em: [www.nature.com/articles/190666](http://www.nature.com/articles/190666) Acesso: 12 de maio de 2018

\_\_\_\_\_. Road paving, fire regime feedback, and the future of Amazon forests. *Forest Ecology and Management*. Vol 154, Issue 3. 01 de December de 2001. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/S03781122701005114>

NIMUENDAJU, Curt. Excursões pela Amazônia. *Revista de Antropologia*, v. 44, n. 1, p. 189-199, 2001.

NOVOA, Luís Fernando. O Brasil e seu “desdobramento”: O papel central do BNDES na expansão das empresas transnacionais brasileiras na América do Sul. In: INSTITUTO ROSA DE LUXEMBURG (org.). *Empresas transnacionais brasileiras na América latina: um debate necessário*. São Paulo. Ed. Expressão Popular, 2009.

OBSERVATORIO DEL PROGRAMA PRESIDENCIAL DE DERECHOS HUMANOS Y DIH. 2009.

OBSERVATÓRIO INDÍGENA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESARROLLO Y DIRECHOS ÉTNICOS (org.). *La Tierra Contra la muerte: Conflictos territoriales de los pueblos indígenas em Colombia*. Barcelona: Ediciones Anthropos, feb. 2008.

O' DONNELL, Guillermo; OSLACK, Oscar. *Estados y políticas estatales in América Latina: hacia una estrategia de investigación*. Buenos Aires: Documento CEDES/G. E. CLACSO / n. 4, 1976.

OLIVEIRA, Hilbert Michel Pampolha de; TRINDADE JUNIOR, Saint Clair Cordeiro da. A Amazônia em Milton Santos: Região, globalização e meio técnico científico – informacional. In: PEZZUTI, Juarez; AZEVEDO-RAMOS, Claudia (org.). *Desafios Amazônicos*. Belém: NAEA, 2016.

OLIVEIRA, Robson Quintino de; CARLEIAL, Liana Maria Frota. Desenvolvimento Amazônico: Uma discussão das políticas públicas do Estado brasileiro. *Revista REFAF multidisciplinar*, v. 2, n. 1, 2013. Disponível em :<http://faflor.com.br/revistas/refaf.index.php/refaf/article/view/90/html>. Acesso em: 20 jul. 2020.

OLIVEIRA, Ana Gita de. *O mundo Transformado: um estudo da “Cultura de Fronteira” no Alto Rio Negro*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1995.

OLIVEIRA, Francisco de. Capitalismo e Política: um paradoxo letal. In: NOVAES, Aduino. *O esquecimento da política*. Rio de Janeiro: Agir, 2007.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Pioneira, 1976.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Estudo de áreas de fricção interétnica no Brasil. *América latina*, ano V, n. 3, 1962.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *O índio e o mundo dos brancos*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1964.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho da antropologia: olhar, ouvir, escrever. *Revista São Paulo*, v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. *Ensaio em antropologia histórica*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. *As demarcações participativas e o fortalecimento das organizações indígenas*. Estados e Povos indígenas, 2002.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. Contexto e horizonte ideológico: reflexões sobre o estatuto do índio. In: SANTOS, Silvio Coelho dos (org.). *Sociedade indígena e o direito: uma questão de direitos humanos*. Florianópolis: UFSC; CNPq, 1995a. p. 67-69.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. Muita terra para pouco índio? Uma introdução (crítica) ao indigenismo e à atualização do preconceito. In: SILVA, Aracy Lopes; GRUPIONI, Luis D. B. (org.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC; MARI; UNESCO, 1995b.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. O caboclo e o bravo: notas sobre duas modalidades de força de trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX. *Encontros com a Civilização Brasileira*, v. 2, p. 53-160, 1979.

O MODELO ROUSSEF. Matéria de Rogério L. Furquim Werneck. *Jornal O Estado de São Paulo*, 16 abr. 2010.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. Convenção n. 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT / Organização Internacional do Trabalho. Brasília: OIT, 2011.

O rio Voador de fumaça e o Sínodo para a Amazônia. 22 ago. 2019. Disponível em: [www.hu.unisinos.br/591881](http://www.hu.unisinos.br/591881). Acesso em: set. 2019.

ORTEGA, Antônio César. *Territórios Deprimidos: desafios para as políticas de desenvolvimento rural*. Campinas/SP: Editora Alíneas; Uberlândia-MG: Edufu, 2008.

PALACIOS, David Ramírez, “RAFAEL REYES e o rio Putumayo em Içá”. *Terra Brasilis (Nova série) (online)*, maio 2015. Disponível em: <http://wwwjournals.openedition.org/terrabrasilis/1744>. Acesso em: 17 set. 2017.

PARANATINGA, Ingrid. Organizar a resistência indígena para derrotar Bolsonaro e o Facismo: Pela demarcação de nossas terras. *Revista Movimento*, 13 dez. 2018. Disponível em: <http://movimentorevista.com.br/2018/12>. Acesso em: 23 jul. 2020.

PARENTE, J. Expectativa de liberação de mais ou menos 1200 PLGs anima garimpeiros e pode impulsionar a economia na região. Brasília, 9 out. 2019. Disponível em: <http://www.jotaparente.com.br>. Acesso em: 10 set. 2019.

PAULA, Elder Andrade de; MORAES, M. de J. Nos labirintos das Fronteiras Amazônicas. In. VALENCIO, N. F. L. (org.); PAULA, E. O; WITKOSKI, A. C. *Processos de territorialização e identidades sociais*. 1. ed. São Carlos; Manaus; Rio Branco: RIMA Editora; EDUA; EDUFAC, 2010.

PENNAFORTE, Charles; LUIGI, Ricardo (org.). *Perspectivas Geopolíticas: Uma Abordagem Contemporâneas*. Rio de Janeiro: CENEGRI - Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais, 2010. p. 21.

PINA, Ruth. Indígenas ocupam obra de hidrelétrica São Manoel (PA). São Paulo. *BRASILDEFATO*. Disponível em: [www.brasildefato.com.br](http://www.brasildefato.com.br). Acesso em: 26 out. 2017.

PINEDA, Roberto. *Holocausto em el Amazonas: Una Historia social de la Casa Arana*. Bogotá D. C.: Planeta Colombiana Editorial, 2000.

PINHEIRO, Sandoval Silva *et al.* Geologia. In. Ministério das Minas e Energias (MME) (Ed.). *Projeto RADAMBRASIL - Levantamento dos Recursos Naturais*. Folha N. A. 19 Pico da Neblina. Rio de Janeiro: DNPM, 1976.

PINTO, Lúcio Flávio. *A Guerra do Mogno. Carta da Amazônia*. Agencia Estado. São Paulo. 2002.

\_\_\_\_\_. *Trilha de Fogo: A rota da soja. Jornal Pessoal*. Belém, 2005.

PINTO, A. Natureza e implicações da “heterogeneidade estrutural” da América Latina. In: BIELSCHOWSKY, R (org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000. v.2, p. 567-588.

Polícia Federal apreende quase 600kg de drogas e desmonta esquema de transporte aéreo no interior do Pará. *O Globo*, 08 jul. 2019. Disponível em: <http://g1.globo.com/pa/para/noticias/2019/07/08/2019> Acesso em: set. 2019.

POPPER, Karl Raimundi. *A Lógica da pesquisa científica*. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 2013.

PORTO- GONÇALVES, Carlos Walter; QUENTAL, Pedro de Araujo. Colonialidade do Poder e os Desafios da Integração Regional na América Latina. *Revista Polis Latinoamericana*, n. 31, 2012.

PORTO, Carlos Gonçalves; CARLOS, Walter; QUENTAL, Pedro de Araújo. The coloniality of power and the challenges of integration in Latin America. *Polis: Revista Latinoamericana*, 2012. Disponível em: <http://polis.revista.org/3749>. Acesso em: 26 jun. 2014.

POZ, João Dal. A etnia como sistema: contato, fricção e identidade no Brasil indígena. *Sociedade e cultura*, v. 6, n. 2, p. 177-188, jul/dez. 2003.

PRADO, Helbert; MURRIETA, Sereni Rui Sérgio. Presentes do passado: Domesticação de plantas e paisagens culturais na Amazônia pré histórica. *Ciência Hoje*, v, 55, n. 326, jun. 2015. Disponível em: <http://assinaturadigital.cienciahoje.org.br>. Acesso em: set. 2017.

PRANCE, Ghilleen T. Conservation of the Amazon Rainforest. In: STIFF, Ruth. *Margaret Mee return to the Amazon*. London: Royal Botanic Garden Kew, 1996.

PREZIA, Benedito; HOOMAERT, Eduardo. Mapa da localização das missões religiosas na Amazônia no século XVII. In: \_\_\_\_\_. *Brasil Indígena: 500 anos de resistência*/ Benedito Prezias, Eduardo Hoomaert. São Paulo: FTD, 2000. Disponível em: <http://www.geocities.ws/terrabrasileira/contatos/missaoam.html>. Acesso em: 13 dez. 2017.

PREUSS, Konrad. Theodor. *Arte monumental pré-histórica*. Tradução H. Walde – Waldegg e C. Uribe P. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 1974.

PRORADAM: *Proyecto Radargramatico del Amazonas: La Amazonia Colombiana y sus recursos*. Bogotá, LGAG. Ministério de Defesa Nacional, 1979. v.1, p. 7.

PUGLIESE JR., Francisco Antônio; VALLE, Raoni Bernardo Maranhão. A gestão do Patrimônio Arqueológico em territórios indígenas. *Revista de Arqueologia Brasileira*, v. 28, n. 1, 2015.

PUTAMAYO ON-LINE. *Colombia: indígenas Siona no cedem ante los intereses petroleros en Putumayo*. 30 set. 2018. Disponível em:

<https://miputumayo.com.co/2018/09/30/colombia-indigenas-siona-no-ceden-ante-los-intereses-petroleros-en-putumayo/>. Acesso em: 20 out. 2019.

QUADROS, V. Funai pode ser mediadora de mineração em terras indígenas. 10 set. 2019. Disponível em: [http://apublica.org/2019/09/funai\\_pode\\_ser\\_mediadora\\_de\\_mineracao\\_em\\_terras\\_indigenas](http://apublica.org/2019/09/funai_pode_ser_mediadora_de_mineracao_em_terras_indigenas) Acesso em: 20 out. 2019.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en America Latina. *Anuario Mariateguiano Lima: AMATUA*, v. 9, n.9, 1997.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do sul*. Coimbra: Almedina, 2009. p. 73-117. (Série Conhecimento e Instituições)

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142. Disponível em: [http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sursur/20100624103322/12\\_Quijano.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sursur/20100624103322/12_Quijano.pdf). Acesso: 10 ago. 2019.

RADAMBRASIL. *Folha SA 21 - Santarém: geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação, uso potencial da terra*. Rio de Janeiro: Ministério das Minas e Energias, 1976.

RAMA, Claudio. *Tiene México política sólida para superar inequidad indígena en educaci'on superior*. Disponível em: [http://www.sep.gob.mx/res/sep/sep\\_Bol\\_2870903/7720?op=1](http://www.sep.gob.mx/res/sep/sep_Bol_2870903/7720?op=1). Acesso em: 07 jun. 2004.

RAMÍREZ, Socorro. Colombia-Brasil: Distantes vecinidades se fortalece em la seguridad y el comercio: Analisis Políticos. *Instituto de Estudios Políticos y relaciones internacionales – IEPRI/Universidad Nacional de Colombia*, n. 58, p. 3-34, sept./dec. 2006.

RAMOS, André. Munduruku. In: *Povos indígenas do Brasil*. Instituto Socioambiental. São Paulo, 2003. Disponível em : <http://piib.socioambiental.org.pt>. Acesso em: 01 dez. 2017.

REINOSO, Alan Fairlie. *Invasiones Brasileñas en América del Sur*. La perspectiva de los países Andinos (Perú). Rio de Janeiro: Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior, 2008. Disponível em: [http://funcex.com.br/material\\_semandinos/Peru%20final.pdf](http://funcex.com.br/material_semandinos/Peru%20final.pdf). Acesso em: 13 dez. 2017.

RELATÓRIO Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Sawré Muybu (RCID/ 2013 p. 129). Brasília: FUNAI, set. 2013.

RESK, Sucena Shkrada. *Povo Munduruku defende patrimônio espiritual indígena*. Instituto Centro de Vida - ICV. 30 ago. 2017. Disponível em: <http://www.icv.org.br/2017/08/03/povo-munduruku-defende-patrimonio-espiritual-indigena>. Acesso em: 01 out. 2017.

RESTREPO, Eduardo. *Etnografía alcances, técnicas y éticas*. Bogotá. Envión Editores. 2016.

REVELO CALDERÓN, Guido. *Puerto Asís, una aproximación a su historia entre los años 1912 y 1960*. Sic, Bucaramanga. 2005.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

RICARDO, Carlos Alberto. "Os índios" e a sócio-diversidade nativa contemporânea no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luis Donizetti B. (org.). *A temática indígena na escola*. Brasília: MEC; MARI; UNESCO, 1995. p. 29-59.

RICUPERO, Rubens. O Brasil, a América Latina e os EUA desde 1930: 60 anos de uma relação triangular. In: RICUPERO, Rubens: *Visões do Brasil, Ensaio sobre a História e a inserção internacional do Brasil*. Rio de Janeiro-RJ: Record, 1995.

RIVADENEIRA, Ricardo. *La producción de antiguos y recientes moradores del territorio nacional*. Disponível em: [http://www.banrepcultural.org/biblioteca\\_virtual/credencial\\_historia/numero\\_307/lo\\_ma\\_raviloso\\_del\\_arte\\_indigena](http://www.banrepcultural.org/biblioteca_virtual/credencial_historia/numero_307/lo_ma_raviloso_del_arte_indigena). Acesso em: 13 set. 2019.

ROCHA, Camilo. Como os Munduruku reagem à destruição de seus locais sagrados. *NexoExpresso*, 01 dez. 2017. Disponível em: <http://www.nexojournal.com.br>. Acesso em: dez. 2017.

RODRIGUES, Douglas. Pajés, médicos, corpos e espíritos. *Jornalistas livres*, 19 set. 2017. Disponível em: <http://www.jornalistaslivres.org>. Acesso em: 01 ago. 2019.

RODRIGUES, Rita Maria et al. *Estudo dos impactos ambientais decorrentes do extrativismo mineral e poluição mercurial no Tapajós - pré-diagnóstico*. Rio de Janeiro: CETEM/CNPQ, 1994. Disponível em: [http://www.cetem.gov.br/publicacoes/serie\\_sta/sta\\_04pdf](http://www.cetem.gov.br/publicacoes/serie_sta/sta_04pdf). Acesso em: 24 out. 2016.

RODRIGUEZ, Gloria Amparo. La autonomía y los conflictos ambientales em territorios indígenas. En: OBSERVATORIO INDIGENA DE LAS POLITICAS PUBLICAS DE DESARROLLO Y DERECHOS ÉTNICOS (org.). *La Tierra contra la muerte: conflictos territoriales de los pueblos indígenas em Colombia*. Barcelona: Ediciones Anthropos, feb. 2008.

RODRIGUEZ, Gloria Amparo. La participación: um medio para prevenir y solucionar los conflictos ambientales em Colômbia. In: *Perpectivas del Derecho Ambiental em Colômbia*. Bogotá: Universidad del Rosário, 2006.

ROOSEVELT, Anna. C. The Lower Amazon: a dynamic human habitat. In: LENTZ, David L. *Imperfect balance: landscape transformations in the Pré-colombian America*. New York: Columbia University Press, 2000. 788p.

ROSEN, Robert. *Life itself: a comprehensive inquiry into the nature, origin and fabrication of life*. New York: Columbia University Press, 1991.

ROSTIROLLA, Sandro Luiz. Análise comparativa dos estudos de impactos ambientais de quatro hidrelétricas no rio Teles Pires. Cuiabá. 2018. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Mato Grosso/ Instituto de Ciências Exatas e da Terra/ Programa de Pós-Graduação em Recursos hídricos, Cuiabá, 2018.

SACH, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Garamond, 2000.

SCOPEL, Daniel; SCOPEL, Raquel Dias; LANGDON, Esther Jean. A cosmografia Munduruku em movimento: saúde, território e estratégias de sobrevivência na Amazônia brasileira. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências humanas*, Belém/PA, v. 13, n. 1, p. 89-108, jan./abr. 2018.

SAHLINS, Marshall. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um “objeto” em via de extinção (parte I). *Mana*, v. 3, n. 1, p. 41-73, 1997.

SAHLINS, Marshall. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um “objeto” em via de extinção (parte II). *Mana*, v. 3, n. 2, p. 103-150, 1997.

SAMPAIO, Anne Raquel. *Bio Revista Brasileira de Saneamento e Meio Ambiente: ABES*, ano XIII, n. 28, abr./jun. 2004.

SÁNCHEZ, Manuel Garcia. Entendendo o “NÃO” ao Acordo de Paz na Colômbia. Mar. 2017. Disponível em: [http://revista.uno.com.br/nuemro\\_27](http://revista.uno.com.br/nuemro_27). Acesso em: 01 set. 2019.

SANTILLI, Juliana. *Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural*. São Paulo: Petrópolis, 2005. p. 140.

SANTILLI, Márcio. Natureza e situação da demarcação das terras indígenas no Brasil. In: KASBURG, Carola (Org.). *Demarcando terras indígenas: experiência e desafios de um projeto de parceria*. FUNAI/PPTAL/GTZ, 1999. P. 139- 153.

SANTOS, Ana Flavia Moreira. *Do terreno dos caboclos do Sr. João à terra indígena Xakriabá: As circunstâncias da formação de um povo – um estudo sobre a construção da fronteira*. 1997. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 1997.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para além do pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula. *Epistemologia do sul*. São Paulo: Cortez, 2010. Cap.1 p. 31-83.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A crítica a razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez. 2002.

SANTOS, Lucíola Liânio de C. P.; LOPES, José de Souza Miguel. Globalização, multiculturalismo e currículo. In: MOREIRA, Antônio Flavio; VEIGA NETO, Alfredo *et al* (org.). *Currículo: questões atuais*. Campinas: Papyrus, 1997. p. 36-37.

SANTOS, M. Os grandes projetos: Sistema de ação e dinâmica espacial. In: CASTRO, E.M.R; MOURA, E.E; MAIA, M.L. *Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço*. Belém: NAEA – UFPA, 1995. P13-20.

SANTOS, Vanessa Silva dos. De Malinowski aos pós-modernos: Uma breve reflexão acerca da pesquisa etnográfica na Antropologia. Número Temático: Metodologias de Pesquisa em Ciências humanas. *A Cor das Letras – UEFS*, n.14, p. 96, 2013.

SANTOS, Ronaldo Pereira; NAVA, Daniel Borges; FERREIRA, Amaro Luiz. Mineral resources in Amazonas states indigenous áreas: barriers, potencialities and perspectives. *Revista Brasileira de Geociências*, São Paulo, v. 39, dez. 2009. Disponível em: <http://www.ppegeo.igc.usp.br/scielo.phd?pid=50375-75>. Acesso em: 02 jul. 2014.

SANTOS, Silvio. Coelho. As Hidrelétricas, os índios e o Direito. In: REIS, Maria José; BLOEMER, Neusa M. S. (org.). *Hidrelétricas e populações locais*. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

SAQUET, Marco Aurélio; BRISKIEVICZ, Michele. Territorialidade e identidade um Patrimônio no Desenvolvimento Territorial. *Caderno Prudentino de Geografia*, v. 1, n. 31, 2009.

SCHAAN, Denise. P.; LIMA, A. M. A. *Programa de Arqueologia & Educação Patrimonial*. BR 163 Santarém - Rurópolis; BR 230/PA: Divisa TO/PA a Rurópolis (excluindo o trecho Altamira- Medicilândia); BR422 (Trecho Novo Repartimento-Tucuruí). 5º relatório parcial da Rodovia BR 163: Trecho Santarém- Rurópolis. Belém: Universidade Federal do Pará. 2011.

SCHOLZ, Christopher. Growth of faults by accumulation of seismic. *Journal of Geophysical Research*, 10, july 1992. Disponível em: [www.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1029/92JB00586/abstract](http://www.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1029/92JB00586/abstract). Acesso em: 01 dez. 2017.

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE. *Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Pará: região oeste*. 2010. Disponível em: <http://www.sema.pa.gov.br/zee/oeste> do estado do para. Acesso em: 21 maio 2014.

SENPLADES. *Plan Nacional para el Buen Vivir 2009- 2013: construindo un Estado plurinacional e intercultural*. Quito-Ecuador: SENPLADES, 2009.

SILVA, Ezilda Maciel da. *Figurões das Amazônias em Milton Hatoum e Vargas Llosa*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

SILVA, Cristhian Teófilo da. Identificação étnica, territorialização e fronteiras: A perenidade das identidades indígenas como objeto de investigação antropológica e a ação indigenista. *Revista Estudos e Pesquisa/FUNAI*, Brasília/DF, v. 2, n. 1, 2005.

SILVA, João Santos Vila (org.). *Zoneamento Ambiental da borda oeste do Pantanal: Maciço do Urucum e adjacências*. Brasília: Embrapa - Comunicação para transferências de tecnologia, 2000.

SIMAS, Caio de Almeida. *A Construção da Infraestrutura física e os Desafios da Integração Sul-Americana: Uma análise espacial do IIRSA e da UNASUL*. Rio de Janeiro. 2012. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Instituto de Economia/ Programa de Pós Graduação em Economia Política Internacional. Rio de Janeiro, 2012.

SIMONIAN, Ligia T. L. *Insustentabilidade do Extrativismo da Madeira na Amazônia: Bases Teórico- históricas, situação atual, perspectivas*. Belém: Manuscritos. 1997.

SIMONIAN, Ligia T. L. A missão numa perspectiva antropológica. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 2, n. 1, jun. 1999a.

SIMONIAN, Ligia T. L. Direitos e controle territorial em áreas indígenas amazônicas: São Marcos (RR), Urueu-Wau-Wau (RO) e Mãe Maria (PA). In: KASBURG, C. (org.). *Demarcando terras indígenas: experiências e desafios de parceria*. Brasília: FUNAI;PPTAL/GTZ, 1999b. p. 65-82.

SIMONIAN, Ligia T. L. Políticas públicas, desenvolvimento sustentável e recursos naturais em áreas de reservas da Amazônia brasileira. In: COELHO, M. C. N.; SIMONIAN, L. T. L.; FENZL, N. (org.). *Estado e políticas públicas na Amazônia*. Belém: CEJUP, 2000. p. 9-53.

SIMONIAN, Ligia T. L. *Mulheres da floresta amazônica: entre o trabalho e a cultura*. Belém: UFPA; NAEA, 2001. 270 p. Ilustrado.

SIMONIAN, Ligia T. L. Pesquisa em ciências humanas e desenvolvimento entre as populações tradicionais amazônicas. Forthcoming in Seminário Projeto RENAS. *Anais...* Belém: MPEG, 2004.

SIMONIAN, Ligia T. L. Uma relação que se amplia: fotografia e ciências sobre e na Amazônia. In: KAWHAGE, C; RUGGERI, S. (org.). *Imagens e pesquisa: ferramentas de compreensão da realidade amazônica*. Belém: Editora do NAEA, 2007. p. 15-52, il. ISBN:978-85-7143-061-7.

SIMONIAN, Ligia T. L. Políticas públicas, desenvolvimento sustentável e recursos naturais em áreas de reservas da Amazônia brasileira. In: COELHO, M. C. N.; SIMONIAN, L. T. L.; FENZL, N. (org.). *Estado e políticas públicas na Amazônia*. Belém: CEJUP, 2000.

SIMONIAN, Ligia T. Lopes; BAPTISTA, Estér Roseli. Formação Socioambiental da Amazônia. In: SIMONIAN, Lígia T. Lopes; BAPTISTA, Estér Roseli. *Formação Socioambiental da Amazônia*: Belém: NAEA, 2015.

SINCARD, Tomás León. Proyetos de infraestrutura, visiones divergentes del Desarrollo. *UN. Periódicos*, Bogotá: Universidade Nacional de Colômbia, 2004.

SOTTA, Eleneide Doff. *Fluxo de CO<sub>2</sub> entre o solo e atmosfera em floresta tropical úmida da Amazônia central*. Manaus. 1998. Dissertação (9Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Biologia Tropical e Recursos Naturais. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 1998.

SOUTO, Anna Luiza Salles. Movimentos populares urbanos e suas formas de organização ligadas à igreja. In: *Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos*. Brasília: ANPOCs/CNPq, 1983.

SOUZA FILHO, Carlos F. M. *Os direitos humanos e os povos indígenas*. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/indios/mares.html>. Acesso em: 24 jun. 2004.

STUENKEL, Oliver. *O dinheiro chinês é a chance única de integrar fisicamente Desarrollo*. UN. Periódicos. Universidade Nacional de Colômbia. 2004.

SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo. Companhia das Letras, 1990.

SWITKER, Glen (org.). *Águas Turvas: Alertas sobre as consequências de barrar o maior afluente do Amazonas*. Patrícia Bolonha Ed. São Paulo: International Rivers, 2008.

TAUTZ, Carlos. *Bio Revista Brasileira de Saneamento e Meio Ambiente*. Rio de Janeiro: ABES, Ano XIV, n. 33, jan./mar. 2004.

TAVARES, M. C. Auge e declínio do processo de substituição das importações no Brasil. In: BIELSHONWSKY, R. (org.). *Cinquenta anos do pensamento da CEPAL*. Rio de Janeiro: RECORD, 2000. V. 1, p. 217-238.

TERRA DE DIREITOS. Ficha Técnica: Complexo hidrelétrico na bacia do rio Tapajós. Mar. 2014. Disponível em: [http://www.territoriodedireitos.org.br/2014/03/03/ficha\\_tecnica](http://www.territoriodedireitos.org.br/2014/03/03/ficha_tecnica). Acesso em: 21 maio 2014.

TORRES, Mauricio Gonçalves. *A beiradeira e o grilador: Ocupação e conflito no oeste do Pará*. 2008. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo/PPGH, São Paulo, 2008.

TORRES, Mauricio (org.). *Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163*. Brasília: Cnpq. 2005.

TOURAINÉ, Alain. *Como sair do liberalismo*. São Paulo: DUSC, 1999. p. 7-63.

TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA. Disponível em: <http://www.otca.org.br>. Acesso em: 06 jun. 2014.

TRESPACH, Rodrigo. 1824: Como os alemães vieram parar no Brasil, criaram as primeiras colônias. São Paulo: Editora Casa da Palavra. 2019.

TRUTHOOT, Justin McBrien. This Is not the sixth Extinction. It's the Extermination event. 14 set. 2019. Disponível em: <http://www.truthout.org>. Acesso: 18 set. 2019.

UMIYAC. Unión de Medicos Indígenas Yageceros de Colombia. *Encuentro de Taitas en la Amazonía Colombiana*. Santafé de Bogotá, Colômbia: UMIYAC, 1999.

UMIYAC. *Código de ética médica*. 2005. Disponível em: <http://rojointenso.net/foros/index.php?showtopic=378&mode=threaded>. Acesso em: 28 mar. 2010.

VALENTE, Renata Curcio. *A GTZ no Brasil: Uma Etnografia da Cooperação Alemã para o Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: E-Papers; UFRJ; Laced, 2010. (Coleção Antropologias 5)

VARGAS, Sorily figueira; LASCARRO, Andrea Ariza. Derechos a la autodeterminación de los pueblos indígenas el ordenamiento jurídico colombiano. *Revista de Estudios Sociales*, n. 53, jul. 2015. Disponível em: [www.journals.openedition.org/revistudsoc/9268](http://www.journals.openedition.org/revistudsoc/9268). Acesso: ago. 2019.

VEGA, Mauro. Etnicidad, subalternidade y representaciones de alteridade em la construcción del Estado Nacional: Colombia 1880 – 1930. 2012. Tesis para optar al título de Doctor em Historia Moderna y Contemporanea, Universidad de Zaragoza, 2012.

VELOSO, Henrique Pimenta *et al.* *Classificação da vegetação brasileira adaptada ao sistema universal*. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

VERAS, Marcos Flávio Portela. Fronteiras na Amazônia: processos sociais e simbólicos – GT7: Alteridades, Fronteiras étnicas e processos territoriais no baixo rio Negro: O caso de Nova Esperança: *Anais Encontro da Região Norte de Sociologia Brasileira: Amazônia e Sociologia: Fronteiras do século XXI*, 3, Manaus, 27, 28 e 29 set. 2012.

VERDUM, Ricardo. *Financiamento a Megaprojetos: Novos desafios*. Rede Brasil sobre instituições financeiras multilaterais. Contracorrente. 2009. Disponível em: <http://www.rbrasil.org.br>. Acesso em: 28 mar. 2014.

VERDUM, Ricardo. Financiamento de Megaprojetos. *Anais*. Fórum Social Mundial. Belém-PA, 28 e 29 jan. 2012.

VERDUM, Ricardo. *As obras de infraestrutura do PAC e os povos indígenas na Amazônia brasileira*. Brasília: INESC, 2012.

VERISSIMO, José. *Estudos Amazônicos*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970. 256p.

VIANNA, L. P. *De invisíveis a protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2008.

VIANNA, Manuela Trindade. A dimensão internacional do conflito armado colombiano: a internacionalização do processo de paz segundo as agendas hemisféricas

e global. 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, USP/FFLCH/DCP/PPGPCP, São Paulo, 2009.

VILLEGAS VÉLEZ, Álvaro. Alteridad racial y construcción nacional: Um balance de los estudios sobre las relaciones entre raza y nación em Colômbia. *Revista Universitária Humanística*, 77, n. 77, 2014. Disponível em: [revistas.javerianas.edu.co/index.php/univhumanistica/article/view/5931](http://revistas.javerianas.edu.co/index.php/univhumanistica/article/view/5931). Acesso em: 19 ago. 2019.

VIOLA, Ednardo; MAINWARING, Scott. Novos movimentos sociais, cultura, política e democracia: Brasil e Argentina. In: SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo J. (org.). *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 102-188.

ZAMBRANDO, Mayra Alejandra. *Pérdida de la identidad cultural en Colômbia*. 03 ago. 2017. Disponível em: <http://www.medium.com>. Acesso em: 13 set. 2019.

WALLACE, A. R. “On the Monkeys of the Amazon”. *Proc. Zool. Soc. London*, 20, p. 107-10, 1852.

WEBER, M. *Economia e Sociedade*. Brasília: UNB, 1991. v. 1.

WALSH, C. (Re)pensamiento crítico y (De)colonialidad. In: WALSH, C. (ed.). *Pensamiento crítico y matriz (de)colonial*. Reflexiones latinoamericanas. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar Ediciones Abya-Yala, 2005.

WALSH, C. Interculturalidad, colonialidad y educación. *Revista Educación y Pedagogía*, XIX (48), 2007

WERNECK, K. Indígenas do rio Teles Pires exigem suspensão da licença da usina São Manuel em Mato Grosso. Cuiabá. *Amazônia Real*, 25 set. 2017. Disponível em: <http://www.amazoniareal.com.br>. Acesso em: 13 dez. 2017.

WRIGHT, R. *História indígena e do indigenismo no Alto Rio Negro*. Campinas: Mercado das Letras; UNICAMP-FAEP; São Paulo: Instituto Socioambiental, 2005.

YIN, R. K. *Estudo de caso – planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman. 2001.